



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1287

Quarta-feira - 24 de Julho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	2
Antônio Carlos	3
Ascurra	4
Atalanta	20
Biguaçu	21
Bom Retiro	23
Braço do Trombudo	25
Caçador	41
Camboriú	54
Campo Alegre	68
Campos Novos	72
Canoinhas	77
Capinzal	79
Catanduvas	79
Chapadão do Lageado	81
Cocal do Sul	82
Concórdia	83
Cordilheira Alta	84
Coronel Freitas	85
Coronel Martins	86
Curitibanos	87
Ermo	88
Forquilha	88
Fraiburgo	90
Garopaba	124
Garuva	124
Gaspar	132
Governador Celso Ramos	133
Herval d'Oeste	134
Ilhota	136
Imbituba	137
Ipumirim	139
Itapiranga	141
Itapoá	142
Jacinto Machado	144
Joaçaba	144
Lages	151
Lauro Muller	154
Lebon Régis	189
Leoberto Leal	189
Lindóia do Sul	231
Luzerna	231
Macieira	232
Mafra	232
Maracajá	233
Monte Carlo	233
Navegantes	248
Novo Horizonte	251
Orleans	251

Palhoça	260
Papanduva	275
Passos Maia	279
Pinheiro Preto	279
Rio do Sul	280
Salto Veloso	289
São Bento do Sul	290
São Domingos	292
São João do Sul	293
São José	296
São Lourenço do Oeste	673
Schroeder	674
Serra Alta	699
Siderópolis	699
Timbé do Sul	702
Timbó	702
Três Barras	710
Vargeão	710
Vargem Bonita	711
Videira	749
Xavantina	751

Consórcios

CIGA	751
CIM-AMAVI	752

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165) 3º Bimestre 2013

Betha Sistemas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Exercício de 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

3º bimestre

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 04/2013	Bimestre Mai/Jun/2013	Total até Jun/2013
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.115.015,00	605.979,28	164.120,11	770.099,39
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	190.000,00	67.419,17	30.034,02	97.453,19
RECEITA PATRIMONIAL	70.050,00	28.786,08	14.200,76	42.986,84
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.010,00	14.244,30	7.651,88	21.896,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.112.884,00	4.835.195,82	2.585.321,28	7.420.517,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.305,00	34.924,98	12.703,67	47.628,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	97.731,59	97.731,59
ALIENAÇÃO DE BENS	57.040,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	140.000,00	112.860,77	19.603,75	132.464,52
TOTAL DA RECEITA :	16.732.304,00	5.699.410,40	2.931.367,06	8.630.777,46
DESPESAS				
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE				
GABINETE DO PREFEITO E VICE	642.800,00	147.303,62	87.040,62	234.344,24
DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS	2.240.445,00	868.700,16	320.346,55	1.189.046,71
DEPARTAMENT DE AGRICULTURA	696.000,00	289.246,60	93.611,70	382.858,30
DEPARTAMENTO DE ENSINO	5.930.060,00	1.896.929,25	966.346,37	2.863.275,62
DEPARTAMENTO DE URBANISMO	1.508.640,00	547.933,84	283.970,59	831.904,43
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	1.514.740,00	907.846,88	170.413,01	1.078.259,89
FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLE:	124.304,00	57.374,13	953,40	58.327,53
FUNDO MUN DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	12.415,00	7.052,20	665,84	7.718,04
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BASICO	70.000,00	4.201,70	1.207,40	5.409,10
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO MUNICIP	40.000,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA CIVIL	119.500,00	40.724,22	15.722,57	56.446,79
DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO	3.000,00	0,00	0,00	0,00
DEPARTAMENTO DE CULTURA	217.500,00	36.915,71	21.549,27	58.464,98
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	215.000,00	80.596,65	42.673,94	123.270,59
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇ	36.500,00	34.656,45	0,00	34.656,45
DEPARTAMENTO DE TURISMO	18.000,00	5.166,39	1.359,54	6.525,93
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	383.000,00	179.964,82	49.487,34	229.452,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Total da Entidade:	13.821.904,00	5.104.612,62	2.055.348,14	7.159.960,76
TOTAL DA DESPESA :	13.821.904,00	5.104.612,62	2.055.348,14	7.159.960,76

AGUA DOCE , 19/07/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

Antônio Carlos

PREFEITURA

Lei N° 1.436/2013

LEI N° 1.436/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CBMSC

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso de bem móvel público com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

Parágrafo único - O Termo de Cessão de Uso de que trata este artigo, será formalizado através do documento anexo, que passa a integrar a presente LEI.

Art. 2º O bem móvel público, alvo do presente projeto de lei, constitui-se no veículo marca Renault, modelo Dynamique 2.0, tipo 4X4, combustível Álcool/Gasolina, ano de fabricação 2013, modelo 2014, cor vermelho fogo, chassi nº 93yhsr6r3ej739366, placa MKP 6514, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 69.800,00 (sessenta e nove mil e oitocentos reais).

Parágrafo único - A Cessão de Uso do bem móvel público de que trata esta Lei tem por objetivo a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar no Município de Antônio Carlos/SC.

Art. 3º O prazo de vigência desta Cessão de Uso será de 10 (dez) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser renovado, em caso de acordo entre as partes, através de Termo Aditivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 16 de julho de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Decreto N° 073/2013

DECRETO N° 073/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.304.0005.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 3.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 3.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 22 de Julho de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Decreto N° 074/2013

DECRETO N° 074/2013

Outros no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.455,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0005.2.020-3.3.40.00.00.00.00.00 -Transferências a Municípios 2.455,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0005.2.020-3.3.50.00.00.00.00.00 -Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 2.455,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 22 de Julho de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Extrato de Errata

EXTRATO DE ERRATA

No Edital dos Aprovados do Processo Seletivo nº 003/2013, publicado no DOM no dia 22 de julho de 2013, pag 44, Edição nº. 1285 onde se lê no nome:

Rogeria G. Kreff B.

Leia-sê:

Rogeria G. Kremer B.

Antônio Carlos, 23 de julho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o EXTRATO DE ERRATA

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal



Ascurra

PREFEITURA

Edital de Concurso Público N° 002/2013 EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 002/2013

A Prefeitura do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar pública a abertura das inscrições ao Concurso Público de Provas e de Provas de Títulos, para provimento de cargos públicos, atuais e que vierem a vagar ou a serem criados durante o prazo de validade do concurso, nos quadros de servidores efetivos da Prefeitura do Município de Ascurra, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital, cuja realização ficará sob a responsabilidade da organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale dos Bandeirantes, e será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação vigente e pertinente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes – Noroeste Concursos.

1.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este concurso.

1.3. O regime jurídico dos servidores públicos efetivos da Prefeitura do Município de Ascurra é o contido na LC n° 118, de 19/12/2011 (Plano de Cargos e Salários Venc. Servidores); LC n° 119, de 19/12/2011 (Plano de Carreira do Magistério).

II - DOS CARGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA, DO VENCIMENTO MENSAL E LOTAÇÕES:

CARGO PÚBLICO	REMUNERAÇÃO INICIAL* R\$	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS PARA PROVIMENTO	TAXA DE INSCRIÇÃO
AUDITOR FISCAL	2.455,32	40	01	Curso superior completo em Direito, Contabilidade, Administração ou Ciências Econômicas e registro no Conselho de Classe	100,00
FARMACÊUTICO	2.455,32	40	01	Curso superior completo em Farmácia e registro no CRF	100,00
MÉDICO CLÍNICO GERAL	1.897,29	10	02	Curso superior completo em Medicina e registro no CRM	100,00
MÉDICO PEDIATRA	2.120,51	10	01	Curso superior completo em Medicina, especialização em pediatria e registro no CRM	100,00

MÉDICO GINECOLOGISTA	2.455,52	10	01	Curso superior completo em Medicina, especialização em Ginecologia e registro no CRM	100,00
NUTRICIONISTA	1.395,08	20	01	Curso superior completo em Nutrição e registro no CRN	100,00
SUPERVISOR DE RECURSOS HUMANOS	2.455,32	40	01	Ensino Superior Completo em Contabilidade, Administração ou Direito e registro no conselho de classe.	100,00
PROFESSOR II	883,91	20	02	Formação em curso superior de graduação, de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com complementação pedagógica, nos termos de legislação vigente.	100,00
PROFESSOR DE ARTES	883,91	20	01	Licenciatura plena em artes	100,00
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	883,91	20	01	Licenciatura Plena em Educação Física e registro no conselho de classe	100,00
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA	883,91	20	01	Formação em Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras com Habilitação em Inglês.	100,00
ATENDENTE GERAL	948,65	40	02	Ensino médio completo	60,00
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	948,65	40	01	Curso de nível médio técnico em enfermagem e registro no COREN	60,00
ATENDENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	825,89	40	01	Ensino fundamental completo	40,00
ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL	792,40	40	02	Ensino Médio Completo	60,00
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	714,28	40	02	Portador de Certificado de Conclusão das Séries Iniciais do Ensino Fundamental.	40,00
AUXILIAR DE EDUCAÇÃO	792,40	40	02	Ensino Médio Completo	60,00
ATENDENTE DE VETERINÁRIO	1.060,26	40	01	Primeiro grau completo e/ou curso de formação na área de atuação, experiência anterior e portador de CNH para veículos leves.	40,00

MOTORISTA	1.060,26	44	02	Portador de Certificado de Conclusão das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Carteira de habilitação Categoria "D" e comprovada experiência na área de atuação.	40,00
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	1.261,15	44	01	Portador de Certificado de Conclusão das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Carteira de habilitação Categoria "C" e comprovada experiência na área de atuação.	40,00
AGENTE OPERACIONAL	714,28	44	02	Portador de Certificado de Conclusão até a o 5º. ano do Ensino Fundamental.	40,00
OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	887,27	44	02	Portador de Certificado de Conclusão das Séries iniciais do Ensino Fundamental.	40,00

* A Prefeitura Municipal de Ascurra oferece um Programa de Suplementação Alimentar (Vale Alimentação) atualmente no valor de R\$ 179,00 conforme disposto na Lei Municipal nº 1117/2009.

2.1. A coordenação, organização e aplicação do Concurso Público ficarão sob a responsabilidade da organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes, com a supervisão da Comissão Especial do Concurso Público.

2.2. As atribuições dos cargos constam do Anexo II deste Edital.

III - DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela internet no endereço www.noroesteconcursos.com.br. no período de 08 DE AGOSTO À 29 DE AGOSTO DE 2013.

3.1.1. A aplicação das provas objetivas para todos os cargos dar-se-á da forma abaixo disposta:

CARGOS	DATA	HORÁRIO
TODOS OS CARGOS	22/09/2013	Abertura dos portões: 08:00 Fechamento dos portões: 08:45 Início da aplicação das provas: 09:00 Término da aplicação das provas: 12:00

3.1.2. A aplicação das provas práticas dar-se-á da forma abaixo disposta:

CARGOS	LOCAL	DATA	HORÁRIO
MOTORISTA E OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	Estacionamento da festa – Pertutti Rua Lucio Marchi Bairro Nossa Senhora de Lurdes.	22/09/2013	Abertura dos portões: 12:30 Fechamento dos portões: 13:00 Início da aplicação das provas: 13:00

3.1.3. Para efetivamente participar do concurso o candidato deverá pagar a taxa de inscrição até o vencimento previsto no boleto.

3.1.4. Não será permitida inscrição pelos correios, fac-símile,

condicional ou fora do prazo estabelecido.

3.1.5. A organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes não se responsabilizará por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.2. Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.2.1. Acessar o site www.noroesteconcursos.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.1 deste edital;

3.2.2. Localizar, no site, o "link" correlato ao Concurso Público da Prefeitura do Município de Ascurra - SC;

3.2.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer;

3.2.4. Imprimir o boleto bancário;

3.2.5. Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto, autenticando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até um dia útil após a data de encerramento das inscrições.

3.2.6. Para o pagamento da taxa de inscrição somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição. Prestar atenção para o horário bancário.

3.2.7. OS CANDIDATOS QUE NÃO TIVEREM ACESSO À INTERNET PODERÃO USAR UM COMPUTADOR QUE SERÁ DISPONIBILIZADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA, SITO À RUA BENJAMIN CONSTANT, 221 - CENTRO EM ASCURRA-SC, NOS SEGUINTE HORÁRIOS: DAS 9:00 ÀS 11:00 E DAS 14:00 AS 16:00, DURANTE O PERÍODO ESTABELECIDO NO ITEM 3.1 DESTA EDITAL.

3.3. O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas na ficha de inscrição.

3.4. O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado nas provas e que o fato seja constatado posteriormente.

3.5. Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.

3.6. É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso Público que será feita em mural na Prefeitura do Município de Ascurra - SC, no site do Município www.ascurra.sc.gov.br, no site www.noroesteconcursos.com.br e nos meios oficiais do município.

3.7. A data para Homologação provisória das Inscrições é 10/09/2013

3.7.1. A data para Homologação final das Inscrições, incluindo divulgação dos locais de prova é 17/09/2013.

3.8 Ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra/SC os candidatos doadores de sangue, atendidas as condições estabelecidas nos itens seguintes.

3.8.1 Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto no item 3,8, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

3.8.2 A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser protocolado no setor de tributação da Prefeitura Municipal de Ascurra até um dia útil posterior ao término das inscrições.

3.8.3 O documento previsto no subitem anterior, deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso.

3.8.4 O candidato que requerer o benefício deverá inscrever-se normalmente no concurso público entretanto se deferida a isenção não precisará pagar o boleto bancário.

IV - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

4.1. As pessoas PNE que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei Nº 7.853/89 é assegurado o direito de inscrição para as funções em Concurso Público, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

4.1.1. Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Concurso Público.

4.1.1.1. Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE. Se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o emprego ou função.

4.1.2. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

4.1.3. Consideram-se pessoas PNE aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

4.1.4. As pessoas PNE, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de ficha de inscrição especial.

4.1.5. O candidato deverá encaminhar via SEDEX para a organizadora SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES, no endereço: Rua Coripheu de Azevedo Marques, 65 - Jd. Santo Antônio - CEP: 87030-250- Maringá - PR, até o último dia de inscrição, na via original ou cópia reprográfica autenticada:

a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de

prova.

b) Solicitação de prova especial, se necessário.

c) A não solicitação de prova especial eximirá a organizadora de qualquer providência.

4.1.6. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico.

4.1.7. Aos deficientes visuais (cegos), serão oferecidas provas no sistema Braille e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

4.1.8. O candidato que não atender ao solicitado no subitem 4.1.5 deste edital, não será considerado portador de necessidades especiais, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.

4.1.9. Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

4.1.10. Será excluído do Concurso Público o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do emprego, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável à espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

4.1.11. Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

4.1.12. Após o ingresso do candidato portador de necessidades especiais, a mesma não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação do emprego, e de aposentadoria por invalidez.

V - DAS ETAPAS DO CONCURSO

5.1. O concurso público será constituído das seguintes etapas:

5.1.1. 1ª ETAPA – PROVA ESCRITA OBJETIVA – para todos os cargos, de caráter seletivo, eliminatório e classificatório.

5.1.2. 2ª ETAPA – PROVA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS – apenas para cargos de nível superior, de caráter classificatório, e PROVAS PRÁTICAS, de caráter eliminatório, para os cargos de: motorista e operador de equipamentos.

VI - DAS PROVAS

6.1. DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

6.1.1. A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

6.1.2. As questões da Prova Objetiva serão de múltipla escolha com apenas uma alternativa correta.

6.1.3. Os conteúdos das provas constam do Anexo I deste Edital.

6.2. DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS

6.2.1. A nota da prova objetiva será obtida pela multiplicação do número de acertos em cada disciplina pelo peso de cada questão.

6.2.2. À Prova Objetiva será atribuído valor máximo de 100 (cem) pontos.

6.2.3. À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

- a) APROVADO: o candidato alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva.
- b) REPROVADO: o candidato não alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.
- c) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.

6.2.4. A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuída(s) a todos os candidatos do respectivo cargo daquela questão, presentes à prova.

6.3. QUADRO DE PROVAS OBJETIVAS

CARGOS	ÁREA DE CO-NEHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Auxiliar de serviços gerais, Agente Operacional, Oficial de Manutenção e Conservação, Motorista e Operador de Equipamentos.	Português	10	3,0
	Matemática	10	4,0
	Atualidades	10	3,0
Auditor Fiscal, Farmacêutico, Médico Clínico Geral, Médico Pediatra, Médico Ginecologista, Nutricionista, Professor II, Professor de Artes, Professor de Educação Física, Professor de Língua Estrangeira, Supervisor de Recursos Humanos, Atendente Geral, Técnico em Enfermagem, Atendente de Combate à Endemias, Atendente de Educação Infantil, Auxiliar de educação e Atendente de veterinário.	Português	10	2,0
	Matemática	10	2,0
	Atualidades	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	5,0

6.4. DA PROVA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

6.4.1. Será aplicada prova de títulos aos candidatos aprovados nos cargos de Nível Superior.

6.4.2. Serão considerados os títulos obtidos na área específica do cargo na seguinte conformidade:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR
DOUTORADO	10 (DEZ) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
MESTRADO	5 (CINCO) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
ESPECIALIZAÇÃO	3 (TRÊS) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO

6.4.3. Somente serão aceitos títulos de especialização lato sensu com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas.

6.4.4. Serão pontuados como títulos, Certificados em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do

responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso.

6.4.5. A somatória total dos títulos não poderá ultrapassar 18 (dezoito) pontos.

6.4.6. Sobre a nota obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva serão somados os pontos referentes aos títulos para a classificação final.

6.4.7. Os pontos dos títulos serão contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação".

6.4.8. Os candidatos deverão encaminhar via SEDEX para a organizadora SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES, no endereço: Rua Coripeu de Azevedo Marques, nº 65 - Jd. Santo Antônio - CEP: 87.030-250 - Maringá - PR, até o primeiro dia útil posterior ao último dia do período de inscrições, CÓPIA REPROGRAFADA AUTENTICADA EM CARTÓRIO de eventuais títulos que possuam. Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, fora do dia determinado e estes deverão ser enviados em envelope identificado com nome, cargo e identificação, conforme modelo :

T Í T U L O S	CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2013
	Prefeitura Municipal de ASCURRA-SC
	Cargo:
	Nome do Candidato: RG nº :

6.4.9 Não serão aceitos protocolos de documentos referentes a títulos.

6.4.10. Somente serão considerados os títulos entregues em cópia reprográfica autenticada em cartório.

6.4.11. Não haverá segunda chamada para entrega de títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentou no dia e formas determinado.

6.5. DA PROVA PRÁTICA

6.5.1. A Prova Prática, de caráter eliminatório, será aplicada aos candidatos aos cargos de MOTORISTA E OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.

6.5.2. Não haverá segunda chamada ou repetição das provas seja qual for o motivo alegado.

6.5.3. A Prova Prática será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

6.5.4. A Prova Prática terá caráter exclusivamente eliminatório sendo atribuído o seguinte resultado:

- a) APTO: o candidato alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Prática.
- b) INAPTO: o candidato não alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Prática, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.
- c) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova Prática, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.

6.5.5. A aplicação poderá ser feita por turmas, sendo os candidatos chamados em intervalos a serem definidos por ocasião da realização da prova.

6.5.6. A Prova Prática buscará aferir a capacidade de adequação funcional e situacional do candidato às exigências e ao

desempenho eficiente das atividades do cargo.

6.5.7. Critérios de avaliação para a Prova Prática:

6.5.8 Atividades práticas referentes às atribuições do respectivo cargo, conforme Anexo III.

6.5.9. As demais informações a respeito da Prova Prática constarão no edital de convocação específico para essa etapa.

VII - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1. As Provas serão aplicadas nas datas e horários estipulados no subitem 3.1.2 deste Edital na cidade de Acurra - SC, com duração de 03(três) horas, incluso o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

7.1.1. As datas das provas objetivas poderão ser alteradas por necessidade da administração. Havendo alteração da data prevista, será publicada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, ou a qualquer tempo em caso de calamidade pública.

7.1.2. A confirmação da data e as informações definitivas sobre horário e local para a realização das provas serão divulgadas oportunamente por meio de Edital de Convocação, no site oficial do Município www.ascurra.sc.gov.br e no site www.noroesteconcursos.com.br.

7.2. Os portões dos locais de prova serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – Horário do Estado de Brasília, NÃO SERÁ PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS NO LOCAL DE PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

7.3. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares nas escolas localizadas na cidade, a organizadora do Concurso Público e a Prefeitura Municipal de Acurra poderão alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, conforme subitem 7.1.1 deste edital, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e através dos sites www.ascurra.sc.gov.br e www.noroesteconcursos.com.br.

7.4. COMPORTAMENTO - As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Concurso Público e aos Fiscais, o direito de excluir da prova e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

7.5. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança, além do fato de que o horário despendido com amamentação NÃO será acrescido do tempo total para realização das provas.

7.6. Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer no mínimo 1 (uma) hora antes do horário marcado para o início das provas, após os portões serem fechados não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

7.7. A Correção da Prova Objetiva será feita pelo sistema de Leitura Óptica, pelo que não serão computadas questões não assinaladas, ou que contenham emendas ou rasuras, ou que tenham sido respondidas a lápis, ou, ainda, que contenham mais de uma

alternativa assinalada.

7.8. No início das provas o candidato receberá seu Cartão de Respostas, o qual deverá ser assinado e ter seus dados conferidos e, em hipótese nenhuma, haverá substituição em caso de erro ou rasura do candidato.

7.9 O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado, fazer alguma reclamação ou sugestão deverá procurar a sala de coordenação no local em que estiver prestando a prova.

7.10. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala de prova.

7.11. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público, os quais serão afixados nos quadros de aviso da Prefeitura, no site oficial do Município www.ascurra.sc.gov.br e www.noroesteconcursos.com.br, devendo ainda manter-se atualizado.

7.12. O local e horário de realização das provas serão divulgados oportunamente nos endereços eletrônicos www.ascurra.sc.gov.br e no site www.noroesteconcursos.com.br.

7.13. Só será permitida a realização da prova em data, local e horário estabelecidos.

7.14. Somente será admitido na sala de prova o candidato que apresentar um dos documentos discriminados no item 7.15 deste capítulo, desde que permita, com clareza, a sua identificação.

7.15. O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 1 (uma) hora, munido de caneta azul ou preta, e de UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Certificado Militar;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.

7.16. Não será aceito protocolo ou cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, ou qualquer outro documento diferente dos anteriormente definidos.

7.17. Não será admitido na sala de prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.18. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão através de questões de múltipla escolha, na forma estabelecida no presente Edital.

7.19. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

7.20. Durante as provas, não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie; utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, "WALK-MAN" ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos "celulares" deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o término da prova.

7.21. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal Volante, designado pela Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Concurso Público.

7.22. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 1 (uma) hora do horário previsto para o início das mesmas e constante do presente edital, devendo entregar ao Fiscal de Sala o respectivo Cartão de Respostas.

7.23. O Cartão de Respostas, cujo preenchimento é de inteira responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue no final ao fiscal de sala, juntamente com o Caderno de Questões.

7.24 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

7.25. No dia seguinte a aplicação das provas, os Cadernos de Questões estarão disponíveis na íntegra no site www.noroesteconcursos.com.br, para consulta on-line pelos candidatos.

VIII - DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

8.1 O Conteúdo Programático constante das provas a que se submeterão os candidatos constam no Anexo I do Edital.

IX - DOS RECURSOS

9.1 Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a organizadora do concurso Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente às data do (a):

- a) Indeferimento do pedido de isenção;
- b) As inscrições indeferidas;
- c) Questões das Provas e Gabarito Preliminar;
- d) Resultados das Provas, desde que se refira a erros de cálculo das notas.
- e) Resultados da Prova de Títulos.
- f) Resultado da Prova Prática

9.1.1 Conforme dispõe o Art. 31 do Decreto nº 2517 de 05 de junho de 2013, fica instituído preço público para recurso de revisão de provas do Concurso Público em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa de inscrição.

9.1.1.1 O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

9.2. O recurso deverá ser protocolado no setor de tributação da Prefeitura Municipal de Ascurra, com as seguintes especificações:

- nome do candidato;
- número de inscrição;
- número do documento de identidade;
- cargo para o qual se inscreveu;
- a questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- a fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

9.3 Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob

pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração, conforme modelo no Anexo IV deste edital.

9.4 Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou via eletrônica, devendo ser digitado ou datilografado e estar embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

9.5 Os recursos inconsistentes serão indeferidos e os encaminhados fora dos prazos serão desconhecidos.

9.6 Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

9.7 As respostas aos recursos interpostos serão afixadas no site da Prefeitura www.ascurra.sc.gov.br e no site www.noroesteconcursos.com.br.

X - DA PONTUAÇÃO FINAL

10.1. A pontuação final do candidato será a nota obtida na prova objetiva observando quando for o caso a realização da prova prática.

10.2. Para os cargos de professor, a pontuação final do candidato será a somatória das notas obtidas nas provas objetiva e na prova de avaliação de títulos.

XI - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da pontuação final.

11.2. Os candidatos classificados serão enumerados em duas listas, sendo uma geral (todos os candidatos aprovados) e outra especial. (portadores de deficiência).

11.3. Não ocorrendo inscrição neste Concurso ou aprovação de candidatos portadores de deficiência, será elaborada somente a Lista de Classificação Final Geral.

11.4 - Na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

- a - idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada.
- b) Maior nota final na Prova Prática.
- c) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Cargo.
- d) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.
- e) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- f) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- g) Maior idade.

11.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio público.

XII - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

12.1. São requisitos básicos para investidura no cargo público:

12.1.1. Aprovação neste concurso público;

12.1.2. Nacionalidade brasileira;

12.1.3. O gozo dos direitos políticos;

12.1.4. A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

12.1.5. Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando for o caso;

12.1.6. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;

12.1.7. Ser aprovado em exame médico pré-admissional;

12.1.8. Apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição;

12.1.9. O candidato que, no decorrer do processo desistir da ocupação da vaga, será automaticamente eliminado deste Concurso Público, salvo os casos que o candidato aprovado solicitar para que fique na última colocação.

XIII - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

13.1. Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

13.2. A convocação para contratação será feita através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (Associação dos Municípios de Santa Catarina), endereço www.diariomunicipal.com.br/ e no site da Prefeitura do Município de Ascurra www.ascurra.sc.gov.br.

13.3. O candidato aprovado e convocado deverá comparecer a Prefeitura do Município de Ascurra no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desistência do cargo público.

13.4. O convocado deverá apresentar toda documentação estabelecida no item 15.1 deste edital, e deverá tomar posse no cargo público no prazo de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado por igual período por uma única vez.

XIV - DO DECLÍNIO DE VAGA

14.1. O candidato aprovado e convocado poderá optar por escrito, pelo declínio de vaga, passando automaticamente a integrar o último lugar na lista de aprovados no cargo para o qual concorreu.

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

CPF;
Título de Eleitor;
Carteira de Identidade RG;
Carteira de Trabalho CTPS (identificação e contrato);
Certificado de Escolaridade ou Diploma;
Histórico Escolar;
Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da

Categoria);
Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se Motorista);
Certificado Militar (se homem);
Declaração de Não Acumulação de Cargo (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);
1 Foto 3X4
Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 Anos;
Cartão de Vacina dos Filhos Menores de 05 Anos;
Frequência Escolar dos filhos maiores de 06 e menores de 14 anos;
Certidão Negativa de Débito Municipal;
Atestado de Saúde Admissional;
Declaração de Bens;
Comprovante de votação da última eleição;
Comprovante de Residência;
Certidão de Nascimento ou Casamento;
Pis/Pasep (ou declaração que não possui);
Certidão de Regularidade Junto ao Conselho de Classe;
Pagamento da Anuidade do Conselho de Classe (ano base);
Certidão de Antecedentes Criminais (Ações Cíveis e Criminais) - (www.tj.sc.gov.br);
Declaração de Imposto de Renda ou de Isento (última);

15.2. Para efeito de sua contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

15.3. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Concurso Público, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

15.4. A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

15.5. A Organizadora bem como o órgão realizador do presente certame não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao Concurso Público.

15.6. Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do resultado final do Concurso Público, as Folhas de Respostas serão digitalizadas, pela organizadora realizadora do certame público, podendo após serem incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de 05 (cinco) anos).

15.7. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

15.8. A validade do presente Concurso Público será de 2 (dois) anos, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.

15.9. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

15.10. Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam com qualquer dos sócios da organizadora relação de parentesco disciplinada nos artigos 1591 a 1595 do Novo Código Civil.

15.11. Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão dirimidos em comum pela organizadora e pela Prefeitura Municipal, através da Comissão

Fiscalizadora e de Acompanhamento do Concurso Público especialmente constituída pelo Decreto Municipal nº 2517, de 05 de junho de 2013.

15.12. A Homologação do Concurso Público poderá ser efetuada por cargo, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

15.13. Os vencimentos constantes do presente Edital são referentes ao da data do presente Edital.

15.14. A aprovação no Concurso Público não ensejará a obrigatoriedade de nomeação para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas no período de vigência do concurso.

15.15. Caberá ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados deste Concurso Público.

15.16. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no site oficial do município www.ascurra.sc.gov.br e no site www.noroesteconcursos.com.br.

15.17. A Prefeitura do Município de Ascurra-SC e a organizadora, se eximem das despesas com viagens e estadas dos candidatos para comparecimento em quaisquer das fases deste Concurso Público.

15.18. As informações sobre o presente Concurso Público, até a publicação da classificação final, serão prestadas pela organizadora SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES por meio do Telefone 0xx(44) 3263-2351 de segunda a sexta-feira das 8h às 17h, sendo que após a competente homologação serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ascurra - SC.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural do Paço Municipal, no site oficial do município www.ascurra.sc.gov.br/, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - sítio www.diariomunicipal.com.br/ e da organizadora www.noroesteconcursos.com.br/ e ainda publicado na forma de extrato no "Jornal de Santa Catarina".

Ascurra, 18 de julho de 2013.

MOACIR POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA:

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO: Textos: Interpretação de textos. Significado das palavras. Sinônimos e antônimos. Homônimos e parônimos. Fonética e fonologia: Identificação de vogais, semivogais e consoantes. Letras e fonemas. Identificação de encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Separação de sílabas. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas. Acentuação gráfica: princípios básicos (regras), classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica. Classe de palavras (classes gramaticais). Tipos de sujeito e predicado. Tipos de verbos.

CARGOS DE ENSINO MÉDIO/TÉCNICO E NÍVEL SUPERIOR: Textos: Interpretação de textos. Ortografia: Uso das letras. Uso dos acentos gráficos. Pontuação: Uso dos sinais de pontuação. Fonética e fonologia: Letras e fonemas. Identificação de vogais,

semivogais e consoantes. Identificação de encontros vocálicos e consonantais. Separação de sílabas. Classificação dos vocábulos pelo número de sílabas. Classificação dos vocábulos pela posição da sílaba tônica. Morfossintaxe: Classes de palavras. Flexão do nome e do verbo. Emprego de pronomes, preposições e conjunções. Relações entre as palavras. Concordância verbal e nominal. Frase (definição, ordem direta e inversa). Oração e período. Termos da oração (sujeito e predicado, predicado verbal, nominal e verbo-nominal, verbos transitivos, intransitivos, de ligação e seus complementos, adjunto adnominal e adverbial). Classificação de orações (coordenadas e subordinadas). Vozes do verbo (ativa, passiva e reflexiva). Colocação dos pronomes oblíquos. Uso da crase. Significação das palavras. Homônimos e parônimos. Sinônimos e antônimos. Linguagem figurada. Identificação e interpretação de figuras de linguagem.

MATEMÁTICA

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO: Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Frações. Expressões algébricas - Fatoração. Regra de três. Raiz quadrada. Juro simples. Razão e proporção. Produtos notáveis. Teoria dos conjuntos e unidades. Sistema métrico decimal. Potenciação e radiciação. Porcentagem. Geometria. Grandezas proporcionais. Equações e sistema de equações. Problemas.

CARGOS DE ENSINO MÉDIO/TÉCNICO E SUPERIOR: Conjunto: Teoria dos conjuntos, símbolos lógicos, pertinência, representação, igualdade, desigualdade e inclusão. Subconjuntos: Reunião, interseção, conjunto vazio, diferença, complementar. Conjuntos Numéricos: Conjunto (N) dos números naturais; Conjunto (Z) dos números inteiros; Conjunto (Q) dos números racionais; Conjunto (I) dos números irracionais; Conjunto (R) dos números reais, intervalos reais. Funções: Produto Cartesiano, relação binária, diagrama de flechas, gráfico cartesiano, domínio, contradomínio e imagem de uma função, domínio de uma função real/função inversa e função composta. Função Polinomial do 1º Grau: Função crescente e decrescente, raiz ou zero de uma função do 1º Grau; estudo dos sinais da função do 1º Grau, gráfico. Inequações, sistemas de inequações, inequação-produto, inequação quociente. Função Polinomial do 2º Grau: Gráfico, raízes ou zeros da função quadrática; vértice da parábola; conjunto, imagem, estudo dos sinais. Função logarítmica; logaritmo; propriedades operatórias; mudança de base; equações logarítmicas; inequações logarítmicas. Trigonometria; trigonometria no triângulo retângulo e no círculo; funções trigonométricas; relações trigonométricas. Progressões: sequência ou sucessão; progressão aritmética; progressão geométrica.

ATUALIDADES

Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional e internacional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ATENDENTE DE COMBATE A ENDEMIAS: Lei 8.142/90 – Controle Social e Financiamento do SUS. Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes; Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Prevenção e promoção da Saúde: Visita Domiciliar - Saúde e comunidade. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário; Conceitos de eficácia e eficiência e efetividade em saúde coletiva; Estratégia de avaliações em saúde: conceitos, tipos instrumentos e técnicas; Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento; Noções básicas de doenças como

Leishmaniose Visceral e Tegumentar, Dengue, Malária, Esquistossomose, dentre outras. Coleta seletiva do lixo; Riscos ambientais: contaminantes (produtos químicos); Ética profissional. Lei 8.080/90. Estatuto dos Servidores do Município de Ascurra - LC 117/2011 e alterações

ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL: Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Noções básicas de cuidado, alimentação e higienização de crianças. Estatuto dos Servidores do Município de Ascurra.

ATENDENTE DE VETERINÁRIO: Conceitos básicos de saúde, cuidados, alimentação, castração, higienização, captura e transporte de animais. Estatuto dos Servidores do Município de Ascurra.

ATENDENTE GERAL: Conceitos. Periféricos de um Computador. Hardware. Software. Utilização do Sistema Operacional Windows XP. Configurações Básicas do Windows XP. Aplicativos Básicos (bloco de notas, calculadora, Paint, WordPad). Instalação, configuração e utilização: Processador de Textos Microsoft Word (a partir da versão 2000) e Planilha Eletrônica Excel (a partir da versão 2000). Recursos Básicos e utilização do Adobe Reader (Adobe Reader 7.0). Configuração de Impressoras. Noções básicas de Internet (Internet Explorer a partir da versão 6.0) Noções básicas de Correio Eletrônico – Outlook. Estatuto dos Servidores do Município de Ascurra - LC 117/2011 e alterações

AUDITOR FISCAL: DIREITO ADMINISTRATIVO: Regime jurídico administrativo. A Administração Pública, conceito, poderes e deveres do administrador público, uso e abuso do poder. Atos Administrativos, conceitos e requisitos, atributos, classificação, motivação, invalidação. **DIREITO CONSTITUCIONAL:** Autonomia dos Municípios. Princípios fundamentais. Organização do Estado: organização político-administrativa da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, territórios, repartição de competências; e intervenção nas esferas de poder. Poder Executivo - atribuições e responsabilidades; Do Sistema tributário nacional. Hierarquia das leis. **DIREITO TRIBUTÁRIO:** Princípios Gerais. Competência Tributária. Limitações do Poder de Tributar. Tributos. Conceito e Classificação. Impostos. Taxas. Contribuição de Melhoria. Impostos de Competência da União. Impostos de Competência dos Estados. Impostos de Competência dos Municípios: IPTU, ISS e ITBI. Repartição das Receitas Tributárias. Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e Lei Complementar nº 116/03. Imposto Sobre a Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis. Legislação Tributária. Vigência. Aplicação. Interpretação e Integração. Obrigação Tributária. Fato Gerador. Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Responsabilidade Tributária. Crédito Tributário. Constituição. Suspensão. Extinção. Exclusão. Garantias e Privilégios. Administração Tributária. Fiscalização. Dívida Ativa. Certidões Negativas. Simples Nacional - Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Cobrança Judicial da Dívida Ativa - Lei Federal nº. 6.830/1980. **CONTABILIDADE PÚBLICA BRASILEIRA** - Regime Contábil; Exercício Financeiro; Dotação Orçamentária; Execução e Controle do Orçamento; Controle Interno; Controle Orçamentário e Financeiro; Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro. **RECEITA PÚBLICA** - Receita Orçamentária, Receita Extra Orçamentária, Arrecadação, Recolhimento, Receita da Dívida Ativa, Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária, Vinculações Constitucionais da Receita Pública; **DESPESA PÚBLICA** - Despesa Orçamentária, Despesa Extra Orçamentária, Empenho, Liquidação, Pagamento, Restos a Pagar, Despesas pelo Regime de Adiantamento; Fundos Especiais; **PATRIMÔNIO PÚBLICO** - Substância Patrimonial, Contra Substância Patrimonial, Ativo Financeiro, Passivo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Permanente e Situação Líquida. Legislação do Cheque. Código Tributário Nacional. Código Tributário Municipal – LC 43/2002 e alterações. Estatuto dos Servidores do Município de Ascurra - LC 117/2011 e alterações

FARMACÊUTICO: **FARMACOLOGIA:** Farmacocinética - Absorção,

distribuição e Eliminação das Drogas; Farmacodinâmica - Mecanismo de Ação das Drogas que atuam em diversos Órgãos e Sistemas; Classificação dos medicamentos; Toxicologia; Interações medicamentosas. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica: Conceitos Gerais; uso Racional de Medicamentos; Intervenção Farmacêutica e otimização da farmacoterapia; Aspectos de biossegurança em farmácias; Farmacoepidemiologia e Farmacovigilância; Estudos de utilização de medicamentos; Farmacoterapia baseada em evidências. **SELEÇÃO DE MEDICAMENTOS:** Conceitos Gerais; Farmacoeconomia; Padronização de Medicamentos; Guias farmacoterapêuticos, Serviços e Centros de Informações de Medicamentos; Comissões de Farmácia e Terapêutica. **MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:** Controle de Psicotrópicos, entorpecentes e antirretrovirais (Legislação e dispensarão); Portaria 344/98; Medicamentos de referência, similares e genéricos. **FARMACOTÉCNICA E TECNOLOGIA FARMACÊUTICA:** Manipulação de Fórmulas Magistrais; Boas Práticas de Fabricação de Produtos Farmacêuticos; Farmacotécnica de Produtos Estéreis: Reconstituição, Diluição, Fracionamento e Estabilidade de Produtos Injetáveis; Preparo de Soluções Parenterais e Outras Formulações de Grande volume; Cálculos em farmácia; Noções Básicas de Filtração, Destilação e Esterilização. **CONTROLE DE QUALIDADE:** Controle de Qualidade de Matérias-primas e Produtos Farmacêuticos - Métodos físicos, químicos, físico-químicos, biológicos e microbiológicos; garantia de Qualidade em Farmácia Hospitalar. **ÉTICA PROFISSIONAL:** Legislação Sanitária aplicada à Farmácia. A organização Jurídica da profissão Farmacêutica. Histórico da profissão farmacêutica no Brasil e no mundo. Conceitos básicos em Ciências Farmacêuticas. Política de Medicamentos. História da Saúde Pública no Brasil. O SUS. **EPIDEMIOLOGIA:** Determinações Sociais do Processo Saúde/Doença e Aspectos Epidemiológicos. Indicadores de Saúde Gerais e Específicos. Doenças de Notificação Compulsória. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Noções de controle de infecção hospitalar. **LICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS:** Administração de Farmácia dispensarão, aviamento de receitas, controle de estoque de medicamentos, normas, rotinas e recursos humanos.; Boas práticas de armazenamento e estocagem de medicamentos; Organização de Almoxxarifados e Condições adequadas de Armazenamento; Controle e planejamento de Estoque de Medicamentos e Materiais de Consumo; Consumo Médio Mensal, Ponto de Requisição, Estoque Mínimo e Estoque Máximo Curvas ABC/XYZ; Sistemas de Distribuição e Dispensação de Medicamentos. Código de ética do Farmacêutico, Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Estatuto dos Servidores do Município de Ascurra - LC 117/2011 e alterações

MÉDICO - CLINICO GERAL: Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarréias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiênciacardiaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micose superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social;

Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Estatuto dos Servidores do Município de Ascurra - LC 117/2011 e alterações

MÉDICO PEDIATRA: Epidemiologia em saúde da criança. Diagnóstico de saúde da população infantil de uma comunidade. Organização do sistema de saúde/modelo de assistência à saúde-população. Assistência farmacêutica à criança. Planejamento e execução de programas de atenção à saúde da criança (CD, IRA, Diarréia/TRO, Imunização, Aleitamento materno). Relação médico-família-criança. Problemas comuns do ambulatório de cuidados primários em pediatria: alimentação da criança. Crescimento e desenvolvimento neuro-psico-motor. Dificuldades escolares, distúrbios da nutrição e metabolismo. Saúde bucal. Aspectos da gestação, parto e cuidados com o recém-nascido. Patologias do aparelho digestivo. Doenças infecto-contagiosas e parasitárias em pediatria. Doenças respiratórias agudas e crônicas. Patologias do trato urinário. Anemias. Patologias cardíacas. Afecções cirúrgicas comuns da infância. Problemas dermatológicos na infância. Problemas ortopédicos mais comuns na infância. Medicina do adolescente. Urgências em pediatria. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Estatuto dos Servidores do Município de Ascurra - LC 117/2011 e alterações

MÉDICO GINECOLOGISTA : Anatomia e fisiologia do aparelho genital. Anamnese e exame ginecológico. Exames complementares em Ginecologia. Malformações genitais. Corrimento genital: etiopatogenia, diagnóstico e tratamento. Doenças sexualmente transmissíveis. Doença inflamatória pélvica aguda e tuberculose genital. Dismenorréia primária e secundária. Hemorragia uterina disfuncional. Prolapsos genitais. Incontinência urinária de esforço. Métodos contraceptivos e suas complicações. Climatério descompensado. Patologias benignas do colo uterino. Miomatoses uterinas. Endometriose: diagnóstico e tratamento. Câncer do colo uterino e do endométrio. Tumores malignos e benignos dos ovários. Lesões benignas e malignas das mamas. Abdomem agudo em Ginecologia. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal Do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos

Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde:

conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Estatuto dos Servidores do Município de Ascurra - LC 117/2011 e alterações

NUTRICIONISTA: Alimentos e nutrientes. Fisiologia e metabolismo da nutrição. Fundamentos básicos em nutrição humana. Microbiologia dos alimentos, saúde pública e legislação. Alimentos dietéticos e alternativos. Produção: administração de serviços de alimentação. Planejamento do serviço de nutrição e dietética; aspectos físicos do serviço de nutrição e dietética; sistema de distribuição de refeições; serviços de alimentação hospitalar. Critérios para elaboração de cardápios. Saneamento e segurança na produção de alimentos e refeições. Gestão de estoque: curva ABC. Controle higiênico-sanitário dos alimentos. Análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC). Dietoterapia. Saúde Pública: avaliação nutricional hospitalar e ambulatorial. Dietoterapia nas patologias do tubo gastrointestinal e órgãos anexos (fígado, pâncreas, endócrino e exócrino e vias biliares). Dietoterapia nas patologias renais. Dietoterapia nas patologias cardiovasculares. Dietoterapia na obesidade e magreza. Dietoterapia nas cirurgias digestivas. Dietoterapia na gravidez e lactação. Atenção nutricional ao idoso. Avaliação e internação de exames laboratoriais de rotina. Internação droga-nutrientes. Dietoterapia pediátrica: avaliação nutricional; orientação nutricional nas síndromes diarreicas; orientação nutricional na recuperação do desnutrido, orientação nutricional nas afecções renais, orientação nutricional na obesidade, nas doenças gastrointestinais, nas cirurgias digestivas, nas pneumopatias, nas erosematos do metabolismo. Terapia nutricional parenteral e enteral. Ética profissional. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Estatuto dos Servidores do Município de Ascurra - LC 117/2011 e alterações

PROFESSOR II: Reflexões sobre novos olhares de alfabetização, letramento, As relações entre ensino e aprendizagem na sala de aula, A Metodologia nas áreas do conhecimento, A importância do jogo na educação, Análise e interpretação de textos, A leitura, A Literatura Infantil - 1ª ao 5ª ano, O comportamento infantil - 7 a 10 anos, A criança e as normas escolares. Critérios para seleção dos conteúdos de ensino. - Planejamento de atividades de ensino. Critérios para análise e seleção de livros didáticos e outros recursos. Metodologia do Ensino e Conteúdos Básicos de: Estudos Sociais, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Educação Artística, Educação Física/Recreação e Alfabetização. Tecnologias Audiovisuais e informática voltada à Educação. Constituição Federal de 1988 – ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. RCNs. Estatuto dos Servidores do Município de Ascurra - LC 117/2011 e alterações

PROFESSOR DE ARTES: A especificidade do conhecimento artístico e estético; A produção artística da humanidade em diversas épocas, diferentes povos, países, culturas; identidade e diversidade cultural; A contextualização conceitual, social, política, histórica, filosófica e cultural da produção artístico-estética da humanidade. ARTE - LINGUAGEM: O homem - ser simbólico; arte: sistema semiótico de representação; os signos não verbais; as linguagens da arte: visual, audiovisual, música, teatro e dança; construção/produção de significados nas linguagens artísticas;

leitura e interpretação significativas de mundo; a fruição estética e o acesso aos bens culturais; percepção e análise; elementos e recursos das linguagens artísticas; ARTE E EDUCAÇÃO: O papel da arte na educação; o professor como mediador entre a arte e o aprendiz; o ensino e a aprendizagem em arte; fundamentação teórico - metodológica; o fazer artístico, a apreciação estética e o conhecimento histórico da produção artística da humanidade, na sala de aula. Parâmetros Curriculares Nacionais. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 – ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. PCNs e RCNs. Estatuto dos Servidores do Município de Acurra - LC 117/2011 e alterações

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: VOLEIBOL: - Regras, sistema Operacional, Sistemas Ofensivos, Regulamento, Competição, Histórico. **BASQUETEBOL:** - Regras e Regulamentos, Competições, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos, Histórico. **HANDEBOL:** - Regras, Competições, Sistemas de ataque e defesa, Histórico. **ATLETISMO:** - Regras, Provas: corridas, saltos, arremessos, Competições: Jogos Regionais - Abertos - Olimpíadas, Materiais. **NATAÇÃO:** - Regras, Estilos, Largadas, Viradas, Índices Técnicos, revezamento, Jogos Regionais - Abertos - Competições - Olimpíadas. **FUTEBOL DE SALÃO:** - Regas, Regulamentos, Competições, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos. **FUTEBOL:** - Regras, Competições, Regulamentos, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos. Constituição Federal de 1988 – ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. PCNs e RCNs. Estatuto dos Servidores do Município de Acurra - LC 117/2011 e alterações

PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA: Interpretação: Identificação do tema central e das diferentes ideias contidas nos textos. Estabelecimento de relações entre as diferentes partes nos textos. Identificação de enunciados que expressam lugar, tempo, modo, finalidade, causa condição, consequência e comparação. Estudo do vocabulário: significado de palavras e expressões num contexto. Semelhanças e diferenças de significados de palavras e expressões (falsos cognatos). Aspectos gramaticais/aplicação prática: flexão do nome, do pronome e do artigo. Substantivos (contáveis e não contáveis em inglês). Flexão do verbo. Significado através da utilização do tempo verbal e verbos auxiliares. Regência e concordância nominal/verbal. Preposições de tempo/lugar. Substantivos, adjetivos e verbos seguidos de preposição. Orações com relação de causa, consequência, tempo, modo, condição, concessão, comparação. Orações relativas. Pronomes interrogativos. Frases interrogativas. Parâmetros Curriculares Nacionais. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 – ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. PCNs e RCNs. Estatuto dos Servidores do Município de Acurra - LC 117/2011 e alterações

TÉCNICO DE ENFERMAGEM: Técnicas Fundamentais em Enfermagem: Registro de Enfermagem, com evolução do paciente, sinais vitais (TPR/PA), peso, altura, mobilização, higiene corporal, controle hídrico, administração e preparo de medicamentos;

orientações pertinentes ao autocuidado, promoção do conforto físico, auxílio em exames e coleta de materiais para exames. Lei do exercício profissional: Decreto que regulamenta a profissão; código de ética do profissional de Enfermagem; Legislação do Sistema Único de Saúde. Saúde Pública: Participar da vigilância epidemiológica, imunizações, programas de atenção à saúde do adulto, mulher, criança e adolescente; conhecer doenças infecto parasitárias e demais patologias atendidas na rede básica; Atentar para a importância das ações educativas a respeito de higiene e saneamento básico e suas implicações com a saúde. Noções de Enfermagem Médico-cirúrgica: Assistência a pacientes portadores de doenças crônicas (hipertensão arterial, diabetes mellitus, asma, bronquite, pneumonia). Rotinas de esterilização, preparo de material e prevenção de infecção hospitalar. Noções de Enfermagem Materno-Infantil: Assistência ao pré-natal/pré-parto/ puerpério; cuidados imediatos com recém-nascido, e seu conforto, higiene, segurança e alimentação. Cuidados com recém-nascido filho de cliente com patologias de bases com diabetes mellitus e hipertensão arterial. Noções de Enfermagem em Pronto-Socorro: Reconhecer situações que envolvam pacientes em risco de vida, auxiliando-os com técnicas científicas; Ética profissional. Normas e diretrizes da Estratégia Saúde da Família. Estatuto dos Servidores do Município de Acurra - LC 117/2011 e alterações

SUPERVISOR DE RECURSOS HUMANOS: Recursos Humanos: Gestão de Pessoas: conceitos, evolução histórica, desafios, o profissional de gestão de pessoas: recrutamento e seleção: treinamento, desenvolvimento e educação, avaliação de desempenho, cargos e salários e carreiras, motivação, liderança e negociação. Consolidações das Leis Trabalhistas - CLT; Noções de Hierarquia e relações humanas no trabalho e noções de segurança e equipamentos de segurança no trabalho; Noções de Informática Básica; Noções de ética e cidadania. Estatuto dos Servidores do Município de Acurra - LC 117/2011 e alterações

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

NUTRICIONISTA:

Atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva, relativas a nutrição e outras atividades correlatas.

Proceder ao planejamento e elaboração de cardápios e dietas especiais,baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de introdução gradativa de produtos naturais mais nutritivos e econômicos,para oferecer refeições balanceadas.

Programar e desenvolver o treinamento,em serviço,de pessoal auxiliar de nutrição,realizando entrevistas e reuniões e observando o nível de rendimento,de habilidade,de higiene e de aceitação dos alimentos pelos comensais,para racionalizar e melhorar o padrão técnico dos serviços.

Orientar o trabalho do pessoal auxiliar,supervisionando o preparo,distribuição de refeições,recebimento de gêneros alimentícios,sua armazenagem e distribuição para possibilitar um melhor rendimento do serviço.

Atuar no setor de nutrição dos programas de saúde,planejando e auxiliando sua preparação para atender às necessidades de grupos particulares ou da coletividade.

Preparar programas de educação e readaptação em matéria de nutrição,avaliando a alimentação de coletividades sadias e enfermas, para atender às necessidades individuais e/ou do grupo e incutir bons hábitos alimentares.

Efetuar o registro das despesas e das pessoas que receberam refeições,fazendo anotações em formulários apropriados para estimar custo médio da alimentação.

Promover o conforto e a segurança do ambiente de trabalho,dando

orientações a respeito para prevenir acidentes.

Participar de comissões e grupos de trabalho encarregados da compra de gêneros alimentícios, alimentos semi-preparados e refeições preparadas, aquisição de equipamentos, maquinaria e material específico, emitindo opiniões de acordo com seus conhecimentos para garantir regularidade no serviço.

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

SUPERVISOR DE RECURSOS HUMANOS:

Contribuir para a realização dos processos de concurso público para cargos efetivos e para contratação temporária identificando vagas existentes, efetuando inscrições e convocando os classificados para assumir o cargo.

Contribuir com atividades operacionais do setor como: admissões, férias, rescisões, licenças, controle de variáveis mensais, encargos sociais, arquivo de documentos de setor, entre outros, cumprindo as normas e políticas da Prefeitura.

Contribuir para a elaboração da folha de pagamento mensal e 13º salário, através da operacionalização do Sistema de Folha, realizando lançamentos, processando os cálculos, efetuando a conferência e emissão dos relatórios específicos.

Realizar conferência dos descontos de farmácia, empréstimos, auxílio alimentação, auxílio financeiro para curso de nível superior e especialização, plano de saúde, seguro de vida e outros; cadastrar e excluir usuários, verificar alterações dos planos.

Contribuir para a operacionalização do sistema de informações para a Receita Federal, referente aos encargos sociais.

Manter atualizado no sistema da folha de pagamento as informações referente ao edital de concurso público, Edital de Processo de Seleção, candidatos inscritos, candidatos aprovados, etapas do concurso, candidato aprovado por etapa, candidatos que desistiram dos cargos.

Cadastrar atos legais de nomeação, reintegração, reenquadramento, demissão, exoneração, concessão de aposentadoria, falecimento, concessão de gratificação e outras.

Manter atualizado a ficha funcional do servidor.

Acompanhar processo de estágio probatório incluindo: nomeação da comissão de avaliação em estágio probatório, fichas de avaliação, acompanhar e controlar avaliações, orientar e caminhar fichas de avaliações para as chefias, fazer o intercâmbio com a comissão de Avaliação, encaminhar resultado final das avaliações em estágio probatório ao Prefeito Municipal encaminhar para a estabilidade ou para a abertura de processo administrativo de exoneração.

Auxiliar na atuação e orientação sobre a aplicação de normas gerais;

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva.

Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista.

-Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico.

Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente.

Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar

orientação terapêutica adequada.

Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais.

Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas.

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

MÉDICO PEDIATRA

Atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva, com especialidade no atendimento à crianças e adolescentes e outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.

Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva.

Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista.

-Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico.

Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente.

Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada.

Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais.

Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas.

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

MÉDICO GINECOLOGISTA

Atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva, com especialidade no atendimento de mulheres gestantes e outras atividades correlatas.

Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva.

Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista.

-Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico.

Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente.

Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada.

Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais.

Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas.

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

FARMACÊUTICO

Assumir a responsabilidade técnica da Farmácia do Município;
 Aviar, classificar e arquivar receitas;
 Registrar saída de medicamentos sob regime de controle sanitário especial, em livro próprio;
 Apresentar mapas e balanços periódicos dos medicamentos utilizados e em estoque;
 Controlar receitas e serviços de rotulagem, realizando periodicamente o balanço de entorpecentes e equiparados;
 Adquirir e controlar estoque de medicação clínica principalmente psiquiátrica de entorpecentes e equiparados;
 Cadastrar informações sobre unidades de distribuição de medicamentos e vacinas;
 Supervisionar e assessorar a análise física e química de embalagens, recipientes e invólucros dos medicamentos a fim de evitar que os mesmos alterem suas características farmacodinâmicas;
 Assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica a fim de servir de subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros;
 Orientar, supervisionar e dar assistência aos técnicos e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades;
 Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos de laboratório, bem como, orientar a sua correta utilização;
 Assinar todos os documentos elaborados nos laboratórios;
 Articular-se com a chefia da unidade, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais, e o bom relacionamento de pessoal;
 Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua formação profissional;
 Planejar e executar as políticas locais de fornecimento de medicamentos à população carente;
 Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico.
 Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

AUDITOR FISCAL

Exigir a exibição de livros e documentos gerenciais, fiscais e contábeis comprobatórios dos atos e operações que apurem a existência de obrigação tributária;
 lavrar termo, intimação, notificação, notas de lançamento, auto de infração e auto de apreensão;
 fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações;
 apreender bens ou mercadorias, quando necessário para comprovar a existência de infração à legislação tributária;
 exigir informações escritas ou verbais necessárias para a apuração de obrigação tributária;
 notificar ou intimar o sujeito passivo ou o responsável por obrigação tributária;
 autuar o sujeito passivo ou o responsável por infringência à legislação tributária;
 opinar sobre solicitação de restituição de tributos;
 proceder à orientação aos contribuintes;
 promover a educação tributária municipal;
 praticar outros atos indicados na legislação municipal.
 Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Auxiliar na atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal;
 Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos;
 Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental;
 Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento

adequado às intervenções programadas;
 Manter atualizado o prontuário dos pacientes;
 Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários;
 Ministrando medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos;
 Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde;
 Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde;
 Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia

AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS

Execução de todas as atividades de vigilância e controle do *Aedes aegypti* no município.
 Realizar inspeção em armadilhas e pontos estratégicos para descobrimento de focos, pesquisa larvária em imóveis para levantamento de índice do município infestados ou com a presença do *Aedes aegypti*.
 Realizar a eliminação de criadouros tendo como método de primeira escolha o controle mecânico (remoção, destruição, vedação, etc).
 Orientar a população com relação aos meios de evitar a proliferação de retorno.
 Utilizar corretamente o equipamento de proteção individual indicados para a situação.
 Repassar ao supervisor da área os problemas de maior grau de complexidade não selecionados.
 Manter atualizado o cadastro de imóveis de pontos estratégicos da sua área de trabalho.
 Registrar as informações referentes as atividades executadas nos formulários específicos.
 Realizar palestras de formação sobre as endemias nas escolas do município.
 Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

ATENDENTE GERAL

Recepcionar e encaminhar visitantes para os devidos departamentos; marcar reuniões; Enviar e receber correspondências ou produtos.
 Processar a correspondência recebida (pacotes, telegramas, faxes e mensagens), organizá-los e distribuir para o destinatário.
 Arquivar documentos e auxiliar nos trabalhos burocráticos dos departamentos administrativos.
 Informar e repassar informações aos superiores com clareza e presteza.

ATENDENTE DE VETERINÁRIO

Realização de primeiros socorros, realização e aplicação de medicamentos, auxílio ao procedimentos veterinários;
 Auxiliar o médico veterinário nos trabalhos de defesa animal;
 Realizar trabalhos de inseminação artificial;
 Manejar equipamentos diversos destinados a produção animal;
 Realizar trabalhos inerentes à criação e guarda de animais;
 Executar tarefas de manutenção dos equipamentos utilizados;
 Recolher os animais para a ordenha;
 Identificar e apontar animais com problemas de fertilidade, doenças e reprodução;
 Auxiliar as fêmeas nos partos;
 Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Promover a adaptação das crianças admitidas ou remanejadas nos

Centros de Educação Infantil (creches);
 Executar as atividades de acordo com o planejamento pedagógico, respeitando o estágio de desenvolvimento das crianças;
 Orientar as crianças em suas indagações e estimulando seu desenvolvimento, para lhes proporcionar, em toda sua amplitude, a convivência familiar; orienta a participação das crianças na vida da comunidade, acompanhando-as em passeios, excursões, atividades religiosas, cívicas e demais eventos previstos, para promover a sua integração social;
 cuidar da saúde das crianças. conservar o vestuário das crianças; prepara e serve a alimentação das crianças para possibilitar a oportunidade de ensinar-lhes o correto procedimento durante as refeições;
 cuidar da higiene diária das crianças, banhando-as, vestindo-as e transmitindo hábitos de higiene pessoal, para lhes proporcionar asseio e boa aparência.
 Participar do planejamento das atividades psicopedagógicas a serem desenvolvidas sob orientação da Educação Técnica e Diretora;
 Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Executar trabalho rotineiro de limpeza em geral em edifícios, prédios e dependências escolares, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências, móveis, utensílios e instalações, louças, talheres, copos, vasilhames, panelas e outros para manter as condições de higiene e conservação;
 Arrumar banheiros e toaletes, limpando-os e reabastecendo-os com papel sanitário, toalhas e sabonetes, para conservá-los em condições de uso;
 Coletar o lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo em lixeiras ou incineradores;
 Preparar a alimentação, temperando, amassando e triturando os alimentos de acordo com as instruções recebidas para atender ao regime alimentar adequado, auxiliando as crianças nas suas refeições, para garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio das mesmas;
 Separar os materiais a serem utilizados na confecção da refeição ou merenda, escolhendo panelas, temperos, molhos e outros ingredientes para facilitar a sua manipulação; Preparar os alimentos, de maneira a garantir a forma e o sabor adequados a cada prato ou para seguir a receita; Controlar o estoque de ingredientes, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos a deterioração para providenciar as reposições necessárias;
 Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO

Auxiliar crianças com dificuldade de aprendizado, elaborar e aplicar brincadeiras, acompanhar o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais e dar suporte aos professores.
 Auxiliar a Educadora em suas atividades;
 Verificar agendas e encaminhar a Coordenação;
 Auxiliar nas refeições, trocas e passeios em grupo;
 Aplicar atividade diferenciada da sala: pinturas, contação de histórias e jogos.
 Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

MOTORISTA

Dirigir veículos leves e pesados, transportando pessoas e/ou materiais;
 Verificar, diariamente estado do veículos, vistoriando pneumáticos, direção, freios, nível de água e óleo, bateria, radiador, combustível, sistema elétrico e outros itens de manutenção, para certificar-se

de suas condições de funcionamento;
 Recolher passageiros em lugares e horas predeterminados, conduzindo-os pelos itinerários estabelecidos conforme instrução específicas;
 Transportar pacientes, conduzindo-os pelos itinerários estabelecidos conforme instruções específicas;
 Realizar viagens para outras localidades, segundo ordens superiores e atendendo às necessidades dos serviços, de acordo com o cronograma estabelecido;
 Recolher o veículo à garagem quando concluído o serviços, comunicando, por escrito
 qualquer defeitos observado e solicitando os reparos os necessários, para assegurar seu bom estado;
 Responsabilizar-se pela segurança de passageiros, mediante observância do limite Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

OPERADOR DE MÁQUINAS

Controlar e realizar serviços de manutenção de máquinas, equipamentos e implementos utilizados nos diversos serviços, limpando-os, abastecendo-os, lubrificando-os e efetuando outras operações necessárias ao seu funcionamento, para conservá-lo em bom estado e em perfeita condições de uso;

Realizar atividade qualificada de menor grau de complexidade, de natureza repetitiva, abrangendo operação e manutenção de qualquer das máquinas e equipamentos que integre a Patrulha Mecanizada do município de Ascurra.

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

AGENTE OPERACIONAL

Coletar o lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo em lixeiras ou incineradores;
 Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.
 Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de manutenção e conservação de vias públicas, praças, jardins, abertura de valas, trabalhos auxiliares a carpinteiros, pedreiros, pintores, lavação, manutenção e lubrificação de veículos em geral;
 Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

OFICIAL DE MANUTENSÃO E CONSERVAÇÃO

Executar trabalhos de pedreiro e carpintaria na construção e reconstrução de pontes do sistema viário municipal;
 Executar trabalhos de pedreiro, carpintaria, eletricidade, pintor, nas reforma e manutenção de imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal;
 Zelar pela conservação dos equipamentos que possui a sua disposição;
 Executar trabalhos de carpintaria; montar formas de madeira e painéis; construir andaimes; proteção de madeira e estruturas de madeira para telhado; escorar lajes de pontes, viadutos e grandes vãos; montar portas e esquadrias; finalizar serviço de desmonte de andaimes; limpeza e lubrificação de formas metálicas; selecionar materiais reutilizáveis.
 Executar serviços de assentamento de meio-fio, sarjeta e manilha de barro ou concreto;
 Construir alicerces, assentar tijolos, blocos, pedras, pisos e azulejos, segundo as técnicas pertinentes; orientar ou executar a mistura de materiais para obtenção de argamassa; rebocar as estruturas construídas; realizar trabalhos de manutenção preventiva e corretiva em prédios e logradouros públicos municipais; construir

túmulos e fechar sepulturas; zelar pela limpeza do local de trabalho e conservação do equipamento usado;
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

PROFESSOR II

Docência na educação infantil, anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e ou ensino médio, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola;

Zelar pela aprendizagem dos alunos;

Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

Ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidas;

Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem

Atender às determinações dos superiores para auxílio em atividades extra-curriculares e de interesse do processo educacional do Município.

PROFESSOR DE ARTES

ministrar aulas nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e educação infantil;

participar da elaboração do projeto pedagógico, discutindo a proposta da escola, fixando metas, definindo objetivos, cronogramas e selecionando conteúdos;

selecionar materiais e informações necessárias para as aulas de educação artística;

interagir com a família e a comunidade;

participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino;

participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado;

participar de projetos de inclusão escolar;

participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade do exercício da cidadania, ética, bem como frequência escolar das crianças do Município;

realizar pesquisas na área de educação;

executar outras atribuições afins.

Planejar, executar o trabalho docente, levantar dados e interpretá-los; contribuir para a qualidade do ensino e aprendizagem da Arte; estabelecer mecanismos de avaliação, considerar diferenças individuais, saber tratá-las e encaminhá-las; cooperar com os setores de supervisão e orientação escolar; trabalhar em equipe; executar atividades correlatas ao cargo.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ministrar aulas nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e educação infantil;

Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;

Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo proposta pedagógica da escola;

estudar as necessidades e a capacidade física dos alunos, atentando para a compleição orgânica dos mesmos, aplicando exercícios de verificação do tônus respiratório e muscular ou examinando fichas médicas, para determinar um programa esportivo adequado; elaborar o programa de atividades esportivas, baseando-se na comprovação de necessidades e capacidades e nos objetivos visados, para ordenar a execução dessas atividades;

instruir os alunos sobre os exercícios e jogos programados, inclusive sobre a utilização de aparelhos e instalações de esportes, fazendo demonstrações e acompanhando a execução dos mesmos pelos alunos, para assegurar o máximo aproveitamento e benefícios advindos desses exercícios;

efetuar testes de avaliação física, cronometrando, após cada série de exercícios e jogos executados pelos alunos, os problemas surgidos, as soluções encontradas e outros dados importantes, para permitir o controle dessas atividades e avaliação de seus resultados;

interagir com a família e a comunidade;

participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino;

participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado;

participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional;

participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade do exercício da cidadania, ética, bem como frequência escolar das crianças do Município;

realizar pesquisas na área de educação;

executar outras atribuições afins.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

ministrar aulas nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e educação infantil;

Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;

Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo proposta pedagógica da escola;

Zelar pela aprendizagem dos alunos;

Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

Ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidas;

Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino aprendizagem;

Atender às determinações dos superiores para auxílio em atividades extra-curriculares e de interesse do processo educacional do Município;

Planejar, executar o trabalho docente, levantar dados e interpretá-los; contribuir para a qualidade do ensino e aprendizagem da língua estrangeira; estabelecer mecanismos de avaliação, considerar diferenças individuais, saber tratá-las e encaminhá-las; cooperar com os setores de supervisão e orientação escolar; trabalhar em equipe; executar atividades correlatas ao cargo.

ANEXO III

CRITÉRIOS DA PROVA PRÁTICA

MOTORISTA:

Tarefa a ser executada: Dirigir e bascular caminhão basculante.

Critérios de avaliação:

I – Utilização de itens de segurança

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II – Realização de manobras

Ótimo – 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

III – Respeito as regras de sinalização.

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

IV – Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

V – Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS ESPECIFICOS

Tarefa á ser executada: manuseio de Máquina/Equipamento: RE-TROESCAVADEIRA

Critérios de avaliação:

I – Conhecimentos sobre a utilização de equipamentos de segurança.

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

II – Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

III – Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

IV – Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

V – Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos
 Bom - 1,5 pontos
 Regular - 1,0 ponto
 Ruim - 0,5 pontos
 Péssimo - 0,0 ponto

Observações:

1. Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a prova prática munidos de carteira nacional de habilitação original na categoria específica do cargo, sob pena de eliminação do concurso público.

2. A candidata gestante, além da assinatura da declaração, deverá apresentar atestado emitido por médico obstetra de que está em condições de realizar os testes previstos neste edital, ficando terminantemente vedada a realização da prova sem a apresentação do respectivo atestado médico.

3. O candidato considerado NÃO APTO na prova de aptidão física será desclassificado do Concurso.

ANEXO IV**FORMULÁRIO DE RECURSOS**

À

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASCURRA-SC

NOME DO CANDIDATO: _____

CARGO: _____

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

<input type="checkbox"/>	CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO	Ref. Prova objetiva
<input type="checkbox"/>	CONTRA GABARITO PRELIMINAR	Nº da questão:
<input type="checkbox"/>	CONTRA RESULTADO PROVA OBJETIVA	Gabarito Preliminar/Oficial:
<input type="checkbox"/>	CONTRA RESULTADO PROVA DE TÍTULOS	Resposta Candidato:
<input type="checkbox"/>	CONTRA RESULTADO PROVA PRÁTICA	

Justificativa do candidato - Razões do Recurso

Reproduzir a quantidade necessária. Preencher em letra de forma ou digitar e entregar este formulário em 02 (duas) vias, uma via será devolvida como protocolo.

Data: ____/____/____

Assinatura do candidato

CRONOGRAMA DE ASCURRA-SC

ATO	DATA
Publicação do Edital	23/07/2013
Período de inscrições	08/08 á 29/08/2013
Ultimo dia para pagamento dos boletos	30/08/2013

Ultimo dia para envio dos títulos	30/08/2013
Lista preliminar de inscritos	10/09/2013
Recursos contra o indeferimento de inscrições	11 á 13/09
Homologação das inscrições e divulgação dos locais de prova	17/09 às 18h
Aplicação das provas objetivas	22/09 - manhã
Aplicação das provas práticas	22/09 – tarde
Divulgação do gabarito preliminar	23/09 às 18h
Recursos contra os gabaritos	24 á 26/09
Julgamento dos recursos e homologação dos gabaritos	14/10 às 18h
Divulgação do resultado preliminar das provas objetivas e de títulos	14/10 às 18h
Recursos contra os resultados	15/10 e 17/10
Julgamento dos recursos e divulgação do resultado final	22/10
Homologação do Concurso Público	23/10.

OBS: O cronograma das datas do Concurso Público poderá ser alterado pela empresa organizadora do Concurso, havendo necessidade, a qualquer momento, sem que caiba aos candidatos inscritos direito de se oporem ou reivindicarem algo em razão da alteração do mesmo. Será dada publicidade de todas as alterações que venham a ocorrer. Todas as informações divulgadas no site: www.noroesteconcursos.com.br são meramente informativas e serão divulgadas a partir das 18 horas.

Atalanta

PREFEITURA

D e C R e T O n°. 053/2013

DECRETO N°. 053/2013.

"Estabelece Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALANTA, usando de sua competência que lhe confere o Artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

- Considerando a necessidade de redução de gastos no âmbito da Administração Pública, notadamente nos setores que não afetam as atividades de caráter contínuo e emergencial à população.

DECRETA:

Art. 1º - O Ponto será facultativo nas repartições públicas municipais no dia 26 de julho de 2013, em virtude do feriado municipal nas comemorações do dia do colono e do motorista, no dia 25 de julho de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 22 de julho de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Decreto N. ° 051/2013

DECRETO N. ° 051/2013.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1316 de 22 de maio de 2013:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

15.452.0064.2.028 - Manutenção dos Serviços Urbanos

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário

4.4.90.00.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 08 de julho de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Decreto N°052/2013

DECRETO N°052/2013

"Convoca a 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura e dá Outras Providências"

O Prefeito de Atalanta TarcisioPolastri, no exercício de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Portaria nº 33 de 16 de abril de 2013 do Ministério da Cultura,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura dos municípios de Atalanta, Alfredo Wagner, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Leoberto Leal, Petrolândia e Vidal Ramos, etapa preparatória da III Conferência Nacional de Cultura, a se realizar no dia 08 de agosto de 2013, na Câmara de Vereadores de Atalanta, situado a Rua Ernesto Beck, Centro, sob a coordenação dos Secretários Municipais de Cultura.

Art. 2º - A1ª Conferência Intermunicipal de Cultura desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", tendo por Eixos e Sub-Eixos a orientação da Portaria supracitada, conforme segue:

Art. 3º - Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão

alinhados com as diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;

2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;

3 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;

4 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;

2 - Educação e Formação Artística e Cultural;

3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital;

4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;

2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;

3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;

4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;

2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;

3 - Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;

4 - Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Art. 4º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a Conferência Municipal de Cultura contará com a Comissão Organizadora Intermunicipal, composta por no mínimo cinco e no máximo sete integrantes entre representantes governamentais e da sociedade civil dos municípios participantes, que terão as seguintes atribuições, conforme art. 24 do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura:

I- definir o Regimento Interno da Conferência Municipal de Cultura, que deve conter os critérios de participação da sociedade civil;

II- definir data, local, pauta e programação da Conferência;

III- organizar a Conferência Municipal de Cultura;

IV - assegurar lisura, veracidade e publicidade de todos os atos e procedimentos relacionados à realização da 3ª Conferência Municipal de Cultura;

V - acompanhar o processo de sistematização das propostas da 3ª Conferência Municipal de Cultura; e

VI - dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

§1º A 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura será presidida pela Secretária Municipal de Cultura de Atalanta e, na sua ausência ou impedimento, pela Diretora de Cultura de Atalanta.

§2º A Comissão Organizadora enviará ao Comitê Executivo Nacional as informações relacionadas aos incisos I e II deste artigo, até 10 dias após a data da publicação da convocação, para o e-mail conferencianacional@cultura.gov.br.

Art. 5º - A Coordenação expedirá o regulamento da 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura.

Parágrafo Único - O regulamento irá dispor sobre a organização e o funcionamento da 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados. A eleição dos delegados aludidos no presente artigo será realizada em plenária, conforme critérios definidos no Anexo III da Portaria nº 33 de 16 de abril de 2013, do Ministério da Cultura.

Art. 6º - As despesas relacionadas à realização da 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura serão de responsabilidade dos municípios participantes, bem como o deslocamento e a hospedagem dos delegados eleitos para a etapa estadual serão de responsabilidade dos municípios de origem de cada delegado, conforme artigo 25 do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Atalanta, SC, 18 de julho de 2013.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal de Atalanta- SC

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto N° 110/2013

DECRETO N° 110/2013 DE 17 DE JULHO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU EM EXERCÍCIO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS NO ART.98, INCISO VII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DE CONFORMIDADE COM AS LEIS MUNICIPAIS DE N° 1526, DE 23 DE ABRIL DE 2001 E N° 3357, DE 18/04/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Saúde, o qual passará a funcionar da seguinte forma:

I - Representantes do Governo:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Diogo Demarchi Silva

Suplente: Francielly Marcia Souza de Andrade

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Ana Paula Medeiros e Silva Vicente

Suplente: Mariana Vidal

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Marcelo dos Santos

Suplente: Kátia Roussenq Bichels

II - Representantes dos Prestadores de Serviços:

Representante de Prestador de Serviço Conveniado:

Titular: Carlos Henrique Wawginok

Suplente: Lilian Mendes de Figueiredo

Representante da Universidade do Vale do Itajaí - Campus Biguaçu:

Titular: Lísia Costa Gonçalves de Araújo

Suplente: Juliana da Silva

III - Representantes dos Profissionais da Saúde Ligados ao SUS:

Representantes dos profissionais atuantes nas Unidades Básicas de Saúde

Titular: Cristiane Zimmermann

Suplente: Benoni Sidinei Brizolla

Representantes dos profissionais atuantes nas Administração da SMS

Titular: Silvana Cesconetto

Suplente: Barbara Cristine Manoel

Representantes Agentes Comunitárias de Saúde

Titular: Ivete Ertal Correa

Suplente: Kátia Eli Pereira

IV - Representantes dos Usuários:

Representantes da Ação Social:

Titular: Iria Buss Roveda

Suplente: Kreize Fernanda Machado

Representantes dos Portadores de Doença Crônica:

Titular: Ana Maria Machado

Suplente: Nilza Machado Pontes

Representantes do Sindicato e/ou Associação dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Leonídio Zimermann

Suplente: Albertina Guesser

Representantes da APAE:

Titular: Ingrid Vieira de Souza

Suplente: Ivone Juraci A. dos Santos

Representantes dos Vicentinos

Titular: Elza dos Santos Galiani

Suplente: Catarina Maria da Silva

Representantes de Associações Comunitárias e/ou Moradores:

Titular: Volnei Adriano

Suplente: Elias Lima

Titular: Maria Luiza Hardt

Suplente: Edson Machado

Titular: João Viane

Suplente: Saritty Rocha de Azambuja

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de julho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto N° 112/2013

DECRETO N° 112/2013 DE 19 DE JULHO DE 2013.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora ELIZABETHBERNARDINA PEREIRA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora ELIZABETHBERNARDINA PEREIRA, detentora da matrícula funcional nº 358, portadora do CPF nº 016.417.739-60, inscrita no PASEP nº 1207865142-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 3.489,80 (três mil quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos) que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, inciso IV da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/08/2013, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 19 de julho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto N° 113/2013

DECRETO N° 113/2013 DE 19 DE JULHO DE 2013.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo Osni Huberto Schutz, em caráter integral, nos termos do inciso I §7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1619/2001, à dependente OLINDINA MARIA SCHÜTZ e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pensão por morte, em face do óbito do servidor

inativo OSNI HUBERTO SCHÜTZ, brasileiro, ex-portador do RG nº 1/R - 1.054.389, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1619/2001, à dependente OLINDINA MARIA SCHÜTZ (esposa).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição Federal, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 1.128,65 (um mil duzentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos) que serão pagos mensalmente pelo PREVBIGUACU.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 22/06/2013 - data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 19 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Portaria Nº 2238 de 22 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2238 de 22 de julho de 2013

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Viviane Cristina Fontanella, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, Ana Lúcia Silva, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Saúde e Rodrigo da Silva, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Marçal Francelino Rodrigues, conforme memorando nº 357/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2239 de 22 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2239 de 22 de julho de 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o funcionário LOURIVAL ANTONIO MACHADO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL) - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 20/07/2013, de acordo com a certidão de

óbito em anexo.

Biguaçu, 22 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Contrato Número 10.119/2013/FMS - Processo: Convite 74/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.119/2013/FMS

PROCESSO: CONVITE 74/2013

OBJETO: REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DE TRÊS RIACHOS.

Contratado: CAMPOS & CAMPOS ENGENHARIA LTDA ME.

Valor: 50.307,86 (CINQUENTA MIL TREZENTOS E SETE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.234/2013 - PP Nº 178/2012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.234/2013 - PP Nº 178/2012/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO ÓLEO DIESEL S50 PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SAMU, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO.

Contratado: ERNESTÃO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.

Valor: R\$ 597,41 (QUINHENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS), EM RAZÃO DO ACRÉSCIMO DE R\$0,0778 AO ITEM Nº 4 DO PP Nº 178/2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Bom Retiro

PREFEITURA

707.07.13 - P. Lic. Trat. Saude Ericleia F. Mota

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 707/13 de 22.07.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para consulta médica no dia 19 de julho de 2013, a funcionária Ericleia Faustino da Mota, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 06, do quadro de Pessoal Efetivo do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 22 de julho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

709.07.13 - P. Lic. Trat. Saude Roseli Alves

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 709/13 de 22.07.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 22, 23 e 24 de julho de 2013, a funcionária Roseli Alves, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão I - Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 22 de julho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Dispensa de Licitação 01/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

Dispensa de Licitação 01/2013

Objeto: Contratação de Pessoa Física ou Jurídica para ministrar curso referente ao tema "Excelência no Serviço Público", oferecido pela Secretaria do Bem Estar Social do Município de Bom Retiro/SC, aberto aos servidores públicos do Município e a comunidade em geral. Recurso: Recurso advindo do IGD, no valor máximo de R\$ 7.500,00. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta seu jurídico e legal efeito.

Bom Retiro, 23 de julho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata D e Registro de Preço 25/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 Data do Registro: 24/10/2012 Válido até: 24/10/2013
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LEITE EM PO (LATA 400 GR) (2381)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NINHO	0	7,9707	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NIHNO	0	7,9807	2
2	Açúcar refinado especial (pct 5kg) (7430)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CARAVELAS	0	7,7329	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALTO ALEGRI	0	7,7446	2
3	Café solúvel (vidro de 200 gr) (7436)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NESCAFÉ	0	7,5034	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PELÉ	0	7,5147	2
4	Café torrado e moído (cx 500gr) (7437)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MELITTA	0	6,5615	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	3 CORAÇÕES	0	6,5714	2
5	Leite pasteurizado longa vida integral (embalagem tetra pak) (7438)	LTS	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	AURORA	0	1,4880	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LACTOPLASA	0	1,4903	2
6	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor maracujá. (7685)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	5,9362	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DAFRUTA	0	5,9452	2
7	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor uva. (7686)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	5,4296	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DAFRUTA	0	5,4378	2
8	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor laranja. (7687)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	5,4296	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DAFRUTA	0	5,4378	2
9	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor abacaxi. (7688)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	5,4296	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DAFRUTA	0	5,4378	2
10	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (7689)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	1,8996	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	1,9025	2
11	Chá em sachês, no sabor MAÇA E CANELA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7690)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	1,8996	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	1,9025	2
12	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE E LARANJA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7691)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,2320	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	2,2354	2
13	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7694)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	3,3164	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	3,3214	2
14	Chá em sachês, no sabor MAÇÃ, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7695)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	1,8363	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	1,8390	2
15	Chá em sachês, no sabor CAMOMILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7697)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	1,6067	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	1,6092	2
16	Chá em sachês, no sabor CAPIM CIDREIRA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7698)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	1,6067	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	1,6092	2
17	Chá em sachês, no sabor ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	1,6067	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	1,6092	2
18	Chá em sachês, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê no sabor HORTELÃ (7700)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	1,6067	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	1,6092	2
19	Chá em sachês, no sabor NOITE TRANQUILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7702)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,4932	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	2,4970	2
20	Chá em sachês, no sabor PÊSSEGO, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7696)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VEMAT	0	2,3781	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,3903	2
21	Adoçante Dietético Líquido Ciclamato de Sódio e Sacarina Sódica Gotas 200ml (7703)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ADOCIL	0	4,8598	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ZEROCAL	0	4,8671	2
22	Água mineral - galão retornável 20lt (sem frasco) (7704)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	LEVE	0	5,6592	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	5,6677	2
23	Água mineral - galão retornável 20lt (com frasco) (7705)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	LEVE	0	19,9456	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	19,9758	2
24	VASSOURA NYLON (659)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	7,6417	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	7,6500	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CONDOR	0	7,6783	3
25	PAPEL TOALHA (PCT C/ 02 ROLOS) (1556)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dalmata	0	2,6642	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	dalmata	0	2,6656	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	LOG	0	2,6756	3
26	VASSOURA DE PALHA (1567)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	16,0606	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	16,0692	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	COLONIAL	0	16,1295	3
27	LUSTRA MÓVEIS (200 ML) (1948)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	3,4550	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	3,4569	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	YPÊ	0	3,4698	3
28	PANO DE CHÃO ALVEJADO (TRAMA BEM FECHADA) (1950)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	3,3326	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	martins	0	3,3344	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RAMAR	0	3,3469	3
29	RODO BORRACHA (1951)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	7,2960	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	7,2999	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FORTA	0	7,3273	3
30	PANO MULTI-USO (PCT C/ 5 UND) (1952)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	3,4738	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	3,4757	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FORTA	0	3,4887	3
31	ESPONJA DE LOUÇA (ESPUMA) DUPLA FACE (1953)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	betanin	0	0,8473	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	esfrebom	0	0,8477	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TININDO	0	0,8509	3
32	LÃ DE AÇO (PCT C/ 8 UN) (1954)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	inove	0	1,7605	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	vega steel	0	1,7614	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOMBRIL	0	1,7680	3
33	LIMPA VIDROS 500 ML (2158)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	3,7563	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	3,7583	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	VIDREX	0	3,7724	3
34	FOSFORO (MAÇO C/ 10 UND) (2159)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	fiat lux	0	2,1935	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	fiat lux	0	2,1947	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GABOARDI	0	2,2029	3
35	SACO LIXO DE 30 LTS (PCT C/ 10 UND) (2161)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	limpa brasil	0	3,9069	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	3,9090	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	STARPLAST	0	3,9236	3
36	SACO LIXO DE 50LTS (PCT C/ 10 UN) (2162)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	limpa brasil	0	4,2176	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	4,2198	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	STARPLAST	0	4,2356	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	SACO DE LIXO DE 100 LTS (PCT C/ 5 UND) (2222)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	limpa brasil	0	4,2458	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	4,2481	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	STARPLAST	0	4,2640	3
38	OLEO PEROBA (200 ML) (2605)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	peroba	0	7,2113	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	peroba	0	7,2151	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	OLEO PEROB	0	7,2422	3
39	DESODORIZADOR SANITÁRIO (PEDRA) (2855)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sany bril	0	1,2427	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	1,2433	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SANI SOL	0	1,2480	3
40	PAPEL HIGIÊNICO (PCT C/8 UNID) BRANCO COM 60 MT (4724)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dalmata	0	7,3431	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	blumy	0	7,3470	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOB	0	7,3745	3
41	RODO C/ESPUMA (4725)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	5,4132	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	5,4161	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FORTA	0	5,4364	3
42	Sabão em pó (pct 1kg) (7447)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	5,6862	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	5,6892	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRILHANTE	0	5,7105	3
43	Desinfetante líquido - frasco de 2lt (7452)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	3,6810	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	gota limpa	0	3,6829	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GIRANDO SOI	0	3,6967	3
44	Amaciante de roupas - frasco de 2lt (7453)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	3,6998	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	zavaski	0	3,7018	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GIRANDO SOI	0	3,7156	3
45	Água sanitária - frasco de 2lt (7454)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	3,3609	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	3,3627	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GIRANDO SOI	0	3,3753	3
46	Detergente de louça - frasco de 500ml (7458)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	1,3180	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	1,3187	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	YPÊ	0	1,3236	3
47	Vassoura tipo escova c/cabo (7494)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	9,3107	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	9,3156	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CONDOR	0	9,3505	3
48	Papel higiênico rolão, macio, resistente, branco luxo - rolos com 300mt (7725)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jumbinho	0	4,0858	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	jumbinho	0	4,0880	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BLUMY	0	4,1033	3
49	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias erva-doce, chá verde e tangerina com chá verde - frasco de 5 lt (7726)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	20,5230	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	max	0	20,5340	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SEQUINEL	0	20,6109	3
50	Álcool líquido - volume 92,8° - frasco de 1lt (7727)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	coperalcool	0	4,2835	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	araucaria	0	4,2858	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	COOPERALC	0	4,3018	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	Luvas de borracha tamanho M (7728)	PAR	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	4,4717	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	4,4741	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SANRO	0	4,4909	3
52	Balde de plástico com alça de metal, capacidade de 10lt (7729)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	arquiplast	0	9,2918	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	arq plast	0	9,2968	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	METASUL	0	9,3316	3
53	Saponáceo de detergente cremoso com 300ml (8224)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	3,3232	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	3,3250	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FONT	0	3,3375	3
54	Toalhas de papel interfolhada - pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5x20,5cm com 2 dobras, branco, extra luxo. (7731)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tubarão	0	8,6611	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	tubarão	0	8,6657	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	EMBRAS	0	8,6982	3
55	Cera em pasta vermelha - lata com 350g (7732)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	andreia	0	8,5293	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	zavaski	0	8,5338	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	POLIFLOR	0	8,5658	3
56	Cera líquida auto-brilho incolor (750ml) (7733)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	5,9498	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	girando sol	0	5,9530	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRILHO FACIL	0	5,9753	3
57	Pano de prato, 100% algodão, nas medidas: 42x70cm. (7734)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	2,8431	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	martins	0	2,8446	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FLABOM	0	2,8553	3
58	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 150mm de diâmetro. (7735)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	2,2123	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	martins	0	2,2135	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	JOTA	0	2,2218	3
59	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 90mm de diâmetro. (7736)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	1,8640	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	martins	0	1,8650	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	JOTA	0	1,8720	3
60	Copos plásticos descartáveis de 180ml - pct com 100und (7737)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	mastercopo	0	2,9466	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	liplast	0	2,9482	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TOTALPLAST	0	2,9593	3
61	Desodorizador de ar em spray aerosol, não contém CFC (clorofluorcarbono), com 400ml. Nas fragrâncias: lavanda, flores do campo, floral fresh, citrus, brisa fresca, frescor de chuva. (7740)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	glade	0	7,6349	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	7,6390	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NO AR	0	7,6676	3
62	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12ml. (7741)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	glade	0	10,9958	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	11,0017	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NO AR	0	11,0429	3
63	Refil de 12ml para Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (7742)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	glade	0	7,0042	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	7,0079	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NO AR	0	7,0342	3
64	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragrância (9, 18 e 36min) podendo ser desligado quando desejar, funcionamento a pilha. Acompanha 2 pilhas AA + um refil aerosol de 250ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (7743)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	glade	0	28,2050	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 Data do Registro: 24/10/2012 Válido até: 24/10/2013
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	28,2201	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOM AR	0	28,3258	3
65	Refil de 250ml para Aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus (7744)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	glade	0	18,6778	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	18,6878	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOM AR	0	18,7578	3
66	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em Aço Inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (8543)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	53,0020	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	53,0304	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SONY	0	53,2291	3
67	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água (8544)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	21,0502	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	21,0614	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SONY	0	21,1404	3
68	Refil para Mop Pô de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizado. (8545)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	zig zag	0	18,7343	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	18,7443	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRALIMPIA	0	18,8146	3
69	Cera líquida auto-brilho vermelha (750ml) (8549)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	5,0460	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	girando sol	0	5,0487	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRILHO FACIL	0	5,0676	3
70	Mop pó completo (armação, cabo e o refil) de 40 cm (9295)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	zig zag	0	60,7216	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	60,7542	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRALIMPIA	0	60,9818	3
71	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	Liquigás	0	45,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro: 24/10/2012** **Válido até: 24/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	Recarga de gás (GLP) para cilindro de 45kg (8548)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	Liquigás	0	185,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 25/2012

Número do Registro de Preços: 25/2012 **Data do Registro:** 24/10/2012 **Válido até:** 24/10/2013
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das Secretarias Municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 25/2012****PROCESSO N° 46/2012**

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.

(7649) - I. TRAPP & CIA LTDA

(8394) - LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

(8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME

(8903) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

Braço do Trombudo, 24 de Outubro de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.638

DECRETO Nº 5.638, de 19 de julho de 2013.

Aprova "Loteamento Abdalla Hazim", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o "Loteamento Abdalla Hazim", situado na Rodovia Daniel Lessing, Bairro dos Municípios, nesta cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, de propriedade de Hazim Empreendimentos Imobiliários Ltda, com área total de 51.320,94m² (cinquenta e um mil, trezentos e vinte metros e noventa e quatro decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 27.444, do Registro de Imóveis desta Comarca, tudo em conformidade com o Mapa e o Memorial Descritivo em anexo, que ficam fazendo parte integrante do mesmo.

Art. 2º Ficam assim distribuídas as áreas do "Loteamento Abdalla Hazim":

I - 30.716,88m² (trinta mil, setecentos e dezesseis metros e oitenta e oito decímetros quadrados), destinados à formação de 72 (setenta e dois) lotes;

II - 12.879,79m² (doze mil, oitocentos e setenta e nove metros e setenta e nove decímetros quadrados), destinados à Área de Vias Públicas;

III - 5.158,07m² (cinco mil, cento e cinquenta e oito metros e sete decímetros quadrados), destinados à Área Verde;

IV - 2.566,20m² (dois mil, quinhentos e sessenta e seis metros e vinte decímetros quadrados), destinados à Área Institucional.

Art. 3º O registro do "Loteamento Abdalla Hazim", no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste ato, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Os serviços de Infra Estrutura deverão ser efetuados num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses e são de total responsabilidade do loteador.

Art. 5º Ficam caucionados junto à Prefeitura Municipal de Caçador, os lotes abaixo especificados, do "Loteamento Abdalla Hazim", até que as obras de infra-estrutura sejam totalmente concluídas, em cumprimento às exigências da Lei Complementar nº 128/2008 e suas alterações:

I - lotes nºs 58, 59, 60, 61, 62 e 63, da quadra "E";

II - lotes nºs 65, 66 e 67, da quadra "F";

III - lotes nºs 68 e 69, da quadra "G";

IV - lotes nºs 70, 71 e 72, da quadra "H".

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.639

DECRETO nº 5.639, de 19 de julho de 2013.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área de 800,00m² (oitocentos metros quadrados), de propriedade de Cirley Teresinha Lima, localizado na Rua Colômbia, objeto da matrícula nº 26.647, do Registro de Imóveis desta Comarca, resultando em duas áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - uma área com 580,02m² (quinhentos e oitenta metros e dois decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a matrícula 28.383 (Clínica de Radiologia Imagem Caçador Ltda), medindo 31,50 metros; ao Sul, em dois planos, sendo o primeiro com a matrícula nº 9.412 (Edifício Serafina Berto), medindo 30,00 metros, e no segundo com a matrícula nº 17.502 (Sociedade Franco Brasileira), medindo 1,50 metros; ao Leste, com a Rua Colômbia medindo 19,045 metros; e, ao Oeste, em dois planos, sendo o primeiro com a matrícula à ser lembrada nº 26.784 (IOT Caçador Clínica de Ortopedia Ltda), medindo 5,714 metros, e no segundo com a matrícula nº 17.502 (Sociedade Franco Brasileira), medindo 13,331 metros;

II - uma área com 219,98m² (duzentos e dezenove metros e nove e oito decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a matrícula nº 26.784 (IOT Caçador Clínica de Ortopedia Ltda) e matrícula 28.383 (Clínica de Radiologia Imagem Caçador Ltda), medindo 38,50m; ao Sul, com a matrícula nº 17.502 (Sociedade Franco Brasileira), medindo 38,50m; ao Leste, com a matrícula a ser desmembrada nº 26.647 (Cirley Teresinha Lima), medindo 5.714m; e, ao Oeste, com a matrícula nº 28.529 (MPL Construtora e Incorporadora Ltda), medindo 5.714m.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento da área com 219,98m² (duzentos e dezenove metros e noventa e oito decímetros quadrados) a uma área de 1.200,02m² (um mil, duzentos metros e dois decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 26.784, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de IOT Caçador Clínica de Ortopedia Ltda, resultando após o remembramento em uma área unificada com 1.420,00m² (um mil, quatrocentos e vinte metros quadrados), confrontando: ao Norte, em dois planos, sendo o primeiro com a matrícula nº 25.741 e matrícula nº 25.742 medindo 35,00 metros, e no segundo a matrícula 28.383 (Clínica de Radiologia Imagem Caçador Ltda) medindo 3,50 metros; ao Sul, com a matrícula nº 17.502 (Sociedade Franco Brasileira) medindo 38,50 metros; ao Leste, em dois planos, sendo o primeiro com a matrícula 28.383 (Clínica de Radiologia Imagem Caçador Ltda), e uma Servidão de passagem medindo 34,28 metros, e no segundo com a matrícula à ser desmembrada nº 26.647 (Cirley Teresinha Lima), medindo 5,714 metros; e, ao Oeste, com a matrícula nº 28.529 (MPL Construtora e Incorporadora Ltda) medindo 39,994 metros.

Art. 3º Os terrenos acima mencionados ficam definidos com as medidas e confrontações constantes no memorial descritivo e mapas que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos e remembramentos.

Art. 4º O Registro no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto N° 5.640

DECRETO N° 5.640, de 19 de julho de 2013.

Autoriza o Município a firmar Termo de Permissão de Uso da Escola Municipal de Ensino Básico Cerro Branco, a título gratuito, com a Associação de Moradores da Comunidade Cerro Branco, de conformidade com o que estabelece o artigo 118, II, § 2º e § 3º da Lei Orgânica do Município.

O Prefeito Municipal de Caçador, no de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a firmar Termo de Permissão de Uso da Escola Municipal de Ensino Básico Cerro Branco, a título gratuito, com a Associação de Moradores da Comunidade Cerro Branco, conforme minuta do Termo de Permissão, em anexo, que fica fazendo parte integrante do presente para todos os fins e efeitos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto N° 5.641

DECRETO N° 5.641, de 19 de julho de 2013.

Autoriza o Município a firmar Termo de Permissão de Uso da Escola Municipal de Ensino Básico São Francisco de Salles, a título gratuito, com a Associação Comunitária de São Francisco, de conformidade com o que estabelece o artigo 118, II, § 2º e § 3º da Lei Orgânica do Município.

O Prefeito Municipal de Caçador, no de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a firmar Termo de Permissão de Uso da Escola Municipal de Ensino Básico São Francisco de Salles, a título gratuito, com a Associação Comunitária de São Francisco, conforme minuta do Termo de Permissão, em anexo, que fica fazendo parte integrante do presente para todos os fins

e efeitos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto N° 5.642

DECRETO n° 5.642, de 19 de julho de 2013.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto n° 5.636/2013, que Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal n° 6.766/79, Lei Estadual n° 6.063/82, Lei Complementar n° 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto n° 5.636, de 16 de julho de 2013, que aprova desmembramento de terreno urbano, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 1.675,00m² (um mil, seiscentos e setenta e cinco metros quadrados), objeto da Matrícula n° 30.274, do R. I. desta Comarca, localizado na Rua Silvério Sinkere, Bairro Martello, nesta cidade, de propriedade de Edilson José Lara, ficando após o desmembramento constituído de três lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto N° 5.643

DECRETO N° 5.643, de 23 de julho de 2013.

Abre crédito especial por conta de anulação de dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal de Meio Ambiente - Fundema.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei n° 3.018, de 19/07/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito especial abaixo descrito, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal de Meio Ambiente - Fundema, na importância de R\$ 6.948,00 (seis mil, novecentos e quarenta e oito reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação

4.4.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 6.948,00

Total R\$ 6.948,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente, da Fundação Municipal de Meio Ambiente - Fundema, no valor de R\$ 6.948,00 (seis mil, novecentos e quarenta e oito reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação
3.3.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 6.948,00
Total R\$ 6.948,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 5.644

DECRETO N° 5.644, de 23 de julho de 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.019, de 19/07/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância total de R\$ 250.521,00 (duzentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e um reais), conforme segue:

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.3.90.00.0022 - Aplicações Diretas R\$ 2.640,00
4.4.90.00.0022 - Aplicações Diretas R\$ 247.881,00
TOTAL R\$ 250.521,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito especial especificado no artigo anterior, os recursos advirão do Convênio nº 01.0005.00/2011, celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e este Município, objetivando a "implantação do programa de inclusão social e digital para promoção ao acesso e ampliação de conhecimentos em comunidades rurais e urbanas".

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 5.645

DECRETO N° 5.645, de 23 de julho de 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do

Município, mais o previsto na Lei nº 3.020, de 19/07/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 199.445,17 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e dezessete centavos), visando suprir as necessidades das despesas de manutenção (custeio) e de capital do referido Fundo:

05.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.005.2.192 - Manutenção Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade
3.3.90.00.0053 - Aplicações Diretas R\$ 60.659,84
4.4.90.00.0053 - Aplicações Diretas R\$ 57.694,05
08.244.005.2.193 - Manutenção Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
3.3.90.00.0053 - Aplicações Diretas R\$ 41.804,83
4.4.90.00.0053 - Aplicações Diretas R\$ 39.286,45
TOTAL R\$ 199.445,17

Art. 2º Para atender a abertura do crédito especial especificado no artigo anterior, os recursos advirão do Termo de Adesão para a manutenção das ações continuadas na NOB/SUAS, através da Secretaria do Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, e o Município de Caçador/Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 5.646

DECRETO N° 5.646, de 23 de julho de 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, por conta de reprogramação de saldos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.021, de 19/07/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 358.039,13 (trezentos e cinquenta e oito mil, trinta e nove reais e treze centavos), visando suprir as necessidades das despesas com os serviços dos Programas Sociais, pelo referido Fundo:

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0005.2.191 - Manutenção Serviços de Proteção Social Básica
3.3.90.00.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 175.740,94
3.3.90.00.00.0063 - Aplicações Diretas R\$ 5.549,54
4.4.90.00.00.0063 - Aplicações Diretas R\$ 18.440,11
08.244.0005.2.192 - Manutenção Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade
3.3.90.00.00.0051 - Aplicações Diretas R\$ 158.308,54
TOTAL R\$ 358.039,13

Art. 2º Para atender o disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos da reprogramação de saldos 2012, conforme Resolução

nº 12/2013 - Ata 209, do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 5.647

DECRETO N° 5.647, de 23 de julho de 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, por conta de anulação de dotação orçamentária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.022, de 19/07/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais), visando suprir as necessidades das despesas de manutenção (custeio) e de capital do referido Fundo:

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.005.2.192 - Manutenção Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.1.90.00.0051 - Aplicações Diretas R\$ 32.500,00

3.1.91.00.0051 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.005.2.192 - Manutenção Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.90.00.0051 - Aplicações Diretas R\$ 43.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 5.648

DECRETO N° 5.648, de 23 de julho de 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, por conta de anulação de dotação orçamentária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.023, de 19/07/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância

de R\$ 262.500,00 (duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

4.5.90.00.00.00.00001 - Aplicações Diretas

R\$ 262.500,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 262.500,00 (duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.3.90.00.00.00.00001 - Aplicações Diretas

R\$ 262.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 5.649

DECRETO N° 5.649, de 23 de julho de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.024, de 19/07/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):

02.04 DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.182.0004.2.017 - Auxílio Financeiro à Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador

3.3.50.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 150.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no artigo anterior, ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias do Orçamento vigente, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):

02.09 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.661.0027.2.104 - Implantação de Incubadora de Inovação Tecnológica

3.3.50.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 20.000,00

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

22.661.0027.2.154 - Programa Força do Empreendedor

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

22.661.0027.2.159 - Manutenção do Programa CIAMPEC

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

22.661.0027.2.160 - Manutenção do Programa INOTEC

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

SOMA R\$ 150.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 5.650

DECRETO N° 5.650, de 23 de julho de 2013.

Suplementa dotações orçamentárias por conta do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro, em favor do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.025, de 19/07/2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, na importância de R\$ 3.290.000,00 (três milhões, duzentos e noventa mil reais):

09.01 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

04.122.0007.2.034 - Manutenção das Atividades do IPASC

3.1.90.00.00.00.00.00.0156 - Aplicações Diretas

R\$ 220.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0156 - Aplicações Diretas

R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0156 - Aplicações Diretas

R\$ 70.000,00

04.122.0007.2.035 - Manutenção da Previdência Social dos Segurados

3.1.90.00.00.00.00.00.0156 - Aplicações Diretas

R\$ 2.900.000,00

SOMA R\$ 3.290.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos financeiros do Superávit financeiro verificado no exercício de 2012, no valor de R\$ 1.770.000,00 (um milhão, setecentos e setenta mil reais) e do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 1.520.000,00 (um milhão, quinhentos e vinte mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria N° 22.708

PORTARIA N° 22.708, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, em conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionados, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2013, enquanto estiverem exercendo Função de Confiança de Diretores de Escolas, especificando: código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual e local:

Cód.	Nome	Cargo Efetivo	De	Para	Escola da Função
10534	Alzira Salete Padilha	Profª Séries Iniciais	20	40	EMEB Hilda Granemann de Souza
184	Eliane Terezinha Pellizzaro	Profª Séries Iniciais	20	40	EMEB Walsin Nunes Garcia
12125	Giseli Aparecida Stanislawski	Profª Séries Iniciais	20	40	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa
1007	Ilza Witte Rossa	Profª Séries Iniciais	20	40	EMEB Alcides Tombini
1495	Nilce Fanta Fornari	Profª Séries Finais	26	40	EMEB Morada do Sol
8637	Rovena Szymks Ramos	Profª Educação Infantil	20	40	EMEB Henrique Julio Berger
4590	Solange Margareth Campos	Profª Séries Iniciais	20	40	EMEB Tabajara
2356	Terezinha Rosicléia Kamienski	Profª Séries Iniciais	20	40	EMEB Vereda dos Trevos

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

ALDONIR ANCIUTI

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Portaria N° 22.711

PORTARIA N° 22.711, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 73, III, alínea "b", e IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, licença nojo, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e assento do óbito, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afast.	Assento do Óbito
11946	Jucinei Pires do Prado	Agente Comunitário de Saúde	006	2 dias	22/05/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria N° 22.813

PORTARIA N° 22.813, de 11 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA 22.325 de 31/01/2013 que designou a Servidora Alzira Padilha, para exercer a Função de confiança de Diretora da EMEB Hilda Granemann de Souza, a contar de 01/07/2013.

Art. 2º COLOCAR A DISPOSIÇÃO do AEE (Sala de Atendimento Especializado) a Servidora Alzira Padilha (10534), ocupante do cargo de professora de 1º ao 5º ano, lotada na EMEB Ulysses Guimarães, 20 horas semanais, para atuar no AEE da EMEB Henrique J Berger, a contar de 02/07/2013.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Portaria N° 22.814

PORTARIA N° 22.814, de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador;

RESOLVE:

RETIFICAR A PORTARIA 22.389 DE 19 de fevereiro de 2013, que contrata diversos Servidores Públicos Municipais, no que se refere a data inicial do contrato da Servidora Regeane Aparecida Machado do Prado que passa a ser 13/02/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.818

PORTARIA N° 22.818, de 17 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, de acordo com o Edital SME 08/2012,

com resultado final homologado pelo Decreto n° 5467, de 8 de fevereiro de 2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária semanal, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Eliane Aparecida Ferreira Drun	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Henrique J Berger	VV Giovana Figueroa, Lic Trat. Saúde	04/07/2013 a 02/08/2013
Fábio Alves de Oliveira	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	VV Elis Michelli Gonçalves Wegner, Lic Trat. Saúde	10/07/2013 a 24/07/2013
Marivete Aparecida Boff	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	VV Carla Tatiane Martins, Lic Trat. Saúde	02/07/2013 a 12/07/2013
Elisabete de Fátima Taborda Somensi	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Sininho	VV Kerolin Coronado, Lic Trat. Saúde	16/07/2013 a 29/07/2013
Neusa Aparecida Gonçalves da Silva	Professora de arte	1.1/A	14	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	25/06/2013 a 20/12/2013, ou até a realização do Processo Seletivo
Mineli Frigotto Scolaro	Professora de Ed. Física	1.3/A	30	EMEB Vereda dos Trevos EMEB Morada do Sol	VV Simone Figueiredo dos Reis, Lic. Prêmio	12/07/2013 a 12/08/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.819

PORTARIA N° 22.819, de 17 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Educação a seguir relacionados, especificando: código, nome, cargo, carga horária, referência, local de atuação e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	CH	REF.	Local de Atuação / Motivo	Período
12380	Adriana Aparecida Veingantner	Profª de Inglês	30	1.3/A	06-EMEB Morada do Sol;06- EMEB Alto Bonito;16-EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa;2- EMEB Henrique J Berger (Vagas Excedentes)	01/08/2013 a 20/12/2013.
12502	Adriana Lucia Klaus	Profª de Ed. Infantil	20	1.3/A	EMEB Nossa Sra da Salete	01/08/2013 a 20/12/2013
12554	Adriana Raquel Dias	Profª de Ed. Infantil	40	1.3/A	EMEB Ulysses Guimarães; V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12519	Adriana Ribeiro Schultz	Profª de Arte	12	1.3/A	EMEB Henrique J Berger, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12403	Alessandra de Fátima da Silva Mendes	Servente	44	1.5/A	EMEB Esperança, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12520	Alessandra de Oliveira Matos	Profª de Ed. Infantil	40	1.3/A	EMEB Ulysses Guimarães, V. Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12339	Aline Colla Hahn	Profª Ed. Física	27	1.3/A	EMEB Ulysses Guimarães; EMEB Castelhana;	01/08/2013 a 20/12/2013
12319	Ana Maria Proença Negretti	Profª de arte	40	1.3/A	EMEB Hilda Granemann de Sousa, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12254	Ana Paula Spuldaro Peretto	Profª de Arte	22	1.3/A	16h-EMEB Pierina Santin Perret; 06h-EMEB Walsin Nunes Garcia	01/08/2013 a 20/12/2013
12236	Andressa Angelita Nunes Ribeiro	Profª de Ed. Infantil	20	1.3/A	EMEB Profª Maria Luisa Martins Barbosa; V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12522	Andrielli das Graças Bueno de Freitas	Profª de Inglês	36	1.3/A	04-EMEB Esperança; 12-EMEB Ulysses Guimarães; 20-EMEB Hilda G. Souza; Vagas Excedentes	01/08/2013 a 20/12/2013
12642	Araci Lucia Pereira Dias	Profª Ed. Infantil	20	1.3/A	EMEB Rodolfo Nickel, V. Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12252	Aurea Adriana de Mello Cordeiro	Profª de História	33	1.3/A	12h-EMEB Alto Bonito;15h-EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa 06h- EMEB Hilda G. de Souza;V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12270	Carla Tatiane Martins	Profª de 1º ao 5º ano	20	1.3/A	EMEB Hilda Granemann de Sousa, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12386	Carmen Fátima Bertotto Castilho	Profª de Inglês	25	1.3	05h-EMEB Nossa Sra da Salete;08h-EMEB Pe. José Chamot; 07h-EMEB Ulysses Guimarães;05h-EMEB Castelhana-V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013

12420	Caroline Marcelli Maurilio	Auxiliar de Biblioteca	40	1.4/A	CEM Profª Maria Luiza Martins Barbosa, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12284	Cibele Rossi Prado	Profª de Ciências	12	1.3/A	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12367	Cintia Colussi Graef	Profª de 1º ao 5º ano	40	1.3/A	EMEB Hilda Granemann de Souza, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12316	Clarisse Muniz de Moura	Professora	21	1.3/A	EMEB Henrique J Berger, VV Renato Vogel, Lic. Sem vencimentos	02/07/2013 a 20/12/2013
12257	Claucia Comerlato	Profª de Geografia	15	1.3/A	09h-EMEB Hilda Granemann de Souza 06h- EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa; Vagas Excedentes	01/08/2013 a 20/12/2013
12539	Claudeni Bezerra de Oliveira	Profª de Língua Portuguesa	38	1.3/A	EMEB Alto Bonito, 20h- VV Janaina Demin e 18h- Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12294	Cláudia Aparecida Soares Bromer	Especialista em Assuntos Educacionais	40	1.3/A	20- EMEB Morada do Sol, V Excedente 20- EMEB Henrique J. Berger, VV Nilse Nascimento	01/08/2013 a 20/12/2013
12245	Daniel Pereira Rafaeli Filho	Professor de Matemática	13	1.3/A	EMEB Hilda Granemann de Souza, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12235	Daniele Jociane Fortunato	Profª Ed. Infantil	20	1.3/A	EMEB Irmão Venâncio José, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12295	Danieli Miranda	Especialista em Assuntos Educacionais	40	1.3/A	EMEB Ulysses Guimarães, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12421	Danielly Relli	Auxiliar de Biblioteca	40	1.4/A	EMEB Morada do Sol, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12433	Dayane Beckert	Servente	44	1.5	EMEB Padre José Chamot, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12381	Dayane da Silva Queiróz	Profª de Inglês	37	1.3/A	05h- EMEB Vereda dos Trevos;05h-EMEB Walsin N. Garcia;11h-EMEB Irmão Venâncio José;06h-EMEB Morada do Sol;08h-EMEB Alto Bonito	01/08/2013 a 20/12/2013
12297	Deisiane Aparecida de Paulo	Especialista em Assuntos Educacionais	40	1.3/A	20 EMEB Esperança, 20 EMEB Irmão Venâncio José	01/08/2013 a 20/12/2013
12523	Deiziana Aparecida Maciel	Profª Arte	14	1.3/A	08-EMEB Esperança 06-EMEB Castelhana -V. Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12296	Denise Regina Lopes	Especialista em Assuntos Educacionais	40	1.3/A	EMEB Hilda Granemann de Souza , V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013

12422	Diego Clemente Cavalett	Auxiliar de Biblioteca	20	1.4/A	EMEB Tabajara, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12566	Diego Garipuna	Auxiliar de Biblioteca	40	1.4/A	EMEB Ir. Venâncio José, V. Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12360	Diolanda Terezinha Lenardt	Profª de 1º ao 5º ano	20	1.3/A	EMEB Rodolfo Nickel, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12419	Edineia Carla Correa	Auxiliar de Biblioteca	20	1.4/A	EMEB Alto Bonito, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12317	Edson Dominos Appi	Prof Geografia	18	1.3/A	EMEB Alto Bonito, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12229	Eliana Maria Teles de Souza	Profª Ed. Infantil	40	1.3/A	CMEI Pierina Adami, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12363	Eliane De Souza Luz	Profª de 1º ao 5º ano	20	1.3/A	EMEB Rodolfo Nickel, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12375	Eliane Scotti de Alvarenga	Profª de Ed. Infantil	40	1.3/A	CMEI Sonho Encantado- V. Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12406	Elisandra Pires de Moraes Balatka	Servente da Educação	44	1.5/A	SME – Depósito da Merenda	01/08/2013 a 20/12/2013
12387	Elisangela Cristina Kviatkovski	Profª de Inglês	18	1.3/A	EMEB Alto Bonito, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12540	Enemir Corozzola	Professor de Ed. Física	40	1.3/A	EMEB Ir. Venâncio Jose; EMEB Alcides Tombini (Projeto Futsal); 12h- EMEB Ir. Venâncio Jose; 12h- EMEB Nossa Sra Salete	01/08/2013 a 20/12/2013
12320	Eva Katlin Zarur	Profª de Artes	38	1.3/A	24h-EMEB Morada do Sol, 14h-EMEB Pd. José Chamot	01/08/2013 a 20/12/2013
12335	Felipe Aloísio Cruz	Prof. De Ed. Física	18	1.3/A	09h-EMEB Pd. José Chamot; 09h- EMEB Rodolfo Nickel- V. Excedentes	01/08/2013 a 20/12/2013
12408	Fernanda da Silva	Servente	44	1.5/A	EMEB Padre José Chamot, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12321	Giovana Aparecida dos Santos	Profª de Artes	38	1.3/A	Vagas Excedentes	01/08/2013 a 20/12/2013
12462	Gisele de Oliveira Moraes	Profª 1º ao 5º ano	20	1.3/A	EMEB Hilda G. de Souza, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12376	Gislaine Aparecida Batista	Profª de Ed. Infantil	40	1.3/A	CMEI Sonho Encantado- V. Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12385	Grazielle Aparecida Novakoski de Oliveira	Profª de Inglês	15	1.3/A	EMEB Tabajara, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12221	Grazielle Cristine Drehmer de Oliveira	Profª Ed. Infantil	20	1.3/A	EMEB Castelhana, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013

12334	Helber Pablo Baseggio	Prof. De Ed. Física	39	1.3/A	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, Vagas Excedentes	01/08/2013 a 20/12/2013
12423	Ingra Castilho da Silva	Auxiliar de Biblioteca	20	1.4/A	EMEB Ulysses Guimarães, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12299	Itamar Fávero	Especialista em Assuntos Educacionais	40	1.3/A	EMEB Tabajara, V Transitória	01/08/2013 a 20/12/2013
12501	Ivanilde Alves de Gois Dallariva	Profª Ed. Infantil	20	1.3/A	EMEB Ir. Henrique Berger- V. Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12507	José Carlos Chaves	Prof de Ed. Física	40	1.3/A	09- EMEB Nossa Sra da Salete; 06 EMEB Alto Bonito; 03- EMEB Castelhana; 08h- CASEP – Vagas Excedentes	01/08/2013 a 20/12/2013
12253	Josiane Carneiro	Profª de Artes	22	1.3/A	10h-EMEB Irmão Venâncio José; 04h- EMEB Castelhana; V.Excedente 08h-EMEB Alcides Tombini- VV Daniela da Silva, Atribuição de exercício na EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01/08/2013 a 20/12/2013
12529	Jucelia Aparecida Pereira Valter	Auxiliar de Biblioteca	40	1.4/A	EMEB Morada do Sol, VV Danieli Relli, Lic Maternidade	29/07/2013 a 16/08/2013
12227	Juliana Gonçalves	Profª Ed. Infantil	40	1.3/A	CMEI Pierina Adami, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12224	Juliana Velasques Ferreira	Profª Ed. Infantil	20	1.3/A	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12499	Juliana Vogues Ribeiro	Profª Ed. Infantil	40	1.3/A	20h- EMEB Esperança; 20-CMEI Pierina Adami- V. Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12418	Jussara de Fátima Ribeiro dos Santos	Auxiliar de Biblioteca	40	1.4/A	EMEB Tabajara EMEB Alto Bonito, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12243	Kariane Rocha de Lara	Profes-sora de Matemática	16	1.3/A	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12322	Karin Mary da Luz Weng	Profª de Artes	40	1.3/A	Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12302	Karina Gonçalves Berto	Especialista em Assuntos Educacionais	40	1.3/A	EMEB Morada do Sol, 20h VV Cleci Faganello 20h- Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12303	Karine Lia Basso	Especialista em Assuntos Educacionais	20	1.3/A	EMEB Castelhana, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013

12247	Ladir Thibes Pereira	Professora de Matemática	20	1.3/A	10h-EMEB Hilda G. de Souza, VV Neuza P. de Souza, atribuição de exercício na EMEB Alto Bonito; 10h-EMEB Alto Bonito- 05h-VV Aldonir Anciuti, Secretário Municipal da Educação e 05h-Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12424	Lindamir Teresinha Kuracz	Auxiliar de Biblioteca	40	1.4/A	EMEB Pierina Santina Perret V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12355	Lira Cristina Szancoski de Souza	Profª de 1º ao 5º ano	40	1.3/A	EMEB Hilda Granemann de Souza; V Excedente EMEB Ulysses Guimarães, VV Olívia dos Santos Moreira, atribuição de exercício na EMEB Henrique J Berger	01/08/2013 a 20/12/2013
12333	Luciana Aparecida Baldicera	Profª de Ed. Física	33	1.3/A	21h-EMEB Pierina Adami; 09h-EMEB Castelhana; 03h-EMEB Irmão Thomáz- Vagas Excedentes	01/08/2013 a 20/12/2013
12531	Luisa Rincon Idalgo Fernandes	Servente da Educação	44	1.5/A	EMEB Hilda Granemann de Sousa V. Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12220	Luiza Aparecida Zago Meira	Profª Ed. Infantil	40	1.3/A	EMEB Dr. Ulysses Guimarães Vaga Excedente – 20h VV Jane Maristela dos Santos – 20h	01/08/2013 a 20/12/2013
12549	Maiara Carvalho	Auxiliar de Biblioteca	20	1.4/A	EMEB Ulysses Guimarães, V. Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12500	Marcia Aparecida Munhões	Profª Ed. Infantil	20	1.3/A	EMEB Ir. Venâncio José, V. Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12248	Marcos Schaephauser	Professor de Matemática	37	1.3/A	13h-EMEB Alto Bonito-05h- VV Aldonir Anciuti, Secretário Municipal da Educação; 04-EMEB Alcides Tombini- 04h-VV Mara Lipka, atrib. exercício na EMEB Mora do Sol; 20-EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa-20h-Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12222	Mardiori Boscari	Profª Ed. Infantil	20	1.3/A	CMEI Pierina Adami, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12417	Margarete Tizuka Wakisono	Auxiliar de Biblioteca	40	1.4/A	EMEB Pd. José Chamot V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12533	Maria Fabiola Ribeiro dos Santos	Profª de Ciências	18	1.1/A	12- EMEB Alcides Tombini; 06 EMEB Alto Bonito, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013

12223	Marinez Ozorio	Profª Ed. Infantil	40	1.3/A	CMEI Sonho Encantado, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12332	Mario Luiz Cachinski Junior	Prof. De Ed. Física	36	1.3/A	15h- EMEB Alcides Tombini; Vagas Excedentes 21h- EMEB Alto Bonito- 21h- VV Adriana Azambuja, Lab. De Informática	01/08/2013 a 20/12/2013
12430	Marisa Berto	Meren-deira	44	1.5/A	EMEB Esperança, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12308	Marlei Tomasi	Profª Ed. Infantil	40	1.3/A	CMEI Pierina Adami, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12309	Marluci Dalpiaz	Profª Ed. Infantil	40	1.3/A	EMEB Dr. Ulysses Guimarães, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12412	Michelle Zotto Schultz	Servente	44	1.5/A	EMEB Alto Bonito, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12306	Nilson Alexandre de Souza	Especialista em Assuntos Educacionais	40	1.3/A	EMEB Ulysses Guimarães, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12233	Olivia dos Santos Moreira	Profª Ed. Infantil	20	1.3/A	EMEB Henrique Julio Berger, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12310	Patrícia Cristina Lemos	Profª Ed. Infantil	40	1.3/A	CMEI Sonho Encantado, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12383	Polyana Madalozzo	Profª de Inglês	23	1.3/A	19h-EMEB Hilda G. de Souza 04-EMEB Esperança, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12350	Renata Padilha de Andrade	Profª de 1º ao 5º ano	40	1.3/A	EMEB Hilda Granemann de Souza, 20h-VV Aldo Marghotti, Lab de Informática EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, 20h-Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12508	Roger William da Silva	Especialista em Assuntos Educacionais	20	1.3/A	EMEB Vereda dos Trevos, V. Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12328	Rômulo Ramos	Prof. De Ed. Física	36	1.3/A	09h-EMEB Castelhana; 09h-EMEB Ulysses Guimarães; 12h-EMEB Vereda dos Trevos; 06h-CMEI Sonho Encantado-Vagas Excedentes	01/08/2013 a 20/12/2013
12301	Rosângela Cunha	Especialista em Assuntos Educacionais	40	1.3/A	EMEB Henrique J Berger, V Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12463	Rosângela Fatima de Paula	Profª de Ed. Infantil	40	1.3/A	EMEB Ulysses Guimarães- Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013

12351	Rosângela Riedi	Profª de 1º ao 5º ano	20	1.3/A	EMEB Hilda Grannemann de Souza, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12286	Rose Mari Lemos	Profª de Ciências	36	1.3/A	15h-EMEB Hilda G. de Souza, Vaga Excedente 21h-EMEB Pierina Santin Perret- VV Vera Berardi, Fund. Municipal de Cultura	01/08/2013 a 20/12/2013
12279	Roseli Maria Baseggio	Profª de 1º ao 5º ano	20	1.3/A	EMEB Hilda Grannemann de Souza, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12495	Rosicleia Alves	Profª de Ed. Infantil	40	1.3/A	CMEI Pierina Adami- V. Transitória	01/08/2013 a 20/12/2013
12290	Rosmari Aparecida Becker	Profª Língua Portuguesa	10	1.3/A	EMEB Maria Luiza Martins Barbosa	01/08/2013 a 20/12/2013
12313	Salete Matos Pereira	Especialista em Assuntos Educacionais	20	1.3/A	EMEB Henrique J Berger, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12219	Sandra Aparecida Peretti	Profª Ed. Infantil	40	1.3/A	CMEI Pierina Adami, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12327	Sidnei Alves Pereira	Prof de Ed. Física	39	1.3/A	15h-Esperança; 24h-EMEB Ulysses Guimarães- Vagas Excedentes	01/08/2013 a 20/12/2013
12249	Silmara Zotto	Professora de Matemática	12	1.3/A	08--EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa; 04 EMEB Morada do Sol, Vagas Excedentes	01/08/2013 a 20/12/2013
12323	Silvia Cristina de Souza Machado Riedi	Profª de Artes	26	1.3/A	VV Daniela da Silva, atribuição de exerc. Na EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa; 16h- Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12415	Silvia Daiane Calixto	Auxiliar de Biblioteca	20	1.4/A	EMEB Hilda G. Souza, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12414	Simone Aparecida Pires	Servente	44	1.5/A	EMEB Alto Bonito, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12324	Sulamita Reis dos Santos	Profª de Artes	40	1.3/A	Vagas Excedentes	01/08/2013 a 20/12/2013
12311	Suzamara Maria Stachelski	Profª Ed. Infantil	40	1.3/A	EMEB Padre José Chamot, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12326	Suzana Cristina Voltolini	Profª de Ed. Física	24	1.3/A	12h-EMEB Nossa Senhora da Salete; 12h-EMEB Walsin Nunes Garcia- Vagas Excedentes	01/08/2013 a 20/12/2013
12487	Suzana de Oliveira Damer	Profª de 1º ao 5º ano	20	1.3/A	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013

12493	Tiago Bresan Costa	Prof de Ed. Física	18	1.3/A	EMEB Hilda G. de Souza, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12258	Valmira Aparecida Morigi	Profª de História	15	1.3/A	EMEB Morada do Sol, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12538	Vanessa de Fátima Rocha	Profª de Ed. Física	40	1.3/A	18h-CMEI Santa Clara; 03h- EMEB Irmão Tomás; 03h- EMEB Tabajara; 14h- Projeto Esportivo –EMEB ir. Venâncio José.	01/08/2013 a 20/12/2013
12494	Vania Aparecida Bertotto	Profª de Ed. Infantil	40	1.3/A	CMEI Sonho Encantado, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12379	Vera Regina Kreling	Profª de Inglês	10	1.3/A	EMEB Pierina Santin Perret, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12431	Veroni Costa Varella Carvalho	Meren-deira	44	1.5/A	EMEB Hilda Grannemann de Souza, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12345	Viviane Aparecida Trindade	Profª de 1º ao 5º ano	20	1.3/A	EMEB Hilda Grannemann de Souza, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12234	Viviane Gattermann Flores Novaski	Profª Ed. Infantil	20	1.3/A	CMEI Irmão Thomaz, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12436	Zany Mary Baseggio Coldebella	Meren-deira	44	1.5/A	EMEB Dr. Ulysses Guimarães, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12256	Zeni Gabardo	Profª de Geografia	21	1.3/A	EMEB Ulysses Guimarães; Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de julho de 2013.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Portaria N° 22.820

PORTARIA N° 22.820, de 17 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado, dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Educação a seguir relacionados, até 20 de dezembro de 2013 ou até realização de processo seletivo, especificando: código, nome, cargo, carga horária, referência, local de atuação e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	CH	REF.	Local de Atuação / Motivo	Período
12509	Catia Maria dos Santos	Profª de Língua Portuguesa	28	1.3/A	13h-EMEB Ulysses Guimarães; 10h/a- EMEB Hilda G. Souza, VV Edilene K da Silva, direção da EMEB Alto Bonito 05h/a- EMEB Alto Bonito, Vaga Transitória	01/08/2013 a 20/12/2013
12564	Eronildes Olienick Pinto	Especialista em Assuntos Educacionais	20	1.3/A	EMEB Ulysses Guimarães, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013.
12541	Iara Lara dos Santos	Servente da Educação	44	1.5/A	EMEB Pierina Santin Perret, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12632	Itamira Gonçalves	Servente da Educação	44	1.5/A	SME- Batalhão da Polícia Militar	16/07/2013 a 12/09/2013
12504	Jane Regina Dallagnol	Especialista em Assuntos Educacionais	20	1.3/A	EMEB Esperança, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12474	Jessica Fonseca da Silva	Especialista em Assuntos Educacionais	20	1.3/A	EMEB Hilda Granemann de Souza, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12488	Jucelia Pereira dos Santos	Servente da Educação	44	1.5/A	CMEI Sonho Encantado	01/08/2013 a 20/12/2013
12506	Lenir Teixeira	Servente da Educação	44	1.5/A	CMEI Pierina Adami	01/08/2013 a 20/12/2013
12475	Marici Menegat Franco	Especialista em Assuntos Educacionais	20	1.3/A	EMEB Hilda Granemann de Sousa, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12515	Marlene Fonseca	Servente da Educação	44	1.5/A	CMEI Sonho Encantado	01/08/2013 a 20/12/2013
12562	Monique Espit Rodrigues da Silva	Servente da Educação	44	1.5/A	EMEB Ulysses Guimarães, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12516	Nelci Clarice Seidel Paulino	Professora de Português		1.3/A	EMEB Henrique J Berger	01/08/2013 a 20/12/2013
12496	Rosa Alice Gonçalves	Servente da Educação	44	1.5/A	EMEB Ulysses Guimarães, Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
12484	Rose Maria Voloche	Servente da Educação	44	1.5/A	Secretaria Municipal de Educação	01/08/2013 a 20/12/2013
12480	Sonia Aparecida Jarschel	Servente da Educação	44	1.5/A	EMEB Pierina Santin Perret, Vaga Excedente	02/07/2013 a 20/12/2013
12518	Vilma Vezoli	Servente da Educação	44	1.5/A	EMEB Henrique J Berger	01/08/2013 a 20/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Portaria N° 22.821

PORTARIA N° 22.821, de 17 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar n° 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas justificadas das Servidoras Públicas Municipais da Secretaria Municipal de Educação abaixo relacionadas, referente ao período de 12 de junho a 11 de julho de 2013, especificando: código, nome e número de faltas, conforme segue:

Código	Servidor	Escola	Faltas
12522	Andriele Bueno de Freitas	EMEB Ulysses Guimarães	10
12269	Angelita Zir	EMEB Ulysses Guimarães	07
10430	Bruna Stello Padilha	CMEI Pierina Adami	09
12539	Claudenil Bezerra de Oliveira	EMEB Alto Bonito	08
449	Crenilda Schikovski Hude	EMEB Morada do Sol	04
3378	Iliane Pagotto	EMEB Ulysses Guimarães	05
12427	Jocimar Pereira Rosa	CMEI Sonho Encantado	09
12428	Josiane Castilho Hahn	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	3 e ½
12466	Keila Aparecida Bromer	EMEB Ulysses Guimarães	03
12398	Monike Mondardo de Jesus	CEM Maria Luiza Martins Barbosa	06
1071	Romney Riedi	EMEB Hilda Granemann de Souza	06
7777	Rosana Kormann de Oliveira	EMEB Ulysses Guimarães	05
12344	Vania Maria Oliveira	EMEB Alto Bonito	08

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.822

PORTARIA N° 22.822, de 17 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar n° 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas injustificadas das Servidoras Públicas Municipais da Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionadas, referente ao período de 12 de junho a 11 de julho de 2013, especificando: código, nome e número de faltas, conforme segue:

Código	Servidor	Escola	Faltas
617	Atanil Ribeiro da Silva	EMEB Hilda Granemann de Souza	09
12361	Eliane Aparecida Caetano da Silva Zanchi	EMEB Nossa Senhora Salete	11
3378	Iliane Pagotto	EMEB Ulysses Guimarães	2 e ½
12466	Keila Aparecida Bromer	EMEB Ulysses Guimarães	03
12266	Luciana Aparecida Weber	EMEB Morada do Sol	01
12306	Nilson Alixandre de Souza	EMEB Ulysses Guimarães	½
12489	Roseli Kinak Golin	CMEI Sonho Encantado	01

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.824

PORTARIA N° 22.824, de 18 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos termos da Lei n° 1.932, de 02/07/2003,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 16/06/2013 a 15/07/2013, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
3277	Gisele Aparecida Mandelli	Fiscal de Postura	22	IPPUC	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria N° 22.825

PORTARIA N° 22.825, de 18 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos termos da Lei n° 1.889, de 22/04/2003 e Lei n° 1.932, de 02/07/2003, que cria gratificação de produtividade aos fiscais de obras e posturas do Município,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 16/06/2013 a 15/07/2013, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
4594	Gelson Luiz Savi	Fiscal de Postura	22	002	1.000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributária	57	002	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Postura	22	002	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Postura	22	002	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras	22	002	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria N° 22.827

PORTARIA N° 22.827, de 18 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar n° 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar n° 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar n° 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal MIRNA MINGOTTI, ocupante do cargo de Telefonista, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 2872 (dois mil, oitocentos e setenta e dois) dias, ou, 7 (sete) anos, 10 (dez) meses e 17 (dezessete) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição n° 20022010.1.00002/10-2, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 16/07/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso de Dispensa N° 08 - 2013 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAÇADOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
Secretaria de Infra Estrutura

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 08/2013

O Município de Caçador/SC através da Prefeitura Municipal de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação n° 08/2013 para locação de UM TERRENO RURAL COM ÁREA DE 193.600 M2 LOCALIZADO NA LINHA SÃO FRANCISCO, DE PROPRIEDADE DO SENHOR VALDECIR CESAR LAZARI/CPF N° 933.479.449-68 DESTINADO A RETIRADA DE CASCALHO PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICIPIO, pelo valor mensal de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), pelo período de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 22 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - CC 02 - 2013 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
EDITAL: CONCORRÊNCIA Nº 02/2013
TIPO: TÉCNICA E PREÇO

OBJETO: Contratação de Agência especializada para prestação de serviços de publicidade e propaganda para a Prefeitura Municipal de Caçador, que possibilitem o atendimento das políticas públicas dos setores relativas às campanhas institucionais, educativas, informativas e de utilidade pública de conformidade com a Lei 12.232/2010, ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 18/09/2013. ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 18/09/2013. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Avenida Santa Catarina, 195, no site do Município de Caçador: www.cacador.sc.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 18 de Julho de 2013.

Contrato 64-2013 Saúde

Contrato 64/2013 - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de preservativos masculinos 52 e 55 mm para distribuição gratuita em campanhas de prevenção as DST/HIV/AIDS, processo licitatório nº 34/13, PE nº 02/13. Contratado: Gesser Medical LTDA EPP. Prazo: 31/12/2013. Valor: R\$ 7.674,00

Contrato 65-2013 Saúde

Contrato 65/2013 - O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa habilitada para adequação de ala física do hospital Jonas Ramos para instalação da Farmácia Municipal, processo licitatório nº 32/13, TP nº 01/13. Contratado: Lajetec Lajes Artefatos de Cimentos LTDA ME. Prazo: 08/10/2013. Valor: R\$ 161.252,64

Contrato Administrativo Nº 60/2013 - Prefeitura

Contrato Administrativo nº 60/2013 - Prefeitura - 1º aditamento ao Contrato Administrativo nº 108/2012 PRORROGA PRAZO POR 270 DIAS; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESPERANÇA, NO BAIRRO MARTELLO, referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2012 - Concorrência Nº 06/2012, CONTRATADA: ESE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob o nº 83.805.101.0001-67, com sede na cidade de Palhoça/SC, O prazo de vigência do contrato para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 270 (duzentos e setenta) dias iniciando em 19 de julho de 2013 e findando em 17 de abril de 2014

Contrato Administrativo Nº 61/2013 - Prefeitura

Contrato Administrativo nº 61/2013 - Prefeitura - 1º aditamento ao Contrato Administrativo nº 115/2012 PRORROGA PRAZO POR 270 DIAS; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE NA RUA CANÁRIO, LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA, BAIRRO MARTELO, PELO PROGRAMA FEDERAL PRÓ INFÂNCIA, referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2012 - Concorrência Nº 07/2012, CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA, pessoa jurídica

de direito privado, CNPJ sob o nº 73.461.196/0001-95, com sede na cidade de Videira/SC, O prazo de vigência do contrato para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 270 (duzentos e setenta) dias, iniciando em 30 de julho de 2013 e findando em 28 de abril de 2014.

Contrato Administrativo Nº 62/2013 - Prefeitura

Contrato Administrativo nº 62/2013 - Prefeitura - 1º aditamento ao Contrato Administrativo nº 116/2012 PRORROGA PRAZO POR 270 DIAS; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE NA RUA LUIZ TORTATTO, BAIRRO NOSSA SENHORA DA SALETE,, PELO PROGRAMA FEDERAL PRÓ INFÂNCIA, referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2012 - Concorrência Nº 08/2012, CONTRATADA: NL CONSTRUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob o nº 81.601.171/0001-78, com sede na cidade de Nova Erechim /SC, O prazo de vigência do contrato para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 270 (duzentos e setenta) dias, iniciando em 30 de julho de 2013 e findando em 28 de abril de 2014

Ata de Registro de Preço Nº 17 - 2013 - FUNDEMA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2013 – FUNDEMA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ANTICONCEPCIONAL VETERINÁRIO E RAÇÃO DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ZOONOSES - FUNDEMA, Referente ao processo licitatório nº 20/2013, Pregão Presencial nº 16/2013 Fornecedor AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.548.802/0001-32, com sede na cidade de Lages/SC, o prazo de validade da presente será de 12 (doze) meses oficiais

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	1000	CARTELA	ANTICONCEPCIONAL VETERINÁRIO INJETÁVEL PARA CANINOS E FELINOS FÊMEAS, CONTENDO 01 AMPOLA DE 01 ML COM 50 MG DE ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA, SERINGA DESCARTÁVEL DE 03 ML E AGULHA PARA APLICAÇÃO	INIBIDEX	2,40	2.400,00
3	3000	KG	RAÇÃO SECA PARA CÃES ADULTOS, CUJA COMPOSIÇÃO ATINJA OS SEGUINTE NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX): 120G/KG 12% PROTEÍNA BRUTA (MIN): 190G/KG 19% EXTRATO ETÉREO (MIN): 70G/KG 7% CÁLCIO (MÁX): 22G/KG 2,2% FÓSFORO (MIN): 7000MG/KG 0,7% MATÉRIA FIBROSA (MÁX): 50 MG/KG 5% MATÉRIA MINERAL (MÁX): 90MG/KG 9%,	FAMINTOS VEGETAIS	2,50	7.500,00

4	1800	KG	RAÇÃO SECA PARA CÃES FILHOTES, CUJA COMPOSIÇÃO ATINJA OS SEGUINTE NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX): 120G/KG 12% PROTEÍNA BRUTA (MIN): 250G/KG 25% EXTRATO ETÉREO (MIN): 90G/KG 9% CÁLCIO (MÁX): 20G/KG 2% FÓSFORO (MIN): 8000MG/KG 0,8% MATÉRIA FIBROSA (MÁX): 40G/KG 4 % MATÉRIA MINERAL (MÁX): 90G/KG 9%	FAMINTOS FILHOTES	3,50	6.300,00
5	100	LATA	RAÇÃO ÚMIDA EM LATA, TIPO PATÊ, PARA CÃES ADULTOS, CUJA COMPOSIÇÃO ATINJA OS SEGUINTE NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX): 820G/KG 82% PROTEÍNA BRUTA (MIN): 80G/KG 8% EXTRATO ETÉREO (MIN): 50G/KG 5% CÁLCIO (MÁX): 5000MG/KG 0,5% FÓSFORO (MIN): 1300MG/KG 0,13% MATÉRIA FIBROSA (MÁX): 25G/KG 2,5% MATÉRIA MINERAL (MÁX): 30G/KG 3%	PEDIGREE	4,50	450,00
			TOTAL GERAL		16.650,00	

Ata de Registro de Preço N° 98 - 2013 - Prefeitura

Ata de Registro de Preço nº 98/2013 - PREFEITURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2013. O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE CORREIAS E ROLAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, Referente ao processo licitatório nº 58/2013, Pregão Presencial nº 44/2013 Fornecedor, ROLSUL ROLAMENTOS E RETENTORES LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.085.255/0001-80, com sede, na cidade de Curitiba/PR, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata. Conforme a seguinte especificação e preço:

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	10	UNID	CORREIA B-56	MERCURIO	11,10	111,00
2	10	UNID	CORREIA B-53	MERCURIO	10,29	102,90
3	10	UNID	CORREIA B-54	MERCURIO	1,59	105,90
4	10	UNID	CORREIA B-55	TRANSPOWER	10,75	107,50
5	7	UNID	CORREIA B-78	TRANSPOWER	16,00	112,00
6	5	UNID	CORREIA B-60	TRANSPOWER	12,90	64,50
7	7	UNID	CORREIA B-64	MERCURIO	13,50	94,50
8	7	UNID	CORREIA C-240	MERCURIO	79,50	556,50

9	7	UNID	CORREIA C-59	MERCURIO	16,99	118,93
10	7	UNID	CORREIA C-80	TRANSPOWER	24,19	169,33
11	10	UNID	CORREIA C-173	TRANSPOWER	55,00	550,00
12	10	UNID	CORREIA C-180	TRANSPOWER	56,45	564,50
13	10	UNID	CORREIA B-57	MERCURIO	11,04	110,40
14	25	UNID	CORREIA B-90	MERCURIO	17,53	438,25
15	4	UNID	CORREIA SN MANCAL 513	MDS	128,00	512,00
17	4	UNID	ROLAMENTO 22215-K	SNR	110,00	440,00
TOTAL GERAL 4.158,21						

Camboriú

PREFEITURA

Lei N.º 2.582/2013

LEI N.º 2.582/2013

Dispõe sobre a inclusão da disciplina de empreendedorismo na grade curricular do 8º e 9º ano do ensino fundamental em toda a Rede Municipal de Ensino de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir a disciplina de Empreendedorismo na grade curricular do oitavo e nono ano do ensino fundamental da Rede Municipal de Camboriú.

§ 1º Caberá a todas as escolas municipais incluir a disciplina na sua grade curricular com o nome de: Empreendedorismo.

§ 2º A disciplina deverá ser ministrada preferencialmente por professor qualificado com formação de ensino superior completo que demonstrar conhecimento técnico na área, após avaliação da Secretaria Municipal de Educação, através de processo seletivo e/ou concurso público.

Art. 2º Entende-se por empreendedorismo o aprendizado pessoal que, impulsionado pela motivação, criatividade e iniciativa, capacita para a descoberta vocacional, a percepção de oportunidades e a construção de um projeto de vida.

Art. 3º Compete a Secretaria Municipal de Educação através da coordenação pedagógica, oferecer as orientações e condições necessárias para que os professores possam realizar o desenvolvimento da disciplina.

Art. 4º Para atingir os objetivos previstos nesta lei, poderão ser celebrados convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades da sociedade civil organizada e iniciativa privada.

Art. 5º Na disciplina de Empreendedorismo, a escola deverá atender aos seguintes preceitos:

I - formação de alunos autônomos, éticos e responsáveis;

II - noções de empreendedorismo e plano de negócios;

III - identificação de oportunidades;

IV - preparação para o mercado de trabalho e primeiro emprego;

V - construção de competências profissionais;



VI - desenvolvimento de habilidades pessoais;
VII - motivação para superação de obstáculos e estímulo a criatividade;
VIII - construção de conhecimentos em economia familiar;
IX - orientação vocacional e planejamento de carreira;
X - orientação e educação financeira;
XI - criação de cultura empreendedora;
XII - ampliação da relação aluno/escola e comunidade.

Art. 6º Será de responsabilidade do Poder Executivo, por meio do seu órgão competente, regulamentar e implementar ações pedagógicas que efetivamente garantam a inserção da disciplina de Empreendedorismo nas atividades e/ou programas que compõem o currículo do ensino fundamental.

Art. 7º As despesas oriundas da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas se necessário.

Art. 8º A implantação da disciplina de Empreendedorismo torna-se facultativa as escolas federais, estaduais e particulares da Rede de Ensino de Camboriú, de acordo com seus sistemas de ensino.

Art. 9º O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a praticar atos que regulamentem essa Lei num prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 19 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.583/2013

LEI N.º 2.583/2013

Dispõe sobre a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU no Município de Camboriú, para templos de qualquer culto que funcionem em imóveis alugados.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam isentos do pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, enquanto perdurar a situação fática, os imóveis comprovadamente locados por até 3 (três) salários mínimos aos templos religiosos de qualquer culto, incluídas suas atividades necessárias e complementares, como as de cunho educacional e assistencial.

Parágrafo único. A isenção poderá ser parcial quando o imóvel tiver parte de sua área destinada para outro uso.

Art. 2º O presente benefício fiscal será concedido às entidades religiosas com atividade no Município há pelo menos 6 (seis) meses e que possuam contrato firmado, anterior ao pedido do benefício.

Parágrafo único. A isenção incidirá sobre o imóvel ou fração, enquanto vigente o contrato de locação a favor da entidade religiosa, obrigando-se ela a comunicar ao Poder Público quando da revogação contratual, sob pena de responder pelos débitos eventualmente existentes e não mais poder ser beneficiado pela isenção desta LEI.

Art. 3º Poderá se beneficiar desta Lei a entidade religiosa que preencher os seguintes requisitos:

- I - possuir inscrição no CNPJ da denominação;
- II - apresentar estatuto e ata de posse da atual diretoria;
- III - apresentar cópia do contrato de locação ou comodato, desde que constem nos contratos cláusula transferindo ao locatário ou comodatário a responsabilidade pelo pagamento do IPTU.

Art. 4º A isenção será suspensa imediatamente quando constata-se uma das seguintes ocorrências:

- I - o beneficiário venha a sublocar o imóvel;
- II - seja dada outra finalidade de uso para o imóvel;
- III - seja descumprida qualquer das obrigações acessórias previstas na legislação vigente;
- IV - seja apurado que o pedido para reconhecimento da isenção foi instruído com documentos inidôneos ou foram prestadas informações falsas ou incorretas.

Art. 5º O requerimento para concessão da isenção deverá ser protocolado anualmente, até o último dia útil do mês de dezembro de cada exercício, sob pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte, ficando sujeito a confirmação pela fiscalização municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 19 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.678/2013

DECRETO N.º 1.678/2013

Dispõe sobre a nomeação dos Delegados do setor governamental para representar o Município de Camboriú nas Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Delegados titulares e respectivos suplentes do setor governamental que irão representar o Município de Camboriú na Conferência Estadual de Cultura que se realizará em Florianópolis, entre os dias 29 e 30 de agosto de 2013, bem como na Conferência Nacional de Cultura que se realizará em Brasília, entre os dias 26 e 29 de novembro de 2013, conforme segue:

I - titulares:

- a) Renata Gonçalves de Souza (RG n.º 3966903);
- b) Ruth Máry Rutes (RG n.º 1361589).

II - suplentes:

- a) Vera Maria Roberto (RG n.º 5796377);
- b) José Valdir Theobald (RG n.º 7017819819).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 22 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.679/2013

DECRETO N.º 1.679/2013

Dispõe sobre a nomeação da Equipe Técnica responsável pelo acompanhamento, execução, divulgação e supervisão do Plano Municipal de Cultura do Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas pra compor a Equipe Técnica responsável pelo acompanhamento, execução, divulgação e supervisão do Plano Municipal de Cultura do Município de Camboriú as seguintes servidoras municipais:

- I - Vera Maria Roberto - Coordenadora;
- II - Renata Gonçalves de Souza - membro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 22 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

PR 34/2013 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2013-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA (NO-BREAK) PARA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 10:00 horas do dia 06 (Seis) de Agosto de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 23 de Julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

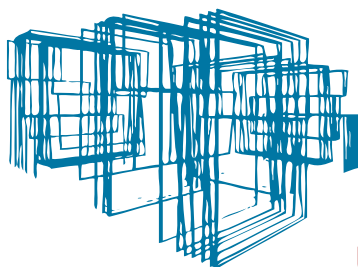
Cotização do Edital de Contribuição de Melhoria N°001/2013

RUA: HENOCK BERNARDINHO

QUANTITATIVO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA

LOTE	INSCRIÇÃO CADASTRAL	PM	PROPRIETÁRIO	RUAS	TESTADA DO LOTE (m)	ÁREA RUA EM m²	FATOR DE CONTRIBUIÇÃO	CONSTRUÇÃO	DRENAGEM						PAVIMENTAÇÃO		
									ESCAVAÇÃO DRENAGEM M³	REATERRO DRENAGEM M³	BSTC Ø30 UNIDADE	BSTC Ø40 UNIDADE	CL UNIDADE	BL UNIDADE	PREPARO CANCHA M²	MEIO FIO SARJETADO M	PAVIMENTAÇÃO M²
							1	FATOR	388,00	310,40	32	147	4	8	1.206,80	300,00	1.206,80
1	01.07.018.0015.001		FLAVIO ALEXANDRE BENTO	HENOCK BERNARDINO	15,00	60,00	0,05039	1,00	19,55	15,64	1,61	7,41	0,20	0,40	60,81	15,12	60,81
2	01.07.018.0027.001		CLAUDINO INHAIA	HENOCK BERNARDINO	12,20	48,80	0,04098	1,00	15,90	12,72	1,31	6,02	0,16	0,33	49,46	12,29	49,46
3	01.07.018.0039.001		ERICO ESPINDOLA	HENOCK BERNARDINO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
4	01.07.018.0051.001		EMPRESA IMOBILIARIA MARISCAL LTDA	HENOCK BERNARDINO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
5	01.07.018.0063.001		ADILSON FRANCISCO	HENOCK BERNARDINO	12,30	49,20	0,04132	1,00	16,03	12,82	1,32	6,07	0,17	0,33	49,86	12,40	49,86
6	01.07.018.0075.001		JOEL ALVES DA SILVA	HENOCK BERNARDINO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
7	01.07.018.0087.001		ESTANISLAU PETLAK	HENOCK BERNARDINO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
8	01.07.018.0099.001		ILDA VIEIRA	HENOCK BERNARDINO	12,20	48,80	0,04098	1,00	15,90	12,72	1,31	6,02	0,16	0,33	49,46	12,29	49,46
9	01.07.018.0111.001		ROBERTO DA SILVA	HENOCK BERNARDINO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
10	01.07.018.0123.001		CATIA REGINA SILVA	HENOCK BERNARDINO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
11	01.07.018.0135.001		ADNA MAELY CARDOSO	HENOCK BERNARDINO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
12	01.07.018.0176.001		ADNA MAELY CARDOSO	HENOCK BERNARDINO	16,00	64,00	0,05375	1,00	20,85	16,68	1,72	7,90	0,21	0,43	64,86	16,12	64,86
13	01.07.010.0271.001		JOSE DA SILVA	HENOCK BERNARDINO	26,00	104,00	0,08734	1,00	33,89	27,11	2,79	12,84	0,35	0,70	105,40	26,20	105,40

14	01.07.010 .0283.001	MARCOLINO SILVA	HENOCK BER- NARDI- NO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
15	01.07.010 .0295.001	SILVIO OLEGARIO REBELO	HENOCK BER- NARDI- NO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
16	01.07.010 .0307.001	DELOSMAR COPPINI	HENOCK BER- NARDI- NO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
17	01.07.010 .0319.001	ADELINA CANDIDO	HENOCK BER- NARDI- NO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
18	01.07.010 .0331.001	JAIR CLAU- DIOMIRO BOHRER	HENOCK BER- NARDI- NO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
19	01.07.010 .0343.001	RONALDO ROCHA	HENOCK BER- NARDI- NO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
20	01.07.010 .0355.001	ALCINDO VECHI	HENOCK BER- NARDI- NO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
21	01.07.010 .0367.001	ELOY ADAO	HENOCK BER- NARDI- NO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
22	01.07.010 .0379.001	JOAO CAR- LOS DA SILVA	HENOCK BER- NARDI- NO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
23	01.07.010 .0026.001	CELITA DREYER DO AMARAL	HENOCK BER- NARDI- NO	12,00	48,00	0,04031	1,00	15,64	12,51	1,29	5,93	0,16	0,32	48,64	12,09	48,64
		ÁREA COMUM ESQUINAS	TODAS		16,00											
	TOTAL			297,70	1.206,80	1,00		388,00	310,40	32,00	147,00	4,00	8,00	1.206,80	300,00	1.206,80
	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNI- TÁRIO (R\$)						8,76	13,49	31,50	45,62	354,36	542,51	1,50	19,90	46,00
	VALOR SUB- TOTAL	VALOR SUB- TOTAL (R\$)						3.398,88	4.187,30	1.008,00	6.706,14	1.417,44	4.340,08	1.810,20	5.970,00	55.512,80
	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL (R\$)														84.350,84



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Editais de Contribuição de Melhoria N° 001/2013
EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N°. 001/2013

A Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal n°. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA HENOCK BERNARDINHO, no Bairro Centro, totalizando 1.206,80m2 (Um Mil Duzentos e Seis e Oitenta Metros Quatros), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal n°. 1695/2006.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA HENOCK BERNARDINHO, que foram valorizados com a execução da obra.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de JAN/2010, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 84.350,84 (Oitenta e Quatro Mil Trezentos e Cinquenta Reais e Oitenta e Quatro Centavos).

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de

Finanças, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 22 de Julho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Ata de Registro de Preços PR 15/13 - FUNDESB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 015/2013 - FUNDESB - Ata do Sistema de Registro de Preços 006/2013 - FUNDESB - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA TUBOS E GALERIAS PARA SEREM APLICADOS NAS REDES PLUVIAIS E CÓRREGOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/07/2014

1ª Publicação.

Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 194 - 910, 914, 918, 929/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 194 910/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSC9072	55653274D	6920/0	06/11/2012	233
JVA7519	55651980D	6920/0	06/11/2012	233
MDH9744	55651988D	6920/0	06/11/2012	233
MFN2230	55653272D	6920/0	06/11/2012	233
MGG5722	55651978D	6653/1	02/11/2012	230 * XI
MJE8151	55653259D	5010/0	04/11/2012	162 * I
MJE8151	55653260D	6912/0	04/11/2012	232
MJE8151	55653261D	6653/2	04/11/2012	230 * XI
MJY2385	55653284D	6920/0	06/11/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 914/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADN3934	55652729D	5010/0	13/11/2012	162 * I
ADN3934	55652730D	6599/2	13/11/2012	230 * V
AGN6474	55653405D	5169/1	23/11/2012	165
AGN6474	55653406D	5282/0	23/11/2012	176 * I
AJL9951	55653421D	6920/0	26/11/2012	233
ANV5751	55653411D	6920/0	29/11/2012	233
BFH6524	55653450D	6920/0	07/12/2012	233
HPX4950	55653407D	6920/0	29/11/2012	233
IJU1565	55653313D	5010/0	17/11/2012	162 * I
IMJ7377	55653654D	6920/0	07/12/2012	233
INJ9260	55652727D	5169/1	10/11/2012	165
JIG8476	55004131D	6920/0	29/11/2012	233
JVH6565	55004143D	6920/0	29/11/2012	233
JZQ8742	55652739D	5010/0	16/12/2012	162 * I
JZQ8742	55652739D	6599/2	16/12/2012	230 * V
JZQ8742	55652739D	6912/0	16/12/2012	232
JZQ8742	55652740D	6556/5	16/12/2012	230 * I
LWV5899	55653444D	6920/0	29/11/2012	233
LXA7117	55653208D	6599/2	08/11/2012	230 * V
LXD0366	55652229D	5010/0	13/11/2012	162 * I
LXD0366	55652230D	6599/2	13/11/2012	230 * V
LXD0366	55652231D	6912/0	13/11/2012	232
LXD1437	55653337D	5010/0	24/11/2012	162 * I
LXD1437	55653338D	6599/2	24/11/2012	230 * V
LYF5650	55004620D	6912/0	09/11/2012	232
LYF5650	55004621D	5045/0	09/11/2012	162 * V

LYX5634	55652295D	5010/0	14/12/2012	162 * I
LZG6746	55653609D	6637/2	06/12/2012	230 * IX
LZG6746	55653610D	6580/0	06/12/2012	230 * IV
LZY9944	55652741D	5010/0	16/12/2012	162 * I
LZY9944	55652743D	6637/2	16/12/2012	230 * IX
LZZ0515	55652877D	5010/0	01/12/2012	162 * I
LZZ0515	55652878D	6599/2	01/12/2012	230 * V
LZZ0515	55652879D	6602/0	01/12/2012	230 * VI
LZZ0515	55652880D	6653/1	01/12/2012	230 * XI
MAN5453	55653419D	6920/0	29/11/2012	233
MAV8655	55652947D	6653/2	12/12/2012	230 * XI
MAV9058	55653725D	6599/2	17/12/2012	230 * V
MBT3363	55004134D	6920/0	29/11/2012	233
MBZ3014	55653778D	5010/0	15/12/2012	162 * I
MBZ3014	55653779D	6637/1	15/12/2012	230 * IX
MCA6690	55653803D	5010/0	15/12/2012	162 * I
MCA6690	55653805D	5274/1	15/12/2012	175
MCJ8640	55653659D	6920/0	07/12/2012	233
MCX5894	55004128D	6920/0	29/11/2012	233
MDF1445	55653418D	6920/0	29/11/2012	233
MDF3044	55653222D	6599/2	22/11/2012	230 * V
MDI9484	55653225D	6653/1	22/11/2012	230 * XI
MDN6521	55652181D	5010/0	10/12/2012	162 * I
MDN6521	55652182D	6599/2	10/12/2012	230 * V
MDU9583	55953086C	5010/0	16/11/2012	162 * I
MDU9583	55953087C	6599/2	16/11/2012	230 * V
MDX6872	55653242D	6599/2	11/12/2012	230 * V
MDZ7479	55653657D	6920/0	07/12/2012	233
MEB4523	55653661D	6920/0	07/12/2012	233
MEC6173	55653765D	5010/0	08/12/2012	162 * I
MEN6269	55653417D	6920/0	29/11/2012	233
MEO8905	55653209D	6599/2	13/11/2012	230 * V
MEP4331	55653360D	5010/0	10/11/2012	162 * I
MEQ8417	55653220D	6599/2	22/11/2012	230 * V
MEV9600	55651791D	6599/2	11/11/2012	230 * V
MFB0341	55953078C	5010/0	14/11/2012	162 * I
MFB0341	55953079C	6599/2	14/11/2012	230 * V

MFB0341	55953080C	6912/0	14/11/2012	232
MFG1847	55652736D	6599/2	14/11/2012	230 * V
MFK5396	55653957D	5010/0	17/12/2012	162 * I
MFK5396	55653958D	6912/0	17/12/2012	232
MFK5396	55653959D	5061/0	17/12/2012	163 c/c 162 * I
MFK5396	55653960D	6599/2	17/12/2012	230 * V
MFY6494	55653651D	6920/0	07/12/2012	233
MGA6430	55652588D	5274/1	25/11/2012	175
MGB1856	55653755D	5010/0	06/12/2012	162 * I
MGC2797	55653244D	6599/2	17/12/2012	230 * V
MGC2797	55653245D	5010/0	17/12/2012	162 * I
MGC2797	55653246D	6912/0	17/12/2012	232
MGI3352	55653757D	6599/2	07/12/2012	230 * V
MGM3348	55653782D	6653/2	15/12/2012	230 * XI
MGO3996	55653339D	5010/0	24/11/2012	162 * I
MGR9032	55004127D	6920/0	29/11/2012	233
MGS1488	55653009D	5010/0	24/11/2012	162 * I
MGS1488	55653010D	6599/2	24/11/2012	230 * V
MHC1578	55653321D	6599/2	20/11/2012	230 * V
MHO4089	55652898D	6599/2	16/12/2012	230 * V
MHY2647	55653758D	5010/0	07/12/2012	162 * I
MHY2647	55653759D	6637/2	07/12/2012	230 * IX
MID5186	55005620D	5169/2	17/11/2012	165
MID5186	55005621D	6726/1	17/11/2012	230 * XVIII
MIN2590	55652659D	6912/0	22/11/2012	232
MIN2590	55652660D	5010/0	22/11/2012	162 * I
MIO9518	55653429D	6920/0	29/11/2012	233
MJU0713	55653023D	5010/0	12/12/2012	162 * I
MJU0713	55653024D	6580/0	12/12/2012	230 * IV
MJU0713	55653025D	6912/0	12/12/2012	232
MKF9461	55653602D	5061/0	02/12/2012	163 c/c 162 * I
MKF9461	55653603D	5010/0	02/12/2012	162 * I
MKM8450	55653243D	6599/2	17/12/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 918/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	EnquAdrAmEnto
AIS6479	55654208D	6599/2	20/12/2012	230 * V
AIS6479	55654209D	6912/0	20/12/2012	232
BCM0110	55004146D	6920/0	29/11/2012	233
LXT3165	55654309D	6599/2	21/12/2012	230 * V
MCS4737	55654458D	5045/0	20/12/2012	162 * V
MDI3154	55654467D	5045/0	22/12/2012	162 * V
MDN1856	55654303D	6599/2	20/12/2012	230 * V
MEM8868	55654105D	6599/2	20/12/2012	230 * V
MFG1847	55652887D	6912/0	04/12/2012	232
MFG1847	55652888D	5045/0	04/12/2012	162 * V
MFG1847	55652889D	6556/5	04/12/2012	230 * I
MFG1847	55652890D	6637/2	04/12/2012	230 * IX
MFJ6308	55654104D	6912/0	20/12/2012	232
MFO0602	55654110D	5045/0	21/12/2012	162 * V
MFO0602	55654111D	6599/2	21/12/2012	230 * V
MFO0602	55654310D	5142/0	21/12/2012	164 c/c 162 * V
MFW8481	55654454D	6599/2	20/12/2012	230 * V
MFW8481	55654455D	5010/0	20/12/2012	162 * I
MGR0488	55654501D	6599/2	20/12/2012	230 * V
MHG4672	55653604D	5274/1	05/12/2012	175
MHR2994	55653735D	6548/2	18/12/2012	229
MHR2994	55654459D	6548/2	21/12/2012	229
MHS9393	55654359D	7340/0	20/12/2012	252 * IV
MIJ3966	55654210D	5010/0	21/12/2012	162 * I
MIJ3966	55654211D	5118/0	21/12/2012	164 c/c 162 * I
MIL4520	55654356D	6599/2	20/12/2012	230 * V

MIO9381	55654456D	5010/0	20/12/2012	162 * I
MIO9381	55654457D	6599/2	20/12/2012	230 * V
MIQ1906	55652745D	6599/2	19/12/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 929/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWT1186	55653026D	6599/2	14/12/2012	230 * V
MJG8417	55654358D	5274/2	20/12/2012	175
MKF1019	55654360D	6599/2	21/12/2012	230 * V
MKF1019	55654360D	6912/0	21/12/2012	232
MKF1019	55654361D	5010/0	21/12/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.861 de 22 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.861 DE 22 DE JULHO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

04.00 - Secretaria Municipal de Finanças
04.01 - Serviço de Controle Fazendário
04.123.0110.2.103 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339014.00.136 - Diárias - Civil R\$ 1.000,00
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos
15.452.0045.2.023 - Vias Públicas e Logradouros
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 11.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

04.00 - Secretaria Municipal de Finanças
04.01 - Serviço de Controle Fazendário
04.123.0110.2.103 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças
400000.00.136 - Despesas de Capital
440000.00.136 - Investimentos
449000.00.136 - Aplicações Diretas
449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente
R\$ 1.000,00
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos
15.452.0045.2.023 - Vias Públicas e Logradouros
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339093.00.136 - Indenizações e Restituições
R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 11.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.862 de 22 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.862 DE 22 DE JULHO DE 2013

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O PROCESSO ELEITORAL DO IPRECAL EXERCÍCIO DE 2013, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com base no Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e Artigo 19 do Regimento para Eleições do IPRECAL; Decreta:

Art.1º) Em face do Processo Eleitoral, para escolha dos membros que comporão o Conselho Administrativo e Fiscal do IPRECAL, e de acordo com as determinações contidas no Regimento Eleitoral, DESIGNA os seguintes Servidores efetivos para a função de Presidente e Mesário, da urna estabelecida na Sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre e para a urna itinerante nos Distritos de Bateias de Baixo e Fragosos:

URNA DA SEDE DO INSTITUTO - IPRECAL.

ELOA CRISTHINE PRIM - Presidente;

CAMILA BRAUM MACHADO - Mesária.

URNA ITINERANTE DOS DISTRITOS DE BATEIAS DE BAIXO E FRAGOSOS:

LUCILAINE FUCKNER WALTMANN - Presidente;

MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA - Mesária.

Art.2º) Designar para o exercício da função de fiscais eleitorais, que zelando pelo perfeito andamento das eleições e a régia aplicação do Regimento Eleitoral, os seguintes servidores:

* MARIANA LAUER OLSEN - Matrícula nº 000684;
* JOSÉ EURIDES CORDEIRO DA CRUZ - Matrícula nº 000031;
* SANDRO JOSÉ CARDOSO DE MEIRA - Matrícula nº 000682.

Gabinete do Prefeito

Art.3º) A data das eleições do IPRECAL será no dia 26 de julho de 2013, das 07:00 às 15:00 Horas.

Art.4º) Este Decreto deverá ser afixado em Murais, nos locais de grande circulação de servidores públicos municipais, em especial na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Campo Alegre - IPRECAL e no Mural do átrio da sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.5º) O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.863 de 23 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.863 DE 23 DE JULHO DE 2013

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 009/2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso X da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 009/2013, integrada pelos membros abaixo descritos:

§1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

DAISI ISABEL BUCHMANN SCHROEDER, matrícula funcional nº 000448;

PATRICK ONGHERO, matrícula funcional nº 000609;

MARIANA LAUER, matrícula funcional nº 000684.

§2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção do Cargo Público de Médico na função de Médico IV, Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 009/2013 desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão organizar a elaboração do Edital avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 23 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.132 de 23 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.132 DE 23 DE JULHO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais - JAQUELINE FUCKNER KERSCHER, Matrícula Funcional nº 000566, Registro no Sistema sob nº 954705, referente ao período aquisitivo 13 de outubro de 2011 a 12 de outubro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 24 de julho de 2013 a 02 de agosto de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão (Presencial) Nº 81/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 81/2013

O objeto da licitação consiste na compra de serviços de saúde, qual seja, aqueles imprescindíveis ao atendimento de urgência e emergência com exceção dos serviços médicos. Incluem-se, como empreitada global, o espaço físico em unidade hospitalar de no mínimo 6800 m2, localizada na área urbana (polígono central), dotada de equipamentos, mobília e serviços de apoio voltados à prestação do serviço público municipal de urgência e emergência em saúde.

- Critério julgamento: MENOR PREÇO.

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 05/08/2013, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 9 horas e 45 minutos, do dia 05/08/2013, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 06.00

- Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social; Unida-

de: 07.01 - Serviço de Assistência a Saúde; Função: 10 - Saúde;

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Progra-

ma - 114 - Convênio com Hospitais e Institutos; Projeto: 1.950

- Convênio com Hospitais e Institutos; Elemento de Despesa:

3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (código reduzido: 339. Valor estimado = R\$ 35.000,00 por mês).

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 81/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 23 de julho de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Processo Seletivo Simplificado Edital N° 009/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 009/2013

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, conforme dispõe o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988 e Art. 300, inciso X da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, torna público para o conhecimento dos interessados que estão abertas às inscrições do processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal em Caráter Temporário, no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

1- DO OBJETO

O objeto do presente Edital consiste no Processo Seletivo Simplificado para contratação em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de Campo Alegre/SC.

Nº VAGAS	CARGO	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	VENCIMENTO
01 Imediato	Médico IV	Médico Plantonista	12 horas na quarta-feira das 19:00 às 07:00 horas; 12 horas na sexta-feira das 19:00 às 07:00 horas;	Curso Superior de Medicina; Registro no Conselho Regional de Medicina.	R\$ 34,58 a hora, acrescida de mais 40% de gratificação especial médica R\$ 13,83; adicional noturno R\$ 12,10 por hora Total 12 horas noturna = R\$ 726,12

2- DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições estarão abertas no período de 24 a 26 de julho de 2013, na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, sito à rua Cel. Bueno Franco nº 292, Centro, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e 13:00 horas às 17:00 horas.

2.2 – São condições de Inscrição:

Ser brasileiro nato ou naturalizado;

Encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital;

Possuir escolaridade ou habilitação correspondente aos níveis exigidos por Lei para o cargo.

2.3 – O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e anexar fotocópias dos seguintes documentos:

I- Carteira de identidade;

II- Cadastro de pessoa física – CPF (fotocópia legível);

III- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e ou guarda/ tutela;

IV- Comprovante de Quitação Eleitoral;

V- Certificado Militar;

VI- Comprovação do nível de escolaridade exigido;

VII- Registro do Conselho Regional de Medicina;

VIII- Documentos hábeis para a contagem de tempo de serviço, se houver, comprovando experiência profissional no nível/função para qual se inscreveu mediante fotocópia da Carteira de Trabalho ou Certidão expedida por Repartição Pública.

2.4 – A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato verificado a qualquer tempo, o eliminará do Processo Seletivo, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais necessárias à responsabilização criminal do candidato;

2.5 – Uma vez efetuada e protocolada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração, e nem permitido anexar documentos;

2.6 – Será permitida a inscrição por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, específica para este Processo Seletivo constando a função para qual candidato deseja inscrever-se. O procurador deverá entregar além dos documentos do candidato exigidos no item 2.3, a fotocópia legível de sua cédula de identidade, bem como instrumento de procuração;

2.7 – As inscrições deferidas, serão homologadas e publicadas na imprensa, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC. O candidato que tiver indeferido a inscrição terá 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação para recorrer da decisão, em recurso dirigido ao Prefeito Municipal, que o julgará em igual período, após parecer conclusivo da Comissão Organizadora;

3 – DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 – Os critérios de classificação do presente processo seletivo será de Tempo de Serviço do candidato na área.

3.2 – Para a contagem de tempo de serviço será considerado como data limite, o dia 31 de junho de 2013.

3.3 – Para efeitos de classificação de Tempo de Serviço será atribuída a seguinte pontuação:

I – 0,05 (zero vírgula zero cinco) ponto por mês completo de serviço prestado, público ou particular, dentro da área para qual o candidato se inscreveu.

3.4 – No cálculo de pontuação por tempo de serviço, computar-se-á o mês de 30 dias, caso haja sobra de dias, somar-se-á a fração de 16 dias ou mais, como um mês.

3.5 – Resultado final será a maior pontuação do tempo de serviço na área.

3.6 – Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de preferência:

– o mais idoso;

– maior número de filhos ou dependentes menores de 18 anos (conforme certidão dos mesmos anexos a ficha de inscrição);

3.7 – A lista do resultado final será divulgada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC. e publicado na imprensa, sendo a classificação final dos candidatos, feita em ordem crescente de pontos;

3.8 – O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal.

4 – DA JORNADA DE TRABALHO E DO REGIME EMPREGATÍCIO

4.1 – A jornada de trabalho do contratado para o cargo de médico IV é de 12:00 horas até 60:00 horas semanais conforme necessidade da Administração.

4.2 – Os classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime especial, conforme necessidade.

5 – DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

5.1 – Os classificados serão admitidos neste Processo obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo;

5.2 – A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal. A decisão sobre a admissão é de competência da Prefeitura, dentro do interesse e conveniência da mesma;

5.3 – Por ocasião da admissão, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
 - b) Certidão de nascimento;
 - c) Certidão de casamento;
 - d) CPF;
 - e) Comprovante de regularidade de situação cadastral no CPF;
 - f) Título de eleitor;
 - g) Comprovante de votação ou comprovante de regularidade eleitoral;
 - h) Carteira de Trabalho;
 - i) Comprovante de Residência;
 - j) Certificado de reservista;
 - k) Declaração de dependentes;
 - l) Declaração de Imposto de renda ou de isento;
 - m) Certidão nascimento dos filhos;
 - n) Carteira de Vacina filhos menores de 06 anos;
 - o) Informar se possui filhos deficientes;
 - p) Carteira de registro no órgão de fiscalização profissional;
 - q) Certificado do nível de escolaridade;
 - r) Pis/Pasep;
 - s) Conta corrente no Banco Brasil;
 - t) Atestado Admissional;
 - u)-Em caso de acumulabilidade de cargo público apresentar declaração constando cargo, carga horária semanal e horário cumprido;
 - v)- Certidão negativa expedida pelo poder judiciário Cartório de distribuição de feitos civis e criminais da comarca de São Bento do sul, de não existir quaisquer procedimento sumarássimo ou ordinário ou processo de execução promovido pela administração pública que desabone sua situação funcional;
 - w)- O candidato deverá apresentar certidão expedida pelo Serviço de Pessoal da Prefeitura Municipal, na qual seja expressamente indicado que o mesmo não possui contrato rescindido antecipadamente pela administração.
- 5.4 – A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na eliminação do candidato do presente Edital e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da lei.
- 5.5 – O candidato que for classificado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Processo Seletivo, seu telefone e endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de telefone ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

6 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – É de exclusiva responsabilidade do candidato o preenchimento correto de sua ficha de inscrição e também o anexo de seus

documentos conforme item 2.3 deste Edital.

6.2 – Este Edital tem validade de um ano, podendo ser prorrogado se necessário por apenas mais um ano.

6.3 – Os casos omissos e situações não previstas neste Edital, serão analisados e deferidos pela Comissão Organizadora e Avaliadora deste Processo Seletivo.

Campo Alegre/SC, 23 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Cargo: Médico IV – Função Médico Plantonista

1. Acolher, reconhecer e diagnosticar medidas terapêuticas para tratamento e ou controle das diversas patologias como urgências cardiorrespiratória, do sistema nervoso central, gastrintestinais, genito-urinárias, endocrinológicas, hematológicas, vasculares, otorrinolaringológicas, oftalmológicas, em saúde mental, traumáticas e gineco obstétricas de acordo com as instruções e protocolos relativos a cada tipo de patologia,
 2. Conhecer e realizar manejo de equipamentos;
 3. Conhecer soluções e medicamentos;
 4. Responsabilizar se pelo encaminhamento adequado do paciente, quando a patologia apresentada exigir recursos terapêuticos e ou diagnósticos inexistentes na unidade;
 5. Conhecer o sistema de saúde e a rede hierarquizada de assistência;
 6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
 8. Executar outras atividades correlatas.
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57.

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SERVIÇO PESSOAL

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 009/2013

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____

NOME: _____ RG: _____

DATA _____ DE _____ NASCIMENTO: _____ SEXO: _____
CPF _____

TÍTULO DE ELEITOR _____

ESTADO CIVIL _____ Nº DEPENDENTES _____

RUA: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____

CEP: _____ ESTADO: _____ EL: _____

FORMAÇÃO ESCOLAR: _____

Obs: Anexar cópia dos documentos exigidos no Edital de Processo Seletivo número 009/2013

DATA: _____ ASS: _____

**FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL 009/2013**

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____

NOME: _____ RG: _____

Campos Novos**PREFEITURA****Portaria N° 1280/13 de 27/06/2013**

PORTARIA N° 1280/13 de 27/06/2013

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA NADIR DOS ANJOS STEFANES DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença para tratar de assuntos particulares a servidora NADIR DOS ANJOS STEFANES DA SILVA, cargo de PROFESSORA, no período de 04/06/2013 à 03/06/2015.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Junho de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1282/13 de 27/06/2013

PORTARIA N° 1282/13 DE 27/06/2013

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA VANILDE CONRADI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença para tratar de assuntos particulares a servidora VANILDE CONRADI, cargo de GARI, no período de 02/06/2013 à 01/06/2015.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Junho de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1283/13 de 27/06/2013

PORTARIA N° 1283/13 de 27/06/2013

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS AO SERVIDOR VALMIR SANTIAGO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença para tratar de assuntos particulares ao servidor

VALMIR SANTIAGO, do cargo de Guarda, no período de 01/06/2013 à 01/06/2015.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1290/13 de 01/07/13

PORTARIA N° 1290/13 de 01/07/13

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o servidor GESIEL RIBEIRO, portador da CNH nº 04953255416, categoria B, e CPF 031.444.009-71, ocupante do cargo de Auxiliar de Obras, do quadro de cargos comissionados da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Julho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1295/13 de 02/07/2013

PORTARIA N° 1295/13 de 02/07/2013

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ANDREA ALVES DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora ANDREA ALVES DE OLIVEIRA do cargo de Medico Comunitário. A partir de 17 de julho de 2013. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de Julho de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1296/13 de 02/07/2013

PORTARIA N° 1296/13 de 02/07/2013

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR RAFAEL QUEIROZ DE CARVALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor RAFAEL QUEIROZ DE CARVALHO do cargo de PROFESSOR II - 20 HS, do contrato de ACT nº 273 e Portaria nº 719 de 26/02/13. Retroagindo seus efeitos a 01 de Julho de 2013. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de Julho de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1281/13 de 27/06/13

PORTARIA N° 1281/13 DE 27/06/13

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A ANGELA APARECIDA PETRI TESSER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica e de acordo com a Lei Complementar nº 001/98 de 15 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Conceder Progressão Vertical por nova titulação a Professora efetiva, ANGELA APARECIDA PETRI TESSER alterando nível de Professor II - M03 para Professor III - M04, de acordo com a Lei Complementar nº 001 de 15/12/98, Artigo 21 e 23, Parágrafo Único, retroagindo seus efeitos a 01 de Junho de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1284/13 de 27/06/2013

PORTARIA N° 1284/13 de 27/06/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA JOCEANE GONÇALVES WALTER.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora JOCEANE GONÇALVES WALTER no período de 01/05/13 a 21/08/13.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1285/13 de 27/06/2013

PORTARIA N° 1285/13 de 27/06/2013

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARIA ELSA GRACIETTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARIA ELSA GRACIETTI do cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Junho de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1286/13 de 27/06/2013

PORTARIA N° 1286/13 de 27/06/2013

DISPENSA COM JUSTA CAUSA O SERVIDOR JOÃO PAULO ROCHA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o servidor JOÃO PAULO ROCHA com justa causa, conforme Inquérito Administrativo nº 39.093 que visa a demissão do servidor público por abandono de emprego, da função de Auxiliar de Obras, retroagindo seus efeitos a 04 de Junho de 2013, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1287/13 de 27/06/13

PORTARIA N° 1287/13 de 27/06/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MARIANE SUELEN TESSER

Nelson Cruz, Prefeito Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora MARIANE SUELEN TESSER referente ao período aquisitivo de 19/01/12 a 18/01/13 a serem gozadas no período de 03/06/13 a 02/07/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1288/13 de 27/06/13

PORTARIA N° 1288/13 de 27/06/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MARILEIA ALVES XAVIER

Nelson Cruz, Prefeito Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora MARILEIA ALVES XAVIER referente ao período aquisitivo de 23/02/12 a 23/02/13 a serem gozadas no período de 01/07/13 a 30/07/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1292/13 de 02/07/2013

PORTARIA N° 1292/13 de 02/07/2013

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR LEONARDO CARPES DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor LEONARDO CARPES DE OLIVEIRA do cargo de Auxiliar de Obras. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de Julho de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1293/13 de 02/07/2013

PORTARIA N° 1293/13 de 02/07/2013

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO À ALVADIR ROGÉRIO LUDKE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1474642150 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Tempo de serviço ao servidor ALVADIR ROGÉRIO LUDKE, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Auxiliar de Obras, retroagindo seus efeitos a 01 de Julho de 2013.

Registre-se, Comunique-se, Publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de Julho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1294/13 de 02/07/2013

PORTARIA N° 1294/13 de 02/07/2013

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO À ELZA AGUIAR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1474642150 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Tempo de serviço a servidora ELZA AGUIAR, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Auxiliar de Obras, retroagindo seus efeitos a 01 de Julho de 2013.

Registre-se, Comunique-se, Publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de Julho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1297/13 de 02/07/2013

PORTARIA N° 1297/13 de 02/07/2013

NOMEIA MARIO CEZAR DE SOUZA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE EXECUTIVO, JUNTO A SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear MARIO CEZAR DE SOUZA, para o cargo em comissão de Gerente Executivo, junto a Secretaria do Esporte e Lazer. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de Julho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria N° 1298/13 de 02/07/2013

PORTARIA N° 1298/13 de 02/07/2013

ADMITE E NOMEIA SERVIDORA ANA MERY TEIXEIRA PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, com suas alterações posteriores dadas pelas Leis Complementares nº 10/08, 13/08 e 01/09; e considerando o resultado da classificação do Edital 001/2012 - Decreto nº 6.556/12 de 28/06/12,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir e nomear ANA MERY TEIXEIRA, CI nº 2638066, CPF nº 850.159.119-04, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com atribuições junto às unidades de Estratégia Saúde da Família - ESF, coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. O (a) servidor (a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de julho de 2012.

Prefeitura de Campos Novos, 02 de Julho de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1299/13 de 02/07/2013

PORTARIA Nº 1299/13 de 02/07/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRESSA PIRES NOHATTO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDRESSA PIRES NOHATTO para exercer o cargo de Professor I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de Junho de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de Julho de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1301/13 de 08/07/2013

PORTARIA Nº 1301/13 de 08/07/2013

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o servidor MARCIO JORGE DE AZEVEDO, portador da CNH nº 01486054169, categoria AC, ocupante do cargo de Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, do quadro de cargos comissionados da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Julho de 2013.

JAIRO LUFT
Prefeito em Exercício

Portaria Nº 1302/13 de 08/07/2013

PORTARIA Nº 1302/13 de 08/07/2013

PRORROGA PRAZO DA PORTARIA Nº 842/13 de 11/03/2013

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 dias o prazo da Comissão do Processo Administrativo para apurar possível dano ao Erário Público no Transporte Escolar Terceirizado, nomeada na portaria nº 842/13 de 11/03/2013, para apresentar o Relatório Final referente a Sindicância instaurada pela portaria nº 1188/2012.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Julho de 2013.

JAIRO LUFT
Prefeito em Exercício

Portaria Nº 1302/13 de 08/07/2013

PORTARIA Nº 1302/13 de 08/07/2013

PRORROGA PRAZO DA PORTARIA Nº 842/13 de 11/03/2013

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 dias o prazo da Comissão do Processo Administrativo para apurar possível dano ao Erário Público no Transporte Escolar Terceirizado, nomeada na portaria nº 842/13 de 11/03/2013, para apresentar o Relatório Final referente a Sindicância instaurada pela portaria nº 1188/2012.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Julho de 2013.

JAIRO LUFT
Prefeito em Exercício

Portaria Nº 1303/13 de 10/07/13

PORTARIA Nº 1303/13 de 10/07/13

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o servidor CELSO GHELLER JUNIOR, portador da CNH nº 03789380593, categoria B, ocupante do cargo de Gerente

de projetos, controle e fiscalização, do quadro de cargos comissionados da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 10 de Julho de 2013.

JAIRO LUFT

Prefeito em Exercício

Portaria Nº 1304/13 de 10/07/2013

PORTARIA Nº 1304/13 de 10/07/2013

DISPENSA A SERVIDORA HAYETT S. KANAAN MILANEZ DE PRESTAR SERVIÇOS JUNTO A ACIRCAN/ESCRITÓRIO REGIONAL DA JUCESC,

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora HAYETT S. KANAAN MILANEZ, de prestar Serviços Junto a ACIRCAN/Escritório Regional da JUCESC, designadas pela portaria nº 1698/12 de 03/12/2012, retroagindo seus efeitos a 01 de Julho de 2013, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 10 de Julho de 2013.

JAIRO LUFT

Prefeito em Exercício

Portaria Nº 1305/13 de 10/07/2013

PORTARIA Nº 1305/13 de 10/07/2013

DESIGNA A SERVIDORA MARCIA GONÇALVES DE MATTOS MACEDO PARA PRESTAR SERVIÇOS JUNTO A ACIRCAN/ESCRITÓRIO REGIONAL DA JUCESC,

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora MARCIA GONÇALVES DE MATTOS MACEDO, para prestar serviços junto a ACIRCAN - Associação Industrial, Rural e Comercial de Campos Novos - Escritório Regional da JUCESC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Julho de 2013.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Julho de 2013.

JAIRO LUFT

Prefeito em Exercício

Portaria - Nº 1289/2013 de 27/06/13

PORTARIA - Nº 1289/2013 DE 27/06/13

RETIFICA CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do município de Campos Novos, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
Considerando que a portaria nº 1166/13 de 11/06/13 foi efetivada erroneamente;

Com amparo no artigo 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE

Art. 1º. Fica retificado a Portaria nº 1166/13 de 11/06/13 que contratou a servidora MARIA ELSA GRACIETTI para o cargo de Professor.

Art. 2º. O termo acima retificado corresponde ao prazo do contrato temporário que será pelo período em que a funcionária, ocupante da vaga, Nadir dos Anjos Stefanos da Silva (40 hs) permanecer em cargo comissionado.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Junho de 2013.

Registre, intime-se, publique-se.

Campos Novos, 27 de Junho de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria - Nº 1306/13 de 11/07/2013

PORTARIA - Nº 1306/13 de 11/07/2013

RETIFICA CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do município de Campos Novos, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
Considerando que a portaria nº 709/13 de 22/02/13 foi efetivada erroneamente;

Com amparo no artigo 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE

Art. 1º. Fica retificado a Portaria nº 709/13 de 22/02/13 que contratou a servidora ALESXANDRA DE FATIMA SILVA DE OLIVEIRA para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º. O termo acima retificado corresponde ao prazo do contrato temporário que será pelo período em que o funcionário, ocupante da vaga, Diomar Canuto permanecer em cargo comissionado.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de fevereiro de 2013.

Registre, intime-se, publique-se.

Campos Novos, 11 de Julho de 2013

JAIRO LUFT

Prefeito em Exercício

Portaria - Nº 1307/13 de 11/07/2013

PORTARIA - Nº 1307/13 de 11/07/2013

RETIFICA CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do município de Campos Novos, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Considerando que a portaria nº 1143/13 de 22/05/13 foi efetivada erroneamente;

Com amparo no artigo 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE

Art. 1º. Fica retificado a Portaria nº 1143/13 de 22/05/13 que contratou a servidora VANICE SABEI CASSANIGA para o cargo de Professor.

Art. 2º. O termo acima retificado corresponde ao prazo do contrato temporário que é pela existência da vaga excedente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Maio de 2013.

Registre, intime-se, publique-se.

Campos Novos, 11 de Julho de 2013

JAIRO LUFT

Prefeito em Exercício

Aviso de Licitação - PP 45/2013 - Registro de Preço Para Aquisição de Material Gráfico e Material de Expediente Para Uso Interno da Prefeitura**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PROCESSO Nº 133/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2013

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 06 de agosto de 2013 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto a: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA E ANEXOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.campos-novos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min, diariamente.

Campos Novos, 22 de julho de 2013.

Atenciosamente,

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação TP 13/2013**AVISO DE LICITAÇÃO**

TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2013

O Município de Campos Novos SC, através do Prefeito Municipal Nelson Cruz, torna público que fará realizar no dia 14 de agosto de 2013 às 15h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura, Tomada de Preços do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a contratação de empresa para conclusão da obra de construção de uma unidade de escola infantil Tipo B - Proinfância - PAC 2- Creche Santo Antônio, conforme especificações do projeto e memorial descritivo.

Termo de Compromisso Nº 201300/2011 - Fundo Nacional Do

Desenvolvimento Da Educação.

O Edital está amparado na Lei de Licitações nº 8666/93 e suas alterações posteriores e encontra-se a disposição no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura localizada na Rua Expedicionário 323, Centro, Campos Novos SC - Setor de Compras.

Campos Novos, 24 de julho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE**Prorrogação de Prazo de Licitação**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844
PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, Prorroga prazo.

1- PRORROGA PARA O DIA 26 DE AGOSTO DE 2013 A ABERTURA DA LICITAÇÃO Nº 22/2013 - TOMADA DE PREÇO Nº11/2013, tipo MENOR PREÇO GLOBAL E TÉCNICA.

2-OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - PROJETO BASICO, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL, BEM COMO DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, INCLUINDO A CONVERSÃO DE DADOS EXISTENTES, INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS SOFTWARES, TREINAMENTO DE USUÁRIOS E SUPORTE TÉCNICO APÓS IMPLANTAÇÃO.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00 hs do dia 26/08/2013, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 - Centro em Campos Novos -SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas**PREFEITURA****Edital de Credenciamento N.º Fesmate 03/2013**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO FESMATE N.º 03/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que fará realizar o credenciamento de empresa para REALIZAÇÃO DO BAILE DE ESCOLHA DA RAINHA DE 19ª FESMATE a ser realizado no dia 23 de agosto de 2013. Início de recebimento dos documentos para credenciamento 25/07/2013, a partir das 08h00min. Classificação por ordem de protocolo. Informações e esclarecimentos relativos à licitação serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min horas, através do telefone n.º (47) 3621-7721

(Coordenação da 19ª. FESMATE), ou ainda diretamente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Cópia do edital poderá ser obtida no site www.pmc.sc.gov.br link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Edital de Credenciamento N.º Fesmate 01/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO FESMATE 01/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que fará realizar o credenciamento para autorização de uso a título precário de espaços internos (Stands) para exposição e comercialização de produtos (75 espaços) no Parque Municipal de Exposições Ouro Verde, nos dias 12, 13, 14 e 15 de setembro de 2013, durante a realização da 19ª. FESMATE. Início de recebimento dos documentos para credenciamento 25/07/2013 a partir das 08h00min. Classificação por ordem de protocolo. Informações e esclarecimentos relativos à licitação serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30min, através do telefone n.º (47) 3621-7721 (Coordenação da 19ª. FESMATE), ou ainda diretamente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Cópia do edital poderá ser obtida no site www.pmc.sc.gov.br link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Edital de Credenciamento N.º Fesmate 02/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º FESMATE 02/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que fará realizar o credenciamento para autorização de uso a título precário de espaços a céu aberto no Parque Municipal de Exposições Ouro Verde, nos dias 12, 13, 14 e 15 de setembro de 2013, durante a realização da 19ª. FESMATE, para instalação de barracas para vendas de lanches. Início de recebimento dos documentos para credenciamento 25/07/2013 a partir das 08h00min. Classificação por ordem de protocolo. Informações e esclarecimentos relativos à licitação serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min horas, através do telefone n.º (47) 3621-7721 (Coordenação da 19ª. FESMATE), ou ainda diretamente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Cópia do edital poderá ser obtida no site www.pmc.sc.gov.br link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Edital de Credenciamento N.º Fesmate 04/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO FESMATE N.º 04/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que fará realizar o credenciamento para autorização de uso a título precário de

espaço no Parque Municipal de Exposições Ouro Verde, nos dias 12, 13, 14 e 15 de setembro de 2013, durante a realização da 19ª. FESMATE, para INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PARQUE INFANTIL (SOMENTE BRINQUEDOS NÃO MOVIDOS A ENERGIA ELÉTRICA). Início de recebimento dos documentos para credenciamento 25/07/2013 a partir das 08:00 horas. Classificação por ordem de protocolo. Informações e esclarecimentos relativos à licitação serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min horas, através do telefone n.º (47) 3621-7721 (Coordenação da 19ª. FESMATE), ou ainda diretamente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Cópia do edital poderá ser obtida no site www.pmc.sc.gov.br link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Edital de Credenciamento N.º Fesmate 04/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO FESMATE N.º 04/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que fará realizar o credenciamento para autorização de uso a título precário de espaço no Parque Municipal de Exposições Ouro Verde, nos dias 12, 13, 14 e 15 de setembro de 2013, durante a realização da 19ª. FESMATE, para INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PARQUE INFANTIL (SOMENTE BRINQUEDOS NÃO MOVIDOS A ENERGIA ELÉTRICA). Início de recebimento dos documentos para credenciamento 25/07/2013 a partir das 08:00 horas. Classificação por ordem de protocolo. Informações e esclarecimentos relativos à licitação serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min horas, através do telefone n.º (47) 3621-7721 (Coordenação da 19ª. FESMATE), ou ainda diretamente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Cópia do edital poderá ser obtida no site www.pmc.sc.gov.br link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 36/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 6-36/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
P PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 33/2012
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 11/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 6-36/2012 referente ao contrato n.º PMC 36/2012. Data do Aditivo: 22/07/2013. Objeto Contratado: ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA IMPLANTAÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA. Contratada: CONSTRUTORA E CERÂMICA LMR SUL LTDA, CNPJ: 05.660.367/0001-55. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para execução de todas as obras previstas no objeto do contrato, que era de 390 (trezentos e noventa) dias consecutivos a contar do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada, passará a ser de 420 (quatrocentos e vinte) dias consecutivos com vigência até a data 22/08/2013.

WILSON PEREIRA
Prefeito e.e.

Capinzal

PREFEITURA

FMS Contrato 0181/2013 M

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0181/2013 M

Pregão Presencial Nº 500042/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: WR TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Locação de 03 centrais Telefônicas para o uso do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, Secretaria de Educação Cultura e Esportes e Secretaria de Saúde, recursos próprios.

VALOR R\$: 1.155,00

VIGÊNCIA: 11/07/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0182/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0182/2013

Tomada de Preço para Compras e Serviços Nº 001/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: CELSO CURIONI ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) - Programa de Urbanização, regularização e integração de assentamento precário PAC 2 do Lot. Nova Capinzal, recursos do Ministério das Cidades, contrato de repasse nº 0352.423-44/2011, período de execução 24 meses.

VALOR R\$: 297.346,78

VIGÊNCIA: 22/07/2013 ate 22/07/2015

PMC Errata ao Contrato 0181/2013

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Edição de número 1281, do dia 16/07/2013, referente ao extrato de contrato 0181/2013, da Prefeitura Municipal de Capinzal;

Onde se lê:

VALOR R\$: 4.620,00;

Leia-se:

VALOR R\$: 3.465,00

1º Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso Nº 8.697/2008-5

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Termo de Cessão de Uso nº 8.697/2008-5, celebrado entre o Município de Capinzal - SC e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar.

O MUNICÍPIO DE O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede à Rua Carmelo Zócolli, 155, Centro, nesta cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isganzella, portador da Carteira de Identidade sob o nº 11/R-1.888.707, CPF sob o nº 564.375.609-91 e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamago, 381, Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76,

doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Marcos de Oliveira, portador do CPF nº 454.919.259-34, resolvem as partes, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao instrumento supracitado, prorrogando o prazo ajustado na Cláusula Sétima - Prazo e Vigência, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O prazo estabelecido no instrumento original, objetivando a cessão de veículo para servir de apoio ao CESSIONÁRIO, fica median-te este instrumento, prorrogado por 5 (cinco) anos, a partir de 12 de Junho de 2013, podendo, no interesse das partes, ser renovado por Termo Aditivo, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará a contar da data de sua assinatura e terá sua eficácia condiciona-da à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as cláusulas e condições não modificadas direta ou indiretamente por este Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação deste Termo Aditivo será providenciada pelo CEDENTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

E por estarem de comum acordo firmam este Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Capinzal - SC, 10 de junho de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

CEDENTE

Cel BM - MARCOS DE OLIVEIRA

CESSIONÁRIO

Testemunhas:

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

CPF nº 623.633.959-72

CARLA DAMBRÓS VICCARI

Escriturária

CPF nº 728.029.369-72

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.916 de 13 de Julho de 2013

DECRETO nº 1.916 de 23 de julho de 2013

"CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE CATANDUVAS/SC, NOMEIA COMISSÃO PREPARATÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita do Município de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 103,



VII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento nos artigos 215, 216 e 216-A da Constituição Federal de 1988 e no disposto no Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura, aprovado pela Portaria nº 33 de 16 de abril de 2013, do Ministério de Estado da Cultura;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Municipal de Cultura, etapa integrante da 3ª Conferência Nacional de Cultura, a realizar-se no dia 09 de agosto de 2013, na Casa Multiuso, Rua da Liberdade, nº 1524, Centro, Catanduvas/SC, sob a coordenação da Diretora de Cultura Marisa Fátima Artifon Simões, responsável pela Conferência juntamente com a Comissão Preparatória composta pelos seguintes membros:

Sociedade Civil
Suzana Bergamo Casagrande
Luan Carlos Rambo
Marcos Aurélio de Mello
Vagner Picolli

Poder Executivo
Alice Borela
Alessandra Vanessa Colla
Luciane Hack

Art. 2º São objetivos da Conferência Municipal de Cultura:

I - Propor estratégias de articulação e cooperação institucional com demais entes públicos municipais e destes com a sociedade civil, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais que dinamizem a participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura para implementação e consolidação do Sistema Municipal de Cultura envolvendo os respectivos componentes;

II - Debater experiências de elaboração e implementação de Planos Municipais de Cultura ao socializar metodologias e conhecimentos;

III - Discutir a cultura local nos seus aspectos de identidade, da memória, da produção simbólica, da gestão, da sua proteção e salvaguarda, da participação social e da plena cidadania;

IV - Propor estratégias para reconhecimento e fortalecimento da cultura como um dos fatores determinantes do desenvolvimento sustentável;

V - Promover o debate, intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos, linguagens e práticas, valorizar o fomento, a formação, a criação, a divulgação e preservação da diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

VI - Propor estratégias para proporcionar aos fazedores de cultura locais o acesso aos meios de produção, assim como propor estratégias para universalizar seu acesso à produção e à fruição dos bens, serviços e espaços culturais;

VII - Fortalecer e facilitar a formação e o funcionamento de fóruns e redes locais em prol da Cultura;

VIII - Contribuir para a integração das políticas públicas locais que apresentam interface com a cultura; e

IX - Avaliar os resultados obtidos nas Conferências Municipais de Cultura anteriores, quando houver.

Art. 3º O tema geral da I Conferência Municipal de Cultura será "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA", na organização da gestão e

no desenvolvimento da cultura local, estadual e nacional, conforme definido no Artigo 2º do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

Art. 4º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a Conferência Municipal de Cultura contará com a Comissão Organizadora Municipal, composta por no mínimo cinco e no máximo sete integrantes entre representantes do executivo e da sociedade civil local, que terão as seguintes atribuições, conforme art. 24 do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura:

I - definir o Regimento Interno da Conferência Municipal de Cultura, que deve conter os critérios de participação da sociedade civil;

II - definir data, local, pauta e programação da Conferência;

III - organizar a Conferência Municipal de Cultura;

IV - assegurar lisura, veracidade e publicidade de todos os atos e procedimentos relacionados à realização da 3ª Conferência Municipal de Cultura;

V - acompanhar o processo de sistematização das propostas da I Conferência Municipal de Cultura; e

VI - dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

§1º Fica a Diretora de Cultura responsável pela coordenação da Comissão Organizadora Municipal.

§2º A Comissão Organizadora Municipal enviará ao Comitê Executivo Nacional as informações relacionadas aos incisos I e II deste artigo, até 10 dias após a data da publicação da convocação, para o e-mail .

Art. 5º Cabe a Conferência Municipal de Cultura eleger os delegados municipais para a Conferência Estadual de Cultura de Santa Catarina.

Parágrafo único. A eleição dos delegados aludidos no presente artigo será realizada em plenária, conforme critérios definidos no Anexo III da Portaria nº 33 de 16 de abril de 2013, do Ministério da Cultura.

Art. 6º A Conferência Municipal de Cultura de Catanduvas/SC será presidida pela Prefeita Municipal, Gisa Aparecida Giacomini, na sua ausência ou impedimento pela Diretora de Cultura, Marisa Fátima Artifon Simões, responsável pela Conferência.

Art. 7º As despesas relacionadas à realização da Conferência Municipal de Cultura, bem como o deslocamento e a hospedagem dos delegados eleitos para a etapa estadual são de responsabilidade do município, conforme artigo 25 do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas/SC, 23 de julho de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

Extrato Terceiro Termo Aditivo ao Contrato FMAS N° 0018/2011

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS N° 0018/2011
Objeto: Locação de imóvel residencial para uso da Sociedade Patronato Anjo da Guarda - SPAG, autorizado pelas Leis Municipais n° 2.314/2011 e 2.406/2013.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Contratado (a): ELÓI CLÁUDIO PAVIANI.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n° 2.314 de 30 de junho de 2011;

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Municipal n° 2.406 de 10 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o dever do Município em prestar auxílio aos menores em situação de vulnerabilidade;

CONSIDERANDO a atividade prestada pela SPAG neste Município;

CONSIDERANDO que a SPAG ainda não possui sede própria para abrigo dos menores;

RESOLVEM:

CLÁUSULA I - Prorrogar a locação de imóvel residencial autorizada pela Lei n° 2.314/2011, conforme o disposto na Lei n° 2.406/2013 pelo período de 1° de junho de 2013 a 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único - Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse público e o disposto na Lei n° 8.666/93 c/c a Lei n° 8.245/91.

CLÁUSULA II - Com fulcro no § 1° do art. 2° da Lei n° 2.406/2013, a partir de 1° de junho de 2013 o valor da locação será de R\$1.108,00 (hum mil cento e oito reais).

Parágrafo único - Os valores da locação serão reajustados em períodos não inferiores a 01 (hum) ano. Depois de decorrido este período, eventuais reajustes serão realizados com a adoção do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), vedada a utilização de qualquer outro.

CLÁUSULA III - As despesas para custeio da presente medida correrão por conta das dotações vigentes do Fundo Municipal de Assistência Social, com a seguinte rubrica contábil:

30.3001.08.244.0028.2077.33000000 - Manutenção da Assistência Social Geral | Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA IV - A presente medida é dispensada de licitação pública, em conformidade com o disposto no art. 24, X, da Lei n° 8.666/1993.

FUNDAMENTO JURÍDICO - Este Aditivo Contratual tem amparo na Lei Municipal n° 2.406/2013 e nas Leis Federais n° 8.666/93 e n° 8.245/91.

E, por estarem justas e contratadas, dando tudo por bom e valioso, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas - SC, 12 de julho de 2013.

Contrato Originário: 1° de agosto de 2011

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Lei Complementar N° 067 de 23.07.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI COMPLEMENTAR N° 067 de 23.07.2013

"ALTERA PARCIALMENTE A TABELA CONSTANTE NO ART. 3° DA LEI COMPLEMENTAR N° 038 DE 06.05.2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1° Fica alterado parcialmente a tabela constante no art.3° da Lei Complementar n° 038 de 06.05.2009, que dispõe sobre a concessão de Gratificação de Produtividade para os Servidores da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Operador/Equipamento	Valor do dia/hora Trabalhado em R\$
Caminhão Basculante	R\$ 15,00 Dia
Retro-escavadeira Hidráulica	R\$ 5,00 Hora
Pá-carregadeira	R\$ 3,00 Hora
Trator de Pneu	R\$ 2,50 Hora

"

Art. 2° As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 23 de julho de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Decreto N° 40/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO N° 40/2013

"CONVOCA À V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 70, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1° Fica convocada a V Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 02 de agosto de 2013, às 08:30 horas, no Centro de Multiuso Sebastião Rode, tendo como tema central: "Gestão e Financiamento para a efetivação do SUAS".

Art.2° Os recursos necessários para realização da Conferência correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 23 de julho de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

MARLISE NEUHAUS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Portaria N° 241/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 241/2013

- CONSIDERANDO, a necessidade da execução das atribuições, sem interrupções, do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Agrônomo ocupado pelo Servidor Público licenciado em 10/07/2013 - Portaria n. 231/2013;

- CONSIDERANDO, o interesse da Administração Municipal;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar n° 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor público ERALDO LUIS MONTEIRO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Agrônomo, na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, para retornar ao exercício de suas atribuições a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de julho de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Resultado Final do Processo de Seleção e Escolha dos Membros do Conselho Tutelar Referente ao Edital N° 01/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR REFERENTE AO EDITAL N° 01/2013

A Presidente da Comissão de Escolha de Chapadão do Lageado-SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais n° 0013, de 23.01.97 e n° 0568, de 01.03.13 e disposições do item 13 do Edital n° 01/2013, TORNA PÚBLICO:

I – O Resultado Final do Processo de Seleção, referente ao Edital n° 01/2013, para preenchimento das vagas de Conselheiro Tutelar do Município de Chapadão do Lageado.

RESULTADO FINAL

Nº de inscrição:	Nome candidato:	Nº de votos	Classificação:
01	Sara Sprenger dos Santos	66	12º
02	Volnei Manrich	205	6º
03	Márcia Shroder Hintemann	127	9º
04	Graciane Heinz Policarpo	393	1º
05	Sabrina Cabral	235	5º
06	Edelvira de Freiras Anacleto	236	4º
07	Rosméri Paul de Oliveira	126	10º
08	Quene Diel Corrêa	277	3º
09	Evilanea de Oliveira	202	7º
10	Elisete de Oliveira Klettenberg	283	2º
11	Allan Júnior Ferreira	150	8º
12	Silvana Kraus	90	11º

II- Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 22 de julho de 2013.

DEIZE REGINA DOS SANTOS CRUZ

Presidente da Comissão de Escolha

Cocal do Sul

PREFEITURA

Decreto 427/13

DECRETO SAF/Nº. 427/13, de 18 de julho de 2013.

FAZ CESSAR OS EFEITOS DA GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA ATRAVÉS DO DECRETO SAF/Nº. 412/11, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

FAZER CESSAR

os efeitos da gratificação de 40%(quarenta por cento) concedida a LAÉRCIO DE COSTA, Técnico em Contabilidade, através do Decreto SAF/Nº. 412/11, de 22 de novembro de 2011, a partir de 01 de julho de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de julho de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas



Decreto N° . 425/13

DECRETO SAF/N°. 425/13, de 15 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 71, da Lei Complementar nº. 06, de 14 de outubro de 2003, resolve

CONCEDERá

VILMA BITTENCOURT MAFEI, Servente de Limpeza, nomeada pelo Decreto SAF/N°. 135/03, de 06 de março de 2003, Licença sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares no período de 12 de julho de 2013 à 31 de janeiro de 2014, a partir de 12 de julho de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de julho de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEIDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Decreto N° . 426/13

DECRETO SAF/N°. 426/13, de 16 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

NATACHA BORGES, portadora do CPF nº. 086.870.359-18, Diretor de Departamento, para atuar na Secretaria de Saúde Pública, a partir de 17 de julho de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de julho de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEIDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Decreto N° . 428/13

DECRETO SAF/N°. 428/13, de 18 de julho de 2013.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

CONCEDERá

CRISTINA DENÉSIO CORREA, Recepcionista, portadora do CPF nº. 059.029.379-65, admitido em Concurso Público em 11 de abril de 2008, sob matrícula nº. 2284, 30%(trinta por cento) de gratificação, por coordenar trabalhos na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a partir de 01 de julho de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de julho de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEIDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Decreto N° . 429/13

DECRETO SAF/N°. 429/13, de 18 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

GISELE MARCELO PEREIRA, portadora do CPF nº. 030.484.399-78, Professor ACT, 20 horas, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Cristo Rei, a partir de 01 de julho de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de julho de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEIDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Decreto N° . 430/13

DECRETO SAF/N°. 430/13, de 18 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 71, da Lei Complementar nº. 06, de 14 de outubro de 2003, resolve,

CONCEDERá

MARIA DAS DORES ROMAGNA, Professor de Ciências, nomeada pelo Decreto SAF/N°. 70/03, de 06 de março de 2003, Licença sem Vencimentos, para tratar de assuntos particulares, no período de 01 de agosto de 2013 à 31 de janeiro de 2014, a partir de 01 de agosto de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de julho de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEIDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

Comunicação de Indeferimento de Pedido de Recisão da Prestação de Serviço - Pregão Presencial N° 43/2013 - PMCPREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC
PREGÃO PRESENCIAL N° 43/2013 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação durante o exercício de 2013, de serviços de limpeza de fossas, caixas de água, desinsetização e desratização para atender as necessidades das unidades administrativas, Fundo e Fundações, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE RECISÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos a empresa DESINSECT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA que na data de 22/07/2013 foi INDEFERIDO o pedido de cancelamento do contrato, protocolado em 18/07/2013 sob protocolo numero 14378/2013 interposto pela mesma. Ressalva-se que o não cumprimento da prestação dos serviços, acarretará na aplicação das penalidades prevista na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço nº 125/2013. Fica a disposição da licitante, se tiver interesse na consulta e cópia do parecer, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 23 de julho de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Comunicação Deferimento de Recurso Concorrença Nº 2/2013 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC
CONCORRENCIA Nº 2/2013 - PMC

Objeto: seleção de empresa(s) para outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 5 (cinco) lotes de terra nua, conforme previsão expressa nas Leis Complementares Municipais no 477, de 18/12/06 e nº 253, de 20/11/2002 sendo todos localizados na Área Industrial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento do ramo industrial, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital e com o Anexo "D".

COMUNICAÇÃO DEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações e Lei 10.520/06, torna-se público que na data de 22/07/2013 foi DEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE COMPRAS DA REGIAO DE CONCORDIA - CECORDIA, a qual teve revista sua inabilitação, sendo, portanto, a mesma julgada HABILITADA. De consequência, convocamos todas as empresas habilitadas no certame para abertura dos envelopes de Proposta, a ocorrer no dia 26 (vinte e seis) de julho de 2013, às 08h30min. Ficam a disposição das licitantes se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 23 de julho de 2013.
NAIR KOPPE VOGT
Vice Presidente da CPL

Edital de Notificação - Convênio Sdr/Cdia - Transporte Escolar - Ensino Fundamental

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 41.908,75 (quarenta e um mil novecentos e oito reais e setenta e cinco centavos).

Concórdia SC, 22 de julho de 2013.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação - Convênio Sdr/Cdia - Transporte Escolar - Ensino Médio

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 73.067,25 (setenta e três mil e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

Concórdia SC, 22 de julho de 2013.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação - Convênio Sdr/Cdia - Transporte Escolar - Ensino Médio

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 73.067,25 (setenta e três mil e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

Concórdia SC, 22 de julho de 2013.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação - Feas/FMAS/CREAS Média Complexidade - Custeio

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente FEAS/FMAS/CREAS Média Complexidade - custeio, no valor de R\$ 9.504,00 (nove mil quinhentos e quatro reais).

Concórdia SC, 23 de julho de 2013.
CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Edital de Divulgação do Gabarito Oficial Processo Seletivo 06/2013 - Categoria Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Máquinas Professor

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 006/2013

DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL, DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº 006/2013.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 70 da Lei Orgânica do Municipal, considerando a não interposição de recurso, divulga o gabarito oficial da prova

escrita/objetiva do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 006/2013, categoria Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Máquinas:

I – GABARITO OFICIAL:

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais e Operador de Máquinas

	A	B	C	D	E
1			X		
2				X	
3	X				
4			X		
5	X				
6				X	
7			X		
8		X			
9					X
10	X				
11					X
12		X			
13			X		
14			X		

Cordilheira Alta, SC, 24 de julho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Edital de Divulgação do Gabarito Oficial Processo Seletivo 06/2013 - Categoria Professor

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 006/2013

DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL, DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº 006/2013.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 70 da Lei Orgânica do Municipal, considerando a não interposição de recurso, divulga o gabarito oficial da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 006/2013, categoria Professor:

I – GABARITO OFICIAL:

Cargo: Professor

	A	B	C	D	E
1					X
2	X				
3				X	
4					X
5			X		
6		X			
7				X	
8	X				
9					X
10	X				
11			X		
12		X			
13				X	
14			X		
15					X
16	X				
17	X				

18			X		
19		X			
20			X		

Cordilheira Alta, SC, 24 de julho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Edital Identificação Pública Processo Seletivo 006/2013

Edital de Processo Seletivo simplificado Nº006 /2013.

Alceu Mazzioni, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta (SC), no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que determina o item 12.7 do Edital do Processo Seletivo n. 006/2013, FAZ SABER aos que interessar possa, que a Identificação Pública dos candidatos ocorrerá no dia 24 de julho de 2013 às 13h30 , junto a Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, sito a Rua Celso Tozzo, 27, centro, no Município de Cordilheira Alta/SC. Maiores informações ou a integra do Edital de Processo Seletivo Simplificado poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta sito a Rua Celso Tozzo, 27, centro, no Município de Cordilheira Alta (SC). Fone (49) - 3358-9100 ou Site www.pmcordi.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, (SC), em 23 de julho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

Alteração Ata de Registro de Preço

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS

Ata de Registro de Preços Nº 01/2013

Objeto: Registro de Preços - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS Validade da Ata: 12 meses

APÓS DESISTÊNCIA DOS ITENS: 99 (CARBAMAZEPINA 200 MG) PELA EMPRESA DIMERIOS MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA., ASSUME A ENTREGA A EMPRESA ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. PELO VALOR COTADO QUANDO DA LICITAÇÃO, OU SEJA: R\$ 0,092.

Coronel Freitas - SC, 22 de Julho de 2013

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

FLÁVIA ROLIM DE MOURA

Pregoeira

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto N° 160, de 19 de Julho de 2013.

DECRETO N° 160, DE 19 DE JULHO DE 2013.

NOMEIA CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei 11.947/2009 e pela Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

NOMEAR:

Art. 1º Os membros do Conselho de Alimentação Escolar -CAE, para o quadriênio 2013 a 2016:

Representante do Poder Executivo Municipal

Titular -Salette Biazin Gonçalves;

Suplente -Gilson Eduardo Pahl;

Representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes;

Titular -Jocimara de Lurdes Manera Balastrelli;

Titular -Inês Madali Garbin de Medeiros;

Suplente - Eliamar Comachio Favretto;

Suplente - Marciane Welchen Inacio;

Representante de Pais de Alunos

Titular - Vilma Giroto Pertussatti;

Titular - Hilário Sigel;

Suplente -Eroney Salette Trento;

Suplente -Maria Nilce Somavila;

Representante de entidade civil organizada

Titular - Lorete Zanco Mores;

Titular -Francisco Marcos Geremias;

Suplente -Ivete Sotoriva Turmina;

Suplente -Fabio Lucas Madella;

Art. 2º Os membros terão mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos. (CFE Art. 18, §3º, Lei 11.947/2009).

Art. 3º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderá ser exercidas pelos representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, representantes de pais de alunos e pelos representantes de entidade civil organizada. (CFE Art. 18, §4º, Lei 11.947/2009).

Art. 4º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço de interesse público, não remunerado.

Art. 5º As competências, o funcionamento e demais disposições previstas na Lei que institui o CAE, são definidas pelo Regimento Interno do Conselho.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se as disposições em contrario em especial o Decreto n°. 097, de 18 de março de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, 19 de julho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Decreto N°. 161 de 22 de Julho de 2013.

DECRETO N°. 161 DE 22 DE JULHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal n°. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2010/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2013 e art. 6º da Lei Orçamentária Anual n°. 588 de 08/11/2012;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.291,87 (sessenta mil, duzentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0049.1.012 - AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA DA SAUDE

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte
Valor			

4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	26	01.0064 60.291,87
-----------------	--------------------	----	-------------------

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 60.291,87 (sessenta mil, duzentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos) do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.0064 - Transferências de Recursos do SUS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 22 de julho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Portaria N° 120, de 17 de Julho de 2013

PORTARIA N° 120, DE 17 DE JULHO DE 2013.

CONCEDE AFASTAMENTO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso b do Artigo nº 92 da Lei Complementar Municipal N° 005/2003 de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Afastamento ao Servidor Público Municipal, Sr. Ricardo José Pertille ocupante do Cargo de Vigia, por um período de 08 (oito) dias, a partir do dia 18 de julho de 2013 a 25 de julho de 2013, pelo motivo do falecimento de sua avó Sra. Delesia Maria Pertille, ocorrido no dia 18/07/2013, conforme cópia da Certidão de Óbito em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 17 de julho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Portaria N° 121, de 17 de Julho de 2013.

PORTARIA N°. 121, DE 22 DE JULHO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 73 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença por motivo de doença em pessoa da família a Servidora Pública Municipal, Senhora Katia Cilene Gonçalves da Silva, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, por um período de 07 (sete) dias, a partir do dia 22 a 28 de julho de 2013, conforme cópia de atestado médico em anexo, em conformidade com o art. 73 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de julho de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Portaria N° 122, de 22 de Julho de 2013.

PORTARIA N°. 121, DE 22 DE JULHO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 73 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença por motivo de doença em pessoa da família a Servidora Pública Municipal, Senhora Katia Cilene Gonçalves da Silva, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, por um período de 07 (sete) dias, a partir do dia 22 a 28 de julho de 2013, conforme cópia de atestado médico em anexo, em conformidade com o art. 73 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de julho de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA

Republicação Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços N° 161/2013

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 161/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para registro de preços destinados a aquisição de materiais de expediente e tonner para uso nas atividades administrativas e operacionais no 2º batalhão de bombeiros militar, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 05/08/2013 às 13:30 horas, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 05/08/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 22 de Julho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Ermo

PREFEITURA

Lei Nº 321, de 23 de Julho de 2013.

LEI Nº 321, de 23 de julho de 2013.

Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Vigente da Câmara Municipal de Vereadores de Ermo no valor de R\$ 106.999,13 (cento e seis mil novecentos e noventa e nove reais e treze centavos), a saber:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

- 2.001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores
- 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
- 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
- 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 16.999,13

Art. 2º A suplementação de que trata o Art.1º, correrá à conta da anulação do seguinte item orçamentário:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

- 1.050 - Construção e Reforma da Sede da Câmara Municipal de Vereadores
- 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 106.999,13

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 23 de julho de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº. 076, de 10 de Julho de 2013.

DECRETO Nº. 076, DE 10 DE JULHO DE 2013.

CONVOCA A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL FORQUILHINHA, em conjunto com o PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a V Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 06 de Agosto de 2013, tendo como tema central: "Gestão e Financiamento para a efetivação

do SUAS."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 10 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

MARINES GAMBIM RECH

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado no mural e registrado em 10 de julho de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 077, de 10 de Julho de 2013.

DECRETO Nº. 077, DE 10 DE JULHO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinando com a Lei nº 1.274, de 03 de maio de 2007 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação - Conselho FUNDEB, as pessoas a seguir relacionadas:

I- Representante do Poder Executivo Municipal:

a) Titular: Idelci Francisco Rampinelli;

b) Suplente: Elizandra Colombo Donato.

II- Representante da Secretaria Municipal de Educação:

a) Titular: Daiana Candido da Silveira Minatto;

b) Suplente: Ana Lúcia da Silva.

III- Representante dos diretores das Escolas Básicas Públicas:

a) Titular: Mariléia Sehnem Ghislere;

b) Suplente: Janaina Just Vieira.

IV- Representante dos Servidores Técnicos-administrativo das escolas básicas públicas:

a) Titular: Mariane Rocha Niehues;

b) Suplente: Maria Aparecida Mota Steiner.

V- Representante dos Professores da Educação Básica:

a) Titular: Luciana Westrup;

b) Suplente: Marcia de Luca Casagrande.

VI- Representante dos pais de alunos de Educação Básica Pública :

a) Titulares: Renata de Souza e Adriana Leandro;

b) Suplentes: Elizete Nunes da Rosa e Nivaldo Tadeu Fernandes.

VII- Representante dos Estudantes da Educação Básica:

a) Titular: Jadna Correa Martins e Gilmar Medeiro Campos;

b) Suplente: Karla Caroline Gava e Dalila Fidelis.

VIII- Representante do Conselho Municipal de Educação:

a) Titular: Rita de Cassia Simão Ricken;

b) Suplente: Rosani Junkes Gonçalves.

IX- Representante do Conselho Tutelar:

a) Titular: Andréia de Oliveira Arscênio Pedroso;

b) Suplente: Tânia Rosalba Felisberto Gonçalves.

Art. 2º O mandato dos conselheiros nomeados terá a vigência para o biênio 2013 a 2015.



Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de 18 de julho de 2013.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de julho de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N°. 117/PMF/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial N°. 117/PMF/2013.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto a aquisição material de publicidade (material gráfico, banners, camisetas e afins) para o desenvolvimento de ações de educação em saúde ambiental para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população, conforme Convênio nº. 0279/2013 firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e o Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 07 de agosto de 2013 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 23 de julho de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato do Contrato FMS N°. 66/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N°. 66/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - RAFAEL DE OLIVEIRA LOPES ME

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços médicos (clínico geral) para atendimento às Unidades de Saúde e Pronto Atendimento de Forquilha/SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde.

VALOR - O valor unitário pago pelo serviço prestado será de R\$ 106,00 (cento e seis reais) por hora trabalhada, perfazendo um valor máximo global de R\$ 286.200,00 (duzentos e oitenta e seis mil e duzentos reais) para o exercício corrente correspondente a 2.700 horas.

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 1701.2050.3390 (19).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 21/FMS/2013

DATA DA ASSINATURA - 11 de julho de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF N° 28/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF N° 28/2013

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF N° 186/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONSTRUFASE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

DO VALOR - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 186/PMF/2011 para mais 90 (noventa dias), sendo que o prazo estipulado para execução anteriormente em 25/05/2013 passará para 23/08/2013 prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 22/10/2013.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 20/05/2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF N° 28/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF N° 28/2013

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF N° 186/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONSTRUFASE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

DO VALOR - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 186/PMF/2011 para mais 90 (noventa dias), sendo que o prazo estipulado para execução anteriormente em 25/05/2013 passará para 23/08/2013 prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 22/10/2013.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 20/05/2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Errata - Pregão Presencial N°. 115/PMF/2013

ERRATA

RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL N°. 115/PMF/2013

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Pregão Presencial N°. 115/PMF/2013 que tem por objetivo a aquisição de parques infantis e bancos de madeira plástica para atendimento às unidades escolares do Município de Forquilha/SC. A alteração do edital se dá na inclusão do seguinte quadro:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
01	Parque infantil	02 unidades	R\$ 12.900,00	R\$ 25.800,00
02	Banco madeira plástica	08 unidades	R\$ 390,00	R\$ 3.120,00

Em virtude desta alteração, considera-se nova data de abertura deste processo licitatório conforme lei vigente.

Nova data de abertura: 06 de agosto de 2013, às 10:00 horas.

Edital alterado e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por email: processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 22 de julho de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto N° 0233/2013

DECRETO N° 0233, DE 23 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO PROCON, DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DA FISCALIZAÇÃO, DAS PRÁTICAS INFRATIVAS E DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS RELATIVAS À LEI N° 8078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, DECRETO N° 2181, DE 20 DE MARÇO DE 1997 E LEI MUNICIPAL N.º 2185 DE 03 DE JULHO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, IVO BIAZOLLO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 6º da Lei n.º 1100, de 22 de dezembro de 1994 e artigo 10 do Decreto n.º 2.181, de 20 de março de 1997;

DECRETA:

TÍTULO I

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º. A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, criado pela Lei Municipal nº 2.185 de 03 de Julho de 2013, fica organizado nos termos deste Decreto Executivo, competindo os seguintes objetivos permanentes:

I - assessorar o Prefeito Municipal na formulação da política do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;

II - planejar, elaborar, propor e executar a política do Sistema Municipal de Defesa dos direitos e interesses dos consumidores;

III - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas e pessoas jurídicas de direito público ou privado;

IV - orientar permanentemente os consumidores sobre seus direitos e garantias;

V - fiscalizar as denúncias efetuadas, encaminhando as situações não resolvidas administrativamente à assistência judiciária e/ou ao Ministério Público;

VI - incentivar e apoiar a criação e organização de órgãos e associações comunitárias de defesa do consumidor e apoiar as já existentes;

VII - organizar palestras, campanhas, feiras, debates e outras atividades correlativas;

VIII - atuar junto ao sistema municipal formal de ensino, visando incluir o tema educação para o consumo no currículo das disciplinas já existentes, de forma a possibilitar a informação e formação de uma nova mentalidade nas relações de consumo;

IX - colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos;

X - manter cadastro atualizado das reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, no mínimo, e registrando as soluções, remetendo cópia ao PROCON Estadual e ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC);

XI - expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores, conforme art. 55, § 4º, da Lei 8.078/90;

XII - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor;

XIII - funcionar, no que se refere ao processamento administrativo, como instância de julgamento;

XIV - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória

especialização técnica para a consecução dos seus objetivos.

XV - desenvolver atividades preventivas em favor do consumidor turista; e

XVI - encaminhar ao Ministério Público a notícia a fatos relativos em tese a crimes contra as relações de consumo e as violações a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º. O PROCON Municipal tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenadoria Executiva;

II - Serviço de Atendimento ao Consumidor;

III - Serviço de Fiscalização;

IV - Serviço de Assessoria Jurídica;

V - Serviço de Apoio Administrativo;

VI - Serviço de Educação ao Consumidor.

Art. 3º. A Divisão Executiva do PROCON será dirigida por Coordenador nomeado pelo Prefeito Municipal.

SEÇÃO I

DAS COMPETÊNCIAS DO COORDENADOR

Art. 4º. Compete ao Coordenador do PROCON:

I - assessorar o Prefeito Municipal na formulação da política do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;

II - propor, planejar, elaborar e coordenar a política do sistema municipal de defesa dos direitos e interesses dos consumidores com anuência do Secretário Municipal;

III - acompanhar a execução e o desempenho das atividades do PROCON, contando com o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON para elaboração, revisão e atualização das normas referidas no § 1º do Art. 55 da Lei nº 8.078/90 e para gerir o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos;

IV - questionar junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais, bem como junto ao PROCON Estadual e outros órgãos de Defesa do Consumidor, visando estabelecer mecanismos de cooperação e/ou atuação em conjunto;

V - Providenciar para que as reclamações e/ou pedidos dirigidos ao PROCON Municipal tenham pronta e eficaz solução;

VI - firmar convênios ou acordos de cooperação com anuência do Secretário Municipal;

VII - estimular, incentivar e orientar a criação e organização de associações e entidades de defesa do consumidor no Município e apoiar as existentes

VIII - encaminhar as reclamações não resolvidas administrativamente pelo PROCON Municipal à Assistência Judiciária ou ao Ministério Público;

IX - apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório mensal e anual das atividades desenvolvidas pelo PROCON Municipal;

X - zelar para que seja sempre mantida compatibilizações entre as atividades e funções do PROCON com as exigências legais de proteção ao consumidor;

XI - buscar intercâmbio jurídico com o PROCON Estadual e o Ministério da Justiça;

XII - atuar junto ao Sistema Municipal de Ensino, visando incluir

o tema "Educação para o Consumo" nas disciplinas já existentes, possibilitando a informação e formação de uma nova mentalidade nas relações de consumo;

XIII - estudar permanentemente o fluxo das atividades do PROCON, propondo as devidas alterações em função de novas necessidades de atualização e aumento da eficiência dos serviços prestados;

XIV - julgar o procedimento administrativo fixando multa, observando os critérios pertinentes;

XV - proferir decisão em primeira instância de julgamento, sobre arquivamentos e processos administrativos de Reclamação Fundamentada Atendida, Reclamação Fundamentada Não Atendida e Reclamação Não Fundamentada.

XVI - prolatar decisão em primeira instância no processo originário do Auto de Infração;

XVII - conferir procuração para as medidas judiciais;

XVIII - requerer a instauração de inquéritos policiais;

XIX - aprovar o Cadastro de Defesa do Consumidor e autorizar a publicação das reclamações fundamentadas atendidas e não atendidas;

XX - baixar atos e normas administrativas visando, o bom andamento do PROCON Municipal, bem como aquelas necessárias à defesa do consumidor;

XXI - instaurar procedimentos administrativos de ofício;

XXII - divulgar, por todos os meios possíveis, a relação dos menores preços praticados no mercado em relação aos produtos básicos;

XXIII - administrar o sistema SINDEC;

XXIV - elaborar minutas, contratos, convênios e demais documentos de interesse do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor;

XXV - Promover reuniões de conciliação entre consumidor e fornecedor ou delegar o encargo ao Serviço de Atendimento ao Consumidor, Serviço de Fiscalização, Serviço de Apoio Administrativo;

XXVI - Emitir certidões negativas;

XXVII - promover junto a Polícia Judiciária, a instauração de inquérito policial para apreciação de delito contra os consumidores nos termos da Lei, ou delegar o encargo ao Serviço de Atendimento ao Consumidor, Serviço de Fiscalização, Serviço de Apoio Administrativo;

XXVIII - dirigir e representar o PROCON Municipal;

XXIX - Presidir o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON;

XXXII - Desempenhar atividades correlatas.

SEÇÃO II DA FISCALIZAÇÃO

Art. 5º. A Fiscalização, vinculada à Coordenadoria do PROCON compete especificamente, cujas competências são:

I - fiscalizar as relações de consumo;

II - determinar conjuntamente com o Coordenador as diligências especiais no atendimento de reclamações formuladas pelos consumidores, notadamente aquelas que necessitam de verificação "in loco" para a comprovação da possível prática infrativa;

III - fiscalizar, de forma preventiva dos direitos do consumidor, em todas suas etapas, incluindo a lavratura de autos relacionados ao ato praticado, conforme Decreto nº 2.181/97;

IV - a fiscalização da publicidade dos produtos e serviços, coibindo aquelas consideradas enganosas e abusivas;

V - a comunicação às autoridades competentes das infrações às relações de consumo;

VI - expedir notificação;

VII - participar de "blitz";

VIII - os fiscais devem proceder com decoro no exercício da função, visando preservar a imagem do PROCON;

IX - receber amostra de produtos apreendidos ou recolhidos por suspeita de estarem em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos competentes;

X - encaminhar amostras para análises e parecer de órgãos competentes;

XI - receber resultados e pareceres das análises, instruir os processos e devolvê-los ao setor interessado;

XII - orientar e realizar coletas de amostra de produtos suspeitos, conforme as normas da fiscalizatórias;

XII - vistoriar a realização do serviço, objeto da reclamação, emitindo parecer e visando instruir o processo em tramitação;

XIII - exercer qualquer outra atividade fiscalizatória prevista em leis e regulamentos pertinentes.

§ 1º A fiscalização será efetuada por agentes fiscais devidamente credenciados mediante Cédula de Identificação Fiscal, oficialmente nomeado para o cargo de Fiscal do PROCON e vinculados ao respectivo órgão de proteção e defesa do consumidor;

§ 2º Os agentes responderão pelos atos que praticarem quando investidos da ação fiscalizadora.

SEÇÃO III DA DEFESA DO CIDADÃO

Art. 6º. As atividades relativas a Defesa do Cidadão do PROCON, será desenvolvida por Bacharel em Direito ou Estagiário de curso de Direito devidamente matriculado, vinculado e sob a supervisão da Coordenação do PROCON compete, especificamente:

I - prestar assistência jurídica ao Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, velando pela compatibilidade entre a legislação em vigor e as atividades desenvolvidas pelo PROCON Municipal;

II - emitir pareceres/relatórios nos processos administrativos, observando as regras fixadas no Decreto nº 2.181;

III - Instaurar procedimento administrativo em face de qualquer notícia de lesão ou ameaça de lesão a direito do consumidor;

IV - prestar assistência jurídica ao PROCON Municipal, emitindo pareceres conclusivos, no processo administrativo, como instância de julgamento, observadas as regras fixadas pelo Decreto nº

2.181/97;

V - analisar processo de Auto de Infração da fiscalização do PROCON;

VI - instruir de forma técnica e legal todos os atos do PROCON;

VII - analisar fatos e fundamentos e elementos documentais do procedimento administrativo;

VIII - expedir notificação ao fornecedor e consumidor ou delegar o encargo ao Serviço de Atendimento ao Consumidor, ou ao Serviço de Fiscalização, ou ao Serviço de Apoio Administrativo;

IX - tomar a termo acordo entre consumidor e fornecedor em audiência conciliatória ou delegar o encargo ao Serviço de Atendimento ao Consumidor ou ao Serviço de Apoio Administrativo;

X - acompanhar as reclamações enviadas à Assistência Judiciária;

XI - presidir a realização de audiências de conciliação segundo o rito previsto neste Decreto, procedendo-se aos registros, celebrando-se termo de acordo e demais encaminhamentos que o momento processual demandar;

XII - adotar as providências necessárias junto ao órgão para inscrição na Dívida Ativa de débitos não pagos

XIII - desempenhar outras atividades relacionadas com a Gerência de Defesa do Cidadão.

SEÇÃO IV DO ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR

Art. 7º. Ao Atendimento do Consumidor, compete:

I - recepcionar e orientar o consumidor;

II - registrar as denúncias no SINDEC e tomar as medidas para solucioná-las;

III - encaminhar as reclamações para o Coordenador para providenciar audiência conciliatória;

IV - encaminhar para o Setor de Fiscalização os casos que exigem diligências ou ao órgão Judiciário os casos que assim exigirem;

V - remeter os assuntos pendentes de solução aos órgãos competentes, dentro de suas respectivas áreas de atuação e jurisdição. Para subseqüentes providências e medidas pertinentes;

VI - expedir ofícios aos reclamantes e reclamados relativo às reclamações;

VII - comunicar solução da denúncia ao consumidor e determinar arquivamento do processo, com vistas ao Diretor;.

VIII - Emitir certidões negativas;

IX - entregar material informativo ao consumidor;

X - expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelo consumidor ao PROCON (Art. 55, § 4º da Lei nº 8.078/90);

XI - elaborar e/ou distribuir material formativo e informativo sobre os direitos e deveres do consumidor;

XII - efetuar estatísticas mensais de atendimento, bem como o relatório circunstanciado, onde constem denúncias, encaminhamentos

e soluções ou pendências;

XIII - outras atividades determinadas pela Diretoria ou correlatas.

SEÇÃO V DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO AO CONSUMIDOR

Art. 8º. Ao servidor designado para desenvolver as atividades relativas ao Serviço de Educação ao Consumidor compete:

I - criar e desenvolver programas de educação e informação com a finalidade de beneficiar os consumidores de bens e serviços;

II - promover eventos (feiras, seminários, debates, dentre outros);

III - elaborar cartilhas, folhetos, cartazes e outros, objetivando informar aos consumidores sobre seus direitos e deveres, bem como orientá-los sobre a importância da pesquisa de preços e o que devem observar na compra de bens, na utilização de serviços, dentre outros;

IV - organizar palestras de educação e orientação ao consumidor nas escolas, centros comunitários, associações, dentre outros;

V - incentivar a criação e o desenvolvimento de associação de Proteção de Defesa do Consumidor;

VI - promover programas de orientações aos empresários quanto aos seus direitos e obrigações.

SEÇÃO VI DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 9º. Ao servidor designado para desenvolver as atividades relativas ao Serviço de Apoio Administrativo do PROCON compete:

I - Executar serviços de datilografia, reprografia e digitação.

II - Protocolizar, expedir e arquivar documentos;

III - Processar as reclamações;

IV - Controlar a tramitação do processo;

V - Guardar e arquivar os atendimentos e processos executados;

VI - Secretariar a Coordenação do PROCON e do CONDECON e demais atividades que lhe forem atribuídas.

VII - Conciliador, auxiliar da Gerência de Defesa do Cidadão na audiência de conciliação;

VIII - atividades correlatas.

TÍTULO II DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. O PROCON Municipal, órgão de proteção e defesa dos direitos do consumidor, responsável pela abertura de processo, conciliação, instrução, julgamento e recurso, das causas de sua competência.

Art. 11. O processo orientar-se-á pelos critérios da celeridade, economia processual, buscando sempre que possível a conciliação em prol do consumidor.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 12. O PROCON Municipal de Fraiburgo tem competência para conciliar, processar e julgar as relações de consumo, quando o consumidor residir em Fraiburgo ou quando efetivar a compra na cidade de Fraiburgo.

CAPÍTULO III DA CONSULTA

Art. 13. A consulta do consumidor realizar-se-á através de registro no SINDEC no órgão de atendimento da seguinte forma:

I - o atendente entrará em contato com o fornecedor, momento em que relatará sucintamente os fatos com o objetivo de atender a pretensão do consumidor;

Parágrafo Único - Caso não seja efetivada a conciliação instaurar-se-á processo administrativo preliminar.

Art. 14. Considera-se consulta simples, o registro de pedido que objetive uma informação ou orientação a respeito de assuntos de interesse do consumidor:

§ 1º O atendimento prestado no caso do caput deste artigo constará do banco de dados;

§ 2º Mediante análise técnica, e a seu critério, os casos apresentados a título de consulta poderão ser convertidos em reclamações, de ofício, ou a pedido do consumidor, ou, ainda, conduzir à emissão de Carta de Informações Preliminares - CIP, posteriormente à orientação a ele fornecida.

CAPÍTULO IV DA CARTA DE INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Art. 15. A Carta de Informação Preliminar (CIP), deverá conter de forma simples:

I - o nome, a qualificação e o endereço das partes;

II - os fatos e fundamentos, de forma sucinta;

III - o objeto e a devida restituição.

Art. 16. O fornecedor poderá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da Carta de Informação Preliminar (CIP), oferecer sua resposta:

I - prestar as informações demandadas e acolher na integra o pedido do consumidor;

II - prestar as informações demandadas e apresentar proposta diversa de acordo;

III - negar atendimento à pretensão do consumidor, apresentando sucintamente os motivos pelos quais não perfectibilizou o acordo, e, por conseguinte da oportunidade de instauração do procedimento administrativo, momento em que apresentará os fundamentos de fato e de direito.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos I e II, caberá ao fornecedor fazer prova, do efetivo atendimento ao pedido do consumidor ou, ainda, do aceite deste à proposta alternativa por ele formulada, sem o que, proceder-se-á à análise do caso na forma do parágrafo seguinte.

§ 2º Na hipótese do inciso III, será dado um dos seguintes encaminhamentos:

I - abertura de reclamação, em sede administrativa;

II - orientação aos consumidores a ingressarem no judiciário para o resguardo de seus direitos.

§ 3 Quanto às hipóteses dos incisos I e II, a Carta de Informação Preliminar (CIP), será arquivada após a demonstração do acordo cumprido, pelo período de 05 (cinco) anos a contar da data do seu arquivamento.

CAPÍTULO V DA RECLAMAÇÃO

Art. 17. Considera-se reclamação o registro que, apresenta notícia de lesão ou ameaça a direito do consumidor, nas relações de consumo.

Art. 18. A reclamação de consumo poderá ser instaurada:

I - pela Gerência de Atendimento no caso de ausência de proposta de acordo na Carta de Informação Preliminar;

II - de ofício, por iniciativa da própria autoridade competente;

III - pelo consumidor, oralmente, reduzida a termo, ficando seu processamento sujeito à apresentação, pelo consumidor, dos documentos apontados como necessários pela equipe técnica de atendimento, sob pena de arquivamento do pedido.

Parágrafo Único - O PROCON, poderá, a seu critério, operacionalizar outros meios de abertura de reclamações, tais como e-mail, acesso via Internet mediante senha personalizada por fornecedor, ou outras modalidades de comunicação que venham a ser criadas ou implementadas para tal fim.

Art. 19. As consultas e reclamações de consumo deverão conter:

I - identificação completa do consumidor;

II - identificação do fornecedor;

III - a descrição do fato ou ato constitutivo da infração;

IV - dispositivos legais infringidos;

V - assinatura da autoridade competente.

§ 1º Nos casos em que se fizer necessária a entrega de documentos pelo consumidor, visando à instauração de procedimento próprio, sendo vedado o recebimento de originais, salvo expressa autorização da supervisão de atendimento.

§ 2º Eventuais desentranhamentos de documentos originais deverão ser solicitados pelo interessado, devendo ser substituído por cópias.

§ 3º Nos casos de entrega de produtos que subsidiem as reclamações, deverá ser observada orientações específica no caso dessa natureza.

§ 4º O consumidor poderá ser representado por procurador, mediante competente instrumento de mandato, que deverá ser apresentado no ato da formulação da consulta ou reclamação.

Art. 20. A Gerência de Defesa do Cidadão, nos casos de conduta reiterada de fornecedor em recusar conciliação ou atendimento às demandas dos consumidores, entre outros, para resguardo dos direitos e interesses dos consumidores, determinar o encaminhamento ao departamento de fiscalização a fim de instaurar auto de infração e a devida fixação da multa.

CAPÍTULO VI DA RECLAMAÇÃO COLETIVA

Art. 21. Sendo constatada a repetição de demandas individuais análogas, ainda que em seu estágio preliminar (emissão de CIP), que versem sobre um mesmo objeto, relativamente a um mesmo fornecedor, indicando a possibilidade de existência de dano coletivo, determinando a reunião dos feitos individuais em uma única Reclamação Coletiva, que terá no pólo ativo o PROCON, da qual o fornecedor demandado será Notificado.

§ 1º Em tais casos, os consumidores cujas demandas individuais tenham sido reunidas, bem como os demais que venham a apresentar demandas análogas, posteriormente, e enquanto estiver em trâmite a Reclamação Coletiva, passarão a figurar nela como beneficiários, apensando-se suas demandas individuais aos autos da Reclamação Coletiva, para que seus casos possam ser individualmente avaliados e respondidos pelo fornecedor demandado.

§ 2º Cada uma das demandas individuais reunidas, para fins de composição do banco de dados do PROCON, bem como do Cadastro de Reclamações Fundamentadas de que trata o art. 44, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, terá mantido seu caráter individual.

§ 3º Uma vez adotado tal procedimento, o Diretor Geral poderá determinar, a suspensão da emissão de Cartas de Informações Preliminares, bem como da abertura de novas reclamações individuais passíveis de inserção na Reclamação Coletiva.

§ 4º Na Reclamação Coletiva, o fornecedor será instado a manifestar-se conclusivamente:

I - com relação a cada uma das demandas individuais nela reunidas, no sentido de dar-lhes atendimento, ou não;

II - de forma coletiva, quanto à conduta objeto da Reclamação.

CAPÍTULO VII DA NOTIFICAÇÃO

Art. 22. A notificação expedida ao fornecedor, acompanhada de cópia da Reclamação, far-se-á:

I - por correspondência, com aviso de recebimento;

II - pessoalmente, pelo fiscal, quando frustrada pelo correio;

III - por edital, quando não localizado pelo fiscal.

Parágrafo Único - Quando o fornecedor, não puder ser notificado, por via postal ou pessoalmente, será feita a notificação por edital, a ser afixado nas dependências do órgão respectivo, em lugar público, pelo prazo de 10 dias, ou divulgado, pelo menos uma vez, na imprensa oficial ou em jornal de circulação local.

Art. 23. A notificação conterá cópia da Reclamação, dia e hora para comparecimento a audiência de conciliação.

Parágrafo Único - O fornecedor deve apresentar resposta escrita, acompanhada de documentos na própria audiência de conciliação, sob a advertência de que, não comparecendo este, considerar-se-ão verdadeiros as alegações iniciais, e será proferido julgamento de plano, sujeitando-o às sanções cabíveis, por desobediência, a teor do § 4º, do art. 55, da Lei nº 8.078/90..

Art. 24. A audiência de conciliação será desnecessária quando o fornecedor reiteradamente comparece à audiência sem apresentar propostas, com o intuito de apenas procrastinar o feito.

CAPÍTULO VIII DAS INTIMAÇÕES

Art. 25. As intimações serão feitas na forma prevista para notificação, ou por qualquer outro meio idôneo de comunicação, como pela forma eletrônica.

§ 1º Dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes;

§ 2º As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação.

Art. 26. As intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais ou a seus advogados.

CAPÍTULO IX DOS PRAZOS

Art. 27. Os atos processuais realizar-se-ão no prazo prescritos por este Decreto, quando está for omissa, determinar-se-á os prazos, tendo em conta a complexidade da causa.

Art. 28. Não havendo determinação quanto a determinado ato, nem assinatura, o prazo será de 05 (cinco) dias para a prática do ato processual a cargo da parte.

Art. 29. Os prazos começam a correr da data do recebimento das notificações, quanto às intimações a partir da ciência no órgão oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se do vencimento.

CAPÍTULO X DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Art. 30. Aberta à conciliação, o conciliador esclarecerá ao fornecedor as vantagens da conciliação.

§ 1º As partes comparecerão pessoalmente à audiência, podendo fazer-se representar por preposto com poderes para transigir;

§ 2º Não obtendo a conciliação, oferecerá o fornecedor à resposta, na própria audiência, resposta por escrito, acompanhada de documentos.

Art. 31. Encerrada a audiência de conciliação, quando houver, será reduzida a termo:

I - Termo de Encerramento, quando as partes, sem justificativa, não comparecerem, dando vez ao encerramento da reclamação.

II - Termo de Comparecimento, quando estiver ausente apenas uma das partes, ou quando, ambas presentes, não houver acordo.

III - Termo de Acordo, com natureza de título executivo extrajudicial, passível de homologação pelo Poder Judiciário, quando ocorrer composição entre as partes.

Parágrafo Único - Havendo indícios de infração às normas de defesa do consumidor, a reclamação poderá ser apreciada não apenas pela Gerência de Defesa do Cidadão, mas também pela Gerência de Fiscalização, que poderá, inclusive, fazer-se representar na audiência, para que, em sendo o caso, tome desde logo as medidas cabíveis a cada caso.

**CAPÍTULO XI
DA REVELIA**

Art. 32. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na Reclamação, salvo se o contrário resultar da convicção deste órgão.

**CAPÍTULO XII
NÃO COMPARECIMENTO DO CONSUMIDOR**

Art. 33 O não comparecimento do consumidor à audiência conciliatória para a qual tenha sido previamente notificado acarretará o arquivamento no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Caso o consumidor informe que formalizou acordo prévio, a audiência será cancelada, ou se o consumidor justificar a sua ausência, tal audiência poderá ser redesignada.

**CAPÍTULO XIII
DAS PROVAS**

Art. 34. Decorrido o prazo da impugnação, o órgão julgados determinará as diligências cabíveis, podendo dispensar as meramente protelatórias ou irrelevantes, sendo-lhe facultado requisitar as necessárias informações, esclarecimento ou documentos, a serem apresentados no prazo estabelecido.

**CAPÍTULO XIV
DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Art. 35. A decisão administrativa conterá relatório dos fatos, o respectivo enquadramento legal e, à seguinte classificação:

I - Reclamação Fundamentada Atendida;

II - Reclamação Fundamentação Não Atendida

III - Reclamação Encerrada;

IV - Reclamação Não Fundamentada;

V - Consulta Fornecida.

§ 1º A decisão administrativa que classificar a reclamação como fundamentada, atendida ou não, será inserida no cadastro de publicação contra fornecedores de produtos e serviços a teor do art. 44, da Lei. Nº 8.078/90.

§ 2º No caso de dois ou mais pedidos cumulativos, ou, na hipótese de caracterização de responsabilidade de mais de um fornecedor pelos eventos de que trate o caso, um mesmo procedimento poderá reunir todas as partes envolvidas, gerando, por conseguinte, mais de um registro no cadastro de que trata o art. 44, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 36 Será encerrado o procedimento administrativo quando se verificar:

I - a desistência do consumidor;

II - quando o consumidor não promover os atos e diligências que lhe competir abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias;

II - o não comparecimento do consumidor à audiência conciliatória para a qual tenha sido previamente notificado, desde que não haja notícia nos autos de que essa ausência seja decorrente de composição prévia entre as partes, em contato direto, sem intermediação do PROCON;

III - ausência de elementos formais que autorizem sua

continuidade;

IV - incorreção nos dados de abertura do procedimento;

V - abertura de casos em duplicidade;

VI - registro de caso cuja natureza não permita acolhimento do pedido pelo órgão, segundo orientação da Gerência de Defesa do Cidadão.

**CAPÍTULO XV
DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Art. 37. O Chefe do Poder Executivo proferirá decisão final, determinando, nos casos em que se esteja diante de reclamações fundamentadas, atendidas ou não, sua devida inscrição no cadastro de que trata o art. 44, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 1º É de 10 (dez) dias o prazo aberto às partes para interposição de recurso, sem efeito suspensivo, contados da data da intimação da decisão.

§ 2º O recurso de que trata o parágrafo anterior, deverá ser endereçado ao Chefe do Poder Executivo.

§ 3º A contar da data da intimação da decisão proferida quanto ao recurso, será concedido às partes o prazo de 10 (dez) dias para vistas dos autos e, findo esse prazo, estes serão arquivados.

§ 4º Uma vez encerrado e arquivado o feito, no âmbito do PROCON, eventual pedido de desarquivamento dos autos estará sujeito à cobrança de emolumentos.

Art. 38. Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo.

**CAPÍTULO XVI
DO ARQUIVO DE CONSUMO**

Art. 39. Considera-se Arquivo de Consumo o conjunto das consultas, reclamações e denúncias registradas pelo PROCON.

§ 1º O acesso ao arquivo de que trata o caput deste artigo será franqueado ao público em geral, e poderá ser operacionalizado por formas diversas, tais como consultas telefônicas, por e-mail, fac-símile ou por quaisquer outros meios pertinentes, a critério do PROCON.

§ 2º As informações a serem prestadas, na forma do parágrafo anterior, versarão sobre apontamentos e registros objetivos do Arquivo de Consumo, sem a realização de qualquer juízo de valor sobre as práticas ou condutas comerciais dos fornecedores nele catalogados.

§ 3º O Arquivo de Consumo não se confunde com o Cadastro de Reclamações Fundamentadas, previsto pelo art. 44, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, ainda que este último integre os registros do primeiro.

Art. 40. Os consumidores, fornecedores e legítimos interessados, poderão requerer, mediante solicitação por escrito, cópias das consultas e reclamações nas quais forem parte ou sobre as quais demonstrarem legítimo interesse, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º A apreciação quanto à eficácia da demonstração de legítimo interesse no caso, por terceiro, caberá ao PROCON.

§ 2º A extração e o fornecimento de cópias estarão sujeitos à

cobrança de emolumentos..

§ 3º Em se tratando de pedido de cópias visando à interposição ou à instrução de ação judicial que tenha por objeto o mesmo caso tratado em reclamação em curso perante o PROCON, poderá o Coordenador determinar o seu encerramento, no âmbito administrativo, sem prejuízo de sua apreciação pela Fiscalização.

Art. 41. O pedido de vistas dos autos, nos termos da legislação vigente, somente será deferido se em termos o procedimento, ou posteriormente à conclusão da reclamação, resguardando-se, assim, o interesse do consumidor, bem como a celeridade do procedimento.

TÍTULO III

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO - I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 42. Este Decreto de Procedimentos Administrativo de Fiscalização rege o processo administrativo das infrações a Lei nº 8.078/90, e alterações posteriores, portarias e outros atos baixados pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, - SDE, por meio do seu Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor DPDC, da Legislação Municipal e outras legislações correlatas na defesa do consumidor ou de outros atos expedidos por autoridade que a lei determinar tal competência.

Art. 43. Os dispositivos neste Decreto são aplicáveis no que couber na obtenção de informações sobre produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

§ 1º O PROCON fiscalizará e controlará a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias.

§ 2º A fiscalização e controle do mercado de consumo, será efetivado com o auxílio do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor para elaboração, revisão e atualização das normas referidas no § 1º, sendo obrigatória a participação dos consumidores e fornecedores.

Art. 44 No âmbito de sua jurisdição e competência caberá ao órgão municipal de proteção e defesa do consumidor, criado na forma da Lei nº 2185 de 03 de julho de 2013, exercer as atividades de:

I - receber, analisar, avaliar e apurar consultas e denúncias apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado ou por consumidores individuais;

II - prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias;

III - informar, conscientizar e motivar o consumidor, por intermédio dos diferentes meios de comunicação;

IV - solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito para apuração de delito contra o consumidor, nos termos da legislação vigente;

V - representar ao Ministério Público competente, para fins de adoção de medidas processuais, penais e civis, no âmbito de suas atribuições;

VI - levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violem os interesses difusos, coletivos ou individuais dos consumidores;

VII - solicitar o auxílio de órgãos e entidades da União, dos Estados, a fim de auxiliar na fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de produtos e serviços;

VIII - incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a criação de órgãos públicos estaduais e municipais de defesa do consumidor e a formação, pelos cidadãos, de entidade com esse mesmo objetivo;

IX - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 1990, e em outras normas pertinentes à defesa do consumidor;

X - solicitar o auxílio de órgãos e entidades de notória especialização técnico-científica para consecução de seus objetivos;

XI - provocar a Secretaria de Direito Econômico para celebrar convênios e termos de ajustamento de conduta, na forma do § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

XII - funcionar, no processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência, dentro das regras fixadas pela Lei nº 8.078, de 1990, pelo Decreto nº 2.181, de 1997, pela Lei nº 2185 de 03 de julho de 2013 e por este Decreto.

CAPÍTULO II

DA JURISDIÇÃO

Art. 45. A jurisdição administrativa inerente às matérias de que trata este Decreto é exercida pelo Coordenador em todo o território do Município de Fraiburgo/SC.

TÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO, DAS PRÁTICAS INFRATIVAS, DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS E DA DESTINAÇÃO DA MULTA E ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

CAPÍTULO I

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 46. O PROCON, órgão da administração pública Municipal de Fraiburgo, destinado à defesa dos interesses e direitos do consumidor, tem, no âmbito de suas respectivas competências, atribuição para fiscalizar as relações de consumo, apurar, autuar e punir os responsáveis por práticas que violem os direitos do consumidor.

Art. 47. A fiscalização das relações de consumo de que tratam a Lei nº 8.078, de 1990, o Decreto nº 2.181, de 1997, a Lei nº 2185 de 03 de julho de 2013, a Portaria nº 01/SMDC/2009, e as demais normas de defesa do consumidor será exercida em todo o território do município de Fraiburgo/SC.

Art. 48. A fiscalização de que trata este Decreto será efetuada por agentes fiscais, oficialmente designados pelo Chefe do Poder Executivo, vinculado ao PROCON Municipal de Fraiburgo/SC, no âmbito Municipal, devidamente credenciado, mediante Cédula de identificação Fiscal, admitida a delegação mediante convênio.

§ 1º Agente fiscal é o servidor público municipal estável, lotado no quadrona Secretaria Municipal de Segurança e Defesa do Cidadão.

§ 2º Designado mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, devendo esta ser publicada em Diário Oficial.

Art. 49. Compete ao Serviço de Fiscalização:

I - fiscalizar as Relações de Consumo;

II - efetuar diligências especiais no atendimento de reclamações formuladas pelos consumidores, notadamente aquelas que necessitam de verificação "in loco" para a comprovação da possível prática infrativa;

III - fiscalizar, de forma preventiva, a veiculação da publicidade enganosa ou abusiva;

Art. 50. A Cédula de identificação fiscal deverá conter as seguintes informações:

I - No anverso:

- a) número da credencial;
- b) foto 3X4;
- c) cargo de FISCAL;
- d) número do RG;
- e) nome do fiscal.

II - No verso:

- a) número da matrícula;
- b) número do CPF;
- c) assinatura do Fiscal;
- d) deve conter os seguintes dizeres: O portador está autorizado a praticar todos os atos de fiscalização decorrentes da aplicação do CDC - Lei nº 8.078/90, Decreto nº 2.181/97, devendo-lhes ser dado acesso aos locais onde exista relação de consumo, bem como as autoridades devem prestar-lhes toda cooperação no desempenho de sua função;
- e) assinatura do dirigente.

Art. 51. As credenciais e os instrumentos da atividade sancionatória são documentos públicos municipal, sendo obrigatório sua devolução ao Procon Municipal, nos casos de:

I - desligamento e afastamento do servidor credenciado;

II - anulação de credencial;

III - requerimento pelo Procon.

§ 1º Nas hipóteses do inciso I - III, o prazo para devolução é de 30 (trinta) dias, a partir da data do fato gerador.

§ 2º Considera-se infração disciplinar a recusa ou descumprimento dos prazos de entrega das credenciais.

Art. 52. A credencial de agente fiscal poderá ser anulada, independente da sua data de validade, nas seguintes hipóteses:

I - reprovação no curso de atualização;

II - após procedimento administrativo que constatar o uso indevido da credencial;

Parágrafo Único - A sanção prevista neste artigo será aplicada pelo Diretor do Procon, podendo ser aplicada por medida cautelar, antecedente ou incidente ao procedimento administrativo.

CAPÍTULO III DAS PRÁTICAS INFRATIVAS

Art. 53. São consideradas práticas infrativas as enumeradas no Decreto nº 2.181/97 e na Lei nº 8.048/90.

CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 54. São critérios de classificação de cada infração a infringência de qualquer artigo e seus incisos da Lei nº 8.078/90 e suas regulamentações posteriores, do Decreto nº 2.181/97, o momento

da prática infrativa e a unidade ou a pluralidade de lesados, classificando-os em:

I - Leves: aquelas em que forem verificadas somente circunstâncias atenuantes:

II - Graves: aquelas em que forem verificadas somente circunstâncias agravantes.

Art. 55. A inobservância das normas contidas na Lei nº 8.78/90, e das demais normas de defesa do consumidor constituirá prática infrativa e sujeitará o fornecedor às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive de forma cautelar, antecedente ou incidente no processo administrativo, sem prejuízo das de natureza cível, penal e das definidas em normas específicas:

I - multa;

II - apreensão do produto;

III - inutilização do produto;

IV - cassação do registro do produto junto ao órgão competente;
V - proibição de fabricação do produto;

VI - suspensão do fornecimento de produtos ou serviços

VII - suspensão temporária da atividade

VIII - revogação da concessão ou permissão de uso;

IX - cassação da licença do estabelecimento ou de atividade;

X - interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade;

XI - intervenção administrativa;

XII - imposição de contrapropaganda.

Art. 56. Para os fins de aplicação da multa de que trata o artigo 57 da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990, e alterações posteriores, levar-se-á em conta o porte da empresa e as circunstâncias em que a infração foi praticada.

Art. 57. Na imposição de sanções serão considerados a repercussão de ordem econômica e social da infração cometida, o valor da operação ilegal e o locupletamento ilícito ou outras vantagens obtidas pelo infrator, seu grau de instrução, experiência, antecedentes fiscais e comerciais e condição econômica.

§ 1º A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração nas relações de consumo, a vantagem auferida e a condição econômica do infrator, será aplicada mediante procedimento administrativo nos termos da Lei, remetendo para o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, gerido pelo respectivo Conselho Gestor.

§ 2º A multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (UFIR), ou índice equivalente que venha substituí-lo.

Art. 58. As penas de apreensão, de inutilização de produtos, de proibição de fabricação de produtos, de suspensão de fornecimento de produto ou serviço de cassação de registro do produto e revogação da concessão ou permissão de uso serão aplicadas pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou

qualidade por inadequação ou insegurança do produto ou serviço.

Art. 59. As penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como, a de intervenção administrativa serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática de infrações de maior gravidade previstas neste Regimento e na legislação de defesa do consumidor.

§ 1º A pena de cassação da concessão será aplicada à concessionária de serviço público, quando violar obrigação legal ou contratual.

§ 2º A pena de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias de fato desaconselharem a cassação da licença, a interdição ou suspensão da atividade.

§ 3º Pendendo ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, não haverá reincidência até o trânsito em julgado da sentença.

Art. 60. A imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do art. 36 e seus parágrafos da Lei nº 8.078/90 e sempre as expensas do infrator.

Parágrafo Único - A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa e abusiva.

Art. 61. As penalidades previstas nos incisos III a XI do artigo 55 sujeitar-se-ão a posterior confirmação pelo órgão normativo ou regulador da atividade, nos limites de sua competência.

Art. 62. Responderão pelas infrações e penalidades previstas na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 e Decreto nº 2.181 de 20 de março de 1997, respectivamente e suas alterações posteriores, as empresas em geral, por atos praticados por seus administradores, empregados ou prepostos e ainda por pessoas físicas, quando for o caso.

Parágrafo Único - Para efeito deste Decreto, consideram-se:

I - Empresas em Geral: as sociedades comerciais, as sociedades civis, as firmas individuais registradas ou não, as cooperativas, fundações e as sociedades de fato;

II - Estabelecimento: a sede industrial, comercial ou administrativa da empresa suas filiais, sucursais, depósitos ou similares;

III - Responsáveis pelo Estabelecimento: os diretores, administradores, gerentes ou quem, de direito ou de fato, pratique, em nome de outrem, ato de comércio;

IV - Pessoas físicas: aquelas não inscritas no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO V DA DESTINAÇÃO DA MULTA E DA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 63. A multa de que trata o inciso I do art. 56 e caput do art. 57 da Lei nº 8.078/90, reverterá para o Fundo Municipal do PROCON de Fraiburgo.

Art. 64. As multas arrecadadas serão destinadas ao financiamento de projetos relacionados com os objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo, com a defesa dos direitos básicos do consumidor e com a modernização administrativa dos órgãos públicos de defesa do consumidor, após aprovação do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor.

CAPÍTULO VI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 65. As infrações a que se refere este Regimento serão apuradas, processadas e julgadas mediante processo administrativo que terá início mediante:

I - ato, por escrito, da autoridade competente;

II - lavratura de auto de infração;

III - Reclamação.

§ 1º Antecedendo à instauração do processo administrativo, poderá a autoridade competente abrir investigação preliminar, cabendo, para tanto, requisitar dos fornecedores informações sobre as questões investigadas, resguardando o segredo industrial, na forma do disposto no § 4º do art. 55 da Lei nº 8.078, de 1990.

§ 2º A recusa à prestação das informações ou o desrespeito às determinações e convocações do PROCON Municipal de Fraiburgo caracteriza desobediência, na forma do art. 330 do Código Penal ficando a autoridade administrativa com poderes para determinar a imediata cessação da prática, além da imposição das sanções administrativas e civis cabíveis.

SEÇÃO II DA RECLAMAÇÃO

Art. 66. O consumidor poderá apresentar sua reclamação pessoalmente, ou por telegrama, carta, telex, fax-símile ou qualquer outro meio de comunicação, inclusive por meio eletrônico, ao órgão de proteção e defesa do consumidor.

Art. 67. A reclamação, lavrada em modelo próprio, protocolizada, terá obrigatoriamente todos seus campos preenchidos e deverá conter:

I - descrição clara e precisa dos fatos;

II - documentos apensados referente à reclamação;

III - fundamentação legal.

Parágrafo Único - A reclamação sempre que configurar prática infrativa procederá a autuação, ficando anexo ao Auto de Infração.

SEÇÃO III DOS AUTOS DE INFRAÇÃO, DE APREENSÃO E DO TERMO DE DEPÓSITO

Art. 68. Os Autos de Infração, de Apreensão e o Termo de Depósito, deverão ser lavrados em modelo próprio, com numeração sequencial impressa, em 3 (três) vias, rubricado ou cancelado pelo Coordenador do PROCON Municipal de Fraiburgo, ou por servidor ao qual este delegar competência, preenchido de forma clara e precisa, sem entrelinhas, rasuras ou emendas, as ações e omissões caracterizadoras das infrações administrativas.

Art. 69. O auto de infração, deverá conter:

a) o local, a data e a hora da lavratura;

b) o nome, o endereço e a qualificação do autuado;

c) a descrição do fato ou do ato constitutivo da infração;

d) o dispositivo legal infringido;

e) a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 10 dias;

f) a identificação do agente autuante, sua assinatura, a indicação do seu cargo ou função e o número de sua matrícula;

g) a designação do órgão julgador e o respectivo endereço;

h) a assinatura do autuado.

Art. 70. O auto de apreensão e o termo de depósito deverão conter:

a) o local, a data e hora da lavratura;

b) o nome, o endereço e a qualificação do autuado;

c) a descrição e a quantidade dos produtos apreendidos;

d) as razões e os fundamentos da apreensão;

e) o local onde o produto ficará armazenado;

f) a quantidade de amostra colhida para análise;

g) a identificação do agente autuante, sua assinatura, a indicação do seu cargo ou função e o número de sua matrícula;

h) a assinatura do depositário.

Parágrafo Único - Os bens apreendidos, a critério da autoridade, poderão ficar sob a guarda do proprietário, responsável ou preposto ou empregado que responda pelo gerenciamento do negócio, nomeado fiel depositário, mediante termo próprio, proibida a venda, utilização, substituição, subtração ou remoção, total ou parcial, dos referidos bens.

Art. 71. Os Autos de Infração, de Apreensão e o Termo de Depósito serão lavrados pelo agente autuante que houver verificado a prática infrativa, preferencialmente no local onde foi comprovado a irregularidade.

§ 1º Quando necessário, para comprovação de infração, os Autos serão acompanhados de laudo pericial.

§ 2º Quando a verificação do defeito ou vício relativo à qualidade, oferta e apresentação de produtos não depender de perícia, o agente competente consignará o fato no respectivo Auto.

Art. 72. A assinatura nos Autos de Infração, de Apreensão e no Termo de Depósito, por parte do autuado, ao receber cópias dos mesmos, constitui notificação, sem implicar confissão.

Parágrafo Único - Em caso de recusa do autuado em assinar e/ou receber o Auto de Infração, de Apreensão e o Termo de Depósito lavrado, o Fiscal consignará o fato no próprio Auto e no Termo, remetendo-os ao autuado por via postal, com Aviso de Recebimento (AR) ou outro procedimento equivalente, tendo os mesmos efeitos do caput deste artigo.

Art. 73. O Auto de Apreensão objetiva o recolhimento de amostra destinada à análise do conteúdo de mercadoria cujo tipo, especificação, peso ou composição possam ter transgredido determinações legais ou não correspondam à respectiva classificação oficial ou real, bem como, a apreensão e retirada das mercadorias impróprias ao consumo.

§ 1º A quantidade suficiente da amostra da mercadoria apreendida e o invólucro em que ela será acondicionada obedecerão à

legislação do órgão competente para a realização do exame pericial.

§ 2º Na falta de disposição constante da legislação do órgão pericial competente, a amostra da mercadoria será acondicionada em invólucro adequado, fechado de modo inviolável, do qual constarão as assinaturas do autuante e do responsável pelo estabelecimento.

§ 3º No caso de recusa do responsável pelo estabelecimento em assinar o invólucro, o autuante certificará o fato no próprio invólucro.

§ 4º Nos casos referentes a peso, não haverá apreensão quando a mercadoria for comercializada a granel, ou sem embalagem própria, pela empresa fiscalizadora, procedendo-se a verificação do peso na balança do próprio estabelecimento.

§ 5º No caso de apreensão de mercadorias impróprias para o consumo, estes ficarão à disposição dos órgãos competentes para análise e recolhimento, devendo ser acondicionadas e lacradas pelos fiscais de Relações de Consumo na presença dos responsáveis pelo estabelecimento ou pessoa por eles designados, o qual será nomeado fiel depositário.

Art. 74. O Coordenador do PROCON Municipal ou a fiscalização remeterá no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento, cópia da primeira via do Auto de Apreensão e a mercadoria apreendida ao órgão competente mais próximo, para proceder à perícia técnica, solicitando-lhe o laudo pericial.

§ 1º Se o laudo pericial, solicitado na forma do "caput" deste artigo, comprovar o cometimento da infração, o Fiscal autuará a empresa, juntando obrigatoriamente ao Auto de Infração a primeira via do Auto de Apreensão e o referido laudo.

§ 2º A terceira via do Auto de Apreensão, ficará arquivada na Fiscalização.

§ 3º No caso de apreensão de mercadorias impróprias para o consumo, o Fiscal de Relações de Consumo lavrará o Auto de Apreensão e autuará a empresa, juntando obrigatoriamente ao Auto de Infração a primeira via do Auto de Apreensão.

Art. 75. Caso haja necessidade de utilização de mais de um formulário de Auto de Infração, de Constatação e de Apreensão para a narração da ocorrência verificada, o Fiscal de Relações de Consumo deverá usar a Folha de Continuação, preenchida a máquina ou em tinta indelével em modelo próprio em 3 (três) vias, que além de ter obrigatoriamente os seus campos preenchidos, deverá conter o número do auto lavrado e será processado como um único instrumento, independentemente do número de formulários utilizados.

Art. 76. As autuações serão:

I - comuns, quando decorrerem de infrações constatadas no momento da fiscalização;

II - especiais, quando se fundamentarem em quaisquer dos instrumentos preliminares previstos neste regimento.

SEÇÃO IV
DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR ATO DE AUTORIDADE COMPETENTE

Art. 77. O processo administrativo, poderá ser instaurado mediante reclamação do interessado ou por iniciativa da própria autoridade competente.

Parágrafo Único - Na hipótese de a investigação preliminar não resultar em processo administrativo com base em reclamação apresentada por consumidor, deverá este ser informado sobre as razões do arquivamento pela autoridade competente.

Art. 78. O processo administrativo, na forma deste Decreto, deverá, obrigatoriamente, conter:

I - a identificação do infrator;

II - a descrição do fato ou ato constitutivo da infração;

III - os dispositivos legais infringidos;

IV - a assinatura da autoridade competente.

Art. 79. A autoridade administrativa poderá determinar, na forma de ato próprio, constatação preliminar da ocorrência de prática presumida.

Art. 80 O Auto de Constatação objetiva descrever, de modo claro e objetivo, ação ou omissão caracterizadora de infração, quando:

I - for constatada fora do estabelecimento ao qual a infração é imputável.

II - depender de documentos, esclarecimentos ou outros meios complementares de prova necessários à lavratura do Auto de Infração.

Art. 81. O Auto de Constatação, lavrado em modelo próprio, com numeração sequencial impressa, em 3 (três) vias, terá obrigatoriamente todos os seus campos preenchidos.

Parágrafo Único - Se o fiscalizador recusar-se assinar e/ou receber a segunda via do Auto de Constatação, o Fiscal, procederá na forma do parágrafo único do artigo 18.

SEÇÃO V DA NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA

Art. 82. A autoridade competente expedirá notificação ao infrator, fixando o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento, para apresentar defesa, na forma do art. 29.

§ 1º A notificação, acompanhada de cópia da inicial do processo administrativo, far-se-à:

I - pessoalmente ao infrator, seu mandatário ou preposto;

II - por carta registrada ao infrator, seu mandatário ou preposto, com aviso de recebimento (AR);

§ 2º Quando o infrator, seu mandatário ou preposto não puder ser notificado, pessoalmente ou por via postal, será feita a notificação por edital a ser afixado nas dependências do órgão respectivo, em lugar público, pelo prazo de dez dias, ou divulgado, pelo menos uma vez, na imprensa oficial ou em jornal de circulação local.

SEÇÃO VI DA NOTIFICAÇÃO PARA EXIBIR OU ENTREGAR DOCUMENTO

Art. 83. A Notificação objetiva exigir a exibição ou entrega de documento, prestação de esclarecimento de matéria pertinente à fiscalização em curso, à instrução do processo originário do Auto de Infração, devendo ser expedida sempre que tais dados não estiverem disponíveis no momento da diligência fiscalizadora.

Art. 84. A Notificação, expedida a máquina em modelo próprio, em 3 (três) vias, deverá conter:

I - descrição clara e objetiva do fato constatado que se relaciona

com o documento a ser exibido ou com o esclarecimento a ser prestado;

II - finalidade da expedição do documento;

III - local, data e horário para seu cumprimento.

Parágrafo Único - Se o fiscalizado recusar-se a assinar e/ou receber a segunda via da Notificação, o agente de fiscalização procederá na forma do parágrafo único do artigo 18

Art. 85. O prazo para cumprimento da Notificação, independentemente da localização da empresa fiscalizada, será de até 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - O prazo inicialmente concedido poderá ser, excepcionalmente, prorrogado pelo Coordenador do PROCON Municipal de Fraiburgo ou pela Fiscalização por tempo não superior ao prazo inicial da notificação, desde que justificado através de requerimento fundamentado.

Art. 86. Se a empresa fiscalizada não cumprir a Notificação a Fiscalização declarará, de imediato, o não cumprimento no verso da primeira e terceira vias, procedendo-se à conseqüente lavratura do Auto de Infração.

Parágrafo Único - Cumprida a Notificação, e caso não se constate infração, a Fiscalização aporá declaração de cumprimento nas três vias da Notificação, arquivando a primeira e terceira vias, e devolvendo-se a segunda ao notificado.

Art. 87. Equiparar-se-á a Notificação, para efeito de permitir a lavratura de Auto de Infração, ofício ou outro documento através do qual a autoridade competente requisitar, no prazo que instituir, o fornecimento de informações, dados periódicos ou especiais das empresas em geral.

SEÇÃO VII DOS INSTRUMENTOS PRELIMINARES

Art. 88. Constituem instrumentos preliminares as autuações especiais:

I - o Auto da Constatação;

II - a Notificação;

III - o Auto da Apreensão;

IV - Reclamação.

SEÇÃO VIII DAS AUTUAÇÕES DECORRENTES DOS INSTRUMENTOS PRELIMINARES

Art. 89. No caso de ser constatado fora do estabelecimento ao qual a infração é imputável, o Fiscal de Relações de Consumo lavrará Auto de Infração juntando obrigatoriamente a primeira via do Auto de Constatação, observando o disposto no § 4º do artigo 72.

Parágrafo Único - Proceder-se-á de maneira idêntica ao disposto no "caput" deste artigo, no caso da necessidade de documentos, esclarecimentos ou outros meios complementares de prova necessários, ficar caracterizado que o fato descrito no Auto de Constatação configurar infração a qualquer dispositivo da Lei nº 8.078/90, legislações correlatas e regulamentações de autoridade competente.

Art. 90. A empresa deverá ser autuada no próprio estabelecimento se deixar de cumprir a Notificação, devendo a Fiscalização juntar obrigatoriamente ao Auto de Infração a primeira via daquele

instrumento preliminar com a declaração do seu não atendimento aposta no verso.

Parágrafo Único - As empresas que deixarem de fornecer as informações e os dados requisitados por ofício, serão autuadas, devendo ser anexada obrigatoriamente ao Auto de Infração, uma cópia do documento que as requisitou com declaração do desatendimento.

SEÇÃO IX DA DEFESA

Art. 91. O processo administrativo decorrente de auto de infração, de ato de ofício de autoridade competente, ou de reclamação será instruído e julgado na esfera de atribuição do órgão que o tiver instaurado.

Art. 92. O infrator poderá apresentar defesa escrita, no prazo de cinco dias, contados do dia do recebimento da Notificação ou da data da única publicação de edital, indicando na defesa:

- a) a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- b) a qualificação do impugnante;
- c) as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação;
- d) as provas que lhe dão suporte.

Art. 93. A qualquer momento, o representante da empresa autuada terá vista, na sede do PROCON Municipal de Fraiburgo do processo originário, podendo coletar os dados que julgar necessários a sua mais ampla defesa.

Art. 94. A empresa ou pessoa física autuada somente será permitida a produção ou indicação de prova documental ou pericial.
Parágrafo Único - A empresa ou pessoa física autuada poderá apresentar, na defesa, cópia de quaisquer documentos, sendo facultada à Fiscalização exigir a sua conferência com o documento original.

Art. 95. A empresa ou pessoa física autuada poderá anexar documentos e laudos de exame, em prazo marcado pelo Coordenador do PROCON, quando por motivo de força maior, esclarecido na defesa, e esta não puder juntá-los.

§ 1º A empresa ou pessoa física autuada especificará a prova indicada, sua natureza ou finalidade, podendo o Coordenador do PROCON negá-la, quando não for comprovada a força maior ou se a prova indicada for estranha à matéria em apreciação no processo.

§ 2º O prazo marcado pelo Coordenador do PROCON para a produção da prova indicada na defesa, não poderá exceder a 30 (trinta) dias da data da ciência do despacho que a determinar.

§ 3º Não caberá recurso do despacho do Coordenador do PROCON que denegar a produção posterior de prova não indicada na defesa.

Art. 96. Decorrido o prazo da defesa, o órgão julgador determinará as diligências cabíveis, podendo dispensar as meramente protelatórias ou irrelevantes, sendo-lhe facultado requisitar do infrator, de quaisquer pessoas física ou jurídica, órgãos ou entidades públicas as necessárias informações, esclarecimentos ou documentos, a serem apresentados no prazo estabelecido.

Art. 97. Ultimada a fase de instrução do processo, inclusive com a tramitação da retificação do Auto de Infração e após os trâmites legais previstos neste Decreto, o Coordenador do PROCON de Fraiburgo proferirá sua decisão.

SEÇÃO X DAS NULIDADES

Art. 98. A inobservância de forma não acarretará a nulidade do ato, se não houver prejuízo para a defesa.

Parágrafo Único - A nulidade prejudica somente os atos posteriores ao ato declarado nulo e dele diretamente dependentes ou de que sejam consequência, cabendo à autoridade que a declarar indicar tais atos e determinar o adequado procedimento saneador, se for o caso.

SEÇÃO XI DA DECISÃO ADMINISTRATIVA

Art. 99. A decisão administrativa conterá relatório dos fatos, o respectivo enquadramento legal e, se condenatória a natureza e gradação da pena.

§ 1º A autoridade administrativa competente, antes de julgar o feito apreciará a defesa e as provas produzidas pelas partes, não estando vinculada ao relatório de sua consultoria jurídica ou órgão similar, se houver;

§ 2º Julgado o processo e fixado a multa, será o infrator notificado para efetuar seu recolhimento no prazo de dez dias ou apresentar recurso.

§ 3º Em caso de provimento do recurso, os valores recolhidos serão devolvidos ao recorrente na forma estabelecida pelo Conselho Municipal Gestor do Fundo.

Art. 100. Quando a cominação prevista for a contrapropaganda, o processo poderá ser instruído com indicações técnico-publicitárias das quais se intimará o autuado, obedecidas, na execução da respectiva decisão, as condições constantes do § 1º do art. 60 da Lei nº 8.078/90

Art. 101. Recebendo o processo, o Coordenador do PROCON Municipal, proferirá decisão no sentido de:

I - homologar o auto e arbitrar multa para cada infração nela caracterizada, observadas as regras do artigo 39 e da Portaria nº 001/SMDC/2008;;

II - deixar de homologar o auto.

§ 1º O Coordenador do PROCON/SC fundamentará, obrigatoriamente, a sua decisão e declarará as infrações subsistentes e as insubsistentes. Fixando para cada infração que reconhecer a multa a ela adequada, observando o disposto no parágrafo único dos artigos 24, 25, 26 e 27 do Decreto nº 2181/97 que regulamentou a Lei nº 8078/90.

§ 2º Na fundamentação da decisão, o Coordenador poderá se reportar às razões e conclusões do parecer da Assessoria Jurídica, quando o tiver.

§ 3º Se a decisão não atender ao disposto nos parágrafos anteriores a autoridade competente para apreciar o recurso, de plano determinará o retorno do processo ao Coordenador do PROCON para fundamentar o seu despacho decisório e especificar o valor da multa arbitrada para cada infração.

Art. 102. O Coordenador do PROCON, recorrerá de ofício de sua decisão:

I - quando declarar insubsistente qualquer das infrações constantes do Auto de Infração;

II - quando no recebimento do recurso voluntário, reformar total

ou parcialmente sua decisão.

Parágrafo Único - O recurso "ex-officio", no caso do inciso I, será interposto na própria decisão que apreciar o Auto de Infração.

SEÇÃO XII DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 103. Da decisão do Diretor do PROCON Municipal de Fraiburgo que aplicou a sanção, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, contados da data da intimação da decisão, ao Chefe do Poder Executivo, que proferirá decisão definitiva, como segunda e última instância recursal.

Parágrafo Único - No caso de aplicação de multas, o recurso será recebido, com efeito suspensivo pela autoridade superior.

Art. 104. Não será conhecido o recurso interposto fora dos prazos e condições estabelecidas neste Regimento.

Art. 105. Sendo julgada insubsistente a infração, a autoridade julgadora recorrerá à autoridade imediatamente superior, nos termos fixados nesta Seção, mediante declaração na própria decisão.

Art. 106. A decisão é definitiva quando não mais couber recurso, seja de ordem formal ou material.

Art. 107. Todos os prazos referidos nesta Seção são preclusivos.

CAPÍTULO VII DA INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA

Art. 108. Não sendo recolhido o valor da multa em trinta dias, será a mesma inscrita na dívida ativa em livro próprio, emitida a Certidão de Dívida Ativa para a subsequente execução judicial, nos termos da Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980.

Art. 109. Aos procedimentos administrativos disciplinados por este Regimento, aplica-se subsidiariamente as normas do Código de Processo Civil, da Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980 e demais normas vigentes no Direito Processual Brasileiro.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 110. São competentes para:

I - lavrar Autos de Infração, de Constatação e de Apreensão:

a) a Fiscalização devidamente credenciada, oficialmente designado pela autoridade competente com publicação em Diário Oficial e vinculado ao respectivo órgão de defesa do consumidor, com abrangência em todo o território de Fraiburgo.

II - processar o auto de infração:

a) Coordenador do Procon.

III - prolatar a decisão de primeira instância no processo originário do Auto de Infração:

a) o Coordenador do PROCON.

IV - apreciar o recurso "ex-officio" ou voluntário:

a) o Chefe do Poder Executivo;

b) a autoridade a quem o Chefe do Poder Executivo delegar a atribuição

Parágrafo Único - As regras de competência constantes deste artigo não excluem as demais previstas neste Regimento para os

servidores ou autoridades mencionados.

V - para emitir notificação, compete:

a) o Coordenador do PROCON;

b) a Fiscalização;

c) assessoria jurídica.

§ 1º A Fiscalização terá livre trânsito em qualquer dependência do estabelecimento fiscalizado, podendo examinar estoques, notas fiscais, papéis, livros e demais documentos que julgar conveniente ao desempenho de suas atribuições.

§ 2º A empresa autuada será notificada da mudança do órgão processante.

§ 3º Do dia da entrega da Notificação para recolhimento da multa ou da publicação do edital desta, correrá o prazo para apresentação da defesa da empresa autuada, salvo se tiver sido apresentada no órgão incompetente, caso em que será considerada válida e encaminhada imediatamente ao órgão competente para ser apreciada.

Art. 111. A autuação somente poderá versar sobre fato pretérito ocorrido até 5 (cinco) anos da sua lavratura.

Art. 112. A autuação que versar sobre fato pretérito basear-se-á no ato interventivo vigente à época do fato, mesmo que na data da lavratura esteja revogado.

Art. 113. Quando o Auto de Infração ou o Auto de Constatação se fundamentar em documentos, estes deverão ser anexados àquele, por cópia.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de tal fato ocorrer, o autuante deverá:

a) mencionar no Auto a causa impeditiva da juntada e descrever minuciosamente o documento;

b) notificar o autuado para apresentar cópia do documento respectivo.

Art. 114. Todos os atos decorrentes da ação fiscalizadora serão lavrados ou expedidos no estabelecimento fiscalizado, exceto quando:

I - Não houver segurança para a Fiscalização exercer sua missão;

II - da lavratura do Auto de Constatação, no caso do inciso II do artigo 27.

III - da lavratura do Auto de Apreensão, a mercadoria se encontrar em local diverso daquele em que foi produzida, embalada ou comercializada;

IV - da lavratura do Auto de Infração, nos casos previstos no artigo 49;

V - da lavratura de Auto ou da expedição de Notificação para o comerciante ambulante, que ocorrerá onde este se encontrar.

§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, a Fiscalização iniciará ou concluirá sua missão em local que julgar seguro, previamente comunicando ao responsável pelo estabelecimento, podendo solicitar auxílio à autoridade policial, caso julgar necessário.

§ 2º O Fiscal deverá lavrar Auto de Constatação contra outras empresas infratoras que não a titular do estabelecimento fiscalizado,

para posterior lavratura de Auto de Infração, desde que apure ou comprove infrações cometidas por aquelas.

§ 3º Tratando-se de comerciante ambulante, o Fiscal mencionará, no ato decorrente da ação fiscalizadora, a residência e os elementos do documento de identidade do fiscalizado.

Art. 115 Após a entrega da primeira via do Auto de Infração pelo Fiscal autuante à seção responsável pela protocolização do mesmo, esta deverá encaminhar o processo formado, juntamente com a primeira via do auto lavrado, à Fiscalização para proceder a revisão do instrumento lavrado em formulário próprio, e de imediato:

I - Determinar a juntada dos documentos que não tenham sido anexados;

II - Sugerir ao Coordenador do PROCON, quando for o caso, a retificação do auto, que não poderá alterar a descrição do fato caracterizador da infração ou suprir a falta de assinatura do autuante, do autuado ou da declaração da recusa deste em assinar o documento.

§ 1º A Fiscalização, no caso de retificação, comunicará imediatamente o fato a empresa autuada e lhe reabrirá o prazo de dez dias para, querendo, apresentar defesa, a partir do dia do recebimento da retificação.

§ 2º O Auto de Infração com vício que não possa ser retificado será protocolizado e o Coordenador do PROCON após o decurso do prazo para apresentação da defesa, declarará, de plano, a nulidade e extinção do processo.

Art. 116. Na inviabilidade da entrega da segunda via do Auto de Infração ou de instrumento preliminar ao responsável pelo estabelecimento fiscalizado, a remessa será feita à empresa por via postal com aviso de recebimento - AR e, na impossibilidade desta, a ciência será dada por edital.

Parágrafo Único - O edital será afixado nas dependências do PROCON, em lugar público, pelo prazo de dez dias, ou divulgado, pelo menos uma vez, na imprensa oficial ou em jornal de circulação local, contendo o inteiro teor do auto de infração ou do instrumento preliminar, para apresentação da defesa ou cumprimento da exigência.

Art. 117. O Coordenador do PROCON autoridade competente, por despacho fundamentado, poderá declarar suspeição ou impedimento para eximir-se de proferir decisão em processo originário de Auto de Infração.

§ 1º Na hipótese deste artigo, a autoridade referida no "caput" deverá remeter o processo a assessoria jurídica que proferirá a decisão.

§ 2º Se igualmente suspeito ou impedido a assessoria jurídica ou autoridade competente designará, no processo, o prolator da decisão.

Art. 118. Os prazos previstos neste Regimento sempre computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, serão contínuos, não se interromperão em sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativos, não começarão nem terminarão nestes dias, e, nesta última hipótese, serão prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 119. São fatais os prazos constantes nesta Portaria, salvo exceção prevista..

§ 1º Transcorridos os prazos aludidos neste artigo sem que tenha sido cumprido suas determinações, certificar-se-á o

desatendimento em 24 horas, dando-se prosseguimento.

§ 2º O órgão processante deverá deixar de juntar ao processo qualquer petição, guia ou documento apresentado fora de prazo mencionados nos artigos anteriores, devendo os mesmos serem arquivados.

§ 3º A restauração dos processos originários de Auto de Infração será iniciada com as respectivas terceiras vias arquivadas no órgão processante.

TÍTULO V DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 120. Todos os Formulários de Fiscalização previsto neste Decreto serão aprovados pelo Coordenador do PROCON e encaminhados ao Órgão responsável pela formatação, regulamentação e impressão.

Art. 121. Este Decreto aplica-se a todos os processos administrativos não transitados em julgado na instância administrativa, na data em que entrar em vigor.

Art. 122. Com base na Lei nº 8.078/90, o PROCON, poderá expedir atos administrativos, visando à fiel observância das normas de proteção e defesa do consumidor.

Art. 123. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, aplicando-se subsidiariamente os preceitos da Lei nº 8.078/90, do Decreto nº 2.181/1997, o Código de Processo Civil e a Lei nº 9.099/95.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 23 DE JULHO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0233/2013

DECRETO Nº 0233, DE 23 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO PROCON, DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DA FISCALIZAÇÃO, DAS PRÁTICAS INFRATIVAS E DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS RELATIVAS À LEI Nº 8078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, DECRETO Nº 2181, DE 20 DE MARÇO DE 1997 E LEI MUNICIPAL N.º 2185 DE 03 DE JULHO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, IVO BIAZZOLO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 6º da Lei n.º 1100, de 22 de dezembro de 1994 e artigo 10 do Decreto n.º 2.181, de 20 de março de 1997;

DECRETA:
TÍTULO I
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º. A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, criado pela Lei Municipal nº 2.185 de 03 de Julho de 2013, fica organizado nos termos deste Decreto Executivo, competindo os seguintes objetivos permanentes:

I - assessorar o Prefeito Municipal na formulação da política do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;

II - planejar, elaborar, propor e executar a política do Sistema Municipal de Defesa dos direitos e interesses dos consumidores;
III - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas e pessoas jurídicas de direito público ou privado;
IV - orientar permanentemente os consumidores sobre seus direitos e garantias;
V - fiscalizar as denúncias efetuadas, encaminhando as situações não resolvidas administrativamente à assistência judiciária e/ou ao Ministério Público;
VI - incentivar e apoiar a criação e organização de órgãos e associações comunitárias de defesa do consumidor e apoiar as já existentes;
VII - organizar palestras, campanhas, feiras, debates e outras atividades correlativas;
VIII - atuar junto ao sistema municipal formal de ensino, visando incluir o tema educação para o consumo no currículo das disciplinas já existentes, de forma a possibilitar a informação e formação de uma nova mentalidade nas relações de consumo;
IX - colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos;
X - manter cadastro atualizado das reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, no mínimo, e registrando as soluções, remetendo cópia ao PROCON Estadual e ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC);
XI - expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores, conforme art. 55, § 4º, da Lei 8.078/90;
XII - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor;
XIII - funcionar, no que se refere ao processamento administrativo, como instância de julgamento;
XIV - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos.
XV - desenvolver atividades preventivas em favor do consumidor turista; e
XVI - encaminhar ao Ministério Público a notícia a fatos relativos em tese a crimes contra as relações de consumo e as violações a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º. O PROCON Municipal tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenadoria Executiva;
II - Serviço de Atendimento ao Consumidor;
III - Serviço de Fiscalização;
IV - Serviço de Assessoria Jurídica;
V - Serviço de Apoio Administrativo;
VI - Serviço de Educação ao Consumidor.

Art. 3º. A Divisão Executiva do PROCON será dirigida por Coordenador nomeado pelo Prefeito Municipal.

SEÇÃO I DAS COMPETÊNCIAS DO COORDENADOR

Art. 4º. Compete ao Coordenador do PROCON:

I - assessorar o Prefeito Municipal na formulação da política do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;
II - propor, planejar, elaborar e coordenar a política do sistema municipal de defesa dos direitos e interesses dos consumidores com anuência do Secretário Municipal;

III - acompanhar a execução e o desempenho das atividades do PROCON, contando com o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON para elaboração, revisão e atualização das normas referidas no § 1º do Art. 55 da Lei nº 8.078/90 e para gerir o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos;

IV - questionar junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais, bem como junto ao PROCON Estadual e outros órgãos de Defesa do Consumidor, visando estabelecer mecanismos de cooperação e/ou atuação em conjunto;

V - Providenciar para que as reclamações e/ou pedidos dirigidos ao PROCON Municipal tenham pronta e eficaz solução;

VI - firmar convênios ou acordos de cooperação com anuência do Secretário Municipal;

VII - estimular, incentivar e orientar a criação e organização de associações e entidades de defesa do consumidor no Município e apoiar as existentes

VIII - encaminhar as reclamações não resolvidas administrativamente pelo PROCON Municipal à Assistência Judiciária ou ao Ministério Público;

IX - apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório mensal e anual das atividades desenvolvidas pelo PROCON Municipal;

X - zelar para que seja sempre mantida compatibilizações entre as atividades e funções do PROCON com as exigências legais de proteção ao consumidor;

XI - buscar intercâmbio jurídico com o PROCON Estadual e o Ministério da Justiça;

XII - atuar junto ao Sistema Municipal de Ensino, visando incluir o tema "Educação para o Consumo" nas disciplinas já existentes, possibilitando a informação e formação de uma nova mentalidade nas relações de consumo;

XIII - estudar permanentemente o fluxo das atividades do PROCON, propondo as devidas alterações em função de novas necessidades de atualização e aumento da eficiência dos serviços prestados;

XIV - julgar o procedimento administrativo fixando multa, observando os critérios pertinentes;

XV - proferir decisão em primeira instância de julgamento, sobre arquivamentos e processos administrativos de Reclamação Fundamentada Atendida, Reclamação Fundamentada Não Atendida e Reclamação Não Fundamentada.

XVI - prolatar decisão em primeira instância no processo originário do Auto de Infração;

XVII - conferir procuração para as medidas judiciais;

XVIII - requerer a instauração de inquéritos policiais;

XIX - aprovar o Cadastro de Defesa do Consumidor e autorizar a publicação das reclamações fundamentas atendidas e não atendidas;

XX - baixar atos e normas administrativas visando, o bom andamento do PROCON Municipal, bem como aquelas necessárias à defesa do consumidor;

XXI - instaurar procedimentos administrativos de ofício;

XXII- divulgar, por todos os meios possíveis, a relação dos menores

preços praticados no mercado em relação aos produtos básicos;

XXIII - administrar o sistema SINDEC;

XXIV - elaborar minutas, contratos, convênios e demais documentos de interesse do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor;

XXV - Promover reuniões de conciliação entre consumidor e fornecedor ou delegar o encargo ao Serviço de Atendimento ao Consumidor, Serviço de Fiscalização, Serviço de Apoio Administrativo;

XXVI - Emitir certidões negativas;

XXVII- promover junto a Polícia Judiciária, a instauração de inquérito policial para apreciação de delito contra os consumidores nos termos da Lei, ou delegar o encargo ao Serviço de Atendimento ao Consumidor, Serviço de Fiscalização, Serviço de Apoio Administrativo;

XXVIII - dirigir e representar o PROCON Municipal;

XXIX - Presidir o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON;

XXXII - Desempenhar atividades correlatas.

SEÇÃO II DA FISCALIZAÇÃO

Art. 5º. A Fiscalização, vinculada à Coordenadoria do PROCON compete especificamente, cujas competências são:

I - fiscalizar as relações de consumo;

II - determinar conjuntamente com o Coordenador as diligências especiais no atendimento de reclamações formuladas pelos consumidores, notadamente aquelas que necessitam de verificação "in loco" para a comprovação da possível prática infrativa;

III - fiscalizar, de forma preventiva dos direitos do consumidor, em todas suas etapas, incluindo a lavratura de autos relacionados ao ato praticado, conforme Decreto nº 2.181/97;

IV - a fiscalização da publicidade dos produtos e serviços, coibindo aquelas consideradas enganosas e abusivas;

V - a comunicação às autoridades competentes das infrações as relações de consumo;

VI - expedir notificação;

VII - participar de "blitz";

VIII - os fiscais devem proceder com decoro no exercício da função, visando preservar a imagem do PROCON;

IX - receber amostra de produtos apreendidos ou recolhidos por suspeita de estarem em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos competentes;

X - encaminhar amostras para análises e parecer de órgãos competentes;

XI - receber resultados e pareceres das análises, instruir os processos e devolvê-los ao setor interessado;

XII - orientar e realizar coletas de amostra de produtos suspeitos, conforme as normas da fiscalizatórias;

XII - vistoriar a realização do serviço, objeto da reclamação,

emitindo parecer e visando instruir o processo em tramitação;

XIII - exercer qualquer outra atividade fiscalizatória prevista em leis e regulamentos pertinentes.

§ 1º A fiscalização será efetuada por agentes fiscais devidamente credenciados mediante Cédula de Identificação Fiscal, oficialmente nomeado para o cargo de Fiscal do PROCON e vinculados ao respectivo órgão de proteção e defesa do consumidor;

§ 2º Os agentes responderão pelos atos que praticarem quando investidos da ação fiscalizadora.

SEÇÃO III DA DEFESA DO CIDADÃO

Art. 6º. As atividades relativas a Defesa do Cidadão do PROCON, será desenvolvida por Bacharel em Direito ou Estagiário de curso de Direito devidamente matriculado, vinculado e sob a supervisão da Coordenação do PROCON compete, especificamente:

I - prestar assistência jurídica ao Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, velando pela compatibilidade entre a legislação em vigor e as atividades desenvolvidas pelo PROCON Municipal;

II - emitir pareceres/relatórios nos processos administrativos, observando as regras fixadas no Decreto nº 2.181;

III - Instaurar procedimento administrativo em face de qualquer notícia de lesão ou ameaça de lesão a direito do consumidor;

IV - prestar assistência jurídica ao PROCON Municipal, emitindo pareceres conclusivos, no processo administrativo, como instância de julgamento, observadas as regras fixadas pelo Decreto nº 2.181/97;

V - analisar processo de Auto de Infração da fiscalização do PROCON;

VI - instruir de forma técnica e legal todos os atos do PROCON;

VII - analisar fatos e fundamentos e elementos documentais do procedimento administrativo;

VIII - expedir notificação ao fornecedor e consumidor ou delegar o encargo ao Serviço de Atendimento ao Consumidor, ou ao Serviço de Fiscalização, ou ao Serviço de Apoio Administrativo;

IX - tomar a termo acordo entre consumidor e fornecedor em audiência conciliatória ou delegar o encargo ao Serviço de Atendimento ao Consumidor ou ao Serviço de Apoio Administrativo;

X - acompanhar as reclamações enviadas à Assistência Judiciária;

XI - presidir a realização de audiências de conciliação segundo o rito previsto neste Decreto, procedendo-se aos registros, celebrando-se termo de acordo e demais encaminhamentos que o momento processual demandar;

XII - adotar as providências necessárias junto ao órgão para inscrição na Dívida Ativa de débitos não pagos

XIII - desempenhar outras atividades relacionadas com a Gerência de Defesa do Cidadão.

SEÇÃO IV DO ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR

Art. 7º. Ao Atendimento do Consumidor, compete:

I - recepcionar e orientar o consumidor;

II - registrar as denúncias no SINDEC e tomar as medidas para solucioná-las;

III - encaminhar as reclamações para o Coordenador para providenciar audiência conciliatória;

IV - encaminhar para o Setor de Fiscalização os casos que exigem diligências ou ao órgão Judiciário os casos que assim exigirem;

V - remeter os assuntos pendentes de solução aos órgãos competentes, dentro de suas respectivas áreas de atuação e jurisdição. Para subseqüentes providências e medidas pertinentes;

VI - expedir ofícios aos reclamantes e reclamados relativo às reclamações;

VII - comunicar solução da denúncia ao consumidor e determinar arquivamento do processo, com vistas ao Diretor;.

VIII - Emitir certidões negativas;

IX - entregar material informativo ao consumidor;

X - expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelo consumidor ao PROCON (Art. 55, § 4º da Lei nº 8.078/90);

XI - elaborar e/ou distribuir material formativo e informativo sobre os direitos e deveres do consumidor;

XII - efetuar estatísticas mensais de atendimento, bem como o relatório circunstanciado, onde constem denúncias, encaminhamentos e soluções ou pendências;

XIII - outras atividades determinadas pela Diretoria ou correlatas.

SEÇÃO V DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO AO CONSUMIDOR

Art. 8º. Ao servidor designado para desenvolver as atividades relativas ao Serviço de Educação ao Consumidor compete:

I - criar e desenvolver programas de educação e informação com a finalidade de beneficiar os consumidores de bens e serviços;

II - promover eventos (feiras, seminários, debates, dentre outros);

III - elaborar cartilhas, folhetos, cartazes e outros, objetivando informar aos consumidores sobre seus direitos e deveres, bem como orientá-los sobre a importância da pesquisa de preços e o que devem observar na compra de bens, na utilização de serviços, dentre outros;

IV - organizar palestras de educação e orientação ao consumidor nas escolas, centros comunitários, associações, dentre outros;

V - incentivar a criação e o desenvolvimento de associação de Proteção de Defesa do Consumidor;

VI - promover programas de orientações aos empresários quanto aos seus direitos e obrigações.

SEÇÃO VI DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 9º. Ao servidor designado para desenvolver as atividades relativas ao Serviço de Apoio Administrativo do PROCON compete:

I - Executar serviços de datilografia, reprografia e digitação.

II - Protocolizar, expedir e arquivar documentos;

III - Processar as reclamações;

IV - Controlar a tramitação do processo;

V - Guardar e arquivar os atendimentos e processos executados;

VI - Secretariar a Coordenação do PROCON e do CONDECON e demais atividades que lhe forem atribuídas.

VII - Conciliador, auxiliar da Gerência de Defesa do Cidadão na audiência de conciliação;

VIII - atividades correlatas.

TÍTULO II DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. O PROCON Municipal, órgão de proteção e defesa dos direitos do consumidor, responsável pela abertura de processo, conciliação, instrução, julgamento e recurso, das causas de sua competência.

Art. 11. O processo orientar-se-á pelos critérios da celeridade, economia processual, buscando sempre que possível a conciliação em prol do consumidor.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 12. O PROCON Municipal de Fraiburgo tem competência para conciliar, processar e julgar as relações de consumo, quando o consumidor residir em Fraiburgo ou quando efetivar a compra na cidade de Fraiburgo.

CAPÍTULO III DA CONSULTA

Art. 13. A consulta do consumidor realizar-se-á através de registro no SINDEC no órgão de atendimento da seguinte forma:

I - o atendente entrará em contato com o fornecedor, momento em que relatará sucintamente os fatos com o objetivo de atender a pretensão do consumidor;

Parágrafo Único - Caso não seja efetivada a conciliação instaurar-se-á processo administrativo preliminar.

Art. 14. Considera-se consulta simples, o registro de pedido que objetive uma informação ou orientação a respeito de assuntos de interesse do consumidor:

§ 1º O atendimento prestado no caso do caput deste artigo constará do banco de dados;

§ 2º Mediante análise técnica, e a seu critério, os casos apresentados a título de consulta poderão ser convertidos em reclamações, de ofício, ou a pedido do consumidor, ou, ainda, conduzir à emissão de Carta de Informações Preliminares - CIP, posteriormente à orientação a ele fornecida.

CAPÍTULO IV DA CARTA DE INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Art. 15. A Carta de Informação Preliminar (CIP), deverá conter de forma simples:

I - o nome, a qualificação e o endereço das partes;

II - os fatos e fundamentos, de forma sucinta;

III - o objeto e a devida restituição.

Art. 16. O fornecedor poderá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da Carta de Informação Preliminar (CIP), oferecer sua resposta:

I - prestar as informações demandadas e acolher na integra o pedido do consumidor;

II - prestar as informações demandadas e apresentar proposta diversa de acordo;

III - negar atendimento à pretensão do consumidor, apresentando sucintamente os motivos pelos quais não perfectibilizou o acordo, e, por conseguinte da oportunidade de instauração do procedimento administrativo, momento em que apresentará os fundamentos de fato e de direito.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos I e II, caberá ao fornecedor fazer prova, do efetivo atendimento ao pedido do consumidor ou, ainda, do aceite deste à proposta alternativa por ele formulada, sem o que, proceder-se-á à análise do caso na forma do parágrafo seguinte.

§ 2º Na hipótese do inciso III, será dado um dos seguintes encaminhamentos:

I - abertura de reclamação, em sede administrativa;

II - orientação aos consumidores a ingressarem no judiciário para o resguardo de seus direitos.

§ 3º Quanto às hipóteses dos incisos I e II, a Carta de Informação Preliminar (CIP), será arquivada após a demonstração do acordo cumprido, pelo período de 05 (cinco) anos a contar da data do seu arquivamento.

CAPÍTULO V DA RECLAMAÇÃO

Art. 17. Considera-se reclamação o registro que, apresenta notícia de lesão ou ameaça a direito do consumidor, nas relações de consumo.

Art. 18. A reclamação de consumo poderá ser instaurada:

I - pela Gerência de Atendimento no caso de ausência de proposta de acordo na Carta de Informação Preliminar;

II - de ofício, por iniciativa da própria autoridade competente;

III - pelo consumidor, oralmente, reduzida a termo, ficando seu processamento sujeito à apresentação, pelo consumidor, dos documentos apontados como necessários pela equipe técnica de atendimento, sob pena de arquivamento do pedido.

Parágrafo Único - O PROCON, poderá, a seu critério, operacionalizar outros meios de abertura de reclamações, tais como e-mail, acesso via Internet mediante senha personalizada por fornecedor, ou outras modalidades de comunicação que venham a ser criadas ou implementadas para tal fim.

Art. 19. As consultas e reclamações de consumo deverão conter:

I - identificação completa do consumidor;

II - identificação do fornecedor;

III - a descrição do fato ou ato constitutivo da infração;

IV - dispositivos legais infringidos;

V - assinatura da autoridade competente.

§ 1º Nos casos em que se fizer necessária a entrega de documentos pelo consumidor, visando à instauração de procedimento próprio, sendo vedado o recebimento de originais, salvo expressa autorização da supervisão de atendimento.

§ 2º Eventuais desentranhamentos de documentos originais deverão ser solicitados pelo interessado, devendo ser substituído por cópias.

§ 3º Nos casos de entrega de produtos que subsidiem as reclamações, deverá ser observada orientações específica no caso dessa natureza.

§ 4º O consumidor poderá ser representado por procurador, mediante competente instrumento de mandato, que deverá ser apresentado no ato da formulação da consulta ou reclamação.

Art. 20. A Gerência de Defesa do Cidadão, nos casos de conduta reiterada de fornecedor em recusar conciliação ou atendimento às demandas dos consumidores, entre outros, para resguardo dos direitos e interesses dos consumidores, determinar o encaminhamento ao departamento de fiscalização a fim de instaurar auto de infração e a devida fixação da multa.

CAPÍTULO VI DA RECLAMAÇÃO COLETIVA

Art. 21. Sendo constatada a repetição de demandas individuais análogas, ainda que em seu estágio preliminar (emissão de CIP), que versem sobre um mesmo objeto, relativamente a um mesmo fornecedor, indicando a possibilidade de existência de dano coletivo, determinando a reunião dos feitos individuais em uma única Reclamação Coletiva, que terá no pólo ativo o PROCON, da qual o fornecedor demandado será Notificado.

§ 1º Em tais casos, os consumidores cujas demandas individuais tenham sido reunidas, bem como os demais que venham a apresentar demandas análogas, posteriormente, e enquanto estiver em trâmite a Reclamação Coletiva, passarão a figurar nela como beneficiários, apensando-se suas demandas individuais aos autos da Reclamação Coletiva, para que seus casos possam ser individualmente avaliados e respondidos pelo fornecedor demandado.

§ 2º Cada uma das demandas individuais reunidas, para fins de composição do banco de dados do PROCON, bem como do Cadastro de Reclamações Fundamentadas de que trata o art. 44, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, terá mantido seu caráter individual.

§ 3º Uma vez adotado tal procedimento, o Diretor Geral poderá determinar, a suspensão da emissão de Cartas de Informações Preliminares, bem como da abertura de novas reclamações individuais passíveis de inserção na Reclamação Coletiva.

§ 4º Na Reclamação Coletiva, o fornecedor será instado a manifestar-se conclusivamente:

I - com relação a cada uma das demandas individuais nela reunidas, no sentido de dar-lhes atendimento, ou não;

II - de forma coletiva, quanto à conduta objeto da Reclamação.

CAPÍTULO VII DA NOTIFICAÇÃO

Art. 22. A notificação expedida ao fornecedor, acompanhada de cópia da Reclamação, far-se-á:

I - por correspondência, com aviso de recebimento;

II - pessoalmente, pelo fiscal, quando frustrada pelo correio;

III - por edital, quando não localizado pelo fiscal.

Parágrafo Único - Quando o fornecedor, não puder ser notificado, por via postal ou pessoalmente, será feita a notificação por edital, a ser afixado nas dependências do órgão respectivo, em lugar público, pelo prazo de 10 dias, ou divulgado, pelo menos uma vez, na imprensa oficial ou em jornal de circulação local.

Art. 23. A notificação conterà cópia da Reclamação, dia e hora para comparecimento a audiência de conciliação.

Parágrafo Único - O fornecedor deve apresentar resposta escrita, acompanhada de documentos na própria audiência de conciliação, sob a advertência de que, não comparecendo este, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, e será proferido julgamento de plano, sujeitando-o às sanções cabíveis, por desobediência, a teor do § 4º, do art. 55, da Lei nº 8.078/90..

Art. 24. A audiência de conciliação será desnecessária quando o fornecedor reiteradamente comparece à audiência sem apresentar propostas, com o intuito de apenas procrastinar o feito.

CAPÍTULO VIII DAS INTIMAÇÕES

Art. 25. As intimações serão feitas na forma prevista para notificação, ou por qualquer outro meio idôneo de comunicação, como pela forma eletrônica.

§ 1º Dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes;

§ 2º As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação.

Art. 26. As intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais ou a seus advogados.

CAPÍTULO IX DOS PRAZOS

Art. 27. Os atos processuais realizar-se-ão no prazo prescritos por este Decreto, quando está for omissa, determinar-se-á os prazos, tendo em conta a complexidade da causa.

Art. 28. Não havendo determinação quanto a determinado ato, nem assinatura, o prazo será de 05 (cinco) dias para a prática do ato processual a cargo da parte.

Art. 29. Os prazos começam a correr da data do recebimento das notificações, quanto às intimações a partir da ciência no órgão oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se do vencimento.

CAPÍTULO X DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Art. 30. Aberta à conciliação, o conciliador esclarecerá ao

fornecedor as vantagens da conciliação.

§ 1º As partes comparecerão pessoalmente à audiência, podendo fazer-se representar por preposto com poderes para transigir;

§ 2º Não obtendo a conciliação, oferecerá o fornecedor à resposta, na própria audiência, resposta por escrito, acompanhada de documentos.

Art. 31. Encerrada a audiência de conciliação, quando houver, será reduzida a termo:

I - Termo de Encerramento, quando as partes, sem justificativa, não comparecerem, dando vez ao encerramento da reclamação.

II - Termo de Comparecimento, quando estiver ausente apenas uma das partes, ou quando, ambas presentes, não houver acordo.

III - Termo de Acordo, com natureza de título executivo extrajudicial, passível de homologação pelo Poder Judiciário, quando ocorrer composição entre as partes.

Parágrafo Único - Havendo indícios de infração às normas de defesa do consumidor, a reclamação poderá ser apreciada não apenas pela Gerência de Defesa do Cidadão, mas também pela Gerência de Fiscalização, que poderá, inclusive, fazer-se representar na audiência, para que, em sendo o caso, tome desde logo as medidas cabíveis a cada caso.

CAPÍTULO XI DA REVELIA

Art. 32. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na Reclamação, salvo se o contrário resultar da convicção deste órgão.

CAPÍTULO XII NÃO COMPARECIMENTO DO CONSUMIDOR

Art. 33 O não comparecimento do consumidor à audiência conciliatória para a qual tenha sido previamente notificado acarretará o arquivamento no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Caso o consumidor informe que formalizou acordo prévio, a audiência será cancelada, ou se o consumidor justificar a sua ausência, tal audiência poderá ser redesignada.

CAPÍTULO XIII DAS PROVAS

Art. 34. Decorrido o prazo da impugnação, o órgão julgados determinará as diligências cabíveis, podendo dispensar as meramente protelatórias ou irrelevantes, sendo-lhe facultado requisitar as necessárias informações, esclarecimento ou documentos, a serem apresentados no prazo estabelecido.

CAPÍTULO XIV DECISÃO ADMINISTRATIVA

Art. 35. A decisão administrativa conterà relatório dos fatos, o respectivo enquadramento legal e, à seguinte classificação:

I - Reclamação Fundamentada Atendida;

II - Reclamação Fundamentação Não Atendida

III - Reclamação Encerrada;

IV - Reclamação Não Fundamentada;

V - Consulta Fornecida.

§ 1º A decisão administrativa que classificar a reclamação como fundamentada, atendida ou não, será inserida no cadastro de publicação contra fornecedores de produtos e serviços a teor do art. 44, da Lei. Nº 8.078/90.

§ 2º No caso de dois ou mais pedidos cumulativos, ou, na hipótese de caracterização de responsabilidade de mais de um fornecedor pelos eventos de que trate o caso, um mesmo procedimento poderá reunir todas as partes envolvidas, gerando, por conseguinte, mais de um registro no cadastro de que trata o art. 44, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 36 Será encerrado o procedimento administrativo quando se verificar:

I - a desistência do consumidor;

II - quando o consumidor não promover os atos e diligências que lhe competir abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias;

II - o não comparecimento do consumidor à audiência conciliatória para a qual tenha sido previamente notificado, desde que não haja notícia nos autos de que essa ausência seja decorrente de composição prévia entre as partes, em contato direto, sem intermediação do PROCON;

III - ausência de elementos formais que autorizem sua continuidade;

IV - incorreção nos dados de abertura do procedimento;

V - abertura de casos em duplicidade;

VI - registro de caso cuja natureza não permita acolhimento do pedido pelo órgão, segundo orientação da Gerência de Defesa do Cidadão.

CAPÍTULO XV DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Art. 37. O Chefe do Poder Executivo proferirá decisão final, determinando, nos casos em que se esteja diante de reclamações fundamentadas, atendidas ou não, sua devida inscrição no cadastro de que trata o art. 44, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 1º É de 10 (dez) dias o prazo aberto às partes para interposição de recurso, sem efeito suspensivo, contados da data da intimação da decisão.

§ 2º O recurso de que trata o parágrafo anterior, deverá ser endereçado ao Chefe do Poder Executivo.

§ 3º A contar da data da intimação da decisão proferida quanto ao recurso, será concedido às partes o prazo de 10 (dez) dias para vistas dos autos e, findo esse prazo, estes serão arquivados.

§ 4º Uma vez encerrado e arquivado o feito, no âmbito do PROCON, eventual pedido de desarquivamento dos autos estará sujeito à cobrança de emolumentos.

Art. 38. Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo.

CAPÍTULO XVI DO ARQUIVO DE CONSUMO

Art. 39. Considera-se Arquivo de Consumo o conjunto das consultas, reclamações e denúncias registradas pelo PROCON.

§ 1º O acesso ao arquivo de que trata o caput deste artigo será franqueado ao público em geral, e poderá ser operacionalizado por formas diversas, tais como consultas telefônicas, por e-mail, fac-símile ou por quaisquer outros meios pertinentes, a critério do PROCON.

§ 2º As informações a serem prestadas, na forma do parágrafo anterior, versarão sobre apontamentos e registros objetivos do Arquivo de Consumo, sem a realização de qualquer juízo de valor sobre as práticas ou condutas comerciais dos fornecedores nele catalogados.

§ 3º O Arquivo de Consumo não se confunde com o Cadastro de Reclamações Fundamentadas, previsto pelo art. 44, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, ainda que este último integre os registros do primeiro.

Art. 40. Os consumidores, fornecedores e legítimos interessados, poderão requerer, mediante solicitação por escrito, cópias das consultas e reclamações nas quais forem parte ou sobre as quais demonstrarem legítimo interesse, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º A apreciação quanto à eficácia da demonstração de legítimo interesse no caso, por terceiro, caberá ao PROCON.

§ 2º A extração e o fornecimento de cópias estarão sujeitos à cobrança de emolumentos..

§ 3º Em se tratando de pedido de cópias visando à interposição ou à instrução de ação judicial que tenha por objeto o mesmo caso tratado em reclamação em curso perante o PROCON, poderá o Coordenador determinar o seu encerramento, no âmbito administrativo, sem prejuízo de sua apreciação pela Fiscalização.

Art. 41. O pedido de vistas dos autos, nos termos da legislação vigente, somente será deferido se em termos o procedimento, ou posteriormente à conclusão da reclamação, resguardando-se, assim, o interesse do consumidor, bem como a celeridade do procedimento.

TÍTULO III DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO - I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 42. Este Decreto de Procedimentos Administrativo de Fiscalização rege o processo administrativo das infrações a Lei nº 8.078/90, e alterações posteriores, portarias e outros atos baixados pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, - SDE, por meio do seu Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor DPDC, da Legislação Municipal e outras legislações correlatas na defesa do consumidor ou de outros atos expedidos por autoridade que a lei determinar tal competência.

Art. 43. Os dispositivos neste Decreto são aplicáveis no que couber na obtenção de informações sobre produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

§ 1º O PROCON fiscalizará e controlará a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias.

§ 2º A fiscalização e controle do mercado de consumo, será efetivado com o auxílio do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor para elaboração, revisão e atualização das normas referidas no § 1º, sendo obrigatória a participação dos consumidores e fornecedores.

Art. 44 No âmbito de sua jurisdição e competência caberá ao órgão municipal de proteção e defesa do consumidor, criado na forma da Lei nº 2185 de 03 de julho de 2013, exercer as atividades de:

I - receber, analisar, avaliar e apurar consultas e denúncias apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado ou por consumidores individuais;

II - prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias;

III - informar, conscientizar e motivar o consumidor, por intermédio dos diferentes meios de comunicação;

IV - solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito para apuração de delito contra o consumidor, nos termos da legislação vigente;

V - representar ao Ministério Público competente, para fins de adoção de medidas processuais, penais e civis, no âmbito de suas atribuições;

VI - levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violem os interesses difusos, coletivos ou individuais dos consumidores;

VII - solicitar o auxílio de órgãos e entidades da União, dos Estados, a fim de auxiliar na fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de produtos e serviços;

VIII - incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a criação de órgãos públicos estaduais e municipais de defesa do consumidor e a formação, pelos cidadãos, de entidade com esse mesmo objetivo;

IX - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 1990, e em outras normas pertinentes à defesa do consumidor;

X - solicitar o auxílio de órgãos e entidades de notória especialização técnico-científica para consecução de seus objetivos;

XI - provocar a Secretaria de Direito Econômico para celebrar convênios e termos de ajustamento de conduta, na forma do § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

XII - funcionar, no processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência, dentro das regras fixadas pela Lei nº 8.078, de 1990, pelo Decreto nº 2.181, de 1997, pela Lei nº 2185 de 03 de julho de 2013 e por este Decreto.

CAPÍTULO II DA JURISDIÇÃO

Art. 45. A jurisdição administrativa inerente às matérias de que trata este Decreto é exercida pelo Coordenador em todo o território do Município de Fraiburgo/SC.

TÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO, DAS PRÁTICAS INFRATIVAS, DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS E DA DESTINAÇÃO DA MULTA E ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

CAPÍTULO I DA FISCALIZAÇÃO

Art. 46. O PROCON, órgão da administração pública Municipal de Fraiburgo, destinado à defesa dos interesses e direitos do

consumidor, tem, no âmbito de suas respectivas competências, atribuição para fiscalizar as relações de consumo, apurar, autuar e punir os responsáveis por práticas que violem os direitos do consumidor.

Art. 47. A fiscalização das relações de consumo de que tratam a Lei nº 8.078, de 1990, o Decreto nº 2.181, de 1997, a Lei nº 2185 de 03 de julho de 2013, a Portaria nº 01/SMDC/2009, e as demais normas de defesa do consumidor será exercida em todo o território do município de Fraiburgo/SC.

Art. 48. A fiscalização de que trata este Decreto será efetuada por agentes fiscais, oficialmente designados pelo Chefe do Poder Executivo, vinculado ao PROCON Municipal de Fraiburgo/SC, no âmbito Municipal, devidamente credenciado, mediante Cédula de identificação Fiscal, admitida a delegação mediante convênio.

§ 1º Agente fiscal é o servidor público municipal estável, lotado no quadrona Secretaria Municipal de Segurança e Defesa do Cidadão.

§ 2º Designado mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, devendo esta ser publicada em Diário Oficial.

Art. 49. Compete ao Serviço de Fiscalização:

I - fiscalizar as Relações de Consumo;

II - efetuar diligências especiais no atendimento de reclamações formuladas pelos consumidores, notadamente aquelas que necessitam de verificação "in loco" para a comprovação da possível prática infrativa;

III - fiscalizar, de forma preventiva, a veiculação da publicidade enganosa ou abusiva;

Art. 50. A Cédula de identificação fiscal deverá conter as seguintes informações:

I - No anverso:

- a) número da credencial;
- b) foto 3X4;
- c) cargo de FISCAL;
- d) número do RG;
- e) nome do fiscal.

II - No verso:

- a) número da matrícula;
- b) número do CPF;
- c) assinatura do Fiscal;
- d) deve conter os seguintes dizeres: O portador está autorizado a praticar todos os atos de fiscalização decorrentes da aplicação do CDC - Lei nº 8.078/90, Decreto nº 2.181/97, devendo-lhes ser dado acesso aos locais onde exista relação de consumo, bem como as autoridades devem prestar-lhes toda cooperação no desempenho de sua função;
- e) assinatura do dirigente.

Art. 51. As credenciais e os instrumentos da atividade sancionatória são documentos públicos municipal, sendo obrigatório sua devolução ao Procon Municipal, nos casos de:

I - desligamento e afastamento do servidor credenciado;

II - anulação de credencial;

III - requerimento pelo Procon.

§ 1º Nas hipóteses do inciso I - III, o prazo para devolução é de 30 (trinta) dias, a partir da data do fato gerador.

§ 2º Considera-se infração disciplinar a recusa ou descumprimento dos prazos de entrega das credenciais.

Art. 52. A credencial de agente fiscal poderá ser anulada, independente da sua data de validade, nas seguintes hipóteses:

I - reprovação no curso de atualização;

II - após procedimento administrativo que constatar o uso indevido da credencial;

Parágrafo Único - A sanção prevista neste artigo será aplicada pelo Diretor do Procon, podendo ser aplicada por medida cautelar, antecedente ou incidente ao procedimento administrativo.

CAPÍTULO III DAS PRÁTICAS INFRATIVAS

Art. 53. São consideradas práticas infrativas as enumeradas no Decreto nº 2.181/97 e na Lei nº 8.048/90.

CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 54. São critérios de classificação de cada infração a infringência de qualquer artigo e seus incisos da Lei nº 8.078/90 e suas regulamentações posteriores, do Decreto nº 2.181/97, o momento da prática infrativa e a unidade ou a pluralidade de lesados, classificando-os em:

I - Leves: aquelas em que forem verificadas somente circunstâncias atenuantes:

II - Graves: aquelas em que forem verificadas somente circunstâncias agravantes.

Art. 55. A inobservância das normas contidas na Lei nº 8.78/90, e das demais normas de defesa do consumidor constituirá prática infrativa e sujeitará o fornecedor às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive de forma cautelar, antecedente ou incidente no processo administrativa, sem prejuízo das de natureza cível, penal e das definidas em normas específicas:

I - multa;

II - apreensão do produto;

III - inutilização do produto;

IV - cassação do registro do produto junto ao órgão competente;
V - proibição de fabricação do produto;

VI - suspensão do fornecimento de produtos ou serviços

VII - suspensão temporária da atividade

VIII - revogação da concessão ou permissão de uso;

IX - cassação da licença do estabelecimento ou de atividade;

X - interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade;

XI - intervenção administrativa;

XII - imposição de contrapropaganda.

Art. 56. Para os fins de aplicação da multa de que trata o artigo 57 da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990, e alterações posteriores,

levar-se-á em conta o porte da empresa e as circunstâncias em que a infração foi praticada.

Art. 57. Na imposição de sanções serão considerados a repercussão de ordem econômica e social da infração cometida, o valor da operação ilegal e o locupletamento ilícito ou outras vantagens obtidas pelo infrator, seu grau de instrução, experiência, antecedentes fiscais e comerciais e condição econômica.

§ 1º A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração nas relações de consumo, a vantagem auferida e a condição econômica do infrator, será aplicada mediante procedimento administrativo nos termos da Lei, remetendo para o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, gerido pelo respectivo Conselho Gestor.

§ 2º A multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (UFIR), ou índice equivalente que venha substituí-lo.

Art. 58. As penas de apreensão, de inutilização de produtos, de proibição de fabricação de produtos, de suspensão de fornecimento de produto ou serviço de cassação de registro do produto e revogação da concessão ou permissão de uso serão aplicadas pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou qualidade por inadequação ou insegurança do produto ou serviço.

Art. 59. As penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como, a de intervenção administrativa serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática de infrações de maior gravidade previstas neste Regimento e na legislação de defesa do consumidor.

§ 1º A pena de cassação da concessão será aplicada à concessionária de serviço público, quando violar obrigação legal ou contratual.

§ 2º A pena de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias de fato desaconselharem a cassação da licença, a interdição ou suspensão da atividade.

§ 3º Pendendo ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, não haverá reincidência até o trânsito em julgado da sentença.

Art. 60. A imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do art. 36 e seus parágrafos da Lei nº 8.078/90 e sempre as expensas do infrator.

Parágrafo Único - A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa e abusiva.

Art. 61. As penalidades previstas nos incisos III a XI do artigo 55 sujeitar-se-ão a posterior confirmação pelo órgão normativo ou regulador da atividade, nos limites de sua competência.

Art. 62. Responderão pelas infrações e penalidades previstas na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 e Decreto nº 2.181 de 20 de março de 1997, respectivamente e suas alterações posteriores, as empresas em geral, por atos praticados por seus administradores, empregados ou prepostos e ainda por pessoas físicas, quando for o caso.

Parágrafo Único - Para efeito deste Decreto, consideram-se:

I - Empresas em Geral: as sociedades comerciais, as sociedades civis, as firmas individuais registradas ou não, as cooperativas,

fundações e as sociedades de fato;

II - Estabelecimento: a sede industrial, comercial ou administrativa da empresa suas filiais, sucursais, depósitos ou similares;

III - Responsáveis pelo Estabelecimento: os diretores, administradores, gerentes ou quem, de direito ou de fato, pratique, em nome de outrem, ato de comércio;

IV - Pessoas físicas: aquelas não inscritas no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO V

DA DESTINAÇÃO DA MULTA E DA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 63. A multa de que trata o inciso I do art. 56 e caput do art. 57 da Lei nº 8.078/90, reverterá para o Fundo Municipal do PROCON de Fraiburgo.

Art. 64. As multas arrecadadas serão destinadas ao financiamento de projetos relacionados com os objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo, com a defesa dos direitos básicos do consumidor e com a modernização administrativa dos órgãos públicos de defesa do consumidor, após aprovação do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 65. As infrações a que se refere este Regimento serão apuradas, processadas e julgadas mediante processo administrativo que terá início mediante:

I - ato, por escrito, da autoridade competente;

II - lavratura de auto de infração;

III - Reclamação.

§ 1º Antecedendo à instauração do processo administrativo, poderá a autoridade competente abrir investigação preliminar, cabendo, para tanto, requisitar dos fornecedores informações sobre as questões investigadas, resguardando o segredo industrial, na forma do disposto no § 4º do art. 55 da Lei nº 8.078, de 1990.

§ 2º A recusa à prestação das informações ou o desrespeito às determinações e convocações do PROCON Municipal de Fraiburgo caracteriza desobediência, na forma do art. 330 do Código Penal ficando a autoridade administrativa com poderes para determinar a imediata cessação da prática, além da imposição das sanções administrativas e civis cabíveis.

SEÇÃO II

DA RECLAMAÇÃO

Art. 66. O consumidor poderá apresentar sua reclamação pessoalmente, ou por telegrama, carta, telex, fax-simile ou qualquer outro meio de comunicação, inclusive por meio eletrônico, ao órgão de proteção e defesa do consumidor.

Art. 67. A reclamação, lavrada em modelo próprio, protocolizada, terá obrigatoriamente todos seus campos preenchidos e deverá conter:

I - descrição clara e precisa dos fatos;

II - documentos apensados referente à reclamação;

III - fundamentação legal.

Parágrafo Único - A reclamação sempre que configurar prática infrativa procederá a autuação, ficando anexo ao Auto de Infração.

SEÇÃO III

DOS AUTOS DE INFRAÇÃO, DE APREENSÃO E DO TERMO DE DEPÓSITO

Art. 68. Os Autos de Infração, de Apreensão e o Termo de Depósito, deverão ser lavrados em modelo próprio, com numeração sequencial impressa, em 3 (três) vias, rubricado ou cancelado pelo Coordenador do PROCON Municipal de Fraiburgo, ou por servidor ao qual este delegar competência, preenchido de forma clara e precisa, sem entrelinhas, rasuras ou emendas, as ações e omissões caracterizadoras das infrações administrativas.

Art. 69. O auto de infração, deverá conter:

a) o local, a data e a hora da lavratura;

b) o nome, o endereço e a qualificação do autuado;

c) a descrição do fato ou do ato constitutivo da infração;

d) o dispositivo legal infringido;

e) a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 10 dias;

f) a identificação do agente autuante, sua assinatura, a indicação do seu cargo ou função e o número de sua matrícula;

g) a designação do órgão julgador e o respectivo endereço;

h) a assinatura do autuado.

Art. 70. O auto de apreensão e o termo de depósito deverão conter:

a) o local, a data e hora da lavratura;

b) o nome, o endereço e a qualificação do autuado;

c) a descrição e a quantidade dos produtos apreendidos;

d) as razões e os fundamentos da apreensão;

e) o local onde o produto ficará armazenado;

f) a quantidade de amostra colhida para análise;

g) a identificação do agente autuante, sua assinatura, a indicação do seu cargo ou função e o número de sua matrícula;

h) a assinatura do depositário.

Parágrafo Único - Os bens apreendidos, a critério da autoridade, poderão ficar sob a guarda do proprietário, responsável ou preposto ou empregado que responda pelo gerenciamento do negócio, nomeado fiel depositário, mediante termo próprio, proibida a venda, utilização, substituição, subtração ou remoção, total ou parcial, dos referidos bens.

Art. 71. Os Autos de Infração, de Apreensão e o Termo de Depósito serão lavrados pelo agente autuante que houver verificado a prática infrativa, preferencialmente no local onde foi comprovado a irregularidade.

§ 1º Quando necessário, para comprovação de infração, os Autos serão acompanhados de laudo pericial.

§ 2º Quando a verificação do defeito ou vício relativo à qualidade, oferta e apresentação de produtos não depender de perícia, o agente competente consignará o fato no respectivo Auto.

Art. 72. A assinatura nos Autos de Infração, de Apreensão e no Termo de Depósito, por parte do autuado, ao receber cópias dos mesmos, constitui notificação, sem implicar confissão.

Parágrafo Único - Em caso de recusa do autuado em assinar e/ou receber o Auto de Infração, de Apreensão e o Termo de Depósito lavrado, o Fiscal consignará o fato no próprio Auto e no Termo, remetendo-os ao autuado por via postal, com Aviso de Recebimento (AR) ou outro procedimento equivalente, tendo os mesmos efeitos do caput deste artigo.

Art. 73. O Auto de Apreensão objetiva o recolhimento de amostra destinada à análise do conteúdo de mercadoria cujo tipo, especificação, peso ou composição possam ter transgredido determinações legais ou não correspondam à respectiva classificação oficial ou real, bem como, a apreensão e retirada das mercadorias impróprias ao consumo.

§ 1º A quantidade suficiente da amostra da mercadoria apreendida e o invólucro em que ela será acondicionada obedecerão à legislação do órgão competente para a realização do exame pericial.

§ 2º Na falta de disposição constante da legislação do órgão pericial competente, a amostra da mercadoria será acondicionada em invólucro adequado, fechado de modo inviolável, do qual constarão as assinaturas do autuante e do responsável pelo estabelecimento.

§ 3º No caso de recusa do responsável pelo estabelecimento em assinar o invólucro, o autuante certificará o fato no próprio invólucro.

§ 4º Nos casos referentes a peso, não haverá apreensão quando a mercadoria for comercializada a granel, ou sem embalagem própria, pela empresa fiscalizadora, procedendo-se a verificação do peso na balança do próprio estabelecimento.

§ 5º No caso de apreensão de mercadorias impróprias para o consumo, estes ficarão à disposição dos órgãos competentes para análise e recolhimento, devendo ser acondicionadas e lacradas pelos fiscais de Relações de Consumo na presença dos responsáveis pelo estabelecimento ou pessoa por eles designados, o qual será nomeado fiel depositário.

Art. 74. O Coordenador do PROCON Municipal ou a fiscalização remeterá no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento, cópia da primeira via do Auto de Apreensão e a mercadoria apreendida ao órgão competente mais próximo, para proceder à perícia técnica, solicitando-lhe o laudo pericial.

§ 1º Se o laudo pericial, solicitado na forma do "caput" deste artigo, comprovar o cometimento da infração, o Fiscal autuará a empresa, juntando obrigatoriamente ao Auto de Infração a primeira via do Auto de Apreensão e o referido laudo.

§ 2º A terceira via do Auto de Apreensão, ficará arquivada na Fiscalização.

§ 3º No caso de apreensão de mercadorias impróprias para o consumo, o Fiscal de Relações de Consumo lavrará o Auto de Apreensão e autuará a empresa, juntando obrigatoriamente ao Auto de Infração a primeira via do Auto de Apreensão.

Art. 75. Caso haja necessidade de utilização de mais de um formulário de Auto de Infração, de Constatação e de Apreensão para a narração da ocorrência verificada, o Fiscal de Relações de Consumo deverá usar a Folha de Continuação, preenchida a máquina ou em tinta indelével em modelo próprio em 3 (três) vias, que além de ter obrigatoriamente os seus campos preenchidos, deverá conter o número do auto lavrado e será processado como um único instrumento, independentemente do número de formulários utilizados.

Art. 76. As autuações serão:

I - comuns, quando decorrerem de infrações constatadas no momento da fiscalização;

II - especiais, quando se fundamentarem em quaisquer dos instrumentos preliminares previstos neste regimento.

SEÇÃO IV DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR ATO DE AUTORIDADE COMPETENTE

Art. 77. O processo administrativo, poderá ser instaurado mediante reclamação do interessado ou por iniciativa da própria autoridade competente.

Parágrafo Único - Na hipótese de a investigação preliminar não resultar em processo administrativo com base em reclamação apresentada por consumidor, deverá este ser informado sobre as razões do arquivamento pela autoridade competente.

Art. 78. O processo administrativo, na forma deste Decreto, deverá, obrigatoriamente, conter:

I - a identificação do infrator;

II - a descrição do fato ou ato constitutivo da infração;

III - os dispositivos legais infringidos;

IV - a assinatura da autoridade competente.

Art. 79. A autoridade administrativa poderá determinar, na forma de ato próprio, constatação preliminar da ocorrência de prática presumida.

Art. 80 O Auto de Constatação objetiva descrever, de modo claro e objetivo, ação ou omissão caracterizadora de infração, quando:

I - for constatada fora do estabelecimento ao qual a infração é imputável.

II - depender de documentos, esclarecimentos ou outros meios complementares de prova necessários à lavratura do Auto de Infração.

Art. 81. O Auto de Constatação, lavrado em modelo próprio, com numeração sequencial impressa, em 3 (três) vias, terá obrigatoriamente todos os seus campos preenchidos.

Parágrafo Único - Se o fiscalizador recusar-se assinar e/ou receber a segunda via do Auto de Constatação, o Fiscal, procederá na forma do parágrafo único do artigo 18.

SEÇÃO V DA NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA

Art. 82. A autoridade competente expedirá notificação ao infrator, fixando o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento, para apresentar defesa, na forma do art. 29.

§ 1º A notificação, acompanhada de cópia da inicial do processo

administrativo, far-se-à:

I - pessoalmente ao infrator, seu mandatário ou preposto;

II - por carta registrada ao infrator, seu mandatário ou preposto, com aviso de recebimento (AR);

§ 2º Quando o infrator, seu mandatário ou preposto não puder ser notificado, pessoalmente ou por via postal, será feita a notificação por edital a ser afixado nas dependências do órgão respectivo, em lugar público, pelo prazo de dez dias, ou divulgado, pelo menos uma vez, na imprensa oficial ou em jornal de circulação local.

SEÇÃO VI DA NOTIFICAÇÃO PARA EXIBIR OU ENTREGAR DOCUMENTO

Art. 83. A Notificação objetiva exigir a exibição ou entrega de documento, prestação de esclarecimento de matéria pertinente à fiscalização em curso, à instrução do processo originário do Auto de Infração, devendo ser expedida sempre que tais dados não estiverem disponíveis no momento da diligência fiscalizadora.

Art. 84. A Notificação, expedida a máquina em modelo próprio, em 3 (três) vias, deverá conter:

I - descrição clara e objetiva do fato constatado que se relaciona com o documento a ser exibido ou com o esclarecimento a ser prestado;

II - finalidade da expedição do documento;

III - local, data e horário para seu cumprimento.

Parágrafo Único - Se o fiscalizado recusar-se a assinar e/ou receber a segunda via da Notificação, o agente de fiscalização procederá na forma do parágrafo único do artigo 18

Art. 85. O prazo para cumprimento da Notificação, independentemente da localização da empresa fiscalizada, será de até 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - O prazo inicialmente concedido poderá ser, excepcionalmente, prorrogado pelo Coordenador do PROCON Municipal de Fraiburgo ou pela Fiscalização por tempo não superior ao prazo inicial da notificação, desde que justificado através de requerimento fundamentado.

Art. 86. Se a empresa fiscalizada não cumprir a Notificação a Fiscalização declarará, de imediato, o não cumprimento no verso da primeira e terceira vias, procedendo-se à consequente lavratura do Auto de Infração.

Parágrafo Único - Cumprida a Notificação, e caso não se constate infração, a Fiscalização aporá declaração de cumprimento nas três vias da Notificação, arquivando a primeira e terceira vias, e devolvendo-se a segunda ao notificado.

Art. 87. Equiparar-se-á a Notificação, para efeito de permitir a lavratura de Auto de Infração, ofício ou outro documento através do qual a autoridade competente requisitar, no prazo que instituir, o fornecimento de informações, dados periódicos ou especiais das empresas em geral.

SEÇÃO VII DOS INSTRUMENTOS PRELIMINARES

Art. 88. Constituem instrumentos preliminares as autuações especiais:

I - o Auto da Constatação;

II - a Notificação;

III - o Auto da Apreensão;

IV - Reclamação.

SEÇÃO VIII DAS AUTUAÇÕES DECORRENTES DOS INSTRUMENTOS PRELIMINARES

Art. 89. No caso de ser constatado fora do estabelecimento ao qual a infração é imputável, o Fiscal de Relações de Consumo lavrará Auto de Infração juntando obrigatoriamente a primeira via do Auto de Constatação, observando o disposto no § 4º do artigo 72.

Parágrafo Único - Proceder-se-á de maneira idêntica ao disposto no "caput" deste artigo, no caso da necessidade de documentos, esclarecimentos ou outros meios complementares de prova necessários, ficar caracterizado que o fato descrito no Auto de Constatação configurar infração a qualquer dispositivo da Lei nº 8.078/90, legislações correlatas e regulamentações de autoridade competente.

Art. 90. A empresa deverá ser autuada no próprio estabelecimento se deixar de cumprir a Notificação, devendo a Fiscalização juntar obrigatoriamente ao Auto de Infração a primeira via daquele instrumento preliminar com a declaração do seu não atendimento aposta no verso.

Parágrafo Único - As empresas que deixarem de fornecer as informações e os dados requisitados por ofício, serão autuadas, devendo ser anexada obrigatoriamente ao Auto de Infração, uma cópia do documento que as requisitou com declaração do desatendimento.

SEÇÃO IX DA DEFESA

Art. 91. O processo administrativo decorrente de auto de infração, de ato de ofício de autoridade competente, ou de reclamação será instruído e julgado na esfera de atribuição do órgão que o tiver instaurado.

Art. 92. O infrator poderá apresentar defesa escrita, no prazo de cinco dias, contados do dia do recebimento da Notificação ou da data da única publicação de edital, indicando na defesa:

a) a autoridade julgadora a quem é dirigida;

b) a qualificação do impugnante;

c) as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação;

d) as provas que lhe dão suporte.

Art. 93. A qualquer momento, o representante da empresa autuada terá vista, na sede do PROCON Municipal de Fraiburgo do processo originário, podendo coletar os dados que julgar necessários a sua mais ampla defesa.

Art. 94. A empresa ou pessoa física autuada somente será permitida a produção ou indicação de prova documental ou pericial.
Parágrafo Único - A empresa ou pessoa física autuada poderá apresentar, na defesa, cópia de quaisquer documentos, sendo facultada à Fiscalização exigir a sua conferência com o documento original.

Art. 95. A empresa ou pessoa física autuada poderá anexar documentos e laudos de exame, em prazo marcado pelo Coordenador do PROCON, quando por motivo de força maior, esclarecido na defesa, e esta não puder juntá-los.

§ 1º A empresa ou pessoa física autuada especificará a prova indicada, sua natureza ou finalidade, podendo o Coordenador do PROCON negá-la, quando não for comprovada a força maior ou se a prova indicada for estranha à matéria em apreciação no processo.

§ 2º O prazo marcado pelo Coordenador do PROCON para a produção da prova indicada na defesa, não poderá exceder a 30 (trinta) dias da data da ciência do despacho que a determinar.

§ 3º Não caberá recurso do despacho do Coordenador do PROCON que denegar a produção posterior de prova não indicada na defesa.

Art. 96. Decorrido o prazo da defesa, o órgão julgador determinará as diligências cabíveis, podendo dispensar as meramente protelatórias ou irrelevantes, sendo-lhe facultado requisitar do infrator, de quaisquer pessoas física ou jurídica, órgãos ou entidades públicas as necessárias informações, esclarecimentos ou documentos, a serem apresentados no prazo estabelecido.

Art. 97. Ultimada a fase de instrução do processo, inclusive com a tramitação da retificação do Auto de Infração e após os trâmites legais previstos neste Decreto, o Coordenador do PROCON de Fraiburgo proferirá sua decisão.

SEÇÃO X DAS NULIDADES

Art. 98. A inobservância de forma não acarretará a nulidade do ato, se não houver prejuízo para a defesa.

Parágrafo Único - A nulidade prejudica somente os atos posteriores ao ato declarado nulo e dele diretamente dependentes ou de que sejam consequência, cabendo à autoridade que a declarar indicar tais atos e determinar o adequado procedimento saneador, se for o caso.

SEÇÃO XI DA DECISÃO ADMINISTRATIVA

Art. 99. A decisão administrativa conterá relatório dos fatos, o respectivo enquadramento legal e, se condenatória a natureza e gradação da pena.

§ 1º A autoridade administrativa competente, antes de julgar o feito apreciará a defesa e as provas produzidas pelas partes, não estando vinculada ao relatório de sua consultoria jurídica ou órgão similar, se houver;

§ 2º Julgado o processo e fixado a multa, será o infrator notificado para efetuar seu recolhimento no prazo de dez dias ou apresentar recurso.

§ 3º Em caso de provimento do recurso, os valores recolhidos serão devolvidos ao recorrente na forma estabelecida pelo Conselho Municipal Gestor do Fundo.

Art. 100. Quando a cominação prevista for a contrapropaganda, o processo poderá ser instruído com indicações técnico-publicitárias das quais se intimará o autuado, obedecidas, na execução da respectiva decisão, as condições constantes do § 1º do art. 60 da Lei nº 8.078/90

Art. 101. Recebendo o processo, o Coordenador do PROCON Municipal, proferirá decisão no sentido de:

I - homologar o auto e arbitrar multa para cada infração nela caracterizada, observadas as regras do artigo 39 e da Portaria nº 001/SMDC/2008;;

II - deixar de homologar o auto.

§ 1º O Coordenador do PROCON/SC fundamentará, obrigatoriamente, a sua decisão e declarará as infrações subsistentes e as insubsistentes. Fixando para cada infração que reconhecer a multa a ela adequada, observando o disposto no parágrafo único dos artigos 24, 25, 26 e 27 do Decreto nº 2181/97 que regulamentou a Lei nº 8078/90.

§ 2º Na fundamentação da decisão, o Coordenador poderá se reportar às razões e conclusões do parecer da Assessoria Jurídica, quando o tiver.

§ 3º Se a decisão não atender ao disposto nos parágrafos anteriores a autoridade competente para apreciar o recurso, de plano determinará o retorno do processo ao Coordenador do PROCON para fundamentar o seu despacho decisório e especificar o valor da multa arbitrada para cada infração.

Art. 102. O Coordenador do PROCON, recorrerá de ofício de sua decisão:

I - quando declarar insubsistente qualquer das infrações constantes do Auto de Infração;

II - quando no recebimento do recurso voluntário, reformar total ou parcialmente sua decisão.

Parágrafo Único - O recurso "ex-officio", no caso do inciso I, será interposto na própria decisão que apreciar o Auto de Infração.

SEÇÃO XII DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 103. Da decisão do Diretor do PROCON Municipal de Fraiburgo que aplicou a sanção, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, contados da data da intimação da decisão, ao Chefe do Poder Executivo, que proferirá decisão definitiva, como segunda e última instância recursal.

Parágrafo Único - No caso de aplicação de multas, o recurso será recebido, com efeito suspensivo pela autoridade superior.

Art. 104. Não será conhecido o recurso interposto fora dos prazos e condições estabelecidas neste Regimento.

Art. 105. Sendo julgada insubsistente a infração, a autoridade julgadora recorrerá à autoridade imediatamente superior, nos termos fixados nesta Seção, mediante declaração na própria decisão.

Art. 106. A decisão é definitiva quando não mais couber recurso, seja de ordem formal ou material.

Art. 107. Todos os prazos referidos nesta Seção são preclusivos.

CAPÍTULO VII DA INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA

Art. 108. Não sendo recolhido o valor da multa em trinta dias, será a mesma inscrita na dívida ativa em livro próprio, emitida a Certidão de Dívida Ativa para a subsequente execução judicial, nos termos da Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980.

Art. 109. Aos procedimentos administrativos disciplinados por este Regimento, aplica-se subsidiariamente as normas do Código de Processo Civil, da Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980 e demais normas vigentes no Direito Processual Brasileiro.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 110. São competentes para:

I - lavrar Autos de Infração, de Constatação e de Apreensão:

a) a Fiscalização devidamente credenciada, oficialmente designada pela autoridade competente com publicação em Diário Oficial e vinculado ao respectivo órgão de defesa do consumidor, com abrangência em todo o território de Fraiburgo.

II - processar o auto de infração:

a) Coordenador do Procon.

III - prolatar a decisão de primeira instância no processo originário do Auto de Infração:

a) o Coordenador do PROCON.

IV - apreciar o recurso "ex-officio" ou voluntário:

a) o Chefe do Poder Executivo;

b) a autoridade a quem o Chefe do Poder Executivo delegar a atribuição

Parágrafo Único - As regras de competência constantes deste artigo não excluem as demais previstas neste Regimento para os servidores ou autoridades mencionados.

V - para emitir notificação, compete:

a) o Coordenador do PROCON;

b) a Fiscalização;

c) assessoria jurídica.

§ 1º A Fiscalização terá livre trânsito em qualquer dependência do estabelecimento fiscalizado, podendo examinar estoques, notas fiscais, papéis, livros e demais documentos que julgar conveniente ao desempenho de suas atribuições.

§ 2º A empresa autuada será notificada da mudança do órgão processante.

§ 3º Do dia da entrega da Notificação para recolhimento da multa ou da publicação do edital desta, correrá o prazo para apresentação da defesa da empresa autuada, salvo se tiver sido apresentada no órgão incompetente, caso em que será considerada válida e encaminhada imediatamente ao órgão competente para ser apreciada.

Art. 111. A autuação somente poderá versar sobre fato pretérito ocorrido até 5 (cinco) anos da sua lavratura.

Art. 112. A autuação que versar sobre fato pretérito basear-se-á no ato interventivo vigente à época do fato, mesmo que na data da lavratura esteja revogado.

Art. 113. Quando o Auto de Infração ou o Auto de Constatação se fundamentar em documentos, estes deverão ser anexados àquele, por cópia.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de tal fato ocorrer, o autuante deverá:

a) mencionar no Auto a causa impeditiva da juntada e descrever minuciosamente o documento;

b) notificar o autuado para apresentar cópia do documento respectivo.

Art. 114. Todos os atos decorrentes da ação fiscalizadora serão lavrados ou expedidos no estabelecimento fiscalizado, exceto

quando:

I - Não houver segurança para a Fiscalização exercer sua missão;

II - da lavratura do Auto de Constatação, no caso do inciso II do artigo 27.

III - da lavratura do Auto de Apreensão, a mercadoria se encontrar em local diverso daquele em que foi produzida, embalada ou comercializada;

IV - da lavratura do Auto de Infração, nos casos previstos no artigo 49;

V - da lavratura de Auto ou da expedição de Notificação para o comerciante ambulante, que ocorrerá onde este se encontrar.

§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, a Fiscalização iniciará ou concluirá sua missão em local que julgar seguro, previamente comunicando ao responsável pelo estabelecimento, podendo solicitar auxílio à autoridade policial, caso julgue necessário.

§ 2º O Fiscal deverá lavrar Auto de Constatação contra outras empresas infratoras que não a titular do estabelecimento fiscalizado, para posterior lavratura de Auto de Infração, desde que apure ou comprove infrações cometidas por aquelas.

§ 3º Tratando-se de comerciante ambulante, o Fiscal mencionará, no ato decorrente da ação fiscalizadora, a residência e os elementos do documento de identidade do fiscalizado.

Art. 115 Após a entrega da primeira via do Auto de Infração pelo Fiscal autuante à seção responsável pela protocolização do mesmo, esta deverá encaminhar o processo formado, juntamente com a primeira via do auto lavrado, à Fiscalização para proceder a revisão do instrumento lavrado em formulário próprio, e de imediato:

I - Determinar a juntada dos documentos que não tenham sido anexados;

II - Sugerir ao Coordenador do PROCON, quando for o caso, a retificação do auto, que não poderá alterar a descrição do fato caracterizador da infração ou suprir a falta de assinatura do autuante, do autuado ou da declaração da recusa deste em assinar o documento.

§ 1º A Fiscalização, no caso de retificação, comunicará imediatamente o fato a empresa autuada e lhe reabrirá o prazo de dez dias para, querendo, apresentar defesa, a partir do dia do recebimento da retificação.

§ 2º O Auto de Infração com vício que não possa ser retificado será protocolizado e o Coordenador do PROCON após o decurso do prazo para apresentação da defesa, declarará, de plano, a nulidade e extinção do processo.

Art. 116. Na inviabilidade da entrega da segunda via do Auto de Infração ou de instrumento preliminar ao responsável pelo estabelecimento fiscalizado, a remessa será feita à empresa por via postal com aviso de recebimento - AR e, na impossibilidade desta, a ciência será dada por edital.

Parágrafo Único - O edital será afixado nas dependências do PROCON, em lugar público, pelo prazo de dez dias, ou divulgado, pelo menos uma vez, na imprensa oficial ou em jornal de circulação local, contendo o inteiro teor do auto de infração ou do instrumento preliminar, para apresentação da defesa ou cumprimento da exigência.

Art. 117. O Coordenador do PROCON autoridade competente, por

despacho fundamentado, poderá declarar suspeição ou impedimento para eximir-se de proferir decisão em processo originário de Auto de Infração.

§ 1º Na hipótese deste artigo, a autoridade referida no "caput" deverá remeter o processo a assessoria jurídica que proferirá a decisão.

§ 2º Se igualmente suspeito ou impedido a assessoria jurídica ou autoridade competente designará, no processo, o prolator da decisão.

Art. 118. Os prazos previstos neste Regimento sempre computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, serão contínuos, não se interromperão em sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativos, não começarão nem terminarão nestes dias, e, nesta última hipótese, serão prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 119. São fatais os prazos constantes nesta Portaria, salvo exceção prevista..

§ 1º Transcorridos os prazos aludidos neste artigo sem que tenha sido cumprido suas determinações, certificar-se-á o desatendimento em 24 horas, dando-se prosseguimento.

§ 2º O órgão processante deverá deixar de juntar ao processo qualquer petição, guia ou documento apresentado fora de prazo mencionados nos artigos anteriores, devendo os mesmos serem arquivados.

§ 3º A restauração dos processos originários de Auto de Infração será iniciada com as respectivas terceiras vias arquivadas no órgão processante.

TÍTULO V DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 120. Todos os Formulários de Fiscalização previsto neste Decreto serão aprovados pelo Coordenador do PROCON e encaminhados ao Órgão responsável pela formatação, regulamentação e impressão.

Art. 121. Este Decreto aplica-se a todos os processos administrativos não transitados em julgado na instância administrativa, na data em que entrar em vigor.

Art. 122. Com base na Lei nº 8.078/90, o PROCON, poderá expedir atos administrativos, visando à fiel observância das normas de proteção e defesa do consumidor.

Art. 123. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, aplicando-se subsidiariamente os preceitos da Lei nº 8.078/90, do Decreto nº 2.181/1997, o Código de Processo Civil e a Lei nº 9.099/95.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 23 DE JULHO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto N° 0234/2013

DECRETO Nº 0234, DE 23 DE JULHO DE 2013.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0028, DE 28 DE MAIO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do código 2, do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0028 de 28 de maio de 2013, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 23 DE JULHO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
N° 0028 DE 28 DE MAIO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Fisioterapeuta** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **2** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Fisioterapeuta**

Crítérios de Desempate

				1°	2°	3°	4°	5°	6°
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especializ ação	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	ISABELA RECH BISCARO	25	10	10	5	0	NÃO	25/1/1983
2	5	ALINE BECKER	25	10	10	5	0	NÃO	21/2/1984
3	8	FRANCIELI BALESTRIN ROVER	25	10	10	5	0	NÃO	12/8/1986
4	4	EUNICE BENINCÁ	24	10	10	4	1	NÃO	16/5/1988
5	3	CRISTIANO TESSARI	10	0	10	0	0	NÃO	9/8/1990
6	6	CAMILLA ROUSSENQ INÁCIO	7	0	6	1	0	NÃO	6/2/1989
7	7	ALLINY VERGINIA DE OLIVEIRA	4	0	4	0	0	NÃO	11/4/1987
8	1	VERONICA MARIA DE CARLI	4	0	4	0	0	NÃO	31/8/1987

Portaria N° 1855/2013

PORTARIA N.º 1.855, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de ELIANE APARECIDA DOS SANTOS CASTILHO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 808.065.119-15, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 22 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1856/2013

PORTARIA N.º 1.856, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012 de 30 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 044/2013, da Secretaria de Infra-Estrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSÉ DE FREITAS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 386.742.389-04, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de agosto de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1857/2013

PORTARIA N.º 1.857, 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PRISCILA LUCIANO FRANÇA,

brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 075.805.899-31, contratada em caráter temporário na função de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 23 de agosto de 2013 até 12 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1858/2013

PORTARIA N.º 1.858, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0995/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA SERLEI HOLEK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 384.847.069-15, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1859/2013

PORTARIA N.º 1.859, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0996/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARICLEIA PIROLA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 051.357.689-47, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1860/2013

PORTARIA N.º 1.860, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0997/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILENE DE FATIMA DO PRADO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.621.129-66, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1861/2013

PORTARIA N.º 1.861, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0998/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILENE MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 701.334.509-10, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1862/2013

PORTARIA N.º 1.862, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0999/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILI APARECIDA DO PRADO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 004.911.779-33, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1863/2013

PORTARIA N.º 1.863, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1000/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILSE FERNANDES DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 016.687.639-90, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 18 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1864/2013

PORTARIA N.º 1.864, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de

junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1002/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 40 horas semanais a professora efetiva PATRICIA FRAGOSO POSSA, que se encontra afastada em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARINA DE FREITAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 075.414.799-18, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1865/2013

PORTARIA N.º 1.865, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1003/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARINÊS TELLES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.381.769-79, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1866/2013

PORTARIA N.º 1.866, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1005/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARISA APARECIDA SCHIS-SI FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 845.391.519-91, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1867/2013

PORTARIA N.º 1.867, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1006/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARISA RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 429.866.809-68, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1868/2013

PORTARIA N.º 1.868, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1007/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIZETE DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 025.026.269-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1869/2013

PORTARIA N.º 1.869, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1008/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLENE DE OLIVEIRA DOMINSKI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 998.367.189-15, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1870/2013

PORTARIA N.º 1.870, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1009/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 40 horas semanais a Auxiliar de Alimentação e Nutrição JURACI DOS SANTOS PADILHA, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLENE DOMINGUES DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 949.624.309-63, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1871/2013

PORTARIA N.º 1.871, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1010/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 20 horas semanais a professora efetiva ELIANE FATIMA ANDREIS, que assumiu a função de Assessor de Direção no Centro Educacional Municipal Antonio Porto Burda;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLENE PEREIRA CORDEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 701.311.639-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1872/2013

PORTARIA N.º 1.872, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1011/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI APARECIDA DA ROSA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 733.226.449-87, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1873/2013

PORTARIA N.º 1.873, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1012/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI CARDOSO PADILHA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 946.597.109-04, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1874/2013

PORTARIA N.º 1.874, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1013/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI GONÇALVES DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 998.361.499-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo N° 29/2013**

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO PAULO FREIRE DE EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR DE FRAIBURGO - APAFEC.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o Termo de Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO PAULO FREIRE DE EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR DE FRAIBURGO - APAFEC, firmado em 11.07.2013, para auxiliar e custear as despesas de lanches para 75 (setenta e cinco) crianças e adolescentes (fruta, bolacha salgada ou doce, barra de cereal, suco ou achocolatado) ainda material de expediente, necessários ao desenvolvimento do "Projeto Esporte Bem Legal", desenvolvido e mantido pela entidade, mediante a concessão no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em 6 (seis) parcelas mensais, de R\$ 1.000,00 (um mil reais), nos meses de julho a dezembro de 2013.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica, nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 11-00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Unidade 11-02 - FUNDO MUNICIPAL dos DIREITOS da CRIANÇA e ADOLESCENTE

Funcional 08.243.0025.2.059 - Man. Fdo. Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente

Elemento 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos

Dotações 186

Recursos 1.200

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

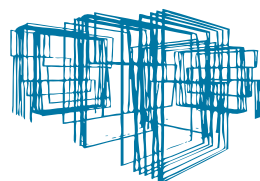
SALA DAS SESSÕES, 22 de julho de 2013.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Programa de
Gestão de Obras**www.ciga.sc.gov.br**

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pr20/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2013

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a contratação de empresa especializada para serviço de transporte intermunicipal, para atender estudantes do município de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h55min do dia 07/08/2013.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 07/08/2013, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 22 de julho de 2013

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº54/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2013

PMG E FMS

Ata nº. 54/2013; Processo nº. 141/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA EPP. Objeto: Aquisição parcelada, conforme a necessidade, de materiais gráficos para uso das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Valor: R\$59.577,00; Data da Assinatura: 24/07/2013.

Garuva

PREFEITURA

Lei Nº 1705/2013

LEI Nº 1705, DE 11 DE JULHO DE 2013.

"Dispõe sobre a declaração de utilidade pública à Organização Peabiru de Proteção ao Meio Ambiente - OPPMA".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Declara de utilidade pública a Organização Peabiru de Proteção ao Meio Ambiente - OPPMA, inscrita no CNPJ nº 16.888.788/0001-54.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1706/2013

LEI Nº 1706, DE 11 DE JULHO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE PLANTAS NATIVAS DA FLORA REGIONAL NOS PROJETOS DE ARBORIZAÇÃO DOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO".

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Na implementação de projetos de arborização dos próprios públicos do Município de Garuva serão utilizadas exclusivamente Plantas Nativas da Flora Regional.

Art. 2º - Os hortos florestais administrados por órgãos vinculados à Prefeitura Municipal produzirão, preferencialmente, mudas de Plantas Nativas da Região, ou, excepcionalmente do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Objetivando estimular a pesquisa, o estudo e a difusão das Plantas Nativas Regionais, a Prefeitura Municipal poderá:

I - Desenvolver programas de educação ambiental focados na valorização das plantas nativas da Região e do Estado de Santa Catarina;

II - Estimular Universidades e demais Instituições de Ensino a desenvolverem programas de ensino e de pesquisa voltados à formação de Recursos Humanos com especialização em temas relacionados à biodiversidade regional e catarinense;

III - Constituir parcerias objetivando a implantação de hortos florestais voltados à coleta de sementes e à produção de mudas de plantas nativas regionais e do Estado de Santa Catarina;

IV - Estimular os pequenos agricultores do Município a preservarem espécies nativas nas suas propriedades, bem como a coletarem as respectivas sementes e a produzirem mudas para uso próprio e/ou comercialização com outras propriedades agrícolas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Programa de Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br

Lei N° 1707/2013

LEI N° 1707, DE 11 DE JULHO DE 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETIVAR A AFETAÇÃO DA ÁREA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O POVO DO MUNICÍPIO DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a AFETAÇÃO de parte de área pública (matrícula 10.179, do 1º Registro de Imóveis de Joinville), para bem de uso comum do povo, objetivando a implantação do prolongamento da Rua Erich Schmidt.

Art. 2º - A Afetação acima será levada a efeito visando ao melhoramento do espaço público das vias transitáveis e a futura interligação entre a Avenida Celso Ramos e a marginal da BR-101, sentido sul-norte.

Art. 3º - A área a ser afetada cinge-se ao seguinte espaço público: ÁREA DE TERRENO, situada no Quadro Urbano do Município de Garuva/SC, parte de uma área maior, pertencente ao Patrimônio Público Municipal (matrícula n. 10.179 do 1º Registro de Imóveis de Joinville), destinada ao prolongamento da Rua Erich Schmidt, distando 125,40 da Avenida Celso Ramos, medindo ao Norte 148,40 metros e ao Sul 148,30 metros, limitando-se com terras remanescentes da Prefeitura Municipal de Garuva; ao Oeste com 12,16 metros confronta com a Faixa de Domínio DNIT; ao Leste com 12,14 metros confronta com a Prefeitura Municipal de Garuva (Rua Erich Schmidt), contendo uma área de 1.802,45 m² (Um mil oitocentos e dois metros quadrados).

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei, caso houver, correrão por conta da dotação orçamentária vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Lei N° 1708/2013

LEI N° 1708, DE 11 DE JULHO DE 2013.

"Dispõe sobre a aprovação da regulamentação do Serviço Municipal de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal e dá outras providências".

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I**DAS CONCEITUAÇÕES**

Art. 1º - O presente regulamento estatui as normas que regulam em todo o território do município de Garuva, Serviço Municipal de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, obedecidas as determinações dos Decretos Estaduais n° 3.748, de 12 de julho de 1993, o Decreto n° 2.740 de 11 de novembro de 2009 e o Decreto n° 761 de 21 de dezembro de 2011.

Parágrafo Único - Os serviços a que se refere o Art. 1º serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais, através do seu órgão executor, denominado Serviço de Inspeção Municipal - SIM.

Art. 2º - Ficam sujeitos a inspeção e reinspeção previstas neste regulamento, os animais de abate, o pescado, o leite, o ovo, o

mel, a cera de abelha e seus subprodutos derivados.

Parágrafo Único - A inspeção a que se refere o presente artigo abrange a inspeção "ante" e "post-mortem" dos animais, o recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem, trânsito e consumo de quaisquer produtos e subprodutos destinados ou não à alimentação humana.

Art. 3º - O serviço municipal de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal fiscalizará e autorizará os estabelecimentos Municipais de produtos de Origem Animal, devidamente registrados, ao comércio exclusivamente municipal.

Parágrafo Único - Todos os estabelecimentos devidamente registrados no Serviço de Inspeção Municipal, que atenderem os requisitos estabelecidos pelo Decreto Federal N° 5.741/06 e a Instrução Normativa N° 36/11, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, poderão comercializar seus produtos em âmbito municipal, estadual e interestadual.

Art. 4º - Os serviços de Inspeção deverão ser exercidos por profissional Médico Veterinário, conforme a Lei n° 5.517, de 23 de Outubro de 1968.

CAPÍTULO II**DO ESTABELECIMENTO, DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS**

Art. 5º - O estabelecimento deve:

I - Localizar-se distante de fontes produtoras de mau cheiro e de contaminação, de preferência no centro do terreno, devidamente cercado, afastado dos limites das vias públicas com área disponível para circulação interna de veículos;

II - Ser construído de alvenaria, com área pequena, porém compatível com o volume máximo da produção, tamanho das espécies animais e volume dos vegetais a serem processados, devendo possuir fluxograma operacional racionalizado, de modo a facilitar o trabalho de recebimento, obtenção e depósito de matéria-prima e ingredientes, elaboração, inspeção e fiscalização, acondicionamento, reacondicionamento e armazenagem dos produtos artesanais;

III - Possuir ambiente interno fechado, com área suja e limpa, banheiros e depósitos separados;

IV - Possuir paredes lisas, de cor clara, impermeáveis e de fácil higienização, perfeita aeração e luminosidade;

V - Possuir forro que não seja de madeira e sistema de vedação contra insetos e outras fontes de contaminação;

VI - Possuir piso impermeável, ligeiramente inclinado para facilitar o escoamento das águas residuais e permitir fácil limpeza e higienização;

VII - Possuir pé direito que permita a adequada instalação dos equipamentos necessários, destacando-se, quando for o caso, o suporte aéreo, que deverá possibilitar a manipulação das carcaças e produtos elaborados sem que tenham contato com o piso;

VIII - Dispor de água potável encanada sob pressão em quantidade compatível com a demanda do estabelecimento, cuja fonte, canalização e reservatório deverão ser protegidos para evitar qualquer tipo de contaminação;

IX - Possuir sistema de provimento de água quente, ou produto adequado para higienizar o estabelecimento, instalações, equipamentos, utensílios e recipientes;

X - Dispor de sistema de escoamento de água servida, sangue, resíduos, efluentes e rejeitos da elaboração de produtos interligados a eficiente sistema de infiltração, de acordo com o órgão de defesa do meio ambiente do Estado;

XI - Dispor de depósito para insumos a serem utilizados na elaboração dos produtos;

XII - Dispor, quando necessário, de câmara fria;

XIII - Dispor de equipamentos e recursos essenciais ao seu funcionamento, compostos de materiais resistentes, impermeáveis, preferencialmente de aço inoxidável, que permitam uma perfeita

limpeza e higienização;

XIV - Dispor de fonte de energia compatível com a necessidade do estabelecimento;

CAPÍTULO III DA HIGIENE DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Art. 6º - Todas as instalações e equipamentos devem ser mantidos em condições de higiene antes da elaboração dos produtos, durante e após.

Art. 7º - O maquinário, carros, tanques, vagonetes, caixas, recipientes, mesas e demais materiais e utensílios serão identificados de modo a evitar equívocos entre o destino de produtos comestíveis e os usados no transporte ou depósito de produtos não-comestíveis ou ainda utilizados na alimentação animal, usando-se as denominações "comestíveis" e "não-comestíveis".

Art. 8º - Os pisos e paredes, assim como os equipamentos e utensílios usados na elaboração de produtos, devem ser lavados diariamente e convenientemente higienizados.

Art. 9º - O estabelecimento deve ser mantido livre de moscas, mosquitos, ratos, camundongos e quaisquer outros insetos ou animais.

Art. 10 - Nas instalações de recebimento, obtenção e depósito de matéria-prima e ingredientes, elaboração, acondicionamento, reacondicionamento e armazenagem de produtos é proibido residir, fazer refeições, fumar, depositar produtos, objetos e materiais estranhos à sua finalidade ou ainda guardar roupas de qualquer natureza.

Art. 11 - É proibido empregar recipientes de cobre, latão, zinco, barro, ferro estanhado com liga que contenha mais de 2% (dois por cento) de chumbo ou que apresente estanhagem defeituosa, ou qualquer utensílio que, pela forma e composição, possa prejudicar a matéria-prima, os ingredientes ou os produtos elaborados, no recebimento, obtenção e depósito de matéria-prima e ingredientes, elaboração, acondicionamento e armazenagem de produtos.

Art. 12 - É proibido o acondicionamento de matéria-prima, ingredientes e produtos elaborados em carros e recipientes que tenham servido para produtos não-comestíveis.

Art. 13 - Os recipientes já usados, quando destinados ao acondicionamento de produtos, devem ser previamente inspecionados, condenando-se os que, após terem sido lavados e higienizados, forem julgados sem condições de aproveitamento.

Art. 14 - As câmaras frias devem corresponder às mais rigorosas condições de funcionamento, higiene, iluminação e ventilação.

Art. 15 - Os instrumentos de trabalho deverão ser diariamente lavados e higienizados.

Art. 16 - O estabelecimento deve ter suficiente estoque de desinfetantes aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal para uso na higienização das instalações, equipamentos, recipientes e utensílios.

Art. 17 - Os currais, bretes, mangueiras e outras instalações próprias para guarda, pouso e contenção de animais vivos ou para o depósito de resíduos de produtos animais e vegetais devem ser lavados e higienizados, sempre que necessário, com desinfetantes aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 18 - No estabelecimento de laticínios é obrigatória a limpeza

e higienização dos recipientes utilizados na coleta, antes de seu retorno aos pontos de origem.

CAPÍTULO IV DA HIGIENE DAS PESSOAS

Art. 19 - Todos os funcionários e proprietários de estabelecimento deverão fazer exame de saúde a cada 06 (seis) meses.

Art. 20 - Sempre que comprovada a existência de dermatose, salmonelose, doença infecto-contagiosa ou repugnante nos funcionários e proprietários de estabelecimento, estes serão imediatamente afastados do trabalho, cabendo ao Serviço Inspeção Municipal comunicar o fato à autoridade de saúde pública.

Art. 21 - Será exigida inspeção médica tantas vezes quantas forem necessárias para qualquer funcionário ou proprietário de estabelecimento.

Art. 22 - É obrigatório o uso de uniformes, gorros, luvas, calçados próprios e limpos e na boa higiene dos funcionários e proprietários de estabelecimento nas dependências de recebimento, obtenção e depósito de matéria-prima e ingredientes, elaboração, acondicionamento, reacondicionamento e armazenagem de produtos.

Art. 23 - O responsável do estabelecimento deverá registrar-se no Serviço de Inspeção Municipal, mediante formalização de pedido instruído pelos seguintes documentos.

I - Requerimento dirigido ao órgão executor, solicitando o registro e o serviço de inspeção e fiscalização;

II - Registro de cadastro de contribuinte do ICMS ou Inscrição de Produtor Rural na Secretaria de Estado da Fazenda;

III - Boletim de exame da água de abastecimento, cujas características devem se enquadrar no padrão físico-químico e microbiológico determinado pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM);

a) quando o resultado do exame da água estiver fora dos padrões considerados desejáveis pelo SIM, impõe-se novo exame..

IV - Autorização ou Licença Ambiental expedida por órgão municipal ou estadual;

V - Planta baixa e memorial descritivo elaborado por engenheiro responsável pela obra;

VI - Outros atestados ou exames ao critério do SIM;

Art. 24 - O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) adotará sistema próprio para o registro de estabelecimento.

Art. 25 - A inspeção e fiscalização obedecerão às normas estabelecidas neste Regulamento.

Art. 26 - A inspeção e fiscalização serão exercidas pelo Serviço de Inspeção Municipal, o qual além de fazer cumprir a legislação municipal, vai observar a legislação estadual e federal para os casos omissos deste regulamento, bem como as instruções e as normas técnicas estaduais e federais de produção, classificação, rotulagem, ou quaisquer outras boas práticas, identificação, acondicionamento, conservação, transporte e para as atividades de fiscalização e inspeção dos produtos de origem animal.

Art. 27 - O exercício da inspeção e fiscalização previsto no artigo anterior caberá a médicos veterinários, podendo dispor de auxiliares devidamente capacitados, sempre sob a responsabilidade dos profissionais citados neste artigo.

§1º - Os inspetores e fiscais terão carteira de identidade funcional na qual constarão a denominação do órgão emitente, o número de ordem do documento, a data de sua expedição e o prazo de validade, além de assinatura, fotografia, cargo e área de atuação do portador;

§ 2º - Os inspetores e fiscais, no exercício de suas funções, ficam obrigados a exibir a carteira de identidade funcional quando

solicitados.

§3º - É permitido aos inspetores e fiscais, no desempenho de suas funções, o ingresso em qualquer estabelecimento das pessoas físicas e jurídicas relacionados no artigo 23 deste regulamento.

Art. 28 - O órgão executor poderá conveniar-se com os municípios que possuam ou tenham acesso à estrutura técnica e laboratorial, bem como com entidades públicas que preencham as condições adequadas, à execução das tarefas para implantação e funcionamento da inspeção e fiscalização do estabelecimento, visando à garantia dos padrões higiênico-sanitários, físico-químicos e microbiológicos e ao controle de qualidades dos produtos abrangidos por este regulamento.

Art. 29 - O Serviço de Inspeção Municipal poderá baixar normas e instruções normativas adicionais ao exercício da inspeção e fiscalização, da elaboração e comercialização de produtos comestíveis e não comestíveis de origem animal.

CAPÍTULO V DO CONTROLE DE QUALIDADE DOS PRODUTOS

Art. 30 - Os produtos deverão obedecer aos padrões higiênico-sanitários, físico-químico e microbiológico estabelecidos pela legislação federal e estadual vigentes.

Art. 31 - O estabelecimento só poderá utilizar rótulos e embalagens devidamente aprovados e registrados no Serviço de Inspeção Municipal, o qual utilizará a orientação legal da legislação estadual, federal e as normas da ANVISA e INMETRO.

Art. 32 - Cada tipo de produto deverá ter aprovação e registro de fórmula pelo Serviço de Inspeção Municipal o qual utilizará a orientação legal da legislação estadual, federal e as normas da ANVISA.

Art. 33 - A elaboração de produtos de origem animal será padronizada, só sendo permitida a sua produção após a aprovação da fórmula pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 34 - A aprovação de fórmula e processo de elaboração de quaisquer produtos inclui os produzidos anteriormente à entrada em vigor deste Regulamento.

Art. 35 - A análise qualitativa da matéria prima, de ingredientes e produtos será realizada em laboratórios reconhecidos pelo Serviço de Inspeção Municipal, sendo as amostras coletadas por seus inspetores e fiscais.

Art. 36 - O estabelecimento deverá manter um sistema de controle que permita confrontar, em quantidade, o volume dos produtos elaborados com a matéria-prima e ingredientes que lhe deram origem.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

Art. 37 - Compete ao SIM:

- I. Vistoriar o estabelecimento requerente;
- II. Definir os produtos passíveis de serem elaborados, segundo a natureza e origem da matéria-prima e dos ingredientes, o processo de fabricação e o potencial de risco à saúde do consumidor;
- III. Aprovar e expedir o registro de funcionamento;
- IV. Capacitar, treinar e credenciar inspetores, fiscais e auxiliares;
- V. Acompanhar e fiscalizar as atividades inerentes aos convênios firmados com municípios e entidades públicas, podendo cancelar quando não atenderem aos requisitos deste Regulamento;
- VI. Verificar carteiras de saúde dos funcionários e proprietários de estabelecimento, exame de água e outros atestados e exames

judgados necessários;

VII. Divulgar modelos de plantas e orientação para construção dos diversos tipos de estabelecimento;

VIII. Inspecionar, reinspecionar e fiscalizar o estabelecimento, as instalações e equipamentos, a matéria-prima, os ingredientes e os produtos elaborados;

IX. Expedir laudos de inspeção e fiscalização da produção;

X. Analisar e fornecer o registro de estabelecimento, fórmulas, rótulos, carimbos e embalagens a serem usados na elaboração de produtos;

XI. Dispor e fornecer dados característicos da produção;

XII. Analisar e aprovar as plantas de construção de estabelecimento requerente;

CAPÍTULO VII DAS PENALIDADES

Art. 38 - As infrações às normas previstas neste Regulamento serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções, sem prejuízo de natureza civil e penal cabível;

I - Advertência - quando o infrator for primário ou não tiver agido de má fé;

II - Multa de até 300 (trezentas) UFM (UNIDADE FISCAL MUNICIPAL) aos infratores do presente Regulamento e em dobro quando da reincidência;

a) As multas serão elevadas até o máximo de 100 (cem) vezes quando o volume da produção do infrator faça prever que a punição será ineficaz;

III - Apreensão ou inutilização de matéria-prima, ingredientes e produtos elaborados - quando não se apresentarem dentro dos padrões higiênico-sanitários, físico-químico e microbiológicos adequados à sua finalidade ou quando forem adulterados;

IV - Suspensão das atividades do estabelecimento - quando causarem risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária, ou no caso de o proprietário dificultar a ação fiscalizatória;

V - Interdição total ou parcial do estabelecimento - quando a infração consistir na falsificação de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênicos-sanitárias adequados;

a) A interdição poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivaram a sanção;

b) Se a interdição não for levantada nos termos do inciso anterior, decorridos 6 (seis) meses será cancelado o respectivo registro;

Art. 39 - As penalidades serão impostas pelo SIM.

Art. 40 - O valor da multa será recolhido através de guias próprias, fornecidas ao infrator pelo órgão executor, no prazo de oito dias úteis da data de emissão das respectivas guias, em qualquer agência do Banco do Brasil - BB, em nome do Fundo Municipal de Agricultura.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 - O estabelecimento responderá legal e juridicamente pelas consequências à saúde pública, caso se comprove omissão ou negligência no que se refere à observância dos padrões higiênico-sanitários, físico-químico e microbiológicos, à adição indevida de produtos químicos e biológicos, ao uso impróprio de práticas de recebimento, obtenção e depósito de matéria-prima e ingredientes, elaboração, a condicionamento, reacondicionamento, armazenagem, transporte e comercialização de produtos.

Art. 42 - Nenhum estabelecimento registrado poderá ser vendido ou arrendado sem que seja efetuada a competente transferência do registro para nova firma junto ao SIM.

Parágrafo Único - O proprietário de estabelecimento registrado deve notificar aos interessados na compra ou arrendamento, ainda durante a fase de transação comercial, a situação em que se

encontra em face das exigências deste Regulamento;

Art. 43 - O processo de transferência deve obedecer no que lhe for aplicável, ao mesmo critério estabelecido no registro.

Art. 44 - Qualquer ampliação, remodelação ou construção no estabelecimento registrado só poderá ser feita após prévia aprovação das plantas pelo SIM.

Art. 45 - O controle sanitário dos rebanhos que geram a matéria-prima para a produção de alimentos é obrigatório e deverá seguir orientação do órgão oficial de defesa sanitária animal do Estado.

Art. 46 - A embalagem, do produto deverá ser produzida pela empresa credenciada junto ao Ministério da Saúde e o rótulo deverá conter todas as informações previstas no Código de Defesa do Consumidor, indicando que é produto com registro no SIM.

Art. 47 - O estabelecimento fica obrigado a apresentar mensalmente ao SIM, mapas de produção e comercialização;

Art. 48 - As autoridades policiais do município, no cumprimento deste Regulamento, prestarão completa cobertura e apoio à inspeção e fiscalização.

Art. 49 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na execução deste Regulamento serão resolvidas pelo SIM.

CAPÍTULO IX

VALORES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Art. 50 - A prestação dos Serviços de Inspeção Municipal será isenta de taxas.

Art. 51 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, mantidas as demais disposições da mesma LEI.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto N° 169/2013

DECRETO N°. 169 de 16 de julho de 2013

"Dispõe sobre a exoneração do senhor Christian Neubrand, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerado o senhor, CHRISTIAN NEUBRAND, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico - CC1, subordinado ao Gabinete do Prefeito, nomeado através do Decreto N° 010/2013 de 02 de janeiro de 2013.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto N° 170/2013

DECRETO N°. 170 de 17 de julho de 2013

"Dispõe sobre a designação do senhor Paulo Roberto Schwarz, Vice-Prefeito, para responder pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica designado o senhor PAULO ROBERTO SCHWARZ, Vice-Prefeito, para responder pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, subordinado ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto N° 171/2013

DECRETO N.º 171, DE 22 DE JULHO DE 2013

"REVOGA NA ÍNTEGRA O DECRETO N° 163, DE 03 DE JULHO DE 2013 E PONTO FACULTATIVO DO DIA 25 DE JULHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado na íntegra o Decreto nº 163, de 03 de Julho de 2013, que "Transfere ponto facultativo do dia 25 de julho para o dia 26 de julho, e dá outras providências";

Art. 2º - Fica revogado o inciso III, do art. 1º do Decreto nº 133 de 21 de maio de 2013, que "decreta ponto facultativo o dia 25 de julho".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSE CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria N° 420/2013

PORTARIA N° 420, de 14 de junho de 2013.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO AFASTAMENTO PREVENTIVO DE SERVIDOR."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, comunicação interna nº. 001/2013 da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo;
Considerando, art. 202 da Lei Complementar 001/98.

RESOLVE:

ART. 1º. Prorrogar o afastamento preventivo, das funções, sem prejuízos de sua remuneração, a servidora Roseli Sobzack, no cargo de Cuidadora, por mais (30) trinta dias.

ART. 2o. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07/06/2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria N° 430/2013

PORTARIA N°. 430, de 08 de julho de 2013.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora BARBARA ROMANZINI DA SILVA POLSIN, portadora do RG 42.295.184 e CPF 059.151.579-20, do cargo de Professora Nível II, admitida através da Portaria n°. 404/2013, de 10 de junho de 2013.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria N° 431/2013

PORTARIA N°. 431, de 10 de julho de 2013

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELO DECRETO 141/2013 DE 04/06/2013, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor LUIZ MAURICIO DE PAULA CORDEIRO.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria N° 432/2013

PORTARIA N°. 432, de 11 de julho de 2013.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora MARIA GLOTILDE GERCKER,

portadora do RG 2/R 687.642 e CPF 312.707.869-20, do cargo de Professora Nível II, admitida através da Portaria n°. 331/2013, de 06 de maio de 2013.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria N° 433/2013

PORTARIA N° 433, de 11 de julho de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário VIVIANE GERCKER LEANDRO, inscrita no CI-RG 4.354.044 e CPF 049.121.269-00, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 12 de julho de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria N° 434/2013

PORTARIA N°. 434, de 11 de julho de 2013

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELO DECRETO 141/2013 DE 04/06/2013, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora SCHEILA BIANCA KRAUSE STREY.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Especialista Superior, Classe Pleno, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria N° 435/2013

PORTARIA N°. 435, de 11 de julho de 2013

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELO DECRETO 141/2013 DE 04/06/2013, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor JEAN PETTER CAMPIGOTTO.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS SCHUTZ
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria N° 436/2013

PORTARIA N°. 436, de 11 de julho de 2013

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, NO USO ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELO DECRETO 141/2013 DE 04/06/2013

RESOLVE:

ART. 10. - Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento dos cargos relacionados no Edital 011/2013.

ART. 20. - Designar VAGNER CASAGRANDE, MARTA REGINA DA SILVA PERRUT DA ROSA e ISABELA ARAGÃO PEREIRA, para comporem a COMISSÃO, que irá, sob a presidência do primeiro, coordenar a realização do Processo Seletivo, expedir edital, homologar inscrições, analisar currículos, divulgar resultados, analisar eventuais recursos e decidir, com base na Lei Municipal, sobre pontos omissos do Edital.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria N° 437/2013

PORTARIA N°. 437 de 12 de julho de 2013

"Institui comissão para vistoriar ônibus escolar."

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELO DECRETO 141/2013 DE 04/06/2013,

Considerando, termos da Licitação 009/2013

RESOLVE:

ART. 1o. Instituir comissão para vistoriar os ônibus escolares conforme Licitação 009/2013, constituído pelos seguintes representantes:

I - LOURIVAL SCHMIDT

II - CRISTIANO PEREIRA LEITE

III - JOÃO VALMIR NEITZEL

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
Secretária Municipal de Educação

Portaria N° 439/2013

PORTARIA N° 439, de 12 de julho de 2013.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, SUELI ROSA DE OLIVEIRA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria n°. 135/2013, de 14 de Fevereiro de 2013.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria N° 440/2013

PORTARIA N°. 440, de 15 de julho de 2013.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 253/2013, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II - Séries Iniciais, a Senhora Aline Barros Franco, CPF nº 080.538.919-93, RG nº 4.870.918- SSP/SC, com lotação destinada à Escola Municipal Vicente Vieira, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Professor, Classe II, Referência "A".

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria N° 441/2013

PORTARIA Nº. 441, de 15 de julho de 2013

"Dispõe sobre a utilização do veículo oficial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e com base na Lei Orgânica Municipal, Considerando que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação divide-se em Secretaria, CRAS, CREAS, Casa de Acolhimento e Habitação;

Considerando que a demanda de serviços destas divisões é alta, pois necessitam de visitas domiciliares aos usuários das ações ofertadas;

Considerando que atualmente a Secretaria dispõe somente de 01 (um) motorista para atendimento da demanda dos serviços;

RESOLVE:

Art. 1º - O veículo oficial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação destina-se exclusivamente ao serviço público.

Art. 2º - Ficam autorizados os servidores integrantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de Motorista, a dirigir o veículo oficial, de transporte individual de passageiros, desde que possua Carteira Nacional de Habilitação e devidamente autorizados pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria N° 442/2013

PORTARIA Nº 442, de 15 de julho de 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 37/2010 de 20 de abril de 2010;

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a desistência de candidato;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos, conforme Anexo I desta Portaria.

RESOLVE:

ART. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público constantes do Anexo I desta Portaria para os cargos públicos de provimento efetivo, submetidos ao Regime Estatutário e Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

- 1) Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
- 2) Cópia da certidão de casamento;
- 3) Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
- 4) Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade - (para os cargos de nível superior: Diploma)
- 5) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
- 6) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);
- 7) Cópia do RG e CPF;
- 8) Cópia do título de eleitor;
- 9) Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
- 10) Cópia do PIS/PASEP;
- 11) Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
- 12) Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- 13) Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
- 14) Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);
- 15) Cópia do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);
- 16) Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);
- 17) Certidão negativa de antecedentes criminais - Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (a ser solicitada no FÓRUM);
- 18) Certidão de quitação eleitoral - Cartório Eleitoral (www.tse.gov.br);
- 19) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: (www.cnj.jus.br);
- 20) Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);
- 21) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);
- 22) Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal;
- 23) Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;
- 24) 01 foto 3 X 4 RECENTE.
- 25) CTPS original para os candidatos Nomeados no Anexo II

ART. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível

no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

ANEXO I
REGIME ESTATUTÁRIO

Cargo: Psicopedagogo		
Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
362	Edna Julice Schroeder	2º
Cargo: Merendeira		
Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17100062	Rosemeri Nebel	7º

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria N° 443/2013

PORTARIA N° 443, de 15 de julho de 2013.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ANNE CAROLINE SCHLÖGL, inscrita no CI-RG 2.716.131 e CPF 040.176.969-02, na função de Agente Administrativo, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 17 de julho de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria N° 444/2013

PORTARIA N° 444, de 15 de julho de 2013.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ELIANE CRISTINA SINDER-SKI SCHÄFER, inscrita no CI-RG 3.259.371 e CPF 920.736.549-91, na função de Agente Administrativo, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 17 de julho de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria N° 445/2013

PORTARIA N°. 445, de 17 de julho de 2013.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, requerimento nº. 196/2013.

RESOLVE:

Art. 1o. - Exonerar a pedido, o servidor ODIVAR ANTONIO BRUNETTO, portador do RG 12/R 2.996.240 e CPF 963.771.439-15, do cargo de Motorista de Veículos Leves, nomeado através da Portaria nº. 205/2013 de 07 de março de 2013, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto N° 5.541, de 22 de Julho de 2013.

DECRETO N° 5.541, DE 22 DE JULHO DE 2013.

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À DEPENDENTE SRA. MARIA PITZ JUNGES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida, nos termos do artigo 62, parágrafo 5º da Lei Municipal nº 1.305, de 9 de outubro de 1991, pensão vitalícia à dependente MARIA PITZ JUNGES, por falecimento do servidor municipal, Alois Alvaristo Junges, a partir do dia 04 de julho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar, 22 de julho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto N° 5.542, de 22 de Julho de 2013.

DECRETO N° 5.542, DE 22 DE JULHO DE 2013.

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À DEPENDENTE SRA. HILDA KRIEGER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida, nos termos do artigo 62, parágrafo 5º da Lei Municipal nº 1.305, de 9 de outubro de 1991, pensão vitalícia à dependente HILDA KRIEGER, por falecimento do servidor municipal, Aloisio Krieger, a partir do dia 04 de julho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar, 22 de julho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria N° 3.153, de 22 de Julho de 2013.

PORTARIA N° 3.153, DE 22 DE JULHO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N° 03/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE VERA LÚCIA PANATI VIANA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 24 de julho de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de Vera Lúcia Panati Viana.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de julho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria N° 3.154, de 22 de Julho de 2013.

PORTARIA N° 3.154, DE 22 DE JULHO DE 2013.

DESIGNA O SERVIDOR ANDRÉ SCHINDLER PARA ATUAR COMO DEFENSOR DATIVO DO SERVIDOR RODRIGO LEPINSKI NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N° 08/2013.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o teor do Memorando nº 02/2013, da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Disciplinar, que informou que o servidor Rodrigo Lepinski foi considerado revel no Processo Administrativo Disciplinar nº 08/2013, com base no art. 195, § 2º, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor ANDRÉ SCHINDLER, ocupante do cargo de Agente Municipal de Trânsito, matrícula nº 9595, para atuar como defensor dativo do servidor RODRIGO LEPINSKI no Processo Administrativo Disciplinar nº 08/2013.

Parágrafo único. À servidora designada como defensora dativa fica concedido o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação da defesa escrita da servidora denunciada, a contar da data de entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de julho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Aviso do Pregão Presencial N° 123/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 123/2013

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de gêneros alimentícios em geral. A ENTREGA dos envelopes, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverá ocorrer até as 9h do dia 07/08/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 07/08/2013 às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 22/07/2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Contrato N° 005/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO N° 005/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em suporte técnico nos

sistemas administrativos da Câmara Municipal.

VIGENCIA: 03/06/2013 à 02/06/2014.

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.3.90.00.00.00.00.00

GOVERNADOR CELSO RAMOS, 03 DE JUNHO DE 2013.

GIDALTE MAFRA

PRESIDENTE DA CÂMARA

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Extrato do Termo Aditivo Nº 001/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Extrato do termo aditivo nº 001/2013

Do Contrato 03/2012

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC

CONTRATADO: GIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública

OBJETO: A contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores (PGVC) aprovado pelo CIGA, nos termos da Resolução CIGA nº 16/2011.

PRAZO: 02.01.2013 à 31.12.2013

VALOR: R\$: 1.600,00 (Um mil seiscientos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal:
3.3.93.39.99.00.00.00.100

Governador Celso Ramos, 02 de Janeiro 2013

GIDALTE MAFRA

Presidente da Câmara

Herval d'Oeste**PREFEITURA****Portaria Nº 506/2013**

PORTARIA Nº 506/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 478/2013, à Servidora IVETE SILVA ROVEA (Matr. 2822), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, Anexo I, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2011 e 30 de junho de 2012, para serem gozadas a partir de 22 de Julho de 2013 a 10 de agosto de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Julho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 507/2013

PORTARIA Nº 507/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 22 de Julho de 2013, da servidora MARLENE URIO BORTOLI (Matr. 2807), a qual exerce a função de Assistente Social, Nível - 12/1, Referência "A", 30 horas semanais, anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, conforme o disposto nos art. 94

e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Julho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 508/2013

PORTARIA Nº 508/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ANGELA MARIA FINGER (Matr. 2777), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 22 de julho de 2013 a 02 de agosto de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Julho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 509/2013

PORTARIA Nº 509/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora RO-SANGELA APARECIDA GIRIOLI (Matr. 2683), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 22 de julho de 2013 a 02 de agosto de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Julho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 510/2013

PORTARIA N° 510/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor IGOR BERNARDES DA SILVA (Matr. 2744), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Médico, Nível - 14, Referência "A", Anexo V da LC N°. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar N°. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 22 de julho de 2013 a 02 de agosto de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Julho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 511/2013

PORTARIA N° 511/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor ROMANO MARCHIORO (Matr. 17), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Técnico em Tributação, Nível - 11, Referência "H", Anexo V da LC N°. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar N°. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 22 de julho de 2013 a 02 de agosto de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Julho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 512/2013

PORTARIA N° 512/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 19 (dezenove) dias de Licença Prêmio, à servidora TATIANA SAUCEDO (Matr. 2798), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC N°. 280/2011, nos termos do artigo 104, § único da Lei Complementar N°. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2008 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 22 de julho de 2013 a 09 de agosto

de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, em 19 de Julho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 513/2013

PORTARIA N° 513/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora LIGIA BACALTCHUK (Matr. 774), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Bioquímico, Nível - 10/2, Referência "D", Anexo V da LC N°. 280/2011, 20 horas semanais, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar N°. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2010 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 22 de julho de 2013 a 25 de julho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Julho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 514/2013

PORTARIA N° 514/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria N°. 140/2013, à Servidora ANDREIA DORINI GIACOMINI (Matr. 356), ocupante do Cargo em Provisamento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível - 8, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Anexo XI da LC N° 286/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de março de 2011 e 28 de fevereiro de 2012, para serem gozadas a partir de 22 de Julho de 2013 a 31 de julho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Julho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 515/2013
PORTARIA N° 515/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria N°. 359/2013, ao Servidor WILLIAN CESAR GAVASSO (Matr. 2751), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC N° 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2011 e 05 de maio de 2012, para serem gozadas a partir de 22 de Julho de 2013 a 31 de julho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Julho de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 516/2013
PORTARIA N° 516/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SELANIRA ANTONIA ALVES (Matr. 3366), a qual exerce a função de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14 de julho de 2012 e 13 de julho de 2013, para serem gozadas a partir de 22 de julho de 2013 a 20 de agosto de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar N°. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Julho de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

Decreto N° 023/2013

Decreto n° 023/2013

DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS VISANDO A REDUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL, EM ATENÇÃO A PRESERVAÇÃO DA MANUTENÇÃO DE LIMITE PRUDENCIAL, E FIEL CUMPRIMENTO AO ART. 19 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LEI COMPLEMENTAR N. 101/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o art. 169 da Constituição Federal estabelece que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites fixados na Lei Complementar n. 101/2000;

Considerando que o artigo. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal fixa em 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, em cada período de apuração, os limites da despesa total com pessoal, nos Municípios;

Considerando a crise econômica atual e as medidas adotadas pelo Governo Federal relacionadas à redução de impostos e seu impacto nas receitas, reduzindo o repasse do FPM - Fundo de Participação dos Municípios;

Considerando os reflexos da redução do repasse do FPM, e da queda na arrecadação do próprio Município, impactando diretamente na sua receita, e na preservação do índice de limite prudencial;

Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas visando a redução da despesa com pessoal, conforme poder-dever do administrador público, inclusive de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços públicos, com qualidade e eficiência;

E finalmente, considerando a previsão contida no artigo 169º, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, que determinam as medidas a serem tomadas pelo gestor público para adequação das despesas com pessoal nos parâmetros estabelecidos.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam reduzidos em 20% (vinte por cento) os salários dos agentes políticos, incluindo o Prefeito e o Vice Prefeito;

Art. 2º. Ficam suspensos os pagamentos de gratificação pelo exercício de funções de confiança por servidores ocupantes de cargo efetivo, de que trata o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.

Art. 3º. Fica suspenso o exercício de jornada extraordinária, no âmbito de toda a rede pública municipal, com exceção dos serviços essenciais.

Art. 4º. As medidas terão aplicação imediata, a partir da data de publicação do presente Decreto.

Art. 5º. O presente Decreto vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado ou reeditado, com eventuais adequações necessárias, por igual período.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 23 de julho de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/DGP N° 458/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 458, de 22 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Célia Maurília da Silva Pacheco	Professora I - 20h	023.075.769-32	22/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 459/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 459, de 22 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Graziela da Silva Demétrio	Professora I - 20h	008.722.839-41	22/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 460/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 460, de 22 de julho de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor MARCELO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS, Professor III - 40h, inscrito no CPF sob o n.º 971.351.940-04, admitido em 22 de fevereiro de 2008, contrato n° 4069, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	05.08.2013 a 02.11.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de julho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 461/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 461, de 22 de julho de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor MICHEL DA SILVA FARIAS, Professor II - 40h, inscrito no CPF sob o n.º 060.709.729-96, admitido em 05 de março de 2008, contrato n° 4280, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	05.08.2013 a 02.11.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de julho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 462/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 462, de 22 de julho de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora SUSANA CAMPOS SOUTO, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 019.744.649-38, admitida em 16 de julho de 2002, contrato n° 1716, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	02.12.2013 a 31.12.2013
	03.02.2014 a 04.03.2014
	01.07.2014 a 30.07.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de julho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 463/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 463, de 22 de julho de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor GERALDO DE SOUZA MACHADO, Professor II - 40h, inscrito no CPF sob o n.º 036.717.099-01, admitido em 21 de fevereiro de 2008, contrato n° 4066, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	05.08.2013 a 02.11.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de julho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 464/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 464, de 22 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Guiomar Tavares de Carvalho	Professora I - 20h	205.354.648-43	17/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 465/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 465, de 22 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Manuela Soares Dávila	Professora I - 40h	067.611.249-80	22/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de julho de 2013.
ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 466/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 466, de 22 de julho de 2013.
Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei n° 2.141, de 14 de maio de 2001,

Considerando ainda, o Processo Administrativo n° 8208, de 17 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora KARENINA SOARES BARRIOS, inscrita no CPF sob o n.º 987.803.870-04, Agente Administrativa, matrícula n.º 6347, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 13 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de julho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de julho de 2013.
ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Errata Pregão Presencial 56/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
ERRATA

COMUNICAÇÃO: onde se lê "tipo menor preço por item", referente ao comunicado de abertura do pregão n° 56/2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 19 de julho de 2013, ler-se-á "tipo menor preço mensal".

Imbituba, 24 de julho de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Extrato de Publicação de Pregão Presencial N° 58/2013 - PMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO N° 83/2013
PREGÃO PRESENCIAL N° 58/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 05 de agosto de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido

pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, a Aquisição de material de consumo para manutenção da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 24 de julho de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria N°. 356/2013 de 22 de Julho de 2.013.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A MANILDE MEDEIROS GOTARDO, matrícula 490-1 Licença Prêmio de 15 dias, relativas aos períodos aquisitivos de 2008 a 2013 e gozo de 22/07/2013 a 05/08/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produz efeitos a partir de 22 de Julho de 2013.

Ipumirim - SC, 22 de Julho de 2.013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal.

Portaria N°. 358/2013 de 22 de Julho de 2.013.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A ELOI PRAMIO, matrícula 1284-0 Licença Prêmio de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2008 a 2013 e gozo de 22/07/2013 a 20/08/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produz efeitos a partir de 22 de Julho de 2013.

Ipumirim - SC, 22 de Julho de 2.013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal.

Portaria N°. 353/2013 de 22 de Julho de 2013.
CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JUCELIA DA SILVA PREZOTTO, matrícula 2025-7, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 04/06/2012 a 03/06/2013 e gozo de 22/07/2013 a 31/07/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22/07/2013.

Ipumirim - SC, 22 de julho de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 354/2013 de 22 de Julho de 2013.
EXONERA SERVIDORA NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE ZELADORA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CRISTIANE VIEIRA LOPES, Matrícula 2093-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 49970330 e do CPF 054.068.569-01, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 130/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de julho de 2013.

Ipumirim - SC, 22 de julho de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 355/2013 de 22 de Julho de 2013.
CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JULIE REGINATO, matrícula 1638-1, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2011 a 30/06/2012 e gozo de 22/07/2013 a 05/08/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22/07/2013.

Ipumirim - SC, 22 de julho de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 357/2013 de 22 de Julho de 2013.
CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A SOLANGE CIMADON, matrícula 115-5, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2011 a 30/06/2012 e gozo de 22/07/2013 a 05/08/2013.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de Julho de 2013..

Ipumirim - SC, 22 de julho de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria N°. 359/2013 de 22 de Julho de 2013.
CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A FABIANE FARINA, matrícula 1014-6, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 23/10/2011 a 22/10/2012 e gozo de 22/07/2013 a 05/08/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22/07/2013.

Ipumirim - SC, 22 de julho de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Processo de Licitação N° 43/2013, Pregão Presencial N° 19/2013

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 43/2013

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 05/08/2013, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 05/08/2013. Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Manutenção da Iluminação Pública no Município de Ipumirim, através de mão de obra especializada e fornecimento de materiais elétricos, de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações da CELESC, obedecido o rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas

no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 23/07/2013

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Processo de Licitação N° 44/2013, Pregão Presencial N° 20/2013

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 20/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 44/2013

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei n° 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 06/08/2013, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 06/08/2013. Objeto da licitação: registro de preço de óleo lubrificantes e hidráulico para a manutenção preventiva da frota municipal, com as características e quantidades, conforme anexo I do Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 23/07/2013

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

Portaria N° 171/2013

Portaria n° 171 de 18 de julho de 2013.

CONCEDE LICENÇA PREMIO À SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar n° 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor municipal Guido João Soehn, sob matrícula n° 10335/01 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 12/07/2013 até 11/10/2013, referente o período aquisitivo de 12/05/1994 até 11/05/1999.

Art. 2º. Converter 2/3 (dois terços) do período da licença em abono especial, em conformidade com o § 2º do Art. 103 da Lei Complementar n° 39/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 12/07/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 18 de julho 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES

Diretor de Recursos Humanos

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA

REGISTRO DE PREÇOS N° 129/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços n° 1290/2013, cujo objeto é aquisição de jaquetas personalizadas, botinas táticas masculinas e câmera fotográfica, destinados para uso da Polícia Civil de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 09 de agosto de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 22 de julho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N° 100/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 100/2013/RH

PARTES: Município de Itapiranga e NADIA MARA WOLF DOS REIS.

ORIGEM: Processo Seletivo n° 06/2012

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço temporário em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545 - Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil

Classe - Referencia: B - 01

VIGÊNCIA: 10/07/2013 A 13/12/2013.

Itapiranga - SC. 10 de julho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial N° 028/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2013, PROCESSO LICITATÓRIO N° 060/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 23/07/2013, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL e SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, nomeados pelo DECRETO N° 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial n° 000028/2013, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 02(DOIS) VEÍCULOS TIPO SEDAN, PARA COMPOR A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
FIAT AUTOMOVEIS S/A
NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA

Representantes (Credenciados)
JEFFERSSON RICARDO CONERADO
CLAUDIO JOAO DE MELLO

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	FIAT AUTOMOVEIS S/A	39.100,0000	0,0000
2	FIAT AUTOMOVEIS S/A	46.511,0000	45.000,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
FIAT AUTOMOVEIS S/A	84.100,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s)

ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supraindicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 23/07/2013.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL

SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ

Apoio
CRISTIAN ANGELO GRASSI

Assinantes
Representantes Assinatura
. FIAT AUTOMOVEIS S/A .
. NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA .

Edital de Pregão Presencial N° 39/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 39/2013
PROCESSO N° 74/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por lote, que será redigida pela Lei Federal N° 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal N° 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar n° 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09 horas estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min do dia 09 de agosto de 2013, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de móveis para a estruturação do plenário da nova sede da Câmara de Vereadores do Município de Itapoá/SC, conforme Projeto Básico, ART e especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 23 de agosto de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL**Portaria N° 08/2013**

Portaria n° 08/2013

Dispõe sobre a exoneração a pedido de servidora aprovada no concurso público n° 01/2008.

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 9º, §1º e §2º da Lei Complementar n°13/2006, de 22 de agosto de 2006, alterado pela Lei Complementar n° 15/2007, de 03 de dezembro de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonera a pedido, a servidora Geisiane Caldeira, do cargo de Agente Administrativo I, nível I (inicial), integrante da Lei Complementar n°13/2006, de 22 de agosto de 2006, alterado pela Lei Complementar n° 15/2007, de 03 de dezembro de 2007, a partir do dia 23 de julho de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Itapoá, em 23 de julho de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

IPESI**Portaria 671/2013**

PORTARIA N.º 671/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária Tempo de Contribuição à servidora TEREZINHA EVELIN GALLINA"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.6º da EC 41/2003, combinado com Art. 22 da Lei Complementar Municipal n° 011/2005 de 05 de dezembro de 2005 que rege a previdência municipal, Lei Municipal n° 076/2001, que dispõe sobre estatuto do servidor público do município e Lei Municipal 153/2003, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimento, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária Tempo de Contribuição a servidora Sra. Terezinha Evelin Gallina, efetiva no cargo de Professora nível MÉDIO referência "N", lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais conforme processo administrativo do IPESI n° 2013.04.00041P, a partir de 04 de junho de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04 de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOÁ - SC, 19 de julho de 2013.

IARA CRISTINE DE OLIVEIRA HOEPFNER

Diretora Executiva

Decreto Municipal 1738/2013

Homologo:

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Jacinto Machado

PREFEITURA

Pregão Presencial N° 015/2013/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2013/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, o Setor de Licitações, o Pregoeiro e sua equipe de apoio através do Decreto N° 011/2013 de 21 de Janeiro de 2013, com devida autorização expedida pelo Senhor Prefeito Municipal, o Sr. Antonio João de Fáveri, e de conformidade com as leis N° 8.666/93 e N° 10.520/02, suas alterações e demais legislações aplicáveis, Torna Público a realização de licitação no dia 02/08/2013 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA PARA MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS, PARA AS FESTIVIDADES DO EVENTO 4ª BANARROZ, 12ª FESTA DO COLONO E FEIRA DO AGRONEGÓCIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme especificações e condições estabelecidas no Edital."

1 - As Informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, N° 75, 2º Andar, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO - SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado - SC, 22 de julho de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial N° 016/2013/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2013/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, o Setor de Licitações, o Pregoeiro e sua equipe de apoio através do Decreto N° 011/2013 de 21 de Janeiro de 2013, com devida autorização expedida pelo Senhor Prefeito Municipal, o Sr. Antonio João de Fáveri, e de conformidade com as leis N° 8.666/93 e N° 10.520/02, suas alterações e demais legislações aplicáveis, Torna Público a realização de licitação no dia 02/08/2013 às 14h30min, com entrega dos envelopes até às 14h15min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO-DE-OBRA DE SEGURANÇA ESPECIALIZADA EM EVENTOS, PARA AS FESTIVIDADES DO EVENTO 4ª BANARROZ, 12ª FESTA DO COLONO E FEIRA DO AGRONEGÓCIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme especificações e condições estabelecidas no Edital."

1 - As Informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, N° 75, 2º Andar, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO - SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado - SC, 22 de julho de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria N.º 1177

PORTARIA N° 1.177 DE 12 DE JULHO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. CASSIO CECCONELLO para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 72/2013/PMJ de 14 de junho de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 45/2013/PMJ - Carta Convite n.º 04/2013/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 12 de julho de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1178

PORTARIA N° 1.178 DE 12 DE JULHO DE 2013

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ROSILENE SALETE DA SILVA durante o período de 20 de junho de 2013 a 20 de julho de 2013, para exercer as funções de Professor ACT-LP, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 005/2013 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 20 de junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 12 de julho de 2013

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1179

PORTARIA N° 1.179 DE 12 DE JULHO DE 2013

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das

atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) INGRID LIMA DA SILVA durante o período de 24 de junho de 2013 a 03 de julho de 2013, para exercer as funções de Professor ACT-SH, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 24 de junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 12 de julho de 2013

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1180

PORTARIA Nº 1.180 DE 12 DE JULHO DE 2013

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JOSEANE DE OLIVEIRA PRESTES ABATTI durante o período de 26 de junho de 2013 a 20 de dezembro de 2013, para exercer as funções de Professor ACT-SH, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 005/2013 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 26 de junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 12 de julho de 2013

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1181

PORTARIA Nº 1.181 DE 15 DE JULHO DE 2013

"REVOGA PORTARIA QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. REVOGA NA INTEGRA PORTARIA N.º 1.172 DE 11 DE JULHO DE 2013.

Art. 2º. A presente revogação deve-se a manifestação da Secretaria de Assistência Social em continuar com a servidora desempenhando a referida Função de Confiança FC-2.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 15 de julho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1182

PORTARIA Nº 1.182 DE 15 DE JULHO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. JULIO CESAR DE SOUZA para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 76/2013/PMJ de 11 de julho de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 51/2013/PMJ - Carta Convite n.º 06/2013/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de julho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 15 de julho de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1183

PORTARIA Nº 1.183 DE 15 DE JULHO DE 2013

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) INGRID LIMA DA SILVA, Professor ACT-SH, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, , lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 03 de julho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 15 de julho de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1184

PORTARIA Nº 1.184 DE 17 DE JULHO DE 2013

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) EDUARDO CAVALLI durante o período de 17 de julho de 2013 a 16 de julho de 2014, para exercer as funções de MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho

regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Chamada Pública n.º 02/2013/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 17 de julho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1186

PORTARIA Nº 1.186 DE 19 DE JULHO DE 2013

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 60, VII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE,

1º NOMEAR COMISSÃO ESPECIAL para avaliações de imóveis para fins de ITBI em conformidade com o art. 3, III da Lei Complementar n.º 31 de 24 de dezembro de 1997.

2º DESIGNAR os servidores, JAISON STRAPASSOLA, RICARDO FELIPE MASSIGNANI e FABIANO GRANDO POLETO, para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 19 de julho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1187

PORTARIA Nº 1.187 DE 19 DE JULHO DE 2013

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) JANAINA MAROSTICA, para exercer o cargo de FISIOTERAPEUTA, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, conforme decisão proferida através de ação ordinária (procedimento comum ordinário) n.º 5002415-55.2011.404.7203/SC da Justiça Federal - Seção Judiciária de Santa Catarina VF e JEF de Joaçaba, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 19 de julho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1188

PORTARIA Nº 1.188 DE 19 DE JULHO DE 2013

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) ALEXANDRE AUGUSTO VIDI ROESLER, para exercer o cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 19 de julho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1189

PORTARIA Nº 1.189 DE 19 DE JULHO DE 2013

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) PRISCILA CONTINI HAACK, para exercer o cargo de TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011 e em especial a solicitação de exoneração da Sra. Naiara Kreve, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 19 de julho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1190

PORTARIA Nº 1.190 DE 19 DE JULHO DE 2013

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX

da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) FRANCIELI FRAZAO DA SILVA durante o período de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2014, para exercer as funções de Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Chamada Pública n.º 01/2013/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de julho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 19 de julho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1191

PORTARIA Nº 1.191 DE 19 DE JULHO DE 2013

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) LAIR CLAUDINEI BOMM durante o período de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2014, para exercer as funções de Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Chamada Pública n.º 01/2013/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de julho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 19 de julho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1185

PORTARIA Nº 1.185 DE 19 DE JULHO DE 2013

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) FRANCIELI FRAZAO DA SILVA, Técnico de Enfermagem - SAMU, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 97 de 18 de março de 2005 e Lei Complementar 119 de 26 de maio de 2006 que instituiu o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e por ter sido classificado em teste seletivo n.º 004/2012/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de julho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 19 de julho de 2013
RAFAEL LASKE

Aditivo Contrato 02/2013/FMS TA 02

CONTRATO Nº 84/2005 - TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. ROBERTO ROFNER, brasileiro, casado, do comércio, portador do CPF nº 197.171.480-15 e C.I nº 11/R 4.755.567, residente e domiciliado na Rua Osvino Lotermann s/nº nesta cidade de Joaçaba (SC), a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da legislação aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 84/2005, celebrado em 03 de Maio de 2005, proveniente do Processo de Licitação nº 68/2005, instaurado através da Dispensa nº 68/2005, homologado no dia 03 de Maio de 2005, que tem como objeto a locação de imóvel localizado na Rua Getúlio Vargas nº 647, andar térreo - Centro, na cidade de Joaçaba (SC), destinado a instalação do CENTRO DE ESPECIALIDADE MÉDICAS - CEM, projetos implantados pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor mensal do contrato original fica reajustado, a contar de 01 de agosto de 2013, nos seguintes termos:

1. Reajuste de 50,9804% sobre o valor inicial (R\$ 2.863,00) correspondente a variação do INPC no período da contratação (03/05/2005 a 03/05/2013);
2. Reajuste de 17,5383% sobre o valor da locação adicional de sala, conforme Termo Aditivo nº 675/2010/PMJ (R\$ 700,00) correspondente a variação do INPC no período desta contratação (23/11/2010 a 03/05/2013).

Diante dos reajustes acima, o valor mensal a ser pago ao LOCADOR passa a ser de R\$ 5.145,32 (cinco mil cento e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, por seus representantes legais, em 04 vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), em 22 de julho de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Locatário

ROBERTO ROFNER
Locador

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

CONTRATO Nº 84/2005 - TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro,

378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. ROBERTO ROFNER, brasileiro, casado, do comércio, portador do CPF nº 197.171.480-15 e C.I nº 11/R 4.755.567, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Lotermann s/nº nesta cidade de Joaçaba (SC), a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da legislação aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 84/2005, celebrado em 03 de Maio de 2005, proveniente do Processo de Licitação nº 68/2005, instaurado através da Dispensa nº 68/2005, homologado no dia 03 de Maio de 2005, que tem como objeto a locação de imóvel localizado na Rua Getúlio Vargas nº 647, andar térreo - Centro, na cidade de Joaçaba (SC), destinado a instalação do CENTRO DE ESPECIALIDADE MÉDICAS - CEM, projetos implantados pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor mensal do contrato original fica reajustado, a contar de 01 de agosto de 2013, nos seguintes termos:

1. Reajuste de 50,9804% sobre o valor inicial (R\$ 2.863,00) correspondente a variação do INPC no período da contratação (03/05/2005 a 03/05/2013);
2. Reajuste de 17,5383% sobre o valor da locação adicional de sala, conforme Termo Aditivo nº 675/2010/PMJ (R\$ 700,00) correspondente a variação do INPC no período desta contratação (23/11/2010 a 03/05/2013).

Diante dos reajustes acima, o valor mensal a ser pago ao LOCADOR passa a ser de R\$ 5.145,32 (cinco mil cento e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, por seus representantes legais, em 04 vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), em 22 de julho de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Locatário

ROBERTO ROFNER
Locador

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Aditivo Contrato 02/2013/FMS TA 02
CONTRATO Nº 02/2013/FMS - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE

SAÚDE, por seu Gestor com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba - SC, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 14.583.334/0001/40, estabelecida na Av. Santa Terezinha, n. 900, Térreo, Bairro Menino Deus, no Município de Joaçaba, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. DOACIR BORDIGNON, portador da Carteira de Identidade nº 562.669/SSP/SC e CPF nº 249.651.629/00, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, n. 37, Bairro Tobias, na cidade de Joaçaba/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 02/2013/FMS, firmado em 02/01/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 43/2012/FMS, instaurado pelo Edital PP nº 25/2012/FMS, homologado no dia 02/01/2013, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de combustíveis e óleos lubrificantes destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde e os dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, SC, durante o exercício financeiro de 2013, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

O saldo do quantitativo de litros do item 2 (óleo diesel) fica revisado em 6,55% sobre o valor correspondente ao custo de aquisição do combustível (83,027% do preço total), passando o valor do litro de R\$ 2,3450 para R\$ 2,4986 (dois reais quarenta e nove centavos e oitenta e seis décimos) a contar desta data, em atendimento ao requerimento da CONTRATADA em conformidade com o disposto no subitem 4.2.1 da cláusula quarta do contrato original e com o parecer da Assessoria Jurídica do Município em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 22 de julho de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

POSTO DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA.
DOACIR BORDIGNON

Testemunhas:

1ª _____

2ª _____

CONTRATO Nº 02/2013/FMS - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por seu Gestor com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba - SC, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA., inscrita no CNPJ sob o

nº 14.583.334/0001/40, estabelecida na Av. Santa Terezinha, n. 900, Térreo, Bairro Menino Deus, no Município de Joaçaba, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. DOACIR BORDIGNON, portador da Carteira de Identidade nº 562.669/SSP/SC e CPF nº 249.651.629/00, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, n. 37, Bairro Tobias, na cidade de Joaçaba/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 02/2013/FMS, firmado em 02/01/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 43/2012/FMS, instaurado pelo Edital PP nº 25/2012/FMS, homologado no dia 02/01/2013, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de combustíveis e óleos lubrificantes destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde e os dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, SC, durante o exercício financeiro de 2013, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

O saldo do quantitativo de litros do item 2 (óleo diesel) fica revisado em 6,55% sobre o valor correspondente ao custo de aquisição do combustível (83,027% do preço total), passando o valor do litro de R\$ 2,3450 para R\$ 2,4986 (dois reais quarenta e nove centavos e oitenta e seis décimos) a contar desta data, em atendimento ao requerimento da CONTRATADA em conformidade com o disposto no subitem 4.2.1 da cláusula quarta do contrato original e com o parecer da Assessoria Jurídica do Município em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 22 de julho de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

POSTO DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA.
DOACIR BORDIGNON

Testemunhas:

1ª _____

2ª _____

Aditivo Contrato 70/2013/PMJ TA 01
CONTRATO Nº 70/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o número 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 468, na cidade de JOAÇABA/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 09.223.659/0001-81, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FELIPE RAMOS

D'AGOSTINI, portador da Carteira de Identidade nº 3.532.752 e CPF nº 008.482.959-19, residente e domiciliado na RUA GETULIO VARGAS, 1.800, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 70/2013/PMJ, firmado em 05/06/2013, proveniente do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41/2013/PMJ - EDITAL TP Nº 7/2013/PMJ, homologado no dia 05/06/2013, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica com C.A.U.Q. de parte da Rua Avelino Volpato, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Joaçaba, onde se adita a CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO, a CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO e a CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

Com vistas à melhor adequação do objetivo da contratação, os quantitativos de alguns itens das planilhas que serviram de base para o contrato original, em virtude dos acréscimos solicitados pela Administração Municipal, passam a vigorar de acordo com a Planilha de Ajuste de Serviços em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Em virtude das adequações nos quantitativos descritas na cláusula primeira deste Termo, o valor global do contrato fica acrescido em R\$ 93.857,23 (noventa e três mil oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e três centavos), sendo R\$ 65.853,10 correspondentes ao material e meio mecânico e, R\$ 28.004,13 correspondentes à mão de obra.

Tal acréscimo corresponde a 19,04% do valor total inicialmente contratado, estando em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para custear as despesas decorrentes da execução do presente Termo, além da prevista no contrato, fica incluída a seguinte Dotação Orçamentária:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
(239) 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

CLAUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 22 de julho de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - CONTRATANTE

RAFAEL LASKE

Prefeito

VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
FELIPE RAMOS D'AGOSTINI
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Contrato 64/2013/PMJ TA 01
CONTRATO Nº 64/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA, com sede administrativa na Rua Orlando Willi Lotermann nº 390, Bairro Bela Vista II, na cidade de Joaçaba SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.178.641/0001-80, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. VILSON DA ROSA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R.858.366 SSP/SC e CPF nº 539.442.409-87, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 64/2013/PMJ, firmado em 03/05/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 35/2013/PMJ - Edital TP nº 6/2013/PMJ, homologado em 03/05/2013, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento do material necessário, para a reposição de 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) de paralelepípedos, em diversas ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 20 de agosto de 2013, em conformidade com o disposto no § 1º, IV, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 8.460,00 (oito mil quatrocentos e sessenta reais), correspondentes a 24% do valor total inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente à contratação adicional de 180,00 m² de reposição de paralelepípedos.

Do valor aditado, R\$ 4.751,00 corresponde aos materiais e R\$ 3.709,00 corresponde à mão de obra.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 19 de julho de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE
Prefeito

EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA
Vilson da Rosa
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Extrato de Termo de Convênio Nº 10/2013-PMJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 10/2013-PMJ

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),

CONVENIADO: MUNICÍPIO DE LUZERNA E MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N.º 4.348/2013 E EM ATENDIMENTO À LEI Nº 8.666/93.

OBJETO: BASES PARA A COOPERAÇÃO PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS A PERFURAÇÃO DE 03 (TRÊS) POÇOS DE MONITORAMENTO, BEM COMO A REALIZAÇÃO DA ANÁLISE DOS EFLUENTES NO ATERRO SANITÁRIO, LOCALIZADO EM DUAS CASAS NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA. AS DESPESAS PROVENIENTES DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS, DO ORÇAMENTO VIGENTE DE CADA UM DOS MUNICÍPIOS CONVENIADOS. O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO É DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO SE DO INTERESSE DAS PARTES, ATÉ O LIMITE DE 60 (SESSENTA) MESES.

JOAÇABA-SC, 23 DE JULHO DE 2013.

RAFAEL LASKE

PREFEITO

NELSON GUINDANI

PREFEITO

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO

Extrato de Termo de Convênio Nº 11/2013-PMJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 11/2013-PMJ

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),

CONVENIADO: APAS - CENTRO DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS

OBJETO: ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADO AO PAGAMENTO DE DESPESAS DA ENTIDADE O MUNICÍPIO DE JOAÇABA REPASSARÁ À APAS - CENTRO DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 20.000,00 (VINTE E MIL REAIS), EM PARCELA ÚNICA, DE ACORDO COM PLANO DE TRABALHO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013.

ÓRGÃO 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV 2.052 CONTRIBUIÇÃO PARA ENTIDADES - ENSINO ESPECIAL

(107) 3.3.50.00.00.00.00.01.0000.00000 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É ATÉ 31/12/2013 A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DA LEI.

A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS FINANCEIROS DE QUE TRATA O PRESENTE CONVÊNIO DEVE SER ENCAMINHADA AO PODER EXECUTIVO E ELABORADA DE ACORDO COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA LEGAIS E VIGENTES, NO PRAZO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

JOAÇABA-SC, 23 DE JUNHO DE 2013.
RAFAEL LASKE
PREFEITO

BARBARA SALETE BIAZZOLO
PRESIDENTE

Termo de Não Atendimento a Convocação

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 30 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) EMERSON ALVES, Cargo de Motorista, classificado em 12º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 22 de julho de 2013.
RAFAEL LASKE

Lages

PREFEITURA

PP 54-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 24-2013 PML

Objeto: Reforma e Estrutura Metálica da Lateral do Ginásio do CAIC Irmã Dulce
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 22/08/2013 às 09:00
Valor Estimado: 20.639,36

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 23 de julho de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário de Administração

TP 02-2013 SEMASA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 02-2013 SEMASA

Objeto: Execução de Serviços de Manutenção dos Próprios
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 14/08/2013 às 14:30
Valor Estimado: 563.834,26

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 22 de julho de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário de Administração

Extrato de Contato 151/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 151/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n° 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: INJEX INDÚSTRIAS CIRURGICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 59.309.302/0001-99, com sede à Av. Comendador Jose Zillo, 160 - Ourinho/SP - cep: 19.900-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº188/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 a 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 49.320,00 (quarenta e nove mil e trezentos e vinte reais).

Lages, 15 de julho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 150/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 150/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n° 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: DIMACI S/C MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.531.725/0001-20, com sede à Rua Ari Miguel da Silveira n.º 391 - Palhoça/SC - cep: 88.133-531.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº187/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 a 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 11.444,40 (onze mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos).

Lages, 15 de julho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 152/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 152/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n° 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.157.032/0001-22,

com sede à Av. Barão do Rio Branco n.º 220 - Rio do Sul/SC - cep: 89.160-000 - fone: 47/35319800.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Aquisição de Equipamentos e Materiais Para as Unidades Básicas de Saúde, em conformidade com o Anexo Do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº189/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/06/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

Lages, 15 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 152/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 152/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.157.032/0001-22, com sede à Av. Barão do Rio Branco n.º 220 - Rio do Sul/SC - cep: 89.160-000 - fone: 47/35319800.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Aquisição de Equipamentos e Materiais Para as Unidades Básicas de Saúde, em conformidade com o Anexo Do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº189/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/06/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

Lages, 15 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 153/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 153/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 09.159.503/0001-89, com sede à Rua Otto Julio Malina, 307 - sala 02 - São Jose/SC - CEP: 88111.500.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Aquisição de Equipamentos e Materiais Para as Unidades Básicas de Saúde, em conformidade com o Anexo Do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº192/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 18/06/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 23.880,00 (vinte e três mil e oitocentos e oitenta reais).

Lages, 15 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 154/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 154/2013

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

EMPRESA: NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.014.167/000-00, com sede à Rua Almirante Gonçalves n.º 2247 - Curitiba/PR - cep: 80.250-150.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Esta Ata de Registro de Preços tem como objeto o Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos para Atendimento às Ordens Judiciais da Secretaria Municipal da Saúde, com base na listagem de A a Z do Órgão Oficial da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico - ABCFARMA/GUIA DA FARMÁCIA - tabela vigente, no exercício de 2013, conforme descrições constantes no quadro demonstrativo, parte do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 25/06/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 253.922,50 (duzentos e cinquenta e três mil e novecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

Lages, 15 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 155/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 155/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - MICRO REGIÃO AMURES, inscrito no CNPJ sob n.º 07.383.800/0001-88, com sede à Rua João de Castro, 367 - Centro - Lages - SC - cep: 88.501.160, fone: 32513700.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A COMODANTE cede à COMODATÁRIA, em comodato, 01 (um) aparelho de Ultra Som Digital, com monitor 10" para uso do Consórcio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 24/06/2013 à 24/06/2014

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

GRATUITO.

Lages, 15 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 155/2013.a Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 155/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: VALERIA WERNER AMARAL SENS, inscrita no CPF sob n.º 646.555.639-15, residente e domiciliada nesta cidade - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação do imóvel sito à Rua Caetano Vieira da Costa, 883 - medindo 223 m², onde esta instalada a Farmácia Popular do Brasil.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/01/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O valor da locação dos imóveis é de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) por mês.

3.1 - O pagamento será efetuado até o dia cinco de cada mês.

Lages, 15 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 157/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 157/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 09.053.748/0001-27, estabelecida à Rua Ceceliom Rodrigues n.º 136 - Taio, SC - cep: 89.190-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais e Equipamentos de Informática, Móveis e Armarinhos, para Programa DST-AIDS e HIV, da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 211/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 5.775,00 (cinco mil e setecentos e setenta e cinco reais).

Lages, 15 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 158/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 158/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA VIDA NOSSA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 14.239.434/0001-53, estabelecida à Rua Correia Pinto n.º 638 - Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Prestação de serviços de confecção de análise de:

Laudo de Radiografias Mamográficas pelo valor unitário de R\$ 10,00 (dez reais);

Laudo de Exames Tomográficos pelo valor unitário de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais);

Laudo de Exames de Ressonância Magnética pelo valor unitário R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais),

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 28/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Lages, 15 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 159/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 159/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.315.593/0001-00, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco n.º 312, SL 01 - Orleans/SC - cep: 88.870-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Oficinas Terapêuticas para CAPS I - II - AD - CASM para o ano de 2013 em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 222/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 10/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 36.285,00 (trinta e seis mil e duzentos e oitenta e cinco reais)

Lages, 15 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 160/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 160/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Oficinas Terapêuticas para CAPS I - II - AD - CASM para o ano de 2013 em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 223/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 10/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 2.336,00 (dois mil e trezentos e trinta e seis reais)

Lages, 15 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 161/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 161/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 79.912.788/0001-62, com sede à Rua Reinoldo Rau n.º 116 - sala 06 - Jaraguá do Sul/SC - CEP:89.251-600.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Oficinas Terapêuticas para CAPS I - II - AD - CASM para o ano de 2013 em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 220/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 10/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 15.983,00 (quinze mil e novecentos e oitenta e três reais)

Lages, 15 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 162/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 162/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: NATHAN TORRES LUIZE, inscrito no CNPJ sob n.º 93.577.427/0001-38, com sede à Rua Marechal Deodoro da Fonseca n.º 570 - São Sebastião do Cai/RS - CEP:95.760-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Oficinas Terapêuticas para CAPS I - II - AD - CASM para o ano de 2013 em conformidade com as

especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 219/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 10/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 15.958,00 (quinze mil e novecentos e cinquenta e oito reais)

Lages, 15 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 163/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 163/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n° 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 13.965.228/0001-68, estabelecida à Av. 24 de Outubro, 1162 - Bom Retiro/SC - cep: 88.680-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Oficinas Terapêuticas para CAPS I - II - AD - CASM para o ano de 2013 em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 221/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 10/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 7.402,50 (sete mil e quatrocentos e dois reais e cinquenta centavos)

Lages, 22 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 164/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 164/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ALCIDES WOLFF FILHO - ME, inscrita no CNPJ/MF sob n° 12.465.877/0001-37, com sede à Rua Sebastião Ramos Schmidt, 470, nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para transporte de pacientes do SUS, à cidades de Santa Catarina, para consultas e cirurgias com enfermeiros e/ou acompanhantes, num total aproximado de 13.686 km.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 10/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 21.897,60 (vinte e um mil e oitocentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)

Lages, 22 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 165/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 165/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n° 13, Centro, Lages/SC - CEP: CONTRATADA: PARTNER COMERCIAL LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 08.234.845/0001-53, estabelecida à Rua Amazonas n.º 540 - sala 301 - Lages, SC - cep: 88.509-210.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos e Materiais de Procedimentos para uso na Zoonozes (uso veterinário) no Ano de 2013, conforme descritivo anexo em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 17/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

Lages, 22 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato Decontrato 156/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 156/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n° 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: LIVRARIAS MOHR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.261.562/0001-38, com sede à Av. Nereu Ramos n.º 3335 - SL 04 - Itapema/SC - CEP: 88.220-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais e Equipamentos de Informática, Móveis e Armazinhos, para Programa DST-AIDS e HIV, da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 212/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/07/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 229.299,90 (duzentos e vinte e nove mil e duzentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

Lages, 15 de julho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

Prorrogação do Edital de Tomada de Preço N°25/2013- PmIm

PRORROGAÇÃO EDITAL DE TOMADA PREÇO N°25/2013
PROCESSO N°55/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 demais legislações competentes, que a Tomada de Preço foi prorrogada para o dia 08 de agosto de 2013 às 14:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para aquisição de peças e serviços hidráulicos para manutenção dos veículos da frota do município de Lauro Muller - SC,. O edital na íntegra está disponível no Setor de

Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 24 de Julho de 2013.

FABIO LEAL

Pregoeiro Municipal

RGF 1º Semestre/2013

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.911.812,90	0,00
Pessoal Ativo	14.879.693,58	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	32.119,32	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	14.911.812,90	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	14.911.812,90	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	27.022.864,40	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	55,18	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	16.213.718,64	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	15.403.032,71	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	14.592.346,78	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.



MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.953.241,78	2.855.380,46	0,00
Dívida Mobiliária	94.773,87	86.306,83	0,00
Dívida Contratual	2.858.467,91	2.769.073,63	0,00
Interna	2.858.467,91	2.769.073,63	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	452.187,11	1.033.606,03	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	498.907,14	2.553.365,60	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	46.720,03	1.519.759,57	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	2.501.054,67	1.821.774,43	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	27.098.943,16	27.022.864,40	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	10,90%	10,57%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	9,23%	6,74%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	32.518.731,79	32.427.437,28	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	29.266.858,61	29.184.693,55	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.858.467,91	2.769.073,63	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	2.858.467,91	2.769.073,63	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	2.858.467,91	2.769.073,63	0,00
Previdenciárias	2.858.467,91	2.769.073,63	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	108.597,06	444.487,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	170.486,46	927.104,53	0,00

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2013

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	27.098.943,16	27.022.864,40	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.961.767,50	5.945.030,17	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	5.365.590,75	5.350.527,15	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	27.022.864,40	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	4.323.658,30	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.891.292,47	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.891.600,51	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Convênio Recursos da União - Hospital	0,00	305.388,44	(305.388,44)
Convênio Recursos do Estado - Hospital	0,00	17,58	(17,58)
Convênio Federal - Agricultura	15.641,58	0,00	15.641,58
Infra Estrutura Urbana	5.402,85	163.050,62	(157.647,77)
Infra-Estrutura em Transporte	4.798,04	0,00	4.798,04
Melhoria do Transito - Parte Prefeitura	279,02	0,00	279,02
Melhoria no Transito - Parte Polícia Civil e Milita	51.724,33	0,00	51.724,33
Transferências de Convênios - Educação	353.696,24	87.098,00	266.598,24
Transferências de Convênios - Saúde	39.820,27	230.917,20	(191.096,93)
Transferências do FUNDEF - 40%	405.168,00	11.369,32	393.798,68
Transferências do FUNDEF - 60%	445.752,79	307.672,81	138.079,98
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.322.283,12	1.105.513,97	216.769,15
Contribuição de Interv.do Domínio Econômico - CIDE	135,72	295,73	(160,01)
Contribuição p/Custeio dos Serv.de Iluminação - CO	29.863,13	31.610,04	(1.746,91)
Convênio SEF - FMAS	4.579,41	0,00	4.579,41
Recursos de Imposto p/ASPS - 15%	38.015,55	106.502,99	(68.487,44)
Recursos de Impostos p/MDEF - 25%	0,00	132.645,98	(132.645,98)
Recursos de Receitas do Hospital	(5.223,19)	9.073,50	(14.296,69)
Recursos Ordinários	1.152.470,75	682.413,10	470.057,65
Superávit - Recursos Ordinários	0,00	4.381,80	(4.381,80)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.219.841,37	966.923,14	252.918,23
TOTAL (III) = (I + II)	2.542.124,49	2.072.437,11	469.687,38
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Convênio Recursos da União - Hospital	4.083,00	147.437,42	0,00	43.433,02	(305.388,44)	0,00
Convênio Recursos do Estado - Hospital	0,00	17,58	0,00	0,00	(17,58)	0,00
Infra Estrutura Urbana	41.219,69	0,00	121.830,93	0,00	(157.647,77)	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	87.098,00	0,00	287.382,63	266.598,24	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	954,09	46.301,60	1.804,03	5.715,79	(191.096,93)	0,00
Transferências do FUNDEF - 40%	0,00	11.369,32	0,00	257.270,00	393.798,68	0,00
Transferências do FUNDEF - 60%	0,00	307.672,81	0,00	0,00	138.079,98	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	46.256,78	599.896,73	123.634,96	593.801,44	144.326,18	0,00
Contribuição de Interv.do Domínio Econômico -	0,00	295,73	0,00	0,00	(160,01)	0,00
Contribuição p/Custeio dos Serv.de Iluminação	0,00	31.610,04	0,00	0,00	(1.746,91)	0,00
Convênio SEF - FMAS	0,00	0,00	0,00	7.041,56	4.579,41	0,00
Recursos de Imposto p/ASPS - 15%	455,02	105.816,02	0,00	33.499,80	(68.487,44)	0,00
Recursos de Impostos p/MDEF - 25%	0,00	132.645,98	0,00	1.019,42	(132.645,98)	0,00
Recursos de Receitas do Hospital	0,00	9.073,50	0,00	4.122,75	(14.296,69)	0,00
Recursos Ordinários	8,23	589.319,74	5.914,62	157.137,98	481.298,76	0,00
Superávit - Recursos Ordinários	0,00	4.381,80	0,00	0,00	(4.381,80)	0,00
Superávit Convênio FMAS	0,00	0,00	0,00	932,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	463,25	873.142,81	5.914,62	203.753,51	264.159,34	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	46.720,03	1.473.039,54	129.549,58	797.554,95	408.485,52	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

RREO 3º Bim/2013

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.800.000,00	42.800.000,00	6.337.007,65	14,81	30.953.186,18	72,32	11.846.813,82
RECEITAS CORRENTES	37.161.250,00	37.161.250,00	6.105.604,79	16,43	28.124.644,47	75,68	9.036.605,53
RECEITA TRIBUTARIA	4.536.000,00	4.536.000,00	726.148,78	16,01	2.336.386,90	51,51	2.199.613,10
IMPOSTOS	4.000.000,00	4.000.000,00	695.254,29	17,38	1.873.804,52	46,85	2.126.195,48
TAXAS	456.000,00	456.000,00	30.894,49	6,78	439.858,81	96,46	16.141,19
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	22.723,57	28,40	57.276,43
RECEITA PATRIMONIAL	120.500,00	120.500,00	6.152,93	5,11	105.089,15	87,21	15.410,85
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	120.500,00	120.500,00	6.152,93	5,11	105.089,15	87,21	15.410,85
RECEITA DE SERVIÇOS	155.000,00	155.000,00	0,00	0,00	17.667,00	11,40	137.333,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.490.250,00	29.490.250,00	5.289.517,23	17,94	24.513.969,38	83,13	4.976.280,62
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	24.831.125,00	24.831.125,00	4.557.328,55	18,35	20.868.686,31	84,04	3.962.438,69
Transf. de Conv.	4.659.125,00	4.659.125,00	732.188,68	15,72	3.645.283,07	78,24	1.013.841,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.859.500,00	2.859.500,00	83.785,85	2,93	1.151.532,04	40,27	1.707.967,96
Multas e Juros de Mora	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	55.727,00	557,27	-45.727,00
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	2.460.000,00	2.460.000,00	23.013,82	0,94	211.588,55	8,60	2.248.411,45
RECEITAS DIVERSAS	349.500,00	349.500,00	60.772,03	17,39	884.216,49	252,99	-534.716,49
RECEITAS DE CAPITAL	5.638.750,00	5.638.750,00	231.402,86	4,10	2.828.541,71	50,16	2.810.208,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.568.750,00	4.568.750,00	231.402,86	5,06	2.828.541,71	61,91	1.740.208,29
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.568.750,00	4.568.750,00	231.402,86	5,06	2.828.541,71	61,91	1.740.208,29
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	42.800.000,00	42.800.000,00	6.337.007,65	14,81	30.953.186,18	72,32	11.846.813,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	42.800.000,00	42.800.000,00	6.337.007,65	14,81	30.953.186,18	72,32	11.846.813,82
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	675.497,19	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	42.800.000,00	42.800.000,00	6.337.007,65	14,81	31.628.683,37	72,32	11.846.813,82
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	500.000,00	—	—	500.000,00	—	—
Superávit Financeiro	—	500.000,00	—	—	500.000,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
						LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g + h) / f)	
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	42.800.000,00	2.848.819,39	45.648.819,39	4.726.650,66	31.628.683,37	5.029.193,28	31.515.426,24	113.257,13	69,29	14.020.136,02
DESPESAS CORRENTES	29.858.000,00	2.762.319,39	32.620.319,39	4.384.090,30	26.970.098,23	4.688.170,79	26.970.098,23	0,00	82,68	5.650.221,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.163.000,00	1.848.119,39	15.011.119,39	2.516.972,64	13.511.050,77	2.516.972,64	13.511.050,77	0,00	90,01	1.500.068,62
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	149.000,00	-10.000,00	139.000,00	22.129,90	123.323,35	22.129,90	123.323,35	0,00	88,72	15.676,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.546.000,00	924.200,00	17.470.200,00	1.844.987,76	13.335.724,11	2.149.068,25	13.335.724,11	0,00	76,33	4.134.475,89
DESPESAS DE CAPITAL	12.757.000,00	86.500,00	12.843.500,00	342.560,36	4.658.585,14	341.022,49	4.545.328,01	113.257,13	36,27	8.184.914,86
INVESTIMENTOS	11.707.000,00	126.500,00	11.833.500,00	306.173,04	4.162.860,45	304.635,17	4.049.603,32	113.257,13	35,18	7.670.639,55
INVERSOES FINANCEIRAS	500.000,00	-10.000,00	490.000,00	3.800,00	41.800,00	3.800,00	41.800,00	0,00	8,53	448.200,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	550.000,00	-30.000,00	520.000,00	32.587,32	453.924,69	32.587,32	453.924,69	0,00	87,29	66.075,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	185.000,00	0,00	185.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185.000,00

Continua 2/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
						LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g + h) / f)	
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	42.800.000,00	2.848.819,39	45.648.819,39	4.726.650,66	31.628.683,37	5.029.193,28	31.515.426,24	113.257,13	69,29	14.020.136,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	42.800.000,00	2.848.819,39	45.648.819,39	4.726.650,66	31.628.683,37	5.029.193,28	31.515.426,24	113.257,13	69,29	14.020.136,02
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—		—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	42.800.000,00	2.848.819,39	45.648.819,39	4.726.650,66	31.628.683,37	5.029.193,28	31.628.683,37		69,29	14.020.136,02

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Lauro Muller, 06/02/2013

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

ADRIANO ARAUJO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	% ((b + c)/a)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.800.000,00	45.648.819,39	4.726.650,66	31.628.683,37	5.029.193,28	31.515.426,24	113.257,13	100,00	69,29	14.020.136,02
Legislativa	1.120.000,00	1.120.000,00	156.735,21	819.269,31	156.735,21	819.269,31	0,00	2,59	73,15	300.730,69
Ação Legislativa	1.120.000,00	1.120.000,00	156.735,21	819.269,31	156.735,21	819.269,31	0,00	2,59	73,15	300.730,69
Administração	4.474.000,00	4.474.000,00	455.500,94	3.600.136,07	463.552,03	3.600.136,07	0,00	11,38	80,47	873.863,93
Administração Geral	3.574.000,00	3.574.000,00	391.262,46	3.217.147,88	398.794,86	3.217.147,88	0,00	10,17	90,02	356.852,12
Administração Financeira	600.000,00	600.000,00	43.167,52	184.660,75	43.167,52	184.660,75	0,00	0,58	30,78	415.339,25
Formação de Recursos Humanos	250.000,00	250.000,00	21.070,96	192.448,37	21.589,65	192.448,37	0,00	0,61	76,98	57.551,63
Telecomunicações	50.000,00	50.000,00	0,00	5.879,07	0,00	5.879,07	0,00	0,02	11,76	44.120,93
Segurança Pública	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Infra-Estrutura Urbana	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Assistência Social	2.866.000,00	3.128.500,00	94.879,31	907.488,37	125.846,92	907.488,37	0,00	2,87	29,01	2.221.011,63
Assistência ao Idoso	705.000,00	705.000,00	62,00	131.314,36	9.411,82	131.314,36	0,00	0,42	18,63	573.685,64
Assistência ao Portador de Deficiência	120.000,00	100.000,00	23.400,00	67.129,02	23.850,00	67.129,02	0,00	0,21	67,13	32.870,98
Assistência à Criança e ao Adolescente	911.000,00	951.000,00	68.903,71	393.670,87	71.328,51	393.670,87	0,00	1,24	41,40	557.329,13
Assistência Comunitária	1.080.000,00	1.322.500,00	2.513,60	315.374,12	21.256,59	315.374,12	0,00	1,00	23,85	1.007.125,88
Previdência Básica	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Saneamento Básico Urbano	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Saúde	11.407.750,00	12.607.750,00	1.926.808,29	11.714.265,37	2.074.434,63	11.714.265,37	0,00	37,04	92,91	893.484,63
Atenção Básica	7.027.750,00	7.727.750,00	1.367.175,86	7.311.782,75	1.505.667,72	7.311.782,75	0,00	23,12	94,62	415.967,25
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.380.000,00	4.880.000,00	559.632,43	4.402.482,62	568.766,91	4.402.482,62	0,00	13,92	90,21	477.517,38
Educação	8.442.250,00	9.848.569,39	1.214.437,25	7.916.650,80	1.297.119,20	7.916.650,80	0,00	25,03	80,38	1.931.918,59
Alimentação e Nutrição	450.000,00	600.000,00	18.518,90	290.772,54	73.359,85	290.772,54	0,00	0,92	48,46	309.227,46
Ensino Fundamental	5.132.250,00	5.978.569,39	741.486,08	4.837.863,91	769.102,68	4.837.863,91	0,00	15,30	80,92	1.140.705,48

Continua 1/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	% ((b + c)/a)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.800.000,00	45.648.819,39	4.726.650,66	31.628.683,37	5.029.193,28	31.515.426,24	113.257,13	100,00	69,29	14.020.136,02
Educação	8.442.250,00	9.848.569,39	1.214.437,25	7.916.650,80	1.297.119,20	7.916.650,80	0,00	25,03	80,38	1.931.918,59
Ensino Superior	290.000,00	290.000,00	4.443,66	279.101,07	4.443,66	279.101,07	0,00	0,88	96,24	10.898,93
Educação Infantil	2.570.000,00	2.980.000,00	449.988,61	2.508.913,28	450.213,01	2.508.913,28	0,00	7,93	84,19	471.086,72
Urbanismo	5.160.000,00	5.160.000,00	449.077,10	2.641.177,64	459.029,68	2.527.920,51	113.257,13	8,35	51,19	2.518.822,36
Infra-Estrutura Urbana	400.000,00	400.000,00	0,00	96.999,79	0,00	96.999,79	0,00	0,31	24,25	303.000,21
Serviços Urbanos	4.190.000,00	4.190.000,00	414.123,20	2.271.421,07	424.075,78	2.158.163,94	113.257,13	7,18	54,21	1.918.578,93
Saneamento Básico Urbano	400.000,00	400.000,00	34.953,90	225.468,40	34.953,90	225.468,40	0,00	0,71	56,37	174.531,60
Energia Elétrica	170.000,00	170.000,00	0,00	47.288,38	0,00	47.288,38	0,00	0,15	27,82	122.711,62
Habitação	230.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Habitação Urbana	230.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Saneamento	320.000,00	320.000,00	16.924,15	34.067,01	16.924,15	34.067,01	0,00	0,11	10,65	285.932,99
Saneamento Básico Urbano	320.000,00	320.000,00	16.924,15	34.067,01	16.924,15	34.067,01	0,00	0,11	10,65	285.932,99
Gestão Ambiental	365.000,00	365.000,00	3.682,08	78.179,09	3.682,08	78.179,09	0,00	0,25	21,42	286.820,91
Controle Ambiental	150.000,00	150.000,00	3.682,08	78.009,09	3.682,08	78.009,09	0,00	0,25	52,01	71.990,91
Recuperação de Áreas Degradadas	215.000,00	215.000,00	0,00	170,00	0,00	170,00	0,00	0,00	0,08	214.830,00
Agricultura	1.548.000,00	1.548.000,00	73.116,80	644.743,06	74.454,55	644.743,06	0,00	2,04	41,65	903.256,94
Controle Ambiental	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Promoção da Produção Vegetal	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Promoção da Produção Animal	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Extensão Rural	1.395.000,00	1.395.000,00	73.116,80	644.508,06	74.454,55	644.508,06	0,00	2,04	46,20	750.491,94
Irrigação	30.000,00	30.000,00	0,00	235,00	0,00	235,00	0,00	0,00	0,78	29.765,00
Promoção Industrial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00

Continua 2/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	%(b + c)/a	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.800.000,00	45.648.819,39	4.726.650,66	31.628.683,37	5.029.193,28	31.515.426,24	113.257,13	100,00	69,29	14.020.136,02
Agricultura	1.548.000,00	1.548.000,00	73.116,80	644.743,06	74.454,55	644.743,06	0,00	2,04	41,65	903.256,94
Promoção Comercial	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Indústria	150.000,00	150.000,00	3.800,00	15.200,00	3.800,00	15.200,00	0,00	0,05	10,13	134.800,00
Promoção Industrial	150.000,00	150.000,00	3.800,00	15.200,00	3.800,00	15.200,00	0,00	0,05	10,13	134.800,00
Comércio e Serviços	694.000,00	694.000,00	1.421,11	21.972,74	1.421,11	21.972,74	0,00	0,07	3,17	672.027,26
Difusão Cultural	377.000,00	377.000,00	0,00	12.251,96	0,00	12.251,96	0,00	0,04	3,25	364.748,04
Turismo	317.000,00	317.000,00	1.421,11	9.720,78	1.421,11	9.720,78	0,00	0,03	3,07	307.279,22
Transporte	4.513.000,00	4.573.000,00	321.127,08	3.046.230,04	341.202,38	3.046.230,04	0,00	9,63	66,61	1.526.769,96
Habitação Urbana	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transporte Rodoviário	4.493.000,00	4.553.000,00	321.127,08	3.046.230,04	341.202,38	3.046.230,04	0,00	9,63	66,91	1.506.769,96
Desporto e Lazer	1.300.000,00	1.300.000,00	9.141,34	189.303,87	10.991,34	189.303,87	0,00	0,60	14,56	1.110.696,13
Desporto Comunitário	1.040.000,00	1.040.000,00	9.141,34	69.458,73	10.991,34	69.458,73	0,00	0,22	6,68	970.541,27
Lazer	260.000,00	260.000,00	0,00	119.845,14	0,00	119.845,14	0,00	0,38	46,09	140.154,86
Reserva de Contingência	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Reserva de Contingência	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	42.800.000,00	45.648.819,39	4.726.650,66	31.628.683,37	5.029.193,28	31.515.426,24	113.257,13	100,00	69,29	14.020.136,02

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Lauro Muller, 06/02/2013

HÉLIO LUIZ BUNN	ROSANA BENEDET	ADRIANO ARAUJO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 023922/O5	Sec. Administração, Fin. e Planej.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.053.660,53	2.343.619,04	2.815.253,24	2.424.657,86	2.696.426,74	2.692.901,07	2.403.548,07	2.140.035,30	2.286.879,22	2.223.498,90	2.587.529,71	3.626.451,91	30.294.461,59	40.490.250,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	50.087,69	204.395,21	457.544,59	327.634,10	105.756,04	120.976,27	79.063,11	115.924,28	94.646,21	54.210,62	88.148,87	637.999,91	2.336.386,90	4.536.000,00	
I.P.T.U.	8.000,00	8.934,41	354.079,25	215.237,40	17.882,55	8.938,56	5.418,67	4.456,74	3.983,83	884,36	1.057,63	8.110,39	636.983,79	1.300.000,00	
I.S.S.	18.601,68	34.188,79	61.084,91	55.779,16	37.637,94	35.870,53	29.856,74	28.938,85	25.363,15	29.747,55	45.573,37	106.352,99	508.995,66	900.000,00	
I.T.B.I.	0,00	8.935,64	2.627,51	10.571,96	13.135,45	9.374,29	7.438,79	16.274,86	16.970,81	6.469,17	6.110,90	36.225,77	134.135,15	900.000,00	
I.R.R.F	6.502,79	10.047,71	13.281,13	8.266,96	12.297,34	10.409,53	7.922,59	11.842,55	10.392,82	10.903,26	13.103,46	478.719,78	593.689,92	900.000,00	
Outras Receitas Tributárias	16.983,22	142.288,66	26.471,79	37.778,62	24.802,76	56.383,36	28.426,32	54.411,28	37.935,60	6.206,28	22.303,51	8.590,98	462.582,38	536.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	5.599,32	8.567,12	13.200,33	19.770,96	13.465,73	9.857,58	5.870,31	9.108,68	5.504,08	7.992,11	4.099,19	2.053,74	105.089,15	120.500,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	2.195,00	1.700,00	2.701,00	2.313,00	2.657,00	1.574,00	1.263,00	1.831,00	524,00	909,00	0,00	0,00	17.667,00	155.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.846.251,25	2.070.173,64	2.315.763,00	2.043.583,15	2.485.833,47	2.344.618,34	1.956.180,40	1.962.982,55	2.160.054,12	2.100.452,52	2.467.011,83	2.930.882,23	26.683.786,50	32.819.250,00	
Cota-Parte do F.P.M.	718.309,56	840.540,76	590.124,95	743.750,99	831.832,87	709.843,68	530.087,53	584.940,47	511.814,33	543.313,99	734.378,11	1.404.446,87	8.743.384,11	11.000.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	540.707,52	469.884,03	509.416,27	535.478,13	477.962,96	514.099,10	483.132,80	483.782,34	559.837,98	534.967,83	573.098,71	295.958,05	5.978.325,72	9.000.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	39.885,84	69.523,36	100.856,33	98.479,55	123.099,10	88.432,13	98.988,01	124.333,67	132.923,29	129.748,44	104.560,23	72.782,91	1.183.612,86	1.200.000,00	
Cota-Parte do ITR.	0,00	0,00	0,00	221,41	0,00	0,00	0,00	762,48	708,45	4.903,92	1.189,06	0,00	7.785,32	35.000,00	
Transferências da LC 61/1989	4.056,13	8.925,58	7.546,61	8.007,48	9.063,36	8.096,84	7.550,61	8.581,10	8.423,80	8.157,49	10.082,32	7.662,12	96.153,44	150.000,00	
Transferências da LC 87/1996	2.700,78	2.700,78	2.700,53	2.700,53	2.700,53	2.700,53	2.700,53	2.700,53	0,00	5.401,06	2.700,53	2.700,53	32.406,86	100.000,00	
Transferências do FUNDEB	330.274,68	309.221,75	325.004,04	343.135,20	334.658,40	326.866,23	302.168,91	313.515,52	352.252,27	329.842,75	362.653,87	317.117,24	3.946.710,86	2.910.000,00	
Outras Transferências Correntes	210.316,74	369.377,38	780.114,27	311.809,86	706.516,25	694.579,83	531.552,01	444.366,44	594.094,00	544.117,04	678.349,00	830.214,51	6.695.407,33	8.424.250,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	149.527,27	58.783,07	26.044,32	31.356,65	88.714,50	215.874,88	361.171,25	50.188,79	26.150,81	59.934,65	28.269,82	55.516,03	1.151.532,04	2.859.500,00	
Dedução da Receita p/Formação do Fundeb - IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução da Receita p/Formação do Fundeb - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB- IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	260.929,08	277.868,77	241.751,55	276.948,82	288.478,50	261.192,74	224.114,27	242.652,95	235.663,97	244.890,54	284.697,60	356.329,64	3.195.518,43	4.289.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	260.929,08	277.868,77	241.751,55	276.948,82	288.478,50	261.192,74	224.114,27	242.652,95	235.663,97	244.890,54	284.697,60	356.329,64	3.195.518,43	4.289.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.792.731,45	2.065.750,27	2.573.501,69	2.147.709,04	2.407.948,24	2.431.708,33	2.179.433,80	1.897.382,35	2.051.215,25	1.978.608,36	2.302.832,11	3.270.122,27	27.098.943,16	36.201.250,00	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Lauro Muller, 06/02/2013

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

ADRIANO ARAUJO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	42.513,80	8,23	-	-	42.522,03	15.835,93	456,52	-	-	16.292,45
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	42.513,80	8,23	0,00	0,00	42.522,03	15.835,93	456,52	0,00	0,00	16.292,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.294,11	0,00	0,00	0,00	1.294,11	1.804,03	0,00	0,00	0,00	1.804,03
GABINETE DO PREFEITO	0,00	8,23	0,00	0,00	8,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRET.MUNIC.DA ADM.,FINANÇAS E PLANEJAME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	456,52	0,00	0,00	456,52
SECRET.MUNIC.DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICO:	41.219,69	0,00	0,00	0,00	41.219,69	8.573,80	0,00	0,00	0,00	8.573,80
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.458,10	0,00	0,00	0,00	5.458,10
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	42.513,80	8,23	0,00	0,00	42.522,03	15.835,93	456,52	0,00	0,00	16.292,45

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Lauro Muller, 06/02/2013

HÉLIO LUIZ BUNN
 Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET
 Contadora CRC/SC 023922/O5

ADRIANO ARAUJO
 Sec. Administração, Fin. e Planej.

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
 Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Lauro Muller - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2012		Em 2011		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2011	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO – RPPS (XI) = (VI– X)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Lauro Muller - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Lauro Muller, 06/02/2013

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

ADRIANO ARAUJO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Out 2012 (B)	Em 31 Dez 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.215.514,88	813.721,10	3.505.765,30
DEDUÇÕES (II)	1.140.614,09	—	452.187,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.183.136,12	1.476.364,69	498.907,14
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	42.522,03	1.535.733,76	46.720,03
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	74.900,79	813.721,10	3.053.578,19
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	74.900,79	813.721,10	3.053.578,19

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2012 (C - A)
VALOR	2.239.857,09	2.978.677,40

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Out 2012 (B)	Em 31 Dez 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Lauro Muller, 06/02/2013

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/05

ADRIANO ARAUJO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	37.040.750,00	6.099.451,86	28.019.555,32	25.023.725,90
Receita Tributária	4.536.000,00	726.148,78	2.336.386,90	2.132.964,66
I.P.T.U.	1.300.000,00	9.168,02	636.983,79	551.084,01
I.S.S.	900.000,00	151.926,36	508.995,66	684.482,76
I.T.B.I.	900.000,00	42.336,67	134.135,15	130.566,01
I.R.R.F.	900.000,00	491.823,24	593.689,92	506.143,03
Outras Receitas Tributárias	536.000,00	30.894,49	462.582,38	260.688,85
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	120.500,00	6.152,93	105.089,15	148.306,57
(-) Aplicações Financeiras	120.500,00	6.152,93	105.089,15	148.306,57
Transferências Correntes	29.490.250,00	5.289.517,23	24.513.969,38	21.692.751,03
F.P.M.	8.800.000,00	1.711.060,03	6.994.707,61	6.373.248,55
I.C.M.S.	7.200.000,00	695.245,39	4.791.653,36	5.335.998,78
Convênios	4.659.125,00	732.188,68	3.645.283,07	3.482.327,92
Outras Transferências Correntes	8.831.125,00	2.151.023,13	9.082.325,34	6.501.175,78
Demais Receitas Correntes	3.014.500,00	83.785,85	1.169.199,04	1.198.010,21
Dívida Ativa	2.460.000,00	23.013,82	211.588,55	119.458,63
Diversas Receitas Correntes	554.500,00	60.772,03	957.610,49	1.078.551,58
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.638.750,00	231.402,86	2.828.541,71	2.525.621,24
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	0,00	0,00	911.900,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	70.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.568.750,00	231.402,86	2.828.541,71	1.613.721,24
Convênios	4.568.750,00	231.402,86	2.828.541,71	1.613.721,24
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.568.750,00	231.402,86	2.828.541,71	1.613.721,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
Outras Receitas de Capital	0,00	-	-	-

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				
		No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI) Outras Receitas de Capital	0,00 0,00	- -	0,00 -	- -		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	41.609.500,00	6.330.854,72	30.848.097,03	26.637.447,14		
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2012		EM 2011		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	
DESPESAS CORRENTES (VIII) Pessoal e Encargos Sociais Juros e Encargos da Dívida (IX) Outras Despesas Correntes DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX) DESPESAS DE CAPITAL (XI)	32.620.319,39 15.011.119,39 139.000,00 17.470.200,00 32.481.319,39 12.843.500,00	4.688.170,79 2.516.972,64 22.129,90 2.149.068,25 4.666.040,89 341.022,49	26.970.098,23 13.511.050,77 123.323,35 13.335.724,11 26.846.774,88 4.545.328,01	0,00 0,00 0,00 0,00 113.257,13	23.500.599,46 11.561.535,64 62.962,08 11.876.101,74 23.437.637,38 4.007.895,06	456,52 0,00 0,00 456,52 456,52 0,00
 Investimentos Inversões Financeiras Concessão de Empréstimos (XII) Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII) Demais Inversões Financeiras Amortização da Dívida (XIV) DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV) RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	 11.833.500,00 490.000,00 0,00 0,00 490.000,00 520.000,00 12.323.500,00 185.000,00 185.000,00	 304.635,17 3.800,00 0,00 0,00 3.800,00 32.587,32 308.435,17 - -	 4.049.603,32 41.800,00 0,00 0,00 41.800,00 453.924,69 4.091.403,32 - -	 113.257,13 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 113.257,13 - -	 3.665.155,25 79.400,00 0,00 0,00 79.400,00 263.339,81 3.744.555,25 - -	 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 - -

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2012			EM 2011	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	185.000,00	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	185.000,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	44.989.819,39	4.974.476,06	30.938.178,20	113.257,13	27.182.192,63	456,52
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.380.319,39	1.356.378,66	-203.338,30		-545.202,01	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	500.000,00		0,00	
Superávit Financeiro	-	-	500.000,00		0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00		0,00	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Lauro Muller, 06/02/2013

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

ADRIANO ARAUJO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.400.000,00	6.400.000,00	718.268,11	2.085.393,07	32,58
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.200.000,00	2.200.000,00	32.181,84	848.572,34	38,57
1.1.1- IPTU	1.300.000,00	1.300.000,00	9.168,02	636.983,79	49,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	900.000,00	900.000,00	23.013,82	211.588,55	23,51
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	900.000,00	900.000,00	42.336,67	134.135,15	14,90
1.2.1- ITBI	900.000,00	900.000,00	42.336,67	134.135,15	14,90
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.400.000,00	2.400.000,00	151.926,36	508.995,66	21,21
1.3.1- ISS	900.000,00	900.000,00	151.926,36	508.995,66	56,56
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	900.000,00	900.000,00	491.823,24	593.689,92	65,97
1.4.1- IRRF	900.000,00	900.000,00	491.823,24	593.689,92	65,97
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.485.000,00	21.485.000,00	3.209.559,44	16.041.668,31	74,66
2.1- Cota-Parte FPM	11.000.000,00	11.000.000,00	2.138.824,98	8.743.384,11	79,49
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.000.000,00	11.000.000,00	2.138.824,98	8.743.384,11	79,49
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.000.000,00	9.000.000,00	869.056,76	5.978.325,72	66,43
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	100.000,00	100.000,00	5.401,06	32.406,86	32,41
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	150.000,00	150.000,00	17.744,44	96.153,44	64,10
2.5- Cota-Parte ITR	35.000,00	35.000,00	1.189,06	7.785,32	22,24
2.6- Cota-Parte IPVA	1.200.000,00	1.200.000,00	177.343,14	1.183.612,86	98,63
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	27.885.000,00	27.885.000,00	3.927.827,55	18.127.061,38	65,01
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.273.000,00	1.273.000,00	110.997,47	587.055,06	46,12
5.1- Transferências do Salário-Educação	400.000,00	400.000,00	66.488,14	393.612,05	98,40
5.2- Outras Transferências do FNDE	873.000,00	873.000,00	44.509,33	193.443,01	22,16
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.273.000,00	1.273.000,00	110.997,47	587.055,06	46,12

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.289.000,00	4.289.000,00	641.027,24	3.195.518,43	74,50
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.200.000,00	2.200.000,00	427.764,95	1.748.676,50	79,49
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.800.000,00	1.800.000,00	173.811,37	1.186.672,36	65,93
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	1.080,20	6.481,30	54,01
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	30.000,00	30.000,00	2.664,33	14.625,54	48,75
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	7.000,00	7.000,00	237,81	1.558,19	22,26
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	240.000,00	240.000,00	35.468,58	237.504,54	98,96
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.910.000,00	2.910.000,00	679.771,11	3.946.710,86	135,63
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.910.000,00	2.910.000,00	679.771,11	3.946.710,86	135,63
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.379.000,00	-1.379.000,00	38.743,87	751.192,43	-54,47
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.746.000,00	2.523.791,63	473.553,73	2.448.621,12	0,00	97,02
13.1- Com Educação Infantil	750.000,00	1.230.000,00	208.073,21	1.230.000,00	0,00	100,00
13.2- Com Ensino Fundamental	996.000,00	1.293.791,63	265.480,52	1.218.621,12	0,00	94,19
14- OUTRAS DESPESAS	1.164.000,00	1.717.527,76	289.977,36	1.642.571,15	0,00	95,64
14.1- Com Educação Infantil	510.000,00	640.000,00	196.588,65	634.304,85	0,00	99,11
14.2- Com Ensino Fundamental	654.000,00	1.077.527,76	93.388,71	1.008.266,30	0,00	93,57
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.910.000,00	4.241.319,39	763.531,09		4.091.192,27	96,46
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO						VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %						62,04
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%(c)=(b/a)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	6.971.250,00	6.971.250,00	981.956,89	4.531.765,35		65,01
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.870.000,00	2.480.000,00	450.213,01	2.249.995,23	0,00	90,73
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.260.000,00	1.870.000,00	404.661,86	1.864.304,85	0,00	99,70
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	610.000,00	610.000,00	45.551,15	385.690,38	0,00	63,23
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.722.250,00	4.418.569,39	512.322,47	3.654.326,61	0,00	82,70
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.650.000,00	2.371.319,39	358.869,23	2.226.887,42	0,00	93,91
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.072.250,00	2.047.250,00	153.453,24	1.427.439,19	0,00	69,72
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.592.250,00	6.898.569,39	962.535,48		5.904.321,84	85,59
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					751.192,43	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 i)					—	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)					—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					751.192,43	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.153.129,41	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,43	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.955.000,00	3.055.000,00	308.010,16	1.684.827,27	0,00	55,15
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.955.000,00	3.055.000,00	308.010,16		1.684.827,27	55,15
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.547.250,00	9.953.569,39	1.270.545,64		7.589.149,11	76,25
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE			CANCELADO EM 2012 (h)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00			0,00	

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	73.319,39	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.946.710,86	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.911.837,21	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	108.193,04	0,00

Lauro Muller, 06/02/2013

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

ADRIANO ARAUJO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.000.000,00	0,00		1.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	12.843.500,00	4.545.328,01	113.257,13	8.184.914,86
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	12.843.500,00	4.545.328,01	113.257,13	8.184.914,86
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-11.843.500,00	-4.658.585,14		-7.184.914,86

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Lauro Muller, 06/02/2013

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

ADRIANO ARAUJO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	70.000,00	0,00	70.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	0,00	70.000,00
TOTAL	70.000,00	0,00	70.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Lauro Muller, 06/02/2013

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

ADRIANO ARAUJO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	30.055.000,00	30.055.000,00	19.742.548,29	65,69
Impostos	4.000.000,00	4.000.000,00	1.873.804,52	46,85
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.300.000,00	1.300.000,00	636.983,79	49,00
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	900.000,00	900.000,00	134.135,15	14,90
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	900.000,00	900.000,00	508.995,66	56,56
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	900.000,00	900.000,00	593.689,92	65,97
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	2.400.000,00	2.400.000,00	211.588,55	8,82
Dívida Ativa dos Impostos	2.400.000,00	2.400.000,00	211.588,55	8,82
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	23.655.000,00	23.655.000,00	17.657.155,22	74,64
Da União	13.305.000,00	13.305.000,00	10.399.063,20	78,16
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	11.000.000,00	11.000.000,00	8.743.384,11	79,49
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	35.000,00	35.000,00	7.785,32	22,24
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	100.000,00	100.000,00	32.406,86	32,41
Outras Transferências da União	2.170.000,00	2.170.000,00	1.615.486,91	74,45
Do Estado	10.350.000,00	10.350.000,00	7.258.092,02	70,13
Cota-Parte do ICMS	9.000.000,00	9.000.000,00	5.978.325,72	66,43
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	150.000,00	150.000,00	96.153,44	64,10
Cota-Parte do IPVA	1.200.000,00	1.200.000,00	1.183.612,86	98,63
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00
Da União para o Município	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00
Demais Municípios para o Município	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	16.964.000,00	16.964.000,00	14.406.156,32	84,92
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-4.289.000,00	-4.289.000,00	-3.195.518,43	74,50
TOTAL	42.800.000,00	42.800.000,00	30.953.186,18	72,32

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	% ((d+e)/c)
DESPESAS CORRENTES	6.501.750,00	7.012.750,00	6.790.259,78	0,00	96,83
Pessoal e Encargos Sociais	3.250.750,00	3.510.750,00	3.406.412,77	0,00	97,03
Outras Despesas Correntes	3.241.000,00	3.502.000,00	3.383.847,01	0,00	96,63
DESPESAS DE CAPITAL	766.000,00	1.480.000,00	1.209.029,68	0,00	81,69
Investimentos	756.000,00	1.480.000,00	1.209.029,68	0,00	81,69

Continua 1/3

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de Lauro Muller - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	% ((d+e)/c)
DESPESAS DE CAPITAL		1.480.000,00	1.209.029,68	0,00	81,69
TOTAL (IV)	7.267.750,00	8.492.750,00	7.999.289,46	0,00	94,19
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/despesas com saúde)
DESPESAS COM SAÚDE	7.267.750,00	8.492.750,00	7.999.289,46	0,00	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESP. CUSTEADAS COM REC. DEST. À SAÚDE	70.000,00	682.000,00	593.462,95	0,00	7,42
Recursos de Transf. do Sist. Único de Saúde - SUS	70.000,00	682.000,00	593.462,95	0,00	7,42
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	7.197.750,00	7.810.750,00	7.405.826,51	0,00	92,58

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=² [(V - VI) / I]	37,51
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((h+i)/Total (h+i))
Atenção Básica	7.027.750,00	7.727.750,00	7.311.782,75	0,00	91,41
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	280.000,00	780.000,00	687.506,71	0,00	8,59
TOTAL	7.307.750,00	8.507.750,00	7.999.289,46	0,00	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Continua 2/3



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de Lauro Muller - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Lauro Muller, 06/02/2013

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

ADRIANO ARAUJO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

Lauro Muller, 06/02/2013

 HÉLIO LUIZ BUNN
 Prefeito Municipal

 ROSANA BENEDET
 Contadora CRC/SC 023922/O5

 ADRIANO ARAUJO
 Sec. Administração, Fin. e Planej.

Município de Lauro Muller - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	42.800.000,00	
Previsão Atualizada		—	42.800.000,00	
Receitas Realizadas		6.337.007,65	30.953.186,18	
Déficit Orçamentário		—	675.497,19	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	500.000,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	42.800.000,00	
Créditos Adicionais		—	2.848.819,39	
Dotação Atualizada		—	45.648.819,39	
Despesas Empenhadas		4.726.650,66	31.628.683,37	
Despesas Executadas		5.029.193,28	31.628.683,37	
Liquidadas		5.029.193,28	31.515.426,24	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	113.257,13	
Superavit Orçamentário		—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.726.650,66	31.628.683,37	
Despesas Executadas		5.029.193,28	31.628.683,37	
Liquidadas		5.029.193,28	31.515.426,24	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	113.257,13	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			27.098.943,16	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	
Resultado Nominal		0,00	2.978.677,40	
Resultado Primário		0,00	-203.338,30	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	42.522,03	0,00	0,00	42.522,03
EXECUTIVO	42.522,03	0,00	0,00	42.522,03
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	16.292,45	0,00	0,00	16.292,45
EXECUTIVO	16.292,45	0,00	0,00	16.292,45
TOTAL:	58.814,48	0,00	0,00	58.814,48
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.153.129,41	25%	28,43
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.448.621,12	60%	62,04
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida		4.658.585,14	8.184.914,86	

Continua 1/2

Município de Lauro Muller - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	70.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	7.405.826,51	15,00	37,51

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Lauro Muller, 06/02/2013

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

ADRIANO ARAUJO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Lebon Régis**PREFEITURA****Portaria N° 293/2013 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA No. 0293/2013 de 22 de Julho de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1 - AFASTAR, de suas funções a funcionária, ROSELI FERREIRA, ocupante do cargo de SERVENTE, por motivo de doença a qual passa a perceber seus vencimentos pelo INSS por motivo de incapacidade laborativa até 22/08/2013.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,
em 22 de julho de 2013.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Portaria N° 454/2013

PORTARIA N° 454 DE 22 DE JULHO DE 2013
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ANDRIELI GONSALVES, aprovada no Concurso Público nº 001/2012, para exercer o cargo de AGENTE DE SAÚDE, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 22/07/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 22 de julho de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 22 de julho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Leoberto Leal**PREFEITURA****Ata de Registro de Preços N° 012/2013 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2013 – FMS.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2013-FMS, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAIS PERMANENTES A SEREM UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 011/2013.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de junho do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente, suprimentos de informática e materiais permanentes a serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que acompanha este edital.

CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

AVENIDA BEIRA RIO, 730, CENTRO, ALFREDO WAGNER/SC

LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME

CNPJ: 12.903.455/0001-04

RUA: MERCEDES CANDIDO DOS SANTOS, SN, LOTE 12, BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, PALHOÇA/SC

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA

CNPJ: 00.147.109/0001-56

RUA: FARROUPILHA, 35, BAIRRO BARREIROS, SÃO JOSÉ/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente, suprimentos de informática e materiais permanentes a serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 010/2013, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Descrição do Material	Und.	Quant.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Marca	Empresa Vencedora
1	Caneta esferográfica cristal, tinta azul, fabricação nacional, corpo transparente, tampa antiasfixiante, ponta de latão e esfera de tungstênio. Com selo do INMETRO impresso na caixa comprovando a sua qualidade. Prazo de validade indeterminado. Troca garantida em qualquer caso de irregularidade, com exceção do desgaste natural pelo uso. Caixa com 50 unidades.	CX	10	31,49	314,90	COMPACTOR	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
2	Caneta fluorescente, marca texto, plástico, não recarregável. cor: amarelo.	UN	30	2,63	78,90	JOCAR	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
3	Corretivo líquido diluído em água branco, opaco, secagem rápida, frasco c/18ml.	UN	20	2,15	43,00	FRAMA	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
4	Envelope papel 11x23 cm (com variação máxima de 1cm), branco escritório.	UN	1000	0,26	260,00	MAXPRINT	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
5	Envelope papel 22x16 cm, +/- 1cm tipo saco, amarelo, tamanho pequeno.	UN	1000	0,35	350,00	MAXPRINT	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
6	Envelope papel 34x24 cm, +/- 1cm, tipo saco, amarelo tamanho médio.	UN	1000	0,41	410,00	MAXPRINT	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
7	Extrator de grampos tipo espátula, de metal inox.	UN	05	1,32	6,60	CARBRINK	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
8	Grampeador de mesa 26/6, com aproximadamente 20cm de comprimento e 9cm de altura, em aço inox. Fabricação nacional.	UN	05	12,45	62,25	JOCAR	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
9	Índice telefônico comercial, capa dura, costurado – 21x15cm.	UN	05	23,69	118,45	TILIBRA	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
10	Livro Ata, com 50 folhas numeradas, com tamanho de 22x31cm – com capa dura e resistente, tipo plastificada.	UN	15	5,65	84,75	TAMOIO	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
11	Marcador para quadro branco WBM-7 – 03 preto, 03 vermelho, 03 verde e 03 azul.	UN	10	4,17	41,70	PILOT	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
12	Mídia virgem CD – RW 700mb/80 min 52x.	UN	100	3,22	322,00	MAXPRINT	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
13	Mídia virgem CD-R 700mb/80 min 52x.	UN	100	1,11	111,00	MAXPRINT	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
14	Papel A4, tamanho 210x297mm, para impressora a laser com gramatura 75g/m2, alcalino e com ISO 9002.	RESMA	800	11,80	9.440,00	ONE	AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA
15	Pasta com elástico, transparente, medindo 24x33cm, 2cm de lombada.	UN	40	2,44	97,60	ALAPLAST	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
16	Pasta com elástico, transparente, medindo 24x33cm, 4cm de lombada.	UN	20	2,60	52,00	ALAPLAST	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
17	Pasta para arquivo AZ – 8 cm de lombada.	UN	40	6,11	244,40	FRAMA	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
18	Tesoura para uso geral, lâminas em aço inox, cabo de polipropileno, com fabricação nacional. Lâminas medindo entre 12 e 13cm.	UN	05	12,45	62,25	LYKE	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME

19	Plástico Adesivo Transparente rolo 45cm x 25mt.	UN	01	76,24	76,24	VMP	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
20	Fita para Impressora compatível mx-80 (Fita LX 300).	UN	10	5,30	53,00	MASTERPRINT	LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME
21	Mídia virgem DVD-R 4.7GB/2h/52x.	UN	10	2,27	22,70	MAXPRINT	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
22	Apagador para quadro branco.	UN	03	6,55	19,65	JOCAR	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
23	Estilete com lâmina recarregável, tamanho entre 13 e 15 cm.	UN	05	3,15	15,75	JOCAR	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
24	Capa fundo para encadernação 220x330 mm, na cor preta com 50 unidades em material PVC.	PC	20	11,30	226,00	MARES	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
25	Capa para encadernação 220x330 mm, transparente, pacote com 50 unidades em material PVC.	PC	20	12,35	247,00	MARES	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
26	Etiquetas adesivas, de cor branca, medindo 6,5 x 2,5 cm, folha com no mínimo 20 etiquetas e no máximo 30 etiquetas, caixa com 30 folhas.	PC	01	20,15	20,15	PIMACO	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
27	Livro Ata, medindo 22x31cm, com 200 folhas.	UN	10	2,42	24,20	TAMOIO	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
28	Porta lápis/clips/cartão em material acrílico – fume.	UN	01	21,95	21,95	WALEU	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
29	Prendedor de papel 19mm, caixa com 12 unidades.	CX	10	5,45	54,50	STALO	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
30	Prendedor de papel 32mm, caixa com 12 unidades.	CX	10	8,05	80,50	STALO	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
31	Caixa para correspondência com 3 bandejas, em acrílico, com suporte entre bandejas fixo de material resistente.	UN	02	47,45	94,90	WALEU	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
32	Fita adesiva transparente medindo 12mmx40m.	RL	10	2,75	27,50	DELFIX	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
33	Fita adesiva transparente medindo 48mmx50m.	RL	10	4,20	42,00	DELFIX	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
34	Cola bastão em bastonete peso líquido 20 gramas - lavável - não tóxico.	UN	10	3,27	32,70	FRAMA	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
35	Perfurador de papel dois furos todo em metal com guia lateral, para no mínimo 50 folhas.	UN	03	36,00	108,00	JOCAR	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
36	Pendrive 4 GB.	UN	02	31,95	63,90	KINGSTON	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
37	Pasta suspensa para arquivo de aço.	UN	50	1,17	58,50	FRAMA	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
38	Prancheta ofício em acrílico com prendedor.	UN	05	10,70	53,50	WALEU	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
39	Grampo trilho metal caixa com 50 unidades.	CX	50	9,25	462,50	BACCHI	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME

40	Clips em aço carbono tamanho 2/0, caixa 500 unidades.	CX	10	9,02	90,20	NEW	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
41	Clips em aço carbono tamanho 3/0, caixa 500 unidades.	CX	10	9,02	90,20	NEW	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
42	Clips em aço carbono tamanho 8/0, caixa 500 unidades.	CX	05	9,02	45,10	NEW	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
43	Papel para fax 216mm por 25metros.	BOBINA	05	8,48	42,40	MAXPRINT	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
44	Formulário contínuo folha simples, 80 colunas, caixa com 3000 folhas.	CX	05	67,45	337,25	DATAPEL	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
45	Formulário contínuo folha simples tipo razão, caixa com 6000 folhas.	CX	05	82,45	412,25	DATAPEL	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
46	Caderno de protocolo.	UN	05	6,02	30,10	TAMOIO	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
47	Grampo para grampeador / 26 / 6 caixas com 5.000 unidades.	CX	15	5,71	85,65	MEGALIFE	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
48	Apontador com depósito.	UN	10	2,10	21,00	LEO E LEO	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
49	Cola branca líquida 40 gramas, caixa com 12 unidades, lavável e não tóxica.	CX	02	15,87	31,74	FRAMA	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
50	Borracha de apagar, composta por borracha natural e estireno butadieno/linha 40/ caixa com 40 unidades.	CX	01	19,85	19,85	ZAPP	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
51	Lápis preto/HB Nº 2/ caixa com 72 unidades.	CX	02	21,00	42,00	LEONORA	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
52	Tinta para carimbo em cor preta.	UN	05	6,10	30,50	CARBRINK	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
53	Almofada para carimbo, confeccionada em plástico resistente.	UN	05	11,05	55,25	CARBRINK	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
54	Perfurador de papel grande, com capacidade para furar até 70 folhas.	UN	01	88,95	88,95	JOCAR	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
55	Grampo para grampeador / 23 / 13 caixas com 5.000 unidades.	CX	02	7,97	15,94	BACCHI	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
56	Quadro branco medindo 60 x 90.	UN	02	86,75	173,50	BELAR	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
57	Caixas para arquivo morto, material papelão, cor marrom, tamanho escritório, comprimento 35cm, largura 13cm, altura 24,5cm.	CX	100	2,95	295,00	FRAMA	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
58	Espiral para encadernação, preto, 07mm, pacote com 100 unidades.	PCT	05	9,00	45,00	MARES	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
59	Espiral para encadernação, preto, 12mm, pacote com 100 unidades.	PCT	05	11,00	55,00	MARES	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
60	Espiral para encadernação, preto, 23 mm, pacote com 60 unidades.	PCT	05	13,00	65,00	MARES	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME

61	Calculadora de mesa com números grandes, 12 dígitos, 4 operações, memória, porcentagem, raiz quadrada, arredondamento, ponto flutuante, gran total, margem bruta(gpm), desligamento automático, inversão de sinal, visor com inclinação gradual, energia solar e bateria. dimensões aproximadas 15,50x15,50x3,00cm.	UN	05	21,85	109,25	SHENG	LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME
62	Livro ponto, com 100 folhas numeradas, tamanho 22x31cm, com capa dura.	UN	05	10,25	51,25	TAMIO	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do

pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços

de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada

a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais ate os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.015 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

05.01.10.301.0006.2.016 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.08 – PAB Fixo

05.01.10.301.0006.2.016 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.71 – Compensação das Especificidades Regionais

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 20 de junho de 2013.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
Pregoeira Municipal

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro
CÉLIA R. WAMBOMMEL SANI ME	LICITAMIX MAT. DE ESCRIT. LTDA ME
Empresa Vencedora	Empresa Vencedora

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO,
INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA
Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES	2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09	CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços N° 013/2013 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2013 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2013 - PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FLUÍDO DE FREIO, FILTROS DE ÓLEO, FILTROS DE COMBUSTÍVEL, FILTROS DE AR E FILTROS HIDRÁULICOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 012/2013.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria n° 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n° 011/2013.

SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
CNPJ: 01.104.642/0001-01
RODOVIA BR 470 KM 140, 5350, VALADA ITROUPAVA, RIO DO SUL/SC

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
CNPJ: 80.954.555/0001-01
RUA: EZILDA SCHMIDT COELHO, 01, BARREIROS, SÃO JOSÉ/SC

AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
CNPJ: 81.632.093/0007-64
RUA: MANOEL FRANCISCO DA COSTA, 2010, VIEIRAS, JARAGUÁ DO SUL/SC

FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP
CNPJ: 01.031.105/0001-70
AVENIDA DOM PEDRO II, 613, CORAL, LAGES/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n° 011/2013, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

GRUPO I – ÓLEO LUBRIFICANTE

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
------	--------	-------	-----------	-------	--------------------	-----------------	-------------------

01	120	Galão	Óleo para motor APICG-4 SAE 15W40 ACEA E2- B2, ou API CH-4, MB 228.3				
02	500	Litros	Óleo para motor a gasolina API Servi- ce SL/CF ACEA A3 15W40 BASE SEMI SINTÉTICA				
03	03	Caixa	Fluído de Freio cx c/24 unidades de 500 ml				
			TOTAL MÁXIMO DO GRUPO I				

GRUPO II – FILTROS

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vence- dora
04	16	Unid.	Filtro de Óleo para Doblô Cargo 1.3 16V – Ano 2.004 - PSL 55				
05	16	Unid.	Filtro de Ar para Doblô Cargo 1.3 16V – Ano 2.004 – ARS 1029				
06	10	Unid.	Filtro de Combus- tível PSD 450/1 p/ microônibus Volare A8 - Ano 2.004				
07	10	Unid.	Filtro de Combus- tível PSD 530/1 microônibus volare A8 2004				
08	20	Unid.	Filtro de Óleo PSL 962 para microô- nibus Volare A8 - Ano 2.004				
09	20	Unid.	Filtro de Ar para microônibus Volare A8 - Ano 2.004 – ARS 3003				
10	20	Unid.	Filtro de Ar – Fiat/ Uno 2005 – ARL 4147				
11	20	Unid.	Filtro de óleo – Fiat/Uno 2005 PSL 55				
12	10	Unid.	Filtro de combus- tível – Fiat/Uno 2005 – G140				
13	10	Unid.	Filtro de óleo – Do- blô 1.8 – 7087808 – PSL - 619				
14	16	Unid.	Filtro de óleo Ambulância Iveco/ DAILYGF Rontan AMB ano 2009 – Cod original 2995655				

15	16	Unid.	Filtro de combustível Ambulância Iveco/DAILYGF Rontan AMB ano 2009 – Cod original 2992662				
16	16	Unid.	Filtro separador de água Ambulância Iveco/DAILYGF Rontan AMB ano 2009 – Cod original 2992300				
17	12	Unid.	Filtro de ar Ambulância Iveco/DAILYGF Rontan AMB ano 2009 – Cod original 93829514				
18	02	Unid.	Anel do cartere Ambulância Iveco/DAILYGF Rontan AMB ano 2009 – Cod original 16508460				
19	12	Unid.	Filtro de óleo Van Sprinter M. BENZ 413CDI 129CV ano 2012 – Cod. Original A6111800009				
20	12	Unid.	Filtro de combustível feltro/papel Van Sprinter M. BENZ 413CDI 129CV ano 2012 – Cod. Original A0004779415				
21	12	Unid.	Filtro de combustível Van Sprinter M. BENZ 413CDI 129CV ano 2012 – Cod. Original A6110920601				
22	12	Unid.	Filtro de ar Van Sprinter M. BENZ 413CDI 129CV ano 2012 – Cod. Original A66900947004				
TOTAL MÁXIMO GRUPO II							
TOTAL MÁXIMO GRUPO I E GRUPO II							

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento dos materiais, cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Material;
- c) Descrição do Material;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como

lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do

pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de

pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05 01 10 301 0006 2.015 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0000
Funcionamento da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

05 01 10 301 0006 2.016 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.0071
Atenção Básica - Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

05 01 10 304 0006 2.018 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.0033
Vigilância em Saúde - Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 24 de junho de 2013.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
Pregoeira Municipal

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro

SIGA BEM DIST. DE LUBRIF. LTDA	MAUCOR DIST. DE LUBRIF. LTDA
Empresa Vencedora	Empresa Vencedora

AGRICOPEL COM. DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP
Empresa Vencedora	Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 014/2013 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2013 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA, VISANDO O MONITORAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE SANTA PAULINA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2013.

Aos 02 (dois) dias do mês de julho do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de câmeras de segurança, visando o monitoramento do Centro de Saúde Santa Paulina, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 012/2013.

SANDRO VILMAR PIRES - ME

CNPJ: 09.253.952/0001-91

RUA JOÃO TEOFILO DEUCHER, 29, CENTRO, BOM RETIRO/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de câmeras de segurança, visando o monitoramento do Centro de Saúde Santa Paulina, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 012/2013, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:



Item	Descrição do Material	Und.	Quant.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Marca	Empresa Vencedora
1	STAND ALONE 08 CANAIS TEC VOZ 240/240	Und.	1	1.922,26	1.922,26	VENATIAN	SANDRO VILMAR PIRES ME
2	MICRO CÂMERA CCD HS 510 TVL	Und.	8	198,3214	1.586,57	DKSEG	SANDRO VILMAR PIRES ME
3	CAIXA DE PROTEÇÃO	Und.	8	28,0552	224,44	DKSEG	SANDRO VILMAR PIRES ME
4	HD 1 TERA	Und.	1	435,3397	435,34	SAMSUNG	SANDRO VILMAR PIRES ME
5	FONTE 12 V 5 A CHAVEADA COMPACTA	Und.	1	136,4064	136,41	HAYONIK	SANDRO VILMAR PIRES ME
6	KIT CONECTOR	Und.	8	5,9593	47,67	LOUD	SANDRO VILMAR PIRES ME
7	CABO DE REDE	Mt.	40	1,8188	72,75	EXPERT	SANDRO VILMAR PIRES ME
8	CABO COAXIAL 4MM 2X26	Mt.	350	1,3931	487,59	ANTEX	SANDRO VILMAR PIRES ME
9	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DAS CÂMERAS DE SEGURANÇA	H	8	48,3711	386,97	DEUTEL	SANDRO VILMAR PIRES ME
10	TOTAL			R\$ 5.300,00			

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como

lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do

pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco)

anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as

sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.015 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

05.01.10.301.0006.2.016 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0002 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto n° 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 03 de julho de 2013.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
Pregoeira Municipal

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro

SANDRO VILMAR PIRES ME
Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES	2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09	CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços N° 019/2013 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2013 - PMLL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 024/2013, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, COPA E COZINHA A SEREM UTILIZADOS EM ENCONTROS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, OFICINAS, REUNIÕES, ATIVIDADES SÓCIO-EDUCATIVAS E AÇÕES REALIZADAS ATRAVÉS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRAS E PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA-PAIF NO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 031/2013.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de maio do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria n° 054/11, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, copa e cozinha a serem utilizados em encontros de convivência e fortalecimento de vínculos, oficinas, reuniões, atividades sócio-educativas e ações realizadas através da Assistência Social, CRAS e Programa de Atendimento Integral a Família - PAIF no Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n° 024/2013.

CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

AVENIDA BEIRA RIO, 730, CENTRO, ALFREDO WAGNER/SC

PADARIA VÓ RUTH LTDA ME

CNPJ: 08.105.961/0001-72

AVENIDA ADOLFO SCHEIDT, 02, CENTRO, LEOBERTO LEAL/SC

FLÁVIO GOEDERT ME

CNPJ: 05.974.535/0001-87

RUA: CARLOS THIESEN, 992, GABIROBA, ITUPORANGA/SC

LANCHONETE DO ACÁCIO LTDA ME

CNPJ: 72.236.706/0001-68

AVENIDA JORGE LACERDA, 1151, CENTRO, VIDAL RAMOS/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.



A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, copa e cozinha a serem utilizados em encontros de convivência e fortalecimento de vínculos, oficinas, reuniões, atividades sócio-educativas e ações realizadas através da Assistência Social, CRAS e Programa de Atendimento Integral a Família - PAIF no Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 024/2013 a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

GRUPO I – MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA

ITEM	QTD.	UND.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
01	120	Pct.	Copos de isopor com 180 ml contendo 25 unidades.	STRAWPLAST	3,15	378,00	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
02	300	Pct.	Pratos plásticos transparente nº 21 contendo 10 unidades.	STRAWPLAST	1,74	522,00	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
03	30	Pct.	Copos para água com 300 ml contendo 100 unidades.	MASTERCOPPO	3,95	118,50	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
04	10	Pct.	Copos para água com 180 ml contendo 100 unidades.	MASTERCOPPO	2,30	23,00	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
05	60	Pct.	Garfos descartáveis contendo 50 unidades.	STRAWPLAST	2,74	164,40	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
06	60	Pct.	Guardanapos de 20x22,5cm com 50 unidades.	DALMATA	0,63	37,80	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
07	20	Pct.	Colheres descartáveis contendo 50 unidades.	STRAWPLAST	2,73	54,60	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
08	12	Pct.	Papel toalha com 02 rolos.	DALMATA	2,93	35,16	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
09	01	Pct.	Pacotinhos de papel branco para embalagem de pipoca e amendoim contendo 1.000 unidades.	INCORPEL	15,95	15,95	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
10	50	Pct.	Papel higiênico com 04 rolos de 60m.	DALMATA	4,80	240,00	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
11	03	Cx.	Percevejo com 100 unidades.	PRAYON	2,43	7,29	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
12	02	Rl.	Fita para presente de 30mm com 50 metros cada, 01 na cor roxa e 01 na cor rosa Pink.	FITEZA	5,73	11,46	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
13	01	Unid.	Embalagens de 500 ml de sabonete líquido.	NOBRE	10,95	10,95	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
14	05	Unid.	Refil de sabonete líquido de 500 ml.	NOBRE	9,20	46,00	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME

15	04	Unid.	Toalhas listradas para pano de chão.	MARTINS	6,95	27,80	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
16	04	Unid.	Vassouras de nylon com cabo.	HARACEM	7,60	30,40	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
17	01	Unid.	Rodo plástico com borracha dupla 40cm com cabo	HARACEM	6,10	6,10	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
18	05	Unid.	Água sanitária 5 litros	SEQUINEL	11,15	55,75	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
19	10	Kg.	Sabão em pó.	GIRANDO SOL	4,88	48,80	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
20	06	Pct.	Esponja para lavar louça dupla face com 03 unidades.	BETANIN	3,20	19,20	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
21	04	Unid.	Detergente neutro para lavar louça, 500ml.	SEQUINEL	1,28	5,12	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
22	05	Pct.	Sacos de lixo de 30 litros com 50 unidades.	LIMPA BRASIL	5,68	28,40	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
23	10	Pct.	Sacos de lixo de 100 litros com 05 unidades.	LIMPA BRASIL	1,58	15,80	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME

GRUPO II – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

ITEM	QTD.	UND.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCE-DORA
24	100	Unid.	Bolos de coco (toicinho do céu) com 2k e 100gr.	GABIROBA	13,90	1.390,00	FLÁVIO GOEDERT ME
25	200	Kg.	Bolo recheado, com recheios variados de: sonho de valsa, prestígio, chocolate branco e preto, coco, crocante e amendoim.	VÓ RUTH	15,70	3.140,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
26	60	Kg.	Torta alemã com: bolacha, chocolate, creme de leite e leite condensado.	VÓ RUTH	17,90	1.0743,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
27	100	Unid.	Cucas de coco e frutas variadas com 1k e 600gr.	GABIROBA	12,00	1.200,00	FLÁVIO GOEDERT ME
28	100	Kg.	Bolo rocambole com recheios variados de: sonho de valsa, frutas variadas, chocolate preto.	VÓ RUTH	11,90	1.190,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
29	2.500	Unid.	Pães de queijo com 25gr.	VÓ RUTH	0,33	825,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
30	2.000	Unid.	Mini sanduíches naturais com: alface, tomate, presunto, queijo e pepino com 175gr.	VÓ RUTH	1,50	3.000,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
31	1.500	Unid.	Taças de mousses variados de: limão, maracujá, chocolate e morango com 100gr.	GABIROBA	2,20	3.300,00	FLÁVIO GOEDERT ME

32	100	Kg.	Bolo de nega maluca sabor, cobertura e recheio de chocolate.	GABIROBA	13,90	1.390,00	FLÁVIO GOEDERT ME
33	50	Unid.	Bolo de cenoura com cobertura de chocolate com 1k e 600gr.	VÓ RUTH	11,90	595,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
34	1.500	Unid.	Salgadinhos fritos tipo: coxinha e bolinho de carne com 100gr.	VÓ RUTH	1,38	2.070,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
35	300	Unid.	Pães doce com farofa e creme com 142gr.	GABIROBA	0,50	1.500,00	FLÁVIO GOEDERT ME
36	300	Unid.	Pães d' água com 50gr.	VÓ RUTH	0,34	102,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
37	75	Unid.	Roscas de polvilho com 360gr.	VÓ RUTH	3,75	281,25	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
38	20	Unid.	Potes de nata com 350gr.	TERRA VIVA	3,50	70,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
39	15	Unid.	Potes de mel com 250gr.	KARO	5,15	77,25	FLÁVIO GOEDERT ME
40	40	Kg.	Orelha de gato com açúcar e canela.	VÓ RUTH	10,37	414,80	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
41	50	Pct.	Presunto com 150gr.	BAIALI	4,58	229,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
42	50	Pct.	Queijo prato com 150gr.	BAIALI	3,79	189,50	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
43	1.500	Unid.	Mini sonho com 40gr cada	GABIROBA	0,70	1.050,00	FLÁVIO GOEDERT ME
44	500	Unid.	Pacote de Sucos de 35gr, sabores variados	POP	0,65	325,00	LANCHONETE DO ACÁCIO LTDA ME
45	30	Unid.	Café solúvel 200gr de boa qualidade.	AMIGO	10,80	324,00	LANCHONETE DO ACÁCIO LTDA ME
46	200	L.	Leite integral tetra pack.	BOM GOSTO	2,30	460,00	LANCHONETE DO ACÁCIO LTDA ME
47	10	Unid.	Açúcar branco refinado – pacote com 5kg.	ALTO ALEGRE	8,90	89,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
48	06	Unid.	Arroz tipo I – pacotes de 5 Kg.	BELCHIOR	9,25	55,50	LANCHONETE DO ACÁCIO LTDA ME
49	60	Kg.	Carne de frango: Coxa e sobre coxa	LAR	6,95	4,17	LANCHONETE DO ACÁCIO LTDA ME
50	20	Kg.	Carne seca tipo charque	ANTINHAS	22,50	450,00	LANCHONETE DO ACÁCIO LTDA ME
51	20	Kg.	Lingüiça defumada tipo: mista	ANTINHAS	13,50	270,00	LANCHONETE DO ACÁCIO LTDA ME
52	20	Kg.	Lingüiça defumada tipo: calabresa	DO VALLE	13,00	260,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
53	06	Unid.	Extrato de tomate, embalagem com 840gr.	QUERO	7,45	44,70	LANCHONETE DO ACÁCIO LTDA ME
54	30	Kg.	Aipim descascado.	RAFAELLA	4,00	120,00	LANCHONETE DO ACÁCIO LTDA ME
55	05	Kg.	Sal refinado iodado.	MIRAMAR	1,59	7,95	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME
56	1000	Unid.	Bolinho tipo Cup-cake com 150gr cada.	GABIROBA	1,45	1.450,00	FLÁVIO GOEDERT ME

57	20	Unid.	Pacote de 500g de pó para café torrado e moído, embalado a vácuo, torrefação entre 0 e 5.	CABOCLO	8,45	169,00	LANCHONETE DO ACÁCIO LTDA ME
58	60	Unid.	Bolacha tipo waffer, sabores variados 115gr.	VISCONTI	1,15	69,00	LANCHONETE DO ACÁCIO LTDA ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produtos(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar

a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº

8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.03.08.244.0007.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S

05.03.08.244.0007.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.9 – Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S - Piso Variável de Média Complexidade

05.03.08.244.0007.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0052.9 – Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S – Piso Variável de Média Complexidade - Superávit

05.03.08.244.0007.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0052.5 – Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S – Piso Básico Variável II

05.03.08.241.0007.2.024.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Integração do Idoso

05.03.08.244.0008.2.038.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.7 – Funcionamento e Manutenção do CRAS – Piso Básico Fixo

05.03.08.244.0008.2.038.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.308 – Funcionamento e Manutenção do CRAS – IGD BF

05.03.08.244.0007.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Apoio a Grupos de Mulheres

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto n° 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 17 de maio de 2013.
JAQUELINE ROSALIA GUCHERT HOFFMANN
Pregoeira Municipal

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro

CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME Empresa Vencedora	PADARIA VÓ RUTH LTDA ME Empresa Vencedora
---	--

FLÁVIO GOEDERT ME Empresa Vencedora	LANCHONETE DO ACÁCIO LTDA ME Empresa Vencedora
--	---

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços N° 020/2013 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2013 – PMLL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2013, EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MARMITAS E ALMOÇOS PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, EM TRABALHOS DE CAMPO, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 032/2013.

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de maio do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria n° 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de marmitas e almoços para os funcionários da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente e Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município de Leoberto Leal, em trabalhos de campo, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n° 025/2013.

HOTEL E CHURRASCARIA JK LTDA ME
CNPJ: 80.700.891/0001-28
RUA PADRE JOSÉ ELY, 39, CENTRO, LEOBERTO LEAL/SC

JUDITE MARIAN SCHEIDT OTTO ME
CNPJ: 02.961.295/0001-98
RUA GERAL, S/N, BOITEUXBURGO, MAJOR GERCINO/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de marmitas e almoços para os funcionários da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente e Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município de Leoberto Leal, em trabalhos de campo, conforme Anexo I, do Edital de Pregão

Presencial n° 025/2013, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

GRUPO I – Marmitas para os Funcionários que estiverem a serviço nas localidades do Município de Leoberto Leal.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
1	6.000	Und.	Marmita contendo os seguintes ingredientes mínimos: arroz, feijão, massas, batata frita, dois tipos das seguintes saladas (maionese, tomate, repolho, cebola, beterraba, pepino, pimentão) e dois tipos de carnes (frango, lingüicinha, carne suína, carne bovina), com peso mínimo de 950 gr.	7,49	44.940,00	HOTEL E CHURRASCARIA JK LTDA ME

GRUPO II – Almoço para os Funcionários que estiverem a serviço na região de Vinte Saltos, Ribeirão dos Ovos, Rio do Tigre, Corridas, Vargem dos Bugres e Alto Rio das Pedras, Município de Leoberto Leal.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
1	1.500	Und.	Almoço contendo os seguintes ingredientes mínimos: arroz, feijão, massas, batata frita, dois tipos das seguintes saladas (maionese, tomate, repolho, cebola, beterraba, pepino, pimentão) e dois tipos de carnes (frango, lingüicinha, carne suína, carne bovina).	12,00	18.000,00	JUDITE MARIAN SCHEIDT OTTO ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produtos(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.



CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias, após a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.365.0004 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 – Funcionamento e Manutenção da SECD – Ensino Infantil

04.01.12.361.0004 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 – Funcionamento e Manutenção da SECD - Ensino Fundamental

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção da STOSU

07.01.20.606.0011 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção da SAMA

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 17 de maio de 2013.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
Pregoeira Municipal

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro

HOTEL E CHUR. JK LTDA ME	JUDITE M. SCHEIDT OTTO ME
Empresa Vencedora	Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 021/2013 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2013 – PMLL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2013, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS MEDIDO EM HORAS TÉCNICAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2013.

Aos 17 (dezessete) dias do mês de maio do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 061/2011, de 01 de março de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços medido em horas técnicas para manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informática da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 026/2013.

RICARDO ANDRÉ PEREIRA ME

CNPJ: 10.576.962/0001-47

RUA: LEONARDO FRANZEN, 21, CENTRO, LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviços medido em horas técnicas para manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informática

da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 026/2013, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
1	450	H	HORA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS MICROCOMPUTADORES PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL.	20,00	9.000,00	RICARDO ANDRÉ PEREIRA ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) serviço(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Serviços conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Serviço;
- Descrição do Serviço;
- Local de Execução;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias, após a execução dos serviços e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de

matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada

a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002.2.003 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000
- Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito – Recurso Ordinário

03.01.04.122.0003.2.003 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000
0 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração – Recurso Ordinário

04.01.12.365.0004.2.005 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000
- Funcionamento e Manutenção da SECD – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Educação - Ensino Infantil

04.01.12.361.0004.2.004 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000
0 – Funcionamento e Manutenção da SECD – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Educação – Ensino Fundamental

04.01.12.361.0004.2.004 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000
0 – Funcionamento e Manutenção da SECD – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Educação

05.02.08.243.0008.2.026 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000
0 – Funcionamento e Manutenção do FMIA – Recurso Ordinário

05.03.08.244.0007.2.021 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000
0 – Funcionamento e Manutenção do FMAS – Recurso Ordinário

05.03.08.244.0007.2.021 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.000000
– Funcionamento e Manutenção do FMAS – Outras Transferência de Recursos do Fundo de Assistência Social

06.01.26.782.0009.2.028 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000
0 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras – Recurso Ordinário

07.01.20.606.0011.2.030 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.000000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente – Recurso Ordinário

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto n° 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 20 de maio de 2013.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

Pregoeira Municipal

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro

RICARDO ANDRÉ PEREIRA ME

Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN

CPF: 017.410.949-09

2- MARCIO LOPES

CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços N° 022/2013 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 022/2013 – PMLL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2013, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIOS E ELETROELETRÔNICOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, CONFORME RELACIONADO NO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 036/2013.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria n° 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de equipamentos de informática, mobiliários e eletroeletrônicos para a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Pregão Presencial n° 028/2013.

CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

AVENIDA BEIRA RIO, 730, CENTRO, ALFREDO WAGNER/SC

LLL SCHMIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CONFECÇÃO LTDA

CNPJ: 08.379.451/0003-55

RUA: JORGE LACERDA, 329, CENTRO, LEOBERTO LEAL/SC

BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME

CNPJ: 09.053.748/0001-27

RUA: CECÍLIO RODRIGUES, 136, BAIRRO SEMINÁRIO, TAIÓ/SC

SANDRO VILMAR PIRES ME

CNPJ: 09.253.952/0001-91

RUA: JOÃO TEOFILO DEUCHER, 29, CENTRO, BOM RETIRO/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, para eventuais aquisições parceladas de equipamentos de informática, mobiliários e eletroeletrônicos para a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Pregão Presencial n° 028/2013, a contar da assinatura da presente ata.



CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

ITEM	QTD.	UND.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
01	05	UND.	MICROCOMPUTADORES: PROCESSADOR I5: (3.0GHz, Cache L3: 6MB, LGA1155); MOTHERBOARD: (LGA 1155, ATX, PORTAS USB 3.0 E 2.0, DIMMs DDR3 1333/1066 MHz, 02 PORTAS SERIAL ATA, 03 PORTAS SATA, HDMI); MEMÓRIA DDR 3 – 8GB 1333 MHz; HD 500 GB – 7,200 RPM; GRAVADOR DVD-RW; FONTE 400W ATX (REAL); GABINETE KIT 4 BAIAS; MOUSE ÓPTICO/TECLADO/CAIXA DE SOM; MONITOR LCD/LED 18.5"; WINDOWS 7 HOME PREMIUM (OU SUPERIOR) – 64 BITS. GARANTIA: 1 ANO.	BRPC/AOC	1.789,00	8.945,00	SANDRO VILMAR PIRES ME
02	02	UND.	NOTEBOOK: TELA: 14.0" WXGA 16:9 LED BACKLIGHT TIPO GLARE; CHIPSET: INTEL HM 65 EXPRESS; PROCESSADOR: INTEL CORE I5; SISTEMA OPERACIONAL: MICROSOFT WINDOWS 7 HOME BASIC 64 BITS; MEMÓRIA: 8GB; UNIDADE DE DISCO RÍGIDO: 500GB 5400rpm; DRIVES ÓPTICOS: DVD DUAL SUPER MULTI; VÍDEO: INTEL HD GRAPHICS 3000; UNIDADE ÓPTICA: DVD-RW; REDE: 10/100/1000, WIRELESS 802.11 b/g/n; BLUETOOTH; MOUSE: TOUCH PAD COM SCROLL E MULTIGESTOS; BATERIA: DE 6 CÉLULAS DE LÍTIO-ÍON; TECLADO: PORTUGUÊS ABNT + TECLA WINDOWS + TECLAS Ç E (ISOLATED); ALIMENTAÇÃO: ADAPTADOR AC 65W; LEITOR DE CARTÃO: 7 EM 1: MMC/SD/SDHC/SDXC/MS/MS PRO E MS DUO; WIRELESS: PLACA WIRELESS PADRÃO 802.11bgn; WEBCAM: CMOS COM RESOLUÇÃO DE 1.3 MPIXELS INTEGRADA. CONECTIVIDADE: 3 USB 2.0; RJ45; VGA; HDMI; SAÍDA FONES DE OUVIDO; ENTRADA MICROFONE. GARANTIA: 1 ANO.	MEGAWARE	1.786,00	3.572,00	SANDRO VILMAR PIRES ME
03	02	UND.	NETBOOK: PROCESSADOR: INTEL DUAL CORE; MEMÓRIA: RAM 2GB DDR3; CAPACIDADE: HD 320GB; TELA: 10.1" LED; 2 USB 2.0; 1 RJ45; 1 VGA; WINDOWS 7; WI-FI. GARANTIA: 1 ANO.	PHILCO	980,00	1.960,00	LLL SCHMIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CONFECCÃO LTDA

05	01	UND.	TV LCD 42 POLEGADAS, COM CONVERSOR DIGITAL, COM HDMI, E ENTRADA USB. GARANTIA: 1 ANO.	AOC	1.408,00	1.408,00	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME
06	03	UND.	CONDICIONADOR DE AR CAPACIDADE DE 12.000 BTUs, TIPO JANELA, COR BRANCO, COM CICLO QUENTE E FRIJO, FILTRO COM SAÍDA PARA OS DOIS LADOS, MÍNIMA 02 VELOCIDADES, VASÃO MÍNIMA DE AR DE 530m³/h, ALIMENTAÇÃO 220 VOLTS, CONTROLE REMOTO COM TODAS AS FUNÇÕES: LIGA, DESLIGA, TIMER E VELOCIDADE, SELO PROCEL A. GARANTIA: 1 ANO.	KOMECCO	1.335,00	4.005,00	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
07	03	UND.	CONDICIONADOR DE AR , TIPO SPLIT, CAPACIDADE TOTAL DE REFRIGERAÇÃO 18.000 BTU/H, CICLO QUENTE/ FRIJO , COM QUATRO VELOCIDADES DE VENTILAÇÃO, FUNÇÃO TIMER, FUNÇÃO SLEEP, FUNÇÃO VENTILAÇÃO, FUNÇÃO DESUMIDIFICAÇÃO, MODELO PISO-TETO, VOLTAGEM 220V, COM CONTROLE REMOTO, SEM FIO, SELO PROCEL A. GARANTIA: 1 ANO.	KOMECCO	2.690,00	8.070,00	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
08	08	UND.	POLTRONA FIXA DE APROXIMAÇÃO 3006: SEM BRAÇO AMERICANO, INJ. COURO ECOLÓGICO/ CROMADA	GIROS	321,90	2.575,20	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
09	02	UND.	POLTRONA GIRATÓRIA PRESIDENTE 3001: BRAÇO AMERICANO, INJ. COURO ECOLÓGICO/CROMADA	GIROS	629,00	1.258,00	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
10	03	UND.	POLTRONA GIRATÓRIA PRESIDENTE 4001: BRAÇO AMERICANO, INJ.	CAVALETTI	409,00	1.227,00	LLL SCHMIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CONFECCÃO LTDA
11	03	UND.	CADEIRA GIRATÓRIA SECRETÁRIA 4004: BG/INJ.	GIROS	114,95	344,85	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produtos(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro

da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas

na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das

demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002.2.002 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito – Recursos Ordinários

03.01.04.122.0003.2.003 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração – Recursos Ordinários

04.01.12.361.0004.2.004 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação – Receita de Impostos/Transferência Impostos da Educação - EF

04.01.12.365.0004.2.005 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação – Receita de Impostos/Transferência Impostos da Educação – EI

06.01.26.782.0009 2.028 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos – Recursos Ordinários

07.01.20.606.0011.2.030 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente – Recursos Ordinários

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 24 de maio de 2013.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME	LLL SCHMIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CONFECCÃO LTDA
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA

BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME	SANDRO VILMAR PIRES ME
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços N° 023/2013 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2013 - PMLL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2013, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE LIMPEZA, CONSUMO, COPA E COZINHA PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 037/2013.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza, consumo, copa e cozinha para as Escolas da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 029/2013.

LLL SCHMIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CONFECCÃO LTDA

CNPJ: 08.379.451/0003-55

RUA: JORGE LACERDA, 329, CENTRO, LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza, consumo, copa e cozinha para as Escolas da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 029/2013, a contar da assinatura da presente Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
02	UND	08	FORMAS PARA PÃO, EM ALUMÍNIO.	PATOLUX	12,36	98,88	LLL SCHMIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CONFECCÃO LTDA

03	UND	20	PRA-TOS DE VIDRO GRANDE.	MD	4,10	82,00	LLL SCH-MIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CON-FECÇÃO LTDA
04	UND	10	PILHA TAMANHO PEQUENA AA, UTILIZAÇÃO SEGURA, NÃO RE-CARREGÁVEL.	IMPO-RIENTE	0,75	7,50	LLL SCH-MIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CON-FECÇÃO LTDA
05	UND	05	PÁ PARA LIXO EM PLÁSTICO.	PLAS-TION	1,98	9,90	LLL SCH-MIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CON-FECÇÃO LTDA
06	UND	05	PILHA PALITO, NÃO RE-CARREGÁVEL -AAA.	ALFA-CELL	1,38	6,90	LLL SCH-MIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CON-FECÇÃO LTDA
10	UND	10	POTES PLÁSTICOS RESISTENTES 4L, COM TAMPAS.	MALU	2,49	24,90	LLL SCH-MIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CON-FECÇÃO LTDA
11	UND	05	CONCHA GRANDE EM ALUMÍNIO.	MONA-LIZA	4,99	24,95	LLL SCH-MIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CON-FECÇÃO LTDA
12	UND	10	BALDE GRANDE EM PLÁSTICO, RESISTENTE 12 LITROS.	SANTA-NA	4,63	46,30	LLL SCH-MIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CON-FECÇÃO LTDA

17	UND	20	TOA-LHA DE BANHO COR ESCURA PARA CHÃO.	MALU-VALLE	4,89	97,80	LLL SCH-MIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CON-FECÇÃO LTDA
18	UND	20	TOA-LHA DE ROSTO, MACIA.	OLINDA	3,99	79,80	LLL SCH-MIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CON-FECÇÃO LTDA
19	UND	25	PANO DE PRATO BRANCO.	FLOR D'LIZA	2,43	60,50	LLL SCH-MIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CON-FECÇÃO LTDA
26	RL	20	ROLO DE FITA TRANSPARENTE, LARGA MEDINDO 30M.	FURNA-PACK	3,06	61,20	LLL SCH-MIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CON-FECÇÃO LTDA
28	UND	04	PANELA GRANDE COM TAMPAS, EM ALUMÍNIO, CAPACIDADE 9 LITROS.	PATOLUX	40,41	161,64	LLL SCH-MIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CON-FECÇÃO LTDA
31	CX	05	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, GALVANIZADOS, CAIXA CONTENDO 5.000 GRAMPAS.	MD	3,67	18,35	LLL SCH-MIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CON-FECÇÃO LTDA
37	UND	03	ESCORREDOR DE LOUÇA EM ALUMÍNIO.	MADE-FER	22,97	68,91	LLL SCH-MIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CON-FECÇÃO LTDA

40	UND	03	PANELA EM ALUMÍNIO COM TAMPA TAMANHO 4,3 L.	PATOLUX	31,80	95,40	LLL SCHMIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CONFEÇÃO LTDA
41	UND	02	CHALEIRA EM ALUMÍNIO 2 LITROS.	PATOLUX	21,50	43,00	LLL SCHMIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CONFEÇÃO LTDA
42	UND	04	BACIA EM PLÁSTICO RESISTENTE 8 LITROS.	MALU	5,56	22,24	LLL SCHMIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CONFEÇÃO LTDA
44	UND	01	CORTINA PARA COZINHA EM TECIDO MEDINDO 1,50 X 1,20.	FLOR D'LIZA	52,20	52,20	LLL SCHMIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CONFEÇÃO LTDA
45	UND	02	CORTINA PARA SALA EM TECIDO MEDINDO 1,50 X 2,00.	FLOR D'LIZA	47,45	94,90	LLL SCHMIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CONFEÇÃO LTDA
46	UND	20	ALMOFADAS EM TECIDO COM ENCHIMENTO.	FLOR D'LIZA	13,40	268,00	LLL SCHMIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CONFEÇÃO LTDA

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;

- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.361.0004.2.004 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0059 – Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - EF

04.01.12.361.0004.2.004 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0059 – Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE – SUPERÁVIT - EF

04.01.12.365.0004.2.005 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0059 – Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - EI

04.01.12.365.0004.2.005 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0059 – Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE – SUPERÁVIT - EI

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 24 de maio de 2013.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

LLL SCHMIDT COMÉRCIO DE CEREAIS E CONFECÇÃO LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços N° 024/2013 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2013 – PMLL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 030/2013 - PMLL, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAIS PERMANENTES PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 038/2013.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de maio do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente, suprimentos de informática e materiais permanentes para uso da Administração Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 030/2013.

CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
CNPJ: 04.195.853/0001-87
AVENIDA BEIRA RIO, 730, CENTRO, ALFREDO WAGNER/SC

DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP
CNPJ: 09.008.570/0001-00
RUA: IRMGARD CARL, 225, SALA 01, BAIRRO ASILO, BLUMENAU/SC

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA
CNPJ: 00.147.109/0001-56
RUA: FARROUPILHA, 35, BAIRRO BARREIROS, SÃO JOSÉ/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente, suprimentos de informática e materiais permanentes para uso da Administração Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 030/2013, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unit.	Preço Total	Empresa Vencedora
01	CX	10	Caneta esferográfica cristal, tinta azul, fabricação nacional, corpo transparente, tampa antiasfixiante, ponta de latão e esfera de tungstênio. Com selo do INMETRO impresso na caixa comprovando a sua qualidade. Prazo de validade indeterminado. Troca garantida em qualquer caso de irregularidade, com exceção do desgaste natural pelo uso. Caixa com 50 unidades.	COMPACTOR	30,70	307,00	CÉLIA R. W. SANI ME
02	UN	30	Caneta fluorescente, marca texto, plástico, não recarregável. cor: amarelo.	JOCAR	2,55	76,50	CÉLIA R. W. SANI ME
03	UN	20	Corretivo líquido diluído em água branco, opaco, secagem rápida, frasco c/18ml.	FRAMA	2,05	41,00	CÉLIA R. W. SANI ME
04	UN	1500	Envelope papel 11x23 cm (com variação máxima de 1cm), branco ofício.	MAXPRINT	0,24	360,00	CÉLIA R. W. SANI ME
05	UN	1500	Envelope papel 22x16 cm, +/- 1cm tipo saco, amarelo, tamanho pequeno.	MAXPRINT	0,31	465,00	CÉLIA R. W. SANI ME
06	UN	1000	Envelope papel 34x24 cm, +/- 1cm, tipo saco, amarelo tamanho médio.	MAXPRINT	0,37	370,00	CÉLIA R. W. SANI ME
07	UN	10	Extrator de grampos tipo espátula, de metal inox.	CARBRINK	1,30	13,00	CÉLIA R. W. SANI ME
08	UN	10	Grampeador de mesa 26/6, com aproximadamente 20cm de comprimento e 9cm de altura, em aço inox. Fabricação nacional.	JOCAR	12,45	124,50	CÉLIA R. W. SANI ME
09	UN	05	Índice telefônico comercial, capa dura, costurado – 21x15cm.	MANAGER	23,25	116,25	CÉLIA R. W. SANI ME
10	UN	15	Livro Ata, com 50 folhas numeradas, com tamanho de 22x31cm – com capa dura e resistente, tipo plastificada.	TAMOIO	5,51	82,65	CÉLIA R. W. SANI ME
11	UN	20	Marcador para quadro branco WBM-7 – 03 preto, 03 vermelho, 03 verde e 03 azul.	PILOT	4,08	81,60	CÉLIA R. W. SANI ME
12	UN	100	Mídia virgem CD – RW 700mb/80 min 52x.	MAXPRINT	3,15	315,00	CÉLIA R. W. SANI ME
13	UN	100	Mídia virgem CD-R 700mb/80 min 52x.	MAXPRINT	1,08	108,00	CÉLIA R. W. SANI ME
14	RES-MA	1500	Papel A4, tamanho 210x297mm, para impressora a laser com gramatura 75g/m2, alcalino e com ISO 9002.	ONE	11,80	17.700,00	AQUINPEL SUP. P/ ESCRIT. INF. E PAP. LTDA
15	UN	40	Pasta com elástico, transparente, medindo 24x33cm, 2cm de lombada.	ALAPLAST	2,41	96,40	CÉLIA R. W. SANI ME
16	UN	20	Pasta com elástico, transparente, medindo 24x33cm, 4cm de lombada.	ALAPLAST	2,53	50,60	CÉLIA R. W. SANI ME
17	UN	60	Pasta para arquivo AZ – 8cm de lombada.	FRAMA	6,00	360,00	CÉLIA R. W. SANI ME
18	UN	20	Régua celulósica 30cm rígida, transparente, tipo milimetrada, comprimento 30cm.	WALEU	1,36	27,20	CÉLIA R. W. SANI ME
19	UN	05	Tesoura para uso geral, lâminas em aço inox, cabo de polipropileno, com fabricação nacional. Lâminas medindo entre 12 e 13cm.	LIKE	12,45	62,25	CÉLIA R. W. SANI ME
20	UN	05	Plástico Adesivo Transparente rolo 45cm x 25mt.	VMP	74,42	372,10	CÉLIA R. W. SANI ME
21	UN	20	Fita para Impressora compatível mx-80 (Fita LX 300).	MASTER	5,18	103,80	DIAL DEPART. EIRELI EPP
22	UN	20	Mídia virgem DVD-R 4.7GB/2h/52x.	MAXPRINT	2,20	44,00	CÉLIA R. W. SANI ME
23	UN	10	Apagador para quadro branco.	LIKE	6,40	64,00	CÉLIA R. W. SANI ME
24	UN	05	Estilete com lâmina recarregável, tamanho entre 13 e 15cm.	JOCAR	3,00	15,00	CÉLIA R. W. SANI ME
27	PC	10	Etiquetas adesivas, de cor branca, medindo 6,5 x 2,5cm, folha com no mínimo 20 etiquetas e no máximo 30 etiquetas, caixa com 30 folhas.	PIMACO	19,69	196,90	CÉLIA R. W. SANI ME
28	UN	10	Livro Ata, medindo 22x31cm, com 200 folhas.	TAMOIO	12,19	121,90	CÉLIA R. W. SANI ME

29	UN	05	Porta lápis/clips/cartão em material acrílico – fume.	WALEU	21,20	107,50	CÉLIA R. W. SANI ME
30	CX	10	Prendedor de papel 19mm, caixa com 12 unidades.	BACHI	5,24	52,40	CÉLIA R. W. SANI ME
31	CX	10	Prendedor de papel 32mm, caixa com 12 unidades.	BACHI	7,79	77,90	CÉLIA R. W. SANI ME
32	UN	05	Caixa para correspondência com 3 bandejas, em acrílico, com suporte entre bandejas fixo de material resistente.	WALEU	46,45	232,25	CÉLIA R. W. SANI ME
33	RL	10	Fita adesiva transparente medindo 12mmx40m.	DELFIX	2,64	26,40	CÉLIA R. W. SANI ME
34	RL	10	Fita adesiva transparente medindo 48mmx50m.	DELFIX	4,00	40,00	CÉLIA R. W. SANI ME
35	UN	10	Cola bastão em bastonete peso líquido 20gramas - lavável - não tóxico.	FRAMA	3,18	31,80	CÉLIA R. W. SANI ME
36	UN	10	Perfurador de papel dois furos todo em metal com guia lateral, para no mínimo 50 folhas.	LIKE	36,00	360,00	CÉLIA R. W. SANI ME
37	UN	10	Pendrive 4 GB.	SANDISK	31,05	310,50	DIAL DEPART. EIRELI EPP
38	UN	10	Cartucho para impressora HP DESKJET F 4480 – Colorido 60.	D&A	70,46	704,60	DIAL DEPART. EIRELI EPP
39	UN	10	Cartucho para impressora HP DESKJET F 4480 – Preto – 60.	D&A	55,76	557,60	DIAL DEPART. EIRELI EPP
40	UN	100	Pasta suspensa para arquivo de aço.	FRAMA	1,14	114,00	CÉLIA R. W. SANI ME
41	UN	05	Prancheta ofício em acrílico com prendedor.	WALEU	10,48	52,40	CÉLIA R. W. SANI ME
42	CX	50	Grampo trilho metal caixa com 50 unidades.	DELLO	9,00	450,00	CÉLIA R. W. SANI ME
43	CX	10	Clips em aço carbono tamanho 2/0, caixa 500 unidades.	NEW	8,80	88,00	CÉLIA R. W. SANI ME
44	CX	10	Clips em aço carbono tamanho 3/0, caixa 500 unidades.	NEW	8,80	88,00	CÉLIA R. W. SANI ME
45	CX	05	Clips em aço carbono tamanho 8/0, caixa 500 unidades.	NEW	8,80	44,00	CÉLIA R. W. SANI ME
46	BOBI-NA	15	Papel para fax 216mm por 25metros.	MAXPRINT	8,30	124,50	CÉLIA R. W. SANI ME
47	CX	10	Formulário contínuo folha simples, 80 colunas, caixa com 3000 folhas.	ALLFORM	66,10	661,00	DIAL DEPART. EIRELI EPP
48	CX	10	Formulário contínuo folha simples tipo razão, caixa com 6000 folhas.	ALLFORM	80,80	808,00	DIAL DEPART. EIRELI EPP
49	UN	20	Caderno de protocolo.	TAMOIO	5,89	117,80	CÉLIA R. W. SANI ME
50	CX	20	Grampo para grampeador / 26 / 6 caixas com 5.000 unidades.	MEGA LIFE	5,54	110,80	CÉLIA R. W. SANI ME
51	UN	10	Apontador com depósito.	LEONORA	2,05	20,50	CÉLIA R. W. SANI ME
52	CAIXA	02	Cola branca líquida 40gramas, caixa com 12 unidades, lavável e não tóxica.	FRAMA	15,54	31,08	CÉLIA R. W. SANI ME
53	CAIXA	01	Borracha de apagar, composta por borracha natural e estireno butadieno/linha 40/ caixa com 40 unidades.	ZAPP	19,49	19,49	CÉLIA R. W. SANI ME
54	CAIXA	05	Lápis preto/HB Nº 2/ caixa com 72 unidades.	LEONORA	20,54	102,70	CÉLIA R. W. SANI ME
55	UN	05	Tinta para carimbo em cor preta.	CARBRINK	6,00	30,00	CÉLIA R. W. SANI ME
56	UN	05	Almofada para carimbo, confeccionada em plástico resistente.	CARBRINK	10,69	53,45	CÉLIA R. W. SANI ME
57	UN	03	Perfurador de papel grande, com capacidade para furar até 70 folhas.	LIKE	87,00	261,00	CÉLIA R. W. SANI ME
58	CX	10	Grampo para grampeador / 23 / 13 caixas com 5.000 unidades.	BACHI	7,97	79,70	CÉLIA R. W. SANI ME
59	UN	05	Quadro branco medindo 60 x 90.	BELART	85,00	425,00	CÉLIA R. W. SANI ME
60	UN	05	Quadro branco 90 x 1,23.	BELART	115,30	576,50	CÉLIA R. W. SANI ME

61	CX	150	Caixas para arquivo morto, material papelão, cor marrom, tamanho ofício, comprimento 35cm, largura 13cm, altura 24,5cm.	FRAMA	2,88	432,00	CÉLIA R. W. SANI ME
62	PCT	10	Espiral para encadernação, preto, 07mm, pacote com 100 unidades.	MARES	8,80	88,00	CÉLIA R. W. SANI ME
63	PCT	10	Espiral para encadernação, preto, 12mm, pacote com 100 unidades.	MARES	10,77	107,70	CÉLIA R. W. SANI ME
64	PCT	10	Espiral para encadernação, preto, 23mm, pacote com 60 unidades.	MARES	12,73	127,30	CÉLIA R. W. SANI ME
65	UN	10	Calculadora de mesa com números grandes, 12 dígitos, 4 operações, memória, porcentagem, raiz quadrada, arredondamento, ponto flutuante, gran total, margem bruta(gpm), desligamento automático, inversão de sinal, visor com inclinação gradual, energia solar e bateria. dimensões aproximadas 15,50x15,50x3,00cm.	YINS	21,40	214,00	CÉLIA R. W. SANI ME
66	UN	10	Livro ponto, com 100 folhas numeradas, tamanho 22 x 31cm, com capa dura.	TAMOI	10,05	100,50	CÉLIA R. W. SANI ME
67	BOBI-NA	15	Papel térmico para fax 216mm x 25 metros.	MAXPRINT	8,30	124,50	CÉLIA R. W. SANI ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da

proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com

o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficará ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs,

estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02 01 04 122 0002 2002 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete – Recurso Ordinário

03 01 04 122 0003 2003 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração – Recurso Ordinário

04 01 12 361 0004 2004 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Educação Cultura e Desporto – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Educação

04 01 12 361 0004 2004 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Educação Cultura e Desporto – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Educação – Ensino Fundamental

04 01 12 365 0004 2005 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Educação Cultura e Desporto – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Educação – Ensino Infantil

05 02 08 243 0008 2026 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção do FMIA – Recurso Ordinário

05 03 08 244 0007 2021 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S – Recurso Ordinário

05 03 08 244 0007 2021 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0052 – Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S – Outras Transferência de Recursos do Fundo de Assistência Social – FNAS

06.01.26.782.0009 2028 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos - Recurso Ordinário

07.01.20.606.0011 2030 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção da SAMA – Recurso Ordinário

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto n° 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 29 de maio de 2013.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

CÉLIA R. WAMBOMMEL SANI ME	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP
Empresa Vencedora	Empresa Vencedora

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO,
INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA
Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços N° 025/2013 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2013 – PMLL.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 031/2013, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MOTORES PARA OS VEÍCULOS KOMBI, PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 039/2013.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de junho do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o

Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria n° 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de motores para os veículos Kombi, pertencente à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, do Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n° 031/2013.

JUAREZ JOSÉ DE SOUZA ME

CNPJ: 10.982.992/0001-53

RUA: 7 DE SETEMBRO, N° 160, CARIJOS, CEP: 89.130-000, INDAIAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de motores para os veículos Kombi, pertencente à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, do Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n° 031/2013, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para o item cotado é a seguinte:

ITEM	QTD.	UND.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNT. R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	08	UND.	MOTOR PARCIAL ORIGINAL VW KOMBI 1.4 FLEX	ORIGINAL	4.606,25	36,850,00

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produtos(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a



qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da

Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas,

para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação-EI

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0019 – FUN-DEB-EI

04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 – PNA-TE-EI

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação-EF

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0019 – FUN-DEB-EF

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0022 – Transporte Escolar Estado-EF

04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 – PNA-TE-EF

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 17 de junho de 2013.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

JUAREZ JOSÉ DE SOUZA ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 026/2013 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2013 – PMLL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2013, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ARMÁRIOS SOB MEDIDA PARA AS BANCADAS DAS SALAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE PRÓ INFÂNCIA TIPO "C", PADRÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME RELACIONADO NO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2013.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de junho do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de armários sob medida para as bancadas das salas do Centro de Educação Infantil - Creche Pró Infância Tipo "C", padrão do Ministério da Educação, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 032/2013.

MÓVEIS KAMMERS LTDA ME

CNPJ: 10.334.309/0001-71

RODOVIA BR 428, SN, NOVA ALEMANHA, CEP: 88.440-000, IMBUIA/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de armários sob medida para as bancadas das salas do Centro de Educação Infantil - Creche Pró Infância Tipo "C", padrão do Ministério da Educação, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 032/2013, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

ITEM	QTD.	UND.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
01	01	UND.	ARMÁRIO NA MEDIDA DE 4,06 DE LARGURA, 100% MDF, CHAPA 18MM, NA COR BRANCA. COM 4 PORTAS E 4 GAVETAS, PUXADOR DE IMBUTIR INOX, CORREDIÇAS TELESCÓPICAS PARA 45KG, COM RODAPÉ MARMORE CINZA ANDORINHA, REVESTIMENTO CONTRA UMIDADE.	MÓVEIS KAMMERS	1.380,25	1.380,25	MÓVEIS KAMMERS LTDA ME
02	01	UND.	ARMÁRIO NA MEDIDA DE 4,01 DE LARGURA, 100% MDF, CHAPA 18MM, NA COR BRANCA. COM 4 PORTAS E 4 GAVETAS, PUXADOR DE IMBUTIR INOX, CORREDIÇAS TELESCÓPICAS PARA 45KG, COM RODAPÉ MARMORE CINZA ANDORINHA, REVESTIMENTO CONTRA UMIDADE.	MÓVEIS KAMMERS	1.328,90	1.328,90	MÓVEIS KAMMERS LTDA ME
03	01	UND.	ARMÁRIO NA MEDIDA DE 3,22 DE LARGURA, 100% MDF, CHAPA 18MM, NA COR BRANCA. COM 4 PORTAS E 4 GAVETAS, PUXADOR DE IMBUTIR INOX, CORREDIÇAS TELESCÓPICAS PARA 45KG, COM RODAPÉ MARMORE CINZA ANDORINHA, REVESTIMENTO CONTRA UMIDADE.	MÓVEIS KAMMERS	1.214,75	1.214,75	MÓVEIS KAMMERS LTDA ME
04	01	UND.	ARMÁRIO NA MEDIDA DE 3,16 DE LARGURA, 100% MDF, CHAPA 18MM, NA COR BRANCA. COM 4 PORTAS E 4 GAVETAS, PUXADOR DE IMBUTIR INOX, CORREDIÇAS TELESCÓPICAS PARA 45KG, COM RODAPÉ MARMORE CINZA ANDORINHA, REVESTIMENTO CONTRA UMIDADE.	MÓVEIS KAMMERS	1.126,10	1.126,10	MÓVEIS KAMMERS LTDA ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produtos(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor



total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não

aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.365.0004.1.005 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Construção da Creche

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 17 de junho de 2013.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PRÉGOEIRA MUNICIPAL

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

MÓVEIS KAMMERS LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Pregão 46/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de equipamentos para o ramo de panificação, no dia 08 de agosto de 2013, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 22 de julho de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1647

DECRETO Nº 1647 de 19 de julho de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 22 da Lei nº 1.076 de 05/12/12,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.062 - Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-35

Valor: R\$ 50.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 19 de julho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Extrato Homologação Convite PML.039.13 - Teste Seletivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 0039/2013 - PML
Convite nº 004/2013 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 039/2013, nos seguintes termos:

- Modalidade: Convite

- Objeto: Contratação de serviços especializados para a realização de teste seletivo para contratação temporária - ACT e Concurso Público, em conformidade com o ANEXO do presente edital, incluindo a elaboração de editais, conteúdos programáticos, elaboração, aplicação e correção das provas objetivas e dos eventuais recursos, conforme os cargos e vagas apresentadas.

- Empresa(s) Vencedora(s):
GEORGEO ALMEIDA ME

- Valor total: R\$ 10.770,00

Luzerna (SC), 22 de julho de 2013.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

PML.083 - CV Nº 4.2013 - Concurso e Teste Seletivo
EXTRATO DE CONTRATO

PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML. 83.13
CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: GEORGEO ALMEIA ME

OBJETO: Processo Licitatório 039.13, Convite p/Compras e Serviços nº 004.13, é a contratação de serviços especializados para a realização de Teste Seletivo para contratação temporária - ACT e Concurso Público, em conformidade com o Anexo do Edital, incluindo a elaboração de editais, conteúdos programáticos, elaboração, aplicação e correção das provas objetivas e dos eventuais recursos.

VALOR: R\$ 10.770,00 (dez mil, setecentos e setenta reais)

Luzerna/SC, 22 de julho de 2013
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

GEORGEO ALMEIA ME
FORNECEDOR

Macieira

PREFEITURA

Publicação Resumida - Contrato

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA -SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA
Processo Licitatório nº 0004/2013.
Pregão Presencial nº 0002/2013.
Contrato Administrativo nº 0005/2013.
Contratada: SAFRA DIESEL LTDA.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para o fornecimento de combustível, tipo óleo diesel, destinados ao abastecimento dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos do Edital (anexo I).

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a entrega do produto e a emissão da nota fiscal.

Vigência do contrato: 31/12/2013.

Valor estimado do contrato: Aproximadamente R\$ 6.810,00 (seis mil oitocentos e dez reais).

Macieira - SC, 22 de julho de 2013.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Publicação Resumida _ Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0031/2013.

Pregão Presencial nº 0022/2013.

Contrato Administrativo nº 0044/2013.

Contratada: SAFRA DIESEL LTDA.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para o fornecimento de combustível, tipo óleo diesel, destinados à manutenção dos veículos e máquinas da frota municipal, conforme especificações e quantitativos do Edital (anexo I).

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após o fornecimento do produto e a emissão da nota fiscal.

Vigência do contrato: 31/12/2013.

Valor estimado do contrato: R\$ 93.951,50 (noventa e três mil novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos).

Macieira - SC, 22 de julho de 2013.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

Edital de Licitação Nº 073/2013

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de limpeza e utensílios, destinados as Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 13/08/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafrá (SC), 23 de julho de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal Pregoeira Municipal

Edital de Licitação N° 074/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 074/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de 01 veículo automotor 0 km, destinado ao transporte de pessoal, bem como apoio em operações policiais através do Fundo Municipal de Melhorias da Polícia Militar - FUMMPOM, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 09/08/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório, encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafr (SC), 23 de julho de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal Pregoeira Municipal

Edital de Licitação N° 067/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N° 067/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para realizar transporte de Atletas e Profissionais da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 09/08/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafr (SC), 23 de julho de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Maracajá

PREFEITURA

Extrato da Autorização de Fornecimento

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Extrato de Autorização de Fornecimento

Autorização de Fornecimento n° 542/2013
Processo Licitatório n° 28/2013 - Pregão Presencial
Contratante: Município de Maracajá
Contratado: Sama Máquinas Agrícolas Ltda

Objeto: Aquisição de dois tratores agrícolas -Marca MF - Modelo 4275

Valor total: R\$ 204.000,00
Maracajá/SC, 12/07/2013

Monte Carlo

PREFEITURA

Processo Licitatório N° 26/2013 Agasalhos e Vestimentas Diversas

PROCESSO LICITAÇÃO N° 26/2013
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N°17/2013
REGISTRO DE PREÇOS

OMUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEICORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado, para manutenção das SECRETARIAS e FUNDOS MUNICIPAIS. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 02/AGOSTO/2013 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 – DO OBJETO

1.1. – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de AGASALHOS, CALÇAS, JAQUETAS, CALÇÕES, MEIAS, CAMISETAS, E OUTROS PRODUTOS PARA SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO.

1.2. – A descrição detalhada dos produtos relativos a esta licitação é aquela constante do Anexo VII.

1.3. – As licitantes poderão concorrer para os itens que lhe forem convenientes.

2 – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os modelos/amostra estarão no Departamento de Compras na Prefeitura Municipal a disposição dos licitantes a partir do dia 24 de Julho 2013 no horário previamente agendado junto ao departamento de compras, para dar vistas, análise, medidas, tipo de tecido, tipo de confecção dentre outros para um melhor desenvolvimento do produto solicitado.

2.2 – As amostras confeccionadas pelos licitantes para análise de comparação com o modelo/amostra pelo departamento de compras do município deverão ser entregues até o dia da abertura do processo licitatório.

2.3 – As amostras oferecidas para análise e recusadas no teste comparativo, será oficialmente comunicado ao licitante que a ofereceu.

2.4 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 10 (dez) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.5 – Para todos os materiais de todos os lotes serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.5.1. – O recebimento definitivo do material somente se efetivará com a atestação do Departamento de Compras de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.5.2 – Será rejeitado o material entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.5.3. – As despesas decorrentes da retirada no Departamento de Compras, do material por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.6 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.7 – As mercadorias deverão ser acondicionadas em embalagem individualmente identificada e em agrupadas em com embalagem devidamente identificada contendo a quantidade total que compõe

3 – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas estabelecidas no país, desde que satisfaçam as condições estabelecidas neste instrumento.

3.2 – É vedada a participação na presente licitação dos interessados que se enquadrem em uma ou mais situações a seguir:

3.2.1. – Que estejam constituídos sob a forma de consórcios.

3.2.2. – Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, durante o prazo estabelecido para a penalidade.

3.2.3. – Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.2.4. – Empresas participantes que tenham sócios em comum entre elas.

3.2.5. – Estejam sob falência, concordata, dissoluções ou liquidações.

3.2.6. – Empresas que tenham em seu quadro societário servidor público do órgão licitante.

3.2.7. -Empresas que tenham em seu quadro societário servidor com grau de parentesco com membro da comissão de licitação nos termos da legislação vigente.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como, a última alteração devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

4.2. - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida em cartório do outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 4.1. DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

Parágrafo Único: Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

4.3. – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO IV).

PARAGRAFO ÚNICO – Quando se tratar de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, que, quiserem beneficiar-se das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar a declaração solicitada no item 4.3. acima, acrescida da informação "EM SUSPENSO".

4.4. – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar Declaração de que são Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.

4.5. - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2, 4.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

4.6. – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 4.1 e 4.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

4.6.1 – A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração referida no item 3.3, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento essencial.

4.7. - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013
REGISTRO DE PREÇOS
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

5.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais licitados. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre os materiais licitados, tais como impostos; taxas; fretes, seguros.
- e) conter o preço unitário de cada peça, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, prevalecendo;
- f) conter prazo de validade da Ata de 12 meses.
- g) Declaração de que: leu, entendeu e aceita todas as regras editalícias de forma irretratável.

5.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

5.4- Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO III).

5.5 -Serão desclassificados os preços considerados inexequíveis, assim considerados os abaixo do preço máximo fixado no presente edital, com mais de 70% abaixo, conforme artigo 48 da lei 8.666/93.

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013
REGISTRO DE PREÇOS
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

6.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio

ou sede do licitante;

- e) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
 - f) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
 - g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitido pelo TST.
 - h) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93;
- 6.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor do Departamento de Compras e Licitações Pregoeiro ou pela Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

6.4 -Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

Parágrafo único: Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho a incompatível com o objeto licitado.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

7.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- b) Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe ou do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele,
- c) Fazer constar na Nota Fiscal o número da autorização de fornecimento referenciado no item anterior.
- d) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

8 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

8.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4.

8.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

8.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

8.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às

exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

8.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

8.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

7.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

8.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

8.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.15 - Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02(dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

8.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

8.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

8.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua

classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

8.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 13.1 deste Edital;

8.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

8.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes se assim desejarem.

9 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

9.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

10 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1 - Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante a Administração, os licitantes que não o fizerem até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

10.2 - A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 09.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

10.3 - Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município.

10.3.1 - A contar do recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 48h. (quarenta e oito horas), para promover a resposta.

10.3.2 - No caso de pedido protocolado na véspera de abertura do certame, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 36h. (trinta e seis horas) para promover a resposta.

10.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico e, concomitantemente, um número de fax, para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

10.5. Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 10.1 a 10.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

11 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - As obrigações decorrentes da entrega dos materiais constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(dois) meses.

11.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços, após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

11.3 - O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo, dela será excluído.

11.4 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar as condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

11.5 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

11.6 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

12.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo fornecedor.

13 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

13.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

13.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

13.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

13.6 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido

na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

13.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

13.8 - Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

15.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - tiver presentes razões de interesse público;

V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de

2002.

15.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

15.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

16 – DA DOTAÇÃO

16.1 - As despesas decorrentes da entrega dos materiais e/ou equipamentos, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, e, ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2013, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓD REDUZ	UNIDADE ORÇAMENT	PROJ/ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	127.352,33
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	640.881,52
34	01	2032	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	5.741,75
39	01	2033	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	28.086,25
20	01	2037	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	12.234,52

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO

2	01	2034	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	28.729,01
---	----	------	----------------------------	-----------

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

3	01	2004	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.290,72
8	05	2005	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	74.629,46
13	04	2006	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	46.760,27
23	03	2027	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.591,88
28	03	2025	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	18.200,00
31	03	2026	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.579,36
34	04	2007	3.3.90.00.00.00.00.00.0024	12.613,65
38	05	2038	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	31.978,17
78	01	2013	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	42.366,37
53	01	2014	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	179.670,28
87	02	2020	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	4.753,57
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	27.976,67
94	04	2039	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.663,36
99	01	2024	3.3.90.00.00.00.00.00.0016	37.500,00
112	02	2023	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	187.539,29
115	03	2022	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.900,04
118	10	2036	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	8.255,88
122	01	2008	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	14.665,28
126	01	2010	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	112.3643,37
130	01	2011	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	34.863,87
138	01	2035	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	485,40

17 – DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento pela entrega dos materiais e/ou equipamentos, corresponderá ao quantitativo entregue, multiplicado pelo preço unitário respectivo ofertado pela contratada para cada um deles em sua proposta, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade do fornecedor devidamente identificado, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

17.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

17.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente aorecebimento definitivo dos materiais e/ou equipamentos e emissão da nota fiscal.

17.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se

a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

18.2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

18.2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.2.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

18.3 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.4 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

18.5 - Detalhes não citados, referentes aos materiais, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.6 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.7 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 hs. e das 13:30 às 17:30 hs., através dos telefones (49) 3546 0194, ou pessoalmente (Rod. SC 456 Km 15 – centro – Município de Monte Carlo-SC), ou ainda pela Home Page www.montecarlo.sc.gov.br.

18.8 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- f) ANEXO VI – Modelo da Ata.
- g) ANEXO VII – Tabela de Medidas
- h) ANEXO VIII – Relação de Produtos, Quantitativo e Preços.

Monte Carlo(SC), 16 de Julho de 2013
 MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
 PREFEITO
 ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013

REGISTRO DE PREÇOS

PROCURAÇÃO

____ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> _____, por meio de _____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> _____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. _____ <NOME COMPLETO, RG, CPF> _____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação _____ <MODALIDADE, NÚMERO/ANO> _____, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

____ <Cidade/Estado> _____, ____ <data> _____

 <nome completo do representante legal
 e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante

reconhecida em Cartório.

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013

REGISTRO DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: _____
 Nome de Fantasia: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ Município: _____
 Estado: _____ CEP: _____
 _____ Fone/Fax: _____
 CNPJ nº _____
 Inscrição Estadual: _____
 Inscrição Municipal _____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

2.1 - Prazo de validade da proposta: _____ dias.

2.2 - Prazo de validade da Ata: de _____ MESES.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Carimbo do CNPJ:

 Assinatura do representante
 Carimbo da empresa

Continua...

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013

REGISTRO DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

4 – OBJETO DA PROPOSTA

LOTE Nº: XX

ITEM	ESPECIFICAÇÃO REDUZIDA DO PRODUTO E/OU EQUIPAMENTO	UND	QTDADE	MARCA	R\$ UNI- DADE	PREÇO TOTAL/R\$
01	(produto)	XX	XX	XX	XX	XX

Monte Carlo (SC),de.....de.....					
Assinatura do Representante da Empresa e					

Carimbo CNPJ:

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013

REGISTRO DE PREÇOS

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013

REGISTRO DE PREÇOS
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em _____(ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 3.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), ____ < DATA > _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013

REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

ÓRGÃOS PARTICIPANTES	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	04.923.189/0001-45	EDIR APARECIDA DE SOUZA

ÓRGÃOS PARTICIPANTES	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	95.996.104/0001-04	MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

ÓRGÃOS PARTICIPANTES	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
FUNREBOM	95.996.104/0001-04	MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

ÓRGÃOS PARTICIPANTES	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
POLICIA MILITAR	95.996.104/0001-04	MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

ÓRGÃOS PARTICIPANTES	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
POLICIA CIVIL	95.996.104/0001-04	MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013

REGISTRO DE PREÇOS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° xx/2013**

Aos xxxxxxxx dias do mês de xxxxxxxx do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE RE-EQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA e pela secretária de Saúde, a Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: xxxxxxxx pessoa jurídica de direito privado, situada na xxxxxx nº xxxxx, na cidade de xxxxxxxx, inscrita no C.N.P.J. sob o nº xxxxxxxx neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxx doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1 – DO OBJETO

1.1. – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de AGASALHOS, CALÇAS, JAQUETAS, CALÇÕES, MEIAS, CAMISETAS, E OUTROS PRODUTOS PARA SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO.

1.2. – A descrição detalhada dos produtos e dos lotes relativos a esta licitação é aquela constante do Anexo VII.

1.3. – As licitantes poderão concorrer para os lotes que lhe forem convenientes.

2 – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os modelos/amostra estarão no Departamento de Compras na Prefeitura Municipal a disposição dos licitantes a partir do dia 24 de Julho 2013 no horário previamente agendado junto ao departamento de compras, para dar vistas, análise, medidas, tipo de tecido, tipo de confecção dentre outros para um melhor desenvolvimento do produto solicitado.

2.2 – As amostras confeccionadas pelos licitantes para análise de comparação com o modelo/amostra pelo departamento de compras do município deverão ser entregues até o dia da abertura do processo licitatório.

2.3 – As amostras oferecidas para análise e recusadas no teste comparativo, será oficialmente comunicado ao licitante que a ofereceu.

2.4 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 10 (dez) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.5 – Para todos os materiais de todos os lotes serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.5.1. – O recebimento definitivo do material somente se efetivará com a atestação do Departamento de Compras de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.5.2 – Será rejeitado o material entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.5.3. – As despesas decorrentes da retirada no Departamento de Compras, do material por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.6 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ xxxxxx,xx pelo ITEM nº xxxxxx

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - O pagamento pela entrega dos materiais e/ou equipamentos, corresponderá ao quantitativo entregue, multiplicado pelo preço unitário respectivo ofertado pela contratada para cada um deles em sua proposta, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade do fornecedor devidamente identificado, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

5.2. – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao recebimento definitivo dos materiais e/ou equipamentos e emissão da nota fiscal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

b) Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe ou do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele,

c) Fazer constar na Nota Fiscal o número da autorização de fornecimento referenciado no item anterior.

d) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as

obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

injustificadamente, a empresa é obrigada a substituí-lo imediatamente, com igual ou superior capacidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o

(s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6° (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho ou documento equivalente, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.2 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores e cláusula anterior

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega dos SERVIÇOS, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, e, ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2013, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓD REDUZ	UNDIDADE ORÇAMENT	PROJ/ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	127.352,33
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	640.881,52
34	01	2032	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	5.741,75
39	01	2033	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	28.086,25
20	01	2037	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	12.234,52

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO

2	01	2034	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	28.729,01
---	----	------	----------------------------	-----------

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

3	01	2004	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.290,72
8	05	2005	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	74.629,46
13	04	2006	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	46.760,27
23	03	2027	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.591,88
28	03	2025	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	18.200,00
31	03	2026	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.579,36
34	04	2007	3.3.90.00.00.00.00.00.0024	12.613,65
38	05	2038	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	31.978,17
78	01	2013	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	42.366,37
53	01	2014	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	179.670,28
87	02	2020	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	4.753,57
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	27.976,67
94	04	2039	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.663,36
99	01	2024	3.3.90.00.00.00.00.00.0016	37.500,00
112	02	2023	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	187.539,29
115	03	2022	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.900,04
118	10	2036	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	8.255,88
122	01	2008	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	14.665,28
126	01	2010	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	112.3643,37
130	01	2011	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	34.863,87
138	01	2035	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	485,40

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 26/2013, Pregão Presencial nº 17/2013 – Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os materiais e/ou equipamentos que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as

relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3(três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC),xxde Julho de 2013.

ASSINATURAS

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Marcos Nei Correa Siqueira	Edir Aparecida de Souza
Órgão Gerenciador	Órgão Participante
FUNREBOM	FUNDO ASSIST. SOCIAL
Marcos Nei Correa Siqueira	Marcos Nei Correa Siqueira
Órgão Participante	Órgão Participante
EMPRESA	
Representante Legal	
Fornecedor	
TESTEMUNHAS	
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA
CPF n°:	CPF n°:

ANEXO VII

TABELA DE MEDIDAS

JAQUETA ESCOLAR EM MALHA COLEGIAL ADULTO - ALUNOS									
TABELA DE MEDIDAS									
ÍTEMS	NU-MERA-ÇÃO TOLE-RÂN-CIA	PP	P	M	G	GG	EG		
TO-RAX	DE-1 A + 1	55	57	59	61	64	67		
COS-TAS	DE-1 A + 1	45	47	49	51	53	55		
MAN-GA LON-GA	DE-1 A + 1	59	60,5	62	63,5	65	66,5		
COM-PRI-MEN-TO	DE-1 A + 1	70	72	74	76	78	80		
JAQUETA ESCOLAR EM MALHA COLEGIAL INFANTIL – ALUNOS									
ÍTEMS	NU-MERA-ÇÃO TOLE-RÂN-CIA	2	4	6	8	10	12	14	16
TO-RAX	DE-1 A + 1	36	38	40	42	44	46	48	50
COS-TAS	DE-1 A + 1	32	34	36	38	40	42	44	46
MAN-GA LON-GA	DE-1 A + 1	37	40	46	46	49	52	55	58
CON-TOR-NO DA CAVA	DE-1 A + 1	17	18	19	20	21	22	23	24
COM-PRI-MEN-TO	DE-1 A + 1	43	46	49	52	55	58	61	64

CALÇA MALHA COLEGIAL ADULTO - ALUNOS										
ÍTEMS	NUMERAÇÃO TOLE-RÂN-CIA		P	M	G	GG	EG			
CIN-TURA	DE - 1,5 A + 1,5		56	58	60	62	64			
QUA-DRIL	DE-1 A + 1		58	60	62	64	66			
GAN-CHO FRON-TAL	DE-1 A + 1		23,58	24,5	25,5	26,6	27,5			
GAN-CHO TRA-SEIRO	DE-1 A + 1		30,5	31,5	32,5	33,5	34,5			
EN-TRE-PER-NAS	DE-1 A + 1		79	81	83	85	87			
LATE-RAL	DE-1 A + 1		99	102	105	108	111			
CALÇA MALHA COLEGIAL INFANTIL- ALUNOS										
ÍTEMS	NUMERAÇÃO TOLE-RÂN-CIA	1	2	4	6	8	10	12	14	16
CIN-TURA	DE - 1,5 A + 1,5	25	28	31	34	37	40	43	46	49
QUA-DRIL	DE-1 A + 1	32	35	38	41	45	48	51	54	57
GAN-CHO FRON-TAL	DE-1 A + 1	13	14	15	16	17	18	20	22	24
GAN-CHO TRA-SEIRO	DE-1 A + 1	21	22	23	24	25	26	28	30	32
EN-TRE-PER-NAS	DE-1 A + 1	38	41	44	47	50	55	60	65	70
LATE-RAL	DE-1 A + 1	51	55	59	63	67	73	79	86	93
CAMISETA MALHA P.V. ADULTO - ALUNOS										

ÍTEM	NU-MERA-ÇÃO TOLE-RÂN-CIA	PP	P	M	G	GG	EG			
TÓ-RAX	DE-1 A + 1	47	50	53	56	59	62			
COS-TAS	DE-1 A + 1	43	45,5	48	50,5	53	55,5			
MAN-GA CUR-TA	DE-1 A + 1	23	23,5	24	24,5	25	25,5			
CON-TOR-NO DA DE-1 CAVA	DE-1 A + 1	23	24	25	26	27	28			
COM-PRI-MEN-TO DA BAR-RA	DE-1 A + 1	67	69	71	73	75	77			

CAMISETA MALHA P.V. INFANTIL - ALUNOS

ÍTEM	NU-MERA-ÇÃO TOLE-RÂN-CIA	1	2	4	6	8	10	12	14	16
TÓ-RAX	DE-1 A + 1		33	35	37	39	41	43	45	47
COS-TAS	DE-1 A + 1		28	30	32	34	36	38	40	42
MAN-GA CUR-TA	DE-1 A + 1		13,5	14	14,5	15	15,5	16	16,5	17
CON-TOR-NO DA DE-1 CAVA	DE-1 A + 1		16,5	17,5	18,5	19,5	20,5	21,5	22	22,5
COM-PRI-MEN-TO DA BAR-RA	DE-1 A + 1		43	45,5	48	50,5	53	55,5	58	60,5

CAMISA GOLA POLO - IDOSOS

ÍTEM	NU-MERA-ÇÃO TOLE-RÂN-CIA	PP	P	M	G	GG	EG			
TÓ-RAX	DE-1 A + 1	47	50	53	56	59	61			
COS-TAS	DE-1 A + 1	41	42,5	44	45,5	47	48,5			

MAN-GA CUR-TA	DE-1 A + 1	23	24	25	26	27	28			
CON-TOR-NO DA DE-1 CAVA	DE-1 A + 1	23	24	25	26	27	28			
COM-PRI-MEN-TO DA BAR-RA	DE-1 A + 1	69	71	73	76	78	80			

JAQUETA AGASALHO - IDOSOS

ÍTEM	NU-MERA-ÇÃO TOLE-RÂN-CIA	PP	P	M	G	GG	EG			
TÓ-RAX	DE-1 A + 1	55	57	59	61	64	67			
COS-TAS	DE-1 A + 1	45	47	49	51	53	55			
MAN-GA LON-GA	DE-1 A + 1	59	60,5	62	63,5	65	66,5			
COM-PRI-MEN-TO DA BAR-RA	DE-1 A + 1	70	72	74	76	78	80			

CALÇA AGASALHO - IDOSOS

ÍTEM	NU-MERA-ÇÃO TOLE-RÂN-CIA	PP	P	M	G	GG	EG			
CIN-TURA	DE - 1,5 A + 1,5		56	58	60	62	64			
QUA-DRIL	DE-1 A + 1		58	60	62	64	66			
GAN-CHO FRON-TAL	DE-1 A + 1		23,58	24,5	25,5	26,6	27,5			
GAN-CHO TRA-SEIRO	DE-1 A + 1		30,5	31,5	32,5	33,5	34,5			
EN-TRE-PER-NAS	DE-1 A + 1		79	81	83	85	87			
LATE-RAL	DE-1 A + 1		99	102	105	108	111			

JAQUETA AGASALHO - ATLETAS

ÍTEM	NU- MERA- ÇÃO TOLE- RÂN- CIA	PP	P	M	G	GG	EG			
TÓ- RAX	DE-1 A + 1	55	57	59	61	64	67			
MAN- GA LON- GA	DE-1 A + 1	75	76,5	78	79,5	81	82,5			
COM- PRI- MEN- TO DA BAR- RA	DE-1 A + 1	70	72	74	76	78	80			
CALÇA AGASALHO - ATLETAS										
ÍTEM	NU- MERA- ÇÃO TOLE- RÂN- CIA	PP	P	M	G	GG	EG			
CIN- TURA	DE - 1,5 A + 1,5	51	53,5	56	58,5	61	63,5			
QUA- DRIL	DE-1 A + 1	58	60,5	63	65,5	68	70,5			
COXA	DE-1 A + 1	33	35,5	38	40,5	43	45,5			
GAN- CHO FRON- TAL	DE-1 A + 1	22	23	24	25	26	27			
GAN- CHO TRA- SEIRO	DE-1 A + 1	33	34	35	36	37	38			
EN- TRE- PER- NAS	DE-1 A + 1	83,5	84	84,5	85	85,5	86			
LATE- RAL	DE-1 A + 1	104	105,5	107	108,5	110	111,5			
CAMISETA MALHA P.V. ADULTO - ATLETAS										
ÍTEM	NU- MERA- ÇÃO TOLE- RÂN- CIA	PP	P	M	G	GG	EG			
TÓ- RAX	DE-1 A + 1	47	50	53	56	59	62			
COS- TAS	DE-1 A + 1	43	45,5	48	50,5	53	55,5			
MAN- GA CUR- TA	DE-1 A + 1	23	23,5	24	24,5	25	25,5			

CON- TOR- NO DA CAVA	DE-1 A + 1	23	24	25	26	27	28			
COM- PRI- MEN- TO DA BAR- RA	DE-1 A + 1	67	69	71	73	75	77			
CAMISETA MALHA P.V. ADULTO - FANFARRA										
ÍTEM	NU- MERA- ÇÃO TOLE- RÂN- CIA	PP	P	M	G	GG	EG			
TÓ- RAX	DE-1 A + 1	47	50	53	56	59	62			
COS- TAS	DE-1 A + 1	43	45,5	48	50,5	53	55,5			
MAN- GA CUR- TA	DE-1 A + 1	23	23,5	24	24,5	25	25,5			
CON- TOR- NO DA CAVA	DE-1 A + 1	23	24	25	26	27	28			
COM- PRI- MEN- TO DA BAR- RA	DE-1 A + 1	67	69	71	73	75	77			
CALÇA AGASALHO - FANFARRA										
ÍTEM	NU- MERA- ÇÃO TOLE- RÂN- CIA	PP	P	M	G	GG	EG			
CIN- TURA	DE - 1,5 A + 1,5	51	53,5	56	58,5	61	63,5			
QUA- DRIL	DE-1 A + 1	58	60,5	63	65,5	68	70,5			
COXA	DE-1 A + 1	33	35,5	38	40,5	43	45,5			
GAN- CHO FRON- TAL	DE-1 A + 1	22	23	24	25	26	27			
GAN- CHO TRA- SEIRO	DE-1 A + 1	33	34	35	36	37	38			
EN- TRE- PER- NAS	DE-1 A + 1	83,5	84	84,5	85	85,5	86			
LATE- RAL	DE-1 A + 1	104	105,5	107	108,5	110	111,5			

COS- TAS	DE-1 A + 1	41	42,5	44	45,5	47	48,5			
MAN- GA										
CUR- TA	DE-1 A + 1	23	24	25	26	27	28			
CON- TOR- NO DA	DE-1									
CAVA	A + 1	23	24	25	26	27	28			
COM- PRI- MEN- TO DA										
BAR- RA	DE-1 A + 1	69	71	73	76	78	80			

REGISTRO DE PREÇO

TEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTTDADE	PREÇO MÁXIMO
1	CONJUNTO DE AGASALHO; CONTENDO:	1.800	120,00
2	- UMA CAMISETA MANGA CURTA, NA COR BRANCA, VERMELHO E VERDE EM MALHA ANTI-PILLING COMPOSIÇÃO 67% POLIÉSTER, 33% VISCOSE PESANDO 160 G/M2 - COM SERIGRAFIA NO LADO ESQUERDO DO PEITO SIMBOLO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E NAS COSTAS MUNICIPIO DE MONTE CARLO	70	90,00
3	- UMA JAQUETA NA COR VERDE, VERMELHO E BRANCO, COM FILETE, EM MALHA COLEGIAL 67% POLIÉSTER 33% ALGODÃO PESANDO 280 GR/M2, COM SERIGRAFIA NO LADO ESQUERDO DO PEITO SIMBOLO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E NAS COSTAS SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, FECHAMENTO COM ZIPER, COM DOIS BOLSOS; - UMA CALÇA NA COR VERDE E VERMELHO, EM MALHA COLEGIAL 67% POLIÉSTER 33% ALGODÃO PESANDO 280 GR/M2, COM 02 BOLSOS LATERAL EMBUTIDOS.	200	20,00
4	- UM PAR DE MEIAS - SOQUETE NA COR BRANCA.	80	20,00
5	CONFORME TABELA DE MEDIDAS ANEXA AO EDITAL –	20	30,00
6	AS AMOSTRAS ESTÃO A DISPOSIÇÃO NO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	220	40,00

7	<p>CONJUNTO TERCEIRA IDADE; CONTENDO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - UMA JAQUETA EM TECIDO 100% POLIÉSTER (TIPO SELETTEL) FORRADA COM TECIDO PRÓPRIO (100% POLIÉSTER), COM DOIS BOLSOS, FECHAMENTO COM ZIPER, NA COR CINZA MÉDIO, COM DETALHES EM VERMELHO E BRANCO - BORDADO NO LADO ESQUERDO DO PEITO LOGO RENOVAR TERCEIRA IDADE, E NAS COSTAS MUNICIPIO DE MONTE CARLOS, SIMBOLO DO IDOSO E SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - UMA CALÇA: EM TECIDO 100% POLIÉSTER (TIPO SELETTEL) FORRADA COM TECIDO PRÓPRIO (100% POLIÉSTER), COM DOIS BOLSOS - NA COR CINZA MÉDIO E COM DETALHES EM VERMELHO E BRANCO. CONFORME TABELA DE MEDIDAS ANEXA AO EDITAL. <p>AS AMOSTRAS ESTÃO A DISPOSIÇÃO NO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO</p>	150	120,00
8	<p>CAMISA GOLA POLO</p> <p>EM MALHA PIQUET NA COMPOSIÇÃO 53% ALGODÃO E 47% POLIÉSTER PESANDO 165 GR/M2 NA COR BRANCA E CINZA E VERMELHO, COM BORDADO NA FRENTE BRASÃO DO MUNICIPIO E NAS COSTAS MUNICIPIO DE MONTE CARLO, MUNICIPIO DE MONTE CARLO E SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.</p> <p>CONFORME TABELA DE MEDIDAS ANEXA AO EDITAL.</p> <p>AS AMOSTRAS ESTÃO A DISPOSIÇÃO NO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO</p>	150	35,00
9	<p>CONJUNTO ATLETAS</p> <ul style="list-style-type: none"> -UMA JAQUETA; EM TECIDO 100% POLIÉSTER (TIPO SELETTEL) FORRADA COM TECIDO PRÓPRIO (100% POLIESTER), COM DOIS BOLSOS, NA COR VERDE, FECHAMENTO COM ZIPER, BORDADO NO LADO ESQUERDO DO PEITO BRASÃO DO MUNICÍPIO. - UMA CALÇA, EM TECIDO 100% POLIÉSTER (TIPO SELETTEL) FORRADA COM TECIDO PRÓPRIO (100% POLIESTER), COM DOIS BOLSOS, NA COR VERDE, BORDADO BRASÃO DO MUNICÍPIO NA PARTE DA FRENTE DA PERNA DO LADO ESQUERDO. <p>CONFORME TABELA DE MEDIDAS ANEXA AO EDITAL.</p> <p>AS AMOSTRAS ESTÃO A DISPOSIÇÃO NO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO</p>	40	120,00

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 48/2013 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL N° 48/2013 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA DEVIDAMENTE MONTADOS E INSTALADOS (QUANDO FOR O CASO) PARA A NOVA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE LOCALIZADA NO BAIRRO DE SÃO DOMINGOS I DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 05/08/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 05/08/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 23 de julho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Contrato N° 111/2013

Contrato N°.: 111/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : D&S COMÉRCIO E SERVIÇOS ARTIGOS CULTURAIS E ENTRETENIMENTO LTDA.
Valor : 32.000,00 (trinta e dois mil reais).
Vigência : Início: 18/07/2013 Término: 16/09/2013.
Licitação : Inexigibilidade de Licitação N°.: 118/2013.
Recursos : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATAÇÃO DA DUPLA MUSICAL "DANIEL E SAMUEL" PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW GOSPEL NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2013, EM COMEMORAÇÃO AO 51º ANIVERSÁRIO D E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, CONFORME INEXIGIBILIDADE N° 118/2013.
Navegantes, 18 de Julho de 2013.

Extrato de Contrato N° 112/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato N°.: 112/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : BARIGUI VEÍCULOS LTDA.
Valor : 197.500,00 (cento e noventa e sete mil e quinhentos reais).
Vigência : Início: 18/07/2013 Término: 31/12/2013.
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 75/2013.
Recursos : Dotação: 1.067 (4.4.90.00.00.00.00.00), 2.124 (4.4.90.00.00.00.00.00).

Objeto : CONTRATO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA AS SECRETARIAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL PMN N° 75/20 13, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA BARIGUI VEÍCULOS LTDA.
Navegantes, 18 de Julho de 2013.



Extrato Ata de Julgamento 190/2012 Omega

Extrato - ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2012

Aos 22 (vinte e dois) dias de julho de 2013, às 11:00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação designados pela Portaria número 1165 de março de 2013, e a subcomissão técnica nomeada através da publicação efetuada por intermédio do Diário Oficial dos Municípios em 10/05/2013, para efetuar a análise das propostas técnicas da licitação nº 190/2012 que visa A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, VEICULAÇÃO, PLANEJAMENTO, PESQUISA E PRODUÇÃO DE MATERIAL PARA TELEVISÃO, RÁDIO E INTERNET NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, com intuito de analisar e julgar o Recurso Administrativo Interposto contra a decisão da sub comissão técnica que classificou as propostas apresentadas pelas empresas participantes do certame, protocolado pela empresa ÔMEGA COMUNICAÇÕES LTDA - CNPJ: 10.761.785/0001-79, em 16/07/2013.

PRELIMINARMENTE A Comissão Permanente de Licitação resolve receber o Recurso Administrativo conforme prevê o Art. 109º inciso I da Lei 8.666/93 []

Passando-se a fase de análise do inteiro teor do recurso com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos, garantindo assim o direito a igualdade entre todas as proponentes.

DO RECURSO: Em síntese, manifesta-se a empresa ÔMEGA COMUNICAÇÕES LTDA, arguindo o que segue e ao final requer seja dado provimento ao RECURSO que pleiteia:

- a) O prosseguimento legal do processo de Concorrência nº 190/2012 da Prefeitura de Navegantes, sem a participação da empresa Tatticas.
- b) Se o entendimento da Comissão Permanente e da Subcomissão Técnica for de que o procedimento apresenta falhas, merecendo a revogação ou a anulação, requeremos que o certame seja integralmente cancelado.
- c) Que as decisões sejam encaminhadas a autoridade superior, excelentíssimo Sr. Roberto Carlos de Souza.

Foram elencados os dispositivos arguidos, a fim de responder aos questionamentos de forma individualizada, conforme segue:

a) - DOS FATOS E FUNDAMENTOS

A empresa por hora Requerente impetrou o presente Recurso Administrativo uma vez que teoricamente teriam ocorrido irregularidades na condução do certame.

A proponente cita em sua peça recursal que a Tatticas resta desclassificada uma vez que a decisão que classificou a mesma se deu depois de três semanas após a fase de análise das propostas técnicas, contudo resta evidente na análise do processo que o tramite da referida licitação não é nada célere, uma vez que o tramite diferenciado que se impõe possui diversas peculiaridades, incluindo-se a necessidade de transcorrer-se um lapso temporal maior que o de costume.

Ainda trata-se por imperioso informar que no dia da sessão pública onde todas as proponentes restaram plenamente cientes que a empresa Tatticas Publicidade e Propaganda restava classificada e o arquivo que continha a decisão exarada pela comissão já havia sido remetido ao site da Prefeitura de Navegantes e ao Diário Oficial dos Municípios.

Cumprindo ainda salientar que conforme informado nas decisões exaradas por esta comissão anteriormente em resposta às peças recursais apresentadas, restou comprovado que os equívocos que resultaram na desclassificação da Tatticas no primeiro momento, eram de cunho meramente formais o que em nada prejudicou os trabalhos realizados por esta que subscreve.

Portanto, caso a Comissão nutrisse a decisão manter a empresa desclassificada estaria tratando as proponentes de forma desigual o que por sua vez caracterizaria vício insanável no certame e a sua possível anulação.

Por assim dizer a alegação de que as proponentes não detinham a informação que a empresa Tatticas figurava como classificada para

prosseguimento no certame é inverídica, pois antes de ofertar o devido prosseguimento ao certame todas as empresas interessadas foram informadas da decisão da comissão de licitação, repito, informação da qual as proponentes já estavam cientes não podendo assim este fato macular os trabalhos e muito menos privar uma proponente do legítimo direito de participar das demais fases do certame.

Em caso análogo esta comissão já teve que rever seus atos uma vez que desclassificou uma proponente por falha meramente formal, conforme decisão abaixo colacionada.

Autos nº 135.13.001702-0

Ação: Mandado de Segurança/Lei Especial

Impetrante: Produvale Produtos Hospitalares Ltda.

Impetrado: Ato do Prefeito Municipal de Navegantes, Sr. Roberto Carlos de Souza e outros Vistos etc.

Produvale Produtos Hospitalares Ltda, impetrou mandado de segurança em desfavor de ato do Presidente da comissão de licitação do Município de Navegantes e do Prefeito do Município de Navegantes, no qual sustenta, em síntese, que visando a participar do procedimento de licitação de pregão presencial, inaugurado pelo edital n. 114/2012 FMS, para venda de produtos hospitalares, apresentou tempestivamente a sua proposta e a documentação necessária à habilitação.

Contudo, a impetrante teria sido inabilitada, sob o fundamento de que não teria satisfeito o requisito do item 4.2.2.2., o qual previa a necessidade de a proponente oferecer garantia de 12 (doze) meses pelos itens cotados.

Asseverou que, tendo aceitado participar do certame, compactuou tacitamente com as imposições previstas no edital, inclusive, a de garantir seus produtos pelo prazo de 1 ano, configurando sua inabilitação por não ter apresentado junto de sua proposta, termo de garantia, formalismo exacerbado, que feriu direito líquido e certo seu de participação do certame, além de ser incompatível com os princípios da razoabilidade e da competitividade, bem como o interesse público.

Logo, tão somente o fato de ter ofertado a proposta ao certame demonstra que a impetrante concordou com a necessidade de garantir seus produtos, nos termos previstos no item 4.2.2.2, constituindo formalismo desarrazoado e prejudicial à competição que deve imperar nos processos de licitação a sua inabilitação do certame, por não ter apresentado junto de sua proposta termo de garantia.

Se por um lado, pelo princípio da vinculação ao edital, a Administração Pública deve cumprir estritamente as normas e condições do edital, por outro, deve sempre primar pela competitividade em seus procedimentos licitatórios, de modo a evitar que exigências formais e desnecessárias se tornem instrumento de restrição indevida à liberdade de participação de possíveis interessados, como ocorreu in casu.

"Se a ordem buscada pelo impetrante do mandado de segurança acarretar a exclusão de um dos candidatos classificados dentro do número de vagas do concurso público ou produzir o eventual rebaixamento classificatório de outros candidatos que obtiveram a expectativa de nomeação, é de rigor, sob pena de nulidade do processo, a formação do litisconsórcio passivo necessário." (TJSC, ACMS n. 2007.040201-6, de Itajaí, Rel. Des. Newton Janke).

Ante o exposto, concedo a liminar almejada para compelir os impetrados a habilitarem a impetrante para a fase de abertura de propostas do procedimento licitatório de pregão presencial, inaugurado pelo edital n. 114/2012 FMS, suspendendo os efeitos de todos os que já tenham sido praticados após esta fase.

Concluindo-se que a falta de observância da formalidade apontada pela empresa Ômega, não deve figurar como fundamento suficiente para desclassificar uma proponente e ainda é cogente informar que o tema "sumário" já havia figurado como foco de recurso de todas as participantes, não sendo cabível ofertar o prazo recursal novamente, pois tal atitude surtiria feito meramente protelatório. Analisando as questões meramente formais nem mesmo a empresa por hora recorrente restaria habilitada no presente certame, o

que demonstra que a manutenção da empresa Tatticas reflete o tratamento isonômico com o qual tem sido conduzido o certame e que foi dispensado a todos os licitantes, contudo em observâncias dos princípios da economicidade e da eficiência, esta comissão decidiu manter as empresas na disputa.

Superada a fase de análise do inteiro teor da peça recursal protocolada pela empresa Ômega Comunicação Ltda, que pleiteia a manifestação da autoridade superior do município de Navegantes, ou seja, o Exmo. Sr. Prefeito, logo após se manifestando sobre a aceitabilidade das alegações propostas a Comissão Permanente de Licitações se manifesta de maneira conclusiva conforme segue.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, determina-se o seguinte:

1) O indeferimento do recurso interposto pela proponente uma vez que os fatos e fundamentos alegados não restaram suficientes para a desclassificação da empresa Tatticas Publicidade e Propaganda Ltda.

2) A devida continuidade do presente certame, tudo conforme os ditames da legislação em vigor;

É a decisão. HUMBERTO GALVEZ JUNIOR Presidente da Comissão de Licitação, LÚCIA HELENA DE SOUZA, MARIA BENEDITA CORRÊA, PATRÍCIA APARECIDA GUALBERTO, FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

Ratifico a decisão emitida pela Comissão Permanente de Licitação:

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito de Navegantes

Extrato Ata de Julgamento Layout 94/2013 Iobv

ATA DE JULGAMENTO DA APRESENTAÇÃO DO LAYOUT REFERENTE TOMADA DE PREÇOS Nº 94/2013

Aos 23 (vinte e três) dias de julho de 2013, às 11:00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação e o suporte técnico do sistema, com intuito de analisar e julgar as amostras do layout previstas no Edital da Tomada de Preços número 94/2013, cujo objeto é a TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, enviados por e-mail pela empresa INSTITUTO O BARRIGA VERDE - CNPJ: 08.072.361/0001-55, em 22/07/2013.

PRELIMINARMENTE

A Comissão Permanente de Licitação, recebeu as amostras dos layouts conforme previsto no Edital, verificou que as mesmas foram protocolizadas, decidindo, portanto, recebê-las, passando a analisá-las, conforme fundamenta o instrumento convocatório.

DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS DOS LAYOUTS:

Em síntese, manifesta-se a Comissão Permanente de Licitação e o suporte técnico do sistema, pelas consistências das amostras dos layouts apresentados, uma vez que a empresa cumpriu a determinação do edital 4.6 que trata DA APRESENTAÇÃO LAYOUT - TESTE em conformidade com o edital

4.6.1 Em conformidade com a exigência do item 2.8.5 letra A do edital, onde a licitante deverá fornecer ao município, em forma de mídia eletrônica a lista de todos os aprovados e reprovados em formato compatível ao Sistema Betha Rh (Layout Anexo);

4.6.2 Fica a licitante vencedora obrigatoriamente intimada a apresentar, em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, após o término da sessão, arquivo teste, em formato compatível ao Sistema Betha Rh, contendo no mínimo 05(cinco) cargos e 50(cinquenta) nomes (podendo ser Fictícios), para a devida validação do arquivo, pelo técnico residente da fornecedora do Software Betha.

Portanto se extrai dos fatos supracitados que a amostra dos layouts foram apresentadas dentro do prazo uma vez que na data de 19/07/2013 a empresa Objetivas Concursos Ltda foi desclassificada pela inconsistência e atraso nas amostras, assim sendo a presente atendeu as determinações presente no instrumento convocatório.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a Comissão Permanente de Licitação decidiu:

1) A classificação da empresa INSTITUTO O BARRIGA VERDE, pela observância das determinações do edital;

2) Seja ofertada a presente licitação a sua devida continuidade, tudo conforme os ditames da lei.

É a decisão.

Navegantes, 23 de julho de 2013.

HUMBERTO GALVEZ JUNIOR

Presidente da Comissão de Licitação

Membros da Comissão de Licitação:

LÚCIA HELENA DE SOUZA

MARIA BENEDITA CORRÊA

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

PATRÍCIA APARECIDA GUALBERTO

FABIO FERREIRA

Técnico De Suporte

Betha Sistemas

Extrato Ata Registro de Preço Nº 04/2013 Fumrebon

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

FUMREBON Nº 04/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FUMREBON Nº 04/2013, relativa ao Pregão Presencial FUMREBON Nº 04/2013- contendo os preços registrados pela empresa listada abaixo:

EMPRESA: SUPRIMÓVEIS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Vigência: 12/07/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 12 de julho de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

Extrato Ata Registro de Preço Nº 91/2013 PMN

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços PMN nº 91/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN nº 91/2013, relativa ao Pregão Presencial PMN nº 91/2013 - contendo os preços registrados pelas empresas listadas abaixo:

EMPRESA: LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP.

VALOR: R\$ 51.647,00 (cinquenta e um mil seiscentos e quarenta e sete reais).

EMPRESA: ADL COMERCIAL EIRELI.

VALOR: R\$ 2.015,30 (dois mil e quinze reais e trinta centavos).

Vigência: 05/07/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 05 de julho de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PIn° 050/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2013

CONVITE Nº 019/2013

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 22/07/13

CONTRATADO: SUL REAL COMERCIO DE PNEUS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Aquisição de Pneus Novos e prestação de serviço de recapagem, para reposição nos caminhões e máquinas do Departamento

de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Novo Horizonte/SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.380,00 (vinte e oito mil trezentos e oitenta reais)

DATA: 22/07/13

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Extrato Contratual Nº 053/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 053/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: SUL REAL COMERCIO DE PNEUS LTDA

Valor: 28.380,00 (vinte e oito mil trezentos e oitenta reais)

Vigência: Início: 22/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº: 19/2013

Recursos: Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (92) Saldo: 126.303,03

Objeto: Aquisição de Pneus Novos e prestação de serviço de recapagem, para reposição nos caminhões e máquinas do Departamento de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Novo Horizonte/SC

Novo Horizonte, 22 de Julho de 2013

Orleans

PREFEITURA

Decreto 3.570 - Aprova Resolução 010/2012 -Cms

DECRETO Nº 3.570 DE 15 DE JULHO DE 2013.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO CMS 010/2012"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal e Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990.

Decreta:

Art.1º. Fica Homologada a Resolução CMS 010 /2012 do Conselho Municipal de Saúde - CMS - que dispõe sobre a aprovação da tabela da escala de Plantões das Farmácias do Município de Orleans, para o período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de março de 2013, parte integrante deste Decreto.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 15 de julho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

ORLEANS - SC

Orleans, 30 de Novembro de 2012

RESOLUÇÃO CMS 010/2012

1. O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS - CMS, com base em suas competências e nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990,

RESOLVE:

Em reunião ordinária realizada no dia 28 de Novembro de 2012, APROVAR a tabela da escala de Plantões das Farmácias do município de Orleans/SC, para o período de 01 de Janeiro 2013 a 31 de Março de 2013.

FÁBIO ECHELI BETT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Decreto N. 3.577 - Nomeia Equipe Técnica do Programa Família Acolhedora

DECRETO Nº 3.577 DE 22 DE JULHO DE 2013.

"NOMEIA EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso das suas atribuições legais, constante do artigo 68, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e de acordo com o Artigo 18 da Lei n. 2.414 de 16 de dezembro de 2011.



DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a equipe técnica responsável pelo acompanhamento do Programa de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, denominado "Programa "Família Acolhedora", ficando assim constituída:

1. Luizita Bertoncini Feltrin - Assistente Social
2. Valentim Cesar Alberton - Pedagogo
3. Giselle da Silva Arnauts de Sá - Enfermeira e
4. Elaine Canever - Psicóloga.

Art.2º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Orleans, 22 de julho de 2013; 128oanos da Fundação e 99o anos da Emancipação Político Administrativa.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Decreto 3.568 - Nomeia Comissão Permanente de Licitação

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.568 DE 15 DE JULHO DE 2013.
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e para os fins do artigo 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados, para comporem a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Orleans e do Fundo Municipal de Saúde, sob a presidência do primeiro, os seguintes membros servidores públicos qualificados pertencentes ao quadro permanente, a saber:

1. Patricia Librelato Massuco
2. Tatiana Veran Bussolo;
3. Ramirez Zomer

§ 1º. Compete à Comissão Permanente de Licitações processar e julgar a habilitação preliminar e as propostas, com a presença de, pelo menos, 03 (três) membros.

§ 2º. A Comissão se incumbirá do julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.

§ 3º. Substituirá o presidente, no caso de impedimento, o membro imediatamente seguinte na ordem de nomeação dada neste artigo e, assim, sucessivamente.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação serão secretariados pela servidora municipal: Tatiana Veran Bussulo.

Art. 3º Os membros da Comissão Permanente responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação não são remuneradas, mas consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado em especial o Decreto nº 3.538 de 03 de junho de 2013.

Orleans/SC, 15 de julho de 2013; 128o anos da Fundação e 99o anos da Emancipação Política.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Decreto 3.578 - Designa Servidores Para Exercerem a Função de Agente de Desenv. Local

DECRETO N. 3.578 DE 22 DE JULHO DE 2013.
DESIGNA OS SERVIDORES MUNICIPAIS PARA EXERCEREM A FUNÇÃO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE ORLEANS (SC).

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 68, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações,

DECRETA:

Art. 1º Considerando o que dispõe o art. 85-A da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, designa os servidores municipais Ariel Alberton Bernardino Borges, matrícula n. 4692 e Fabio Salvador, matrícula n. 2376, para exercerem a função de AGENTE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL no Município de Orleans-SC.

Art. 2º A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na política municipal de desenvolvimento, sob a supervisão do órgão gestor local.

§ 1º O Agente de Desenvolvimento no desempenho das suas atribuições, deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel de coordenação e continuidade das atividades para o desenvolvimento sustentável do município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor privado local.

§ 2º O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

I - residir na área da comunidade em que atuar;
II - haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento; e

III - haver concluído o ensino fundamental.

§ 3º O Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos Agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

Art. 3º Das atribuições específicas do Agente de Desenvolvimento local:

I - Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;

II - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;

III - Identificar as lideranças locais no setor público privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;

IV - Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;

V - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho e com os empreendedores locais;

VI - Manter registro organizado de todas as suas atividades;

VII - Auxiliar no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;

VIII - Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 4º Esse Decreto é regido especial e especificamente pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências no que lhe for complementar.

Art. 5º Estão automaticamente incluídas as demais funções e prerrogativas que Leis de ordem Federal, Estadual ou Municipal, já existentes ou que sobrevierem a esta, considerando-as parte desta normativa.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 22 de julho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM e Mural de Atos do Poder Executivo, na data supra.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Decreto N. 3.569 - Nomeia Pregoeiros e Equipe de Apoio

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.569 DE 15 DE JULHO DE 2013.

NOMEIA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e considerando o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão que irá realizar os pregões eletrônicos e presenciais no âmbito da Prefeitura Municipal de Orleans e do Fundo Municipal de Saúde, os seguintes Membros:

Pregoeiro: Tatiana Veran Bussolo

Equipe de Apoio: Patricia Librelato Massuco e Ramirez Zomer.

Art. 2º A realização dos pregões serão procedidos na Administração Direta do Município de Orleans, nos fundos especiais, nas autarquias, nas fundações, nas entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 3.539 de 03 de junho de 2013.

Orleans/SC, 15 de julho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Decreto N. 3.572 - Homologa Resolução N. 002/2013

DECRETO Nº 3.572 DE 15 DE JULHO DE 2013.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO CMS 002/2013"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal e Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990.

Decreta:

Art.1º. Fica Homologada a Resolução CMS 002/2013 do Conselho Municipal de Saúde - CMS - que dispõe sobre a aprovação do Relatório Anual de Gestão de 2012, parte integrante deste Decreto.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 15 de julho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

ORLEANS - SC

Orleans, 29 de Maio de 2013

RESOLUÇÃO CMS 002/2013

1. O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS - CMS, com base em suas competências e nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990,

RESOLVE:

Em reunião ordinária realizada no dia 29 de Maio de 2013, APROVAR o Relatório Anual de Gestão de 2012, apresentado pela senhora Luana Debiasi Mattei de Oliveira, funcionária da Secretaria Municipal de Saúde.

FÁBIO ECHELI BETT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Decreto N. 3.573 - Homologa Resolução 003/2013 - CMS

DECRETO Nº 3.573 DE 15 DE JULHO DE 2013.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO CMS 003/2013"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal e Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

e pela Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990.

Decreta:

Art.1º. Fica Homologada a Resolução CMS 003/2013 do Conselho Municipal de Saúde - CMS - que dispõe sobre a aprovação da contratualização das Unidades de Saúde da Família: Nossa Senhora Aparecida, Santa Luzia, São Donato, e São Roque no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB, bem como, a recontratualização das Unidades de Saúde da Família: Padre Santos, Santo Antonio, São Francisco e São José, já cadastradas em 2012 neste Programa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 15 de julho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

ORLEANS - SC

Orleans, 29 de Maio de 2013

RESOLUÇÃO CMS 003/2013

1. O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS - CMS, com base em suas competências e nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990,

RESOLVE:

Em reunião ordinária realizada no dia 29 de Maio de 2013, APROVAR a contratualização das Unidades de Saúde da Família: Nossa Senhora Aparecida, Santa Luzia, São Donato e São Roque no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB, bem como a recontratualização das Unidades de Saúde da Família: Padre Santos, Santo Antonio, São Francisco e São José, já cadastradas em 2012 neste mesmo programa.

FÁBIO ECHELI BETT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Decreto N. 3.574 - Homologa Resolução 004/2013 - CMS

DECRETO Nº 3.574 DE 15 DE JULHO DE 2013.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO CMS 004/2013"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal e Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990.

Decreta:

Art.1º. Fica Homologada a Resolução CMS 004/2013 do Conselho Municipal de Saúde - CMS - que dispõe sobre a aprovação Tabela da Escala de Plantões das Farmácias do Município de Orleans para o período de 01 de julho de 2013 a 30 de setembro de 2013, parte integrante deste Decreto.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 15 de julho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

ORLEANS - SC

Orleans, 26 de Junho de 2013

RESOLUÇÃO CMS 004/2013

1. O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS - CMS, com base em suas competências e nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990,

RESOLVE:

Em reunião ordinária realizada no dia 26 de Junho de 2013, APROVAR a tabela da escala de Plantões das Farmácias do município de Orleans/SC, para o período de 01 de Julho 2013 a 30 de Setembro de 2013.

FÁBIO ECHELI BETT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Decreto N. 3.575 - Homologa Resolução 005/2013 - CMS

DECRETO Nº 3.575 DE 15 DE JULHO DE 2013.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO CMS 005/2013"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal e Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990.

Decreta:

Art.1º. Fica Homologada a Resolução CMS 005/2013 do Conselho Municipal de Saúde - CMS - que dispõe sobre a aprovação do pedido da Secretaria Municipal de Saúde para compra de dois veículos, um para uso das Unidades de Saúde da Família e outro para uso do NASF, os quais serão comprados com dinheiro do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica PMAQ-AB que já se encontra disponível em conta do Fundo Municipal de Saúde e reservado para essa finalidade, parte integrante deste Decreto.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 15 de julho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS
ORLEANS - SC
Orleans, 04 de Julho de 2013
RESOLUÇÃO CMS 005/2013

1. O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS - CMS, com base em suas competências e nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990,

RESOLVE:

Em reunião extraordinária realizada no dia 04 de Julho de 2013, APROVAR o pedido da Secretaria Municipal de Saúde para compra de dois veículos, um para uso das Unidades de Saúde da Família e outro para uso do NASF, os quais serão comprados com dinheiro do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB que já se encontra disponível em conta do Fundo Municipal de Saúde e reservado para essa finalidade.

FÁBIO ECHELI BETT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Decreto N. 3.576 - Institui e Regulamenta Nota Fiscal Avulsa de Serviços

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.576 DE 15 DE JULHO DE 2013.

"INSTITUI E REGULAMENTA A NOTA FISCAL AVULSA DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 64, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e com base no artigo 294, da Lei Municipal nº 1.923, de 13 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído na forma do art. 294, da Lei Municipal nº 1.923, de 13 de dezembro de 2005, a "Nota Fiscal Avulsa de Serviços", aprovado por este Decreto, constante no anexo I.

Art. 2º - A Nota Fiscal Avulsa de Serviços, conforme modelo aprovado, não será inferior a 170 mm x 200 mm, devendo ser extraída em 02 (duas) vias, com a seguinte destinação:

I - 1ª Via - Tomador do serviço;

II - 2ª Via - Prestador do serviço.

Art. 3º - A Nota Fiscal Avulsa de Serviço conterá:

I - Denominação "NOTA FISCAL AVULSA DE SERVIÇOS";

II - Número de ordem, número da via e sua destinação;

III - Nome, endereço e os números de inscrição municipal e do CNPJ/CPF do estabelecimento prestador do serviço;

IV - Nome, endereço e os números de inscrição municipal e do CNPJ/CPF do estabelecimento tomador do serviço;

V - Discriminação de unidades e quantidades;

VI - Discriminação dos serviços prestados;

VII - Valores unitário e total;

VIII - Valor do ISSQN recolhido e dados referentes à autenticação, agência, banco, data, valor e número de autenticação, quando for o caso;

IX - Motivo da emissão;

X - Data da emissão, nome e matrícula do funcionário responsável.
Art. 4º - A Nota Fiscal Avulsa de Serviços destina-se a especificar os serviços e respectivos preços, quando prestados eventualmente por:

I - Empresas que prestam serviços sujeitos à incidência do imposto, sendo que dos seus atos constitutivos não consta a atividade de prestação de serviços como objeto social;

II - Pessoas físicas inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes na condição de profissionais autônomos;

III - Pessoas físicas inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes na condição de profissionais liberais;

IV - Pessoas físicas ou jurídicas que gozem de isenção, não incidência ou imunidade do imposto em atividade eventual, destacando-se no corpo da nota fiscal a circunstância e o dispositivo legal pertinente;

V - Pessoa jurídica dispensada da emissão obrigatória de documento fiscal;

VI - Pessoa jurídica ou física com processo de inscrição, como prestador de serviços, em andamento no Município.

Art. 5º - A Nota Fiscal Avulsa de Serviços será emitida pelo Setor de Tributação e Fiscalização Tributária, a requerimento do prestador dos serviços, através do Protocolo Geral da Prefeitura.

Art. 6º - A emissão da Nota Fiscal Avulsa de Serviços fica condicionada, quando devido, ao prévio recolhimento do ISSQN referente ao serviço que constará na Nota Fiscal, observando-se as alíquotas e demais definições contidas na legislação em vigor, relativas às operações realizadas.

Art. 7º - A emissão da Nota Fiscal Avulsa de Serviços fica condicionada a comprovação, pelo prestador dos serviços, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, por meio de certidão negativa.

Art. 8º - Não será considerado prestador de serviço eventual, aquele que habitualmente solicitar nota fiscal avulsa de serviço superior a 03 (três) notas fiscais no caso de Pessoa Jurídica e de 06 (seis) notas fiscais no caso de Pessoa Física, ambos por período de 12 (doze) meses.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans/SC, em 15 de julho de 2013; 128º da Fundação e 99º da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de administração, aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e treze.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

ANEXO ÚNICO

ESTADO DE SANTA CATARINA N.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS DATA DE EMISSÃO:

SETOR DE TRIBUTAÇÃO

NOTA FISCAL DE SERVIÇO – AVULSA

Tomador do Serviço – CLIENTE CONTRIBUINTE

Nome/Razão Social: Prefeitura Municipal de Orleans

Endereço: Rua XV de Novembro , 282 - Centro

Município: Orleans Estado: SC CPF/CNPJ: 82.926.544/0001-43

Código	Quantid.	Descrição do Serviço	Aliq %	Preço Unitário	Valor R\$
1	000	802 Modelo de NF Avulsa de Prestação de Serviço	3,00	1,00	1,00

Imposto a Recolher R\$0,03 Valor do Serviço R\$ 1,00

Setor de Tributação

Informo que a N.F esta de acordo com o solicitado

Declaro que o Serviço já foi Executado

Requerente

Portaria N 023/2013

PORTARIA Nº 023/2013

"CONTRATAR EM CARATER TEMPORÁRIO"

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e considerando a Lei Complementar nº 2.076, de 24 de maio de 2007 e Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Considerando que durante o período de recesso escolar as crianças ficam sem acompanhamento dos pais, pois os mesmos trabalham;

Considerando a necessidade de oferecer um programa alternativo

de atividades educativas e esportivas durante o mês de janeiro, com o objetivo de proporcionar entretenimento e lazer; as crianças na faixa etária de 07 a 12 anos;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar LUZIA BORGUEZAN MEDEIROS, matrícula nº 4770, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, com salário previsto na Lei Complementar nº 2.076, de 24 de maio de 2007, para atuar no Plantão da Creche, no CEI. Débora Laurentino, pelo período de 02/01/2013 a 31/01/2013, em substituição a titular Lucia Maria Berto Furlan, que está em gozo de férias.

Art. 2º - A servidora contratada se classificou em 5º Lugar no Processo Seletivo Edital nº 010/2012, homologado em 13 de dezembro de 2012.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO

Secretário de Administração

Portaria N 024/2013

PORTARIA Nº 024/2013

"CONTRATAR EM CARATER TEMPORÁRIO"

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e considerando a Lei Complementar nº 2.076, de 24 de maio de 2007 e Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Considerando que durante o período de recesso escolar as crianças ficam sem acompanhamento dos pais, pois os mesmos trabalham;

Considerando a necessidade de oferecer um programa alternativo de atividades educativas e esportivas durante o mês de janeiro, com o objetivo de proporcionar entretenimento e lazer; as crianças na faixa etária de 07 a 12 anos;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar MARIA APARECIDA REDIVO BOGER, matrícula nº 4772, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, com salário previsto na Lei Complementar nº 2.076, de 24 de maio de 2007, para atuar no Plantão da Creche, no CEI. Débora Laurentino, pelo período de 02/01/2013 a 31/01/2013, em substituição a titular Emanuela Ghisi, que está em gozo de férias.

Art. 2º - A servidora contratada se classificou em 8º Lugar no Processo Seletivo Edital nº 010/2012, homologado em 13 de dezembro de 2012.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE

ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretário de Administração

Portaria N 025/2013

PORTARIA Nº 025/2013
"CONTRATAR EM CARATER TEMPORÁRIO"

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e considerando a Lei Complementar nº 2.076, de 24 de maio de 2007 e Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Considerando que durante o período de recesso escolar as crianças ficam sem acompanhamento dos pais, pois os mesmos trabalham;

Considerando a necessidade de oferecer um programa alternativo de atividades educativas e esportivas durante o mês de janeiro, com o objetivo de proporcionar entretenimento e lazer; as crianças na faixa etária de 07 a 12 anos;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar ANDREIA CITADIN, matrícula nº 4771, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, com salário previsto na Lei Complementar nº 2.076, de 24 de maio de 2007, para atuar no Plantão da Creche, no CEI. Débora Laurentino, pelo período de 02/01/2013 a 31/01/2013, em substituição a titular Maria Aparecida Crotti Zanini, que está em gozo de férias.

Art. 2º - A servidora contratada se classificou em 9º Lugar no Processo Seletivo Edital nº 010/2012, homologado em 13 de dezembro de 2012.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretário de Administração

Portaria N 026/2013

PORTARIA Nº 026/2013
"CONTRATAR EM CARATER TEMPORÁRIO"

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e considerando a Lei Complementar nº 2.076, de 24 de maio de 2007 e Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Considerando que durante o período de recesso escolar as crianças ficam sem acompanhamento dos pais, pois os mesmos trabalham;

Considerando a necessidade de oferecer um programa alternativo de atividades educativas e esportivas durante o mês de janeiro, com o objetivo de proporcionar entretenimento e lazer; as crianças na faixa etária de 07 a 12 anos;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar VALDIRENE ROSSI, matrícula nº 4773, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, com salário previsto na Lei Complementar nº 2.076, de 24 de maio de 2007, para atuar no Plantão da Creche, no CEI. Débora Laurentino, pelo período de 02/01/2013 a 31/01/2013, em substituição a titular Francis Mara Canever, que está em gozo de férias.

Art. 2º - A servidora contratada se classificou em 14º Lugar no Processo Seletivo Edital nº 010/2012, homologado em 13 de dezembro de 2012.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretário de Administração

Portaria N 027/2013

PORTARIA Nº 027/2013
"CONTRATAR EM CARATER TEMPORÁRIO"

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e considerando a Lei Complementar nº 2.076, de 24 de maio de 2007 e Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Considerando que durante o período de recesso escolar as crianças ficam sem acompanhamento dos pais, pois os mesmos trabalham;

Considerando a necessidade de oferecer um programa alternativo de atividades educativas e esportivas durante o mês de janeiro, com o objetivo de proporcionar entretenimento e lazer; as crianças na faixa etária de 07 a 12 anos;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar JEANI DUARTE DA ROSA, matrícula nº 4785, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, com salário previsto na Lei Complementar nº 2.076, de 24 de maio de 2007, para atuar no Plantão da Creche, no CEI. Débora Laurentino, pelo período de 02/01/2013 a 31/01/2013, em substituição a titular Marília Pereira Candido, que está em gozo de férias.

Art. 2º - A servidora contratada se classificou em 19º Lugar no Processo Seletivo Edital nº 010/2012, homologado em 13 de dezembro de 2012.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretário de Administração

Portaria N 028/2013

PORTARIA Nº 028/2013

"CONTRATAR EM CARATER TEMPORÁRIO"

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e considerando a Lei Complementar nº 2.076, de 24 de maio de 2007 e Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Considerando que durante o período de recesso escolar as crianças ficam sem acompanhamento dos pais, pois os mesmos trabalham;

Considerando a necessidade de oferecer um programa alternativo de atividades educativas e esportivas durante o mês de janeiro, com o objetivo de proporcionar entretenimento e lazer; as crianças na faixa etária de 07 a 12 anos;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar RAQUEL CANEVER, matrícula nº 4774, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, com salário previsto na Lei Complementar nº 2.076, de 24 de maio de 2007, para atuar no Plantão da Creche, no CEI. Débora Laurentino, pelo período de 02/01/2013 a 31/01/2013, em substituição a titular Maria Salete Zanelatto, que está em gozo de férias.

Art. 2º - A servidora contratada se classificou em 26º Lugar no Processo Seletivo Edital nº 010/2012, homologado em 13 de dezembro de 2012.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretário de Administração

Portaria N 029/2013

PORTARIA Nº 029/2013

"CONTRATAR EM CARATER TEMPORÁRIO"

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e considerando a Lei Complementar nº 2.076, de 24 de maio de 2007 e Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Considerando que durante o período de recesso escolar as crianças ficam sem acompanhamento dos pais, pois os mesmos trabalham;

Considerando a necessidade de oferecer um programa alternativo de atividades educativas e esportivas durante o mês de janeiro, com o objetivo de proporcionar entretenimento e lazer; as crianças na faixa etária de 07 a 12 anos;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar ANGISLAINE DA ROSA PEREIRA, matrícula nº 4768, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, com salário previsto na Lei Complementar nº 2.076, de 24 de maio de 2007, para atuar no Plantão da Creche, no CEI. Débora

Laurentino, pelo período de 02/01/2013 a 31/01/2013, em substituição a titular Ivolette Laurindo Campos Marcelina, que está em gozo de férias.

Art. 2º - A servidora contratada se classificou em 21º Lugar no Processo Seletivo Edital nº 010/2012, homologado em 13 de dezembro de 2012.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretário de Administração

Portaria N°039/2013

PORTARIA Nº 039/2013

"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005 e o Decreto nº 3.472 de 02 de janeiro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) JANICE DEBIASI, matrícula nº 4302, do cargo de GERENTE DE DEPARTAMENTO, a partir de 02/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretario de Administração

Portaria N°040/2013

PORTARIA Nº 040/2013

"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005 e o Decreto nº 3.472 de 02 de janeiro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) ATHILA KUHNEN MATTEI, matrícula nº 4227, do cargo de GERENTE DE DEPARTAMENTO, a partir de 02/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.



MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretario de Administraçã

Portaria N°041/2013

PORTARIA N° 041/2013

"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar n° 1.929, de 20 de dezembro de 2005 e o Decreto n° 3.472 de 02 de janeiro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) ANNYE MAYARA B. BAGIO, matrícula n° 4268, do cargo de ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO, a partir de 02/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretario de Administraçã

Portaria N°044/2013

PORTARIA N° 044/2013

"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar n° 1.929, de 20 de dezembro de 2005 e o Decreto n° 3.472 de 02 de janeiro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) FRANCIELI CEOLIN BELTRAME, matrícula n° 4678, do cargo de GERENTE DE DEPARTAMENTO, a partir de 02/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretario de Administraçã

Portaria N°42/2013

PORTARIA N° 042/2013

"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar n° 1.929, de 20 de dezembro de 2005 e o Decreto n° 3.472 de 02 de janeiro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) GABRIELA CANARIN RICARDO, matrícula n° 3832, do cargo de GERENTE DE DEPARTAMENTO, a partir de 02/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretario de Administraçã

Portaria N°43/2013

PORTARIA N° 043/2013

"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar n° 1.929, de 20 de dezembro de 2005 e o Decreto n° 3.472 de 02 de janeiro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) KAROLYNI CAETANO SOUZA, matrícula n° 3837, do cargo de GERENTE DE DEPARTAMENTO, a partir de 02/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretario de Administraçã



Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Palhoça

PREFEITURA

Decreto Nº 1.525, de 15 de Julho de 2013.

DECRETO Nº 1.525, DE 15 DE JULHO DE 2013.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.798, de 28 de dezembro de 2012, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 40.000,00, (quarenta mil reais), a dotação orçamentária abaixo:

15:00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15:01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto/Atividade 2037 - Functo e Manut. Do Conselho Tutelar

R\$ 40.000,00

Red. 273 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações orçamentárias abaixo:

15:00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15:01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto/Atividade 2037 - Functo e Manut. Do Conselho Tutelar

R\$ 40.000,00

Red. 274 44.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 15 de julho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Resolução Nº. 25 / 2013

RESOLUÇÃO Nº. 25 / 2013

Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias da Secretaria de Assistência Social do Município de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião extraordinária realizada no dia 17 de julho de 2013, às 13 horas, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

Considerando a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social- NOB/RH/SUAS/2011 - que

especifica o número necessários de servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários; e que hoje não vem sendo efetivados em sua integralidade pelo município de Palhoça, bem como, a necessidade de criação do Plano de Cargos e Salários especificado no item VI da referida Lei Federal.

Considerando a realização de visitas de monitoramento da Secretaria de Assistência Social do Estado de Santa Catarina, que apontou divergências entre o número de funcionários existentes nos serviços e o necessário para execução dos mesmos, dando prazo para regularização, bem como, irregularidades já apontadas em Termos de Ajustamento de Conduta dos serviços de abrigo institucional, Centro Referência Especializado de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social.

Considerando ampliação de equipamentos sociais já previstos e consequentemente a necessidade de contratação de equipes para a efetivação dos serviços da Assistência Social.

Considerando a os desastres naturais ocorridos nos últimos anos no município de Palhoça, aliado ao crescimento populacional desordenado que eleva o número de famílias em situação de vulnerabilidade social no município.

Considerando quem no ano de 2014 ocorrerá a Conferência Nacional de Assistência Social, havendo necessidade de representatividade do referido Conselho Municipal nesta instância.

Considerando que após a Plenária ocorrida no dia 17 de julho de 2013, deliberou-se para as seguintes mudanças vinculadas a aprovação do referido PPA.

RESOLVE:

Art. 1º condicionar a Aprovação do Plano plurianual de assistência social referente ao ano de 2014 a 2017, com as devidas alterações nos itens:

3.1.90.00.00.00.00.00 010000 que passaria R\$: 4.138.000,00 para R\$ 5.500.000,00;

3.3.90.00.00.00.00.00 010000 que passaria R\$: 1.370.000,00 para R\$: 1.470.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 010000 que passaria de R\$: 5.000,00 para R\$: 15.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JANAÍNA PEREIRA DA SILVA

VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PALHOÇA SC

Portaria Nº 1555/2013.

PORTARIA Nº 1555/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para a servidora DANIELY DUTRA CARDOSO, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, a contar de 14/02/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1565/2013
PORTARIA N° 1565/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor ROGERIO EDIMILSO OLIVEIRA, ocupante da categoria funcional de Agente Administrativo I, removida para a Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1520/2013.
PORTARIA N° 1520/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CAMILA DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Romeu e Julieta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/04/2013 a 01/06/2013, face ao impedimento da titular Emilia F, Martins, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1521/2013.
PORTARIA N° 1521/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ARIANA NATALIA RIBEIRO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Romeu e Julieta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/03/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Maria Joselia H. Felisbino, que se encontra em Coord.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1522/2013.
PORTARIA N° 1522/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO THAISE RAMOS, titular do cargo de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1523/2013.
PORTARIA N° 1523/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO PATRICIA GRAZZIOTIN, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1524/2013.

PORTARIA N°. 1524/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DANIELA MARIA SILVA DE OLIVEIRA TIGNERI, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1525/2013.

PORTARIA N°. 1525/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDRIZA APARECIDA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Vovó Maria, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/04/2013 a 15/07/2013, face ao impedimento da titular Alba T. da Silva, que se encontra em Licença Prêmio.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1526/2013.

PORTARIA N°. 1526/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e

V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR LUIZ EDUARDO DA SILVA MATTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Informática, no (a) Escola Básica Adriana Wein-gartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/03/2013 a 01/05/2013, face ao impedimento da titular Alexandre G. Flores, que se encontra exercendo suas funções junto ao SMEC.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1527/2013.

PORTARIA N°. 1527/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSÉ MAURICIO DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Grupo escolar Frei Damião, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/04/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Donizete Formento, que pediu demissão.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1528/2013.

PORTARIA N°. 1528/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR EVELYN PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no

cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) Grupo escolar Frei Damião, no Projeto mais Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/03/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1529/2013.
PORTARIA N° 1529/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR CAROLINE DA SILVA PINTO ANDRADE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) Grupo Escolar Frei Damião, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1530/2013.
PORTARIA N° 1530/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MILENE THEODOROVICZ, titular do cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1531/2013.
PORTARIA N° 1531/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DEBORA DE SOUZA BRUNO, titular do cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1532/2013.
PORTARIA N° 1532/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR DENISE ZANCANARIO DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/04/2013 a 15/06/2013, face ao impedimento da titular Janaina Truppel, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1533/2013.
PORTARIA N° 1533/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JESSICA ELAINE SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/04/2013 a 15/06/2013, face ao impedimento da titular Scheila Schmied, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1534/2013.

PORTARIA Nº. 1534/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREIA CONSTANTINO BIAZZETTO BARBOSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Grupo Escolar Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/04/2013 a 15/07/2013, face ao impedimento da titular Edilene M. Martins, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1535/2013.

PORTARIA Nº. 1535/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ELEZIA RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Grupo Escolar Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de

40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/03/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Luciana A. da Silva, que se encontra em Coord.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1536/2013.

PORTARIA Nº. 1536/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR TAMARA REGINA CARDOSO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Grupo Escolar Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/04/2013 a 15/07/2013, face ao impedimento da titular Edilene M. Martins, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1537/2013.

PORTARIA Nº. 1537/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR PATRICIA PAIM DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/04/2013 a 26/05/2013, face ao impedimento da titular Iris Isabel de Melo, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1538/2013.
PORTARIA N°. 1538/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR KARINI REGINA HOMEM, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ensino Religioso, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/03/2013 a 01/05/2013, face ao impedimento da titular Jane L. Ferreira, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1539/2013.
PORTARIA N°. 1539/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ELISABETE ALVES GHIZZO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/03/2013 a 19/06/2013, face ao impedimento da titular Jaqueline da Rosa, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1540/2013.
PORTARIA N°. 1540/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA TEREZA CONTE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/05/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Janiele R. R. Barbosa, que solicitou redução de carga horária.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1541/2013.
PORTARIA N°. 1541/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR GISELA SILVEIRA DE SOUZA MELO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ensino Religioso, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/05/2013 a 26/07/2013, face ao impedimento da titular Jane L. Ferreira, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1542/2013.

PORTARIA N°. 1542/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ORLANDA FERNANDES CIQUEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/04/2013 a 19/05/2013, face ao impedimento da titular Viviane Meyer, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1543/2013.

PORTARIA N°. 1543/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCOS PAULO SATOR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/03/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Paulo R. Magni, que se encontra exercendo suas funções junto a EB Morretes II.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1544/2013.

PORTARIA N°. 1544/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR NICOLLY MARIA DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/04/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1545/2013.

PORTARIA N°. 1545/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SANDRA SCHMIDT WAGNER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Articuladora, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/03/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1546/2013.

PORTARIA Nº. 1546/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CATIA REGINA SOARES DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Articuladora, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/05/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1547/2013.

PORTARIA Nº. 1547/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREIA MEDEIROS KLOPPPEL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Articuladora, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/05/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1548/2013.

PORTARIA Nº. 1548/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EDILAINÉ BAIROS DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/04/2013 a 15/12/2013, face a titular Olíndina Muller da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1549/2013.

PORTARIA Nº. 1549/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CRISTIANE DA SILVA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do EB Reinaldo Weingartner da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2013 a 15/12/2013, face a titular Alexandra Bianca, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1550/2012.

PORTARIA Nº. 1550/2012.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DILMAR FRANCISCO LEONARDI, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 007/2013, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo

período de 01/04/2013 a 01/04/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1551/2013.
PORTARIA N°. 1551/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MIRELA ANGELA COELHO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/05/2013 a 13/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1552/2013.
PORTARIA N°. 1552/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUIZA HELENA DOS SANTOS, matrícula nº. 500041, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Habitação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/02/2008 a 01/02/2013, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 07/05/2013 à 07/06/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1553/2013.
PORTARIA N°. 1553/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e

V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLEUSA DE OLIVEIRA, matrícula nº. 800740, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2002 a 29/07/2007, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 13/05/2013 à 13/08/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1554/2013.
PORTARIA N°. 1554/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CATIA REGINA PIERRI, matrícula nº. 801137, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/12/2002 a 01/12/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/05/2013 à 02/06/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1558/2013.
PORTARIA N°. 1558/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR RICHARD HUEWES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Música, no (a) Escola Básica Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/03/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1559/2013.
PORTARIA N°. 1559/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar gratificação de Produtividade dos funcionários, conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Cessar gratificação de Produtividade dos funcionários, conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação a partir de 01 de maio de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR
400014	Antonio Carlos Avila	1.000,00
401809	Camila Mاتيollo	600,00
300445	Carlos Felipe Dall Oliva de Souza	500,00
300017	Edson João da Silva	600,00
401909	Fernanda Zanini	490,00
500461	João Lehmkuhl	600,00
500214	Onildo José de Souza	500,00
401948	Rafaela Fátima Marques	490,00
300172	Rogério Edmilso Oliveira	600,00
300209	Sergio Luis Lehmkuhl	800,00
500374	Sergio Roberto Broering	500,00
402046	Sinara Galvão de Lima	500,00
800111	Terezinha da Silva	500,00

ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE	PARA
500373	André Luiz Possas	400,00	800,00
800258	Claudemir José Saibert	300,00	500,00
400292	Fabiana Regina Santos Ferreira	100,00	500,00
500372	Pedro Julio de Melo	600,00	1.000,00
300427	Philippi Jacinto Pedro	600,00	1.000,00
500916	Rodrigo Peres Amandio	750,00	818,00
401242	Rosilaine da Rosa	300,00	600,00

ANEXO III

MATRICULA	NOME	VALOR
400423	Cleide Aparecida Bernardes	200,00

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1560/2013
PORTARIA N°. 1560/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade aos servidores, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade aos servidores, conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Cessar Gratificação de Produtividade aos servidores, conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação a partir de 01 de maio de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	CARGO	PERCENTUAL
400868	Alzira Espindola da Silva	ACD	30%
251753	Angelica Maria da C. Teixeira	Médico	80%
251755	Bruna Muller Amorim	Médico	80%
402090	Gisele Aparecida da Silva	TE	20%
370183	Lauriana Campos de Bem	Médico	70%
251756	Leticia Falqueto	Médico	70%
251754	Xenia Vanessa Delgado Guevara	Médico	80%

ANEXO II

MATRICULA	NOME	CARGO	DE	PARA
401407	Sandro Adriani Teixeira Borges	Médico	20%	80%

ANEXO III

MATRICULA	NOME	CARGO	Valor
250995	Alessandra Machado Sotero	ACS	530,00
401117	Gisele da Silva	ACS	334,00

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1561/2013.
PORTARIA N°. 1561/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSIANE DINALVA FERREIRA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2013 a 15/12/2013 A presente admissão em VAGA TRANSITÓRIA faz-se necessário tendo em vista, o desdobramento de classe.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1564/2013.
PORTARIA N°. 1564/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
100305	Juliana Rosa de Freitas	Graduação	30%	18/01/2013

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1566/2013.
PORTARIA N°. 1566/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
501078	Cristiane Regina Muller	Mestrado	20%	18/02/2013

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1567/2013.
PORTARIA N°. 1567/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR THIERS MELQUIADES ELIAS FILHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Projeto Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1568/2013.
PORTARIA N°. 1568/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR NICHOLAS RAMOS BATISTA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem

Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Projeto Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1569/2013.

PORTARIA N°. 1569/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GEORGIA BATISTA MARTINS, matrícula nº. 500010, titular do cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/03/1997 a 16/02/2002, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 20/05/2013 a 20/07/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1570/2013.

PORTARIA N°. 1570/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, TONIA MARLY MACHADO LOSI, titular do cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1571/2013.

PORTARIA N°. 1571/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JUSSARA DA SILVEIRA, matrícula nº. 400113, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/02/2005 a 01/02/2010, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 13/05/2013 à 13/06/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1572/2013.

PORTARIA N°. 1572/2013.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANE CAMPOS DE SOUZA, matrícula nº. 400412, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2007 a 01/03/2012, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 13/05/2013 à 13/06/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1573/2013.

PORTARIA N°. 1573/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1513 de 02 de maio de 2013, que Contratou por Tempo De-terminado a servidora ASTI MULLER ANDRADE, para ocupar o cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, face o impedimento do titular Maria do Carmo Raupp da Rosa, que se encontra em LTS, pelo período de 11/05/2013 a 10/06/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1574/2013.

PORTARIA N°. 1574/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Clarice dos Santos	20	40	17/04/2013 a 15/12/2013
Josane Marques da Silva	20	40	14/03/2013 a 15/12/2013
Marcos Paulo Sartor	30	40	05/05/2013 a 15/12/2013
Patrícia Paim dos Santos	20	40	26/04/2013 a 09/06/2013
Sonia Raitz Moulin	40	30	02/05/2013 a 15/12/2013

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1575/2013.

PORTARIA N°. 1575/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FLAVIO SCHMIDT, matrícula nº. 400235, titular do cargo de Fiscal da Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria Sa-úde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/01/2008 a 04/01/2013, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 03/06/2013 à 03/07/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1576/2013.

PORTARIA N°. 1576/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0749 de 11 de março de 2013, que Contratou por Tempo De-terminado à servidora CINTIA CRISTINA PREGO A. DAUFENBACH, para ocupar o cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/05/2013 a 15/12/2013, exercendo suas funções junto a EB Reinaldo Wein-gartner.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1577/2013.

PORTARIA N°. 1577/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 3103 de 19 de novembro de 2010, que Removeu a servidora MARLENE HEIDERSCHIEDT, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, retornando assim a sua secretaria de origem, ou seja Secretaria de Educação e Cultura.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1578/2013.

PORTARIA N°. 1578/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1151 de 01 de abril de 2013, que Contratou a servidora KARO-LINE BENEDET, para o cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, referente à data de admissão que deverá ser 08/02/2013 a 15/12/2013, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1579/2013.

PORTARIA N°. 1579/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ADRIANA MARIA RODRIGUES, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1580/2013.

PORTARIA N°. 1580/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DANILO NUNES GUIMARÃES, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1581/2013.

PORTARIA N°. 1581/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LÚCIA DA SILVEIRA, matrícula nº. 800238, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 20/06/1998 a 20/06/2003, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 01/08/2013 à 01/11/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1582/2013.

PORTARIA N°. 1582/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUIZ CESAR DA COSTA, matrícula nº. 800254, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/12/2005 a 04/12/2010, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/07/2013 à 01/08/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1583/2013.

PORTARIA N°. 1583/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ALEXANDRA SALAZAR MATIAS, matrícula nº. 800205, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1584/2013.
PORTARIA N°. 1584/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SANDRO ADRIANI TEIXEIRA BORGES JUNIOR, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1585/2013.
PORTARIA N°. 1585/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JOÃO BATISTA PAMPLONA, titular do cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1586/2013.
PORTARIA N°. 1586/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RAQUEL MARA MARTINS WEISS, matrícula nº. 800849, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 12/02/2003 a 12/02/2008, por 03 (três) meses e referente ao quinquênio de 12/02/2008 a 12/02/2013, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 25/06/2013 à 25/12/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1587/2013.
PORTARIA N°. 1587/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SHEILA IOLANDA COELHO MAURICIO, matrícula nº. 800668, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2001 a 08/02/2006, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 15/05/2013 à 15/07/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1588/2013.
PORTARIA N°. 1588/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LAURIANA CAMPOS DE BEM, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2013 a 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1589/2013.
PORTARIA N°. 1589/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LETICIA FALQUETO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 005/2013, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Central da Secretaria de Saúde e Medicina Pre-ventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2013 a 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Pregão N° 129/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 129/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 06 de agosto de 2013, às 14:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL N°. 129/2013, que tem por objeto aquisição de móveis e utensílios para o Fundo Municipal de Assistência Social. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 23 de julho de 2013. A PREGOEIRA.

Lista de Candidatos Inscritos - CMDCA/Palhoça

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça. Torna Pública a lista dos candidatos inscritos, referente ao Processo de Escolha Suplementar simplificado e célebre de Conselheiro Tutelar Suplente de Palhoça. Edital N°. 001/2013 - CMDCA de Palhoça, Lei Federal nº. 8.069 Estatuto da Criança e Adolescente.

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
01	Ana Paula da Rosa
02	Leila Alves Espindola
03	Ivan Carlos Da Luz
04	Débora Cristina da Silva
05	Lidiane Pozzobon
06	Franciny Cordioli da Rosa
07	Bianca Leandro Luiz
08	Nair Aparecida Aguiar Jaques
09	Elisabete Petronilha da Silva

Palhoça /SC, 22 de julho de 2013.

CARMELINO DA SILVA

Coordenador CMDCA - Palhoça - SC

Papanduva

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Registro de Preços N° 116/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N° 116/2013. Objeto: Aquisição de leite e suplementos alimentares, para a manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 05 de agosto de 2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 05/08/2013 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais n.ºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

Papanduva, 22 de julho de 2013

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Editais de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC – DETRANNET
DETRAN-DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 114 851/2013, 854/2013, 857/2013, 858/2013, 860/2013 E 866/2013.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIOS(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de infração	Código da infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGK2987	55678957D	6920/0	20/05/2013	CTB 233
AKY7807	55678952D	6920/0	20/05/2013	CTB 233
LYL4499	55678958D	6920/0	20/05/2013	CTB 233
MAV4715	55036584D	6920/0	30/04/2013	CTB 233
MBT1570	55678834D	6920/0	30/04/2013	CTB 233
MEP0529	55678851D	5118/0	27/04/2013	CTB 164 c/c 162*I
MIT2865	55036585D	5010/0	03/05/2013	CTB 162*I
MIT2865	55036586D	6599/2	03/05/2013	CTB 230*V
MKN7282	55678835D	6920/0	30/04/2013	CTB 233
MAD8650	55678910D	5185/1	06/06/2013	CTB 167
AMM4375	55678954D	6920/0	20/05/2013	CTB 233
AOG5821	55678951D	6920/0	20/05/2013	CTB 233
CMD4048	55678853D	5118/0	31/05/2013	CTB 164 c/c 162*I
CMD4048	55678854D	6912/0	31/05/2013	CTB 232
MDJ5006	55678959D	6599/2	20/05/2013	CTB 230*V
AXE0237	55678908D	5185/1	06/06/2013	CTB 167
MLG0506	55678911D	7366/2	06/06/2013	CTB 252*
KEE3969	55678840D	6920/0	20/06/2013	CTB 233
LXR0533	55036591D	6920/0	20/06/2013	CTB 233
MAV7602	55036596D	6920/0	20/06/2013	CTB 233
MBT8848	55036592D	6920/0	20/06/2013	CTB 233
MEF7149	55678955D	6920/0	20/05/2013	CTB 233
MHD5287	55678953D	6920/0	20/05/2013	CTB 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRECIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA, 23 DE JULHO DE 2013

ALINE MARIA SCHADECK
DIRETORA DO DETRANPV

Edital de Notificação**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC – DETRANNET

DETRAN – DEINFRA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 114 852/2013, 853/2013, 855/2013, 856/2013, 859/2013, 861/2013, 862/2013, 867/2013 E 875/2013.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIA NA FORMA DO ART.285 E SEGUINTE DO CTB.

<i>Placa</i>	<i>Auto de Infração</i>	<i>Código da Infração/ Desdobramento</i>	<i>Data da Infração</i>	<i>Valor da Infração</i>	<i>Enquadramento</i>
AOK0303	55036565D	6610/2	16/02/2013	R\$ 127,69	CTB 230*VII
AOK0303	55036567D	6637/2	16/02/2013	R\$ 127,69	CTB 230*IX
BSI2674	55678652D	6920/0	02/01/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MAB3573	55678584D	6920/0	14/12/2012	R\$ 127,69	CTB 233
MDE7533	55036462D	6599/2	30/09/2012	R\$ 191,53	CTB 230*V
MDF8534	55035897D	6912/0	19/12/2012	R\$ 53,20	CTB 232
MKM5590	55036492D	6599/2	25/11/2012	R\$ 191,53	CTB 230*V
MFH7950	55678568D	7030/1	10/11/2012	R\$ 191,53	CTB 244*I
ABH0549	55678705D	6599/2	18/03/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
ABH0549	55678706D	5010/0	18/03/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
AGL7568	55678594D	5010/0	21/01/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
AGL7568	55678595D	6610/2	21/01/2013	R\$ 127,69	CTB 230*VII
AGW9881	55035744D	5010/0	04/03/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
AJO9059	55035898D	6548/0	03/03/2013	R\$ 85,12	CTB 229
AVK5920	55678628D	6920/0	25/01/2013	R\$ 127,69	CTB 233
AVT1130	55035900D	6548/0	03/03/2013	R\$ 85,12	CTB 229
ADR0331	55678704D	5169/1	15/03/2013	R\$ 1.915,38	CTB 165
JJS6215	55678815D	5010/0	07/03/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
JJS6215	55678816D	5118/0	07/03/2013	R\$ 574,61	CTB 164 c/c 162*I
MCE8504	55678819D	5010/0	07/03/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
MCT5668	55678820D	5010/0	08/03/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
MCT5668	55678821D	6599/2	08/30/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
MHV6377	55678669D	6599/2	16/02/2013	R\$191,53	CTB 230*V
MJJ0272	55678708D	5010/0	29/03/2013	R\$574,61	CTB 162*I
MJZ2272	55035899D	6548/0	03/03/2013	R\$ 85,12	CTB 229
MZQ3379	55678670D	6599/2	16/02/2013	R\$191,53	CTB 230*V
AVT1130	55678702D	6530/0	07/03/2013	R\$ 127,69	CTB 228
AVT1130	55678703D	7366/2	07/03/2013	R\$ 85,12	CTB 252*VI
MCE8504	55678818D	7048/1	07/03/2013	R\$ 191,53	CTB 244*II
MZQ3379	55678671D	5185/1	16/02/2013	R\$ 127,69	CTB 167
MJK1996	55035949D	5185/1	07/10/2012	R\$ 127,69	CTB 167
ADV6732	55678624D	6920/0	25/01/2013	R\$ 127,69	CTB 233
AMA3289	55036095D	5010/0	16/02/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
AMA3289	55036096D	6599/2	16/02/2013	R\$ 191,53	CTB 230*-V
AMA3289	55036097D	5118/0	16/02/2013	R\$ 574,61	CTB 164 c/c 162*I
AMA3289	55036098D	6912/0	16/02/2013	R\$ 53,20	CTB 232
AMO7138	55036570D	6912/0	16/02/2013	R\$ 53,20	CTB 232
AMO7138	55036571D	6599/2	16/02/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
AOI2042	55678596D	5169/1	27/01/2013	R\$ 1.915,38	CTB 165
BMK8524	55678806D	6920/0	20/02/2013	R\$ 127,69	CTB 233
BWY6200	55678813D	6599/2	04/03/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
BWY6200	55678814D	6912/0	04/03/2013	R\$ 53,20	CTB 232
CHH5803	55678678D	6920/0	20/02/2013	R\$ 127,69	CTB 233
CHT9087	55678622D	6920/0	25/01/2013	R\$ 127,69	CTB 233
DMC0710	55035733D	6599/2	16/02/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
LYA2095	55678677D	6920/0	20/02/2013	R\$ 127,69	CTB 233

<i>Placa</i>	<i>Auto de Infração</i>	<i>Código da Infração/ Desdobramento</i>	<i>Data da Infração</i>	<i>Valor da Infração</i>	<i>Enquadramento</i>
LYT1212	55678810D	6599/2	01/03/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
LYT1212	55678811D	5010/0	01/03/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
LZT9037	55678664D	6599/2	14/02/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
MAW1593	55678753D	5010/0	02/03/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
MAW1593	55678754D	5169/1	02/03/2013	R\$ 1.915,38	CTB 165
MBA2766	55678751D	5061/0	21/02/2013	R\$ 574,61	CTB 163 c/c 162*I
MBA2766	55678752D	6599/2	21/02/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
MJO4365	55036583D	6920/0	30/04/2013	R\$ 127,69	CTB 233
AMA3289	55036099D	5193/0	16/02/2013	R\$ 191,53	CTB 168
DMC0710	55035734D	5185/1	16/02/2013	R\$ 127,69	CTB 167
BFA6513	55035736D	5010/0	16/02/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
MMD9111	55678807D	6920/0	20/02/2013	R\$ 127,69	CTB 233
ADO4102	55678686D	6920/0	19/04/2013	R\$ 127,69	CTB 233
DMT0338	55678598D	6920/0	19/04/2013	R\$ 127,69	CTB 233
EML3122	55678699D	6920/0	19/04/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MF7906	55678713D	6920/0	19/04/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MKD6243	55678690D	6920/0	19/04/2013	R\$ 127,69	CTB 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRECIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA, 23 DE JULHO DE 2013

ALINE MARIA SCHADECK
DIRETORA DO DETRANPV

PEGAS 
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Passos Maia

PREFEITURA

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO 0085/2013

Contratante: Município de Passos Maia.

Contratada: DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA SA

Objeto: O presente contrato tem como objeto a contratação de solução integrada interativa de computador e projeção, denominada Computador Interativo e Solução de Lousa Digital, para o atendimento das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao programa de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) do Ministério da Educação, referente ao item 01 -COMPUTADOR INTERATIVO, do Pregão Eletrônico nº 72 /2011b.

Valor: R\$ 7.300,00 (Sete mil e trezentos reais).

Vigência: O presente Contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, tudo em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei nº 8.666/1993.

Passos Maia, SC, 08 de julho de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.853 de 22 de Julho de 2013

DECRETO Nº 3.853 DE 22 DE JULHO DE 2013

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 32.630,46 (Trinta e dois mil seiscentos e trinta reais e quarenta e seis centavos), na dotação orçamentária a seguir:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0206 - Secretaria de Transportes e Obras

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 2601 - Estradas Vicinais

Atividade: 3057 - Obras de Infraestrutura Rural

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 0389

Total Suplementado R\$ 32.630,46

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso

de R\$ 32.630,46 (Trinta e dois mil seiscentos e trinta reais e quarenta e seis centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2012, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. Conta Corrente nº 5.716-9.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto,

EM 22 DE JULHO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3854, de 22 de Julho de 2013.

DECRETO Nº 3854, DE 22 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 703,88 (Setecentos e três reais e oitenta e oito centavos) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0206 - Secretaria de Transportes e Obras

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 2601 - Estradas Vicinais

Atividade: 3057 - Obras de Infraestrutura Rural

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 0189

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 703,88 (Setecentos e três reais e oitenta e oito centavos), por conta do Excesso de Arrecadação apurado até 19 de julho na fonte de recursos 0189 (Alienação de Bens Imóveis).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,

22 DE JULHO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Contrato de Fornecimento N. 220/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 220/2013.

Termo de Contrato CONCERTO NO VEÍCULO PLACA MCA 2714, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA ATLAS LTDA, autorizado através do Processo nº 189/2013, Dispensa de Licitação nº. 152/2013.

Valor de R\$ 4.720,00 (quatro mil setecentos e vinte reais).

Pinheiro Preto, 18 de Junho de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 242/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 242/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA

DE SAÚDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME, autorizado através do Processo nº 204/2013, Dispensa de Licitação nº. 167/2013.
Valor de R\$ 805,16 (oitocentos e cinco reais e dezesseis centavos)

Pinheiro Preto - SC, 03 de Julho de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 244/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 244/2013.

Termo de Contrato CONCERTO TRATOR MASSEY DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SPERANDIO MAQUINAS E EQUIP. LTDA, autorizado através do Processo nº 207/2013, Dispensa de Licitação nº. 169/2013.
Valor de R\$ 1.320,90 (um mil trezentos e vinte reais e noventa centavos).

Pinheiro Preto - SC, 05 de Julho de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 247/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 247/2013.

Termo de Contrato DE CONCERTO NO VEÍCULO PLACA MCA 2714 DA SECRETARIA DE OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA ATLAS LTDA, autorizado através do Processo nº 211/2013, Dispensa de Licitação nº. 172/2013.
Valor de R\$ 710,00 (setecentos e dez reais).

Pinheiro Preto - SC, 09 de Julho de 2013.

Contrato de Fornecimento N° 240/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 240/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME, autorizado através do Processo nº 202/2013, Dispensa de Licitação nº. 165/2013.
Valor de R\$ 2.987,90 (dois mil novecentos e oitenta e sete reais e noventa centavos)
Pinheiro Preto - SC, 03 de Julho de 2013.

Contrato de Fornecimento N° 243/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 243/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME, autorizado através do Processo nº 205/2013, Dispensa de Licitação nº. 168/2013.
Valor de R\$ 5.168,38 (cinco mil cento e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos)

Pinheiro Preto, 03 de Julho de 2013.

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3512

DECRETO N° 3512, de 22 julho de 2013.
"HOMOLOGA RESULTADO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 066/2013 E NOMEIA SUBCOMISSÃO TÉCNICA".

O Prefeito Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 3.233, o resultado do Edital de Chamamento Público nº 066/2013, de 10 de junho de 2013.

Art. 2º - Nomeia a Subcomissão Técnica para Julgamento do Edital de Tomada de Preço nº 064/2013 que será composta pelos seguintes membros:

- Gabriel Garcia - Com vínculo;
- Rafael José Beling Cucco - Com vínculo;
- Luis Felipe Branches Fuck - Sem vínculo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

22 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Lei 5.389

LEI N° 5.389, de 16 de Julho de 2013

"ALTERA A LEI N° 5.341, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS CENTROS DE TREINAMENTO - PADARIA ESCOLA, NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL"

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º Fica acrescido o § 2º e renumerado o parágrafo único para § 1º do art. 3º da Lei nº 5.341, de 14 de novembro de 2012, que "dispõe sobre a regulamentação dos Centros de Treinamento - Padaria Escola, no Município de Rio do Sul", que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 1º

§ 2º Toda doação ou comercialização de alimentos produzidos nos Centros de Treinamento - Padaria Escola e outros, do Município de Rio do Sul, deverá ser apresentada com relatório semestral de prestação de contas, tornando pública a destinação das doações." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

16 de Julho de 2013.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Portaria N. 0896/RH
PORTARIA N. 0896/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de 23/07/2013 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2013, designada pela Portaria n. 0781/RH de 18/06/2013 (publicada em 24/06/2013), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2013.

Art. 2º A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 005/I.A./009/2013, de 09/07/2013, em face da necessidade de oitiva de testemunhas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de julho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0899/RH
PORTARIA N. 0899/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 151 ao 153, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, à servidora municipal MAITARA GABRIELA DA LUZ BROERING, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, para realização do Estágio Obrigatório para conclusão do curso de Direito, da instituição de ensino Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - Unidavi, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, através do Protocolo n. 141194/2013.
Parágrafo único - A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento da servidora de suas atividades laborais uma vez por semana.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo esta encaminhar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º A servidora perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, a servidora deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva

compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de julho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0899/RH
PORTARIA N. 0899/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 151 ao 153, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, à servidora municipal MAITARA GABRIELA DA LUZ BROERING, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, para realização do Estágio Obrigatório para conclusão do curso de Direito, da instituição de ensino Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - Unidavi, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, através do Protocolo n. 141194/2013.
Parágrafo único - A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento da servidora de suas atividades laborais uma vez por semana.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo esta encaminhar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º A servidora perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, a servidora deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de julho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0901/RH
PORTARIA N. 0901/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando O Memorando SMA/RH n. 112/2013 e a folha ponto em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 013/2013, para apurar os fatos relatados no memorando citado acima, onde, Marilene Oriata Farias, matrícula n. 36341/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro, em tese, teria transgredido os artigos 158, inciso I e 171, inciso II, § 3º, ambos da Lei Complementar n. 207/2010.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0121/RH, de 01 de fevereiro de 2013, para apurar a suposta irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0901/RH

PORTARIA N. 0901/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando O Memorando SMA/RH n. 112/2013 e a folha ponto em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 013/2013, para apurar os fatos relatados no memorando citado acima, onde, Marilene Oriata Farias, matrícula n. 36341/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro, em tese, teria transgredido os artigos 158, inciso I e 171, inciso II, § 3º, ambos da Lei Complementar n. 207/2010.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0121/RH, de 01 de fevereiro de 2013, para apurar a suposta irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0902/RH

PORTARIA N. 0902/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora Ana Paula Fassina, matrícula n. 1618/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional,

referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de agosto de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0903/RH

PORTARIA N. 0903/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor Washington de Oliveira Cunha, matrícula n. 35227/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de maio de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0904/RH

PORTARIA N. 0904/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora Márcia Aparecida Branco, matrícula n. 28398/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de dezembro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0905/RH
PORTARIA N. 0905/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor Arlindo Cesar Scoz, matrícula n. 450/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de março de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0905/RH
PORTARIA N. 0905/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor Arlindo Cesar Scoz, matrícula n. 450/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de março de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0906/RH
PORTARIA N. 0906/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora DANIELA CRISTINA FERRARI, matrícula 28320/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao triênio de 2006 a 2009, com fundamento ao disposto no Art. 35 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010 c/c o Art.

59, da Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003, Art. 6º, § 2º, do Decreto nº 399 de 05 de outubro de 2004.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de agosto de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0907/RH
PORTARIA N. 0907/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora REGINA SILVIA CARDOSO, matrícula n. 23361/03, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "C", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de julho de 2013, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0908/RH
PORTARIA N. 0908/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora MARILSE ELIANE MATTOS POMPILIO, matrícula n. 25178/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, nível III, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "C", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de julho de 2013, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0909/RH
PORTARIA N. 0909/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação ao servidor VADEMIRO POFFO, matrícula n. 6211/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível IV, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "D", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de julho de 2013, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0910/RH
PORTARIA N. 0910/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora IRIS WESSLING ROMANIO, matrícula n. 21016/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível I, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "C", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de julho de 2013, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N° 0897/RH
PORTARIA N°. 0897/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a Lotação da servidora municipal SIMONE DIGIAMPIETRI, ocupante do cargo PSICÓLOGA, na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE HABITAÇÃO, nos termos do Art. 18º, Lei Complementar n. 207 de 28/10/2010 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de julho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria N° 0898/RH
PORTARIA N°. 0898/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores: JONAS HENRIQUE SALVADOR - Agente Administrativo
MARIA ELISABETE LICHIA MELCHIADES - Psicólogo
KELSON MARCUS PEREIRA - Técnico em Enfermagem

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de julho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria N° 0900/RH
PORTARIA N°. 0900/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0760/2013/RH de 13/06/2013, a qual nomeia PATRICIA IVANA BECKER NAGEL para exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, em virtude de sua manifestação de desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Extrato de Edital 32/2013 FMS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS / ATENDIMENTOS MÉDICOS Nº 32/2013 FMS

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, inscrito no CNPJ sob nº. 10.469.199/0001-55, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/93, estará recebendo a partir do dia 24/07/2013, no horário das 08:00 às 11:30 horas, no endereço Rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-000, no Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, sala 110, propostas de profissionais médicos com formação / habilitação nas respectivas áreas / especialidades, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS no município de Rio do Sul.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Credenciamento:

Anexo I - Documentação necessária para Credenciamento;

Anexo II - Minuta de contrato;

Anexo III - Declaração de retirada de edital;

Anexo IV - Requerimento;

Anexo V- Declaração de concordância;

I - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente é a seleção e contratação pessoas físicas e/ou jurídicas interessadas em firmar com a Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul / Fundo Municipal de Saúde, contrato de prestação de serviços, conforme minuta constante no ANEXO II, para prestar atendimento ambulatorial em CONSULTAS MÉDICAS por profissionais com habilitação nas respectivas áreas/especialidades, conforme abaixo:

Formação / habilitação

Código/ Descrição do Atendimento

Valor Unitário por consulta/atendimento

Clínica Médica / Geral

0301010064 - consulta médica em atenção básica

18,00

Demais Especialidades Reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina/Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina/CREMESC

0301010072 - consulta médica em atenção especializada

30,00

1.2 O número de consultas/atendimentos a serem realizadas deverá estar compatível com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros.

1.3 A íntegra do edital pode ser solicitada pelo e-mail sau.dvcaa@riodosul.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas pelo

fone (47) 3531-1449.

1.4 As despesas decorrentes das contratações previstas neste edital serão cobertas pelas seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - ATENÇÃO BÁSICA, ou

Projeto/atividade: 2.080 - BLMAC - Manutenção da Gestão Plena (MAC)

Rio do Sul (SC), 12 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Pregão Presencial 076/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2013

OBJETO: Contratação de serviços de transporte de calcário para Secretaria municipal de Agricultura.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 05/08/2013, às 08:30h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 05/08/2013. , no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de licitações e no site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 22 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Termo de Posse e Exercício Jonas Henrique Salvador

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) JONAS HENRIQUE SALVADOR, nomeado (a) pela Portaria n. 0658/RH, de 08/05/2013, publicada no DOM na data de 25/06/2013, para exercer o cargo efetivo de Agente Administrativo, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 22/07/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 22 de julho de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse e Exercício Kelson Marcus Pereira
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) KELSON MARCUS PEREIRA, nomeado (a) pela Portaria n. 0822/RH, de 01/07/2013, publicada no DOM na data de 09/07/2013, para exercer o cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível F, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 22/07/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 22 de julho de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse e Exercício Maria Elisabete Licha Melchiades
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARIA ELISABETE LICA MELCHIADES, nomeado (a) pela Portaria n. 0819/RH, de 01/07/2013, publicada no DOM na data de 09/07/2013, para exercer o cargo efetivo de Psicólogo, Nível H, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 22/07/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 22 de julho de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resumo do 3º Termo Aditivo ao Contrato - Correios
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912259086

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, no uso de suas atribuições legais, torna público o 3º Termo Aditivo ao Contrato Múltiplo de Prestação de Serviços e Venda de Produtos nº 9912259086, assinado entre a Câmara Municipal de Rio do Sul e a Empresa brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Vigência: prazo de vigência do contrato é de 13/07/2013 à 12/07/2014.

Valor estimado: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Rio do Sul, 19 de julho de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Câmara Municipal

LILIAN PLACHI FERREIRA

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Resumo da Arp Nº08/2013

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2013
REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2013

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Rio do Sul

CONTRATADA: BLU Distribuidora de Papelaria LTDA

OBJETO: Registro de preço para aquisição futura de Materiais Expediente, conforme lote 1, do Pregão CMRS/SC nº 04/2013.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações. Data de assinatura: 18 de julho de 2013.

Conforme os itens abaixo discriminados:

QUANTT	UND	PRODUTO	PREÇO UN.	PREÇO TOTAL
5	Und	Apontador para Lápis, Confeccionado em Plástico, com 01 (um) Furo, Lamina em Aço Inox, Sem Depósito.	0,08	0,40
5	Unidades c/ 30 mts	BOBINAS PARA FAX, em papel termo-reativo, rolo com 215mm (milímetros) x 30m (metros), branco, com alta definição de imagem. Com garantia de alta durabilidade, embalado em embalagem original selada. Atender as tecnologias de proteção do meio ambiente, normas da ABNT-NBR e legislação pertinente.	3,70	18,50
5	und	Borracha Apagadora Escrita, Medindo 42 mm (milímetros), 21mm (milímetros), 11mm (milímetros), Macia, Branca, com Capa Plástica Protetora de vinil.	0,40	2,00
3	Caixas com 50 und	Caneta Esferográfica Azul, com Escrita Média, e Ponteira Especial para Evitar Rachaduras. Deverão ter Corpo Transparente, Tampa Antiasfixiante na Cor da Tinta, Carga Completa, Capacidade para Escrita Contínua, sem Borrões e Falhas até o Final da Carga, Aprovada pelo INMETRO.	10,00	30,00
1	Caixa com 50 und	Caneta Esferográfica Preta, com Escrita Média, e Ponteira Especial para Evitar Rachaduras. Deverão ter Corpo Transparente, Tampa Antiasfixiante na Cor da Tinta, Carga Completa, Capacidade para Escrita Contínua, sem Borrões e Falhas até o Final da Carga, Aprovada pelo INMETRO.	16,84	16,84
1	Caixa com 50 und	Caneta Esferográfica Vermelha, com Escrita Média, e Ponteira Especial para Evitar Rachaduras. Deverão ter Corpo Transparente, Tampa Antiasfixiante na Cor da Tinta, Carga Completa, Capacidade para Escrita Contínua, sem Borrões e Falhas até o Final da Carga, Aprovada pelo INMETRO.	10,00	10,00
3	Caixas com 12 und	Caneta Marca-Texto, Material Plástico, Tipo Ponta Fluorescente, Cor Amarela.	6,00	18,00
5	Caixas com 810 und	Clipes Niquelado N° 1/0, Metal, Paralelo.	4,00	20,00
35	Unida-des	Cola, Cor Branca, Aplicação Papel, Características Adicionais Atóxica, Tipo Bastão, Contendo no Mínimo 8g (gramas). Em Embalagem Original com Data de Validade.	0,34	11,90
7	Unida-des	Fita Adesiva Transparente, Material Celofane Transparente, Tipo Monoface, Polietileno, Cor Incolor, Largura 12mm (milímetros), Comprimento 30m (metros)	0,38	2,66
5	Unida-des	Estilete com Lâmina Retrátil de 18 mm (milímetros) de Largura, Corpo Plástico, Lâmina em Aço com Tratamento Anti-Ferrugem e Trava de Segurança.	0,50	2,50
4	Unida-des	Extrator de Grampos, em Aço Niquelado, Tipo Espátula, medindo 150mm (milímetros) de comprimento por 15mm (milímetros) de largura.	0,40	1,60
5	Cx com 50 und	Grampo Trilho Plástico para Pastas 80mm (milímetros).	4,50	22,50
2	Caixas com 12 Und	Lápis Preto, Material Corpo Madeira, nº 2, de Boa Qualidade.	1,20	2,40
55	Und	Pasta A-Z OF-LL. Tamanho: 28,5 x 34,5 x 8,0 cm. Cor: Preta.	3,48	191,40
20	Und	Pasta Transparente, em Plástico Polipropileno 340 altura x 245 largura x 30 dorso mm (milímetros), com Elástico, Material Leve, Atóxico e Resistente.	1,30	26,00
3	Und com 12g	Umedecedor de dedos cremoso para manuseio de papeis, base e tampa em plástico rígido, não mancha, não tóxico, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade. Peso líquido 12 gramas	1,10	3,30
200	Und	Disco Compacto CD-R, Capacidade de 700 MB, Tempo Duração 80 minutos, Tipo Gravável, Característica Adicional Velocidade de Gravação 52x.	0,50	100,00
200	Und	DVD-R, Capacidade de 4,7 GB, Tempo de Duração 120 minutos, Aplicação Gravação, Característica Adicional Velocidade de Gravação 8x.	0,60	120,00
TOTAL DO LOTE	R\$ 600,00			

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Câmara

THIAGO SEIBT
Blu Distribuidora de Papelaria LTDA

Resumo da Arp N°09/2013

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 09/2013
REF. AO PREGÃO PRESENCIAL N° 04/2013

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Rio do Sul
CONTRATADA: DIAL SUPRI Distribuidora LTDA ME
OBJETO: Registro de preço para aquisição futura de Materiais Expediente, conforme lote 2, do Pregão CMRS/SC n° 04/2013.
VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações. Data de assinatura: 18 de julho de 2013.

Conforme os itens abaixo discriminados:

QTDE TOTAL	UND	PRODUTO	PREÇO UN.	PREÇO TOTAL
170	Resma	Papel A4, Material Papel Alcalino, Comprimento 297 mm (milímetros), largura 210 mm (milímetros), Gramatura 75 g/m2. Extra Branco, com Mesma Textura em Ambas as Faces, Embalado em Material Resistente e Contra Umidade.	8.9411	1.520,00
TOTAL DO LOTE				R\$ 1.520,00

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Câmara

GENUIR KUREK
DIAL Departamentos EIRELI EPP

Resumo da Arp N°10/2013

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2013
REF. AO PREGÃO PRESENCIAL N° 04/2013

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Rio do Sul
CONTRATADA: SUPRIMOVEIS LTDA EPP
OBJETO: Registro de preço para aquisição futura de Materiais Expediente, conforme lote 3, do Pregão CMRS/SC n° 04/2013.
VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações. Data de assinatura: 18 de julho de 2013.

Conforme os itens abaixo discriminados

QUANT TOTAL	UND	PRODUTO	PREÇO UN.	PREÇO TOTAL
4	Und	TONER para impressora Hp Laserjet – Ref. 78A. Original.	204,50	818,00
18	Und	TONER para impressora Hp Laserjet – Ref. 78A. Remanufaturado.	20,00	360,00
4	Und	TONER para impressora Hp Laserjet – Ref. 35A. Original.	190,00	760,00
12	Und	TONER para impressora Hp Laserjet – Ref. 35A. Remanufaturado.	20,00	240,00

3	Und	TONER para impressora Hp Laserjet – Ref. 85A. Original.	190,00	570,00
10	Und	TONER para impressora Hp Laserjet – Ref. 85A. Remanufaturado.	20,00	200,00
3	Und	TONER para impressora Hp Laserjet – Ref. 51A. Remanufaturado.	35,00	105,00
4	Und	Cartucho preto para impressora HP Multifuncional – Ref. 92. Remanufaturado.	15,00	60,00
4	Und	Cartucho color para impressora HP Multifuncional – Ref. 93. Remanufaturado.	22,00	88,00
8	Und	Cartucho preto para impressora HP jato de tinta – Ref. 21. Remanufaturado.	15,00	120,00
8	Und	Cartucho color para impressora HP jato de tinta – Ref. 22. Remanufaturado.	22,00	176,00
6	Und	Cartucho color para impressora HP jato de tinta – Ref. 122. Remanufaturado.	30,00	180,00
9	Und	Cartucho preto para impressora HP jato de tinta – Ref. 122. Remanufaturado.	15,00	135,00
8	Und	Cartucho preto para impressora HP Multifuncional – Ref. 92. Original.	42,00	336,00
8	Und	Cartucho color para impressora HP Multifuncional – Ref. 93. Original.	50,00	400,00
24	Und	Cartucho preto para impressora HP Multifuncional – Ref. 60. Original.	32,00	768,00
20	Und	Cartucho color para impressora HP Multifuncional – Ref. 60. Original.	50,00	1.000,00
12	Und	Cartucho preto para impressora HP jato de tinta – Ref. 21. Original.	32,00	384,00
12	Und	Cartucho color para impressora HP jato de tinta – Ref. 22. Original.	53,00	636,00
12	Und	Cartucho color para impressora HP jato de tinta – Ref. 122. Original.	40,00	480,00
18	Und	Cartucho preto para impressora HP jato de tinta – Ref. 122. Original.	37,00	666,00
18	Und	Cartucho HP CB 316 – PRETO HP 564 Original.	33,00	594,00
12	Und	Cartucho HP CB 317 – PRETO FOTOGRÁFICO HP 564 Original.	32,00	384,00
12	Und	Cartucho HP CB 318 – CIANO HP 564 Original.	30,00	360,00
12	Und	Cartucho HP CB 319 – MAGENTA HP 564 Original.	30,00	360,00
12	Und	Cartucho HP CB 320 – AMARELO HP 564 Original.	30,00	360,00
TOTAL DO LOTE				R\$ 10.540,00

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Câmara

MARCIO ALENCAR PEREIRA
Suprimeveis LTDA EPP

Salto Veloso

PREFEITURA

Edital de Cientificação dos Resultados PP 27/2013

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS
APROVADOS PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, EM
PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº
10.520
DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE
AS NORMAS
DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES
POSTERIORES.

Modalidade : Pregão Presencial
Número : 0027/2013
Data Início Processo: 27/06/2013
Abertura Propostas.: 11/07/2013

Objeto :Serviço de Mão de obra para consertos em geral da creche municipal
O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições
que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Licitação supra indentificado, que a Comissão de Licitação decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

Licitantes Vencedores:
- Construtora Tomazelli LTDAME, com um valor total de R\$ 4.750,00 (Quatro mil, setecentos e cinquenta);
SALTO VELOSO, 23 de julho de 2013.

Edital de Cientificação dos Resultados PP 27/2013

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS
APROVADOS PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, EM
PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº
10.520
DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE
AS NORMAS
DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES
POSTERIORES.

Modalidade : Pregão Presencial
Número : 0027/2013
Data Início Processo: 27/06/2013
Abertura Propostas.: 11/07/2013

Objeto :Aquisição de prateleiras, mesas, mão de obra para colocação e Reformas em geral, junto a creche municipal..
O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições
que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Licitação supra identificado, que a Comissão de Licitação decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

Licitantes Vencedores:

- Farenzena Serralheria e Ferragens, com um valor total de R\$ 38.255,00 (Trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais);

SALTO VELOSO, 23 de julho de 2013.

Edital de Cientificação dos Resultados PP 27/2013

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS
APROVADOS PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, EM
PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº
10.520
DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE
AS NORMAS
DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES
POSTERIORES.

Modalidade : Pregão Presencial
Número : 0027/2013
Data Início Processo: 27/06/2013
Abertura Propostas.: 11/07/2013

Objeto :Aquisição de mesas, prateleiras e respectiva mão de obra junto a
Creche Municipal
O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições
que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Licitação supra indentificado, que a Comissão de Licitação decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

Licitantes Vencedores:
- Jomade marcenaria LTDA ME, com um valor total de R\$ 5.888,00 (Cinco mil, oitocentos e oitenta e oito reais);

SALTO VELOSO, 23 de julho de 2013.

Edital de Pregão Presencial Nº 0032/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0032/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Constitui objeto desta licitação Registro de preços para aquisição de produtos como: Papel toalha interfolhado, papel higiênico e sabonete Líquido
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 26/07/2013 até as 09h00min.
Abertura: 26/07/2013, às 09h15min.
Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 22 de Julho de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto N° 0211/2013

DECRETO N° 0211, DE 24 DE JUNHO DE 2013

ALTERA O DECRETO N° 1028/2012 QUE CRIA A COMISSÃO PERMANENTE DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições, e de conformidade com §2º do art. 4º, Lei nº 2966 de 29 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º. O Decreto nº 1028 de 12 de março de 2013 passa a ter a seguinte redação:.

“Art. 2º.

()

II - Roberta Linzmeier, Osni Paulo Langa, Marla Hubl, Claudia Moreira de Souza, Rosane Fiedler, como representantes das entidades autárquicas e fundacionais municipais;

III - Ederval José Neidert, representante do Departamento de Recursos Humanos da Administração Direta;

()”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto N° 0241/2013

DECRETO N° 0241, DE 22 DE JULHO DE 2013.

ALTERA O DECRETO N° 0236, DE 17 DE JULHO DE 2013, QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3213, de 17 de julho de 2013, DECRETA

Art. 1º O artigo 2º do Decreto nº 0236, de 17 de julho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º. ()

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

(15) 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 36.150,00”

()

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de julho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial N° 179/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 179/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93

de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 08 de AGOSTO de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, COM DESMONTAGEM/MONTAGEM, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA VEÍCULOS DE DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONFORME ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 23 de julho de 2013.

MARCOS GERTLER

Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial N° 188/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 188/2013

MENOR PREÇO POR GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 09 de agosto de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO COM A INTERNET LINK IP DEDICADO COM VELOCIDADE DE 10Mbps, INCLUINDO LOCAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE MODENS /ROUTERS E OUTROS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, COM PLENA CONECTIVIDADE CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 23 de julho de 2013.

MARCOS GERTLER

Secretário de Administração - Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

Extrato da Dispensa de Licitação N° 143.2013

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 143/2013

OBJETO: Aluguel Social em caráter de emergência para a Sra. Inês Maria Camargo Fagundes Portela e família, em virtude de sua residência estar em situação risco e insalubre, situada na Rua Francisco Kercher, 114, Centenário. pelo período de seis meses.

CONTRATADO: Adriano Luis Arnold

VALOR: R\$ 2.100,00.

SÃO BENTO DO SUL, 15 de maio de 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor de Suprimentos e Patrimônio

RITA MARIA DUMS

Secretária De Assistência Social..

Extrato da Dispensa de Licitação N° 144.2013

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSAS DE LICITAÇÃO N° 144/2013

OBJETO: Aluguel Social em caráter de emergência para abrigar a família do Sr. Nivaldo Inácio Pereira de Oliveira, em virtude de incêndio em sua residência, situada a Rua Luiz Hingestierler, 113, Bairro Colonial pelo período de 03 meses, conforme parecer social anexo.

CONTRATADO: Alcir Bagnhuk

VALOR: R\$ 1.050,00.

SÃO BENTO DO SUL, 15 de maio de 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor de Suprimentos e Patrimônio

RITA MARIA DUMS

Secretária De Assistência Social.

Extrato da Dispensa de Licitação N° 202.2013

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSAS DE LICITAÇÃO N° 202/2013

OBJETO: Locação de imóvel localizado na Rua Augusto Wunderwald, nº 2318, Apto 02, no Bairro Centenário, em São Bento do Sul, contendo área de 68,00 m², pagamento de aluguel social para usuária Ariodane Fatima Assunção Pereira Leal vítima de sinistro, conforme lei orgânica da assistência social, que trata dos benefícios eventuais, conforme Art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: Vali Marlene Pscheidt Kuschán.

Valor: R\$ 2.100,00

SÃO BENTO DO SUL, 17 de julho de 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor de Suprimentos e Patrimônio

RITA MARIA DUMS

Secretária de Assistência Social

Justificativa Dispensa de Licitação N° 143/2013**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Aluguel Social em caráter de emergência para a Sra. Inês Maria Camargo Fagundes Portela e família, em virtude de sua residência estar em situação de risco e insalubre, situada na Rua Francisco Kercher, 114, Centenário. Pelo período de seis meses.

II - Contratado: ADRIANO LUIZ ARNOLD.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A Dispensa de Licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

a) O aluguel social é um benefício garantido por Lei para famílias que se enquadrem nos critérios apresentados na Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), para que possam garantir moradia digna a seus familiares; onde, a família da Sra. Inês Maria Camargo Fagundes Portela, após passar por avaliação da Secretaria de Assistência Social através da Assistente Social e Laudo da Defesa Civil nº 088/2013, conforme parecer anexo, foi julgada em situação de vulnerabilidade e com diversas limitações financeiras, estruturais e emocionais, sendo a família apta a receber o referido benefício por 06 (seis) meses.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O contratado, Adriano Luiz Arnold foi quem ofereceu um dos melhores imóveis naquele bairro

e que melhor se adequou às necessidades da família, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

RITA MARIA DUMS

Secretária de Assistência Social.

Justificativa Dispensa de Licitação N° 144.2013**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Aluguel Social em caráter de emergência para abrigar a família do sr. Nivaldo Inácio Pereira de Oliveira, em virtude de incêndio em sua residência, situada a rua Luiz Hingestierler, 113, Bairro Colonial pelo período de 03 meses, conforme parecer social anexo.

II- Contratado: Alcir Bagnhuk.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de Licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

a) O aluguel social é um benefício garantido por Lei para famílias que se enquadrem nos critérios apresentados na Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), para que possam garantir moradia digna a seus familiares; onde, a família do Sr. Nivaldo Inácio Pereira de Oliveira, após passar por avaliação da Secretaria de Assistência Social através da Assistente Social, conforme parecer anexo, foi julgada em situação de vulnerabilidade e com diversas limitações financeiras, estruturais e emocionais, sendo a família apta a receber o referido benefício por 03 (três) meses.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O contratado, Alcir Bagnhuk foi quem ofereceu um dos melhores imóveis naquele bairro e que melhor se adequou às necessidades da família, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

RITA MARIA DUMS

Secretária de Assistência Social.

Justificativa Dispensa de Licitação N° 202/2013**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua Augusto Wunderwald, nº 2318, Apto 02, no Bairro Centenário, em São Bento do Sul, contendo área de 68,00 m², pagamento de aluguel social para usuária Ariodane Fatima Assunção Pereira Leal vítima de sinistro, conforme lei orgânica da assistência social, que trata dos benefícios eventuais.

II - Contratado: Vali Marlene Pscheidt Kuschán.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: a dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do Art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

a) O aluguel social é um benefício garantido por Lei para famílias

que se enquadrem nos critérios apresentados na Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), para que possam garantir moradia digna a seus familiares; onde, a família da Sra. Ariodane Fátima Assunção Pereira Leal, que foi vítima de sinistro ocorrido dia 13 de junho de 2012, após passar por avaliação da Secretaria de Assistência Social através da Assistente Social e Psicóloga, conforme parecer anexo, foi julgada em situação de vulnerabilidade e com diversas limitações financeiras, estruturais e emocionais, sendo a família apta a receber o referido benefício.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A contratada, Sra. Vali Marlene Pscheidt foi quem ofereceu o melhor espaço para a locação. V - Justificativa do Preço: o preço contratado é o preço praticado no mercado conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

RITA MARIA DUMS

Secretária de Assistência Social.

Extrato do Termo Aditivo N° 021/2013 Fmd

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 021/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Arbitragem, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, o presente Contrato decorre do Pregão Presencial nº 004/2013, de 19 de fevereiro de 2013.

Considerando o objeto do Contrato a Prestação de Serviços de Arbitragem para os campeonatos realizados pela Fundação Municipal de Desportos, e tendo em vista que a contratante ingressou com pedido administrativo requerendo o aumento do valor total contratado na prestação de serviço de arbitragem, referente ao Contrato nº 008/2013, decorrente do Pregão Presencial nº 004/2013, faz-se necessário aditar o item nº 1 do Termo de Referência do referido Pregão, pois a quantidade inicialmente contratada será insuficiente, tendo em vista que no início do ano foi feito a estimativa de jogos para o ano de 2013 com base nos jogos realizados em 2012, porém tivemos mais equipes inscritas para o Campeonato Municipal de Futebol de Campo neste ano, o que resulta em mais rodadas, ou seja, mais jogos, desta forma, faz-se necessário aditar o referido Contrato, nos seguintes termos:

1º - O presente contrato fica aditivado em 3,01526% sobre o seu valor total, o que resultará em um acréscimo de R\$ 2.667,00 (dois mil seiscentos e sessenta e sete reais).

2º - A Contratante continuará a pagar a CONTRATADA o valor de R\$ 381,00 (trezentos e oitenta e um reais) por jogo.

3º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 13 de março de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 17 de julho de 2013.

ASS: JOSÉ ERMINIO GREIN, pela Fundação.

ALEXANDRE MARCHIORI, pela Empresa Contratada.

São Domingos

PREFEITURA

Decreto N° 1338, de 19 de Julho de 2013.

DECRETO N° 1338, DE 19 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2013 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.706, de 17/12/12 e pela Lei Municipal nº 1.710 de 22/01/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no corrente exercício, criando as modalidades de aplicação necessárias, acrescentando o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no Orçamento de 2013 na seguinte programação de despesa:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	25	01.0019	80.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte do FUNDEB, 0.1.0019, demonstrado pela arrecadação até o final do mês 06/2013.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de julho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

Portaria N° 1475, de 22 de Julho de 2013.

PORTARIA N° 1475, DE 22 DE JULHO DE 2013.

Concede férias a servidores públicos municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e: Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidoras públicas municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
--------------	-------	--------------------	------	------

Margarete Olkoski Scheffer	Auxiliar de Serviços Gerais	23/03/11-12	15	22/07/13 a 05/08/13
Antonio Antunes de Lima	Motorista	01/04/10-11	10	22/07/13 a 31/07/13
Altair Sales	Auxiliar de Serviços Gerais	11/10/11-12	10	22/07/13 a 31/07/13
João Maria Walendorff	Motorista	22/02/12-13	15	22/07/13 a 05/08/13
Jair Antonio Dalla Riva	Motorista	22/02/11-12 22/02/12-13	20 10	23/07/13 a 11/08/13 12/08/13 a 21/08/13
Perci Pais	Operador de Máquinas	01/03/12-13	15	23/07/13 a 06/08/13
Ivair Rodrigues	Operador de Máquinas	07/05/11-12	30	23/07/13 a 21/08/13
Andre Sergio Romani	Operador de Máquinas	02/05/11-12 02/05/12-13	20 10	23/07/13 a 11/08/13 12/08/13 a 21/08/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de julho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1476 de 22 de Julho de 2013.

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12; e:

* Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal Ari Antonio Barcellos, ocupante do cargo público de Agente de Construção e Conservação a partir do dia 18 de julho de 2013, até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de julho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 091 de 22 de Julho de 2013

DECRETO Nº 091 DE 22 DE JULHO DE 2013

Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1.674 de 19 de julho de 2013;

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a seguinte classificação:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0107.2019 - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.3.90.00.00.00.00.00.1085 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0107.1003 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DE SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.00.1085 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

10.301.0107.1004 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.00.1085 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

10.301.0107.2018 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.00.1085 - Aplicações Diretas R\$ 29.900,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
22 de julho de 2013.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal, em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 084 de 01 de Julho de 2013

DECRETO Nº. 084 DE 01 DE JULHO DE 2013

"Transpõe dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 5.117,82 (cinco mil, cento e dezessete reais e oitenta e dois centavos) para cobertura de dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme seguem:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0107.2018 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE

3.4.90.00.00.00.00.00.0040 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10.301.0107.2019 - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.3.90.00.00.00.00.00.3040 - Aplicações Diretas R\$ 117,82

TOTAL R\$ 5.117,82

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro, serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0107.2018 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.00.0040 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10.301.0107.2019 - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.1.90.00.00.00.00.00.3040 - Aplicações Diretas R\$ 117,82

TOTAL R\$ 5.117,82

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

01 de julho de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 085 de 01 de Julho de 2013

DECRETO Nº. 085 DE 01 DE JULHO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 33.638,32 (trinta e três mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS

26.782.0114.2040 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL

3.3.90.00.00.00.00.00.3107 - Aplicações Diretas R\$ 6.949,80

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2029 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.00.3108 - Aplicações Diretas R\$ 4.146,67

3.3.90.00.00.00.00.00.3112 - Aplicações Diretas R\$ 854,00

12.306.0116.2028 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.00.3103 - Aplicações Diretas R\$ 21.687,85

TOTAL R\$ 33.638,32

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro de recursos vinculados, verificados no exercício anterior, conforme seguem:

I - Transferência do FEP - Fundo Especial do Petróleo, no valor de R\$ 6.949,80;

II - Transferência do FNDE/PNATE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, no valor de R\$ 4.146,67;

III - Transporte Escolar do Estado, no valor de R\$ 854,00;

IV - Transferência do FNDE/PNAE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Programa Nacional de Alimentação Escolar, no valor de R\$ 21.687,85;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

01 de julho de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 086 de 01 de Julho de 2013

DECRETO Nº. 086 DE 01 DE JULHO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 38.120,00 (trinta e oito mil, cento e vinte reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.306.0116.2028 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.00.0103 - Aplicações Diretas R\$ 38.120,00

TOTAL R\$ 38.120,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados do FNDE/PNAE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ Programa Nacional de Alimentação Escolar, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

01 de julho de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 087 de 09 de Julho de 2013

DECRETO Nº. 087 DE 09 DE JULHO DE 2013

"Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 1.693,00 (um mil, seiscentos e noventa e três reais) para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
12.361.0116.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.00.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas R\$ 1.693,00
TOTAL R\$ 1.693,00
Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
12.361.0116.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
4.4.90.00.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas R\$ 1.693,00
TOTAL R\$ 1.693,00
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
09 de julho de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 090 de 15 de Julho de 2013

DECRETO Nº. 090 DE 15 DE JULHO DE 2013

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 30.621,00 (trinta mil, seiscentos e vinte e um reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
12.361.0116.2029 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 30.621,00
TOTAL R\$ 30.621,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados do Transporte Escolar - Estado, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
15 de julho de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração e Finanças



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

São José

PREFEITURA

Decreto N° 1198/2013

DECRETO N° 1198/2013
DECLARA COMO SITUAÇÃO ANORMAL,
CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE
EMERGÊNCIA TODO O MUNICÍPIO
AFETADO POR FRENTE FRIA.

A PREFEITA MUNICIPAL de São José, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 62, IV, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7º do Decreto Federal nº 7.257 de 04 de agosto de 2012, pela Lei Estadual nº 10.925., de 22 de setembro de 1988, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de Janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil:

Considerando a ocorrência de Frente fria, acompanhada de intensa queda de temperatura com mínimas previstas entre 0°C e 4°C, com chegada ao município em 21 de Julho de 2013;

Considerando o comprovado caso de emergência, caracterizado pela urgência no atendimento da situação que ocasionou o comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens;

Considerando o dever do poder público municipal, da prestação de socorro as vítimas destas intempéries, inclusive orientando os assuntos relacionados com prevenção, recuperação e assistência dos casos emergenciais;

Considerando como consequências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constante no Formulário de Informação de Desastre - FIDE anexo a este Decreto;

Considerando a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, que avaliou e quantificou os efeitos do Desastre, em acordo com a resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil;

Considerando como critérios agravantes da situação de anormalidade o grau de vulnerabilidade do cenário e da população frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado à existência de Situação Anormal, provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo Único: Esta situação de anormalidade é válida para todo o território do município, comprovadamente afetado pelo desastre, conforme prova documental estabelecida no Formulário de Informação de Desastre - FIDE.

Art. 2º Fica mobilizado o Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do município, sob a Coordenação da Diretoria de Defesa Civil, com o desencadeamento do plano de resposta aos desastres, adaptado a situação real desse desastre.

Art. 3º Fica autorizada a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação em prol dos afetados pelo desastre.

Parágrafo Único: As atividades serão coordenadas pela Diretoria de Defesa Civil em parceria com a Secretaria de Assistência Social,

tendo o apoio das demais secretarias municipais necessárias nas ações de socorro e assistência.

Art. 4º O prazo deste decreto é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado até completar o máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José/SC, 21 de Julho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Portaria N° 074/2013

Portaria N° 074/2013

O Secretário Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

Considerando que desde 1977 a Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza que os países procedam à criação de Comitês Científicos e estabeleçam uma lista básica de medicamentos para uso nos diversos níveis de atenção, dado que o volume cada vez maior de drogas disponíveis, a crescente complexidade da farmacoterapia, a maior sofisticação das técnicas de marketing pelas empresas farmacêuticas e os limitados recursos econômicos fazem com que a definição de lista com critérios de racionalidade seja uma tarefa primordial;

Considerando a Política Nacional de Medicamentos, aprovada pela Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece no item 3.1, como uma de suas diretrizes, a adoção de Relação de Medicamentos Essenciais e, como uma de suas prioridades, no item 4.1 a revisão permanente dessa Relação;

Considerando a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, aprovada pela Resolução CNS nº 338, de 6 de maio de 2004, que define como um de seus eixos estratégicos, no inciso I do art. 2º, a garantia de acesso e equidade às ações de saúde, incluindo a Assistência Farmacêutica;

Considerando que de acordo com a Política Nacional de Medicamentos oficializada pela Portaria nº 1.044 de 05/05/2010, a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) deve ser a base para a organização de listas estaduais e municipais, visando o processo de descentralização da gestão, tornando-se, portanto, meio fundamental para orientar a prescrição, a dispensação e o abastecimento de medicamentos, particularmente no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando que segundo a OMS: "medicamentos essenciais são aqueles que satisfazem as necessidades sanitárias da maioria da população e devem estar disponíveis com regularidade, em quantidades adequadas e em dosagens e formas farmacêuticas apropriadas", infere-se que qualquer outro medicamento fora dessa lista não significa que não seja útil, mas simplesmente que em uma dada situação os medicamentos da lista são os mais necessários para os cuidados de saúde da população;

RESOLVE:

1. Instituir a COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, TERAPÊUTICA E PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CLÍNICOS, essencial ao Sistema Municipal de Saúde, que têm entre os principais objetivos o estabelecimento da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME); a discussão e recomendação de protocolos de condutas clínicas, e a assessoria técnica relativas aos aspectos éticos e de biossegurança médica.

2. São as atribuições da Comissão, dentro de um processo dinâmico, contínuo, multidisciplinar e participativo:

a) Assessorar a Secretaria Municipal de Saúde e suas áreas técnicas;

b) Discutir e validar Protocolos Clínicos e Terapêuticos de interesse do Sistema Municipal de Saúde;

c) Elaborar, atualizar e divulgar periodicamente a Relação Municipal

de Medicamentos Essenciais (REMUME);

- d) Definir normas e diretrizes para a avaliação da prescrição, dispensação e utilização de medicamentos constantes na REMUME;
- e) Avaliar e emitir parecer sobre as solicitações de inclusão, exclusão ou substituição de itens da REMUME;
- f) Propor ações educativas e informativas visando o uso racional de medicamentos.

3. A elaboração da REMUME terá como referência a última lista em utilização pelo município, a de medicamentos essenciais da OMS, a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), os protocolos de tratamento clínicos publicados pelo Ministério da Saúde e entidades científico-profissionais nacionais e internacionais e os diversos trabalhos da revisão da farmacoterapia baseada em evidência, publicados por instituições e centros de reconhecida competência e pela colaboração de médicos, farmacêuticos e demais profissionais de saúde com sua experiência prático-teórica.

4. A REMUME seguirá os seguintes parâmetros:

- a) Seleção de medicamentos com eficácia comprovada e documentação consistente na literatura internacional;
- b) Indicação em mais de uma doença;
- c) Disponibilidade no mercado nacional;
- d) Considerações críticas quanto ao perfil de interação, segurança, relação benefício/risco, possibilidade de ampliar a adesão ao tratamento;
- e) Facilidade de administração, manuseio, comodidade posológica e condições de armazenagem e estabilidade;
- f) Restrição, quando possível, da inclusão de fármacos de descoberta recente e insuficiente experiência clínica, para os quais não foram definidas ainda a eficácia e efetividade por ensaios clínicos comparados efetuados mediante metodologia adequada;
- g) As decisões devem ser baseadas em custo apenas após a segurança, eficácia e necessidades terapêuticas serem estabelecidas;
- h) A classificação da REMUME deve estabelecer a disponibilidade dos medicamentos nos vários níveis de atenção: uso geral, uso hospitalar, uso restrito e alto custo.

5. A Comissão contará, entre profissionais de saúde, obrigatoriamente, com médicos, farmacêuticos, enfermeiros e odontólogos, bem como identificará a necessidade de consultores nas áreas de terapêutica e farmacologia clínica, quando necessário.

6. A solicitação de inclusão, exclusão ou substituição de qualquer medicamento, pelos profissionais de saúde da rede de SMS, bem como pelas empresas da indústria e comércio de medicamentos, será registrada através de formulário próprio encaminhado à Comissão. O retorno da análise feita pelos membros da Comissão ao profissional requisitante será de responsabilidade do Coordenador da Comissão.

7. A Comissão ficará vinculada ao Gabinete do Secretário Municipal de Saúde.

8. A Comissão será composta pelos membros nominados abaixo, sendo que a coordenação será da Diretoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal da Saúde.

Ana Carla Bertani-Coordenadora - Farmacêutica - Matrícula 22.337

Simone Machado de Souza - Farmacêutica - Matrícula 22.319

Andreza Campos - Farmacêutica - Matrícula 30.612

Jane Maria de Souza Philippi - Farmacêutica - Membro do CMS

Alessandra Miranda dos Santos - Odontóloga - Matrícula 23.348

Maria José Victorino de Moura - Enfermeira - Matrícula 19.516

Daniela Eda Silva - Enfermeira - Matrícula 23.042

Tatiana da Andrade Lemos - Médica - Matrícula 14.979

Roni Schmidtke- Médico - Matrícula 19.492

Juliano Manoel Coelho - Médico - Matrícula 1.907

9. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

LUIS ANTONIO SILVA

Secretário Municipal de Saúde

Pregão Eletrônico 003/2013

PREGÃO ELETRÔNICO 003/2013 - Processo nº 142/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais permanentes para a secretaria de saúde do município de são josé/sc. Data e período do recebimento das propostas: de 24/07/2013 às 18h00min até dia 14/08/2013 às 16h00min. Abertura das propostas: dia 14/08/2013 às 16h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Eletrônico 005/2013

PREGÃO ELETRÔNICO 005/2013 - Processo nº 144/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de equipamentos de rádio comunicação e acessórios complementares para auxiliar nos serviços operacionais e de emergência, junto à 1ª cia de bombeiros militar de são josé. Data e período do recebimento das propostas: de 24/07/2013 às 18h00min até dia 14/08/2013 às 14h00min. Abertura das propostas: dia 14/08/2013 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Eletrônico 007/2013

PREGÃO ELETRÔNICO 007/2013 - Processo nº 163/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de higiene e limpeza, destinados a casa de recolhimento social ao morador de rua (bom samaritano) do município de são josé/sc. Data e período do recebimento das propostas: de 24/07/2013 às 18h00min até dia 07/08/2013 às 13h30min. Abertura das propostas: dia 07/08/2013 às 13h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Eletrônico 008/2013

PREGÃO ELETRÔNICO 008/2013 - Processo nº 162/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de higiene e limpeza, destinados ao serviço especializado para pessoas em situação de rua (centro pop), do município de são josé/sc. Data e período do recebimento das propostas: de 24/07/2013 às 18h00min até dia 07/08/2013 às 14h30min. Abertura das propostas: dia 07/08/2013 às 14h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Eletrônico 010/2013

PREGÃO ELETRÔNICO 010/2013 - Processo nº 168/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulicos e elétricos, destinados a manutenção predial, preventiva e corretiva das unidades escolares da rede municipal de ensino de são josé/sc. Data e período do recebimento das propostas: de 24/07/2013 às 18h00min até dia 07/08/2013 às 15h30min. Abertura das propostas: dia 07/08/2013 às 15h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Eletrônico 010/2013

PREGÃO ELETRÔNICO 010/2013 - Processo nº 168/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulicos e elétricos, destinados a manutenção predial, preventiva e corretiva das unidades escolares da rede municipal de ensino de são josé/sc. Data e período do recebimento das propostas: de 24/07/2013 às

18h00min até dia 07/08/2013 às 15h30min. Abertura das propostas: dia 07/08/2013 às 15h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Eletrônico 010/2013

PREGÃO ELETRÔNICO 010/2013 - Processo nº 168/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulicos e elétricos, destinados a manutenção predial, preventiva e corretiva das unidades escolares da rede municipal de ensino de são josé/sc. Data e período do recebimento das propostas: de 24/07/2013 às 18h00min até dia 07/08/2013 às 15h30min. Abertura das propostas: dia 07/08/2013 às 15h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Presencial 024/2013 Retificado

PREGÃO PRESENCIAL 024/2013 RETIFICADO - Processo nº 041/2013: Objeto: o contratação de empresa para fornecimento de refeições (café, almoço e lanche) destinadas aos usuários dos centros de atenção psicossocial (caps ii e caps ad), vinculados a secretaria de saúde do município de são josé. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 08/08/2013 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 08/08/2013 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Presencial 038/2013 Retificado

PREGÃO PRESENCIAL 038/2013 RETIFICADO - Processo nº 080/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual locação de ônibus, incluindo motorista e monitor, para o transporte escolar de alunos da rede estadual e municipal de ensino do município de são josé. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 05/08/2013 às 15h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 15/08/2013 às 15h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Presencial 061/2013

PREGÃO PRESENCIAL 061/2013 - Processo nº 118/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de construção para manutenção do sistema viário realizado pela secretaria de infraestrutura do município de são josé. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 19/08/2013 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 19/08/2013 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Presencial 062/2013

PREGÃO PRESENCIAL 062/2013 - Processo nº 119/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de ferramentas, acessórios e equipamentos de segurança para uso diário e em situações de emergência pela secretaria de infraestrutura do município de são josé. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 15/08/2013 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 15/08/2013 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min

às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Presencial 063/2013

PREGÃO PRESENCIAL 063/2013 - Processo nº 120/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de pneus, câmara de ar e protetor, de pequeno, médio e grande porte (com instalação) para os veículos que compõem a frota da secretaria de infraestrutura do município de são josé/sc. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 08/08/2013 às 15h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 08/08/2013 às 16h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Presencial 065/2013

PREGÃO PRESENCIAL 065/2013 - Processo nº 130/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de tubos, lajotas e meio fios, para a manutenção do sistema viário e manutenção, implantação e ampliação da drenagem pluvial do município de são josé. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 08/08/2013 às 14h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 08/08/2013 às 15h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Presencial 070/2013

PREGÃO PRESENCIAL 070/2013 - Processo nº 136/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual transporte rodoviário terrestre dos alunos do centro universitário municipal de são josé para viagens de estudos. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 19/08/2013 às 15h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 19/08/2013 às 16h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Presencial 071/2013

PREGÃO PRESENCIAL 071/2013 - Processo nº 139/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, nos veículos que compõem a frota municipal da secretaria de educação de são josé/sc. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 15/08/2013 às 15h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 15/08/2013 às 16h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Presencial 074/2013

PREGÃO PRESENCIAL 074/2013 - Processo nº 147/2013: Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra, para realizar manutenção preventiva e corretiva nas instalações prediais nas unidades escolares da rede municipal de ensino da prefeitura municipal de são josé/sc. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 05/08/2013 às 17h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 05/08/2013 às 17h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Presencial 076/2013

PREGÃO PRESENCIAL 076/2013 - Processo nº 135/2013: Objeto: contratação de empresa especializada para locação de um software de gestão acadêmica via web, instalado em servidor remoto e acessado via internet, incluindo a prestação de serviços técnicos, treinamento, implantação, migração de dados, manutenção e suporte para um limite de 2000 alunos, para ser utilizado pela fundação educacional de são josé/sc. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 05/08/2013 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 05/08/2013 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Presencial 077/2013

PREGÃO PRESENCIAL 077/2013- Processo nº 161/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de medicamentos básicos desertos no pregão presencial 025/2013, para atender as unidades básicas de saúde, dst/aids, programa saúde da mulher, programa de controle do tabagismo e pronto atendimentos simplificados do município de são josé/sc. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 06/08/2013 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 06/08/2013 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Presencial 080/2013

PREGÃO PRESENCIAL 080/2013 - Processo nº 140/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de gêneros alimentícios destinados à casa de acolhimento social ao morador de rua (bom samaritano) do município de são josé/sc. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 12/08/2013 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 12/08/2013 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Presencial 081/2013

PREGÃO PRESENCIAL 081/2013 - Processo nº 141/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de gêneros alimentícios destinados ao serviço especializado para pessoas em situação de rua (centro pop) do município de são josé/sc. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 12/08/2013 às 15h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 12/08/2013 às 16h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Pregão Presencial Nº 089/2013

PREGÃO PRESENCIAL 089/2013 - Processo nº 167/2013: Objeto: registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de móveis, para atender o centro administrativo da prefeitura municipal de são josé/sc. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 05/08/2013 às 17h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 05/08/2013 às 18h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Termo Aditivo/TA (Prazo) Nº 135/2010-04

Termo Aditivo/TA (Prazo) nº 135/2010-04 - PR 059/2010 - Processo 115/2010 - Contratado: Neomap Tecnologia e Informação Ltda Epp. Objeto: Contratação de empresa para manutenção dos equipamentos de informática, com fornecimento de peças, para atender as unidades escolares do ensino fundamental, Centros de Educação Infantil e Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de execução e vigência do contrato até o dia 31/12/2013.

Termo Aditivo/TA (Prazo) Nº 530/2011-01

Termo Aditivo/TA (Prazo) nº 530/2011-01 - PR 088/2011 - Processo 166/2011 - Contratado: Anga Alimentação e Serviços Ltda. Objeto: Preparo da alimentação escolar, com fornecimento de todos gêneros alimentícios, pessoal e demais necessidades apresentadas no Termo de Referência, para atender ao Programa de Merenda Escolar na unidades escolares de responsabilidade do Município de São José/SC. Prazo: Fica prorrogado por mais 12(doze) meses o prazo de vigência do contrato a contar do dia 16/08/2012.

Edital Nº. 017/2013/Fundesj

EDITAL Nº. 017/2013/FUNDESJ

ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR SUBSTITUTO POR TEMPO DETERMINADO.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José - FUNDESJ, no uso de suas atribuições regimentais, torna pública a abertura de inscrições com vista ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Ensino Superior Substituto, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, nos termos da Lei nº 4.955 de 26 de Abril de 2010.

1. Das inscrições:

1.1. Período de Inscrição: 24/07 a 30/07/2013. Caso não haja candidatos inscritos no período acima especificado, o prazo de inscrição ficará automaticamente prorrogado por igual período.

1.2. Horário de Inscrição: das 13h30min às 18h30min.

1.3. Locais: As inscrições serão realizadas na Fundação Educacional de São José (Sede Administrativa do USJ): Rua: Silvia Maria Fabro, nº 97 – Kobrasol – São José – Cep: 88102-430, Setor Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

1.4. Taxa de Inscrição: R\$ 40,00 (quarenta reais), que deverão ser creditados na Conta da Fundação Educacional de São José: Banco do Brasil, Agência 2638-7, conta corrente 505.145-2. Esta taxa, uma vez recolhida, não será restituída em hipótese alguma.

a) Serão aceitas inscrições por procuração com firma reconhecida em cartório e apresentação da Carteira de Identidade do requerente legal.

b) Serão aceitas as inscrições enviadas pelo Correio, para o endereço indicado no item 1.3, por meio de Sedex com AR, desde que postadas até o último dia para a inscrição, e preenchidos os demais requisitos necessários.

1.5 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia do "Curriculum Vitae" modelo Plataforma Lattes, com cópia e original dos comprovantes dos requisitos exigidos no presente edital e comprovante de recolhimento da taxa de inscrição. Serão validadas as atualizações do Curriculum Lattes dos últimos 05 (cinco) anos;

a) O Curriculum Vitae no modelo da Plataforma Lattes, do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPQ – www.cnpq.br – deverá estar devidamente comprovado e apostilado, na sequência do formulário Lattes, com toda a documentação, titulação, produção, orientações e demais atividades

devidamente identificadas, acompanhado dos seguintes documentos (frente e verso):

* Fotocópia da Carteira de Identidade;

* Comprovante da titulação exigida: Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente.

1.6. Somente serão aceitos diplomas de Graduação e Pós-Graduação validados pelos órgãos de educação. Os diplomas de Graduação e Pós-Graduação obtidos em instituição estrangeira serão aceitos mediante sua revalidação no Brasil. A revalidação do diploma estrangeiro deverá ser comprovada no ato da inscrição.

1.7 Os documentos desse processo poderão ser retirados do Setor de Gestão de Pessoas ao término da divulgação do resultado final do processo seletivo e ficará a disposição do responsável até a data de 30 de agosto de 2013. Após essa data o material será incinerado.

2. Da prova de títulos

2.1 Para a prova de títulos, a Banca Examinadora analisará os Curriculum Vitae dos candidatos, atribuindo-lhes uma pontuação com base nos últimos 05 (cinco) anos, a partir do Gabarito de Avaliação que consta no anexo 01 deste edital.

2.2 Na prova de títulos serão computadas as atividades devidamente comprovadas, e submetidas à avaliação da banca examinadora.

2.3 Serão classificados os candidatos que obtiverem, no mínimo, nota 7,0 (sete, vírgula zero) por área.

2.4 A nota bruta da prova de títulos de cada candidato será calculada proporcionalmente, com base na pontuação bruta do Anexo 01, em razão da maior pontuação bruta dentre os candidatos, atribuída pela Banca Examinadora, pela expressão:

$$\text{PBC} \times 10$$

$$\text{NFPT} = \frac{\text{PBC} \times 10}{\text{PB}}$$

Onde:

NFPT = Nota final da prova de títulos;

PBC = Pontuação bruta do candidato;

PB = Maior pontuação bruta entre os candidatos.

3. Cronograma das atividades

Data	Atividades
24/07 a 30/07/2013	Inscrições
30/07/2013 (após as 18h30min)	Publicação do Edital de Homologação das Inscrições do Processo Seletivo (após as 18h30min)
31/07/2013	Análise dos currículos
31/07/2013 (após as 18h30min)	Publicação do Edital com a divulgação dos classificados, com nota mínima de 7,0 (sete vírgula zero)
01/08/2013	Período de recursos
02/08/2013	Divulgação final do resultado

4. Da Homologação e Publicação do Resultado do Processo Seletivo.

4.1. Do resultado do Processo Seletivo cabe pedido de revisão à Banca Examinadora, desde que encaminhado até 24 horas após a divulgação do resultado das análises dos currículos;

4.2. O resultado final do Processo Seletivo será homologado pela Superintendente da FUNDESJ e pela Reitora, sendo publicado no Mural da Reitoria e no site do USJ (www.usj.edu.br), obedecendo à ordem de classificação dos candidatos aprovados.



FUNDESJ
Fundação Municipal Educacional de São José

USJ
Centro Universitário
Municipal de São José

5. Das Vagas do Processo Seletivo

5.1. Área: Pedagogia (03 vagas)

CURSO	NOME DA DISCIPLINA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DIA DA SEMANA	FASE	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PEDAGOGIA	DIDÁTICA I	Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação	5ª feira	3ª	01	5.1.1	05 horas
PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação com Pesquisas e/ou trabalhos publicados na área da EJA.	4ª feira	5ª	01	5.1.2	05 horas
PEDAGOGIA	ESTÁGIO CURRICULAR NO ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)	Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação e Experiência Profissional nos Anos Iniciais. Disponibilidade para orientar no período matutino e vespertino.	5ª feira	7ª	01	5.1.3	10 horas

5.2. Área: Ciências Humanas (02 vagas)

CURSO	NOME DA DISCIPLINA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DIA DA SEMANA	FASE	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	TEXTOS E NARRATIVAS SAGRADAS DE MATRIZ RELIGIOSA SEMITA	Graduação na área de Ciências Humanas, Mestrado em Ciências Humanas, com pesquisa na área de religião.	5ª Feira	2ª	01	5.2.1	10 horas
	TEXTOS E NARRATIVAS SAGRADAS DE MATRIZ RELIGIOSA INDÍGENA, MEDIÚNICA E AFRO-BRASILEIRA		3ª Feira	4ª			
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	HISTÓRIA E COSMOVISÃO DAS TRADIÇÕES RELIGIOSAS INDÍGENA, MEDIÚNICA E AFRO-BRASILEIRA	Graduação na área de Ciências Humanas, Mestrado em Ciências Humanas, com pesquisa na área de religião.	6ª Feira	4ª	01	5.2.2	05 horas



FUNDESJ
Fundação Municipal Educacional de São José



5.3. Área: Métodos Quantitativos / Estatística (01 vaga)

CURSO	NOME DA DISCIPLINA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DIA DA SEMANA	FASE	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
ADMINISTRAÇÃO	MÉTODOS QUANTITATIVOS	Graduação em Matemática ou Estatística ou Engenharia com Mestrado em áreas afins.	4ª feira	1ª	01	5.3.1	10 horas
	ESTATÍSTICA I		5ª feira	2ª			

5.4. Área: Ciências Sociais (02 vagas)

CURSO	NOME DA DISCIPLINA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DIA DA SEMANA	FASE	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
ADMINISTRAÇÃO	5.4.1 - SOCIOLOGIA APLICADA A ADMINISTRAÇÃO	Graduação em Ciências Sociais com Mestrado em Ciências Sociais.	3ª feira	2º	01	5.4.1	10 horas
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	5.4.2 - SOCIOLOGIA APLICADA		5ª feira	2º			

PEDAGOGIA	FORMAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL	Graduação em Ciências Sociais com Mestrado em Ciências Sociais.	3ª feira 2º período	1º	01	5.4.2	07 horas
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	INTRODUÇÃO A SOCIOLOGIA		2ª feira	1º			

5.5. Área: Informática (01 vaga)

CURSO	NOME DA DISCIPLINA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DIA DA SEMANA	FASE	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	INFORMÁTICA APLICADA	Graduação em Sistemas de Informação ou Tecnologia da Informação ou Administração com Mestrado em Tecnologia da Informação ou áreas afins.	5ª feira	1º	01	5.5.1	05 horas

5.6. Área: Economia (01 vaga)

CURSO	NOME DA DISCIPLINA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DIA DA SEMANA	FASE	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL

Rua Sílvia Maria Fabro, 97 | Kobrasol | São José | Santa Catarina | Brasil - CEP: 88.102-430 | Fone: 48 3259 1945



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



FUNDESJ
Fundação Municipal Educacional de São José

USJ
Centro Universitário
Municipal de São José

CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ECONOMIA II	Graduação em Economia com Mestrado em áreas afins com experiência e/ou pesquisa na área.	5º feira	4º	01	5.6.1	05 horas
--------------------	-------------	--	----------	----	----	-------	----------

5.7. Área: História (01 vaga)

CURSO	NOME DA DISCIPLINA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DIA DA SEMANA	FASE	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PEDAGOGIA	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO II	Graduação em História com Mestrado em História.	2º feira 2º período	3º	01	5.7.1	10 horas
	DOCÊNCIA DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL		2º feira 1º período	7º			
	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA		3º feira	2º			

5.8. Área: Administração (01 vaga)

CURSO	NOME DA DISCIPLINA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DIA DA SEMANA	FASE	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	LABORATÓRIO CONTÁBIL I	Graduação em Administração com Mestrado em Administração.	5º feira	7º	01	5.8.1	05 horas

6. Remuneração Mensal:

6.1. Professores de Ensino Superior: Regime de 05 (cinco) horas semanais:

- Mestrado: R\$ 474,22; Doutorado: R\$ 691,69.

6.2. Professores de Ensino Superior: Regime de 07 (sete) horas semanais:

- Mestrado: R\$ 663,90; Doutorado: R\$ 968,37.

6.3. Professores de Ensino Superior: Regime de 10 (dez) horas semanais:

- Mestrado: R\$ 948,43; Doutorado: R\$ 1383,38.

7. Seleção e Contratação:

7.1. O candidato aprovado será contratado nos termos da Lei nº 4.955/2010, e perceberá remuneração de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação e conforme os valores estabelecidos no presente edital.



FUNDESJ
Fundação Municipal Educacional de São José



7.2. O candidato selecionado será contratado por tempo determinado, por um período de até 06 (seis) meses, sendo admitida a prorrogação de contrato desde que o prazo total não exceda 01 (um) ano.

7.3. O candidato que ocupar cargo público, que não o de Magistério, poderá ser contratado desde que ocupe cargo técnico científico e que tenha compatibilidade de horário comprovada.

7.4. Os candidatos estrangeiros deverão comprovar no ato da inscrição o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente.

7.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, a contar da data da publicação.

7.6. O candidato será contratado por 05, 07 ou 10 horas semanais, sendo possível a ampliação de carga horária para até 40 horas, de acordo com as necessidades dos cursos.

São José, 23 de julho de 2013.

Profa. MSc. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

ANEXO 01

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

1	Titulação Acadêmica: (considera-se a maior titulação):	PONTOS	PONTUAÇÃO CANDIDATO
----------	---	---------------	----------------------------

Rua Sílvia Maria Fabro, 97 | Kobrasol | São José | Santa Catarina | Brasil - CEP: 88.102-430 | Fone: 48 3259 1945



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE



FUNDESJ
Fundação Municipal Educacional de São José



1.1	Doutorado com Estágio Pós-Doutoral	95	
1.2	Doutorado	85	
1.3	Mestrado	50	
1.4	Especialização	30	
1.5	Graduação	20	
Total			

2.	PRODUÇÃO ACADÊMICA:		
	ATIVIDADE	PONTOS	PONTUAÇÃO CANDIDATO
2.1	Publicações:	autor ou co-autor	
	Livro em editora internacional	30	
	Livro em editora nacional	20	
	Livro em editora local	05	
	Capítulo de livro em editora internacional	15	
	Capítulo de livro em editora nacional	10	
	Organização de livro internacional	12	
	Organização de livro nacional	10	
	Artigo publicado em periódico indexado:		
	Qualis A1	30	
	Qualis A2	26	
	Qualis B1	21	
	Qualis B2	17	
	Qualis B3	12	
	Qualis B4	08	
	Qualis B5	03	
2.2	Palestras publicadas em anais de evento técnico-científico:	autor ou co-autor	
	Internacional	10	
	Nacional	08	
2.3	Trabalho completo publicado em anais de evento técnico-científico:	autor ou co-autor	
	Internacional	08	
	Nacional	05	
2.4	Artigo de divulgação científica, tecnológica ou artística:		
	Revista	01	
	Jornal	01	
2.5	Tradução de livro publicado	05	
2.6	Tradução de artigo ou capítulo de livro publicado	01	
Total			

3.	PRODUÇÃO TÉCNICA (até 70 pontos)	PONTOS até:	limite	PONTUAÇÃO CANDIDATO
	Produto ou processo Tecnológico com patente obtida	20	20	



FUNDESJ
Fundação Municipal Educacional de São José



Coordenação de Projeto de pesquisa/ensino/extensão aprovado por agências de fomento	10	20	
Criação e/ou atualização de software computacional (algoritmo, sistema computacional)	10	20	
Carta, mapa ou similares publicados	05	20	
Produto ou processo Tecnológico sem patente obtida	04	20	
Produto ou processo tecnológico aceito em produção industrial	04	20	
Customização de sistema computacional (Programação utilizando Planilha Eletrônica, Sistema de Banco de Dados, etc)	03	20	
Produto utilizando sistema computacional (mídia, multimídia, hipermídia, etc)	03	20	
Restauração e manutenção de obra artística	03	20	
Projeto gráfico implementado	02	20	
Produção de desfile/CD/DVD/espetáculo teatral/rádio e TV/outros	02	20	
Editoração de: partituras musicais, livros, anais, catálogo, periódico, outros	2	20	
Parecer dado por consultoria ad hoc em revista e órgãos de fomento científico/tecnológico	01	20	
TOTAL DE PRODUÇÃO TÉCNICA			

4.	ATIVIDADES LIGADAS AO ENSINO:		
	ATIVIDADE	PONTOS	PONTUAÇÃO CANDIDATO
	Exercício do Magistério no Ensino Superior	03 /ano	
	Exercício do Magistério na Educação Básica	01 /ano	
	Participação como membro efetivo de banca examinadora de tese de doutorado	0,4 /banca	
	Participação como membro efetivo de banca examinadora de dissertação de mestrado ou concurso público para o magistério superior	0,2 /banca	
	Total das atividades de ensino		
5.	ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS:	PONTOS	PONTUAÇÃO CANDIDATO
	Trabalho de conclusão de curso - TCC	0,5/orientação	
	Iniciação Científica – por bolsista	0,5/bolsista	
	Monografia de curso “Lato-Sensu”	1/orientação	



FUNDESJ
Fundação Municipal Educacional de São José



	Dissertação de mestrado	3/orientação	
	Tese de doutorado	6/orientação	
	Total de orientações concluídas		
6.	ATIVIDADES PROFISSIONAIS NA AREA OBJETO DO CONCURSO:	PONTOS	PONTUAÇÃO CANDIDATO
	Exercício profissional na era de conhecimento, excetuando atividades universitárias e de docência.	02 /ano	
	Total de atividades profissionais		

Editais de Notificação - 2009

878, 920, 925, 929, 933, 937, 941, 943, 947, 950, 954, 958, 962, 965, 970, 974, 976, 980, 984, 988, 992, 995, 999, 1002, 1006.



ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 023 1002/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALN8548	54571345C	6912/0	04/11/2009	232
DVE7013	54571344C	6599/2	04/11/2009	230 * V
IFD4080	55154501C	6599/2	06/11/2009	230 * V
IKJ6758	54564449C	6599/2	06/11/2009	230 * V
ILF4835	55158281C	5045/0	15/10/2009	162 * V
ILF4835	55158282C	6599/2	15/10/2009	230 * V
LWV9649	55154322C	6920/0	11/11/2009	233
LXJ2851	54566244C	6637/2	06/11/2009	230 * IX
LXM4360	55158416C	6599/2	06/11/2009	230 * V
LXW0599	54562762C	6556/1	28/10/2009	230 * I
LXW0599	54562763C	5010/0	28/10/2009	162 * I
LXW0599	54562764C	6912/0	28/10/2009	232
LYW0940	54571337C	6920/0	03/11/2009	233
LZV8021	54571630C	6912/0	05/10/2009	232
MAB5174	55163154C	5010/0	01/11/2009	162 * I
MAB5174	55163154C	6599/2	01/11/2009	230 * V
MAE1706	55164133C	5010/0	12/11/2009	162 * I
MAE1706	55164133C	6912/0	12/11/2009	232
MAH9030	55158360C	6599/2	15/11/2009	230 * V
MAN6134	55164210C	6556/4	14/10/2009	230 * I
MAN6134	55164210C	6599/2	14/10/2009	230 * V
MAN6134	55164211C	6912/0	14/10/2009	232
MAO7129	55154323C	6920/0	11/11/2009	233
MAW4813	54570749C	5010/0	11/10/2009	162 * I
MAW4813	54570749C	6912/0	11/10/2009	232
MAW4813	54570750C	5118/0	11/10/2009	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAW4813	54570750C	6602/0	11/10/2009	230 * VI
MAW9575	54569266C	6556/4	10/11/2009	230 * I
MBA3172	55154666C	6912/0	18/11/2009	232
MBE0706	55163714C	6599/2	16/11/2009	230 * V
MBE2606	54571335C	6920/0	03/11/2009	233
MBG6018	54569932C	6548/2	10/10/2009	229
MBK0217	55164143C	6599/2	14/11/2009	230 * V
MBP6893	55158345C	6599/2	13/11/2009	230 * V
MBQ7599	54569210C	5010/0	11/11/2009	162 * I
MBS9994	54564032C	5010/0	04/11/2009	162 * I
MBS9994	54564033C	6599/2	04/11/2009	230 * V
MBU6317	55163110C	5010/0	07/11/2009	162 * I
MBU6317	55163111C	6912/0	07/11/2009	232
MCA1793	54562760C	6599/2	20/10/2009	230 * V
MCA1793	54562761C	6556/1	20/10/2009	230 * I
MCO3628	55153983C	6599/2	10/11/2009	230 * V
MCO3628	55153983C	6920/0	10/11/2009	233
MCO3628	55153985C	5274/1	10/11/2009	175
MCQ5035	55158290C	6599/2	19/10/2009	230 * V
MDG2287	54571329C	6920/0	03/11/2009	233
MDH8503	55154664C	6599/2	18/11/2009	230 * V
MDJ5146	54564750C	6599/2	15/10/2009	230 * V
MDT4077	55154508C	5010/0	16/11/2009	162 * I
MDT4077	55154509C	6599/2	16/11/2009	230 * V
MDX3368	54566095C	6408/0	06/11/2009	221
MEC2322	55163153C	5010/0	17/10/2009	162 * I
MEC2322	55163153C	6599/2	17/10/2009	230 * V
MEE6539	55164136C	6599/2	12/11/2009	230 * V
MEJ7360	55163391C	6599/2	03/10/2009	230 * V
MEN3281	55163946C	6920/0	20/10/2009	233
MES8062	54571330C	6920/0	03/11/2009	233
MEU8384	55154822C	6599/2	16/11/2009	230 * V
MEW5796	55154817C	6599/2	16/11/2009	230 * V
MEW5796	55154819C	6912/0	16/11/2009	232
MFH5738	55164130C	6599/2	12/11/2009	230 * V
MGK8112	54569268C	6599/2	11/11/2009	230 * V
MII1999	55163097C	6920/0	08/10/2009	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMD1610	55163602C	5045/0	02/10/2009	162 * V
MMM2012	55154301C	6920/0	16/10/2009	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 9

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1006/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAU8469	55158260C	5010/0	09/10/2009	162 * I
AAU8469	55158261C	6599/2	09/10/2009	230 * V
ABH4836	55163917C	6610/1	07/10/2009	230 * VII
ACC7360	54564742C	5010/0	07/10/2009	162 * I
ACL3146	55164109C	6599/2	27/10/2009	230 * V
ACL3146	55164110C	6912/0	27/10/2009	232
ADZ3395	55154309C	6920/0	22/10/2009	233
AEU5661	55163065C	6920/0	18/09/2009	233
AEZ2302	54571624C	5010/0	05/10/2009	162 * I
AEZ2302	54571625C	6556/4	05/10/2009	230 * I
AEZ2302	54571626C	6912/0	05/10/2009	232
AGP8463	55154658C	6920/0	11/11/2009	233
AHC0813	55163078C	6920/0	28/09/2009	233
AKB8756	54567155C	6599/2	07/10/2009	230 * V
AMC2795	54569305C	5010/0	13/10/2009	162 * I
AMC2795	54569306C	6599/2	13/10/2009	230 * V
APJ9893	54566067C	5010/0	28/09/2009	162 * I
APJ9893	54566068C	5061/0	28/09/2009	163 c/c 162 * I
APR0001	55158263C	6599/2	09/10/2009	230 * V
APX0031	55154833C	6912/0	26/11/2009	232
AVK6985	55158335C	6599/2	23/10/2009	230 * V
BJH6049	54571615C	6912/0	29/09/2009	232
BME7474	54571602C	6610/2	07/09/2009	230 * VII
BMW6776	54569929C	6599/2	25/09/2009	230 * V
BMW6776	54569930C	5045/0	25/09/2009	162 * V
BOX8684	54571336C	6920/0	03/11/2009	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BQM8053	54571729C	6599/2	23/06/2009	230 * V
CKF4456	55163075C	6920/0	28/09/2009	233
CMP7660	54567162C	6599/2	23/10/2009	230 * V
CRE0741	55153594C	6599/2	22/10/2009	230 * V
CRH2184	55158347C	6599/2	04/11/2009	230 * V
CWH5491	54563935C	6599/2	25/06/2009	230 * V
CWH5491	54563935C	6610/2	25/06/2009	230 * VII
CWZ6534	55162960C	6610/2	02/10/2009	230 * VII
DAG7139	54571653C	6599/2	17/06/2009	230 * V
DAG7139	54571654C	6912/0	17/06/2009	232
DBQ7532	54572220C	6920/0	19/05/2009	233
DCI4040	54568042C	6408/0	17/10/2009	221
DDB2051	55163552C	6920/0	04/09/2009	233
DMM1839	55163072C	6920/0	28/09/2009	233
DRA9475	55154304C	6920/0	16/10/2009	233
GBK3737	54564748C	6599/2	07/10/2009	230 * V
GMQ1262	55163092C	6920/0	08/10/2009	233
GRC1629	54565648C	6599/2	23/10/2009	230 * V
GRJ4777	54571642C	6599/2	07/10/2009	230 * V
HBS4065	54568931C	6610/2	23/05/2009	230 * VII
HDD9984	55163696C	6610/2	05/10/2009	230 * VII
HOM4339	54568364C	6599/2	25/11/2009	230 * V
HPB7203	55154334C	6920/0	17/11/2009	233
HRO5460	54571332C	6920/0	03/11/2009	233
HRU7917	54571274C	6408/0	14/09/2009	221
IBM5885	55154360C	5169/1	21/11/2009	165
IDY8325	54568365C	5010/0	24/10/2009	162 * I
IDY8325	54568366C	6599/2	24/10/2009	230 * V
IFG8432	55163931C	6920/0	14/10/2009	233
IFO2426	55158251C	6599/2	09/10/2009	230 * V
IIH5471	54566490C	6599/2	23/06/2009	230 * V
IIQ5332	54565910C	6610/2	22/10/2009	230 * VII
IKR6292	54564547C	6912/0	28/08/2009	232
ILH4755	54564887C	6599/2	12/11/2009	230 * V
ILL4957	54570591C	6599/2	27/10/2009	230 * V
IMZ5050	54571343C	5010/0	04/11/2009	162 * I
JPF3240	55163692C	6610/2	05/10/2009	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KDB4146	54571314C	6920/0	22/10/2009	233
KFS9684	55164104C	6599/2	13/10/2009	230 * V
KFS9684	55164104C	6602/0	13/10/2009	230 * VI
KJB6425	55163409C	6599/2	22/11/2009	230 * V
KMZ9644	55154251C	5010/0	30/10/2009	162 * I
KMZ9644	55154252C	6599/2	30/10/2009	230 * V
LBQ5682	55154351C	6556/1	20/10/2009	230 * I
LNO5756	54567240C	6700/1	23/11/2009	230 * XVI
LWR3736	55154651C	6920/0	11/11/2009	233
LWR9711	54571765C	6599/2	21/10/2009	230 * V
LWS8477	54569724C	6599/2	02/10/2009	230 * V
LWS8477	54569724C	6912/0	02/10/2009	232
LWU3108	55154311C	6920/0	26/10/2009	233
LXA0186	55163074C	6920/0	28/09/2009	233
LXB0225	54563526C	6912/0	23/10/2009	232
LXG2584	55154515C	6599/2	26/11/2009	230 * V
LXG3837	55164105C	6599/2	27/10/2009	230 * V
LXJ2851	54571376C	6599/2	09/06/2009	230 * V
LXL9686	55158411C	6599/2	24/10/2009	230 * V
LXL9686	55158411C	6610/2	24/10/2009	230 * VII
LXM2143	55163683C	6610/2	03/10/2009	230 * VII
LXN1880	55154012C	6610/2	19/09/2009	230 * VII
LXP9319	55162947C	6556/1	28/11/2009	230 * I
LXP9319	55162949C	6637/2	28/11/2009	230 * IX
LXP9319	55162950C	7340/0	28/11/2009	252 * IV
LYF1965	55163680C	6599/2	03/10/2009	230 * V
LYF1965	55163680C	6610/2	03/10/2009	230 * VII
LYG0263	55163568C	6920/0	04/09/2009	233
LYN8902	54571547C	6912/0	15/06/2009	232
LYP0723	55154153C	5045/0	13/10/2009	162 * V
LYT7519	55158321C	5010/0	23/10/2009	162 * I
LYT7519	55158321C	6599/2	23/10/2009	230 * V
LYT8130	54571326C	6920/0	26/10/2009	233
LYV3551	55163913C	6599/2	07/10/2009	230 * V
LYV3551	55163914C	5010/0	07/10/2009	162 * I
LYZ3784	54562491C	6599/2	17/09/2009	230 * V
LYZ9028	55163068C	6920/0	18/09/2009	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZB6040	55153979C	5010/0	25/10/2009	162 * I
LZB6040	55153980C	6599/2	25/10/2009	230 * V
LZB7793	54566240C	6599/2	02/10/2009	230 * V
LZK1496	55163071C	6920/0	18/09/2009	233
LZN5108	55154302C	6920/0	16/10/2009	233
LZO7725	54568552C	5010/0	16/06/2009	162 * I
LZP9607	54571313C	5010/0	21/10/2009	162 * I
LZU6402	54572210C	6920/0	15/05/2009	233
LZW2637	55154866C	6912/0	30/11/2009	232
LZX8678	55154851C	6599/2	20/11/2009	230 * V
LZY8216	55158311C	6599/2	21/10/2009	230 * V
LZZ0984	54567161C	6599/2	07/10/2009	230 * V
LZZ2933	55154827C	5010/0	18/11/2009	162 * I
MAA2037	54566241C	6599/2	02/10/2009	230 * V
MAG0738	54569617C	5010/0	16/09/2009	162 * I
MAG0738	54569617C	6610/2	16/09/2009	230 * VII
MAG6151	55154853C	6599/2	20/11/2009	230 * V
MAG6151	55154853C	6637/2	20/11/2009	230 * IX
MAG6151	55154854C	5010/0	20/11/2009	162 * I
MAT5711	55154308C	6920/0	22/10/2009	233
MAT7550	54565635C	5010/0	01/09/2009	162 * I
MAV2582	54563523C	6599/2	23/10/2009	230 * V
MAV7138	55163090C	6920/0	08/10/2009	233
MAX2712	54565640C	6599/2	29/09/2009	230 * V
MAY1486	54572214C	6920/0	15/05/2009	233
MAZ8834	55163858C	6599/2	21/10/2009	230 * V
MBC0408	54563796C	5274/3	06/09/2009	175
MBD5203	54571770C	6599/2	21/10/2009	230 * V
MBD6951	54571971C	6599/2	26/05/2009	230 * V
MBD7542	54568352C	5010/0	02/10/2009	162 * I
MBE6592	55163373C	6599/2	19/09/2009	230 * V
MBE6592	55163374C	5045/0	19/09/2009	162 * V
MBF1624	55154324C	6920/0	11/11/2009	233
MBF7168	55158402C	6599/2	02/10/2009	230 * V
MBG0219	54571494C	6912/0	15/06/2009	232
MBG6018	55164220C	6637/1	21/10/2009	230 * IX
MBG6018	55164220C	6637/2	21/10/2009	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBG6633	54567114C	6408/0	22/10/2009	221
MBH4602	55164112C	6912/0	27/10/2009	232
MBH4602	55164113C	6963/1	27/10/2009	237
MBH6154	54564880C	6599/2	13/10/2009	230 * V
MBI2568	54571778C	6599/2	23/10/2009	230 * V
MBK7711	54567156C	6599/2	07/10/2009	230 * V
MBL2211	55154855C	6912/0	24/11/2009	232
MBL6159	54570123C	6653/2	25/11/2009	230 * XI
MBM2259	54564342C	6912/0	17/11/2009	232
MBM2259	54564343C	6556/1	17/11/2009	230 * I
MBM2259	54564344C	6653/1	17/11/2009	230 * XI
MBM2829	55163093C	6920/0	08/10/2009	233
MBN7201	55163719C	5045/0	26/11/2009	162 * V
MBQ8804	54564746C	6599/2	07/10/2009	230 * V
MBQ8856	55163578C	6920/0	10/09/2009	233
MBR0428	54569417C	6599/2	16/10/2009	230 * V
MBT6562	54563533C	5010/0	27/11/2009	162 * I
MBT6562	54563534C	5061/0	27/11/2009	163 c/c 162 * I
MBT6562	54563535C	5274/1	27/11/2009	175
MBT6562	54563536C	6637/1	27/11/2009	230 * IX
MBV0387	55158299C	5010/0	21/10/2009	162 * I
MBX6317	54567157C	6700/2	07/10/2009	230 * XVI
MBX8375	54563525C	6610/2	23/10/2009	230 * VII
MBZ2288	54567235C	6599/2	19/11/2009	230 * V
MBZ2288	54567236C	6912/0	19/11/2009	232
MCC2575	55154812C	6599/2	16/11/2009	230 * V
MCC6824	55154830C	6599/2	18/11/2009	230 * V
MCC6912	54570395C	5010/0	26/05/2009	162 * I
MCC6912	54570396C	6599/2	26/05/2009	230 * V
MCD7246	55154665C	6912/0	18/11/2009	232
MCE3437	55164216C	6599/2	14/10/2009	230 * V
MCE7887	54571638C	6599/2	05/10/2009	230 * V
MCF3136	54569425C	5274/1	14/11/2009	175
MCG3115	55158415C	6599/2	24/10/2009	230 * V
MCI8992	54565176C	5010/0	24/11/2009	162 * I
MCI8992	54565177C	6912/0	24/11/2009	232
MCJ4273	54567113C	5010/0	22/10/2009	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCJ8966	55164134C	6599/2	12/11/2009	230 * V
MCK1381	55162860C	6599/2	20/10/2009	230 * V
MCK3673	55154835C	5010/0	26/11/2009	162 * I
MCM3701	55163399C	5010/0	03/10/2009	162 * I
MCO0402	54571777C	5010/0	21/10/2009	162 * I
MCO7452	54571613C	5010/0	29/09/2009	162 * I
MCP0279	55154310C	6920/0	22/10/2009	233
MCP5853	55158270C	5010/0	15/10/2009	162 * I
MCP6258	55164146C	6599/2	14/11/2009	230 * V
MCQ7566	55158356C	5274/1	14/10/2009	175
MCQ8875	54571317C	5010/0	23/10/2009	162 * I
MCQ8875	54571318C	6599/2	23/10/2009	230 * V
MCR9388	54571709C	6610/1	19/06/2009	230 * VII
MCS0207	55154357C	5045/0	24/10/2009	162 * V
MCS0207	55154357C	6599/2	24/10/2009	230 * V
MCS4092	55163712C	6610/2	23/10/2009	230 * VII
MCW1844	55164221C	6599/2	03/11/2009	230 * V
MCW1844	55164222C	5045/0	03/11/2009	162 * V
MCX3033	54571655C	6599/2	17/06/2009	230 * V
MCX3033	54571656C	6912/0	17/06/2009	232
MCX7843	55163604C	6599/2	02/10/2009	230 * V
MCX8605	54564888C	6599/2	12/11/2009	230 * V
MCY8364	55163597C	5010/0	17/09/2009	162 * I
MCY8364	55163597C	6912/0	17/09/2009	232
MDD6125	55163705C	6599/2	22/10/2009	230 * V
MDD6125	55163706C	5010/0	22/10/2009	162 * I
MDE7936	55162926C	6599/2	26/10/2009	230 * V
MDE7936	55162927C	5010/0	26/10/2009	162 * I
MDH8109	54571525C	6599/2	13/06/2009	230 * V
MDK4051	55163601C	5045/0	24/09/2009	162 * V
MDK8794	55153978C	6912/0	19/10/2009	232
MDL0962	55163095C	6920/0	08/10/2009	233
MDM1456	54568555C	6599/2	27/11/2009	230 * V
MDN3951	54569375C	6599/2	12/06/2009	230 * V
MDN3951	54569375C	6912/0	12/06/2009	232
MDQ0543	55164212C	6653/2	14/10/2009	230 * XI
MDR0109	55163395C	5010/0	03/10/2009	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDS8002	54571781C	6599/2	23/10/2009	230 * V
MDS8002	54571782C	6912/0	23/10/2009	232
MDT0601	55158337C	5010/0	27/10/2009	162 * I
MDT4546	54568912C	6637/2	12/05/2009	230 * IX
MDV0928	55163921C	5010/0	07/10/2009	162 * I
MDV8249	55163736C	6599/2	04/12/2009	230 * V
MDW6886	54566920C	6556/1	01/09/2009	230 * I
MDW6886	54566920C	6599/2	01/09/2009	230 * V
MDX5624	55164111C	5037/1	27/10/2009	162 * III
MDY7267	54567112C	6599/2	22/10/2009	230 * V
MEB5562	54564882C	6599/2	06/11/2009	230 * V
MEB5562	54564883C	5010/0	06/11/2009	162 * I
MEB6393	54563137C	6599/2	07/10/2009	230 * V
MEC3140	55163710C	6599/2	23/10/2009	230 * V
MEE3741	54572156C	6599/2	18/05/2009	230 * V
MEF6246	54565072C	6599/2	17/10/2009	230 * V
MEF6246	54565075C	5320/0	17/10/2009	176 * V
MEG7932	54568505C	5010/0	14/11/2009	162 * I
MEI7348	55162940C	6599/2	20/11/2009	230 * V
MEI9428	55163947C	6920/0	20/10/2009	233
MEI9493	54571772C	5010/0	21/10/2009	162 * I
MEI9498	54571385C	6912/0	11/06/2009	232
MEJ3456	55162773C	5010/0	24/10/2009	162 * I
MEJ3456	55162773C	6599/2	24/10/2009	230 * V
MEJ6032	54564876C	5045/0	01/09/2009	162 * V
MEJ6032	54564877C	6599/2	01/09/2009	230 * V
MEL4715	54564741C	6599/2	07/10/2009	230 * V
MEO1969	54569372C	6580/0	13/06/2009	230 * IV
MEO1969	54569372C	6637/2	13/06/2009	230 * IX
MEO1969	54569378C	6912/0	13/06/2009	232
MEP8396	54566073C	6599/2	03/10/2009	230 * V
MER1303	55158315C	6912/0	21/10/2009	232
MER2545	54568444C	5010/0	06/09/2009	162 * I
MEU6617	54564232C	6599/2	04/11/2009	230 * V
MEV9635	55162770C	6599/2	02/10/2009	230 * V
MFC7395	55163701C	6599/2	11/09/2009	230 * V
MFC8003	55163709C	6653/1	22/10/2009	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFE7046	54568554C	5045/0	23/11/2009	162 * V
MFF2759	55158343C	6637/2	04/11/2009	230 * IX
MFF2759	55158343C	6653/1	04/11/2009	230 * XI
MFF2759	55158344C	5274/1	04/11/2009	175
MFF2759	55158344C	6556/1	04/11/2009	230 * I
MFH3384	55158320C	5010/0	23/10/2009	162 * I
MFI8399	55163939C	6920/0	16/10/2009	233
MFJ8218	54567110C	5045/0	03/10/2009	162 * V
MFL5655	54571456C	5010/0	03/06/2009	162 * I
MFL7056	54566091C	6599/2	31/10/2009	230 * V
MFL7056	54566092C	5045/0	31/10/2009	162 * V
MFO9160	54571312C	6912/0	21/10/2009	232
MFQ8034	55162932C	6599/2	26/10/2009	230 * V
MFR0681	54567111C	6599/2	22/10/2009	230 * V
MFS3305	55154006C	5045/0	19/09/2009	162 * V
MFT1374	54569418C	6599/2	20/10/2009	230 * V
MFW2678	54562949C	5045/0	06/09/2009	162 * V
MFW8652	55154317C	6920/0	09/11/2009	233
MFW9476	54563412C	6912/0	21/10/2009	232
MFY3989	55163950C	6912/0	21/10/2009	232
MFY0093	55158269C	5045/0	15/10/2009	162 * V
MFY4121	55163697C	6637/1	05/10/2009	230 * IX
MFY8185	55164128C	5010/0	10/11/2009	162 * I
MFZ8135	55163678C	5045/0	03/10/2009	162 * V
MGB6160	55163394C	7340/0	03/10/2009	252 * IV
MGD4568	54565689C	5010/0	08/10/2009	162 * I
MGD4568	54565689C	6599/2	08/10/2009	230 * V
MGH1639	55154347C	6920/0	23/11/2009	233
MGI0684	55153611C	5010/0	26/06/2009	162 * I
MGI3649	54572011C	5010/0	17/09/2009	162 * I
MGQ0623	54567158C	5010/0	07/10/2009	162 * I
MGT5741	54568027C	6599/2	23/05/2009	230 * V
MGX6651	55154908C	6726/1	23/11/2009	230 * XVIII
MGX6651	55154909C	6610/2	23/11/2009	230 * VII
MHA2773	54571648C	6912/0	07/10/2009	232
MHB7323	55164202C	6653/1	06/10/2009	230 * XI
MHB8460	54562496C	6599/2	07/10/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHC3450	55158278C	6556/1	15/10/2009	230 * I
MHG9202	54571678C	6599/2	23/06/2009	230 * V
MHP9392	55154014C	5010/0	19/09/2009	162 * I
MIN4850	55164150C	6599/2	16/11/2009	230 * V
MIV2222	55158293C	6599/2	21/10/2009	230 * V
MIV2222	55158294C	5045/0	21/10/2009	162 * V
MJD7450	54571487C	6912/0	12/06/2009	232
MJN9410	54565981C	6599/2	26/08/2009	230 * V
MTP8066	54571786C	6610/2	23/10/2009	230 * VII
MWA3187	55163930C	6920/0	14/10/2009	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 878/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABA4511	54566617C	6920/0	04/12/2008	233
AMU9562	54566693C	6599/2	07/11/2008	230 * V
BGI3364	54566615C	6920/0	04/12/2008	233
HCT5192	54567040C	6920/0	11/11/2008	233
HRD1649	54566620C	6920/0	04/12/2008	233
KIV7217	54566624C	6920/0	08/12/2008	233
LWR4857	54566025C	6599/2	03/12/2008	230 * V
LWS7043	54566030C	6610/2	07/12/2008	230 * VII
LWS7043	54566031C	5010/0	07/12/2008	162 * I
LWZ3164	54566631C	6920/0	08/12/2008	233
LXD2324	54563627C	6912/0	05/12/2008	232
LXE9299	54566380C	6599/2	28/11/2008	230 * V
LYD3477	54565856C	6599/2	04/11/2008	230 * V
LYD3477	54565856C	6700/1	04/11/2008	230 * XVI
LYH7605	54563461C	6637/1	01/11/2008	230 * IX
LYM0101	54564687C	6726/1	01/12/2008	230 * XVIII
LYM0101	54564687C	6912/0	01/12/2008	232
LYW2229	54566630C	6920/0	08/12/2008	233
LZA5019	54563463C	6637/1	06/11/2008	230 * IX
MAS4452	54563615C	5045/0	07/11/2008	162 * V
MBR5697	54566751C	5010/0	03/12/2008	162 * I
MBR5697	54566752C	6599/2	03/12/2008	230 * V
MBT8624	54566626C	6920/0	08/12/2008	233
MDV3346	54566891C	6610/2	01/12/2008	230 * VII
MED9389	54566034C	6556/1	08/12/2008	230 * I
MED9389	54566035C	6637/1	08/12/2008	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MED9389	54566035C	6637/2	08/12/2008	230 * IX
MED9389	54566036C	5010/0	08/12/2008	162 * I
MEP8396	54565701C	5010/0	05/12/2008	162 * I
MEP8396	54565702C	5118/0	05/12/2008	164 c/c 162 * I
MEQ1861	54566451C	6637/1	02/12/2008	230 * IX
MEU2984	54563180C	5010/0	09/12/2008	162 * I
MEU8267	54562375C	5010/0	08/12/2008	162 * I
MEU8267	54562375C	6556/4	08/12/2008	230 * I
MEU8267	54562375C	6599/2	08/12/2008	230 * V
MEU8267	54562375C	6912/0	08/12/2008	232
MEU8267	54565703C	5010/0	06/12/2008	162 * I
MFE5034	54563464C	6637/2	10/11/2008	230 * IX
MFE5034	54565954C	6912/0	10/11/2008	232
MFG5469	54566028C	6599/2	03/12/2008	230 * V
MFG5469	54566028C	6637/1	03/12/2008	230 * IX
MFG5469	54566028C	7340/0	03/12/2008	252 * IV
MGC4002	54562831C	6912/0	03/12/2008	232
MGI9460	54565213C	5010/0	30/11/2008	162 * I
MGT6860	54564015C	6637/1	18/11/2008	230 * IX
MGT6860	54564015C	6726/1	18/11/2008	230 * XVIII
MJP1949	54566601C	6599/2	03/12/2008	230 * V
MJP1949	54566601C	6912/0	03/12/2008	232
MJP3049	54566971C	6610/2	11/11/2008	230 * VII
MJP3049	54566971C	6700/1	11/11/2008	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 920/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEI9199	54570808C	6920/0	30/03/2009	233
CEL9899	54565725C	6920/0	26/03/2009	233
JNE6742	54565874C	6599/2	19/03/2009	230 * V
JNE6742	54565875C	5010/0	19/03/2009	162 * I
JUD6629	54570818C	6920/0	30/03/2009	233
LWX9559	54570807C	6920/0	30/03/2009	233
LYH9199	54566471C	6599/2	27/03/2009	230 * V
LYI6711	54564099C	6912/0	26/03/2009	232
LZU9521	54565710C	6599/2	25/03/2009	230 * V
MBU6931	54566462C	6637/1	19/03/2009	230 * IX
MBU6931	54566463C	6556/1	19/03/2009	230 * I
MBU6931	54566463C	6726/1	19/03/2009	230 * XVIII
MBV8906	54570805C	6920/0	26/03/2009	233
MCE6579	54570801C	6920/0	26/03/2009	233
MCG3295	54568983C	6653/1	02/03/2009	230 * XI
MDL3471	54569884C	5010/0	25/03/2009	162 * I
MDL3471	54569884C	6599/2	25/03/2009	230 * V
MDL3471	54569884C	6653/1	25/03/2009	230 * XI
MEC5389	54569763C	6599/2	26/03/2009	230 * V
MFA4206	54563923C	5010/0	21/03/2009	162 * I
MFA4437	54569760C	5010/0	26/03/2009	162 * I
MFA4437	54569761C	7340/0	26/03/2009	252 * IV
MFI8343	54566467C	5010/0	27/03/2009	162 * I
MFR4648	54569894C	6602/0	26/03/2009	230 * VI
MFR4648	54569894C	6637/1	26/03/2009	230 * IX
MHQ8100	54570761C	6599/2	25/03/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 925/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKT2967	54569578C	6653/1	03/03/2009	230 * XI
AMM7474	54565735C	6610/2	31/03/2009	230 * VII
BGQ2730	54569095C	6599/2	17/03/2009	230 * V
BIA3717	54570819C	6920/0	30/03/2009	233
BIU0024	54565747C	6920/0	01/04/2009	233
BSV4283	54569855C	5010/0	10/03/2009	162 * I
BSV4283	54569855C	6610/2	10/03/2009	230 * VII
BSV4283	54569856C	6700/2	10/03/2009	230 * XVI
CVR1850	54570830C	6920/0	03/04/2009	233
DEQ9577	54569514C	6599/2	05/03/2009	230 * V
FNT3333	54571245C	6610/2	14/04/2009	230 * VII
HQF3647	54571170C	6610/2	03/04/2009	230 * VII
IFJ4009	54571219C	5010/0	07/04/2009	162 * I
IKO2500	54570953C	6610/2	01/04/2009	230 * VII
JOW8017	54570777C	6610/2	02/04/2009	230 * VII
JUU2400	54566274C	6610/2	06/04/2009	230 * VII
LBK6587	54570069C	6599/2	21/03/2009	230 * V
LCQ2709	54570218C	5010/0	07/04/2009	162 * I
LWR0238	54571121C	6637/2	09/04/2009	230 * IX
LWT7574	54566345C	5010/0	20/04/2009	162 * I
LWT7574	54566345C	6912/0	20/04/2009	232
LWT7574	54566346C	6556/1	20/04/2009	230 * I
LWT7574	54566346C	6637/2	20/04/2009	230 * IX
LWX9559	54567315C	5010/0	17/03/2009	162 * I
LXC5815	54569353C	6599/2	27/03/2009	230 * V
LXC5875	54562984C	5010/0	08/04/2009	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXC5875	54562985C	6610/2	08/04/2009	230 * VII
LXC5875	54562986C	6700/2	08/04/2009	230 * XVI
LXE7541	54570796C	6599/2	06/04/2009	230 * V
LXF5413	54570844C	6920/0	17/04/2009	233
LXF5630	54571168C	6599/2	03/04/2009	230 * V
LXF5630	54571169C	6912/0	03/04/2009	232
LXI1211	54571122C	6599/2	09/04/2009	230 * V
LXK4664	54570102C	6599/2	19/03/2009	230 * V
LXK4664	54570102C	6963/1	19/03/2009	237
LXL5620	54570219C	6599/2	07/04/2009	230 * V
LXL5620	54570219C	6963/1	07/04/2009	237
LXO9838	54568472C	6556/1	20/04/2009	230 * I
LXQ3502	54569966C	6912/0	13/03/2009	232
LXQ3502	54569967C	6963/1	13/03/2009	237
LYF4878	54569517C	6912/0	05/03/2009	232
LYJ2613	54570078C	5010/0	21/03/2009	162 * I
LYJ2613	54570078C	6912/0	21/03/2009	232
LYO7406	54570105C	5010/0	19/03/2009	162 * I
LYO7406	54570105C	6912/0	19/03/2009	232
LYO7406	54570106C	6637/1	19/03/2009	230 * IX
LYR3121	54570787C	5010/0	02/04/2009	162 * I
LYR3121	54570788C	6599/2	02/04/2009	230 * V
LYU9759	54569587C	5010/0	05/03/2009	162 * I
LYU9759	54569587C	6599/2	05/03/2009	230 * V
LYX2209	54569598C	5010/0	09/03/2009	162 * I
LZA1556	54562912C	5010/0	07/03/2009	162 * I
LZA5019	54569878C	5045/0	20/03/2009	162 * V
LZA5019	54569878C	6637/1	20/03/2009	230 * IX
LZG6872	54568206C	6610/2	07/04/2009	230 * VII
LZJ6932	54571239C	5010/0	14/04/2009	162 * I
LZL2801	54570094C	5010/0	31/03/2009	162 * I
LZO6959	54569596C	6599/2	09/03/2009	230 * V
LZU4355	54567109C	6599/2	25/03/2009	230 * V
LZU7389	54570221C	6556/1	07/04/2009	230 * I
LZU7389	54570221C	6769/1	07/04/2009	230 * XXII
LZZ3008	54570229C	6599/2	08/04/2009	230 * V
LZZ3008	54570229C	6726/1	08/04/2009	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAM9913	54571171C	5010/0	03/04/2009	162 * I
MAP6509	54568774C	6610/2	28/01/2009	230 * VII
MAS0669	54571247C	6912/0	14/04/2009	232
MAS1711	54571206C	6556/1	06/04/2009	230 * I
MAS1711	54571206C	6599/2	06/04/2009	230 * V
MAU9796	54569899C	6599/2	01/04/2009	230 * V
MAU9796	54569899C	6637/1	01/04/2009	230 * IX
MAU9796	54569900C	6556/5	01/04/2009	230 * I
MAW9748	54571103C	5010/0	02/04/2009	162 * I
MAY1395	54569013C	6912/0	30/03/2009	232
MBI4248	54571240C	6599/2	14/04/2009	230 * V
MBL2554	54570798C	5045/0	06/04/2009	162 * V
MBL9463	54570820C	6920/0	03/04/2009	233
MBN3255	54565734C	5045/0	31/03/2009	162 * V
MBP3011	54565008C	5010/0	03/03/2009	162 * I
MBX5674	54562923C	6556/1	03/04/2009	230 * I
MBY9518	54568252C	6637/1	21/04/2009	230 * IX
MBZ6557	54569702C	6599/2	29/03/2009	230 * V
MBZ6557	54569702C	6769/1	29/03/2009	230 * XXII
MBZ6557	54569702C	6912/0	29/03/2009	232
MCC1099	54571158C	6599/2	02/04/2009	230 * V
MCD0234	54565884C	6653/1	19/03/2009	230 * XI
MCF8298	54564301C	6637/1	20/03/2009	230 * IX
MCF8298	54564302C	5045/0	20/03/2009	162 * V
MCF8298	54564303C	6912/0	20/03/2009	232
MCG3696	54570405C	6599/2	17/04/2009	230 * V
MCL5833	54570782C	5010/0	02/04/2009	162 * I
MCQ3465	54567395C	6610/2	11/03/2009	230 * VII
MCS2769	54571160C	5010/0	02/04/2009	162 * I
MCV2524	54571231C	6637/2	08/04/2009	230 * IX
MCV2524	54571232C	5010/0	08/04/2009	162 * I
MCV4039	54569534C	6912/0	09/03/2009	232
MCZ0381	54562920C	6637/1	24/04/2009	230 * IX
MCZ0381	54562921C	5010/0	24/04/2009	162 * I
MDB5618	54570971C	6912/0	15/04/2009	232
MDB5618	54570972C	6602/0	15/04/2009	230 * VI
MDE9139	54565410C	5010/0	26/04/2009	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDE9139	54565411C	6599/2	26/04/2009	230 * V
MDG2867	54569889C	6912/0	26/03/2009	232
MDH8323	54563929C	5010/0	13/04/2009	162 * I
MDN5081	54570795C	6599/2	06/04/2009	230 * V
MDR7064	54564100C	5010/0	26/03/2009	162 * I
MDW6171	54562981C	6599/2	03/04/2009	230 * V
MDW6171	54562983C	6963/1	03/04/2009	237
MDX2049	54571175C	6599/2	03/04/2009	230 * V
MDX2049	54571177C	6912/0	03/04/2009	232
MDX6543	54569886C	6653/1	26/03/2009	230 * XI
MDX7782	54570155C	5045/0	17/04/2009	162 * V
MDY1495	54564133C	6599/2	02/04/2009	230 * V
MDZ0686	54565705C	6599/2	25/03/2009	230 * V
MDZ5573	54570222C	6599/2	07/04/2009	230 * V
MDZ5573	54570223C	5045/0	07/04/2009	162 * V
MDZ7458	54569978C	5010/0	13/03/2009	162 * I
MEA2654	54571201C	5010/0	06/04/2009	162 * I
MEB5376	54571246C	6599/2	14/04/2009	230 * V
MEE2391	54570969C	6599/2	15/04/2009	230 * V
MEG3544	54571202C	5010/0	06/04/2009	162 * I
MEG8896	54570960C	6637/1	13/04/2009	230 * IX
MEG8896	54570960C	7340/0	13/04/2009	252 * IV
MEH7838	54569852C	6599/2	09/03/2009	230 * V
MEH8945	54564094C	5010/0	18/03/2009	162 * I
MEH8945	54564095C	6912/0	18/03/2009	232
MEM7600	54570095C	6599/2	02/04/2009	230 * V
MEP8402	54570239C	6912/0	08/04/2009	232
MER6535	54571211C	6912/0	06/04/2009	232
MEV0494	54569756C	6653/2	03/03/2009	230 * XI
MEV8775	54571111C	6653/1	03/04/2009	230 * XI
MEY7123	54562648C	6637/1	12/04/2009	230 * IX
MEY7123	54566347C	5010/0	21/04/2009	162 * I
MEY7123	54566347C	6637/1	21/04/2009	230 * IX
MFA7121	54570081C	6912/0	23/03/2009	232
MFC5069	54569154C	6599/2	06/03/2009	230 * V
MFD5133	54564090C	6637/2	07/03/2009	230 * IX
MFD5133	54564091C	5010/0	07/03/2009	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFE0383	54567990C	6920/0	16/03/2009	233
MFF5904	54570244C	7340/0	17/04/2009	252 * IV
MFG3600	54565868C	7340/0	03/03/2009	252 * IV
MFG7004	54566460C	7340/0	06/03/2009	252 * IV
MFH9040	54569766C	6599/2	15/04/2009	230 * V
MFJ7352	54570363C	5010/0	17/04/2009	162 * I
MFL3084	54570800C	6912/0	06/04/2009	232
MFM8125	54569975C	5010/0	13/03/2009	162 * I
MFN1026	54570088C	5010/0	23/03/2009	162 * I
MFT3521	54567998C	6920/0	23/03/2009	233
MFT6549	54570361C	6912/0	16/04/2009	232
MFW4489	54568460C	5010/0	21/03/2009	162 * I
MFW8028	54571216C	5010/0	07/04/2009	162 * I
MFW8028	54571217C	6556/1	07/04/2009	230 * I
MFY6083	54568961C	5010/0	13/02/2009	162 * I
MGC2001	54570775C	6599/2	02/04/2009	230 * V
MGD4368	54571250C	6599/2	14/04/2009	230 * V
MGD4368	54571250C	6653/1	14/04/2009	230 * XI
MGX8360	54569851C	6912/0	09/03/2009	232
MGY2962	54568711C	5010/0	21/03/2009	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 929/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BND9298	54565724C	6920/0	26/03/2009	233
DDO2186	54570502C	6920/0	27/04/2009	233
IGS6393	54571112C	6610/2	03/04/2009	230 * VII
IGS6393	54571112C	6912/0	03/04/2009	232
JWL0168	54570198C	6599/2	28/04/2009	230 * V
JWL0168	54570198C	6963/1	28/04/2009	237
LXI9321	54570416C	6599/2	18/04/2009	230 * V
LXI9321	54570416C	6637/2	18/04/2009	230 * IX
LXI9321	54570417C	6769/1	18/04/2009	230 * XXII
LXN6989	54570201C	6599/2	02/04/2009	230 * V
LXN6989	54570202C	6912/0	02/04/2009	232
LXP1010	54570757C	6912/0	25/03/2009	232
LXP1010	54570758C	6556/1	25/03/2009	230 * I
LZC6187	54570979C	6610/2	20/04/2009	230 * VII
LZC6187	54570979C	6963/1	20/04/2009	237
LZC6187	54570980C	6637/2	20/04/2009	230 * IX
LZI3888	54562516C	6599/2	26/04/2009	230 * V
LZI3888	54562517C	5045/0	26/04/2009	162 * V
LZQ8115	54565743C	6920/0	01/04/2009	233
LZT3624	54570504C	6920/0	27/04/2009	233
MAB1983	54570817C	6920/0	30/03/2009	233
MAC4587	54569155C	6599/2	26/03/2009	230 * V
MAC4587	54569156C	5010/0	26/03/2009	162 * I
MAD3178	54570160C	5010/0	17/04/2009	162 * I
MAG0099	54570453C	6599/2	29/04/2009	230 * V
MAX7540	54570905C	5010/0	16/04/2009	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAY1486	54569136C	5010/0	15/04/2009	162 * I
MAY1486	54569768C	5010/0	15/04/2009	162 * I
MBE4066	54570370C	6599/2	28/04/2009	230 * V
MBE4066	54570371C	5010/0	28/04/2009	162 * I
MBG8685	54571138C	6599/2	16/04/2009	230 * V
MCP8603	54570772C	6599/2	02/04/2009	230 * V
MCP9836	54562269C	5010/0	19/04/2009	162 * I
MDV8215	54568471C	6556/1	20/04/2009	230 * I
MEC0336	54564866C	5045/0	26/03/2009	162 * V
MEC4515	54569893C	6700/2	26/03/2009	230 * XVI
MFA8004	54571153C	5010/0	02/04/2009	162 * I
MFC7828	54566464C	5010/0	22/03/2009	162 * I
MFC7828	54566464C	6637/1	22/03/2009	230 * IX
MFC7828	54566465C	6912/0	22/03/2009	232
MFC7828	54566465C	7340/0	22/03/2009	252 * IV
MFC7828	54566466C	6726/1	22/03/2009	230 * XVIII
MFE2943	54570418C	5010/0	18/04/2009	162 * I
MFE2992	54567318C	6556/1	27/04/2009	230 * I
MFL8408	54570551C	6653/2	24/04/2009	230 * XI
MFQ7283	54570781C	5010/0	02/04/2009	162 * I
MFW7101	54570828C	6920/0	03/04/2009	233
MGC9710	54566275C	6637/2	06/04/2009	230 * IX
MGL0681	54570408C	6599/2	17/04/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 933/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAR7552	54570527C	6920/0	30/04/2009	233
AMI5644	54569356C	5010/0	12/04/2009	162 * I
AMI5644	54569358C	6726/1	12/04/2009	230 * XVIII
CMD0407	54569916C	6610/2	11/04/2009	230 * VII
IER4027	54570516C	6920/0	30/04/2009	233
IES7157	54566156C	5010/0	26/04/2009	162 * I
IES7157	54566156C	5169/1	26/04/2009	165
IJG1403	54571075C	6599/2	02/05/2009	230 * V
LXQ5762	54564528C	6599/2	24/04/2009	230 * V
LXT8581	54570424C	6912/0	04/05/2009	232
LYE6943	54571089C	6599/2	02/05/2009	230 * V
LYQ0417	54571063C	6599/2	30/04/2009	230 * V
LZN3664	54564530C	6599/2	05/05/2009	230 * V
LZN3664	54564531C	5045/0	05/05/2009	162 * V
LZQ6192	54562922C	5010/0	04/05/2009	162 * I
MAX2284	54571227C	5169/2	07/04/2009	165
MAX5392	54571118C	6599/2	08/04/2009	230 * V
MBA3002	54570383C	5045/0	02/05/2009	162 * V
MBA3002	54570385C	6599/2	02/05/2009	230 * V
MBH8267	54562918C	5010/0	19/04/2009	162 * I
MBL6845	54570552C	6599/2	03/05/2009	230 * V
MBL6845	54570552C	6912/0	03/05/2009	232
MBP3011	54571116C	5010/0	08/04/2009	162 * I
MBP3011	54571116C	6599/2	08/04/2009	230 * V
MCL5292	54571096C	6599/2	02/05/2009	230 * V
MCR9518	54570998C	6599/2	04/05/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCR9518	54570999C	5045/0	04/05/2009	162 * V
MCS2628	54570835C	6920/0	07/04/2009	233
MCU9110	54570832C	6920/0	07/04/2009	233
MCV9073	54571181C	6920/0	07/04/2009	233
MDD9211	54571223C	5010/0	07/04/2009	162 * I
MDD9211	54571223C	6912/0	07/04/2009	232
MDG9109	54570784C	6599/2	02/04/2009	230 * V
MDN4807	54571080C	6599/2	02/05/2009	230 * V
MDO1227	54570423C	6556/1	04/05/2009	230 * I
MEE6339	54571209C	6599/2	06/04/2009	230 * V
MEP8396	54570442C	5010/0	04/05/2009	162 * I
MFF0321	54562483C	5010/0	27/04/2009	162 * I
MFF0321	54562483C	6912/0	27/04/2009	232
MGD3712	54570520C	6920/0	30/04/2009	233
MGG6223	54570958C	5010/0	09/04/2009	162 * I
MGZ0031	54570200C	6599/2	28/04/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 937/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAU9826	54570233C	5045/0	08/04/2009	162 * V
AAU9826	54570233C	6912/0	08/04/2009	232
AGI1211	54570358C	5045/0	16/04/2009	162 * V
AGI1211	54570360C	6599/2	16/04/2009	230 * V
AGR4496	54572157C	6912/0	18/05/2009	232
AJL7711	54570535C	6920/0	07/05/2009	233
ALF0059	54562272C	6912/0	01/05/2009	232
ALF0059	54570455C	5045/0	09/05/2009	162 * V
ALF0059	54570456C	6912/0	09/05/2009	232
ASP8100	54570653C	5169/1	13/05/2009	165
CDA7678	54569024C	6599/2	06/05/2009	230 * V
CDA7678	54569025C	6912/0	06/05/2009	232
CGI5122	54570548C	6920/0	11/05/2009	233
CSN8349	54570528C	6920/0	07/05/2009	233
CSP9191	54572215C	6920/0	15/05/2009	233
CVX4246	54571811C	6610/2	07/05/2009	230 * VII
CVX4246	54571812C	7340/0	07/05/2009	252 * IV
CWH6452	54571196C	6920/0	19/05/2009	233
CXD5666	54571139C	6610/2	16/04/2009	230 * VII
DDA7888	54571817C	6700/1	08/05/2009	230 * XVI
HEJ4073	54571192C	6610/2	18/05/2009	230 * VII
HEJ4073	54572158C	6556/1	18/05/2009	230 * I
IEU1260	54564840C	6599/2	14/05/2009	230 * V
IIL7901	54571804C	6610/2	06/05/2009	230 * VII
JLS2054	54570850C	6920/0	17/04/2009	233
LAD5362	54569023C	6599/2	06/05/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LRH1438	54571810C	6610/2	07/05/2009	230 * VII
LWX6529	54562924C	6599/2	04/05/2009	230 * V
LWX6529	54562926C	5029/1	04/05/2009	162 * II
LXE4395	54572203C	6920/0	15/05/2009	233
LXH8860	54564527C	6599/2	08/04/2009	230 * V
LXI9321	54570415C	5045/0	17/04/2009	162 * V
LXS8486	54568208C	6610/2	08/04/2009	230 * VII
LXS8486	54568208C	6700/2	08/04/2009	230 * XVI
LXU2834	54571185C	6599/2	18/05/2009	230 * V
LXU3912	54566277C	6610/2	06/04/2009	230 * VII
LXY4551	54569022C	5045/0	06/05/2009	162 * V
LYF7350	54563028C	6599/2	17/05/2009	230 * V
LYF7350	54563028C	6912/0	17/05/2009	232
LYY8550	54569162C	6912/0	05/05/2009	232
LZG5951	54569707C	5010/0	11/05/2009	162 * I
LZG5951	54569708C	6599/2	11/05/2009	230 * V
LZI3888	54570540C	6920/0	07/05/2009	233
LZJ2050	54570448C	6912/0	06/05/2009	232
LZJ3166	54565011C	5010/0	08/05/2009	162 * I
LZJ6121	54567265C	6599/2	06/05/2009	230 * V
MAI5843	54568911C	6637/1	12/05/2009	230 * IX
MAI5843	54568911C	6653/1	12/05/2009	230 * XI
MAO0752	54564870C	6599/2	16/04/2009	230 * V
MAO0752	54564870C	6610/2	16/04/2009	230 * VII
MAO0752	54564871C	6912/0	16/04/2009	232
MAP1702	54571200C	6920/0	19/05/2009	233
MAR3854	54571755C	6556/1	14/05/2009	230 * I
MAS5124	54570443C	6599/2	06/05/2009	230 * V
MAT2438	54567256C	6599/2	06/05/2009	230 * V
MBD6197	54571960C	6920/0	21/05/2009	233
MBL2554	54570171C	6556/1	18/04/2009	230 * I
MBL2554	54570172C	6912/0	18/04/2009	232
MBL2554	54570173C	6602/0	18/04/2009	230 * VI
MBM2542	54571951C	6912/0	20/05/2009	232
MBN4221	54570532C	6920/0	07/05/2009	233
MBP3011	54571116C	6610/2	08/04/2009	230 * VII
MBQ1542	54570545C	6920/0	11/05/2009	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBS6572	54570848C	6920/0	17/04/2009	233
MBT9126	54570794C	6599/2	06/04/2009	230 * V
MBV6315	54568918C	6637/2	13/05/2009	230 * IX
MCA6749	54570427C	5010/0	04/05/2009	162 * I
MCA6749	54570428C	6556/1	04/05/2009	230 * I
MCA6749	54570428C	6637/1	04/05/2009	230 * IX
MCJ4111	54570352C	6599/2	14/04/2009	230 * V
MCJ5402	54567279C	6599/2	08/05/2009	230 * V
MCP1465	54570846C	6920/0	17/04/2009	233
MCQ9614	54562266C	5010/0	19/04/2009	162 * I
MCQ9614	54562267C	6912/0	19/04/2009	232
MCX1600	54569915C	5274/2	11/04/2009	175
MDH9095	54568908C	6556/1	11/05/2009	230 * I
MDH9095	54568908C	6556/4	11/05/2009	230 * I
MDI1756	54570368C	6599/2	24/04/2009	230 * V
MDI1756	54570368C	6912/0	24/04/2009	232
MDI6681	54568925C	6599/2	22/05/2009	230 * V
MDI6681	54568925C	6637/2	22/05/2009	230 * IX
MDI6681	54568926C	6653/1	22/05/2009	230 * XI
MDK2491	54570475C	6599/2	25/05/2009	230 * V
MDO8764	54571207C	6599/2	06/04/2009	230 * V
MDW5557	54567261C	5045/0	06/05/2009	162 * V
MDY5408	54569160C	6599/2	27/04/2009	230 * V
MEA2000	54572212C	6920/0	15/05/2009	233
MEC4809	54570162C	6912/0	17/04/2009	232
MEI0385	54567324C	5045/0	12/05/2009	162 * V
MEN0266	54563574C	6637/2	09/04/2009	230 * IX
MEN0266	54563574C	6912/0	09/04/2009	232
MEN8108	54566157C	6912/0	05/05/2009	232
MEO3015	54569774C	7340/0	01/05/2009	252 * IV
MEO5738	54567270C	6599/2	08/05/2009	230 * V
MEO5738	54567271C	5045/0	08/05/2009	162 * V
MEQ3305	54570462C	5010/0	13/05/2009	162 * I
MEQ4735	54571243C	5010/0	14/04/2009	162 * I
MER8008	54570539C	6920/0	07/05/2009	233
MET5793	54570188C	5045/0	28/04/2009	162 * V
MEZ4811	54566476C	6912/0	05/05/2009	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFJ1970	54570240C	6912/0	16/04/2009	232
MFN4405	54566343C	6637/2	20/04/2009	230 * IX
MFN4405	54566344C	5010/0	20/04/2009	162 * I
MFR1981	54567289C	6912/0	08/05/2009	232
MFT5343	54567255C	5010/0	06/05/2009	162 * I
MFV6350	54570446C	6599/2	06/05/2009	230 * V
MFZ0952	54569147C	6599/2	13/05/2009	230 * V
MFZ0952	54569148C	5010/0	13/05/2009	162 * I
MFZ0952	54569148C	6912/0	13/05/2009	232
MFZ0952	54569148C	7340/0	13/05/2009	252 * IV
MFZ2999	54564842C	5010/0	18/05/2009	162 * I
MGI6752	54571134C	6556/1	15/04/2009	230 * I
MGI6752	54571134C	6637/1	15/04/2009	230 * IX
MGI6752	54571135C	6912/0	15/04/2009	232
MGO7529	54562642C	6653/2	18/04/2009	230 * XI
MGQ0221	54562917C	6599/2	19/04/2009	230 * V
MGQ9162	54571235C	6556/1	08/04/2009	230 * I
MGW8100	54570531C	6920/0	07/05/2009	233
MGZ1551	54567272C	6599/2	08/05/2009	230 * V
MHA2751	54570153C	6599/2	17/04/2009	230 * V
MHL5530	54568214C	6637/1	16/04/2009	230 * IX
MJJ7990	54572222C	6920/0	21/05/2009	233
MKI0760	54563930C	6637/2	17/04/2009	230 * IX
MTF0502	54571143C	6610/2	17/04/2009	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 941/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEC2583	54570441C	6602/0	04/05/2009	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 943/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANZ3102	54570521C	6920/0	30/04/2009	233
ASC2506	54570515C	6920/0	30/04/2009	233
BHD0417	54570503C	6920/0	27/04/2009	233
DEN6169	54571062C	5045/0	30/04/2009	162 * V
DPM1749	54572229C	6920/0	25/05/2009	233
DUP5921	54571977C	6920/0	27/05/2009	233
DVN3761	54568917C	6700/1	13/05/2009	230 * XVI
EQJ2000	54570523C	6920/0	30/04/2009	233
LJW7110	54571964C	6920/0	25/05/2009	233
LWX3794	54567294C	6599/2	28/05/2009	230 * V
LXP5902	54571830C	6599/2	22/05/2009	230 * V
LXP5902	54571830C	6602/0	22/05/2009	230 * VI
LXP5902	54571830C	6637/2	22/05/2009	230 * IX
LYW7017	54571064C	6610/2	30/04/2009	230 * VII
LYW7017	54571064C	6700/1	30/04/2009	230 * XVI
LZW5198	54571966C	6920/0	25/05/2009	233
MAM1404	54572227C	6920/0	21/05/2009	233
MAT1948	54567293C	6599/2	28/05/2009	230 * V
MAX7382	54572160C	6599/2	26/05/2009	230 * V
MBC5072	54570512C	6920/0	27/04/2009	233
MBI2545	54570439C	5045/0	04/05/2009	162 * V
MBL1581	54572161C	6700/2	28/05/2009	230 * XVI
MBL1581	54572162C	6610/2	28/05/2009	230 * VII
MBM6326	54567254C	6610/2	06/05/2009	230 * VII
MBP0051	54571997C	6599/2	28/05/2009	230 * V
MBP4785	54565623C	6599/2	22/05/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBS8328	54568932C	6610/2	23/05/2009	230 * VII
MBW2306	54567291C	6556/1	28/05/2009	230 * I
MCN1301	54562268C	6912/0	19/04/2009	232
MCP3869	54568223C	6599/2	21/05/2009	230 * V
MCT2205	54570191C	5045/0	28/04/2009	162 * V
MDX4829	54566486C	5045/0	22/05/2009	162 * V
MDX4829	54566486C	6912/0	22/05/2009	232
MEC1845	54570465C	6556/1	21/05/2009	230 * I
MEC5340	54566160C	5010/0	05/05/2009	162 * I
MEF8351	54571993C	6599/2	28/05/2009	230 * V
MEG5099	54564026C	6556/1	22/05/2009	230 * I
MEG5099	54564026C	6637/1	22/05/2009	230 * IX
MEI3589	54565620C	5045/0	22/05/2009	162 * V
MEK7401	54570374C	6610/2	28/04/2009	230 * VII
MEZ4911	54571148C	6599/2	27/04/2009	230 * V
MEZ4911	54571148C	6912/0	27/04/2009	232
MFQ7421	54571054C	6599/2	30/04/2009	230 * V
MFX1314	54571084C	5010/0	02/05/2009	162 * I
MFX4134	54566488C	5045/0	26/05/2009	162 * V
MGE4481	54571970C	6912/0	26/05/2009	232
MHA6872	54567276C	6912/0	08/05/2009	232
MHG2252	54571980C	6920/0	27/05/2009	233
MHL2132	54571992C	6599/2	28/05/2009	230 * V
MHN4360	54571965C	6920/0	25/05/2009	233
MHS4732	54571985C	6599/2	28/05/2009	230 * V
MIO2540	54570431C	6912/0	04/05/2009	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 947/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DRI1192	54572176C	6963/1	01/06/2009	237
JDM5666	54570705C	5010/0	30/04/2009	162 * I
JDM5666	54570706C	6637/1	30/04/2009	230 * IX
LWX3794	54567295C	5045/0	28/05/2009	162 * V
MBS0384	54567282C	6599/2	08/05/2009	230 * V
MCK8735	54568226C	5010/0	27/05/2009	162 * I
MCO2635	54572164C	5010/0	28/05/2009	162 * I
MCS1452	54570400C	5045/0	26/05/2009	162 * V
MDA3929	54564305C	6599/2	13/05/2009	230 * V
MFP4479	54568227C	5010/0	28/05/2009	162 * I
MHO8740	54568232C	5010/0	29/05/2009	162 * I
MHO8740	54568234C	6599/2	29/05/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 950/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABK5801	54571671C	5010/0	19/06/2009	162 * I
AFB0042	54570490C	6599/2	22/06/2009	230 * V
CPL8049	54571543C	5045/0	15/06/2009	162 * V
CPL8049	54571543C	6912/0	15/06/2009	232
HGS8869	54572230C	6920/0	25/05/2009	233
HRU5533	54571303C	5169/1	19/06/2009	165
IGS0660	54571981C	6920/0	27/05/2009	233
IHJ9709	54570556C	5010/0	17/06/2009	162 * I
LXH7074	54563785C	5010/0	12/05/2009	162 * I
LXI4841	54570614C	6599/2	23/06/2009	230 * V
MAG0738	55153604C	5010/0	24/06/2009	162 * I
MAG0738	55153604C	6610/2	24/06/2009	230 * VII
MAG0738	55153604C	6637/1	24/06/2009	230 * IX
MAG0738	55153605C	6637/2	24/06/2009	230 * IX
MBE7495	54571967C	6920/0	25/05/2009	233
MBG1292	55153601C	6610/2	18/06/2009	230 * VII
MBQ8506	54571396C	6912/0	17/06/2009	232
MBS2758	54572000C	6599/2	28/05/2009	230 * V
MBS9618	54570558C	6599/2	17/06/2009	230 * V
MBW0231	54571585C	6912/0	17/06/2009	232
MBW0231	54571586C	6556/4	17/06/2009	230 * I
MBW3189	54564536C	5045/0	18/06/2009	162 * V
MBW3189	54564536C	6610/2	18/06/2009	230 * VII
MBW3189	54564537C	6637/1	18/06/2009	230 * IX
MCH3072	54571379C	6599/2	09/06/2009	230 * V
MCR9388	54571708C	5010/0	19/06/2009	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCR9388	54571709C	6599/2	19/06/2009	230 * V
MDI2845	54569775C	6912/0	19/06/2009	232
MDI2845	54569777C	6637/2	19/06/2009	230 * IX
MDI2845	54569777C	6653/2	19/06/2009	230 * XI
MDM5353	54571666C	6599/2	19/06/2009	230 * V
MDQ9753	54570005C	5169/1	13/06/2009	165
MDT4546	54568229C	6637/2	28/05/2009	230 * IX
MEI7223	54567327C	6599/2	13/06/2009	230 * V
MEI7223	54567328C	5010/0	13/06/2009	162 * I
MEW5891	54571537C	5010/0	13/06/2009	162 * I
MFD3812	54572193C	6599/2	13/06/2009	230 * V
MFG1170	54571713C	6599/2	19/06/2009	230 * V
MFJ2841	54571391C	6912/0	17/06/2009	232
MFV8916	54571574C	6912/0	10/06/2009	232
MFV4676	54571667C	5010/0	19/06/2009	162 * I
MFY7522	54571600C	6599/2	18/06/2009	230 * V
MGI8919	55153557C	6912/0	18/06/2009	232
MKF6930	54572200C	6599/2	15/06/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 954/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADG6073	54571423C	6920/0	10/06/2009	233
AEW6543	54571700C	6610/2	29/06/2009	230 * VII
BRC5568	54564306C	6599/2	15/05/2009	230 * V
BRC5568	54564307C	5010/0	15/05/2009	162 * I
CGQ8525	54565675C	6912/0	09/06/2009	232
CLT4779	54571724C	6610/2	23/06/2009	230 * VII
CNM1887	54562936C	6599/2	29/06/2009	230 * V
COC9786	54569360C	5010/0	30/04/2009	162 * I
COC9786	54569362C	6556/4	30/04/2009	230 * I
COC9786	54569362C	6610/2	30/04/2009	230 * VII
CTK5300	54565484C	6610/2	03/07/2009	230 * VII
CWK3514	54572250C	6920/0	29/05/2009	233
DBU6239	54572241C	6920/0	29/05/2009	233
GMP5386	54571507C	6912/0	05/06/2009	232
GTI1241	54571404C	6920/0	05/06/2009	233
GUL8592	54571716C	6599/2	23/06/2009	230 * V
HMM8528	54571482C	6920/0	10/06/2009	233
HPI3142	54570561C	6610/2	26/06/2009	230 * VII
HPI3142	54570561C	6700/1	26/06/2009	230 * XVI
ICT6701	54569164C	6599/2	05/05/2009	230 * V
ICT6701	54569167C	6637/1	05/05/2009	230 * IX
IEP5431	54571661C	6599/2	19/06/2009	230 * V
IFK3861	54566475C	6599/2	05/05/2009	230 * V
IY0001	54572206C	6920/0	15/05/2009	233
ILT0622	54568235C	6599/2	29/05/2009	230 * V
IMV8769	54570353C	6912/0	14/04/2009	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JFE7342	54571353C	6912/0	01/06/2009	232
JYI2881	54571190C	6599/2	18/05/2009	230 * V
KCZ0493	54567329C	6610/2	26/06/2009	230 * VII
KEA4362	54571362C	5045/0	03/06/2009	162 * V
KEA4362	54571362C	6912/0	03/06/2009	232
KZW1237	54569403C	6599/2	05/06/2009	230 * V
LWW9011	54572182C	6912/0	01/06/2009	232
LWZ5721	54571901C	5169/1	14/05/2009	165
LWZ5721	54571901C	6726/1	14/05/2009	230 * XVIII
LXD3978	54562932C	6610/2	06/06/2009	230 * VII
LXD7153	54571733C	6599/2	29/06/2009	230 * V
LXD8446	54572236C	6920/0	27/05/2009	233
LXG0661	55153610C	6610/2	26/06/2009	230 * VII
LXH1441	55153558C	6599/2	26/06/2009	230 * V
LXH1441	55153560C	6637/2	26/06/2009	230 * IX
LXH7074	54563786C	6556/1	12/05/2009	230 * I
LXH7074	54563786C	6599/2	12/05/2009	230 * V
LXH7074	54563787C	6637/1	12/05/2009	230 * IX
LXI3784	54571855C	5010/0	09/06/2009	162 * I
LXJ4338	54562937C	6599/2	29/06/2009	230 * V
LXM6426	54568246C	5037/1	09/06/2009	162 * III
LXN7135	54570543C	6920/0	11/05/2009	233
LXP5902	54571831C	6912/0	22/05/2009	232
LXU3774	54572179C	6599/2	01/06/2009	230 * V
LXZ1202	54571987C	5010/0	28/05/2009	162 * I
LYD5977	54566907C	5169/1	25/06/2009	165
LYL9122	54568244C	6599/2	08/06/2009	230 * V
LYL9122	54568245C	5010/0	08/06/2009	162 * I
LYQ5833	54572190C	6599/2	05/06/2009	230 * V
LYU1658	54571462C	6920/0	08/06/2009	233
LZA0099	54572119C	5010/0	03/07/2009	162 * I
LZA0099	54572120C	6653/1	03/07/2009	230 * XI
LZB5701	54572247C	6920/0	29/05/2009	233
LZD0976	54566166C	6726/1	29/06/2009	230 * XVIII
LZG0431	54571419C	6599/2	09/06/2009	230 * V
LZO6235	54565066C	5169/1	19/06/2009	165
LZO6235	54565066C	6912/0	19/06/2009	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZO6235	54565067C	5045/0	19/06/2009	162 * V
LZO9323	54571974C	5045/0	26/05/2009	162 * V
MAC7105	54568240C	5010/0	08/06/2009	162 * I
MAC7105	54568241C	6637/1	08/06/2009	230 * IX
MAC7105	54568241C	6637/2	08/06/2009	230 * IX
MAC7105	54568242C	6653/2	08/06/2009	230 * XI
MAK4031	54566480C	6599/2	05/05/2009	230 * V
MAM5951	54564027C	5010/0	23/05/2009	162 * I
MAM5951	54564027C	6599/2	23/05/2009	230 * V
MAO8401	54571559C	6599/2	09/06/2009	230 * V
MAW1244	54570559C	6912/0	26/06/2009	232
MAY4627	54571461C	6920/0	08/06/2009	233
MBG0219	54565670C	5045/0	09/06/2009	162 * V
MBJ2413	54570713C	5010/0	03/06/2009	162 * I
MBJ2413	54570714C	6599/2	03/06/2009	230 * V
MBO4475	54571849C	5010/0	08/06/2009	162 * I
MBO9714	54568236C	5010/0	08/06/2009	162 * I
MBO9714	54568238C	6637/1	08/06/2009	230 * IX
MBS2758	54571999C	5045/0	28/05/2009	162 * V
MBW3557	54571902C	5010/0	01/06/2009	162 * I
MBW3557	54571903C	5061/0	01/06/2009	163 c/c 162 * I
MBZ4898	55153720C	6920/0	30/06/2009	233
MBZ7103	54568247C	6700/1	09/06/2009	230 * XVI
MCL8715	54571841C	5010/0	04/06/2009	162 * I
MCM1837	54568248C	6599/2	09/06/2009	230 * V
MCO7965	54571759C	6912/0	05/06/2009	232
MCR3650	54570533C	6920/0	07/05/2009	233
MCS9351	54571833C	6637/2	28/05/2009	230 * IX
MCY9604	54571411C	6920/0	05/06/2009	233
MCZ9451	54571454C	5010/0	01/06/2009	162 * I
MDD3087	54572167C	6599/2	01/06/2009	230 * V
MDD3087	54572168C	6912/0	01/06/2009	232
MDE9139	54565674C	5010/0	09/06/2009	162 * I
MDH8323	54571515C	6599/2	05/06/2009	230 * V
MDI6681	54571844C	5010/0	08/06/2009	162 * I
MDI6681	54571845C	6637/2	08/06/2009	230 * IX
MDK2273	54571415C	6599/2	09/06/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDK3631	54570654C	6599/2	06/06/2009	230 * V
MDK8982	54572177C	5010/0	01/06/2009	162 * I
MDK8982	54572178C	6599/2	01/06/2009	230 * V
MDM4044	54568219C	6599/2	04/05/2009	230 * V
MDN3508	54571813C	5010/0	08/05/2009	162 * I
MDN3508	54571813C	6912/0	08/05/2009	232
MDN3508	54571814C	6556/1	08/05/2009	230 * I
MDQ6435	54565669C	5045/0	09/06/2009	162 * V
MDT2395	54571414C	6599/2	09/06/2009	230 * V
MDU9497	54571734C	5010/0	29/06/2009	162 * I
MDV3346	54567299C	5045/0	01/06/2009	162 * V
MDX3368	54564925C	6610/2	10/06/2009	230 * VII
MEB5683	54570718C	5010/0	19/06/2009	162 * I
MEB5683	54570718C	6912/0	19/06/2009	232
MEB5683	54570719C	6599/2	19/06/2009	230 * V
MEC2563	54571757C	6599/2	05/06/2009	230 * V
MEE7279	54571503C	6599/2	05/06/2009	230 * V
MEG0504	54571872C	5010/0	12/06/2009	162 * I
MEG8874	54568239C	6556/1	08/06/2009	230 * I
MEI1645	54563305C	6556/4	25/06/2009	230 * I
MEL0438	54569170C	7340/0	06/06/2009	252 * IV
MEL3602	54571848C	6599/2	08/06/2009	230 * V
MEM1563	54572186C	6599/2	05/06/2009	230 * V
MES0365	54564030C	6912/0	12/06/2009	232
MES0365	54565627C	6912/0	09/06/2009	232
MET7813	54572194C	6599/2	13/06/2009	230 * V
MEU4033	54571565C	6599/2	10/06/2009	230 * V
MEU4033	54571565C	6637/1	10/06/2009	230 * IX
MEU4033	54571565C	6637/2	10/06/2009	230 * IX
MEW8020	54563031C	6599/2	02/06/2009	230 * V
MEY6656	54571405C	6920/0	05/06/2009	233
MFC3522	54571426C	6920/0	10/06/2009	233
MFD7012	54565624C	6912/0	27/05/2009	232
MFI1072	54571455C	6912/0	03/06/2009	232
MFI6972	54571427C	6920/0	10/06/2009	233
MFK9513	54571842C	6912/0	04/06/2009	232
MFN5254	54568222C	6556/1	19/05/2009	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFQ4123	54564605C	6556/1	01/06/2009	230 * I
MFQ4123	54564605C	6637/2	01/06/2009	230 * IX
MFW7216	54571056C	6912/0	30/04/2009	232
MGB8792	54571758C	6599/2	05/06/2009	230 * V
MGL4269	54564843C	5010/0	24/05/2009	162 * I
MGN8323	54564025C	5010/0	18/05/2009	162 * I
MGP6484	54568474C	6637/1	29/05/2009	230 * IX
MGU3192	54571721C	6912/0	23/06/2009	232
MHE2824	54571355C	6912/0	03/06/2009	232
MHN5112	54571744C	6599/2	03/07/2009	230 * V
MJH9640	54571492C	5010/0	12/06/2009	162 * I
MJH9640	54571493C	6599/2	12/06/2009	230 * V
MJH9640	54571493C	6637/2	12/06/2009	230 * IX
MMM0043	54571732C	6599/2	29/06/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 958/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACK2500	54571871C	6700/1	12/06/2009	230 * XVI
AJN6823	54571538C	6599/2	15/06/2009	230 * V
BFB6872	54562398C	5045/0	03/07/2009	162 * V
BFB6872	54562398C	6599/2	03/07/2009	230 * V
BIX9902	54571573C	6556/1	10/06/2009	230 * I
CEV5025	54566165C	6912/0	29/06/2009	232
COH9699	54571746C	6920/0	06/07/2009	233
CPX2611	54568551C	5274/1	11/06/2009	175
CRL0416	54564436C	6599/2	03/07/2009	230 * V
DIP1273	54571699C	6599/2	29/06/2009	230 * V
IHP1964	55153622C	6912/0	03/07/2009	232
IIG4907	54572118C	6912/0	03/07/2009	232
IJN8969	54570499C	6599/2	08/07/2009	230 * V
JYK4589	54571526C	6610/2	13/06/2009	230 * VII
JYK4589	54571527C	6700/1	13/06/2009	230 * XVI
KJY8543	54571541C	6599/2	15/06/2009	230 * V
LIH9648	54570563C	6599/2	05/07/2009	230 * V
LXA2157	54563125C	5010/0	03/07/2009	162 * I
LXA2157	54563133C	6610/2	03/07/2009	230 * VII
LXK8968	54571463C	6920/0	08/06/2009	233
LYC5795	55153760C	6599/2	01/07/2009	230 * V
LYD5977	54566905C	6637/2	25/06/2009	230 * IX
LYT5588	54572123C	6912/0	03/07/2009	232
LYT5588	54572124C	6599/2	03/07/2009	230 * V
LYX2015	54570726C	5010/0	05/07/2009	162 * I
LZN5783	54565485C	5045/0	03/07/2009	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZZ1790	54563688C	6599/2	21/06/2009	230 * V
MAG6669	54566171C	6599/2	01/07/2009	230 * V
MBL3221	54562399C	6599/2	03/07/2009	230 * V
MCL9267	54572243C	6920/0	29/05/2009	233
MCQ8872	54571756C	6599/2	05/06/2009	230 * V
MCS1839	54571555C	6912/0	09/06/2009	232
MCZ4241	54568249C	6556/1	09/06/2009	230 * I
MCZ4241	54568249C	6602/0	09/06/2009	230 * VI
MDE0139	54571489C	6599/2	12/06/2009	230 * V
MDG8405	54570565C	6653/2	05/07/2009	230 * XI
MDI2924	55153633C	5045/0	07/07/2009	162 * V
MDI2924	55153633C	6599/2	07/07/2009	230 * V
MDI8516	54568721C	6599/2	12/06/2009	230 * V
MDJ6547	54571859C	5010/0	09/06/2009	162 * I
MDS5452	54562942C	6599/2	03/07/2009	230 * V
MDW1833	54569783C	5010/0	24/06/2009	162 * I
MDW1833	54569784C	6556/4	24/06/2009	230 * I
MDW6118	54564435C	6599/2	03/07/2009	230 * V
MEA3994	55153751C	5010/0	29/06/2009	162 * I
MEG0691	54571858C	6556/4	09/06/2009	230 * I
MEG0691	54571858C	6637/2	09/06/2009	230 * IX
MFE6630	55153623C	5045/0	03/07/2009	162 * V
MFE6630	55153624C	6912/0	03/07/2009	232
MFI6052	54565413C	6599/2	09/07/2009	230 * V
MFK2510	54568230C	6599/2	28/05/2009	230 * V
MFK2510	54568230C	6637/2	28/05/2009	230 * IX
MFK2510	54568230C	6769/2	28/05/2009	230 * XXII
MFS8298	54571686C	5010/0	29/06/2009	162 * I
MFS8298	54571687C	6912/0	29/06/2009	232
MHM3512	54571877C	6599/2	03/07/2009	230 * V
MHM3512	54571877C	6912/0	03/07/2009	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 962/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IAV0726	55154112C	6920/0	24/07/2009	233
IJM5952	54566572C	6912/0	22/07/2009	232
IJM5952	54568743C	6408/0	22/07/2009	221
IMH3671	54571718C	5010/0	23/06/2009	162 * I
LYD4569	54571496C	6556/1	17/06/2009	230 * I
LYE0862	54566194C	5010/0	15/07/2009	162 * I
MAT7989	54568438C	6599/2	22/07/2009	230 * V
MAX2766	55153945C	6700/1	22/07/2009	230 * XVI
MDF7643	54564849C	6599/2	20/07/2009	230 * V
MEG7401	54571257C	6912/0	22/07/2009	232
MGI2192	54568740C	5010/0	22/07/2009	162 * I
MGK1140	55154076C	6599/2	24/07/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 965/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACX7261	55153744C	6920/0	14/07/2009	233
AES8190	55153773C	6610/2	13/07/2009	230 * VII
AFV0812	54571652C	6599/2	17/06/2009	230 * V
BXM9762	55153927C	6920/0	16/07/2009	233
CAF8908	54571392C	6556/4	17/06/2009	230 * I
CPM9194	54571260C	6599/2	22/07/2009	230 * V
DBU3183	54567212C	6599/2	14/07/2009	230 * V
IGK4220	54566699C	6599/2	12/06/2009	230 * V
IGK4220	54566699C	6637/1	12/06/2009	230 * IX
LWW3369	55153937C	6920/0	21/07/2009	233
LXI5538	55153782C	6599/2	13/07/2009	230 * V
LYS2286	54571763C	6610/2	13/07/2009	230 * VII
MAE6435	54567054C	5010/0	28/06/2009	162 * I
MAE6435	54567055C	5169/1	28/06/2009	165
MAM4264	54568950C	6637/1	18/06/2009	230 * IX
MAM4264	54568950C	6912/0	18/06/2009	232
MAX0710	54569171C	6610/2	18/06/2009	230 * VII
MAX0710	54569172C	7340/0	18/06/2009	252 * IV
MAY6826	54571582C	6599/2	17/06/2009	230 * V
MBO7153	54571657C	6599/2	17/06/2009	230 * V
MBQ4833	54571719C	5010/0	23/06/2009	162 * I
MBQ4833	54571720C	6599/2	23/06/2009	230 * V
MCY9151	54569383C	5045/0	22/07/2009	162 * V
MDE0177	54566694C	6963/1	12/06/2009	237
MDG4816	54571444C	6920/0	18/06/2009	233
MDH4630	55153958C	6599/2	18/07/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDI9673	54564143C	6599/2	10/07/2009	230 * V
MDI9673	54564144C	5010/0	10/07/2009	162 * I
MDP2178	54572007C	5169/1	19/07/2009	165
MDS4322	54571497C	6599/2	17/06/2009	230 * V
MDV0754	54572130C	6599/2	15/07/2009	230 * V
MDV0754	54572131C	5010/0	15/07/2009	162 * I
MDV0754	54572132C	6912/0	15/07/2009	232
MEY8627	54564541C	5010/0	12/07/2009	162 * I
MFN1192	54565416C	6599/2	14/07/2009	230 * V
MFN1192	54565416C	6912/0	14/07/2009	232
MFT6919	55153794C	5010/0	13/07/2009	162 * I
MFT6919	55153794C	6912/0	13/07/2009	232
MIS2424	55153774C	6912/0	13/07/2009	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 970/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALA9734	54571681C	6599/2	23/06/2009	230 * V
ALF0059	54569385C	6912/0	22/07/2009	232
APV7743	54570500C	6637/1	08/07/2009	230 * IX
BML7851	54571495C	6599/2	15/06/2009	230 * V
COC9786	54566695C	5010/0	12/06/2009	162 * I
COC9786	54566696C	6610/2	12/06/2009	230 * VII
CTY2073	55162506C	5010/0	04/08/2009	162 * I
CTY2073	55162506C	6912/0	04/08/2009	232
DRZ1787	54564874C	6599/2	03/07/2009	230 * V
GZF9614	55153780C	6599/2	13/07/2009	230 * V
HCC8613	55153759C	6912/0	01/07/2009	232
HPQ7201	54569792C	6599/2	29/07/2009	230 * V
HRU5533	54564850C	6599/2	24/07/2009	230 * V
HRU5533	54565019C	6912/0	24/07/2009	232
IGK7995	55153950C	6920/0	24/07/2009	233
IGO1316	55153705C	6920/0	26/06/2009	233
IHX0921	54563691C	5169/1	04/07/2009	165
IHX0921	54563691C	6599/2	04/07/2009	230 * V
IIL7901	54562698C	5169/1	31/07/2009	165
IIL7901	54562698C	6912/0	31/07/2009	232
IKV7408	55154134C	6920/0	31/07/2009	233
LAY2952	54571680C	6599/2	23/06/2009	230 * V
LWY3090	54564711C	5010/0	04/08/2009	162 * I
LWY6015	55154127C	6920/0	30/07/2009	233
LXH4371	54571722C	6610/2	23/06/2009	230 * VII
LXH4371	54571723C	6700/1	23/06/2009	230 * XVI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXY6701	55154136C	6920/0	31/07/2009	233
LYA4537	54571887C	6599/2	20/07/2009	230 * V
LYA4537	54571888C	5010/0	20/07/2009	162 * I
LYB5049	54565680C	5010/0	04/07/2009	162 * I
LYE0862	54566195C	6599/2	15/07/2009	230 * V
LZU7416	55153948C	6610/2	22/07/2009	230 * VII
LZY4102	54570110C	6599/2	23/07/2009	230 * V
LZZ4652	54571881C	6556/1	10/07/2009	230 * I
LZZ4652	54571881C	6637/1	10/07/2009	230 * IX
MAX1003	54564318C	5010/0	22/07/2009	162 * I
MBP0051	54565414C	6556/1	11/07/2009	230 * I
MBR4259	54562694C	6599/2	21/07/2009	230 * V
MBS6832	55154082C	6912/0	27/07/2009	232
MBV2652	54566179C	6599/2	03/07/2009	230 * V
MCG2042	54571853C	6599/2	05/06/2009	230 * V
MCI9336	54563692C	5045/0	04/07/2009	162 * V
MCL3373	54566200C	5010/0	22/07/2009	162 * I
MCL3373	55153939C	6653/2	22/07/2009	230 * XI
MCW7418	55153944C	5010/0	22/07/2009	162 * I
MCX0312	54563124C	6599/2	03/07/2009	230 * V
MCY2232	54572133C	6599/2	04/08/2009	230 * V
MCY6332	54571528C	5010/0	13/06/2009	162 * I
MCY6332	54571529C	6599/2	13/06/2009	230 * V
MDE4490	55153941C	6599/2	22/07/2009	230 * V
MDK2706	54563693C	5010/0	19/07/2009	162 * I
MDK2706	54563694C	6580/0	19/07/2009	230 * IV
MDN8743	54569387C	5045/0	22/07/2009	162 * V
MDQ5131	54570568C	6599/2	08/07/2009	230 * V
MEB2682	54564442C	5045/0	03/07/2009	162 * V
MEB7533	54563934C	6912/0	25/06/2009	232
MEH0826	54566537C	6599/2	22/07/2009	230 * V
MEK5685	55154094C	5045/0	04/08/2009	162 * V
MEK5685	55154095C	6599/2	04/08/2009	230 * V
MEO8373	55162601C	6599/2	04/08/2009	230 * V
MES6189	55154070C	5010/0	24/07/2009	162 * I
MES6189	55154071C	6599/2	24/07/2009	230 * V
MEU3590	54563123C	6599/2	18/06/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFG5033	54562938C	6599/2	30/06/2009	230 * V
MFL3584	54566173C	6599/2	03/07/2009	230 * V
MGE2450	55153769C	5010/0	03/07/2009	162 * I
MGP6484	54571906C	6556/1	22/07/2009	230 * I
MGP6484	54571906C	7340/0	22/07/2009	252 * IV
MGS3074	54566913C	5010/0	03/08/2009	162 * I
MHB5160	54571905C	5045/0	07/07/2009	162 * V
MHB5160	54571905C	6912/0	07/07/2009	232
MHX0270	54566541C	6599/2	22/07/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 974/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MER9495	54564708C	6599/2	04/08/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 976/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APK8271	54566908C	5010/0	27/07/2009	162 * I
BEB1121	55154085C	6599/2	29/07/2009	230 * V
EBL1958	54562489C	5010/0	04/08/2009	162 * I
IHX4975	55163202C	6599/2	18/08/2009	230 * V
JKU6198	55163364C	6912/0	26/08/2009	232
LBF8116	55154124C	6920/0	30/07/2009	233
LBR3925	54564334C	6599/2	29/08/2009	230 * V
LWV6087	55154086C	6610/2	29/07/2009	230 * VII
LWX2234	55162849C	6599/2	22/08/2009	230 * V
LWX9858	54565419C	6726/1	09/08/2009	230 * XVIII
LWX9858	54565420C	5010/0	09/08/2009	162 * I
LXV4713	54572145C	5010/0	28/08/2009	162 * I
LXV4713	54572146C	5061/0	28/08/2009	163 c/c 162 * I
LXV4713	54572147C	6599/2	28/08/2009	230 * V
LYB6941	55162954C	6610/2	28/08/2009	230 * VII
LYF6282	54564709C	6912/0	04/08/2009	232
LYL3649	55162614C	6599/2	22/08/2009	230 * V
LYN5640	54567221C	5010/0	29/08/2009	162 * I
LYN5640	54567222C	5169/1	29/08/2009	165
LYR4885	54566546C	6599/2	04/08/2009	230 * V
LYR4885	54566547C	5045/0	04/08/2009	162 * V
LZE6931	54563945C	6556/1	09/08/2009	230 * I
LZS9404	55163367C	6610/2	26/08/2009	230 * VII
LZZ2893	54563135C	6602/0	26/08/2009	230 * VI
MAP7421	55162669C	6920/0	11/08/2009	233
MAS8605	54569390C	5169/1	01/08/2009	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAS8605	54569390C	6599/2	01/08/2009	230 * V
MBK5257	55162818C	6599/2	14/08/2009	230 * V
MBY3071	54571907C	6653/2	09/08/2009	230 * XI
MBZ4903	54562945C	6556/1	19/08/2009	230 * I
MCB0933	54569301C	6912/0	28/08/2009	232
MCB0933	54569302C	5010/0	28/08/2009	162 * I
MCJ1706	55162561C	5010/0	29/07/2009	162 * I
MCK4352	55162633C	6599/2	01/09/2009	230 * V
MCO0784	54564327C	6599/2	21/08/2009	230 * V
MCO9007	54564333C	5010/0	29/08/2009	162 * I
MDH8654	55154097C	6599/2	04/08/2009	230 * V
MDI4361	55162812C	5010/0	12/08/2009	162 * I
MDI4361	55162812C	6912/0	12/08/2009	232
MDJ2451	55162845C	6912/0	22/08/2009	232
MDK7822	55162554C	6599/2	27/07/2009	230 * V
MDN0665	55162843C	6599/2	22/08/2009	230 * V
MDV1342	55162520C	5010/0	27/08/2009	162 * I
MDW0385	54565069C	5010/0	29/08/2009	162 * I
MDW0385	54565069C	6599/2	29/08/2009	230 * V
MEI7565	55162622C	5045/0	22/08/2009	162 * V
MEI7565	55162623C	6556/1	22/08/2009	230 * I
MEO3916	55162616C	5010/0	22/08/2009	162 * I
MEO3916	55162616C	6912/0	22/08/2009	232
MEP6197	55162844C	5045/0	22/08/2009	162 * V
MEY7123	55162620C	6599/2	22/08/2009	230 * V
MFF3024	54562699C	6556/1	10/08/2009	230 * I
MFS1730	55163205C	6610/2	26/08/2009	230 * VII
MFY1044	55162752C	6599/2	13/08/2009	230 * V
MGD4478	54565498C	7340/0	26/08/2009	252 * IV
MGO7529	54570570C	6653/2	07/08/2009	230 * XI
MGO8793	55163354C	5010/0	26/08/2009	162 * I
MGQ1100	55162632C	6912/0	01/09/2009	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 980/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMB1123	55154074C	6599/2	24/07/2009	230 * V
AMB1123	55154075C	6610/2	24/07/2009	230 * VII
AMC3622	55154002C	6599/2	22/08/2009	230 * V
AMC3622	55154003C	5045/0	22/08/2009	162 * V
BOB9724	54566550C	6599/2	04/08/2009	230 * V
CHY3264	54566198C	6700/1	22/07/2009	230 * XVI
CIM0499	54568553C	6599/2	11/07/2009	230 * V
CYI9740	54563308C	5045/0	06/07/2009	162 * V
DPK0252	55154149C	6920/0	11/08/2009	233
GPF5055	55162593C	6912/0	14/08/2009	232
GVX6455	54566237C	6599/2	26/08/2009	230 * V
HGX1387	55153946C	6700/1	22/07/2009	230 * XVI
IEA8508	54567216C	5045/0	11/08/2009	162 * V
IIL7901	54562697C	6610/2	31/07/2009	230 * VII
ILI2182	55162680C	5045/0	12/08/2009	162 * V
ILI2182	55162680C	6599/2	12/08/2009	230 * V
JDT9485	55162694C	6920/0	25/08/2009	233
JWY0320	54572135C	5274/2	08/08/2009	175
JWY0320	54572136C	5169/1	08/08/2009	165
JWY0320	54572137C	6912/0	08/08/2009	232
KHT1008	55163561C	6920/0	04/09/2009	233
KMV2253	55154059C	6599/2	22/07/2009	230 * V
LJV4009	54564719C	6920/0	19/08/2009	233
LWV4794	55162559C	6599/2	29/07/2009	230 * V
LWV4794	55162560C	6912/0	29/07/2009	232
LXF0454	55154137C	6920/0	11/08/2009	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXF0656	54566548C	5037/1	04/08/2009	162 * III
LXF0656	54566548C	5045/0	04/08/2009	162 * V
LXF7153	54566909C	6599/2	31/07/2009	230 * V
LXH0805	55154140C	6920/0	11/08/2009	233
LXJ2851	54569718C	6637/2	14/08/2009	230 * IX
LXJ2851	55162575C	6556/4	04/08/2009	230 * I
LXJ2851	55162575C	6637/2	04/08/2009	230 * IX
LXR2335	54570731C	5010/0	20/08/2009	162 * I
LXR2335	54570732C	6599/2	20/08/2009	230 * V
LXT2280	54564542C	6599/2	17/07/2009	230 * V
LXT2280	54564543C	5045/0	17/07/2009	162 * V
LXY8767	55162653C	6920/0	28/07/2009	233
LYA4212	55153959C	6556/3	18/07/2009	230 * I
LYA4212	55153959C	6599/2	18/07/2009	230 * V
LYF4289	54562946C	6599/2	31/08/2009	230 * V
LYG9858	54564761C	5010/0	10/08/2009	162 * I
LYG9858	54564761C	6599/2	10/08/2009	230 * V
LYH9038	54569924C	5037/2	15/08/2009	162 * III
LYH9038	54569924C	6610/2	15/08/2009	230 * VII
LYJ7101	55162851C	5010/0	15/08/2009	162 * I
LZA5224	55162692C	6920/0	25/08/2009	233
LZE0354	55162654C	6920/0	28/07/2009	233
LZF8523	54568748C	6599/2	07/08/2009	230 * V
LZI0862	55154142C	6920/0	11/08/2009	233
LZK2718	55162822C	5010/0	14/08/2009	162 * I
LZK2718	55162823C	6599/2	14/08/2009	230 * V
LZN4531	54571266C	6610/2	15/08/2009	230 * VII
LZY6413	55163101C	5010/0	14/08/2009	162 * I
LZY6413	55163101C	6599/2	14/08/2009	230 * V
LZZ4000	54570622C	6602/0	13/08/2009	230 * VI
MAE1648	54566534C	6556/1	22/07/2009	230 * I
MAM0899	55162820C	6599/2	14/08/2009	230 * V
MAS0114	54564716C	6920/0	19/08/2009	233
MAT2412	54564554C	6599/2	25/07/2009	230 * V
MAT2412	54564555C	5169/1	25/07/2009	165
MAZ4223	55162833C	5010/0	20/08/2009	162 * I
MAZ4223	55162833C	6912/0	20/08/2009	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBJ8473	55162832C	6599/2	20/08/2009	230 * V
MBN9417	55153803C	6599/2	14/08/2009	230 * V
MBU7792	54571256C	6912/0	22/07/2009	232
MBV4793	55162803C	6599/2	12/08/2009	230 * V
MBV4793	55162804C	6670/0	12/08/2009	230 * XIII
MBW3189	55153966C	5274/1	15/08/2009	175
MBX2008	55163569C	6920/0	04/09/2009	233
MBZ9002	55154068C	6599/2	23/07/2009	230 * V
MCA0900	55163242C	5010/0	07/09/2009	162 * I
MCB2865	55162751C	5010/0	10/08/2009	162 * I
MCB2865	55162751C	6912/0	10/08/2009	232
MCD3192	54563940C	6599/2	04/08/2009	230 * V
MCD7490	54570631C	5010/0	15/08/2009	162 * I
MCD7490	54570631C	6599/2	15/08/2009	230 * V
MCD7490	54570632C	5061/0	15/08/2009	163 c/c 162 * I
MCD7490	54570632C	6556/4	15/08/2009	230 * I
MCD7490	54570633C	6726/1	15/08/2009	230 * XVIII
MCE4175	55162679C	6599/2	12/08/2009	230 * V
MCJ5532	55154093C	6599/2	04/08/2009	230 * V
MCL8715	55162590C	5010/0	14/08/2009	162 * I
MCL8715	55162590C	6599/2	14/08/2009	230 * V
MCQ1170	54566910C	6599/2	01/08/2009	230 * V
MCQ1170	54566911C	5169/1	01/08/2009	165
MCQ2749	55162811C	6912/0	12/08/2009	232
MCR2206	55162755C	6653/1	14/08/2009	230 * XI
MCT3042	55162531C	5010/0	02/09/2009	162 * I
MCT3042	55162531C	6912/0	02/09/2009	232
MCT3955	55153962C	6912/0	13/08/2009	232
MCT3955	55153963C	6637/2	13/08/2009	230 * IX
MCV2244	54566912C	5037/1	03/08/2009	162 * III
MCV2244	54566912C	6599/2	03/08/2009	230 * V
MCW6157	55162635C	6556/1	03/09/2009	230 * I
MCW6157	55162636C	6637/2	03/09/2009	230 * IX
MCW6157	55162637C	5010/0	03/09/2009	162 * I
MCW6157	55162638C	6912/0	03/09/2009	232
MCW7791	55153619C	6912/0	03/07/2009	232
MCX2124	54568442C	6599/2	15/08/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDH8869	55162683C	5010/0	14/08/2009	162 * I
MDO0953	55163358C	6599/2	26/08/2009	230 * V
MDO3254	55162805C	6599/2	12/08/2009	230 * V
MDO3254	55162806C	5010/0	12/08/2009	162 * I
MDY6526	55162815C	5010/0	12/08/2009	162 * I
MDY6526	55162815C	6912/0	12/08/2009	232
MDY6526	55162816C	6637/2	12/08/2009	230 * IX
MDZ6473	54564738C	6920/0	19/08/2009	233
MEC8338	54572141C	6599/2	22/08/2009	230 * V
MEC8338	54572144C	6556/4	22/08/2009	230 * I
MEC8901	54570113C	6599/2	23/07/2009	230 * V
MEF8940	55154115C	6920/0	24/07/2009	233
MEG4054	55153903C	6599/2	13/07/2009	230 * V
MEH4171	55153905C	6599/2	13/07/2009	230 * V
MEL1111	55162589C	6599/2	12/08/2009	230 * V
MEL7993	54565022C	5010/0	18/08/2009	162 * I
MEO2279	54570730C	5010/0	18/08/2009	162 * I
MEO2552	54572051C	6599/2	15/08/2009	230 * V
MEO9625	55162579C	5045/0	04/08/2009	162 * V
MEO9625	55162580C	6599/2	04/08/2009	230 * V
MEQ0203	55162514C	5010/0	18/08/2009	162 * I
MEU1098	54572138C	5010/0	12/08/2009	162 * I
MEU1098	54572139C	6599/2	12/08/2009	230 * V
MEU9402	55153776C	6599/2	13/07/2009	230 * V
MEU9402	55153777C	5045/0	13/07/2009	162 * V
MEV4241	55153964C	6599/2	13/08/2009	230 * V
MEV4241	55153964C	6637/2	13/08/2009	230 * IX
MFB2280	54563941C	6653/1	05/08/2009	230 * XI
MFD2334	55162605C	5037/1	06/08/2009	162 * III
MFD2334	55162606C	6599/2	06/08/2009	230 * V
MFH8473	55162840C	6599/2	20/08/2009	230 * V
MFI2311	54563586C	6637/1	14/08/2009	230 * IX
MFI4128	55153625C	6912/0	03/07/2009	232
MFI7654	55154083C	6599/2	27/07/2009	230 * V
MFN1026	54568440C	5010/0	22/07/2009	162 * I
MFN2084	55162831C	6599/2	14/08/2009	230 * V
AFX7311	54563791C	5045/0	15/07/2009	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFZ0720	55162618C	5010/0	22/08/2009	162 * I
MFZ0720	55162619C	6599/2	22/08/2009	230 * V
MGB0253	55162507C	5010/0	06/08/2009	162 * I
MGB0923	54564875C	5010/0	24/07/2009	162 * I
MGB6160	54569794C	5274/1	06/08/2009	175
MGE7733	55162596C	5010/0	14/08/2009	162 * I
MGF9038	54565018C	6610/2	24/07/2009	230 * VII
MGR9111	54569795C	6599/2	06/08/2009	230 * V
MGS3190	55154100C	5045/0	06/08/2009	162 * V
MGU1512	54570920C	6599/2	10/08/2009	230 * V
MHC2742	55162686C	6599/2	14/08/2009	230 * V
MHL3240	55162802C	5010/0	12/08/2009	162 * I
MHL3240	55162802C	6912/0	12/08/2009	232
MIS0407	55162754C	6599/2	14/08/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 984/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADT6944	54563799C	5010/0	17/09/2009	162 * I
ADT6944	54563799C	6912/0	17/09/2009	232
ADT6944	54563800C	6599/2	17/09/2009	230 * V
ALO8224	55163104C	6599/2	14/08/2009	230 * V
BPA3306	55163654C	6599/2	15/09/2009	230 * V
BUH1740	55153783C	6599/2	13/07/2009	230 * V
CGC2194	55163056C	6920/0	18/09/2009	233
CGL2183	55163357C	6912/0	26/08/2009	232
CJD5512	54566053C	6408/0	11/09/2009	221
CMZ5478	55163599C	6920/0	28/09/2009	233
DMS8516	54571607C	6599/2	11/09/2009	230 * V
ICA2623	55163361C	6637/2	26/08/2009	230 * IX
IFS2089	55163062C	6920/0	18/09/2009	233
LCX4437	54562994C	6610/2	12/09/2009	230 * VII
LOE3208	55163313C	5169/1	20/09/2009	165
LYB1968	55162757C	5010/0	30/08/2009	162 * I
LYB1968	55162759C	5169/1	30/08/2009	165
LYB3399	55153969C	6610/2	15/08/2009	230 * VII
LYR3665	54569391C	6610/2	25/08/2009	230 * VII
LZE8208	54564557C	6556/1	11/09/2009	230 * I
LZE8208	54564557C	6599/2	11/09/2009	230 * V
LZE8208	54564558C	6912/0	11/09/2009	232
LZO7187	54569183C	6556/1	31/08/2009	230 * I
MBH5105	55162542C	6599/2	17/09/2009	230 * V
MBI0033	54565490C	5010/0	26/08/2009	162 * I
MBI0033	54565491C	6599/2	26/08/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBI8837	54565632C	6610/1	28/08/2009	230 * VII
MBI8837	54565633C	6912/0	28/08/2009	232
MBM4086	54566919C	6599/2	06/09/2009	230 * V
MBN6127	55163583C	6912/0	15/09/2009	232
MBT9411	54564330C	5010/0	21/08/2009	162 * I
MBT9411	54564331C	5061/0	21/08/2009	163 c/c 162 * I
MCA4125	55162763C	5045/0	16/09/2009	162 * V
MCC6423	55163852C	5010/0	15/09/2009	162 * I
MCD5314	55163379C	6599/2	19/09/2009	230 * V
MCF1923	55162628C	6912/0	01/09/2009	232
MCN4278	55163751C	6670/0	23/09/2009	230 * XIII
MCN4278	55163752C	6556/1	23/09/2009	230 * I
MCN4278	55163752C	6602/0	23/09/2009	230 * VI
MCZ2825	55163671C	6599/2	15/09/2009	230 * V
MCZ2825	55163671C	6602/0	15/09/2009	230 * VI
MCZ2825	55163671C	6637/2	15/09/2009	230 * IX
MCZ5401	55163673C	5037/1	15/09/2009	162 * III
MCZ5401	55163673C	6912/0	15/09/2009	232
MDI2519	55163070C	6920/0	18/09/2009	233
MDO3353	55163586C	6637/2	15/09/2009	230 * IX
MDO3353	55163662C	6599/2	15/09/2009	230 * V
MDO3353	55163662C	6610/2	15/09/2009	230 * VII
MDQ0936	54563589C	6599/2	26/08/2009	230 * V
MDV8215	55163584C	6637/2	15/09/2009	230 * IX
MDV8215	55163657C	5010/0	15/09/2009	162 * I
MDV8215	55163658C	6912/0	15/09/2009	232
MDZ5667	55162538C	5010/0	15/09/2009	162 * I
MEB8051	55163588C	6653/1	15/09/2009	230 * XI
MEH4959	55163660C	6599/2	15/09/2009	230 * V
MEL3865	54568040C	6599/2	10/09/2009	230 * V
MEM3524	54569927C	5010/0	12/09/2009	162 * I
MEM3524	54569928C	5061/0	12/09/2009	163 c/c 162 * I
MEN0076	55163352C	6912/0	26/08/2009	232
MEP4482	55163377C	6599/2	19/09/2009	230 * V
MES6752	55163375C	5010/0	19/09/2009	162 * I
MEY5264	55163653C	6912/0	15/09/2009	232
MFA7605	54566055C	6599/2	11/09/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFI4474	55163591C	5010/0	15/09/2009	162 * I
MFI4474	55163591C	6599/2	15/09/2009	230 * V
MFI6052	55163052C	6920/0	18/09/2009	233
MFK2264	55163652C	6599/2	11/09/2009	230 * V
MFO9898	55162613C	5045/0	22/08/2009	162 * V
MFO9898	55162613C	6556/1	22/08/2009	230 * I
MFV0529	55162901C	6599/2	27/08/2009	230 * V
MKM9330	54563797C	6599/2	13/09/2009	230 * V
MKM9330	54563798C	6912/0	13/09/2009	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 988/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALP9276	55162640C	6599/2	07/09/2009	230 * V
BVM8545	54564721C	6920/0	19/08/2009	233
JUU2400	55162643C	6610/2	07/09/2009	230 * VII
LCX4437	54562995C	5169/1	12/09/2009	165
LCX4437	54562995C	5274/3	12/09/2009	175
LWV5464	54564336C	5045/0	04/09/2009	162 * V
LXF5844	54569392C	5010/0	27/08/2009	162 * I
LXF5844	54569393C	6599/2	27/08/2009	230 * V
LXJ2369	54563597C	5010/0	23/09/2009	162 * I
LXJ2369	54563598C	6637/2	23/09/2009	230 * IX
LYB7601	55163076C	6920/0	28/09/2009	233
LZO7187	54569181C	6912/0	31/08/2009	232
MBB2012	55162756C	6912/0	14/08/2009	232
MCB4277	54566543C	6700/1	04/08/2009	230 * XVI
MCO0577	55163079C	6920/0	28/09/2009	233
MCV6289	55163587C	6637/2	15/09/2009	230 * IX
MCV6289	55163663C	5045/0	15/09/2009	162 * V
MDX3157	54564728C	6920/0	19/08/2009	233
MEE3730	54565495C	6912/0	26/08/2009	232
MEP1064	55162687C	5010/0	14/08/2009	162 * I
MEQ7115	55162609C	6599/2	14/08/2009	230 * V
MER2991	55162830C	5010/0	14/08/2009	162 * I
MFT1199	54564740C	5010/0	29/09/2009	162 * I
MGU3894	55162821C	5010/0	14/08/2009	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 992/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADF8761	55162550C	6599/2	02/10/2009	230 * V
GTR5145	54571632C	6912/0	05/10/2009	232
IAW0300	54569400C	6637/2	30/09/2009	230 * IX
IGM7016	54571617C	6599/2	03/10/2009	230 * V
IGM7016	54571618C	6610/2	03/10/2009	230 * VII
KIZ7926	54571619C	6599/2	03/10/2009	230 * V
LWP7863	54565026C	5274/3	07/09/2009	175
LWS4047	54568448C	6599/2	26/09/2009	230 * V
LWS7068	55162545C	6653/1	30/09/2009	230 * XI
LWT2482	54566066C	5010/0	29/09/2009	162 * I
LWT2482	54566069C	6599/2	29/09/2009	230 * V
LWT2482	54566070C	6637/2	29/09/2009	230 * IX
LXF4805	54569397C	6602/0	30/09/2009	230 * VI
LXM9114	54571614C	6599/2	29/09/2009	230 * V
LXQ1737	54571612C	6599/2	29/09/2009	230 * V
LXW0599	55163679C	5010/0	03/10/2009	162 * I
LYY3655	54564445C	6599/2	02/10/2009	230 * V
MAR5132	55163390C	6912/0	03/10/2009	232
MBI0033	55163089C	6920/0	06/10/2009	233
MBI1495	55162764C	6599/2	02/09/2009	230 * V
MBR1546	54565427C	6912/0	02/10/2009	232
MBV1635	55163396C	5010/0	03/10/2009	162 * I
MBV1635	55163397C	6599/2	03/10/2009	230 * V
MCG2894	54571620C	6610/2	03/10/2009	230 * VII
MCS1452	54568351C	6912/0	02/10/2009	232
MDX8822	54568358C	6912/0	03/10/2009	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDX8822	54568360C	6599/2	03/10/2009	230 * V
MDX8822	54568360C	6653/1	03/10/2009	230 * XI
MEK5426	55162599C	5010/0	14/08/2009	162 * I
MEP5924	54571627C	6599/2	05/10/2009	230 * V
MEP5924	54571628C	6556/1	05/10/2009	230 * I
MFE2503	55162544C	6653/2	30/09/2009	230 * XI
MFQ0289	55163686C	6912/0	05/10/2009	232
MFV9361	54565514C	6912/0	02/10/2009	232
MFY7298	55163388C	6599/2	03/10/2009	230 * V
MFY7298	55163389C	5045/0	03/10/2009	162 * V
MGJ6885	55163695C	6912/0	05/10/2009	232
MGP1755	54563409C	5010/0	05/10/2009	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 995/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADF8761	55164201C	5045/0	02/10/2009	162 * V
GZP2243	55163855C	5045/0	15/09/2009	162 * V
GZP2243	55163855C	6599/2	15/09/2009	230 * V
LNB3493	55163924C	6912/0	07/10/2009	232
LWT9099	55153578C	6912/0	05/10/2009	232
LXK1551	55163693C	6610/2	05/10/2009	230 * VII
LYU6512	54563138C	6610/2	07/10/2009	230 * VII
LZQ5909	55164208C	6599/2	07/10/2009	230 * V
MBB2600	55164203C	6599/2	06/10/2009	230 * V
MCL5833	55163923C	5010/0	07/10/2009	162 * I
MCL5833	55163923C	6599/2	07/10/2009	230 * V
MDT0443	54568450C	6556/3	29/09/2009	230 * I
MDT0443	54568450C	6637/2	29/09/2009	230 * IX
MEH3387	54569926C	5010/0	12/09/2009	162 * I
MEH3387	54569926C	6912/0	12/09/2009	232
MGG7798	55158401C	5010/0	02/10/2009	162 * I
MGX6360	54566499C	5010/0	16/09/2009	162 * I
MGX6360	54566500C	6556/4	16/09/2009	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 999/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BUH1740	55153784C	6610/2	13/07/2009	230 * VII
DIP1273	54570903C	5169/1	09/04/2009	165
IOI3579	55163392C	6912/0	03/10/2009	232
LXF8179	55122871A	6920/0	25/11/2004	233
LYZ8196	55162776C	6599/2	07/11/2009	230 * V
MAH5924	54570409C	5010/0	17/04/2009	162 * I
MAH5924	54570410C	6599/2	17/04/2009	230 * V
MDJ5724	54565078C	5010/0	07/11/2009	162 * I
MDJ5724	54565078C	6912/0	07/11/2009	232
MDR1168	54571127C	5010/0	14/04/2009	162 * I
MDR1168	54571127C	6653/1	14/04/2009	230 * XI
MEK0547	54571331C	6920/0	03/11/2009	233
MFE4528	54564147C	6599/2	03/11/2009	230 * V
MFG2515	54566093C	5169/1	31/10/2009	165
MGG7798	54565664C	5010/0	14/04/2009	162 * I
MGG7798	54565665C	6599/2	14/04/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Editais de Notificação - 2009

919, 922, 927, 931, 935, 939, 945, 948, 952, 956, 960, 964, 967, 969, 972, 978, 982, 986, 990, 994, 997, 1001, 1004, 1008.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1001/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ICT6701	54569164C	6599/2	05/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
ICT6701	54569167C	6637/1	05/05/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LYY7648	54566687C	6599/2	10/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZU8986	54563594C	6599/2	22/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZZ8680	54568822C	6610/2	05/02/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LZZ8680	54568822C	7340/0	05/02/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MEC1765	54566974C	6912/0	14/11/2008	R\$ 53,20	232
MEV8833	54567942C	5010/0	08/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MJR3730	54567388C	6637/1	11/03/2009	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1004/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOP0118	54565024C	5045/0	03/09/2009	R\$ 191,53	162 * V
BOP0118	54565025C	6599/2	03/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
CLS6178	54567102C	5045/0	20/02/2009	R\$ 191,53	162 * V
FNT3333	54571245C	6610/2	14/04/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MCD7062	55123988A	5010/0	18/08/2007	R\$ 574,61	162 * I
MCD7062	55123989A	6599/0	18/08/2007	R\$ 191,54	230 * V
MCD7062	55123989A	6912/0	18/08/2007	R\$ 53,20	232
MCJ8137	55137639A	5010/0	27/05/2008	R\$ 574,61	162 * I
MCJ8137	55137640A	6653/0	27/05/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MDQ1151	54567481C	6599/2	09/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDU3702	55153566C	6599/2	24/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFB7517	54568449C	6653/1	29/09/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MFK3190	55225581B	5045/0	27/02/2008	R\$ 191,54	162 * V
MIR1705	54568032C	5169/1	06/06/2009	R\$ 957,69	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1008/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACR0304	55227880B	6920/0	09/06/2008	R\$ 127,69	233
ADC2398	54565214C	5010/0	09/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
ADC2398	54565215C	6610/2	09/12/2008	R\$ 127,69	230 * VII
ADM8273	55227658B	6599/0	19/06/2008	R\$ 191,54	230 * V
ADM8273	55227658B	6912/0	19/06/2008	R\$ 53,20	232
AEK8187	54563166C	6599/2	05/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
AFT0721	54571608C	6700/1	11/09/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
AGN9491	55228442B	5045/0	11/06/2008	R\$ 191,54	162 * V
AGN9491	55228442B	6599/0	11/06/2008	R\$ 191,54	230 * V
AGV9464	54567911C	6920/0	05/01/2009	R\$ 127,69	233
AHX5063	54566559C	6599/2	08/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
AMX7500	54565866C	5045/0	25/01/2009	R\$ 191,53	162 * V
AMX7500	54565867C	6599/2	25/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
AND3891	54566260C	6556/4	11/12/2008	R\$ 191,53	230 * I
BST1619	54565899C	5010/0	23/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
BZY4941	54563198C	6610/2	16/12/2008	R\$ 127,69	230 * VII
CBO1287	54563948C	5010/0	25/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
CBO1287	54563948C	6599/2	25/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
CNT2035	54567414C	6920/0	19/12/2008	R\$ 127,69	233
CNW3000	54568504C	6599/2	16/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
CPB5352	54570536C	6920/0	07/05/2009	R\$ 127,69	233
DKB3131	54564979C	5274/2	14/08/2009	R\$ 191,53	175
DLC9663	54567918C	6920/0	05/01/2009	R\$ 127,69	233
DZS5452	55163203C	6599/2	18/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
GYZ7520	54564681C	5010/0	24/11/2008	R\$ 574,61	162 * I
HRD9202	54565399C	6610/2	16/12/2008	R\$ 127,69	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HRU7917	54571271C	5010/0	14/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
HRU7917	54571273C	6637/2	14/09/2009	R\$ 127,69	230 * IX
HWZ2910	54566512C	6610/2	20/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
HZQ8398	55153928C	6920/0	20/07/2009	R\$ 127,69	233
IES6006	55154073C	6912/0	24/07/2009	R\$ 53,20	232
IFO2426	54567857C	6599/2	08/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
IFO2426	54567857C	6610/2	08/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
IIL7901	54562698C	5169/1	31/07/2009	R\$ 957,69	165
IIP7156	54563478C	6599/2	03/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
IKI9757	54563061C	6580/0	16/12/2008	R\$ 191,53	230 * IV
IML5105	54566075C	6408/0	04/10/2009	R\$ 85,12	221
IML5105	54566076C	5274/3	04/10/2009	R\$ 191,53	175
IMY1898	55154016C	6912/0	19/09/2009	R\$ 53,20	232
LWV2301	54562827C	5045/0	01/12/2008	R\$ 191,53	162 * V
LWZ4351	54568971C	5010/0	25/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
LWZ4351	54568971C	6599/2	25/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
LWZ9193	54562714C	6599/2	01/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXC8317	54565577C	5010/0	11/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
LXC8317	54565577C	6912/0	11/12/2008	R\$ 53,20	232
LXD8627	54568676C	6920/0	03/02/2009	R\$ 127,69	233
LXI6484	55163659C	6599/2	15/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXN2517	54569151C	6599/2	18/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXP8026	54571824C	6610/2	13/05/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LXS0253	55162588C	5045/0	12/08/2009	R\$ 191,53	162 * V
LXT6469	54569959C	5010/0	13/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXT6469	54569960C	6599/2	13/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXU3957	54569116C	7340/0	03/03/2009	R\$ 85,12	252 * IV
LYA4813	55229121B	5010/0	12/06/2008	R\$ 574,61	162 * I
LYA4813	55229122B	6599/0	12/06/2008	R\$ 191,54	230 * V
LYG4638	55227883B	6920/0	09/06/2008	R\$ 127,69	233
LYG9411	54569053C	6920/0	04/02/2009	R\$ 127,69	233
LYK5852	55153921C	6920/0	16/07/2009	R\$ 127,69	233
LYM0538	54566306C	6599/2	05/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
LYS2160	54568878C	6599/2	13/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYS2160	54568880C	5010/0	13/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYT7809	54569560C	6920/0	19/02/2009	R\$ 127,69	233
LYV0950	55163308C	5169/1	19/09/2009	R\$ 957,69	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYW1305	54568642C	5010/0	28/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYW1305	54568644C	6599/2	28/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYW4641	55227379B	5010/0	07/06/2008	R\$ 574,61	162 * I
LYW4641	55227380B	6599/0	07/06/2008	R\$ 191,54	230 * V
LYW4641	55227380B	6610/0	07/06/2008	R\$ 127,69	230 * VII
LZG1122	55163572C	6920/0	04/09/2009	R\$ 127,69	233
LZH5608	54562685C	5010/0	05/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
LZH5608	54562686C	6556/3	05/12/2008	R\$ 191,53	230 * I
LZN2410	54565880C	5045/0	19/03/2009	R\$ 191,53	162 * V
LZN2410	54565881C	6912/0	19/03/2009	R\$ 53,20	232
LZO3026	54567375C	6599/2	29/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
LZO3026	54567375C	6610/2	29/12/2008	R\$ 127,69	230 * VII
LZX8739	54566042C	6599/2	12/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
LZX8739	54566042C	6610/2	12/12/2008	R\$ 127,69	230 * VII
LZX8739	54566042C	6670/0	12/12/2008	R\$ 127,69	230 * XIII
LZX8739	54566043C	6637/1	12/12/2008	R\$ 127,69	230 * IX
LZX8739	54569515C	6610/2	05/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MAD0122	55227657B	6599/0	19/06/2008	R\$ 191,54	230 * V
MAG4497	54570916C	6556/1	04/08/2009	R\$ 191,53	230 * I
MAK3471	54568853C	6599/2	09/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAK8321	54565396C	5010/0	16/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MAN0650	54567051C	6599/2	22/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAN8576	54564710C	5045/0	04/08/2009	R\$ 191,53	162 * V
MAN8576	54564710C	6599/2	04/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAP3099	54563194C	6599/2	11/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MAR6456	54563085C	6912/0	13/02/2009	R\$ 53,20	232
MAT6983	54564426C	6912/0	03/03/2009	R\$ 53,20	232
MAT7550	55162578C	6912/0	12/08/2009	R\$ 53,20	232
MAU4141	54567402C	6599/2	17/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MAU4141	54567403C	5045/0	17/12/2008	R\$ 191,53	162 * V
MAU4583	55228204B	6599/0	20/06/2008	R\$ 191,54	230 * V
MAU8633	55229045B	6912/0	15/05/2008	R\$ 53,20	232
MAX9581	55162570C	5010/0	04/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAX9581	55162570C	6599/2	04/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAZ4162	55162510C	6599/2	11/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBD6951	55228428B	6599/0	28/05/2008	R\$ 191,54	230 * V
MBD7506	54562639C	6408/0	01/03/2009	R\$ 85,12	221

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBD7506	54562639C	6610/2	01/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MBH1619	54563199C	6599/2	16/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MBN2184	54567425C	6653/1	29/12/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MBO5613	54568705C	5010/0	26/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBO5613	54568706C	6637/1	26/02/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBP7508	54566313C	5010/0	21/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MBP7508	54566314C	6599/2	21/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MBP7508	54566314C	6637/1	21/12/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MBQ0053	54568856C	6653/1	11/02/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MBQ8545	55227873B	6920/0	26/05/2008	R\$ 127,69	233
MBS0226	54566882C	6920/0	27/11/2008	R\$ 127,69	233
MBS6284	54568154C	6602/0	14/01/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MBS8189	54566901C	5010/0	05/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBS8189	54566901C	5169/1	05/02/2009	R\$ 957,69	165
MBT8461	54569061C	6920/0	04/02/2009	R\$ 127,69	233
MBW6344	55224691B	5010/0	25/05/2008	R\$ 574,61	162 * I
MCB9470	54567354C	6610/2	18/12/2008	R\$ 127,69	230 * VII
MCB9470	54567355C	6700/2	18/12/2008	R\$ 127,69	230 * XVI
MCB9470	54567356C	5045/0	18/12/2008	R\$ 191,53	162 * V
MCC2484	54566994C	5010/0	19/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MCE1549	54562833C	6599/2	03/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MCF6757	55132942A	6637/0	03/06/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MCG7655	55163551C	6920/0	04/09/2009	R\$ 127,69	233
MCI9336	54567958C	6920/0	07/01/2009	R\$ 127,69	233
MCJ5617	54571475C	6920/0	10/06/2009	R\$ 127,69	233
MCJ8137	54567202C	5010/0	10/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MCJ8137	54567202C	6599/2	10/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MCK3227	54566995C	6610/2	19/12/2008	R\$ 127,69	230 * VII
MCK3227	54566995C	6700/2	19/12/2008	R\$ 127,69	230 * XVI
MCP3822	55227885B	6920/0	09/06/2008	R\$ 127,69	233
MCQ0531	54562756C	6912/0	04/10/2009	R\$ 53,20	232
MCQ0531	54562758C	5010/0	04/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCQ0531	54562759C	6599/2	04/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCQ1170	54566911C	5169/1	01/08/2009	R\$ 957,69	165
MCQ3254	54570080C	6599/2	23/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCQ5102	54568403C	5010/0	13/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCS9043	55162562C	6599/2	29/07/2009	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCS9911	54565969C	5045/0	08/12/2008	R\$ 191,53	162 * V
MCT2205	54570191C	5045/0	28/04/2009	R\$ 191,53	162 * V
MCV4463	54567380C	6599/2	29/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MCV9829	54571553C	6599/2	09/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCZ0265	55227366B	6599/0	22/05/2008	R\$ 191,54	230 * V
MDA4873	54565959C	6599/2	15/11/2008	R\$ 191,53	230 * V
MDF7068	55163241C	5010/0	07/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDR1168	54564696C	5010/0	29/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MDR5152	54568112C	6912/0	14/01/2009	R\$ 53,20	232
MDR6322	54564082C	6599/2	11/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDT4546	54568867C	7340/0	13/02/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MDT8900	54566628C	6920/0	08/12/2008	R\$ 127,69	233
MDU0949	55228734B	6920/0	12/05/2008	R\$ 127,69	233
MDV6398	54563093C	6556/1	13/02/2009	R\$ 191,53	230 * I
MDV6398	54563093C	6599/2	13/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDW3913	54568715C	6912/0	17/04/2009	R\$ 53,20	232
MDX0331	54563181C	5010/0	09/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MDY9244	54565963C	5010/0	29/11/2008	R\$ 574,61	162 * I
MED3145	54562688C	6556/1	06/12/2008	R\$ 191,53	230 * I
MED4833	54565970C	5010/0	08/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MED6620	55162566C	6599/2	29/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MED9371	55154078C	6599/2	25/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MED9508	55163372C	6912/0	19/09/2009	R\$ 53,20	232
MEF1802	54569062C	6920/0	04/02/2009	R\$ 127,69	233
MEF8706	55163651C	6599/2	11/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEI0385	55162761C	6599/2	02/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEI0385	55162762C	5045/0	02/09/2009	R\$ 191,53	162 * V
MEN2564	54562466C	6912/0	23/02/2009	R\$ 53,20	232
MEU0483	54562965C	5045/0	28/02/2009	R\$ 191,53	162 * V
MEU0483	54562966C	6653/2	28/02/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MEY9722	54563119C	6912/0	12/02/2009	R\$ 53,20	232
MEY9722	54564862C	6599/2	12/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFA7086	54570120C	5010/0	11/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFA7086	54570121C	6599/2	11/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFB8971	55162650C	6599/2	07/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFC0049	54567302C	5010/0	21/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MFC0049	54567302C	6599/2	21/12/2008	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFC0049	54567302C	6637/1	21/12/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MFC7583	54562970C	5010/0	28/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFC7905	54566412C	6653/1	13/12/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MFD8109	55226696B	6610/0	05/06/2008	R\$ 127,69	230 * VII
MFG1418	55229129B	5010/0	24/06/2008	R\$ 574,61	162 * I
MFG1418	55229130B	5061/0	24/06/2008	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFI7876	55163250C	6599/2	11/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFL1413	55162681C	5010/0	14/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFL1413	55162681C	6912/0	14/08/2009	R\$ 53,20	232
MFS6212	54564693C	6599/2	21/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MFS6212	54564693C	6610/2	21/12/2008	R\$ 127,69	230 * VII
MFS6212	54564694C	6637/1	21/12/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MFS6212	54564694C	6912/0	21/12/2008	R\$ 53,20	232
MFV8038	54571606C	5045/0	11/09/2009	R\$ 191,53	162 * V
MFV2544	54568701C	5010/0	27/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGD4151	54567404C	5010/0	18/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MGD4151	54567404C	6912/0	18/12/2008	R\$ 53,20	232
MGE0832	54562839C	6599/2	09/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MGE3192	54569009C	6602/0	12/02/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MGE9670	54568992C	6599/2	04/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGF3730	54571236C	5010/0	08/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGG2002	54566424C	6653/1	14/01/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MGG9121	54564817C	6599/2	29/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MGH6480	55163303C	5045/0	26/08/2009	R\$ 191,53	162 * V
MGR9002	54563467C	5010/0	16/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MGR9002	54563468C	5061/0	16/12/2008	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGV1731	54565593C	6653/2	17/12/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MGY1320	54568986C	6599/2	04/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGY2962	54562426C	5010/0	12/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MGZ6021	55226941B	5010/0	20/05/2008	R\$ 574,61	162 * I
MHC9324	55163687C	5010/0	05/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHO7462	54569108C	5010/0	27/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MKI0003	54566539C	6599/2	22/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MKI0003	54566539C	6610/2	22/07/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MKI0760	55226220B	6599/2	04/07/2008	R\$ 191,53	230 * V
MKM7650	54569798C	6599/2	14/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MKM7650	54569799C	5010/0	14/08/2009	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MVZ4714	55228176B	6920/0	23/06/2008	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 919/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBU0148	55227808B	6610/0	11/06/2008	R\$ 127,69	230 * VII
MBU0148	55227808B	6912/0	11/06/2008	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 922/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANI8198	54569055C	6920/0	04/02/2009	R\$ 127,69	233
GYM9675	54566230C	6610/2	31/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
JNZ4717	54568115C	6556/5	14/01/2009	R\$ 191,53	230 * I
JNZ4717	54568115C	6599/2	14/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
JNZ4717	54568116C	6610/2	14/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LYS1080	54562386C	6599/2	08/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBG7200	54562434C	6599/2	09/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBS8048	54569052C	6920/0	04/02/2009	R\$ 127,69	233
MBW7330	54567472C	6599/2	08/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGL8931	54565237C	5010/0	25/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGL8931	54565238C	6602/0	25/01/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MGL8931	54565238C	6637/2	25/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 927/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOF4107	54569558C	6920/0	19/02/2009	R\$ 127,69	233
CVY4899	54567981C	6920/0	06/03/2009	R\$ 127,69	233
IDL9592	54567920C	6920/0	05/01/2009	R\$ 127,69	233
IGU7537	54568641C	6610/2	28/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
IGX8101	55227815B	5010/0	21/06/2008	R\$ 574,61	162 * I
IGX8101	55227815B	6556/0	21/06/2008	R\$ 191,54	230 * I
IJA9179	54568805C	6610/2	26/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
IJW7399	54566678C	6599/2	31/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
JEJ2507	54566444C	6556/1	20/01/2009	R\$ 191,53	230 * I
JEJ2507	54566444C	6912/0	20/01/2009	R\$ 53,20	232
LXC2412	54568896C	6920/0	19/02/2009	R\$ 127,69	233
LXP3526	54568649C	6610/2	28/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LXW2519	54569554C	6599/2	17/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXW2519	54569554C	6610/2	17/02/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LYQ3401	54565605C	6912/0	11/02/2009	R\$ 53,20	232
LZD8285	54568122C	6610/2	14/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LZO0971	54564691C	5169/1	19/12/2008	R\$ 957,69	165
LZZ4428	54568164C	6580/0	23/01/2009	R\$ 191,53	230 * IV
LZZ4428	54568164C	6599/2	23/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAR7207	54569101C	6653/2	13/02/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MBE4656	54568840C	5010/0	11/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBE4656	54568841C	6599/2	11/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBJ2974	54563643C	5010/0	06/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCF5781	54569127C	7340/0	11/03/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MCP2115	54567989C	6920/0	12/03/2009	R\$ 127,69	233
MDL6237	54562258C	5010/0	17/01/2009	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDN9179	55228163B	6920/0	16/06/2008	R\$ 127,69	233
MEH9819	54568881C	6599/2	13/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEJ4773	54568852C	5010/0	09/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEL3189	54568647C	6610/2	28/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MEN0266	54562429C	5010/0	28/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEQ0545	54565503C	5037/1	27/11/2008	R\$ 574,61	162 * III
MES3421	55228800B	5010/0	24/09/2008	R\$ 574,61	162 * I
MEX8526	54562961C	5010/0	18/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFE7389	55227295B	6912/0	16/06/2008	R\$ 53,20	232
MGE0402	54568843C	5010/0	12/02/2009	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 931/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IAS0343	54564552C	5010/0	24/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
IAS0343	54564552C	6637/2	24/02/2009	R\$ 127,69	230 * IX
IAS0343	54564552C	6912/0	24/02/2009	R\$ 53,20	232
LXK6615	54564129C	5010/0	17/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAH9082	54569562C	6920/0	19/02/2009	R\$ 127,69	233
MAI2552	55227296B	6912/0	16/06/2008	R\$ 53,20	232
MEG7339	54568707C	6637/2	06/03/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MEG7339	54568709C	5274/3	06/03/2009	R\$ 191,53	175
MFD3700	54568198C	6599/2	06/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFN5731	54568638C	5010/0	28/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFX5352	54563498C	6599/2	13/03/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 935/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IKQ3608	55224821B	6920/0	16/06/2008	R\$ 127,69	233
LXA6069	54568899C	6599/2	25/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXK6615	54564128C	6599/2	17/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXM4197	54569879C	6912/0	20/03/2009	R\$ 53,20	232
MBJ8473	54566668C	5045/0	22/01/2009	R\$ 191,53	162 * V
MBJ8473	54566669C	6599/2	22/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDK0476	54569559C	6920/0	19/02/2009	R\$ 127,69	233
MEV0281	54565893C	5010/0	19/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFG6918	54569870C	5010/0	18/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFG6918	54569870C	6599/2	18/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHN0620	54565891C	6912/0	19/03/2009	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 939/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFG5015	54565746C	6920/0	01/04/2009	R\$ 127,69	233
AFN7875	54569536C	6610/2	09/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
ALJ0797	54567979C	6920/0	06/03/2009	R\$ 127,69	233
IBU6289	54569547C	6610/2	11/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
JYO7850	54569903C	5010/0	14/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
JYO7850	54569903C	6599/2	14/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXD6604	54565728C	6920/0	30/03/2009	R\$ 127,69	233
LXX7715	54570053C	5010/0	17/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYI8402	54565715C	5045/0	25/03/2009	R\$ 191,53	162 * V
LZE0204	54570829C	6920/0	03/04/2009	R\$ 127,69	233
LZZ0402	54568869C	6599/2	13/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAJ2867	54571221C	6599/2	07/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAJ2867	54571221C	6726/1	07/04/2009	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAL7233	54567394C	6912/0	11/03/2009	R\$ 53,20	232
MAV0690	54563920C	6599/2	09/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBP3011	54565009C	6556/1	03/03/2009	R\$ 191,53	230 * I
MBP3011	54565009C	6610/2	03/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MBR3853	54569114C	6653/2	27/02/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MCB7918	54570961C	6610/2	13/04/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MDR0580	55131998A	6556/0	27/07/2007	R\$ 191,54	230 * I
MDS9664	54565869C	6599/2	03/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEB5260	54570814C	6920/0	30/03/2009	R\$ 127,69	233
MEF1845	54564827C	6610/2	05/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MEV7354	54569853C	5010/0	09/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFC0049	54569758C	6408/0	24/03/2009	R\$ 85,12	221
MFE2992	54568467C	6556/1	26/03/2009	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFE2992	54568467C	6637/2	26/03/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFP8909	54568406C	6556/3	28/02/2009	R\$ 191,53	230 * I
MFY5848	54564428C	6599/2	03/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MJZ8960	54569583C	6912/0	03/03/2009	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 945/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DFS5684	54569999C	6610/2	17/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
GTC6158	54565711C	6599/2	25/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
KFP7307	54564835C	6599/2	10/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXB5291	54570236C	6599/2	08/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXH6276	54565010C	6599/2	14/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXH6276	54565010C	6637/1	14/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LXM0994	54571249C	6610/2	14/04/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LXT8581	54570242C	6599/2	16/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYR4290	54570238C	6599/2	08/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYY7780	54570059C	6700/1	19/03/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
LZQ9602	54562836C	6556/1	09/12/2008	R\$ 191,53	230 * I
MCY5921	54569957C	6610/2	11/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MCZ0265	54565878C	5010/0	19/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MED4787	54563025C	6599/2	06/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEM1016	54569964C	6602/0	13/03/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MEM1016	54569965C	6653/1	13/03/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MEY4314	54562633C	5010/0	08/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFQ1624	54563097C	6653/1	17/02/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MFR4648	54569132C	6653/2	13/04/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MFY1314	54570087C	5010/0	23/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGC6139	54564915C	5010/0	16/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHJ7960	54570151C	5045/0	14/04/2009	R\$ 191,53	162 * V
MHV6150	54570167C	5045/0	14/04/2009	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 948/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZL6202	54570842C	6920/0	17/04/2009	R\$ 127,69	233
MEU5925	54570159C	6912/0	17/04/2009	R\$ 53,20	232
MIW0707	54571144C	6700/1	17/04/2009	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 952/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADB9391	54569133C	5010/0	14/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
ADB9391	54569133C	6610/2	14/04/2009	R\$ 127,69	230 * VII
BMV2867	54567266C	6610/2	06/05/2009	R\$ 127,69	230 * VII
FWI0001	55137149A	5045/0	03/07/2007	R\$ 191,54	162 * V
LAB4319	54571068C	6599/2	30/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LAB4319	54571069C	5010/0	30/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
LWX0003	54565895C	6912/0	23/03/2009	R\$ 53,20	232
LWX0003	54565896C	6408/0	23/03/2009	R\$ 85,12	221
LWX0003	54565897C	6610/2	23/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MAW4561	54570524C	6920/0	30/04/2009	R\$ 127,69	233
MAW8767	55132412A	5010/0	01/05/2007	R\$ 574,61	162 * I
MAW8767	55132414A	5061/0	01/05/2007	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBF2207	54562436C	5274/3	05/03/2009	R\$ 191,53	175
MBX6443	54568211C	6637/1	13/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MDO5129	54569524C	6920/0	09/03/2009	R\$ 127,69	233
MDR0580	55131997A	6599/0	27/07/2007	R\$ 191,54	230 * V
MGF3730	54571237C	6599/2	08/04/2009	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 956/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMX7500	54568402C	5169/1	25/01/2009	R\$ 957,69	165
DGT4252	54570810C	6920/0	30/03/2009	R\$ 127,69	233
IMV8769	54570353C	6912/0	14/04/2009	R\$ 53,20	232
KML4935	54570082C	6610/2	23/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LXG3297	54567267C	5010/0	06/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZA0079	54570365C	6599/2	17/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZA0079	54570365C	6610/2	17/04/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MAD6448	54562643C	6610/2	31/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MAJ0478	54571230C	6599/2	08/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBE0491	54563226C	5010/0	18/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBG0316	54568457C	5169/1	15/03/2009	R\$ 957,69	165
MBG1732	54565610C	5010/0	17/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBV3723	54562392C	6599/2	13/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCD6091	54571172C	6599/2	03/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCD6091	54571172C	6637/2	03/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MCT8442	54570509C	6920/0	27/04/2009	R\$ 127,69	233
MDE3165	54565717C	5045/0	25/03/2009	R\$ 191,53	162 * V
MDE3165	54565718C	6610/2	25/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MDU2248	54569898C	6610/2	31/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MED5686	54570783C	5010/0	02/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEH9044	54570774C	5045/0	02/04/2009	R\$ 191,53	162 * V
MEL2175	54569556C	5010/0	17/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEL6617	54571152C	5045/0	02/04/2009	R\$ 191,53	162 * V
MEN0124	54564139C	6637/2	12/05/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MEN0124	54564140C	5274/2	12/05/2009	R\$ 191,53	175
MEN0124	54564141C	6912/0	12/05/2009	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEQ2493	54567313C	6556/1	27/02/2009	R\$ 191,53	230 * I
MES1895	54566278C	7340/0	06/04/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MES5716	54571204C	6556/1	06/04/2009	R\$ 191,53	230 * I
MFL3792	54570981C	5010/0	21/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFN4405	54569963C	5010/0	13/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFT3960	54570169C	5010/0	18/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFT3960	54570170C	6556/1	18/04/2009	R\$ 191,53	230 * I
MFY7991	54564076C	6599/2	21/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGY8331	54566525C	6556/1	19/04/2009	R\$ 191,53	230 * I
MGY8331	54566525C	6599/2	19/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGY8331	54566527C	5010/0	19/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHG7162	54567262C	6599/2	06/05/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 960/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IET5696	54571098C	6610/2	04/05/2009	R\$ 127,69	230 * VII
IET5696	54571099C	6556/1	04/05/2009	R\$ 191,53	230 * I
LWR2986	54564142C	6556/1	19/05/2009	R\$ 191,53	230 * I
LXO0108	54572234C	6920/0	27/05/2009	R\$ 127,69	233
MAM7745	54571088C	5045/0	02/05/2009	R\$ 191,53	162 * V
MBM2542	54571956C	6556/4	20/05/2009	R\$ 191,53	230 * I
MBM2542	54571956C	6599/2	20/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCE5550	54570419C	6599/2	18/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEX6046	54571078C	5010/0	02/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFF7511	54568416C	5010/0	03/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFF7511	54568417C	6599/2	03/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFF7511	54568418C	5274/1	03/05/2009	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 964/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KDA3016	54569553C	6610/2	17/02/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MFA8886	54570433C	5010/0	04/05/2009	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 967/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYW7241	54570392C	6912/0	20/05/2009	R\$ 53,20	232
LZS7881	54572171C	6599/2	01/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCH5763	54572005C	5010/0	30/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHI1790	54570449C	5045/0	06/05/2009	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 969/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCA7744	54569087C	5010/0	17/02/2009	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 972/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADA1845	54572237C	6920/0	27/05/2009	R\$ 127,69	233
AFC8812	54568013C	5010/0	05/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
AFC8812	54568013C	6599/2	05/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
AQL3429	54572198C	5010/0	13/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
BHE3533	54571990C	6599/2	28/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
BHE3533	54571990C	6610/2	28/05/2009	R\$ 127,69	230 * VII
BHQ3624	54566255C	6637/1	27/11/2008	R\$ 127,69	230 * IX
BHQ3624	54566255C	6700/1	27/11/2008	R\$ 127,69	230 * XVI
CHQ9828	54568113C	6610/2	14/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
CRO9741	54568940C	6700/2	28/05/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
LWT7574	54566692C	5045/0	10/02/2009	R\$ 191,53	162 * V
LXM1594	54567438C	6599/2	23/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXU2125	54563613C	6548/2	01/11/2008	R\$ 85,12	229
LXU6958	54571361C	6599/2	03/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXX5609	54568635C	6599/2	26/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZA0125	54566838C	6610/2	23/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LZC9738	54568810C	6599/2	30/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZE7815	54571703C	6920/0	18/06/2009	R\$ 127,69	233
LZJ1832	54564905C	5169/1	23/11/2008	R\$ 957,69	165
MAM8492	54566557C	6599/2	06/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAO3653	54564906C	5010/0	31/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAO3653	54564907C	6556/1	31/01/2009	R\$ 191,53	230 * I
MBK5745	54568785C	6610/2	03/02/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MBT2470	54565245C	5010/0	27/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBT2470	54565246C	6599/2	27/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCB8447	54568423C	6912/0	12/06/2009	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCO6094	54566889C	6920/0	27/11/2008	R\$ 127,69	233
MDH4219	54568934C	6599/2	28/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDI9427	54566840C	5045/0	23/01/2009	R\$ 191,53	162 * V
MDO3282	54568860C	5010/0	13/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDT9135	54568861C	5010/0	13/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDT9135	54568862C	6599/2	13/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDU8585	54571984C	6599/2	28/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDV2782	54571485C	6912/0	12/06/2009	R\$ 53,20	232
MDZ3434	54568854C	5010/0	09/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEA6308	54570420C	5169/1	18/04/2009	R\$ 957,69	165
MEU2602	54564115C	6602/0	02/12/2008	R\$ 191,53	230 * VI
MEY6619	54567441C	6599/2	23/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEZ1754	54562682C	6556/1	23/11/2008	R\$ 191,53	230 * I
MEZ1754	54562682C	6602/0	23/11/2008	R\$ 191,53	230 * VI
MEZ1754	54562683C	5010/0	23/11/2008	R\$ 574,61	162 * I
MFE4559	54568637C	5010/0	26/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFE4559	54568637C	6599/2	26/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFP4479	54568228C	6556/1	28/05/2009	R\$ 191,53	230 * I
MFP4479	54568228C	6599/2	28/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFP4479	54568228C	6637/2	28/05/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFR4159	54570469C	6912/0	21/05/2009	R\$ 53,20	232
MFT5556	54568627C	5010/0	26/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGC4899	54568808C	5037/1	30/01/2009	R\$ 574,61	162 * III
MGM5554	54569368C	5010/0	16/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGR6490	54568607C	5045/0	23/01/2009	R\$ 191,53	162 * V
MGR6490	54568608C	6599/2	23/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHC9143	54572183C	6912/0	03/06/2009	R\$ 53,20	232
MLC1110	54566019C	6912/0	18/11/2008	R\$ 53,20	232
MLC1110	54566021C	6637/1	18/11/2008	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 978/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW4867	54567031C	6920/0	05/11/2008	R\$ 127,69	233
AIK8422	54568012C	5010/0	01/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
AIK8422	54568012C	6599/2	01/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
ALJ9303	54571684C	5010/0	29/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
ALJ9303	54571685C	6599/2	29/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
BQC6383	54567019C	6912/0	30/10/2008	R\$ 53,20	232
CJY6047	54569373C	6963/1	12/06/2009	R\$ 127,69	237
DPR6889	54568969C	6599/2	23/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
GTG5325	54569571C	6580/0	25/02/2009	R\$ 191,53	230 * IV
IGQ8417	54564018C	6726/1	05/03/2009	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXE8140	55153718C	6920/0	30/06/2009	R\$ 127,69	233
LYC1571	54568844C	5010/0	11/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYD3477	54563622C	6548/2	29/11/2008	R\$ 85,12	229
LYW2849	54569388C	6599/2	22/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZA5703	54568690C	6920/0	03/02/2009	R\$ 127,69	233
MAB0110	54566229C	6599/2	31/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAY0454	54565227C	5010/0	21/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBB4072	55153797C	6912/0	15/07/2009	R\$ 53,20	232
MBD9848	54566865C	6920/0	25/11/2008	R\$ 127,69	233
MBJ8477	54571672C	6610/2	19/06/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MCH6974	55153934C	6920/0	20/07/2009	R\$ 127,69	233
MCK3673	54565476C	5010/0	31/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDC1267	54571388C	6599/2	17/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDU6851	54569790C	5010/0	21/07/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDX7623	54563090C	6610/2	13/02/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MEB5759	54571885C	6912/0	17/07/2009	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEB5759	54571886C	5010/0	17/07/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEC1765	54568603C	5037/1	22/01/2009	R\$ 574,61	162 * III
MEI6518	54565229C	6599/2	21/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEQ5159	54571251C	5010/0	09/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFN4405	54563400C	5010/0	01/11/2008	R\$ 574,61	162 * I
MFT3650	54568780C	6599/2	30/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFY3691	54568870C	5010/0	13/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFY3691	54568871C	6637/1	13/02/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFY7518	54567105C	5010/0	17/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGX5852	54565417C	5010/0	14/07/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHT2010	54568697C	6920/0	03/02/2009	R\$ 127,69	233
MUV3812	55153787C	6599/2	13/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MUV3812	55153788C	5045/0	13/07/2009	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 982/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACG0761	54568618C	6610/2	24/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
ACK2500	54571861C	6599/2	09/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
AES0668	54568887C	6599/2	17/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
AES0668	54568888C	6912/0	17/02/2009	R\$ 53,20	232
AHH8692	54567460C	6610/2	29/12/2008	R\$ 127,69	230 * VII
AJL3264	54569079C	6920/0	10/02/2009	R\$ 127,69	233
BLU3901	54568842C	6599/2	11/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
BMF5160	54565768C	6920/0	08/10/2008	R\$ 127,69	233
BMW0821	54571692C	6599/2	29/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
BMW0821	54571693C	6610/2	29/06/2009	R\$ 127,69	230 * VII
BZV3343	54572173C	6599/2	01/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
CNA0666	54567917C	6920/0	05/01/2009	R\$ 127,69	233
CRR0770	54567486C	6610/2	22/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
DAI9113	54569050C	6599/2	23/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
HPD0045	54568626C	6610/2	26/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
HQL9304	54568751C	6610/2	26/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
IFL9109	54571466C	6920/0	08/06/2009	R\$ 127,69	233
IHO7292	54565247C	5010/0	29/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
IIX1302	54563676C	5010/0	06/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
IJW9048	54568146C	6920/0	19/01/2009	R\$ 127,69	233
JDT9485	54570915C	6599/2	24/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
JEJ7368	54564207C	5169/1	19/12/2008	R\$ 957,69	165
JUZ4004	54567909C	6920/0	05/01/2009	R\$ 127,69	233
KFP7683	54568671C	5045/0	22/01/2009	R\$ 191,53	162 * V
KMA2820	54563074C	6920/0	19/12/2008	R\$ 127,69	233
LCD6764	54569064C	6920/0	04/02/2009	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LCN8145	54567330C	6700/2	29/06/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
LNE3935	54563021C	5045/0	31/01/2009	R\$ 191,53	162 * V
LNE3935	54563021C	6599/2	31/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LNE3935	54563022C	5169/1	31/01/2009	R\$ 957,69	165
LWU9592	54563469C	5010/0	20/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
LWW5819	54564312C	6920/0	25/05/2009	R\$ 127,69	233
LXA9612	54566653C	6599/2	11/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
LXC4600	54564701C	5010/0	19/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXC4600	54564702C	6599/2	19/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXD2058	54563779C	6599/2	18/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXJ8987	54568645C	6599/2	28/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXK3814	54562930C	6610/2	29/05/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LXP5744	54568657C	6920/0	21/01/2009	R\$ 127,69	233
LXY1342	54563083C	6599/2	05/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXY1342	54563084C	5045/0	05/02/2009	R\$ 191,53	162 * V
LXZ9698	54566409C	6599/2	01/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
LYA0985	54568139C	5010/0	16/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYA0985	54568139C	6599/2	16/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYG9620	54568883C	6599/2	13/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYO6027	54564122C	6610/2	27/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LYQ1284	54567440C	6599/2	23/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYQ7048	54566555C	6912/0	03/12/2008	R\$ 53,20	232
LYQ7048	54566556C	6599/2	03/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
LYR1596	54562450C	6599/2	25/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYU4182	54571457C	5010/0	03/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYV9283	54568835C	6912/0	09/02/2009	R\$ 53,20	232
LZE8430	54566440C	6599/2	16/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZE8430	54566440C	6610/2	16/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LZI9172	54566169C	6599/2	01/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZJ2007	54565479C	6912/0	12/06/2009	R\$ 53,20	232
LZK2268	54571367C	6610/2	03/06/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LZO3026	54568699C	6920/0	03/02/2009	R\$ 127,69	233
LZY5392	54567887C	5010/0	14/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZY5392	54567888C	6599/2	14/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAA6750	54564218C	5045/0	29/06/2009	R\$ 191,53	162 * V
MAC5618	54562828C	5010/0	01/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MAC5618	54562828C	6599/2	01/12/2008	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAC6376	54568632C	5045/0	26/01/2009	R\$ 191,53	162 * V
MAJ4619	54563915C	6599/2	25/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAX9916	54571535C	6610/2	13/06/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MAY8823	54570727C	6599/2	09/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAY8823	54570727C	6637/2	09/07/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MAY8823	54570728C	5010/0	09/07/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAY8823	54570729C	6556/1	09/07/2009	R\$ 191,53	230 * I
MBB9608	54563078C	6912/0	19/12/2008	R\$ 53,20	232
MBJ2974	54565415C	6556/1	11/07/2009	R\$ 191,53	230 * I
MBT7691	54564481C	6653/2	09/10/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MBX2334	54566434C	5010/0	16/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBX2334	54566435C	6599/2	16/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBX6372	54566456C	6912/0	06/02/2009	R\$ 53,20	232
MBX6372	54566457C	6912/0	06/02/2009	R\$ 53,20	232
MBZ4791	54568809C	6599/2	30/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCA6575	54568723C	6599/2	12/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCF7392	54568192C	6637/1	06/02/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MCF9296	54568188C	6599/2	02/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCF9296	54568189C	5045/0	02/02/2009	R\$ 191,53	162 * V
MCH5892	54565408C	6599/2	31/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCH5892	54565409C	6637/2	31/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MCJ5710	54565716C	6599/2	25/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCO9302	54565677C	6599/2	08/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCV2793	54571690C	6599/2	29/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCX1600	54569915C	5274/2	11/04/2009	R\$ 191,53	175
MCY0574	54571659C	6599/2	17/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCY4477	54566439C	6912/0	16/01/2009	R\$ 53,20	232
MCY4967	54571835C	6599/2	29/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDO0042	54565159C	5274/1	05/01/2009	R\$ 191,53	175
MDO0042	54565160C	5010/0	05/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDO0042	54565161C	6637/1	05/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MDQ0543	54563677C	6653/2	09/02/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MDQ0543	54564495C	6653/2	11/02/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MDR1002	54567000C	6599/2	13/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDY2324	54568630C	6912/0	26/01/2009	R\$ 53,20	232
MEA3789	54564073C	6599/2	05/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEB2972	54562636C	6599/2	14/02/2009	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEB2972	54562636C	6912/0	14/02/2009	R\$ 53,20	232
MEB9914	54568191C	6653/2	04/02/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MEC6538	54567891C	6599/2	14/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEH3601	54571398C	6599/2	17/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEH4567	54572180C	5010/0	01/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEI0468	55153654C	6912/0	03/07/2009	R\$ 53,20	232
MEM7373	54568631C	5010/0	26/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEP7076	54565006C	5010/0	26/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEP8115	54566961C	5010/0	30/10/2008	R\$ 574,61	162 * I
MEP8115	54566961C	6912/0	30/10/2008	R\$ 53,20	232
MES5716	54571204C	6963/1	06/04/2009	R\$ 127,69	237
MEU0045	54567948C	6556/5	12/01/2009	R\$ 191,53	230 * I
MEY4314	54562637C	5045/0	17/02/2009	R\$ 191,53	162 * V
MEZ8804	54568874C	5010/0	13/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFA0676	54571363C	6912/0	03/06/2009	R\$ 53,20	232
MFA7653	54563900C	6912/0	20/01/2009	R\$ 53,20	232
MFB5890	54571483C	6920/0	10/06/2009	R\$ 127,69	233
MFC7590	54564120C	6637/1	19/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFF8099	54568800C	5010/0	05/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFI4474	54567431C	5010/0	20/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFJ4052	54563636C	6653/1	20/12/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MFJ8168	54566685C	6599/2	10/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFK2750	54568819C	6556/5	05/02/2009	R\$ 191,53	230 * I
MFK2750	54568819C	6599/2	05/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGM5880	54567488C	6912/0	22/01/2009	R\$ 53,20	232
MGS5851	54565222C	6637/1	06/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MGS5851	54568193C	6653/2	06/02/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MGX0072	54568177C	6653/2	28/01/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MGX6360	54571674C	6556/1	23/06/2009	R\$ 191,53	230 * I
MHR9112	54568197C	6599/2	06/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MJN3777	54564081C	6580/0	02/02/2009	R\$ 191,53	230 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 986/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGG0220	54567393C	6912/0	11/03/2009	R\$ 53,20	232
BFH0472	55153790C	6610/2	13/07/2009	R\$ 127,69	230 * VII
DEE1026	55153743C	6920/0	14/07/2009	R\$ 127,69	233
IFV0770	54562914C	5010/0	14/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
IFV0770	54562915C	6599/2	14/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
LAX9034	55162603C	6599/2	06/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXG3865	54567436C	6599/2	20/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXU3912	54569409C	6599/2	18/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZG2657	54562908C	6599/2	02/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZG2657	54562908C	6610/2	02/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LZO9129	54562846C	6599/2	05/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZZ5688	54566532C	6610/2	22/07/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MAH8591	54566538C	6599/2	22/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAS4633	55154088C	6599/2	04/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBG2195	54569901C	6599/2	13/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBK6049	54569716C	6610/2	16/07/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MBK6049	54569716C	6700/1	16/07/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
MBR6965	54569523C	6920/0	09/03/2009	R\$ 127,69	233
MCL1697	54567398C	6408/0	11/03/2009	R\$ 85,12	221
MCN5034	54569981C	6599/2	17/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDG9779	54569861C	5045/0	11/03/2009	R\$ 191,53	162 * V
MDG9779	54569861C	6912/0	11/03/2009	R\$ 53,20	232
MDM4446	54569545C	6599/2	11/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDN9286	54567392C	6599/2	11/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDO4843	54563482C	5045/0	05/03/2009	R\$ 191,53	162 * V
MDP3916	55153748C	6920/0	16/07/2009	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDS2680	54562847C	6610/2	05/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MEA1926	54571883C	5045/0	17/07/2009	R\$ 191,53	162 * V
MED3145	54562687C	5010/0	06/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MEI3589	54568142C	6920/0	19/01/2009	R\$ 127,69	233
MEK7123	54566176C	6599/2	03/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MER5864	54569126C	7340/0	11/03/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MET3334	54569125C	7340/0	11/03/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MFP5005	55153734C	6920/0	14/07/2009	R\$ 127,69	233
MGA9982	54568412C	5010/0	14/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHJ0602	54564131C	5010/0	05/03/2009	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 990/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CCF6295	54566510C	6556/1	08/01/2009	R\$ 191,53	230 * I
CEV0558	54566629C	6920/0	08/12/2008	R\$ 127,69	233
CZM7923	54563064C	5010/0	19/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
HQZ6822	54567903C	6920/0	05/01/2009	R\$ 127,69	233
JWE8645	55154126C	6920/0	30/07/2009	R\$ 127,69	233
KOM0097	54564119C	6599/2	10/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
LAB5058	54566536C	6700/1	22/07/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
LWW2454	54569925C	6599/2	21/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXB2332	54566037C	5010/0	11/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
LXG7246	54563571C	5010/0	23/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXG7246	54563572C	6661/0	23/01/2009	R\$ 127,69	230 * XII
LXH4868	54571717C	6912/0	23/06/2009	R\$ 53,20	232
LXL4865	54564441C	5010/0	03/07/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZQ6192	54562922C	5010/0	04/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAX7752	54568798C	6599/2	05/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAX7752	54568799C	5010/0	05/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBE1694	55154116C	6920/0	24/07/2009	R\$ 127,69	233
MBL3221	54562399C	6599/2	03/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBW8293	54562395C	6599/2	03/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCG2042	54568882C	6653/1	13/02/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MDS3482	54569717C	6610/2	11/08/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MDS3482	54569717C	6637/2	11/08/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFA4206	54563063C	5010/0	17/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MHT3242	54569582C	5010/0	03/03/2009	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 994/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADM3788	54569097C	6599/2	17/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
ADM3788	54569098C	5045/0	17/03/2009	R\$ 191,53	162 * V
AEH0253	54565850C	6599/2	28/11/2008	R\$ 191,53	230 * V
APR0001	55162612C	6912/0	20/08/2009	R\$ 53,20	232
CCP0227	54569993C	6912/0	17/03/2009	R\$ 53,20	232
CKQ8508	54568646C	6610/2	28/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
CQK6910	54570079C	6610/2	23/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
GSY9506	54564737C	6920/0	19/08/2009	R\$ 127,69	233
HHR8256	54568694C	6920/0	03/02/2009	R\$ 127,69	233
HRD9202	54569883C	6610/2	24/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
IDD2712	54569090C	6920/0	16/03/2009	R\$ 127,69	233
ILD3475	54569083C	6920/0	12/02/2009	R\$ 127,69	233
LXB9295	54565611C	6599/2	17/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXB9295	54565612C	5010/0	17/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXZ4001	54569951C	5010/0	11/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXZ4001	54569952C	6599/2	11/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYC5110	54565907C	6599/2	26/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAP0605	54563303C	6599/2	22/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBB3033	54569995C	6599/2	17/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBK5589	54569980C	6599/2	17/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBL2467	54569958C	6602/0	11/03/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MBN1886	54566454C	5010/0	07/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCA6749	54569589C	6920/0	09/03/2009	R\$ 127,69	233
MCD5314	54564864C	6599/2	05/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCD5314	54564865C	5045/0	05/03/2009	R\$ 191,53	162 * V
MCT9435	54569997C	5010/0	17/03/2009	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCW6157	54565421C	5010/0	13/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDA5672	54564430C	5118/0	15/03/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDA5672	54564432C	5010/0	15/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDA5672	54564432C	6912/0	15/03/2009	R\$ 53,20	232
MDG9779	54570952C	5045/0	30/03/2009	R\$ 191,53	162 * V
MDI8338	54567996C	6920/0	23/03/2009	R\$ 127,69	233
MDS9490	54569994C	6912/0	17/03/2009	R\$ 53,20	232
MDU0638	54566683C	5010/0	10/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDX3467	54565704C	6653/1	25/03/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MDX3467	54568204C	6653/2	21/03/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MES0889	54568117C	6599/2	14/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MET9497	55228114B	5010/0	18/06/2008	R\$ 574,61	162 * I
MEX9481	54564731C	6920/0	19/08/2009	R\$ 127,69	233
MFJ1504	54565051C	5274/1	14/09/2008	R\$ 191,53	175
MFM7624	54563499C	5037/1	13/03/2009	R\$ 574,61	162 * III
MGB7040	54568000C	6920/0	23/03/2009	R\$ 127,69	233
MGJ2301	54570054C	5010/0	17/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGT7280	54569885C	6653/1	25/03/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MHA5422	54563087C	5010/0	13/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHA5422	54563088C	6912/0	13/02/2009	R\$ 53,20	232
MHA5422	54563569C	5010/0	10/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHA5422	54563570C	6637/2	10/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MHA5422	54563570C	6726/1	10/01/2009	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHM6842	54565894C	5010/0	19/03/2009	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 997/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LIT5602	54569412C	6599/2	22/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYB8681	54569904C	5010/0	14/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZJ3166	54563183C	5010/0	09/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
LZJ3166	54563184C	6637/1	09/12/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MEP3936	54568915C	6602/0	13/05/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MEP3936	54568915C	6637/2	13/05/2009	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Editais de Notificação - 2009

442, 507, 511, 519, 531, 539, 543, 547, 551, 555, 561, 564, 568.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 442/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HOQ2877	55633042B	6610/2	16/12/2008	230 * VII
LXH0823	55631992B	7358/0	25/11/2008	252 * V
LXT7479	55629779B	5274/2	19/11/2008	175
LYG0333	55631993B	7358/0	25/11/2008	252 * V
LYO5549	55627424B	6599/2	24/10/2008	230 * V
LYP5574	55631222B	6610/2	30/10/2008	230 * VII
LZA2575	55627433B	6599/2	13/12/2008	230 * V
MAJ9703	55632616B	5169/1	21/12/2008	165
MAW0046	55628038B	6599/2	25/11/2008	230 * V
MAW0046	55628040B	6637/1	25/11/2008	230 * IX
MAW0046	55628041B	6610/2	25/11/2008	230 * VII
MBM8203	55632313B	7340/0	08/11/2008	252 * IV
MBO8141	55631996B	7358/0	29/11/2008	252 * V
MBW4676	55633725B	6700/2	16/12/2008	230 * XVI
MCI8893	55624016B	5010/0	02/06/2008	162 * I
MCI8893	55624017B	6599/0	02/06/2008	230 * V
MDC5276	55632530B	5010/0	17/11/2008	162 * I
MDF2552	55626537B	5010/0	07/12/2008	162 * I
MDF6389	55629737B	5274/2	26/12/2008	175
MDT7113	55624327B	5061/0	25/11/2008	163 c/c 162 * I
MEF6295	55628895B	6637/1	26/11/2008	230 * IX
MEK8386	55632673B	6599/2	23/12/2008	230 * V
MEO8467	55634661B	5010/0	22/12/2008	162 * I
MEO8467	55634662B	5118/0	22/12/2008	164 c/c 162 * I
MER1542	54162727B	6602/0	17/12/2008	230 * VI
MFG4139	55628989B	6599/2	07/12/2008	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHN4330	55629674B	6971/0	16/11/2008	238
MHN4330	55629675B	6599/2	16/11/2008	230 * V
MHN4330	55629676B	5010/0	16/11/2008	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 507/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKK2879	55123619C	6602/0	27/05/2009	230 * VI
CSW8387	55120250C	6700/1	28/05/2009	230 * XVI
LNG6745	55123288C	6599/2	28/05/2009	230 * V
MCE0990	55636335B	6653/1	28/05/2009	230 * XI
MFH2303	55637084B	6653/1	24/05/2009	230 * XI
MGD7214	55122673C	5274/2	30/05/2009	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 511/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIB5592	55124517C	5274/2	13/06/2009	175
AIB5592	55124518C	6700/2	13/06/2009	230 * XVI
ALE1307	55120750C	6670/0	18/05/2009	230 * XIII
ARF0939	55122481C	6599/2	08/06/2009	230 * V
KQM6821	55125502C	6599/2	10/06/2009	230 * V
LWY3815	55124973C	6637/1	11/06/2009	230 * IX
MAW1432	55122571C	6599/2	08/06/2009	230 * V
MAW1432	55122572C	5010/0	08/06/2009	162 * I
MBD1192	55122721C	6599/2	14/06/2009	230 * V
MBW1814	55124743C	6599/2	15/06/2009	230 * V
MDP3126	55124958C	6637/1	07/06/2009	230 * IX
MEC5683	55124976C	6637/1	11/06/2009	230 * IX
MEC5683	55124977C	6653/1	11/06/2009	230 * XI
MEI3156	55123729C	6637/1	14/06/2009	230 * IX
MEL1059	55122315C	6912/0	17/05/2009	232
MEN2020	55125517C	6602/0	22/06/2009	230 * VI
MEN8842	55123469C	6599/2	09/06/2009	230 * V
MEX6046	55122013C	5010/0	17/05/2009	162 * I
MEY1066	55125854C	5274/2	16/06/2009	175
MFL0322	55124734C	6599/2	09/06/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 519/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IEN6999	55122095C	6599/2	27/06/2009	230 * V
ILL3333	55122679C	6599/2	06/06/2009	230 * V
LXQ9035	55124971C	6610/2	07/06/2009	230 * VII
MAX7912	55121111C	6599/2	01/06/2009	230 * V
MBF4674	55123572C	6971/0	02/06/2009	238
MDV4825	55124569C	6602/0	25/06/2009	230 * VI
MMA5930	55631184B	6971/0	05/06/2009	238

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 531/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALY3896	55126535C	6700/2	07/07/2009	230 * XVI
HRU5533	55127609C	5169/1	31/07/2009	165
LXK8672	55637815B	6599/2	06/07/2009	230 * V
LYY8148	55122684C	5045/0	08/06/2009	162 * V
LZY2989	55124480C	5045/0	19/06/2009	162 * V
MAG6663	55126708C	6637/2	05/07/2009	230 * IX
MBP5125	55123489C	6599/2	05/07/2009	230 * V
MBP5125	55123490C	5010/0	05/07/2009	162 * I
MBT2224	55125835C	6602/0	30/06/2009	230 * VI
MBT9515	55126590C	6700/2	09/07/2009	230 * XVI
MCD4734	55127058C	6599/2	23/07/2009	230 * V
MCG1702	55127054C	6599/2	15/07/2009	230 * V
MCY6332	55124795C	5010/0	19/07/2009	162 * I
MCY6332	55124796C	5061/0	19/07/2009	163 c/c 162 * I
MCY6332	55127259C	5010/0	18/07/2009	162 * I
MDR4186	55122569C	5045/0	08/06/2009	162 * V
MDW3425	55124594C	6602/0	09/07/2009	230 * VI
MEC0336	55125269C	6556/1	06/07/2009	230 * I
MEG1713	55125185C	6653/1	21/06/2009	230 * XI
MEQ3597	55126718C	6700/1	09/07/2009	230 * XVI
MFB7586	55122692C	6653/1	13/06/2009	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 539/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZP4402	55127826C	5010/0	19/08/2009	162 * I
MCE1822	55124494C	6599/2	05/08/2009	230 * V
MCE1822	55124495C	6653/1	05/08/2009	230 * XI
MCE3432	55128407C	6637/1	26/08/2009	230 * IX
MCE3432	55128408C	5010/0	26/08/2009	162 * I
MDV7880	55126879C	6599/2	18/08/2009	230 * V
MDV7880	55126880C	5010/0	18/08/2009	162 * I
MEU5785	55128403C	6599/2	23/08/2009	230 * V
MEU5785	55128404C	5010/0	23/08/2009	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 543/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BUL9764	55123413C	6599/2	31/07/2009	230 * V
LYP8294	55125200C	6912/0	22/06/2009	232
LZB3361	55127610C	6599/2	03/08/2009	230 * V
MBG6633	55631186B	6599/2	15/07/2009	230 * V
MBG6633	55631187B	6653/1	15/07/2009	230 * XI
MBU7927	55631037B	6599/2	02/09/2009	230 * V
MCF7133	55127565C	6599/2	21/07/2009	230 * V
MCY6332	55127543C	6610/2	19/07/2009	230 * VII
MCY6332	55127544C	6700/2	19/07/2009	230 * XVI
MCZ4060	55124794C	6912/0	19/07/2009	232
MDW3425	55124595C	6912/0	09/07/2009	232
MDX1291	55124419C	6599/2	30/07/2009	230 * V
MFE8225	55127548C	6602/0	09/08/2009	230 * VI
MGG3453	55126514C	5045/0	03/07/2009	162 * V
MGI0288	55126861C	5010/0	06/08/2009	162 * I
MJP6780	55128176C	7358/0	25/08/2009	252 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 547/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWT2971	55125871C	6599/2	28/08/2009	230 * V
LWT2971	55125872C	6653/1	28/08/2009	230 * XI
MDK2997	55125878C	5010/0	03/09/2009	162 * I
MDK2997	55125879C	6726/1	03/09/2009	230 * XVIII
MDN3504	55128309C	6700/1	09/09/2009	230 * XVI
MDN3504	55128310C	6637/2	09/09/2009	230 * IX
MDN3504	55128311C	5010/0	09/09/2009	162 * I
MEI1645	55128503C	6637/1	30/08/2009	230 * IX
MFB4808	55126888C	5045/0	19/09/2009	162 * V
MFT4088	55125873C	6637/2	28/08/2009	230 * IX
MGO2670	55127863C	6599/2	09/09/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 551/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APT9063	55128558C	6599/2	02/09/2009	230 * V
LWS6035	55126977C	6599/2	31/08/2009	230 * V
LWS6035	55126978C	5010/0	31/08/2009	162 * I
LXZ3861	55120373C	6610/2	09/09/2009	230 * VII
LZP4402	55127825C	6599/2	19/08/2009	230 * V
MAN4333	55128004C	5045/0	16/08/2009	162 * V
MBV5540	55127964C	5045/0	02/09/2009	162 * V
MBV5540	55127965C	6599/2	02/09/2009	230 * V
MCG2323	55127862C	6599/2	09/09/2009	230 * V
MCT3787	55126606C	5045/0	13/08/2009	162 * V
MEC5683	55128504C	6912/0	01/09/2009	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 555/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGT4862	55127839C	5045/0	02/09/2009	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 561/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBJ5062	55637023B	6599/2	16/04/2009	230 * V
MBX8301	55636362B	6653/1	09/04/2009	230 * XI
MCI8083	55636883B	5045/0	16/04/2009	162 * V
MCQ0454	55634148B	6637/2	31/03/2009	230 * IX
MED5284	55128036C	6637/2	29/10/2009	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 564/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYB9147	55631049B	6599/2	13/11/2009	230 * V
MBS1209	55128519C	6912/0	10/11/2009	232
MDR1168	55127798C	6599/2	10/11/2009	230 * V
MDR1168	55127799C	5010/0	10/11/2009	162 * I
MDR1168	55127800C	6610/2	10/11/2009	230 * VII
MEB0105	55126897C	6637/1	14/11/2009	230 * IX
MGB9470	55128525C	6599/2	12/11/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 568/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGL4968	55128517C	6599/2	10/11/2009	230 * V
BRA6410	55121565C	6599/2	09/11/2009	230 * V
CBX7700	55129725C	6637/1	12/11/2009	230 * IX
CIA4131	55123311C	6610/2	09/06/2009	230 * VII
COC4387	55636330B	6599/2	24/05/2009	230 * V
LXA9091	55127968C	6599/2	09/09/2009	230 * V
LXA9091	55127969C	5010/0	09/09/2009	162 * I
LXC7100	55122580C	6599/2	15/06/2009	230 * V
LXJ0621	55123244C	5010/0	22/06/2009	162 * I
LXT0635	55124498C	6610/2	16/08/2009	230 * VII
LZS4733	55128520C	6599/2	10/11/2009	230 * V
LZU6911	55121479C	6637/1	22/05/2009	230 * IX
MAA7365	55130354C	6637/2	19/11/2009	230 * IX
MAX7702	55125493C	6912/0	10/09/2009	232
MBF7176	55129296C	6637/1	27/10/2009	230 * IX
MBI4561	55638043B	6599/2	24/05/2009	230 * V
MBM5892	55125075C	6599/2	16/06/2009	230 * V
MBX5964	55125027C	6599/2	09/06/2009	230 * V
MBX5964	55125028C	6912/0	09/06/2009	232
MBX5964	55125029C	6637/1	09/06/2009	230 * IX
MCA0191	55128107C	5274/2	25/10/2009	175
MCA0191	55128108C	6610/2	25/10/2009	230 * VII
MCA3969	55127780C	6599/2	28/08/2009	230 * V
MCN3499	55128322C	6700/2	25/09/2009	230 * XVI
MCP1465	55128607C	6599/2	02/09/2009	230 * V
MCP6323	55128214C	6599/2	24/09/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCP6323	55128216C	6912/0	24/09/2009	232
MDA1528	55122314C	6963/1	17/05/2009	237
MDL9706	55122809C	6637/2	31/05/2009	230 * IX
MED3086	55127888C	6637/1	09/10/2009	230 * IX
MEE8499	55125261C	6599/2	22/06/2009	230 * V
MEE8499	55125263C	5045/0	22/06/2009	162 * V
MEK9818	55122570C	6610/2	08/06/2009	230 * VII
MEW5045	55123310C	6637/2	09/06/2009	230 * IX
MFQ7906	55128266C	6599/2	12/11/2009	230 * V
MFR0359	55121181C	6602/0	20/05/2009	230 * VI
MFY2249	55128946C	5010/0	20/11/2009	162 * I
MGC0918	55128521C	6599/2	10/11/2009	230 * V
MGE7868	55124658C	6599/2	10/09/2009	230 * V
MGP4781	55127650C	6637/1	25/11/2009	230 * IX
MGX5802	55128415C	5010/0	01/09/2009	162 * I
MGX7333	55126814C	5010/0	08/10/2009	162 * I
MGX9550	55129318C	6653/1	30/10/2009	230 * XI
MIS5700	55122218C	6912/0	09/05/2009	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Editais de Notificação - 2009

444, 505, 509, 513, 517, 528, 533, 536, 541, 545, 545, 549, 553, 560, 566, 570.



ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 444/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BKG7396	55210556B	6920/0	02/04/2007	R\$ 127,69	233
BKG7396	55216479B	6920/0	07/05/2007	R\$ 127,69	233
CYM5572	55210514B	6971/0	04/04/2007	R\$ 191,54	238
DGN2592	55210558B	6920/0	02/04/2007	R\$ 127,69	233
DQN3746	55217373B	6700/0	12/04/2007	R\$ 127,69	230 * XVI
ETV7777	55210739B	6920/0	04/04/2007	R\$ 127,69	233
IGR9981	55210686B	6920/0	04/04/2007	R\$ 127,69	233
IJC1557	55213014B	6637/0	19/08/2007	R\$ 127,69	230 * IX
IJC1557	55213015B	6912/0	19/08/2007	R\$ 53,20	232
JNJ1019	55209665B	5274/0	20/07/2007	R\$ 191,54	175
KND3282	55217350B	6700/0	19/07/2007	R\$ 127,69	230 * XVI
LYT3007	55630458B	6637/1	14/10/2008	R\$ 127,69	230 * IX
LZH7878	55631316B	5274/2	22/10/2008	R\$ 191,53	175
LZO8616	55210070B	6920/0	18/04/2007	R\$ 127,69	233
LZX9281	55216616B	6637/0	05/05/2007	R\$ 127,69	230 * IX
LZY9631	55210035B	6920/0	07/05/2007	R\$ 127,69	233
MAV1392	54165874B	6599/0	16/08/2007	R\$ 191,54	230 * V
MAV1392	54165875B	5010/0	16/08/2007	R\$ 574,61	162 * I
MAY6761	55629591B	6610/2	11/09/2008	R\$ 127,69	230 * VII
MBE6592	54163350B	6637/0	16/08/2007	R\$ 127,69	230 * IX
MBM7737	55209904B	5010/0	23/07/2007	R\$ 574,61	162 * I
MBP6836	55213201B	6637/0	16/08/2007	R\$ 127,69	230 * IX
MCT8038	55212856B	5045/0	14/08/2007	R\$ 191,54	162 * V
MCT8038	55212857B	6599/0	14/08/2007	R\$ 191,54	230 * V
MCX5107	55630913B	6599/2	22/10/2008	R\$ 191,53	230 * V
MEC9714	55628438B	5010/0	28/09/2008	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEC9714	55628439B	6637/2	28/09/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MEK8395	55630113B	6700/1	16/10/2008	R\$ 127,69	230 * XVI
MES5151	55630544B	5010/0	16/10/2008	R\$ 574,61	162 * I
MES5151	55630545B	6599/2	16/10/2008	R\$ 191,53	230 * V
MES5151	55630546B	6637/1	16/10/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MFE5034	55625833B	6637/1	01/09/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MFM3700	55216474B	6920/0	07/05/2007	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 505/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACF4694	55635717B	6599/2	13/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
AGL7329	55634232B	6599/2	14/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
AME1991	55122211C	6602/0	10/05/2009	R\$ 191,53	230 * VI
IOO4982	55636582B	5010/0	20/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXL3196	55636631B	5274/1	20/03/2009	R\$ 191,53	175
LXL3196	55636637B	5274/1	24/03/2009	R\$ 191,53	175
LXV2083	55637205B	5274/1	11/03/2009	R\$ 191,53	175
LYM9575	55215183B	6599/2	23/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYM9575	55215184B	5010/0	23/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZP7295	55627733B	5010/0	02/09/2008	R\$ 574,61	162 * I
MAD1185	55632987B	6912/0	18/03/2009	R\$ 53,20	232
MBO2906	55637312B	6912/0	24/03/2009	R\$ 53,20	232
MCA6749	55637209B	5010/0	13/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCH8328	55120415C	6637/1	14/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MCY4744	55632486B	6580/0	12/03/2009	R\$ 191,53	230 * IV
MCY8214	55637314B	6653/1	25/03/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MDC5751	55636685B	6637/1	17/03/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MEO2038	55636867B	6599/2	06/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEO2038	55637055B	5010/0	06/04/2009	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 509/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCF1584	55636807B	6912/0	13/03/2009	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 513/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXS7497	55635172B	6599/2	17/03/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 517/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IHN8308	55122220C	6602/0	11/05/2009	R\$ 191,53	230 * VI
LWR0921	55121265C	6602/0	26/04/2009	R\$ 191,53	230 * VI
LYQ1500	55637673B	6971/0	03/04/2009	R\$ 191,53	238
MEE6598	55635870B	6599/2	24/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEK6615	55637247B	5010/0	28/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFH8538	55632439B	6599/2	16/04/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 528/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAV3769	55637334B	6653/1	11/04/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MED6506	55120939C	7323/2	29/04/2009	R\$ 85,12	252 * II
MFV2552	55121531C	5010/0	17/05/2009	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 533/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DIO2939	55635173B	6599/2	18/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
DIO2939	55636814B	5045/0	18/03/2009	R\$ 191,53	162 * V
HHT0772	55636437B	6700/1	02/04/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
HRI6042	55123797C	5010/0	08/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
KLO2743	55636418B	6700/2	26/03/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
LBU7368	55637633B	5045/0	02/04/2009	R\$ 191,53	162 * V
LBU7368	55637634B	6912/0	02/04/2009	R\$ 53,20	232
MAY1193	55637389B	5010/0	05/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAY6614	55637909B	6700/1	27/03/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
MAY6614	55638109B	6599/2	27/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBF6001	55637963B	5045/0	31/03/2009	R\$ 191,53	162 * V
MBO4942	55636819B	6599/2	28/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCJ8137	55633098B	6653/1	06/03/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MCS6009	55638020B	5010/0	09/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEK3017	55123801C	6599/2	08/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEK3017	55123802C	5010/0	08/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEQ3903	55637333B	6653/1	11/04/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MER3174	55120959C	6653/1	14/04/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MEY1066	55637374B	5010/0	27/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEZ2009	55637601B	6637/1	18/03/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFZ7384	55120312C	6912/0	26/04/2009	R\$ 53,20	232
MGW7933	55121485C	5274/3	23/05/2009	R\$ 191,53	175
MIS4930	55121685C	6912/0	17/05/2009	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 536/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAN0333	55633377B	5290/0	06/01/2009	R\$ 957,69	176 * II
MAN0333	55633378B	6599/2	06/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDT7391	55635175B	6599/2	31/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEM3229	55637628B	7340/0	01/04/2009	R\$ 85,12	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 541/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DJF2293	55636198B	6700/1	02/04/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
IGE3982	55634220B	5045/0	27/01/2009	R\$ 191,53	162 * V
IGE3982	55634221B	6912/0	27/01/2009	R\$ 53,20	232
IGE3982	55634222B	5037/2	27/01/2009	R\$ 574,61	162 * III
JVK9490	55635963B	6599/2	29/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXL6771	55626546B	6599/2	25/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXO6572	55121917C	6602/0	30/04/2009	R\$ 191,53	230 * VI
LXU6717	55632978B	6599/2	06/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXU6717	55632979B	5010/0	06/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYL1045	55634273B	5045/0	13/02/2009	R\$ 191,53	162 * V
LYQ0298	55638072B	5169/1	10/04/2009	R\$ 957,69	165
MAL6842	55123466C	6599/2	09/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCX0509	55122590C	5045/0	19/06/2009	R\$ 191,53	162 * V
MDK2273	55635582B	6599/2	02/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDM8984	55631389B	6602/0	17/11/2008	R\$ 191,53	230 * VI
MDM8984	55631390B	6637/1	17/11/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MEG2570	55630149B	5010/0	28/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEV1039	55635557B	6599/2	21/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEV1039	55635558B	6637/1	21/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MEV1039	55635559B	6653/1	21/01/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MEW6248	55634264B	6599/2	09/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEY1066	55635917B	6602/0	09/02/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MFD0554	55120602C	6637/1	08/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFD0554	55120603C	6653/1	08/04/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MFH1113	55636808B	6912/0	13/03/2009	R\$ 53,20	232
MFI0262	55632529B	6637/1	16/11/2008	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFN0211	55636156B	6637/1	02/02/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFW9476	55635932B	5037/1	22/02/2009	R\$ 574,61	162 * III
MGP2022	55121050C	6602/0	26/04/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MHD2052	55122485C	6599/2	09/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHG0750	55634719B	5010/0	21/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHG0750	55634721B	6599/2	21/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MLV2107	55635704B	6599/2	26/01/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 545/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGF9212	55637212B	6599/2	19/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
AIZ4467	55120220C	6637/1	19/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
BCP1700	55122378C	6963/1	19/05/2009	R\$ 127,69	237
CCV0110	55633595B	5274/1	30/05/2009	R\$ 191,53	175
DIP1198	55637920B	6599/2	30/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
IEU7983	55631021B	6971/0	28/01/2009	R\$ 191,53	238
JOM8316	55634190B	5169/1	24/01/2009	R\$ 957,69	165
JPD2940	55626022B	6912/0	17/05/2009	R\$ 53,20	232
LCC1672	55209723B	6920/0	21/05/2007	R\$ 127,69	233
LWT1982	55120093C	7323/2	14/04/2009	R\$ 85,12	252 * II
LWW9826	55124361C	6700/1	09/06/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
LWW9826	55124362C	6912/0	09/06/2009	R\$ 53,20	232
LWW9826	55124363C	6610/2	09/06/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LWY5600	55634865B	6599/2	16/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
LWY5600	55634866B	5010/0	16/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXB0225	55632502B	7358/0	14/11/2008	R\$ 85,12	252 * V
LXL7003	55122072C	6599/2	24/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXY3459	55122361C	5010/0	12/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXY3459	55122362C	6599/2	12/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXY3459	55122363C	6912/0	12/05/2009	R\$ 53,20	232
LYO1309	55121460C	5274/2	02/05/2009	R\$ 191,53	175
LYO1309	55121462C	5274/1	02/05/2009	R\$ 191,53	175
LYO1309	55121463C	5169/1	02/05/2009	R\$ 957,69	165
LYO9993	55120824C	6408/0	06/05/2009	R\$ 85,12	221
MAA7365	55121455C	6637/1	28/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MAF8078	55631139B	6769/1	07/01/2009	R\$ 85,12	230 * XXII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBH8267	55124964C	5010/0	07/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBH8267	55124965C	6637/1	07/06/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBI0292	55122565C	5010/0	03/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBL6226	55122594C	5010/0	22/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBL8972	55122093C	6700/1	09/06/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
MBM5445	55634270B	6599/2	13/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBM5445	55634271B	5010/0	13/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBV2071	55121439C	6599/2	07/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBX0580	55122089C	6700/1	09/06/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
MCB2017	55634268B	6599/2	13/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCE3432	55638074B	6637/1	17/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MCM7914	55626021B	6599/2	17/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCO0494	55633779B	6599/2	13/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCY0214	55636832B	6637/1	15/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MCZ6558	55636004B	5274/1	04/04/2009	R\$ 191,53	175
MDC5574	55122304C	6602/0	08/05/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MDC9541	55626023B	6599/2	17/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDE3012	55124524C	6700/1	17/06/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
MDH2488	55120217C	6637/1	18/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MDI3342	55125832C	6637/1	29/06/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MDK0134	55120270C	6610/2	10/04/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MDN1295	55633753B	6599/2	16/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MDO4128	55631118B	6700/2	30/10/2008	R\$ 127,69	230 * XVI
MDW4704	55124472C	6637/1	07/06/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MEG2570	55630148B	6599/2	28/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEJ2610	55637589B	6599/2	28/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEL9557	55122159C	6599/2	11/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEW6001	55627475B	5274/1	05/04/2009	R\$ 191,53	175
MEW9645	55121474C	5010/0	22/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEZ3073	55121039C	6602/0	26/04/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MFC5948	55632250B	6599/2	18/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFG9017	55120239C	6602/0	20/05/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MFI1573	55122249C	6580/0	02/06/2009	R\$ 191,53	230 * IV
MFT1668	55636090B	5037/1	23/02/2009	R\$ 574,61	162 * III
MGD4478	55634446B	6637/2	14/02/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MGI0132	55631866B	6637/2	13/02/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MGM2430	55121885C	6602/0	07/05/2009	R\$ 191,53	230 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGM2430	55121886C	5045/0	07/05/2009	R\$ 191,53	162 * V
MGM2430	55121887C	6599/2	07/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHC1650	55122566C	6599/2	03/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHT6270	55631896B	6653/1	25/04/2009	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 549/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYJ7145	55632635B	6599/2	22/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBH9908	55632976B	6599/2	06/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBM4802	55127360C	6700/2	15/07/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
MCO2067	55127852C	6637/1	18/07/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MER6183	55126287C	6580/0	10/07/2009	R\$ 191,53	230 * IV
MIR3250	55635287B	5274/2	24/01/2009	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 553/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABP7894	55634971B	6610/2	02/02/2009	R\$ 127,69	230 * VII
DDE6105	55638150B	6610/2	10/04/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MBA8505	55122808C	6637/2	24/05/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBQ4833	55636101B	6599/2	03/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCT8678	55636159B	5010/0	02/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MER1542	54162727B	6602/0	17/12/2008	R\$ 191,53	230 * VI
MFJ7813	55122123C	6637/2	17/05/2009	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 560/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEF5745	55636936B	6602/0	19/04/2009	R\$ 191,53	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 566/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGG1261	55126884C	6599/2	26/08/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 570/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IFO8550	55631035B	6599/2	02/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXB1725	55634286B	6599/2	13/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXC2528	55128011C	6610/2	02/09/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MBQ4833	55636102B	5010/0	03/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEW2384	55124788C	5010/0	17/07/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEW2384	55124789C	5061/0	17/07/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFG6525	55128604C	6599/2	02/09/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 19 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Editais de Notificação - 2010

1010, 1014, 1018, 1023, 1025, 1029, 1032, 1036, 1040, 1044, 1050, 1054, 1058, 1061, 1065, 1068, 1073, 1077, 1081, 1085, 1089, 1092, 1097, 1100, 1104, 1108, 1110, 1114, 1119, 1123, 1127, 1131.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1010/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALN2278	55155119C	6920/0	11/12/2009	233
CMJ0708	55164131C	6599/2	12/11/2009	230 * V
CMJ0708	55164132C	5045/0	12/11/2009	162 * V
LAU9418	54569269C	6599/2	11/11/2009	230 * V
LWY3090	55154318C	6920/0	09/11/2009	233
LXC1875	54563413C	5274/1	01/12/2009	175
LXK3224	55155117C	6920/0	11/12/2009	233
LYU9433	55153987C	6556/1	02/12/2009	230 * I
LZM1952	54571347C	6599/2	04/11/2009	230 * V
LZZ3148	54563532C	6556/1	27/11/2009	230 * I
LZZ3148	54563532C	6556/4	27/11/2009	230 * I
LZZ3148	54563532C	6599/2	27/11/2009	230 * V
MBJ8244	55163740C	6912/0	04/12/2009	232
MBJ8244	55163741C	6599/2	04/12/2009	230 * V
MCE1654	54568263C	6700/2	26/11/2009	230 * XVI
MCR8504	55155127C	6920/0	11/12/2009	233
MDS1538	55158348C	5010/0	04/11/2009	162 * I
MDS1538	55158348C	6599/2	04/11/2009	230 * V
MEF1736	54571346C	6599/2	04/11/2009	230 * V
MEF2692	54568265C	5010/0	08/12/2009	162 * I
MEY9975	54564035C	6556/1	24/11/2009	230 * I
MEY9975	54564035C	6599/2	24/11/2009	230 * V
MEY9975	54564035C	6637/1	24/11/2009	230 * IX
MFA0427	55164135C	6599/2	12/11/2009	230 * V
MFL0438	54569271C	5045/0	12/11/2009	162 * V
MFL0438	54569271C	6599/2	12/11/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGH6860	55154319C	6920/0	09/11/2009	233
MGL2192	54571926C	5010/0	03/12/2009	162 * I
MHR0054	55158357C	5010/0	07/11/2009	162 * I
MHR0054	55158358C	6610/2	07/11/2009	230 * VII
MHR0054	55158359C	6700/1	07/11/2009	230 * XVI
MJD7380	55154362C	5010/0	07/12/2009	162 * I
MJD7380	55154363C	5061/0	07/12/2009	163 c/c 162 * I
MJD7380	55154364C	6637/2	07/12/2009	230 * IX
MJD7380	55154365C	6912/0	07/12/2009	232
VW1703	54571927C	6599/2	05/12/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1014/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CIX1107	55154915C	6912/0	29/11/2009	232
CVE4822	55154345C	6920/0	23/11/2009	233
LNI9811	55154696C	6920/0	08/12/2009	233
LXO5192	55154863C	5010/0	30/11/2009	162 * I
LXU8196	55158361C	6700/1	12/12/2009	230 * XVI
MAX0482	55154869C	6912/0	30/11/2009	232
MAX0482	55163724C	5045/0	30/11/2009	162 * V
MBJ3598	54571909C	5169/1	02/11/2009	165
MBJ3598	54571910C	6599/2	02/11/2009	230 * V
MCI8313	54569310C	6599/2	06/11/2009	230 * V
MDA9549	55163726C	5010/0	30/11/2009	162 * I
MDA9549	55163727C	6599/2	30/11/2009	230 * V
MDS2205	55154335C	6920/0	17/11/2009	233
MEG4624	55154859C	6912/0	24/11/2009	232
MEZ7937	54564230C	5010/0	04/11/2009	162 * I
MEZ7937	54564231C	6599/2	04/11/2009	230 * V
NHA0948	55154802C	6599/2	14/11/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1018/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ATX1956	55154823C	6556/1	18/11/2009	230 * I
INJ0628	55155138C	6920/0	21/12/2009	233
LOA0827	55164005C	6599/2	17/11/2009	230 * V
LYU9256	55154907C	6599/2	21/11/2009	230 * V
LZI3884	55154361C	5274/1	24/11/2009	175
MAG4497	55154507C	6599/2	16/11/2009	230 * V
MBD9159	55154807C	6610/2	14/11/2009	230 * VII
MBE7028	55154809C	6599/2	16/11/2009	230 * V
MCC4081	55162955C	5169/1	10/09/2009	165
MCH5763	54563595C	5045/0	22/09/2009	162 * V
MCH5763	54563595C	5274/1	22/09/2009	175
MCH5763	54563596C	6637/2	22/09/2009	230 * IX
MCR0291	55163080C	6920/0	28/09/2009	233
MCT9687	55154870C	6580/0	08/12/2009	230 * IV
MCT9687	55154870C	6599/2	08/12/2009	230 * V
MDF7764	54569307C	5010/0	29/10/2009	162 * I
MDF7764	54569309C	6556/1	29/10/2009	230 * I
MDF7764	54569309C	6599/2	29/10/2009	230 * V
MDG3639	55154813C	6610/2	16/11/2009	230 * VII
MDV0928	54566930C	5010/0	06/12/2009	162 * I
MDV0928	54566930C	6653/1	06/12/2009	230 * XI
MDV0928	54566931C	6610/2	06/12/2009	230 * VII
MDV0928	54566931C	6912/0	06/12/2009	232
MEC8663	55163918C	6599/2	07/10/2009	230 * V
MEJ9947	55154511C	6599/2	16/11/2009	230 * V
MEQ6544	54572012C	6599/2	26/09/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFQ0289	55154883C	6599/2	10/12/2009	230 * V
MFQ0289	55154883C	6912/0	10/12/2009	232
MGH3618	55154814C	6599/2	16/11/2009	230 * V
MGO7529	54571922C	5010/0	26/11/2009	162 * I
MGO7529	54571923C	6556/1	26/11/2009	230 * I
MGO7529	54571924C	7340/0	26/11/2009	252 * IV
MGO7529	54571925C	6726/1	26/11/2009	230 * XVIII
MGT3385	54567061C	6912/0	01/12/2009	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1023/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYP4891	54570597C	6599/2	25/01/2010	230 * V
LYP4891	54570598C	5010/0	25/01/2010	162 * I
MAD5310	54563421C	6599/2	24/01/2010	230 * V
MBP2038	55155440C	6912/0	27/01/2010	232
MBS3253	55163502C	5010/0	25/01/2010	162 * I
MCH4982	55155576C	5010/0	23/01/2010	162 * I
MCH4982	55155576C	6912/0	23/01/2010	232
MCH4982	55155577C	6556/1	23/01/2010	230 * I
MCH4982	55155577C	6637/1	23/01/2010	230 * IX
MCH4982	55155578C	7340/0	23/01/2010	252 * IV
MCS3511	55155454C	6637/1	25/01/2010	230 * IX
MGM6640	55165549C	6912/0	23/01/2010	232
MHE3880	54565435C	6556/1	22/01/2010	230 * I
MHE3880	54565436C	6599/2	22/01/2010	230 * V
MHE3880	54565437C	6637/2	22/01/2010	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1025/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIT7996	54566925C	6599/2	05/12/2009	230 * V
AIT7996	54566925C	6726/1	05/12/2009	230 * XVIII
BKO3025	55155280C	6920/0	04/01/2010	233
CBT4873	55155425C	6599/2	23/01/2010	230 * V
CQE1013	55154808C	6610/2	14/11/2009	230 * VII
DAX1826	54571928C	6599/2	14/12/2009	230 * V
GWT1290	55155294C	6920/0	04/01/2010	233
ICP2926	54567242C	5045/0	01/12/2009	162 * V
ICP2926	54567243C	6637/2	01/12/2009	230 * IX
ICP2926	54567244C	6912/0	01/12/2009	232
LNR3654	55155131C	6920/0	21/12/2009	233
LXD4613	55154945C	5169/1	28/12/2009	165
LXS1138	55154926C	6599/2	15/12/2009	230 * V
LXV0627	55163716C	6599/2	16/11/2009	230 * V
LXY5999	55155260C	6920/0	22/12/2009	233
LYW7147	55154856C	6599/2	24/11/2009	230 * V
LZA7062	54562718C	6599/2	30/12/2009	230 * V
MAN1739	55154934C	6599/2	25/12/2009	230 * V
MAV1591	55163718C	6599/2	26/11/2009	230 * V
MBI6763	55154691C	6920/0	08/12/2009	233
MBO4368	55155279C	6920/0	04/01/2010	233
MBQ6509	55155266C	6920/0	22/12/2009	233
MBV5152	55154349C	6599/2	26/11/2009	230 * V
MBZ3284	55155054C	6599/2	05/12/2009	230 * V
MCG7626	55154513C	5045/0	26/11/2009	162 * V
MCG7626	55154514C	6599/2	26/11/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCI6466	55162945C	5010/0	25/11/2009	162 * I
MCJ8705	55155120C	6920/0	11/12/2009	233
MCP5805	54563414C	6912/0	01/01/2010	232
MCT1096	55154551C	6599/2	24/11/2009	230 * V
MCY3836	55155285C	6920/0	04/01/2010	233
MDC5062	55154700C	6920/0	08/12/2009	233
MDE7029	54568264C	6610/2	26/11/2009	230 * VII
MDE7029	54568264C	6700/2	26/11/2009	230 * XVI
MDN1409	55153988C	6599/2	08/12/2009	230 * V
MDN1409	55153989C	5045/0	08/12/2009	162 * V
MDY2324	55154348C	6599/2	26/11/2009	230 * V
MEE8179	55154891C	5045/0	17/12/2009	162 * V
MEF4057	55154824C	5045/0	18/11/2009	162 * V
MEF4057	55154825C	6599/2	18/11/2009	230 * V
MEK6250	55163862C	5010/0	17/12/2009	162 * I
MEK6250	55163862C	6912/0	17/12/2009	232
MFC5528	55154811C	6599/2	16/11/2009	230 * V
MFC6114	55154899C	6653/1	11/01/2010	230 * XI
MFJ8678	55163725C	5045/0	30/11/2009	162 * V
MFR6058	54565430C	5010/0	01/12/2009	162 * I
MFR6058	54565431C	6599/2	01/12/2009	230 * V
MFR6058	54565432C	6653/2	01/12/2009	230 * XI
MFV2689	55154876C	6599/2	08/12/2009	230 * V
MFZ5172	54563530C	6599/2	25/11/2009	230 * V
MFZ5172	54563531C	5010/0	25/11/2009	162 * I
MHI2612	55154875C	6599/2	08/12/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1029/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABY2144	55155267C	6920/0	22/12/2009	233
DSS2061	55155264C	6920/0	22/12/2009	233
EBM0564	55155261C	6920/0	22/12/2009	233
IKU1873	55155136C	6920/0	21/12/2009	233
LZG6018	55154839C	6912/0	11/01/2010	232
MAU1757	55163961C	5169/1	23/12/2009	165
MBK4733	54566937C	6556/1	16/12/2009	230 * I
MDI4361	54570594C	5010/0	06/01/2010	162 * I
MEG0993	54562499C	6912/0	22/12/2009	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1032/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BME7379	55155147C	6920/0	21/12/2009	233
EBO9786	55165540C	6920/0	21/01/2010	233
HDK6945	55165508C	6599/2	15/01/2010	230 * V
JPZ1930	55155289C	6920/0	04/01/2010	233
KZY6161	55155411C	6920/0	15/01/2010	233
LXH4371	55165535C	6610/2	19/01/2010	230 * VII
LXK0983	55154838C	5045/0	11/01/2010	162 * V
LXY3505	54570639C	5010/0	06/01/2010	162 * I
LXY3505	54570639C	6599/2	06/01/2010	230 * V
LXY3505	54570640C	6556/4	06/01/2010	230 * I
LXY3505	54570640C	6637/2	06/01/2010	230 * IX
LXY3505	54570641C	6726/1	06/01/2010	230 * XVIII
LXY3505	54570641C	6912/0	06/01/2010	232
LZN5330	54566574C	6920/0	15/01/2010	233
MAB5230	55155275C	6920/0	04/01/2010	233
MAD9239	55165511C	5010/0	15/01/2010	162 * I
MAD9239	55165512C	6599/2	15/01/2010	230 * V
MBF5434	55155424C	6610/2	23/01/2010	230 * VII
MBJ8244	55155130C	6920/0	21/12/2009	233
MBZ0750	55155414C	6920/0	21/01/2010	233
MCD0263	54570012C	6599/2	04/01/2010	230 * V
MCV1302	55155427C	5045/0	23/01/2010	162 * V
MCV1302	55155427C	6912/0	23/01/2010	232
MDU0565	55163348C	5045/0	31/12/2009	162 * V
MEF6246	54565079C	6912/0	22/12/2009	232
MEP9877	54563142C	5010/0	19/01/2010	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MES4549	55155566C	6599/2	19/01/2010	230 * V
MES4549	55155567C	5010/0	19/01/2010	162 * I
MFE6566	55165525C	6912/0	19/01/2010	232
MFI6262	55155571C	6920/0	21/01/2010	233
MHC4724	55165536C	6610/2	19/01/2010	230 * VII
MJA5850	55163342C	6599/2	27/12/2009	230 * V
MJA5850	55163344C	6912/0	27/12/2009	232
MMH8100	55155417C	6920/0	21/01/2010	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1036/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEI7265	55155603C	6920/0	22/01/2010	233
ARW2200	54570600C	6599/2	31/01/2010	230 * V
BCI9600	55158427C	6920/0	22/01/2010	233
CIV9506	55160660C	6599/2	06/02/2010	230 * V
DMX2558	55155651C	6556/1	27/01/2010	230 * I
IFC3659	55155579C	6599/2	23/01/2010	230 * V
JOO6230	55155405C	6920/0	15/01/2010	233
KPS6959	55155586C	6599/2	23/01/2010	230 * V
KPS6959	55155586C	6963/1	23/01/2010	237
KPS6959	55155587C	5010/0	23/01/2010	162 * I
LWR0843	54564930C	5169/1	30/01/2010	165
LXB4951	54564889C	5010/0	17/01/2010	162 * I
LXB4951	54564890C	6653/1	17/01/2010	230 * XI
LXB4951	54564891C	6599/2	17/01/2010	230 * V
LXH4343	55165523C	6912/0	19/01/2010	232
LXJ6731	55155269C	6920/0	22/12/2009	233
LXO9838	55155071C	5010/0	23/01/2010	162 * I
LZF4370	55155701C	5045/0	26/01/2010	162 * V
LZF4370	55155701C	6599/2	26/01/2010	230 * V
MBE0706	54564450C	7340/0	14/01/2010	252 * IV
MBN1642	55165516C	6920/0	15/01/2010	233
MBW8778	55165507C	6599/2	15/01/2010	230 * V
MCJ2066	55155301C	6599/2	21/01/2010	230 * V
MCK7760	55155764C	6920/0	01/02/2010	233
MCO5938	54564892C	5118/0	23/01/2010	164 c/c 162 * I
MCQ7000	54568556C	6599/2	13/01/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCV6769	54569278C	6912/0	29/12/2009	232
MCX8978	54568269C	5010/0	04/02/2010	162 * I
MCX8978	54568271C	6599/2	04/02/2010	230 * V
MCY2577	54564606C	5010/0	14/01/2010	162 * I
MCZ8991	55155443C	6912/0	27/01/2010	232
MDL8137	55160653C	5010/0	04/02/2010	162 * I
MDL8137	55160654C	6599/2	04/02/2010	230 * V
MDM2124	55155652C	6912/0	27/01/2010	232
MDZ0922	55165519C	5045/0	19/01/2010	162 * V
MEE3565	54564038C	6599/2	19/12/2009	230 * V
MEM7600	55162874C	5010/0	27/12/2009	162 * I
MEQ4119	55155419C	5010/0	23/01/2010	162 * I
MEQ4119	55155419C	6599/2	23/01/2010	230 * V
MEZ5736	54571280C	6599/2	22/12/2009	230 * V
MEZ8848	55155433C	5010/0	25/01/2010	162 * I
MEZ8848	55155434C	6556/1	25/01/2010	230 * I
MEZ8848	55155434C	6599/2	25/01/2010	230 * V
MFF3891	55155305C	5010/0	28/01/2010	162 * I
MFM1876	55155064C	5274/3	03/01/2010	175
MFM1876	55155065C	6637/2	03/01/2010	230 * IX
MFY7839	55155303C	6599/2	22/01/2010	230 * V
MFY7839	55155304C	5010/0	22/01/2010	162 * I
MFZ2999	54567168C	5010/0	28/01/2010	162 * I
MLX6666	55155430C	5045/0	25/01/2010	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1040/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALU3341	55155761C	6920/0	01/02/2010	233
CAK8805	54569948C	6599/2	18/02/2010	230 * V
CBI4367	55155315C	6599/2	11/02/2010	230 * V
IJU2038	55165541C	6920/0	21/01/2010	233
LYB5253	55155804C	5169/1	28/02/2010	165
LYB5253	55155805C	6912/0	28/02/2010	232
LZR2349	55155082C	5010/0	16/02/2010	162 * I
MBI2235	54569940C	6548/2	24/01/2010	229
MBL2405	55160656C	5010/0	04/02/2010	162 * I
MBZ6603	55155768C	6920/0	01/02/2010	233
MEN3659	55160693C	6599/2	22/02/2010	230 * V
MEW6184	55160698C	6912/0	22/02/2010	232
MFH7929	55155412C	6599/2	19/01/2010	230 * V
MGA4563	55155439C	5010/0	27/01/2010	162 * I
MGA4563	55155439C	6912/0	27/01/2010	232
MGC4608	54571935C	5010/0	28/01/2010	162 * I
MGD4749	55156170C	5010/0	03/03/2010	162 * I
MGD4749	55156170C	6912/0	03/03/2010	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1044/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IJD7843	55165544C	5045/0	23/01/2010	162 * V
LGP1007	55155423C	5010/0	23/01/2010	162 * I
LZH5115	55156056C	5010/0	20/02/2010	162 * I
MAC9295	55160671C	6912/0	08/02/2010	232
MAP0083	55155902C	5010/0	18/02/2010	162 * I
MBB5720	55155070C	6599/2	23/01/2010	230 * V
MBC7834	54565929C	6599/2	10/02/2010	230 * V
MEG8683	54571295C	5029/2	05/02/2010	162 * II
MEG8683	54571296C	5126/2	05/02/2010	164 c/c 162 * II
MEG8683	54571297C	6637/2	05/02/2010	230 * IX
MEG8683	54571298C	6599/2	05/02/2010	230 * V
MEK9695	55155693C	6912/0	02/02/2010	232
MFT1030	55156167C	5010/0	27/02/2010	162 * I
MGC3572	55155686C	6912/0	02/02/2010	232
MJZ8300	54569430C	5045/0	25/02/2010	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1050/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APZ3294	55155605C	6920/0	22/01/2010	233
AZX0033	55155711C	6599/2	01/02/2010	230 * V
BKS8880	55155852C	6599/2	10/02/2010	230 * V
BKW2313	54569432C	5045/0	25/02/2010	162 * V
DLL1255	55155927C	6920/0	24/02/2010	233
HRI6042	55155900C	6920/0	24/02/2010	233
JME1114	55155879C	6920/0	24/02/2010	233
KNI1153	55155851C	6610/2	10/02/2010	230 * VII
LNA4584	54571283C	6912/0	28/01/2010	232
LNA4584	54571284C	5045/0	28/01/2010	162 * V
LWY6098	55155465C	6556/1	22/02/2010	230 * I
LWY6098	55155466C	6912/0	22/02/2010	232
LXO9838	54565988C	5010/0	27/02/2010	162 * I
LXS1138	55156319C	6912/0	05/03/2010	232
LYE5203	54565923C	6599/2	10/02/2010	230 * V
LYE5203	54565924C	5010/0	10/02/2010	162 * I
LYM9619	55155871C	6599/2	16/02/2010	230 * V
LYO7022	55155855C	6599/2	10/02/2010	230 * V
LYO7022	55155856C	6912/0	10/02/2010	232
LYO8310	54564237C	6599/2	13/03/2010	230 * V
LYX8107	55155854C	6912/0	10/02/2010	232
LZD2256	55155892C	6920/0	24/02/2010	233
LZV7841	55158432C	6920/0	29/01/2010	233
MAA7365	55156234C	5010/0	26/02/2010	162 * I
MAO7126	55155653C	5045/0	27/01/2010	162 * V
MAO7126	55155654C	6599/2	27/01/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAO8484	54570013C	5010/0	01/02/2010	162 * I
MAO8484	54570013C	6599/2	01/02/2010	230 * V
MAR7187	54569293C	5010/0	18/01/2010	162 * I
MAR7187	54569293C	6653/1	18/01/2010	230 * XI
MAX3832	55155903C	6599/2	18/02/2010	230 * V
MBI8790	54571287C	6599/2	01/02/2010	230 * V
MBI9335	55155915C	6920/0	24/02/2010	233
MBQ4016	54564931C	6556/1	10/03/2010	230 * I
MBQ4016	54564931C	6610/2	10/03/2010	230 * VII
MBQ4016	54569736C	6548/2	10/03/2010	229
MBR3167	55156419C	6599/2	12/03/2010	230 * V
MCE8174	54569731C	6637/1	27/02/2010	230 * IX
MCF7871	54565945C	6912/0	18/02/2010	232
MCK6842	55162778C	6599/2	22/01/2010	230 * V
MCK7386	54564150C	5010/0	04/02/2010	162 * I
MCL9046	55156168C	5010/0	27/02/2010	162 * I
MCL9046	55156168C	6912/0	27/02/2010	232
MCL9046	55156169C	6556/1	27/02/2010	230 * I
MCL9046	55156169C	6637/1	27/02/2010	230 * IX
MCP2537	55155312C	6599/2	11/02/2010	230 * V
MCP2537	55155313C	6556/1	11/02/2010	230 * I
MCP2537	55155314C	5045/0	11/02/2010	162 * V
MCZ2896	55158423C	6920/0	15/01/2010	233
MCZ5585	54565947C	6912/0	18/02/2010	232
MDA1619	55163114C	5010/0	28/12/2009	162 * I
MDA1619	55163114C	6599/2	28/12/2009	230 * V
MDN9149	55165530C	6599/2	19/01/2010	230 * V
MEK7235	55156350C	6599/2	10/03/2010	230 * V
MEL5173	55156401C	5010/0	12/03/2010	162 * I
MEN2122	54569429C	5010/0	28/01/2010	162 * I
MEN2122	54569429C	6599/2	28/01/2010	230 * V
MEO2279	54569218C	5045/0	16/02/2010	162 * V
MEO2279	54569220C	6912/0	16/02/2010	232
MEW3988	55155015C	6912/0	24/02/2010	232
MFA9697	54570596C	6653/2	19/01/2010	230 * XI
MFC9246	55156237C	6912/0	26/02/2010	232
MFD8376	55155448C	6912/0	04/02/2010	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFH6570	55153851C	6599/2	12/03/2010	230 * V
MFM0926	55155592C	6599/2	23/01/2010	230 * V
MFQ9273	54564238C	5010/0	13/03/2010	162 * I
MFQ9273	54564238C	6610/2	13/03/2010	230 * VII
MGD7813	55155658C	5037/1	27/01/2010	162 * III
MGD7813	55155658C	5045/0	27/01/2010	162 * V
MGF2345	54565439C	5010/0	11/02/2010	162 * I
MGF2345	54565439C	6912/0	11/02/2010	232
MGF2345	54565440C	5061/0	11/02/2010	163 c/c 162 * I
MGJ4069	55156201C	5010/0	26/02/2010	162 * I
MGK4911	55156059C	5010/0	27/02/2010	162 * I
MGK4911	55156060C	6599/2	27/02/2010	230 * V
MGL0793	54568509C	6637/2	28/01/2010	230 * IX
MGV3570	55155081C	6599/2	08/02/2010	230 * V
MGX7603	55156217C	5010/0	26/02/2010	162 * I
MHJ8714	55160689C	5010/0	18/02/2010	162 * I
MHK1395	54564235C	5010/0	13/03/2010	162 * I
MKI6300	55155455C	6599/2	29/01/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1054/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADB9391	55160662C	6610/2	06/02/2010	230 * VII
ADB9391	55160663C	6912/0	06/02/2010	232
AHA8621	55155785C	6920/0	04/02/2010	233
AIY5723	55154254C	6599/2	17/03/2010	230 * V
BFD7434	55155614C	6920/0	09/02/2010	233
BMP6566	55156311C	6920/0	04/03/2010	233
BNI8605	55163117C	5010/0	07/03/2010	162 * I
BNI8605	55163118C	6599/2	07/03/2010	230 * V
BNV2717	55155913C	6920/0	24/02/2010	233
BPD4878	55156249C	6920/0	04/03/2010	233
BUE3551	55153991C	6599/2	02/04/2010	230 * V
BUE3551	55153992C	5010/0	02/04/2010	162 * I
CKC9398	55155891C	6920/0	24/02/2010	233
CKD6404	55154028C	6920/0	08/04/2010	233
CTI0447	54569431C	6599/2	17/02/2010	230 * V
CWO7972	54571944C	6599/2	08/03/2010	230 * V
CXP2657	55156348C	5045/0	10/03/2010	162 * V
DCQ6248	55155814C	5010/0	17/03/2010	162 * I
DDG1900	55155950C	6920/0	04/03/2010	233
DHR2844	55154025C	6920/0	08/04/2010	233
DJE0618	55155885C	6920/0	24/02/2010	233
DJJ5997	55155444C	6912/0	29/01/2010	232
DLB8277	55155923C	6920/0	24/02/2010	233
DMB5370	54565942C	6599/2	18/02/2010	230 * V
DMB5370	54565943C	5045/0	18/02/2010	162 * V
GXC3070	55155358C	6610/2	13/03/2010	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IBF3565	55156353C	6912/0	26/03/2010	232
ICD8022	55156603C	6920/0	22/03/2010	233
ICG3302	55160669C	5010/0	06/02/2010	162 * I
IGB0660	54569738C	5010/0	14/03/2010	162 * I
IGB0660	54569738C	5274/1	14/03/2010	175
IGB0660	54569739C	6599/2	14/03/2010	230 * V
IGB0660	54569739C	6610/2	14/03/2010	230 * VII
IIE5787	54564165C	5169/1	20/03/2010	165
IIX1302	55156182C	6912/0	17/03/2010	232
IJE0752	55156224C	6912/0	26/02/2010	232
IJP6080	55156154C	5045/0	25/02/2010	162 * V
IJP6080	55156155C	6610/2	25/02/2010	230 * VII
ILN5883	55156625C	6920/0	22/03/2010	233
JPF0003	55155801C	5010/0	18/02/2010	162 * I
LWR3476	55155776C	6920/0	04/02/2010	233
LWW9497	55154451C	5274/3	07/03/2010	175
LWW9497	55154452C	6912/0	07/03/2010	232
LWW9497	55154453C	6599/2	07/03/2010	230 * V
LWW9497	55156614C	6920/0	22/03/2010	233
LXB4228	54566580C	6920/0	01/02/2010	233
LXG6449	55156329C	6599/2	05/03/2010	230 * V
LXR1676	54571946C	6599/2	18/03/2010	230 * V
LXY0905	55158371C	6599/2	26/02/2010	230 * V
LXY0905	55158372C	5010/0	26/02/2010	162 * I
LXY0905	55158372C	6610/2	26/02/2010	230 * VII
LXZ3071	55156662C	6920/0	22/03/2010	233
LYB5851	55163503C	5045/0	24/02/2010	162 * V
LYB5851	55163503C	6610/2	24/02/2010	230 * VII
LYB5851	55163504C	6700/2	24/02/2010	230 * XVI
LYC5798	54564933C	6599/2	11/03/2010	230 * V
LYN7964	54563542C	5010/0	12/03/2010	162 * I
LYO8310	55156626C	6920/0	22/03/2010	233
LYP7168	54565081C	6599/2	17/03/2010	230 * V
LYX5287	55155639C	6920/0	14/04/2010	233
LYY0201	54562540C	5010/0	24/03/2010	162 * I
LYY0201	54562540C	6599/2	24/03/2010	230 * V
LYY5848	55155941C	6920/0	26/02/2010	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYZ8736	54568294C	6920/0	08/04/2010	233
LZC4746	54562284C	5045/0	11/04/2010	162 * V
LZQ2767	55156151C	5010/0	25/02/2010	162 * I
LZQ2767	55156152C	6599/2	25/02/2010	230 * V
LZR2738	54568278C	6610/2	09/03/2010	230 * VII
LZR9675	55156308C	6920/0	04/03/2010	233
MAA7365	55156335C	5010/0	08/03/2010	162 * I
MAH5379	54571948C	5010/0	19/03/2010	162 * I
MAL2552	54568273C	5274/2	22/02/2010	175
MAP0083	55156226C	5010/0	26/02/2010	162 * I
MAR4721	55156422C	6599/2	16/03/2010	230 * V
MAT2605	55156216C	5010/0	26/02/2010	162 * I
MAV6498	54565944C	5010/0	18/02/2010	162 * I
MAV9852	55156675C	6920/0	30/03/2010	233
MBA3771	55156183C	5010/0	17/03/2010	162 * I
MBA3771	55156184C	6599/2	17/03/2010	230 * V
MBF0226	55156309C	6920/0	04/03/2010	233
MBG4538	55155678C	6599/2	02/02/2010	230 * V
MBL5678	55163119C	5010/0	17/03/2010	162 * I
MBL5678	55163120C	6599/2	17/03/2010	230 * V
MBL5678	55163120C	6637/1	17/03/2010	230 * IX
MBO0393	55155426C	6912/0	23/01/2010	232
MBQ4855	55160685C	5010/0	18/02/2010	162 * I
MBQ4855	55160685C	6912/0	18/02/2010	232
MBQ8152	54567069C	6912/0	30/03/2010	232
MBQ8152	54567070C	6599/2	30/03/2010	230 * V
MBQ8152	55156107C	7340/0	30/03/2010	252 * IV
MBR1484	55155875C	5010/0	22/02/2010	162 * I
MBR1484	55155875C	6912/0	22/02/2010	232
MBS8599	55156247C	6920/0	04/03/2010	233
MBT5380	55156693C	6920/0	08/04/2010	233
MBU2196	55162971C	6599/2	28/02/2010	230 * V
MBU2196	55162971C	6637/2	28/02/2010	230 * IX
MBW1982	55155471C	6599/2	02/03/2010	230 * V
MBX8301	54569947C	6599/2	14/02/2010	230 * V
MBX8301	54569947C	6637/2	14/02/2010	230 * IX
MCB0168	55155431C	6599/2	25/01/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCJ6945	54568295C	6920/0	08/04/2010	233
MCL4792	54564236C	6599/2	13/03/2010	230 * V
MCP5466	55156303C	6920/0	04/03/2010	233
MCS4538	55156236C	6599/2	26/02/2010	230 * V
MCT5681	55156323C	5045/0	05/03/2010	162 * V
MCT9435	55154951C	6599/2	09/03/2010	230 * V
MCX2508	55155316C	6599/2	26/02/2010	230 * V
MCX2508	55155317C	6580/0	26/02/2010	230 * IV
MCX8764	55160657C	5045/0	04/02/2010	162 * V
MCX8764	55160658C	6637/2	04/02/2010	230 * IX
MCY0813	55160668C	6599/2	06/02/2010	230 * V
MCY2903	55156326C	6912/0	05/03/2010	232
MCY2903	55156326C	7340/0	05/03/2010	252 * IV
MDA6453	54564898C	6556/4	09/03/2010	230 * I
MDC0270	54568288C	6920/0	08/04/2010	233
MDC0462	54565934C	6912/0	10/02/2010	232
MDC1985	55156325C	5010/0	05/03/2010	162 * I
MDC1985	55156325C	6912/0	05/03/2010	232
MDC9964	55156243C	6920/0	04/03/2010	233
MDE5818	55156337C	6912/0	08/03/2010	232
MDG5593	54565939C	6912/0	16/02/2010	232
MDG5723	55155806C	6912/0	02/03/2010	232
MDH8869	54568276C	6556/1	08/03/2010	230 * I
MDH8869	54568276C	6599/2	08/03/2010	230 * V
MDH8869	54568276C	6637/1	08/03/2010	230 * IX
MDH8869	54568277C	5010/0	08/03/2010	162 * I
MDI1249	55163613C	6599/2	03/03/2010	230 * V
MDI4091	55164238C	5010/0	07/04/2010	162 * I
MDI4091	55164238C	6912/0	07/04/2010	232
MDI4091	55164239C	6637/1	07/04/2010	230 * IX
MDI4091	55164240C	6556/1	07/04/2010	230 * I
MDI7348	55156413C	6599/2	12/03/2010	230 * V
MDJ5396	54562519C	6599/2	04/03/2010	230 * V
MDJ5396	54562519C	6637/2	04/03/2010	230 * IX
MDJ5396	54562520C	5045/0	04/03/2010	162 * V
MDJ5396	54562520C	6912/0	04/03/2010	232
MDJ7828	55156304C	6920/0	04/03/2010	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDS3923	55156179C	6599/2	17/03/2010	230 * V
MDW3641	55156423C	5010/0	16/03/2010	162 * I
MDW3641	55156423C	6912/0	16/03/2010	232
MEA1875	54565950C	5010/0	18/02/2010	162 * I
MEA1875	54565950C	6912/0	18/02/2010	232
MEA7662	55155810C	6653/2	08/03/2010	230 * XI
MEE3222	55156230C	6599/2	26/02/2010	230 * V
MEE8030	55162970C	6599/2	21/02/2010	230 * V
MEF7257	54565948C	5045/0	18/02/2010	162 * V
MEH3831	55156103C	5010/0	06/03/2010	162 * I
MEH5906	54565046C	6599/2	22/03/2010	230 * V
MEK4519	55156420C	5045/0	12/03/2010	162 * V
MEL1203	55160674C	6599/2	08/02/2010	230 * V
MEL2376	55155682C	6912/0	02/02/2010	232
MEO0954	55155940C	6599/2	25/02/2010	230 * V
MEO0954	55156305C	6920/0	04/03/2010	233
MER0363	55156198C	6912/0	29/03/2010	232
MET1596	55156222C	6599/2	26/02/2010	230 * V
MET1596	55156223C	5045/0	26/02/2010	162 * V
MEU0102	55156698C	6920/0	08/04/2010	233
MEU0604	55156700C	6920/0	08/04/2010	233
MEV0974	55155086C	5010/0	13/03/2010	162 * I
MEV0974	55155086C	6912/0	13/03/2010	232
MEV8331	54571945C	6602/0	11/03/2010	230 * VI
MEX2338	55156341C	6599/2	08/03/2010	230 * V
MEZ4034	55155952C	5010/0	23/03/2010	162 * I
MEZ4034	55155953C	6599/2	23/03/2010	230 * V
MEZ4034	55155953C	6637/1	23/03/2010	230 * IX
MEZ4560	54562734C	6556/4	02/03/2010	230 * I
MEZ4560	54562734C	6556/4	02/03/2010	230 * I
MFA7605	55155090C	5010/0	16/03/2010	162 * I
MFD7918	55155766C	6920/0	01/02/2010	233
MFE4855	55156221C	6599/2	26/02/2010	230 * V
MFF8649	55155853C	6599/2	10/02/2010	230 * V
MFG7537	54566942C	6599/2	22/03/2010	230 * V
MFH3869	55156412C	6599/2	12/03/2010	230 * V
MFL4989	55156203C	6912/0	26/02/2010	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFM0594	55156409C	5010/0	12/03/2010	162 * I
MFN6986	55165554C	5010/0	13/03/2010	162 * I
MFN8318	55163615C	5045/0	29/03/2010	162 * V
MFN8318	55163615C	6599/2	29/03/2010	230 * V
MFN8608	55156320C	6599/2	05/03/2010	230 * V
MFN9630	55156051C	6912/0	19/02/2010	232
MFO5821	55156200C	6599/2	31/03/2010	230 * V
MFO8009	55163873C	6599/2	01/02/2010	230 * V
MFT4958	54568282C	6920/0	08/04/2010	233
MFY5519	54571941C	6599/2	27/02/2010	230 * V
MFY4888	54568281C	6920/0	08/04/2010	233
MFY6434	55156403C	6912/0	12/03/2010	232
MGA9490	54565921C	6599/2	10/02/2010	230 * V
MGA9490	54565922C	5045/0	10/02/2010	162 * V
MGB3822	55155890C	6920/0	24/02/2010	233
MGC7958	55155740C	6653/1	09/03/2010	230 * XI
MGE2302	55155951C	6599/2	10/03/2010	230 * V
MGE8848	55158431C	6920/0	29/01/2010	233
MGF0531	55155942C	6912/0	01/03/2010	232
MGF3662	55156209C	6912/0	26/02/2010	232
MGF7590	54571290C	5010/0	05/02/2010	162 * I
MGF7590	54571292C	5118/0	05/02/2010	164 c/c 162 * I
MGF7590	54571293C	6637/2	05/02/2010	230 * IX
MGG5919	54568558C	5045/0	17/03/2010	162 * V
MGG5919	54568558C	6599/2	17/03/2010	230 * V
MGN5642	55156357C	6599/2	26/03/2010	230 * V
MGN5642	55156358C	5037/1	26/03/2010	162 * III
MGY3621	55156349C	6920/0	24/02/2010	233
MHD0445	55155811C	6653/2	11/03/2010	230 * XI
MHF4892	54571299C	6599/2	17/03/2010	230 * V
MHF4892	54571300C	5010/0	17/03/2010	162 * I
MHG8863	55156346C	5010/0	10/03/2010	162 * I
MHH0330	55155341C	5169/1	11/04/2010	165
MHJ3653	55156057C	5010/0	20/02/2010	162 * I
MHL1332	55232728B	6912/0	22/08/2008	232
MHR7722	55158370C	6637/2	06/02/2010	230 * IX
MHR8673	55154261C	5010/0	19/03/2010	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHR8673	55154262C	5061/0	19/03/2010	163 c/c 162 * I
MHR8673	55154263C	5010/0	19/03/2010	162 * I
MHR8673	55154264C	5274/1	19/03/2010	175
MHR8673	55154265C	5061/0	19/03/2010	163 c/c 162 * I
MHU5270	55154017C	6920/0	08/04/2010	233
MJZ6010	55155438C	6599/2	27/01/2010	230 * V
MKI1999	55156620C	6920/0	22/03/2010	233
MMJ8180	55155949C	6920/0	04/03/2010	233
MRO7819	55156663C	6920/0	22/03/2010	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1058/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMB7939	55156454C	6637/1	21/03/2010	230 * IX
AMB7939	55156455C	5010/0	21/03/2010	162 * I
AMB7939	55156456C	5118/0	21/03/2010	164 c/c 162 * I
LWU3915	55155618C	6912/0	31/03/2010	232
LXE1510	54569742C	6599/2	03/04/2010	230 * V
LXR1531	55163126C	6599/2	02/04/2010	230 * V
LXS8813	55156384C	6920/0	15/04/2010	233
MAA7365	55156451C	5010/0	21/03/2010	162 * I
MAA7365	55156452C	5118/0	21/03/2010	164 c/c 162 * I
MAA7365	55156453C	6637/1	21/03/2010	230 * IX
MBJ5258	54568280C	6920/0	08/04/2010	233
MCL7092	54569458C	6920/0	20/04/2010	233
MCV6895	55155817C	6610/2	07/04/2010	230 * VII
MDA4802	55156194C	6599/2	23/03/2010	230 * V
MDA4802	55156195C	5045/0	23/03/2010	162 * V
MDQ9204	55156503C	5010/0	13/04/2010	162 * I
MDS8566	55156402C	6912/0	12/03/2010	232
MEA6845	55158375C	5010/0	15/04/2010	162 * I
MEF2980	55156677C	6920/0	30/03/2010	233
MEY9600	55153660C	5010/0	16/04/2010	162 * I
MEY9600	55153661C	6599/2	16/04/2010	230 * V
MFF4706	55157117C	6920/0	15/04/2010	233
MGK3790	55156390C	6920/0	15/04/2010	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1061/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEL0493	55156373C	6599/2	07/04/2010	230 * V
AMV7278	55157201C	5010/0	21/04/2010	162 * I
AOZ3361	55155629C	6920/0	14/04/2010	233
BIX4929	55157138C	6920/0	22/04/2010	233
BWM0303	55156673C	6920/0	30/03/2010	233
CBT4873	55156668C	6920/0	22/03/2010	233
CVS3355	55157126C	6920/0	15/04/2010	233
DFI3816	55156660C	6920/0	22/03/2010	233
HJB0941	55156435C	6599/2	19/04/2010	230 * V
HOT5114	55155355C	6610/2	13/03/2010	230 * VII
HQO5586	54564239C	5010/0	05/04/2010	162 * I
HQO5586	54564240C	6637/1	05/04/2010	230 * IX
IMP2076	55156459C	5010/0	06/04/2010	162 * I
IMP2076	55156460C	6637/2	06/04/2010	230 * IX
JKW8922	55156659C	6920/0	22/03/2010	233
JPD6253	55156367C	6637/1	01/04/2010	230 * IX
KMO5115	54562738C	6599/2	21/03/2010	230 * V
LBS4740	55156450C	6599/2	20/04/2010	230 * V
LWX0525	55157111C	6920/0	15/04/2010	233
LXR4868	55157207C	5010/0	25/04/2010	162 * I
LXR4868	55157207C	6912/0	25/04/2010	232
LXV1202	55155641C	6920/0	14/04/2010	233
LXY6480	55156391C	6920/0	15/04/2010	233
LXZ3109	55157268C	6912/0	27/04/2010	232
LYB1968	55156552C	6599/2	21/03/2010	230 * V
LYB1968	55156553C	5010/0	21/03/2010	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYC0887	55156061C	5274/1	21/04/2010	175
LYD7230	55156359C	6599/2	30/03/2010	230 * V
LYD7230	55156360C	6912/0	30/03/2010	232
LYN6741	55153666C	5010/0	20/04/2010	162 * I
LYN6741	55153666C	6912/0	20/04/2010	232
LYN7344	55156385C	6920/0	15/04/2010	233
LZA4579	55155795C	6920/0	22/03/2010	233
MAU1438	55153658C	5045/0	16/04/2010	162 * V
MAU9293	55156428C	6599/2	19/04/2010	230 * V
MAU9293	55156429C	6912/0	19/04/2010	232
MAU9783	55156356C	7340/0	26/03/2010	252 * IV
MBE4731	55157101C	6599/2	15/04/2010	230 * V
MBJ8656	55154454C	6599/2	21/04/2010	230 * V
MBJ8656	55154455C	5045/0	21/04/2010	162 * V
MBK0217	55155359C	6610/2	13/03/2010	230 * VII
MBL0521	55155089C	6599/2	16/03/2010	230 * V
MBP4810	55156704C	5010/0	12/04/2010	162 * I
MBP4810	55156704C	6599/2	12/04/2010	230 * V
MBU5476	54564764C	6599/2	16/04/2010	230 * V
MCB0091	55155356C	6610/2	13/03/2010	230 * VII
MCK9213	55156682C	6920/0	30/03/2010	233
MCM8331	55157260C	6599/2	27/04/2010	230 * V
MCW8012	54569469C	6920/0	20/04/2010	233
MDA3728	55157122C	6920/0	15/04/2010	233
MDE0420	55155637C	6920/0	14/04/2010	233
MDG5929	55157294C	5045/0	29/04/2010	162 * V
MDI1764	54564768C	7340/0	16/04/2010	252 * IV
MEN2787	55156430C	7340/0	19/04/2010	252 * IV
MEX5125	55155343C	6599/2	17/04/2010	230 * V
MFL9998	54567247C	6599/2	23/03/2010	230 * V
MFN0035	55157137C	6920/0	22/04/2010	233
MGA9690	55156551C	6599/2	21/03/2010	230 * V
MGE0151	55156443C	6599/2	20/04/2010	230 * V
MGE3108	55154257C	6599/2	19/03/2010	230 * V
MGE5900	55155088C	5010/0	16/03/2010	162 * I
MGY1119	55156352C	6556/1	22/03/2010	230 * I
MGY1195	55156106C	5045/0	26/03/2010	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHB9801	55156434C	6912/0	19/04/2010	232
MHO6990	54571950C	5010/0	22/03/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1065/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
COK8545	54565991C	5010/0	13/04/2010	162 * I
COK8545	54565991C	5061/0	13/04/2010	163 c/c 162 * I
LZY3782	55154346C	6920/0	23/11/2009	233
MCX9344	55156604C	6920/0	22/03/2010	233
MGE3108	55154258C	5010/0	19/03/2010	162 * I
MGG8901	54565048C	6556/4	22/03/2010	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1068/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHT8518	55157277C	6599/2	29/04/2010	230 * V
CHT8518	55157278C	5045/0	29/04/2010	162 * V
KAL3855	55162782C	5010/0	20/04/2010	162 * I
KAL3855	55162782C	6599/2	20/04/2010	230 * V
KAL3855	55162783C	5274/1	20/04/2010	175
KNB6531	55154608C	6912/0	25/04/2010	232
LFD4048	55157148C	6920/0	03/05/2010	233
LXB8396	55154020C	6920/0	08/04/2010	233
LXX1967	55154019C	6920/0	08/04/2010	233
LYE3124	55163130C	6599/2	06/04/2010	230 * V
LYE3124	55163131C	5010/0	06/04/2010	162 * I
LZG4501	55157271C	6599/2	27/04/2010	230 * V
LZX8947	55155024C	5045/0	29/04/2010	162 * V
LZX8947	55155025C	6599/2	29/04/2010	230 * V
MBK0991	55154024C	6920/0	08/04/2010	233
MEX9707	55155346C	5045/0	30/04/2010	162 * V
MGA7210	55154606C	5274/1	24/04/2010	175
MIS4520	55163125C	6637/1	02/04/2010	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1073/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BTJ3889	55157461C	5045/0	03/05/2010	162 * V
CAI4408	54564770C	6912/0	16/04/2010	232
CBE7836	55153693C	6920/0	03/05/2010	233
CTD6664	55156380C	5045/0	09/04/2010	162 * V
CTV6576	55157130C	6920/0	15/04/2010	233
DAE7315	54568286C	6920/0	08/04/2010	233
DDC4081	55156445C	6599/2	20/04/2010	230 * V
DJE2961	55153687C	6920/0	03/05/2010	233
GEC3001	54569455C	6920/0	20/04/2010	233
HHB8852	55157890C	6912/0	26/05/2010	232
HIU3931	55154458C	6599/2	10/05/2010	230 * V
IBD7188	54562544C	6556/3	03/05/2010	230 * I
IBD7188	54562544C	6599/2	03/05/2010	230 * V
IGT0382	55157467C	6912/0	05/05/2010	232
IOL8803	55157103C	6920/0	15/04/2010	233
JZA7757	55154613C	6599/2	16/05/2010	230 * V
KCZ0493	54569744C	6548/2	01/05/2010	229
KMQ5572	55156386C	6920/0	15/04/2010	233
LWW5644	55155026C	6637/1	07/05/2010	230 * IX
LWW5644	55155026C	6637/2	07/05/2010	230 * IX
LWW5644	55155027C	5169/1	07/05/2010	165
LXB2044	54562693C	5045/0	14/07/2009	162 * V
LXB2044	54562693C	6599/2	14/07/2009	230 * V
LXJ1126	55155627C	6920/0	14/04/2010	233
LXS8813	54563543C	5010/0	16/05/2010	162 * I
LXS8813	54563544C	6637/2	16/05/2010	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXS8813	54563544C	6726/1	16/05/2010	230 * XVIII
LXU2161	55162644C	6610/2	07/09/2009	230 * VII
LXX1189	55154022C	6920/0	08/04/2010	233
LYB5851	55157265C	6912/0	27/04/2010	232
LYB5851	55157266C	6610/2	27/04/2010	230 * VII
LYC7973	55156703C	5010/0	12/04/2010	162 * I
LYL0392	55157891C	6912/0	26/05/2010	232
LYN7337	55157470C	6599/2	05/05/2010	230 * V
LYT5472	55157517C	6599/2	13/05/2010	230 * V
LYT8989	55163898C	6912/0	25/05/2010	232
LYT8989	55163899C	6637/2	25/05/2010	230 * IX
LYT8989	55163900C	7340/0	25/05/2010	252 * IV
LYU9863	55156382C	5045/0	13/04/2010	162 * V
LYV4384	55157125C	6920/0	15/04/2010	233
LZA0125	55157610C	6548/2	22/05/2010	229
LZM3170	54563545C	6599/2	20/05/2010	230 * V
LZN2310	55157516C	6599/2	13/05/2010	230 * V
LZO7187	55154272C	5010/0	12/04/2010	162 * I
LZO7187	55154273C	6637/2	12/04/2010	230 * IX
LZU5122	55158051C	5010/0	25/05/2010	162 * I
LZU5122	55158052C	6599/2	25/05/2010	230 * V
LZV2633	55157299C	6920/0	03/05/2010	233
LZX9411	55165515C	6920/0	15/01/2010	233
LZZ2752	55156716C	6599/2	24/05/2010	230 * V
LZZ3971	55157403C	6920/0	03/05/2010	233
LZZ7277	55157114C	6920/0	15/04/2010	233
MAA6792	55157868C	6599/2	25/05/2010	230 * V
MAA6792	55157868C	6610/2	25/05/2010	230 * VII
MAD3400	55156442C	6599/2	20/04/2010	230 * V
MAD3400	55156442C	6726/1	20/04/2010	230 * XVIII
MAE0143	55156712C	6599/2	20/05/2010	230 * V
MAE0143	55156712C	6912/0	20/05/2010	232
MAE0143	55156713C	5010/0	20/05/2010	162 * I
MAE0143	55156714C	6726/1	20/05/2010	230 * XVIII
MAI6300	55157334C	6610/2	26/05/2010	230 * VII
MAL6611	55157359C	5045/0	13/05/2010	162 * V
MAL6611	55157359C	6912/0	13/05/2010	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAN0607	55155630C	6920/0	14/04/2010	233
MAP0083	55163883C	5010/0	06/05/2010	162 * I
MAP0083	55163884C	6653/2	06/05/2010	230 * XI
MAP0083	55164250C	5010/0	04/05/2010	162 * I
MAP6252	55157862C	6912/0	25/05/2010	232
MAP7421	55153665C	6599/2	20/04/2010	230 * V
MAS8237	55157458C	5045/0	03/05/2010	162 * V
MAY7221	54565447C	6599/2	19/04/2010	230 * V
MBA9029	55157459C	6599/2	03/05/2010	230 * V
MBC6567	55156767C	5010/0	10/05/2010	162 * I
MBC6567	55156767C	6912/0	10/05/2010	232
MBC6567	55156768C	6653/1	10/05/2010	230 * XI
MBF5434	55157317C	6610/2	05/05/2010	230 * VII
MBJ2181	55157307C	6610/2	03/05/2010	230 * VII
MBJ3185	55157113C	6920/0	15/04/2010	233
MBJ4908	54565448C	6599/2	19/05/2010	230 * V
MBP2943	55155644C	6920/0	14/04/2010	233
MBQ1759	54569637C	6599/2	14/04/2010	230 * V
MBY5955	55153853C	6599/2	26/05/2010	230 * V
MCA3262	55157293C	5010/0	29/04/2010	162 * I
MCG2808	55157272C	6599/2	27/04/2010	230 * V
MCK1840	54566583C	5010/0	09/05/2010	162 * I
MCM3681	55157273C	6599/2	27/04/2010	230 * V
MCR8795	55157465C	6912/0	05/05/2010	232
MCT0742	55156752C	6599/2	16/04/2010	230 * V
MCT0742	55156753C	5045/0	16/04/2010	162 * V
MCY4402	55155622C	5010/0	06/04/2010	162 * I
MCZ5797	55157314C	6912/0	03/05/2010	232
MDD3536	55155803C	6637/1	27/02/2010	230 * IX
MDH8869	55157555C	5010/0	10/05/2010	162 * I
MDH8869	55157556C	6653/1	10/05/2010	230 * XI
MDI6125	55157001C	6610/2	04/05/2010	230 * VII
MDL2765	55157355C	6599/2	05/05/2010	230 * V
MDR0825	55157482C	5010/0	05/05/2010	162 * I
MDU6191	55157290C	6599/2	29/04/2010	230 * V
MEA1102	55157477C	6599/2	05/05/2010	230 * V
MEE3171	55157300C	6920/0	03/05/2010	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEG0893	55156457C	6637/1	25/03/2010	230 * IX
MEK6405	55157107C	5037/1	15/04/2010	162 * III
MEO9880	55157454C	6920/0	03/05/2010	233
MEP1635	55157286C	6599/2	29/04/2010	230 * V
MEP1635	55157287C	6912/0	29/04/2010	232
MEV5567	55157494C	6599/2	13/05/2010	230 * V
MEV9591	55157263C	6599/2	27/04/2010	230 * V
MEY6619	55155624C	6599/2	06/04/2010	230 * V
MEY8920	54565449C	6653/1	19/05/2010	230 * XI
MEY9600	55157405C	6920/0	03/05/2010	233
MFD4356	55157254C	6599/2	20/04/2010	230 * V
MFE0794	55157002C	5010/0	04/05/2010	162 * I
MFE0794	55157004C	6637/1	04/05/2010	230 * IX
MFE1024	55158203C	6700/1	28/05/2010	230 * XVI
MFE1024	55158204C	6637/2	28/05/2010	230 * IX
MFG4588	55157301C	6920/0	03/05/2010	233
MFG8156	55156766C	5010/0	10/05/2010	162 * I
MFG8156	55156766C	6912/0	10/05/2010	232
MFG8156	55156769C	6653/1	10/05/2010	230 * XI
MFK2043	55157475C	6912/0	05/05/2010	232
MFO0974	55157889C	6912/0	26/05/2010	232
MFO5031	55164242C	6599/2	13/04/2010	230 * V
MFY9690	55157488C	6599/2	07/05/2010	230 * V
MFY7821	55157508C	6912/0	13/05/2010	232
MGT4902	55153679C	6920/0	03/05/2010	233
MGY7862	55162975C	6599/2	14/04/2010	230 * V
MGY7862	55162976C	5010/0	14/04/2010	162 * I
MHG4709	55153999C	5274/1	14/05/2010	175
MHH0101	55157341C	6599/2	26/05/2010	230 * V
MHH6550	55157303C	6920/0	03/05/2010	233
MHJ3023	55154276C	5010/0	20/04/2010	162 * I
MHM7463	55157353C	5010/0	05/05/2010	162 * I
MHR0054	54570017C	5010/0	11/04/2010	162 * I
MHZ6514	55157007C	5010/0	13/05/2010	162 * I
MLA0610	55157507C	6599/2	13/05/2010	230 * V
MXH5714	55157487C	6912/0	07/05/2010	232
NGU8782	55157474C	6599/2	05/05/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1077/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACM4291	54563547C	6599/2	20/05/2010	230 * V
ADD3720	55156721C	5010/0	31/05/2010	162 * I
ADD3720	55156721C	6599/2	31/05/2010	230 * V
ADD3720	55156721C	6726/1	31/05/2010	230 * XVIII
ADH0727	55157369C	6920/0	17/05/2010	233
BTJ3889	55157462C	6599/2	03/05/2010	230 * V
CBK8493	55153692C	6920/0	03/05/2010	233
CBN9565	55158555C	6920/0	31/05/2010	233
CTU1377	55157426C	6920/0	31/05/2010	233
CXZ0275	55157950C	6920/0	31/05/2010	233
HEI1771	55157902C	6599/2	19/05/2010	230 * V
HVE2270	55157923C	6920/0	31/05/2010	233
IIC5114	55157442C	6920/0	31/05/2010	233
IKK3750	55157395C	6920/0	31/05/2010	233
IKS5771	55157356C	6599/2	05/05/2010	230 * V
IKS5771	55157356C	6912/0	05/05/2010	232
INR4374	55157939C	6920/0	31/05/2010	233
KCW9183	55157323C	6920/0	17/05/2010	233
LPB1026	55157274C	5045/0	27/04/2010	162 * V
LWZ0759	55157905C	6912/0	19/05/2010	232
LXA0186	54569314C	5010/0	01/06/2010	162 * I
LXA0186	54569315C	6556/1	01/06/2010	230 * I
LXA9894	55158637C	6912/0	14/06/2010	232
LXE5413	54565992C	6599/2	03/06/2010	230 * V
LXM9842	55157364C	5010/0	13/05/2010	162 * I
LXM9842	55157364C	6912/0	13/05/2010	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXP5230	55163969C	5045/0	01/05/2010	162 * V
LXW0599	54567075C	5010/0	26/05/2010	162 * I
LXW0599	54567076C	6912/0	26/05/2010	232
LXW5027	55157414C	6920/0	17/05/2010	233
LYA2640	55163626C	6912/0	02/06/2010	232
LYE2043	55157431C	6920/0	31/05/2010	233
LYQ5242	55157328C	6920/0	17/05/2010	233
LZH2701	55157318C	6920/0	17/05/2010	233
LZJ7998	55158563C	6920/0	31/05/2010	233
LZU8491	55157498C	6599/2	13/05/2010	230 * V
LZW2795	55154712C	6700/1	05/06/2010	230 * XVI
MAL4010	55156556C	5010/0	06/06/2010	162 * I
MAL4010	55156557C	5169/1	06/06/2010	165
MAL7964	55157938C	6920/0	31/05/2010	233
MAN1342	55157349C	6920/0	31/05/2010	233
MAV3870	55157150C	6920/0	03/05/2010	233
MBC7610	54563038C	6602/0	30/04/2010	230 * VI
MBG6929	55154459C	6599/2	16/05/2010	230 * V
MBJ8507	55157925C	6920/0	31/05/2010	233
MCD6527	55157752C	5010/0	17/05/2010	162 * I
MCD6527	55157753C	6637/1	17/05/2010	230 * IX
MCO9369	55157216C	5045/0	06/05/2010	162 * V
MCO9369	55157217C	6912/0	06/05/2010	232
MCP7957	55157888C	6912/0	26/05/2010	232
MCS2283	55157547C	6920/0	17/05/2010	233
MDF7608	55155344C	6602/0	30/04/2010	230 * VI
MDG0573	55157443C	6920/0	31/05/2010	233
MDH6691	55157471C	6599/2	05/05/2010	230 * V
MDH8539	54567077C	5010/0	03/06/2010	162 * I
MDH8539	54567078C	6599/2	03/06/2010	230 * V
MEI6501	55157548C	6920/0	17/05/2010	233
MEJ4773	55157311C	6599/2	03/05/2010	230 * V
MEK8034	55157861C	5045/0	25/05/2010	162 * V
MEP2857	55158567C	6920/0	31/05/2010	233
MET3593	54562545C	6637/2	04/05/2010	230 * IX
MFC8131	55157491C	6912/0	07/05/2010	232
MFI4419	54564943C	5010/0	10/06/2010	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFI4419	54564943C	6912/0	10/06/2010	232
MFI4419	54564944C	6599/2	10/06/2010	230 * V
MFS3182	55163623C	6599/2	01/06/2010	230 * V
MFS3182	55163624C	5045/0	01/06/2010	162 * V
MFV2750	55157377C	6920/0	17/05/2010	233
MGC9469	55157354C	6599/2	05/05/2010	230 * V
MGK1630	55157531C	6920/0	17/05/2010	233
MGU4160	55156723C	6599/2	07/06/2010	230 * V
MGW3861	55157288C	6599/2	29/04/2010	230 * V
MHB4790	55156504C	6637/1	28/04/2010	230 * IX
MHB4790	55156504C	6637/2	28/04/2010	230 * IX
MHI4742	55157258C	5045/0	27/04/2010	162 * V
MIG2308	55157909C	6920/0	31/05/2010	233
MIO1033	55158606C	6599/2	08/06/2010	230 * V
MXH5714	55157446C	6920/0	31/05/2010	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1081/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADA4208	55158722C	6920/0	22/06/2010	233
APL9853	55158951C	6920/0	22/06/2010	233
CCG8181	55158761C	5045/0	16/06/2010	162 * V
CHD5892	55158640C	6912/0	14/06/2010	232
CXW3347	55158691C	6920/0	22/06/2010	233
CYR6289	55157907C	6912/0	19/05/2010	232
HEJ5434	55155429C	6610/2	23/01/2010	230 * VII
HQO5586	54570128C	5010/0	25/03/2010	162 * I
HQO5586	54570128C	6637/1	25/03/2010	230 * IX
IBO5101	55157801C	5010/0	14/05/2010	162 * I
IBO5101	55157802C	6599/2	14/05/2010	230 * V
IDQ4132	54564945C	6599/2	11/06/2010	230 * V
KAD0135	54569749C	5169/1	17/05/2010	165
KNI1153	55158522C	6599/2	16/06/2010	230 * V
LAI4111	54563549C	6580/0	20/05/2010	230 * IV
LND6394	54566941C	5169/1	27/03/2010	165
LNF0504	55157887C	6645/0	26/05/2010	230 * X
LVC7272	55157872C	6700/1	26/05/2010	230 * XVI
LXB7152	55158650C	6599/2	16/06/2010	230 * V
LYU5399	55158211C	6637/1	05/06/2010	230 * IX
LYZ1889	55157552C	6599/2	05/05/2010	230 * V
LZB9221	55157856C	6912/0	25/05/2010	232
LZI4868	54563550C	6637/1	20/05/2010	230 * IX
LZV3023	55158901C	6599/2	22/06/2010	230 * V
MAL4502	55158758C	6599/2	16/06/2010	230 * V
MAS2265	55158790C	6912/0	18/06/2010	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBH2272	55154462C	6599/2	11/06/2010	230 * V
MBS2587	55158852C	6920/0	22/06/2010	233
MBW7822	55158612C	6599/2	08/06/2010	230 * V
MCD9328	55158921C	5010/0	23/06/2010	162 * I
MCR5331	55157871C	6912/0	26/05/2010	232
MCX0571	55158753C	6912/0	16/06/2010	232
MCX6712	55158531C	5045/0	16/06/2010	162 * V
MDE8485	55157908C	6912/0	19/05/2010	232
MDH9511	54563144C	6599/2	26/05/2010	230 * V
MDI5753	55158959C	6920/0	22/06/2010	233
MDT6831	55158054C	6599/2	07/06/2010	230 * V
MEC5821	55157362C	6912/0	13/05/2010	232
MEG0893	55156458C	5037/1	25/03/2010	162 * III
MEM8571	55158785C	6599/2	18/06/2010	230 * V
MES1804	55158696C	6920/0	22/06/2010	233
MFE3432	55158851C	6920/0	22/06/2010	233
MFL2234	54568562C	5045/0	19/05/2010	162 * V
MFL2234	54568562C	6599/2	19/05/2010	230 * V
MFL2234	54568562C	6912/0	19/05/2010	232
MFN7997	55156558C	6637/1	16/06/2010	230 * IX
MGF8214	55158751C	6912/0	16/06/2010	232
MGG9792	55157876C	6599/2	26/05/2010	230 * V
MGI2023	55158752C	6599/2	16/06/2010	230 * V
MGJ0612	55158789C	6599/2	18/06/2010	230 * V
MGK3810	55157945C	6920/0	31/05/2010	233
MGY3899	55162977C	5169/1	03/06/2010	165
MHB8856	55156859C	5010/0	20/05/2010	162 * I
MHB8856	55156860C	6580/0	20/05/2010	230 * IV
MHD6420	55158857C	6920/0	22/06/2010	233
MHH5939	55158728C	6920/0	22/06/2010	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1085/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACB9282	55158910C	6912/0	23/06/2010	232
AWF0713	55156906C	6920/0	06/07/2010	233
BUK8450	55156726C	6599/2	23/06/2010	230 * V
BZI1217	55159632C	6920/0	08/07/2010	233
BZS0307	55158597C	6599/2	22/06/2010	230 * V
CFO3736	55156910C	6920/0	06/07/2010	233
DSQ0944	55156911C	6920/0	06/07/2010	233
DUH7053	55158593C	6920/0	22/06/2010	233
EDH1307	55158674C	6920/0	22/06/2010	233
IME7226	55158625C	5045/0	08/06/2010	162 * V
IME7226	55158626C	6963/1	08/06/2010	237
JMU3170	55158676C	6920/0	22/06/2010	233
LOK9460	55163507C	6599/2	01/07/2010	230 * V
LQD0084	55158666C	6920/0	22/06/2010	233
LWU1582	55158587C	6920/0	22/06/2010	233
LWX9218	55159614C	6920/0	08/07/2010	233
LXB9642	55157614C	6769/1	05/06/2010	230 * XXII
LXF1807	55157009C	6599/2	19/06/2010	230 * V
LXF1807	55157010C	5010/0	19/06/2010	162 * I
LXF1807	55157011C	6580/0	19/06/2010	230 * IV
LXJ7993	55157806C	5010/0	29/05/2010	162 * I
LXJ7993	55157806C	6599/2	29/05/2010	230 * V
LXJ7993	55157807C	6637/2	29/05/2010	230 * IX
LXJ7993	55157808C	6599/2	29/05/2010	230 * V
LXP0484	55154463C	6599/2	20/06/2010	230 * V
LXP0484	55154465C	6556/1	20/06/2010	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXX9172	55158968C	6920/0	06/07/2010	233
LXY0012	55158598C	5010/0	22/06/2010	162 * I
LXY0012	55158599C	6599/2	22/06/2010	230 * V
LYJ3650	55158549C	6920/0	22/06/2010	233
LYJ3883	55156954C	6920/0	29/06/2010	233
LYM6439	54569436C	6599/2	19/06/2010	230 * V
LYN0680	54566589C	6920/0	06/07/2010	233
LYY4418	55156958C	6920/0	29/06/2010	233
LZF1093	55163621C	6599/2	25/05/2010	230 * V
LZN2971	55158590C	6920/0	22/06/2010	233
LZO3952	55157853C	6912/0	19/05/2010	232
LZP6292	55158665C	6599/2	18/06/2010	230 * V
LZQ4340	55157929C	6920/0	31/05/2010	233
LZW0899	55156774C	6599/2	25/05/2010	230 * V
MAA7365	55158786C	6912/0	18/06/2010	232
MAF0564	54563148C	6599/2	29/06/2010	230 * V
MAL7963	54565993C	5010/0	15/06/2010	162 * I
MAL7963	54565996C	6610/2	15/06/2010	230 * VII
MAL7963	54565997C	6637/2	15/06/2010	230 * IX
MAP0083	54572021C	5010/0	17/06/2010	162 * I
MAP0083	54572021C	6599/2	17/06/2010	230 * V
MAP0083	54572021C	6637/1	17/06/2010	230 * IX
MBG1951	55158581C	6920/0	22/06/2010	233
MBN4362	55158902C	6599/2	22/06/2010	230 * V
MBO2370	55154713C	6556/5	05/06/2010	230 * I
MBO4485	55156903C	6920/0	06/07/2010	233
MBR3552	55158629C	6912/0	08/06/2010	232
MBV6651	55158645C	6599/2	16/06/2010	230 * V
MBY9437	55163411C	6599/2	08/06/2010	230 * V
MCH1611	55156727C	6556/5	23/06/2010	230 * I
MCK4034	55158919C	6599/2	23/06/2010	230 * V
MCM7837	55158947C	6912/0	07/07/2010	232
MCN8884	55158683C	6920/0	22/06/2010	233
MCO9574	55159628C	6920/0	08/07/2010	233
MCW5637	55158660C	6912/0	16/06/2010	232
MCZ2416	55156965C	6920/0	29/06/2010	233
MDG5944	55156633C	6599/2	06/07/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDT5983	55163972C	6599/2	08/06/2010	230 * V
MDV9654	55158663C	6610/2	16/06/2010	230 * VII
MEA2971	55158929C	6920/0	06/07/2010	233
MEH2432	55158948C	6912/0	07/07/2010	232
MEL8175	55156725C	5045/0	23/06/2010	162 * V
MEV5224	55158940C	6920/0	06/07/2010	233
MFA7402	55163506C	6599/2	01/07/2010	230 * V
MFE8679	55158560C	6920/0	31/05/2010	233
MFG2361	55162789C	6599/2	01/07/2010	230 * V
MFV6773	55159601C	6912/0	08/07/2010	232
MGB2042	55158763C	6599/2	16/06/2010	230 * V
MGC9602	55158911C	5010/0	23/06/2010	162 * I
MGI0458	55157561C	6599/2	24/06/2010	230 * V
MGI0458	55157561C	6653/1	24/06/2010	230 * XI
MGQ0025	55157385C	6920/0	31/05/2010	233
MGW0630	55157886C	6599/2	26/05/2010	230 * V
MHC3276	55158788C	6912/0	18/06/2010	232
MHD4930	55158869C	5010/0	23/06/2010	162 * I
MHJ8462	55157858C	6599/2	25/05/2010	230 * V
MHJ8462	55157859C	6912/0	25/05/2010	232
MHZ5985	54570026C	5061/0	14/06/2010	163 c/c 162 * I
MIB0772	55158664C	6700/1	18/06/2010	230 * XVI
MJP0800	54567081C	6599/2	30/06/2010	230 * V
MPX9057	55158946C	6599/2	07/07/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1089/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADO9046	54570025C	5010/0	06/06/2010	162 * I
ANI3848	55158055C	6912/0	15/06/2010	232
AQQ5038	55158588C	6920/0	22/06/2010	233
MAJ8634	55158155C	5010/0	15/06/2010	162 * I
MAJ8634	55158156C	6599/2	15/06/2010	230 * V
MAJ8634	55158157C	6580/0	15/06/2010	230 * IV
MAJ8634	55158158C	6637/1	15/06/2010	230 * IX
MBF9987	54567071C	6912/0	20/04/2010	232
MCF4361	55157251C	6599/2	20/04/2010	230 * V
MCG5270	54564948C	5274/1	10/07/2010	175
MDH8424	55159630C	6920/0	08/07/2010	233
MDI4013	54565999C	5010/0	09/07/2010	162 * I
MDI4013	54566000C	6599/2	09/07/2010	230 * V
MDT5983	55163972C	5010/0	08/06/2010	162 * I
MEA8352	55158648C	6599/2	16/06/2010	230 * V
MEI0618	55158684C	6920/0	22/06/2010	233
MEN3215	54570928C	6912/0	22/05/2010	232
MEN5891	55156783C	5010/0	07/07/2010	162 * I
MFL7713	55157563C	5010/0	07/07/2010	162 * I
MFZ2793	55158605C	6912/0	08/06/2010	232
MFZ6179	55158949C	6912/0	07/07/2010	232
MFZ8335	55157435C	6920/0	31/05/2010	233
MGZ2363	55158765C	6599/2	16/06/2010	230 * V
MHA0662	55158620C	6912/0	08/06/2010	232
MHD4930	55158871C	6599/2	23/06/2010	230 * V
MHF3834	55166005C	5061/0	07/07/2010	163 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHF3834	55166005C	6599/2	07/07/2010	230 * V
MHF3834	55166006C	5010/0	07/07/2010	162 * I
MHJ1825	54563428C	5061/0	04/07/2010	163 c/c 162 * I
MHJ1825	54563428C	6599/2	04/07/2010	230 * V
MHJ1825	55158399C	5010/0	04/07/2010	162 * I
MHJ1825	55158400C	5274/2	04/07/2010	175
MHN0812	55157943C	6920/0	31/05/2010	233
MIL0506	55158991C	6920/0	08/07/2010	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1092/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW6121	55164034C	6912/0	14/07/2010	232
ABK4143	55159304C	6599/2	30/07/2010	230 * V
AJC0833	55157189C	6599/2	13/07/2010	230 * V
AKF1899	55159708C	6920/0	03/08/2010	233
ARO8476	55159203C	6920/0	16/07/2010	233
BCG0110	55159473C	6920/0	20/07/2010	233
BRR2367	55163974C	6556/1	25/07/2010	230 * I
BUM4005	55159657C	6920/0	03/08/2010	233
BZN7272	55158897C	6920/0	06/07/2010	233
CBN2663	55159620C	6920/0	08/07/2010	233
CBW0949	55159730C	6920/0	03/08/2010	233
CDU4315	55157778C	6599/2	06/08/2010	230 * V
CDU4315	55157779C	5010/0	06/08/2010	162 * I
CFU5440	55159561C	6610/2	30/07/2010	230 * VII
CGQ8438	55155563C	6920/0	15/01/2010	233
COH4961	55156117C	6599/2	23/07/2010	230 * V
COH4961	55156118C	5045/0	23/07/2010	162 * V
DAD8387	55159449C	6920/0	30/07/2010	233
DEN2304	55159719C	6920/0	03/08/2010	233
DER3793	55156996C	6700/1	18/08/2010	230 * XVI
DJD4697	55159490C	6920/0	30/07/2010	233
DLA1569	55156775C	6599/2	23/06/2010	230 * V
HCI8017	55158994C	6920/0	08/07/2010	233
HOX2979	55159464C	6920/0	16/07/2010	233
IJQ8063	55158970C	6920/0	06/07/2010	233
ILE5353	55159640C	6920/0	16/07/2010	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ILK0393	55158950C	6599/2	07/07/2010	230 * V
ILK0393	55158982C	6912/0	07/07/2010	232
JGX6003	55159840C	6920/0	17/08/2010	233
JQI9030	55159245C	6920/0	30/07/2010	233
KHJ7072	55158933C	6920/0	06/07/2010	233
KLL3446	55159360C	6920/0	16/07/2010	233
LBF9131	55156559C	6599/2	28/06/2010	230 * V
LBP0710	55159215C	6920/0	16/07/2010	233
LNQ4077	55159410C	6920/0	16/07/2010	233
LNZ0267	55159201C	6920/0	16/07/2010	233
LWR6027	55162978C	5010/0	25/07/2010	162 * I
LWR6027	55162979C	6610/2	25/07/2010	230 * VII
LXC1253	55155755C	6920/0	01/02/2010	233
LXK4818	55159621C	6920/0	08/07/2010	233
LXN0834	55164024C	6599/2	14/07/2010	230 * V
LXN0834	55164025C	5045/0	14/07/2010	162 * V
LXW2159	55159685C	6599/2	10/08/2010	230 * V
LYF5218	55159818C	6912/0	13/08/2010	232
LYK5804	55159466C	6920/0	16/07/2010	233
LYR7743	55158900C	6920/0	06/07/2010	233
LYT0426	54564950C	6556/1	12/07/2010	230 * I
LYT1080	55156564C	5169/1	07/08/2010	165
LYT4258	55158885C	6920/0	06/07/2010	233
LZE4392	55159650C	6920/0	16/07/2010	233
LZR7330	55162881C	6599/2	29/07/2010	230 * V
LZT4933	54565032C	5045/0	13/01/2010	162 * V
MAC8558	54567169C	6599/2	28/01/2010	230 * V
MAG9641	55158219C	6599/2	11/07/2010	230 * V
MAM4255	55159248C	6920/0	30/07/2010	233
MAR1559	55159488C	6920/0	30/07/2010	233
MAR6364	55155772C	6920/0	04/02/2010	233
MAX2284	55159606C	6599/2	08/07/2010	230 * V
MAX4867	55158971C	6920/0	06/07/2010	233
MBE1564	55164033C	6599/2	14/07/2010	230 * V
MBK3487	55159301C	6912/0	27/07/2010	232
MBK3487	55159302C	5045/0	27/07/2010	162 * V
MBO3981	55162967C	6556/1	03/02/2010	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBO3981	55162967C	6599/2	03/02/2010	230 * V
MBO3981	55162968C	5010/0	03/02/2010	162 * I
MBO8424	55160665C	6912/0	06/02/2010	232
MBP6679	55162980C	6599/2	25/07/2010	230 * V
MBR3293	55159656C	6920/0	03/08/2010	233
MBR5285	55157568C	5045/0	07/07/2010	162 * V
MBT5028	55157195C	5274/2	27/07/2010	175
MBY0504	55159726C	6920/0	03/08/2010	233
MCD8439	55158996C	6920/0	08/07/2010	233
MCE3383	55156905C	6920/0	06/07/2010	233
MCH7299	55154277C	5274/1	13/07/2010	175
MCM5152	55159229C	6920/0	16/07/2010	233
MCS4263	55160667C	6599/2	06/02/2010	230 * V
MCW0051	55159441C	5010/0	28/07/2010	162 * I
MCW0051	55159442C	6599/2	28/07/2010	230 * V
MCX1880	55158939C	6920/0	06/07/2010	233
MCX9316	55159467C	6920/0	16/07/2010	233
MCZ4484	55156632C	6599/2	06/07/2010	230 * V
MDA1972	55159735C	6920/0	03/08/2010	233
MDA3257	55159611C	6920/0	08/07/2010	233
MDH3884	55159246C	6920/0	30/07/2010	233
MDI1943	55158884C	6920/0	06/07/2010	233
MDK7547	55159387C	6920/0	30/07/2010	233
MDL0108	55159562C	6599/2	30/07/2010	230 * V
MDL6309	55159604C	6599/2	08/07/2010	230 * V
MDQ0113	55159675C	5010/0	03/08/2010	162 * I
MDQ0113	55159675C	6912/0	03/08/2010	232
MDR0825	55159405C	6920/0	16/07/2010	233
MDV8703	55156126C	6912/0	26/07/2010	232
MDW9468	55159746C	6599/2	10/08/2010	230 * V
MDX7725	55159454C	6920/0	16/07/2010	233
MDY1495	55159243C	6637/1	30/07/2010	230 * IX
MDZ7349	55157770C	6912/0	19/07/2010	232
MEA0745	55159236C	6920/0	20/07/2010	233
MEA4922	55159666C	6920/0	03/08/2010	233
MEB0578	55159803C	6912/0	07/08/2010	232
MEB0578	55159804C	6637/1	07/08/2010	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEB7594	55159702C	6920/0	03/08/2010	233
MED2450	55157721C	6920/0	30/07/2010	233
MEJ9729	55159732C	6920/0	03/08/2010	233
MEK5426	54563420C	5010/0	24/01/2010	162 * I
MEK5426	54563420C	6726/1	24/01/2010	230 * XV/III
MEL9816	55160659C	6599/2	06/02/2010	230 * V
MEO5760	55156778C	6912/0	07/07/2010	232
MEO5760	55156779C	6599/2	07/07/2010	230 * V
MEQ2217	55154959C	6912/0	17/06/2010	232
MER7743	54565998C	6912/0	05/07/2010	232
MET6384	55158748C	6912/0	06/07/2010	232
MEU8320	55159438C	5045/0	28/07/2010	162 * V
MEU8320	55159438C	6599/2	28/07/2010	230 * V
MEV7646	54564893C	6599/2	01/02/2010	230 * V
MEV7646	54564894C	6637/1	01/02/2010	230 * IX
MEW2836	54569288C	6599/2	14/01/2010	230 * V
MEW2836	54569288C	6912/0	14/01/2010	232
MEX6681	55156782C	5010/0	07/07/2010	162 * I
MEX7752	55163166C	6599/2	28/06/2010	230 * V
MEX7752	55163167C	6556/5	28/06/2010	230 * I
MEX7752	55163169C	5282/0	28/06/2010	176 * I
MEZ6803	55159451C	6920/0	16/07/2010	233
MFE2943	55162966C	5010/0	30/01/2010	162 * I
MFE2943	55162966C	6599/2	30/01/2010	230 * V
MFE2943	55162966C	6653/1	30/01/2010	230 * XI
MFF7207	55159659C	6920/0	03/08/2010	233
MFG3369	55160000C	5010/0	18/08/2010	162 * I
MFL6831	54562777C	5010/0	04/08/2010	162 * I
MFL6831	54562778C	6599/2	04/08/2010	230 * V
MFL6831	54562779C	6637/1	04/08/2010	230 * IX
MFO1736	55164015C	6912/0	14/07/2010	232
MFP5661	55159357C	6920/0	16/07/2010	233
MFP8302	55159581C	6920/0	03/08/2010	233
MFW4919	55162982C	5010/0	25/07/2010	162 * I
MFW4919	55162983C	6556/1	25/07/2010	230 * I
MFW4919	55162983C	6610/2	25/07/2010	230 * VII
MFW5142	55156563C	5045/0	03/08/2010	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFW9921	55159463C	6920/0	16/07/2010	233
MFV2080	55155449C	6599/2	04/02/2010	230 * V
MGD8197	55163874C	7340/0	01/02/2010	252 * IV
MGS5859	55159990C	6920/0	18/08/2010	233
MHB5995	55156631C	6912/0	06/07/2010	232
MHD8533	55159802C	6599/2	03/08/2010	230 * V
MHH8173	55156124C	6599/2	26/07/2010	230 * V
MHH8173	55156125C	5010/0	26/07/2010	162 * I
MHM2165	55159553C	5010/0	30/07/2010	162 * I
MHP4822	55159436C	5010/0	28/07/2010	162 * I
MHP4822	55159437C	6599/2	28/07/2010	230 * V
MIG0964	55159745C	6912/0	08/08/2010	232
MJF7100	55159498C	6920/0	30/07/2010	233
MLN1234	55164022C	6599/2	14/07/2010	230 * V
MXQ5429	55159359C	6920/0	16/07/2010	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1097/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BJD8028	55158532C	6920/0	22/06/2010	233
BMP9110	55158778C	6912/0	18/06/2010	232
CAJ8960	55163163C	6599/2	13/06/2010	230 * V
DAL7177	55156978C	6920/0	03/08/2010	233
HRN1087	55158525C	6610/2	16/06/2010	230 * VII
LXO8334	55157480C	6912/0	05/05/2010	232
LYZ9499	55156776C	6599/2	23/06/2010	230 * V
MAP9093	55158770C	6599/2	16/06/2010	230 * V
MAP9093	55158771C	5045/0	16/06/2010	162 * V
MBP4553	55164029C	6599/2	14/07/2010	230 * V
MBU8699	55158762C	6599/2	16/06/2010	230 * V
MCM1732	55164037C	6912/0	14/07/2010	232
MDD3568	55159213C	6920/0	16/07/2010	233
MDQ7256	55158724C	6920/0	22/06/2010	233
MEF3794	55159487C	6599/2	28/07/2010	230 * V
MEO5646	55159556C	6599/2	30/07/2010	230 * V
MEZ9132	55159557C	5010/0	30/07/2010	162 * I
MGH6273	55158687C	6920/0	22/06/2010	233
MHB4706	55159483C	5010/0	28/07/2010	162 * I
MHN0302	55159391C	6920/0	30/07/2010	233
MQZ0648	55158689C	6920/0	22/06/2010	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1100/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABP2364	55159420C	6599/2	26/07/2010	230 * V
AJC9063	55159865C	6599/2	11/08/2010	230 * V
APW1810	54569242C	6920/0	23/08/2010	233
BKK2727	55157727C	6920/0	30/07/2010	233
BNB0885	54572072C	6920/0	23/08/2010	233
BOI9949	55159668C	6920/0	03/08/2010	233
CRJ1571	55155387C	6610/2	22/07/2010	230 * VII
CXZ0784	55156987C	5045/0	16/08/2010	162 * V
DOS6964	55159492C	6920/0	30/07/2010	233
DYC3738	55159889C	6920/0	17/08/2010	233
HPB6983	55156565C	6599/2	16/08/2010	230 * V
HQH2525	55159452C	6920/0	16/07/2010	233
IDU4540	54567127C	5045/0	25/08/2010	162 * V
IJD8216	55159713C	6920/0	03/08/2010	233
IKY3721	55158905C	6599/2	22/06/2010	230 * V
INR5930	55160376C	5010/0	02/09/2010	162 * I
INR5930	55160376C	6599/2	02/09/2010	230 * V
KOJ3667	55159951C	6920/0	17/08/2010	233
KTZ9993	55160067C	6920/0	23/08/2010	233
LNT6990	55156149C	6610/2	15/08/2010	230 * VII
LXE3179	55159369C	5037/1	22/07/2010	162 * III
LXE3179	55159370C	6637/2	22/07/2010	230 * IX
LXF6891	55159239C	6599/2	22/07/2010	230 * V
LXN8543	54569247C	6920/0	23/08/2010	233
LXT0775	55159366C	6599/2	22/07/2010	230 * V
LXT0775	55159366C	6610/2	22/07/2010	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXT0775	55159367C	5045/0	22/07/2010	162 * V
LYI5675	54565197C	6599/2	26/07/2010	230 * V
LYI5675	54565198C	6912/0	26/07/2010	232
LYL6018	55159880C	6920/0	17/08/2010	233
LZE4220	55154499C	6548/2	26/08/2010	229
LZH1523	54569239C	6920/0	23/08/2010	233
LZK2644	55160502C	6599/2	01/09/2010	230 * V
LZU9504	55159963C	6920/0	18/08/2010	233
LZY9309	55159444C	6912/0	28/07/2010	232
MAH1122	55159461C	6920/0	16/07/2010	233
MAM1573	55160078C	6599/2	23/08/2010	230 * V
MAO3728	54567093C	6912/0	21/08/2010	232
MAT0524	55160122C	6599/2	24/08/2010	230 * V
MAW5684	55159687C	6599/2	10/08/2010	230 * V
MBK5191	55160087C	6599/2	25/08/2010	230 * V
MBL0234	54572028C	6599/2	17/08/2010	230 * V
MBQ5452	55157785C	6599/2	23/08/2010	230 * V
MBS8836	54567089C	6912/0	28/07/2010	232
MBV4575	55159698C	6599/2	11/08/2010	230 * V
MBX7503	55157792C	6599/2	05/09/2010	230 * V
MBY6551	55157733C	6599/2	20/08/2010	230 * V
MCA3969	55160070C	6920/0	23/08/2010	233
MCE8014	55160516C	5010/0	03/09/2010	162 * I
MCE8014	55160517C	6599/2	03/09/2010	230 * V
MCG2429	55157820C	5010/0	08/07/2010	162 * I
MCG2429	55157821C	6602/0	08/07/2010	230 * VI
MCH0214	55156995C	6599/2	18/08/2010	230 * V
MCH3452	54572069C	6920/0	23/08/2010	233
MCI8740	55159828C	6920/0	17/08/2010	233
MCK2685	55155377C	5010/0	07/07/2010	162 * I
MCM1223	55159558C	6599/2	30/07/2010	230 * V
MCM3904	55159428C	6599/2	26/07/2010	230 * V
MCP5805	55165952C	6912/0	20/08/2010	232
MCP9354	55160074C	6599/2	23/08/2010	230 * V
MCP9354	55160075C	5010/0	23/08/2010	162 * I
MDA8131	55159322C	5045/0	19/08/2010	162 * V
MDM4705	55159228C	6920/0	16/07/2010	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDT2282	55157826C	6912/0	13/08/2010	232
MDX1945	55157833C	6912/0	13/08/2010	232
MDZ9026	55160162C	6599/2	23/08/2010	230 * V
MEB0578	55159162C	5045/0	17/08/2010	162 * V
MEB0578	55159163C	6912/0	17/08/2010	232
MED3086	55160503C	5010/0	01/09/2010	162 * I
MED3086	55160504C	6599/2	01/09/2010	230 * V
MED6115	55154715C	6599/2	20/08/2010	230 * V
MED7631	55159981C	6920/0	18/08/2010	233
MEE5502	55159811C	6599/2	11/08/2010	230 * V
MEF5013	55160056C	6599/2	19/08/2010	230 * V
MEK1940	55156731C	6912/0	20/07/2010	232
MEM5598	55159423C	5045/0	26/07/2010	162 * V
MEN2704	55160086C	6912/0	25/08/2010	232
MEO5605	55160363C	5010/0	30/08/2010	162 * I
MEO5605	55160364C	6599/2	30/08/2010	230 * V
MEU3602	54569238C	6920/0	23/08/2010	233
MEY4774	55159665C	6920/0	03/08/2010	233
MEZ8702	55160069C	6920/0	23/08/2010	233
MFC9966	55159901C	6912/0	12/08/2010	232
MFF5333	55159398C	6599/2	30/07/2010	230 * V
MFK7190	55159386C	6920/0	30/07/2010	233
MFL4680	55160163C	6599/2	23/08/2010	230 * V
MFS5259	55157848C	6920/0	17/08/2010	233
MFV8068	55160097C	6599/2	25/08/2010	230 * V
MFY5131	54569248C	6963/1	23/08/2010	237
MFY1737	55160092C	6912/0	25/08/2010	232
MFY6289	55160055C	5045/0	19/08/2010	162 * V
MGF5606	54572034C	6599/2	06/09/2010	230 * V
MGF5606	54572034C	6700/2	06/09/2010	230 * XVI
MGF6303	55158775C	6599/2	18/06/2010	230 * V
MGY0263	55159101C	6599/2	23/08/2010	230 * V
MHA8821	55160109C	6599/2	24/08/2010	230 * V
MHA8821	55160110C	5045/0	24/08/2010	162 * V
MHF0375	55160351C	6912/0	30/08/2010	232
MHF1090	55159683C	5010/0	09/08/2010	162 * I
MHF1090	55159683C	6912/0	09/08/2010	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHG2193	55160164C	5010/0	25/08/2010	162 * I
MHH3622	55156993C	6599/2	16/08/2010	230 * V
MHH5510	55159165C	6610/2	29/08/2010	230 * VII
MHI3552	55159725C	6920/0	03/08/2010	233
MHK4466	55160171C	5010/0	25/08/2010	162 * I
MHL2172	55160054C	5010/0	19/08/2010	162 * I
MHL2172	55160054C	6912/0	19/08/2010	232
MHN9620	55165956C	6599/2	20/08/2010	230 * V
MHR0341	55160169C	5010/0	25/08/2010	162 * I
MHV4010	54572087C	6920/0	08/09/2010	233
MHW2225	54572060C	5010/0	01/07/2010	162 * I
MHW2225	55158159C	6408/0	01/07/2010	221
MHW2225	55158160C	6912/0	01/07/2010	232
MIG9910	55160123C	5045/0	24/08/2010	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1104/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABA6533	55154484C	6610/2	15/08/2010	230 * VII
ABA6533	55154485C	6912/0	15/08/2010	232
ACG1208	55156488C	5010/0	24/07/2010	162 * I
ACG1208	55156488C	6599/2	24/07/2010	230 * V
ACG1208	55156489C	5061/0	24/07/2010	163 c/c 162 * I
AHT2985	54572084C	6920/0	08/09/2010	233
AJP1429	54566592C	5010/0	31/07/2010	162 * I
AJP1429	54566593C	6599/2	31/07/2010	230 * V
ALV8835	55159382C	6971/0	30/07/2010	238
ALV8835	55159383C	6599/2	30/07/2010	230 * V
ALV8835	55159383C	6637/2	30/07/2010	230 * IX
AMN3072	55157190C	6599/2	16/07/2010	230 * V
AQH4331	55158906C	5010/0	22/06/2010	162 * I
BLU9801	55159688C	5010/0	10/08/2010	162 * I
BNA2943	55155044C	6599/2	20/07/2010	230 * V
BNA2943	55155045C	5045/0	20/07/2010	162 * V
BNA2943	55155046C	5037/1	20/07/2010	162 * III
COZ6410	55165983C	6920/0	30/08/2010	233
CPP6814	55159712C	6920/0	03/08/2010	233
CZX7950	55160518C	6912/0	03/09/2010	232
CZX7950	55160519C	6610/2	03/09/2010	230 * VII
DDP9594	55160709C	6920/0	14/09/2010	233
DOT1789	55159843C	6920/0	17/08/2010	233
FDB3000	55160390C	6920/0	08/09/2010	233
GUZ1396	55158925C	6912/0	24/06/2010	232
HFP8293	55164027C	6599/2	14/07/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IHD8068	55158863C	6920/0	22/06/2010	233
IHO5203	55159885C	6920/0	17/08/2010	233
IKE1777	55160381C	6920/0	08/09/2010	233
IKO2500	55159251C	6599/2	27/07/2010	230 * V
IKO2500	55159252C	5045/0	27/07/2010	162 * V
IMS7001	54569470C	6920/0	20/04/2010	233
JWE0832	55159373C	6599/2	22/07/2010	230 * V
JWE0832	55159374C	6912/0	22/07/2010	232
JXJ8761	55158796C	6920/0	22/06/2010	233
KYC0413	55158649C	6599/2	16/06/2010	230 * V
LWR8798	55157350C	6920/0	31/05/2010	233
LWZ1664	54572100C	6920/0	14/09/2010	233
LWZ1664	55160469C	6599/2	02/09/2010	230 * V
LXE4009	55158717C	6920/0	22/06/2010	233
LXG4820	55159226C	6920/0	16/07/2010	233
LXN5839	55160383C	6920/0	08/09/2010	233
LXO0102	54572092C	6920/0	08/09/2010	233
LXO3002	55158510C	6920/0	31/05/2010	233
LXS1725	55159979C	6920/0	18/08/2010	233
LYB8515	55160483C	5010/0	03/09/2010	162 * I
LYB8515	55160484C	6599/2	03/09/2010	230 * V
LYG1410	55159997C	5010/0	17/08/2010	162 * I
LYG1410	55159997C	6599/2	17/08/2010	230 * V
LYI5560	55159159C	5010/0	09/08/2010	162 * I
LYK8585	55159692C	6599/2	11/08/2010	230 * V
LYK8629	55159883C	6920/0	17/08/2010	233
LYM2887	55159985C	6920/0	18/08/2010	233
LYR2076	55159636C	6920/0	08/07/2010	233
LYU0989	54562558C	6599/2	07/07/2010	230 * V
LZA0125	55154961C	6610/2	09/07/2010	230 * VII
LZA0125	55154963C	6726/1	09/07/2010	230 * XVIII
LZF6613	55157578C	6599/2	15/09/2010	230 * V
LZH0330	55158913C	5045/0	23/06/2010	162 * V
LZH0330	55158914C	6599/2	23/06/2010	230 * V
LZI6331	55157781C	6599/2	08/08/2010	230 * V
LZN4411	55159232C	6920/0	20/07/2010	233
LZO8083	55158530C	6599/2	16/06/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZQ3043	55156730C	6610/1	20/07/2010	230 * VII
LZR0833	55157428C	6920/0	31/05/2010	233
LZT2101	55159598C	6920/0	17/08/2010	233
LZX0144	55159860C	5010/0	10/08/2010	162 * I
LZX0144	55159861C	6599/2	10/08/2010	230 * V
LZX4451	55159674C	6556/5	03/08/2010	230 * I
LZZ4704	55160148C	6920/0	30/08/2010	233
MAA0379	55162992C	6556/1	14/09/2010	230 * I
MAC5815	55159871C	6599/2	11/08/2010	230 * V
MAH3591	55160391C	6920/0	08/09/2010	233
MAI5465	55156959C	6920/0	29/06/2010	233
MAS9116	55160185C	6920/0	08/09/2010	233
MBC8672	54568569C	5010/0	22/07/2010	162 * I
MBE4184	55165973C	6920/0	30/08/2010	233
MBF0863	55159974C	6920/0	18/08/2010	233
MBG8685	55159377C	5045/0	28/07/2010	162 * V
MBH1253	55160703C	6920/0	14/09/2010	233
MBN7673	55160004C	6920/0	30/08/2010	233
MBP9180	55158543C	6920/0	22/06/2010	233
MBQ3013	54567098C	6599/2	11/09/2010	230 * V
MBS5652	55158677C	6920/0	22/06/2010	233
MCA6874	55159857C	6599/2	10/08/2010	230 * V
MCC6163	55160008C	6920/0	30/08/2010	233
MCF2657	55159893C	6912/0	18/08/2010	232
MCF3554	55160463C	6912/0	27/08/2010	232
MCH0852	55157898C	6599/2	31/05/2010	230 * V
MCJ2911	55158646C	6599/2	16/06/2010	230 * V
MCJ2911	55158647C	5045/0	16/06/2010	162 * V
MCJ6945	55156492C	6610/2	27/07/2010	230 * VII
MCK8735	55157828C	6599/2	13/08/2010	230 * V
MCM5036	55159866C	5010/0	12/08/2010	162 * I
MCO2862	55160358C	6610/2	30/08/2010	230 * VII
MCP3294	54569244C	6920/0	23/08/2010	233
MCS4263	55160667C	6556/1	06/02/2010	230 * I
MCS8041	55160474C	5010/0	02/09/2010	162 * I
MCT5672	55160178C	6920/0	08/09/2010	233
MCW2138	55160762C	6599/2	13/09/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCX4793	55159849C	5010/0	17/08/2010	162 * I
MCY5098	55159709C	6920/0	03/08/2010	233
MCZ3145	55157616C	5010/0	29/08/2010	162 * I
MCZ3145	55157617C	6599/2	29/08/2010	230 * V
MDA0752	55160706C	6920/0	14/09/2010	233
MDE3806	55156964C	6920/0	29/06/2010	233
MDJ1853	54567087C	6599/2	25/07/2010	230 * V
MDJ1853	54567087C	6912/0	25/07/2010	232
MDJ4206	55159953C	6920/0	17/08/2010	233
MDL6528	55159697C	5010/0	11/08/2010	162 * I
MDN3529	55156865C	5061/0	04/07/2010	163 c/c 162 * I
MDN3529	55156867C	5010/0	04/07/2010	162 * I
MDO6044	54572090C	6920/0	08/09/2010	233
MDO7253	55159677C	6912/0	09/08/2010	232
MDP3126	55160367C	6599/2	30/08/2010	230 * V
MDP5360	55160770C	6920/0	14/09/2010	233
MDQ2173	55158787C	6599/2	18/06/2010	230 * V
MDR1168	55157200C	5010/0	15/09/2010	162 * I
MDR1168	55162798C	6637/1	15/09/2010	230 * IX
MDR1168	55162798C	6653/1	15/09/2010	230 * XI
MDT7391	55156873C	5010/0	31/07/2010	162 * I
MDU4867	54572026C	5045/0	06/08/2010	162 * V
MDV0928	55160362C	5010/0	30/08/2010	162 * I
MDV0928	55160362C	6912/0	30/08/2010	232
MDV9125	55162994C	5010/0	14/09/2010	162 * I
MDV9125	55162995C	6599/2	14/09/2010	230 * V
MDZ8962	55160360C	6599/2	30/08/2010	230 * V
MEB3774	54570933C	6599/2	06/09/2010	230 * V
MEI9371	55164030C	6599/2	14/07/2010	230 * V
MEL1474	55154469C	6599/2	20/07/2010	230 * V
MEM0433	55159474C	6920/0	20/07/2010	233
MEM7373	55160454C	6599/2	27/08/2010	230 * V
MEM7373	55160455C	5010/0	27/08/2010	162 * I
MEP7660	55159446C	5010/0	28/07/2010	162 * I
MEQ9628	55160763C	6912/0	13/09/2010	232
MEQ9628	55160764C	6599/2	13/09/2010	230 * V
MER6146	55160754C	6599/2	11/09/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MES3353	55160765C	6599/2	13/09/2010	230 * V
MEY3385	55157823C	6912/0	13/08/2010	232
MFC0622	55158600C	5045/0	22/06/2010	162 * V
MFC0622	55158600C	6912/0	22/06/2010	232
MFC9600	55159641C	6920/0	16/07/2010	233
MFE2664	55159874C	5010/0	11/08/2010	162 * I
MFE2664	55159874C	6912/0	11/08/2010	232
MFF2759	55157017C	6637/1	09/07/2010	230 * IX
MFO9933	55160167C	5010/0	25/08/2010	162 * I
MFP3649	55157775C	6599/2	28/07/2010	230 * V
MFP3649	55157776C	6912/0	28/07/2010	232
MFQ1841	55158917C	5010/0	23/06/2010	162 * I
MFQ2330	55159986C	6920/0	18/08/2010	233
MFQ2699	55159748C	5010/0	10/08/2010	162 * I
MFQ2699	55159749C	6912/0	10/08/2010	232
MFS6729	54564247C	5010/0	04/09/2010	162 * I
MFT6541	55158960C	6920/0	22/06/2010	233
MFV0529	55162985C	6912/0	26/08/2010	232
MFY3042	55159204C	6920/0	16/07/2010	233
MGJ1835	55165957C	6599/2	20/08/2010	230 * V
MGW8502	54567088C	6599/2	28/07/2010	230 * V
MGW8502	54567088C	6912/0	28/07/2010	232
MHA7626	55160481C	5010/0	03/09/2010	162 * I
MHE2131	55156733C	6700/2	20/07/2010	230 * XVI
MHH9062	55165980C	6920/0	30/08/2010	233
MHZ8684	55157805C	6556/1	29/05/2010	230 * I
MLN0500	55159844C	6920/0	17/08/2010	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1108/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEB0578	54563710C	6637/1	18/08/2010	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1110/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALF0059	55160711C	6920/0	14/09/2010	233
ALW4672	55160015C	6920/0	30/08/2010	233
CAD4000	55160712C	6920/0	14/09/2010	233
CVT2357	55160725C	6920/0	22/09/2010	233
DIS8070	55160010C	6920/0	30/08/2010	233
EYE2022	55157899C	6599/2	31/05/2010	230 * V
HMB3788	55160705C	6920/0	14/09/2010	233
HPB3439	55165968C	6920/0	23/08/2010	233
HSX9234	55160003C	6920/0	30/08/2010	233
ICI4141	55165558C	5290/0	12/09/2010	176 * II
IEZ7572	55160386C	6920/0	08/09/2010	233
KJC2659	55160731C	6920/0	23/09/2010	233
LQA3864	55160795C	6920/0	22/09/2010	233
LWU7836	55156010C	5045/0	16/09/2010	162 * V
LWU7836	55156011C	6599/2	16/09/2010	230 * V
LXB5570	55161064C	6920/0	23/09/2010	233
LXM0953	55160551C	5118/0	08/09/2010	164 c/c 162 * I
LXM0953	55160551C	6599/2	08/09/2010	230 * V
LXM0953	55160552C	5010/0	08/09/2010	162 * I
LYU9139	55160046C	6920/0	23/09/2010	233
LZE3291	55161071C	6920/0	27/09/2010	233
LZE4055	55160713C	6920/0	14/09/2010	233
LZR2738	55157579C	6610/2	16/09/2010	230 * VII
MAD4625	54572063C	6920/0	23/08/2010	233
MAL2582	55161052C	6920/0	23/09/2010	233
MAM0395	54572064C	6920/0	23/08/2010	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAN7668	55155391C	5274/3	09/08/2010	175
MAW6270	55160011C	6920/0	30/08/2010	233
MBH0247	55160085C	6637/2	25/08/2010	230 * IX
MBJ3553	55160724C	6920/0	22/09/2010	233
MBN8774	55160353C	6599/2	30/08/2010	230 * V
MBO0130	55159326C	5045/0	23/08/2010	162 * V
MBY7986	55160792C	6920/0	22/09/2010	233
MCH1673	55160166C	6653/2	25/08/2010	230 * XI
MCN1364	55160168C	6599/2	25/08/2010	230 * V
MCR5505	55154487C	5045/0	18/08/2010	162 * V
MCR5505	55154487C	6599/2	18/08/2010	230 * V
MCV4839	55160852C	6637/1	17/09/2010	230 * IX
MCV4839	55160852C	6653/1	17/09/2010	230 * XI
MDA1619	55160104C	6912/0	20/08/2010	232
MDA5129	55165966C	6920/0	23/08/2010	233
MDP1368	55160077C	6599/2	23/08/2010	230 * V
MDR1417	55160081C	6912/0	23/08/2010	232
MDT0992	55165958C	6912/0	20/08/2010	232
MDZ8172	55160108C	6912/0	24/08/2010	232
MEB3226	54567095C	6599/2	10/09/2010	230 * V
MEB3774	54570934C	5010/0	06/09/2010	162 * I
MEB3774	54570934C	6912/0	06/09/2010	232
MEB5376	55160024C	6912/0	15/09/2010	232
MEH5697	55160523C	5010/0	09/09/2010	162 * I
MEH5697	55160524C	6912/0	09/09/2010	232
MEI9551	55160102C	6599/2	20/08/2010	230 * V
MEV7196	55156006C	6599/2	16/09/2010	230 * V
MEV8794	54567100C	6912/0	22/09/2010	232
MFD3682	55160723C	6920/0	22/09/2010	233
MFD8644	55160457C	6637/1	27/08/2010	230 * IX
MFJ6806	54563742C	6599/2	15/09/2010	230 * V
MFJ6806	54563743C	5010/0	15/09/2010	162 * I
MFW9594	55160508C	5010/0	01/09/2010	162 * I
MFW9594	55160509C	6556/1	01/09/2010	230 * I
MFW9594	55160509C	6599/2	01/09/2010	230 * V
MFY5121	55160175C	6637/1	27/08/2010	230 * IX
MFY3210	55160031C	6912/0	16/09/2010	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGC9417	55159897C	5010/0	18/08/2010	162 * I
MGC9417	55159897C	6912/0	18/08/2010	232
MGE0679	54563746C	6408/0	15/09/2010	221
MGE0679	54563747C	6556/4	15/09/2010	230 * I
MGF2402	55156008C	5010/0	16/09/2010	162 * I
MGF2402	55156009C	6599/2	16/09/2010	230 * V
MGI7066	55160030C	6580/0	16/09/2010	230 * IV
MGN3174	55160156C	5010/0	23/08/2010	162 * I
MGN8126	55160755C	6599/2	11/09/2010	230 * V
MGY8625	55160127C	6599/2	26/08/2010	230 * V
MGY8625	55160128C	6912/0	26/08/2010	232
MHI5532	55160023C	6912/0	15/09/2010	232
MHI8653	55160159C	6599/2	23/08/2010	230 * V
MHJ9235	55160773C	6599/2	16/09/2010	230 * V
MHJ9425	55162800C	6599/2	15/09/2010	230 * V
MHX6113	55160121C	5010/0	24/08/2010	162 * I
MJE4920	55160799C	6920/0	22/09/2010	233
MLB0240	55165999C	6920/0	27/09/2010	233
NBX4138	55160488C	6920/0	08/09/2010	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1114/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXN7105	55161202C	6556/1	25/09/2010	230 * I
LXN7105	55161202C	6599/2	25/09/2010	230 * V
LXN7105	55161202C	6637/1	25/09/2010	230 * IX
LXN7105	55161203C	5010/0	25/09/2010	162 * I
LXN7105	55161203C	6912/0	25/09/2010	232
MBZ5196	54570666C	6920/0	01/10/2010	233
MCI7024	55160057C	6599/2	19/08/2010	230 * V
MDV5977	55160478C	5010/0	03/09/2010	162 * I
MDV5977	55160478C	6912/0	03/09/2010	232
MFP3529	55160370C	6599/2	02/09/2010	230 * V
MFP3529	55160371C	5037/1	02/09/2010	162 * III
MGZ1676	55160559C	5045/0	03/10/2010	162 * V
MGZ1676	55160560C	5142/0	03/10/2010	164 c/c 162 * V
MGZ1676	55160561C	6637/2	03/10/2010	230 * IX
MHB5244	54567130C	5010/0	06/09/2010	162 * I
MHB5244	54567131C	6599/2	06/09/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1119/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEX6090	54567867C	6599/2	09/01/2009	230 * V
AKV0369	55160719C	6920/0	22/09/2010	233
BVS3320	54567133C	6599/2	09/09/2010	230 * V
CBM7291	55160788C	6920/0	22/09/2010	233
CBN8521	55161091C	6599/2	29/09/2010	230 * V
CIT4232	55161558C	6599/2	27/10/2010	230 * V
CLL8887	54563726C	6610/2	07/09/2010	230 * VII
CRE2227	54570139C	6920/0	01/10/2010	233
CVC3469	55161076C	6920/0	27/09/2010	233
DJE6083	55161470C	6610/2	16/10/2010	230 * VII
DJE7540	55160036C	6920/0	22/09/2010	233
DRE4305	55160324C	5010/0	19/10/2010	162 * I
DRE4305	55160325C	6599/2	19/10/2010	230 * V
DRE4305	55160325C	6610/2	19/10/2010	230 * VII
ENJ3333	55161492C	6700/1	20/10/2010	230 * XVI
HDK6769	55160779C	5061/0	16/09/2010	163 c/c 162 * I
HDK6769	55160780C	5010/0	16/09/2010	162 * I
HOP8847	54566561C	6580/0	08/01/2009	230 * IV
HOR8104	55161368C	6920/0	14/10/2010	233
IBU5367	54567469C	5045/0	08/01/2009	162 * V
ICL2501	55161256C	6963/1	05/10/2010	237
IKE1947	54570659C	6920/0	27/09/2010	233
JEN6014	54567852C	7340/0	08/01/2009	252 * IV
LBJ6383	55161305C	6920/0	04/10/2010	233
LFN1444	54562564C	6912/0	18/10/2010	232
LRX1602	54570138C	6920/0	01/10/2010	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWR8075	54572029C	5045/0	26/08/2010	162 * V
LXL3259	55161205C	6610/2	25/09/2010	230 * VII
LXL5481	55160321C	6599/2	19/10/2010	230 * V
LXN9379	55160044C	6920/0	22/09/2010	233
LXT5446	55161328C	6920/0	14/10/2010	233
LXV1630	55160736C	6920/0	23/09/2010	233
LXV6745	55156015C	5010/0	14/10/2010	162 * I
LXV6745	55156015C	5274/3	14/10/2010	175
LYB1240	55161474C	5010/0	18/10/2010	162 * I
LYB1240	55161474C	6912/0	18/10/2010	232
LYD0733	54562840C	5010/0	08/01/2009	162 * I
LYD0733	54562840C	6599/2	08/01/2009	230 * V
LYG4577	55157651C	5169/1	18/09/2010	165
LYG4577	55157652C	6912/0	18/09/2010	232
LYG4577	55157653C	6599/2	18/09/2010	230 * V
LYI8436	54570677C	6599/2	13/10/2010	230 * V
LYI8436	54570677C	6912/0	13/10/2010	232
LYO8927	54570144C	6920/0	01/10/2010	233
LYS1080	54562386C	5169/1	08/01/2009	165
LYS1080	54562386C	6599/2	08/01/2009	230 * V
LYT9072	55160318C	6912/0	19/10/2010	232
LYT9647	54567482C	6610/2	09/01/2009	230 * VII
LZD1526	54567945C	6556/1	08/01/2009	230 * I
LZN0304	54572035C	6599/2	18/09/2010	230 * V
LZO7906	54567868C	6556/1	09/01/2009	230 * I
LZO7906	54567868C	6599/2	09/01/2009	230 * V
LZR9714	55161498C	6700/1	20/10/2010	230 * XVI
MAA2099	55161306C	6920/0	04/10/2010	233
MAB9976	55163635C	5169/1	12/10/2010	165
MAC2809	55161273C	5010/0	05/10/2010	162 * I
MAD1332	55159217C	6920/0	16/07/2010	233
MAE0002	54567861C	6610/2	09/01/2009	230 * VII
MAO6618	54566564C	6599/2	08/01/2009	230 * V
MAR1937	54567863C	5010/0	09/01/2009	162 * I
MAR1937	54567863C	6637/2	09/01/2009	230 * IX
MAX9663	55160392C	6920/0	08/09/2010	233
MBD2952	55161308C	6920/0	04/10/2010	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBE5068	54562562C	6599/2	27/09/2010	230 * V
MBE5068	54562563C	5045/0	27/09/2010	162 * V
MBF3214	55161274C	5010/0	05/10/2010	162 * I
MBF3214	55161275C	6599/2	05/10/2010	230 * V
MBJ3267	55161095C	6920/0	01/10/2010	233
MBJ8585	55157824C	6599/2	13/08/2010	230 * V
MBJ8585	55157824C	6610/2	13/08/2010	230 * VII
MBK9361	55160037C	6920/0	22/09/2010	233
MBM9380	55161472C	5010/0	18/10/2010	162 * I
MBN1886	54566454C	5010/0	07/01/2009	162 * I
MBP8504	55159429C	6599/2	28/07/2010	230 * V
MBY6723	54567471C	6599/2	08/01/2009	230 * V
MCA2649	54567853C	6599/2	08/01/2009	230 * V
MCA6404	55159328C	6599/2	28/08/2010	230 * V
MCB7731	55161494C	5010/0	20/10/2010	162 * I
MCG9045	54567943C	5045/0	08/01/2009	162 * V
MCJ9730	54567940C	5010/0	08/01/2009	162 * I
MCJ9730	54567940C	6610/2	08/01/2009	230 * VII
MCM3904	55159427C	5010/0	26/07/2010	162 * I
MCP7541	55154989C	5010/0	09/10/2010	162 * I
MCQ1864	54563740C	6599/2	13/09/2010	230 * V
MCQ1864	54563741C	5010/0	13/09/2010	162 * I
MCR8533	54570686C	6599/2	13/10/2010	230 * V
MCT0507	55161070C	6920/0	27/09/2010	233
MCT0668	54564771C	5010/0	25/09/2010	162 * I
MCT8314	54565165C	6556/1	08/01/2009	230 * I
MCX4454	54567474C	5045/0	08/01/2009	162 * V
MDJ4596	55161477C	6912/0	18/10/2010	232
MDN3610	55154964C	6920/0	04/10/2010	233
MDS0199	55161265C	6599/2	05/10/2010	230 * V
MDS0199	55161266C	5045/0	05/10/2010	162 * V
MDS3516	55160310C	5088/2	15/10/2010	163 c/c 162 * III
MDS3516	55160311C	6599/2	15/10/2010	230 * V
MDT6102	55161454C	6912/0	15/10/2010	232
MDY3523	55159338C	6556/4	13/10/2010	230 * I
MDY3523	55159339C	6637/1	13/10/2010	230 * IX
MEC4259	55161485C	5010/0	18/10/2010	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEC4259	55161485C	6912/0	18/10/2010	232
MEE7081	55161459C	6599/2	15/10/2010	230 * V
MEE7081	55161460C	5010/0	15/10/2010	162 * I
MEG3544	54567941C	5010/0	08/01/2009	162 * I
MEG6369	55161089C	6653/1	29/09/2010	230 * XI
MEJ5487	55160761C	5037/1	13/09/2010	162 * III
MEJ6016	55161083C	6599/2	29/09/2010	230 * V
MEJ6016	55161084C	6912/0	29/09/2010	232
MEP4577	54570684C	6599/2	13/10/2010	230 * V
MEQ6473	55154992C	6912/0	09/10/2010	232
MEQ9628	55160797C	6920/0	22/09/2010	233
MET5227	55160791C	6920/0	22/09/2010	233
MEV6242	54567936C	6599/2	08/01/2009	230 * V
MEX4116	54563118C	5010/0	07/01/2009	162 * I
MEX4116	54563118C	6556/4	07/01/2009	230 * I
MFA3858	55161297C	5010/0	19/10/2010	162 * I
MFA3858	55161297C	6912/0	19/10/2010	232
MFB5039	55154718C	6599/2	26/08/2010	230 * V
MFC6659	54567935C	6599/2	08/01/2009	230 * V
MFC6659	54567935C	6912/0	08/01/2009	232
MFE0650	55161002C	5045/0	04/10/2010	162 * V
MFF2919	55159509C	5045/0	20/10/2010	162 * V
MFJ3107	55160774C	6912/0	16/09/2010	232
MFL1444	54563471C	5010/0	09/01/2009	162 * I
MFL8765	54566151C	5010/0	08/01/2009	162 * I
MFO6081	54566558C	6912/0	08/01/2009	232
MFP1749	54567862C	5053/1	09/01/2009	162 * VI
MFZ7183	55157788C	5010/0	01/09/2010	162 * I
MFZ8939	55161066C	7340/0	25/09/2010	252 * IV
MGB2376	55160714C	6599/2	16/09/2010	230 * V
MGC6219	54567937C	5010/0	08/01/2009	162 * I
MGD9822	55161323C	6920/0	14/10/2010	233
MGF2661	55160043C	6920/0	22/09/2010	233
MGG9549	54567859C	5010/0	08/01/2009	162 * I
MGG9549	54567860C	5118/0	08/01/2009	164 c/c 162 * I
MGK6066	55160426C	6912/0	04/10/2010	232
MGZ1676	55159181C	6637/2	12/10/2010	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGZ1676	55159182C	5010/0	12/10/2010	162 * I
MHD4782	54567854C	5010/0	08/01/2009	162 * I
MHK4816	55157654C	5118/0	06/10/2010	164 c/c 162 * I
MHK4816	55157655C	5010/0	06/10/2010	162 * I
MHU2896	55161092C	5010/0	01/10/2010	162 * I
MIB5046	55160479C	6912/0	03/09/2010	232
MIL4690	54566152C	5045/0	08/01/2009	162 * V
MIL4690	54566152C	6653/2	08/01/2009	230 * XI
MJB2520	54566153C	6556/1	08/01/2009	230 * I
MJB2520	54566153C	6599/2	08/01/2009	230 * V
MJR7670	55161257C	6599/2	05/10/2010	230 * V
MJR7670	55161258C	5010/0	05/10/2010	162 * I
MJS5030	55161484C	6912/0	18/10/2010	232
MLB0240	55161100C	6920/0	01/10/2010	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1123/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJF8557	54570673C	6920/0	07/10/2010	233
AJR5773	55161325C	6920/0	14/10/2010	233
AJU0123	55161579C	6920/0	03/11/2010	233
AMH3236	55159105C	5010/0	02/11/2010	162 * I
AMH3236	55159106C	6599/2	02/11/2010	230 * V
AMR0098	55159337C	5045/0	07/10/2010	162 * V
BLA1005	55161577C	6920/0	03/11/2010	233
DEA6986	55155666C	6556/1	29/01/2010	230 * I
DEA6986	55155666C	6599/2	29/01/2010	230 * V
DJF5426	55161633C	6920/0	03/11/2010	233
HFP0245	55160910C	6599/2	12/10/2010	230 * V
HPG1367	55161158C	6599/2	04/10/2010	230 * V
HRH3982	55161787C	6920/0	04/11/2010	233
IAS3486	55161400C	6920/0	03/11/2010	233
IKS5771	55159485C	6599/2	28/07/2010	230 * V
IKS5771	55159486C	5010/0	28/07/2010	162 * I
JFI8096	55161080C	5010/0	29/09/2010	162 * I
KDZ6403	54570150C	6920/0	07/10/2010	233
LXF8217	55157025C	6599/2	05/11/2010	230 * V
LXM3535	55160319C	6599/2	19/10/2010	230 * V
LXM3535	55160320C	5010/0	19/10/2010	162 * I
LXM7184	55161453C	5045/0	15/10/2010	162 * V
LXX9305	55154982C	6912/0	08/10/2010	232
LYC1350	55155597C	6599/2	29/01/2010	230 * V
LZQ1232	55161561C	6912/0	27/10/2010	232
MAS4320	55161642C	6920/0	03/11/2010	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAT5595	55161468C	6599/2	16/10/2010	230 * V
MAT5595	55161468C	6610/2	16/10/2010	230 * VII
MAT5595	55161469C	6700/1	16/10/2010	230 * XVI
MAV5645	55161763C	6920/0	03/11/2010	233
MBK5801	55161540C	5010/0	29/10/2010	162 * I
MBK5801	55161541C	6599/2	29/10/2010	230 * V
MBR5011	55161575C	6920/0	03/11/2010	233
MBZ1856	55154633C	6599/2	31/10/2010	230 * V
MBZ1856	55154634C	5010/0	31/10/2010	162 * I
MCG5882	55155674C	6912/0	29/01/2010	232
MCG5882	55155677C	6556/1	29/01/2010	230 * I
MCG5882	55155677C	6769/1	29/01/2010	230 * XXII
MCJ9166	55161287C	6920/0	07/10/2010	233
MCR6796	55161790C	6920/0	04/11/2010	233
MDI4091	55163978C	6580/0	27/10/2010	230 * IV
MDN3772	55159443C	6912/0	28/07/2010	232
MDR9376	55161387C	6920/0	03/11/2010	233
MDW8619	55161617C	6920/0	03/11/2010	233
MEB8466	55161616C	5045/0	29/10/2010	162 * V
MEB8466	55161616C	6912/0	29/10/2010	232
MEC8599	54564619C	5010/0	02/11/2010	162 * I
MEC8599	54564620C	5118/0	02/11/2010	164 c/c 162 * I
MED0754	55154979C	6599/2	08/10/2010	230 * V
MEF9640	55154987C	5045/0	09/10/2010	162 * V
MEK5017	55161490C	6599/2	20/10/2010	230 * V
MFB2197	55159346C	5045/0	23/10/2010	162 * V
MFB2197	55159348C	6912/0	23/10/2010	232
MFB2197	55159349C	6971/0	23/10/2010	238
MFG3369	55159676C	5010/0	09/08/2010	162 * I
MFP3197	55161461C	6599/2	15/10/2010	230 * V
MFY9527	55161166C	6599/2	06/11/2010	230 * V
MGB6505	55160955C	6599/2	12/10/2010	230 * V
MGC3598	55155675C	6912/0	29/01/2010	232
MGO4681	54563046C	5010/0	16/10/2010	162 * I
MGU8471	55155664C	6599/2	29/01/2010	230 * V
MGY2831	55163412C	5010/0	31/10/2010	162 * I
MHP5462	55161535C	6912/0	28/10/2010	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIG7722	55161753C	6920/0	03/11/2010	233
MKI5260	55161565C	6599/2	03/11/2010	230 * V
MYX7538	55161648C	6920/0	04/11/2010	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1127/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAX9655	54569245C	6920/0	23/08/2010	233
ANK2133	54570143C	6920/0	01/10/2010	233
ARD6947	55159704C	6920/0	03/08/2010	233
ASJ7227	55161496C	6912/0	20/10/2010	232
DMC5688	55154983C	5045/0	08/10/2010	162 * V
DUC8534	55160146C	6920/0	30/08/2010	233
DZA6373	55161261C	6599/2	05/10/2010	230 * V
EFN8211	55161958C	6920/0	08/11/2010	233
EKM3083	55161905C	6920/0	08/11/2010	233
HPB7203	55163637C	6599/2	24/10/2010	230 * V
HSC1233	55161324C	6920/0	14/10/2010	233
ICQ6048	55161259C	5045/0	05/10/2010	162 * V
ICQ6048	55161260C	6599/2	05/10/2010	230 * V
INC2689	55159830C	6920/0	17/08/2010	233
INT3344	55160861C	6599/2	30/09/2010	230 * V
IPG4109	55158697C	6920/0	22/06/2010	233
JKV6725	55159168C	6599/2	10/09/2010	230 * V
JKV6725	55159169C	5010/0	10/09/2010	162 * I
JLI5700	55156743C	6610/2	21/10/2010	230 * VII
JLI5700	55156743C	6726/1	21/10/2010	230 * XVIII
JLI5700	55159870C	6912/0	11/08/2010	232
JPN8325	55161099C	6920/0	01/10/2010	233
KMV3026	55157845C	6920/0	17/08/2010	233
KWM0801	55154626C	6599/2	04/09/2010	230 * V
LBT3659	55157850C	6920/0	17/08/2010	233
LOE4176	55154972C	6599/2	06/10/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LOP4087	55160091C	6912/0	25/08/2010	232
LOZ0026	55160181C	6920/0	08/09/2010	233
LWU0716	55160158C	5010/0	23/08/2010	162 * I
LWV4377	54570672C	6920/0	07/10/2010	233
LWV6983	55157664C	5010/0	04/11/2010	162 * I
LWV6983	55157664C	6599/2	04/11/2010	230 * V
LXC6763	55160526C	6599/2	09/09/2010	230 * V
LXC6763	55160526C	6637/1	09/09/2010	230 * IX
LXF8292	55160382C	6920/0	08/09/2010	233
LXH9503	55158764C	6599/2	16/06/2010	230 * V
LXI3518	55160093C	5010/0	25/08/2010	162 * I
LXU3341	55160107C	5010/0	20/08/2010	162 * I
LXY8908	54568513C	5010/0	16/10/2010	162 * I
LXY8908	54568513C	6912/0	16/10/2010	232
LYC5798	55161456C	5010/0	15/10/2010	162 * I
LYC5798	55161456C	6912/0	15/10/2010	232
LYI0719	55161355C	6920/0	07/10/2010	233
LYJ3363	54570027C	6599/2	01/08/2010	230 * V
LYR9152	55161911C	6920/0	08/11/2010	233
LYT4614	55161964C	6920/0	08/11/2010	233
LZF3930	54570142C	6920/0	01/10/2010	233
LZF8992	55161507C	5010/0	22/10/2010	162 * I
LZH5115	55165562C	6599/2	24/10/2010	230 * V
LZH5115	55165562C	6610/2	24/10/2010	230 * VII
LZO9628	55155824C	6912/0	08/11/2010	232
LZP7295	55160906C	6599/2	03/10/2010	230 * V
MAH4725	55158019C	6599/2	03/10/2010	230 * V
MAH4725	55158020C	6637/1	03/10/2010	230 * IX
MAK8553	54563735C	6637/1	12/09/2010	230 * IX
MAK8553	54563736C	5010/0	12/09/2010	162 * I
MAK8553	54563736C	6912/0	12/09/2010	232
MAN0091	55156977C	6920/0	03/08/2010	233
MAY2976	55158700C	6920/0	22/06/2010	233
MBG7322	55160340C	5045/0	21/10/2010	162 * V
MBG7322	55160340C	6599/2	21/10/2010	230 * V
MBG7322	55160340C	6912/0	21/10/2010	232
MBO5843	55161610C	6599/2	25/10/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBQ8506	54570687C	6599/2	13/10/2010	230 * V
MBR3717	55165954C	6599/2	20/08/2010	230 * V
MBR3717	55165955C	5045/0	20/08/2010	162 * V
MBS6832	55155037C	5045/0	20/06/2010	162 * V
MBS6832	55155038C	5169/1	20/06/2010	165
MBS6832	55155039C	6599/2	20/06/2010	230 * V
MBS6832	55155040C	6637/1	20/06/2010	230 * IX
MBV6153	55160304C	5010/0	15/10/2010	162 * I
MBV6153	55160305C	6599/2	15/10/2010	230 * V
MBY0044	55159887C	6920/0	17/08/2010	233
MBZ4791	55161933C	6920/0	17/11/2010	233
MCF5559	55161357C	6920/0	14/10/2010	233
MCF9622	55161351C	6920/0	07/10/2010	233
MCI8947	55161805C	5045/0	08/11/2010	162 * V
MCJ1700	55161966C	6920/0	08/11/2010	233
MCJ6733	55160425C	6599/2	30/09/2010	230 * V
MCJ9745	55161278C	6599/2	07/10/2010	230 * V
MCT2651	55161602C	5010/0	23/10/2010	162 * I
MCW3798	55161354C	6920/0	07/10/2010	233
MCW8513	55160855C	6599/2	29/09/2010	230 * V
MCZ0419	55159998C	6653/1	17/08/2010	230 * XI
MDC4435	55160140C	6920/0	30/08/2010	233
MDD1467	54562780C	5010/0	07/10/2010	162 * I
MDD1467	54562780C	6599/2	07/10/2010	230 * V
MDE9661	55159992C	6599/2	17/08/2010	230 * V
MDE9661	55159993C	5010/0	17/08/2010	162 * I
MDJ6855	55154981C	5010/0	08/10/2010	162 * I
MDL8492	55161596C	6556/1	08/11/2010	230 * I
MDQ5339	55165978C	6920/0	30/08/2010	233
MDR4097	55160330C	6599/2	21/10/2010	230 * V
MDR4097	55160331C	5037/1	21/10/2010	162 * III
MDR4097	55160331C	5045/0	21/10/2010	162 * V
MDR6579	55159589C	6920/0	17/08/2010	233
MDT6831	55161270C	6912/0	05/10/2010	232
MDV1140	55161916C	6920/0	08/11/2010	233
MDV5156	55160480C	5010/0	03/09/2010	162 * I
MDV5156	55160480C	6912/0	03/09/2010	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDZ1706	55160432C	6599/2	21/10/2010	230 * V
MEA6845	55160452C	5010/0	27/08/2010	162 * I
MEA6845	55160452C	6912/0	27/08/2010	232
MED2943	55161904C	6920/0	08/11/2010	233
MEG2161	55159996C	6599/2	17/08/2010	230 * V
MEH8929	55165981C	6920/0	30/08/2010	233
MEP5954	55160412C	6556/1	14/09/2010	230 * I
MER0363	55162795C	6599/2	18/08/2010	230 * V
MER0363	55162795C	6912/0	18/08/2010	232
MER0363	55162796C	5037/1	18/08/2010	162 * III
MET6363	55160170C	6599/2	25/08/2010	230 * V
MEV2770	55162988C	6599/2	14/09/2010	230 * V
MFB2197	55159347C	6637/2	23/10/2010	230 * IX
MFB2197	55159350C	6556/4	23/10/2010	230 * I
MFF5448	55161500C	6610/2	20/10/2010	230 * VII
MFH3735	55160124C	6599/2	26/08/2010	230 * V
MFH3735	55160125C	5045/0	26/08/2010	162 * V
MFI9605	55161603C	6556/1	23/10/2010	230 * I
MFL6734	55161852C	6912/0	09/11/2010	232
MFL9372	55157847C	6920/0	17/08/2010	233
MFN3691	55159684C	6912/0	09/08/2010	232
MFQ6797	55161486C	6599/2	18/10/2010	230 * V
MFV1232	55160096C	5010/0	25/08/2010	162 * I
MFW2121	55166015C	5274/1	30/08/2010	175
MFZ3368	55159829C	6920/0	17/08/2010	233
MGA4398	55161268C	6599/2	05/10/2010	230 * V
MGA5528	55161901C	6920/0	08/11/2010	233
MGD7813	55161516C	6912/0	26/10/2010	232
MGF7614	55161951C	6920/0	08/11/2010	233
MGJ6885	55160100C	5010/0	25/08/2010	162 * I
MGJ8955	55161154C	6599/2	01/10/2010	230 * V
MGK3947	55161497C	6610/2	20/10/2010	230 * VII
MGX5732	55160350C	5010/0	29/10/2010	162 * I
MGX5732	55161611C	6599/2	29/10/2010	230 * V
MGX8632	55161526C	6637/2	26/10/2010	230 * IX
MGY2831	55156878C	5010/0	07/11/2010	162 * I
MGZ6971	55161922C	5010/0	11/11/2010	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHG2193	55160458C	6653/1	27/08/2010	230 * XI
MHI6035	55160339C	6599/2	21/10/2010	230 * V
MHI6546	55159514C	6556/1	09/11/2010	230 * I
MHK2709	55161481C	5010/0	18/10/2010	162 * I
MHW7940	55161489C	6599/2	18/10/2010	230 * V
MIB0180	55160701C	6912/0	10/09/2010	232
MMH0666	55165975C	6920/0	30/08/2010	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1131/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJH9489	55162147C	6920/0	07/12/2010	233
AJN2026	55161709C	6912/0	23/11/2010	232
ALX4994	55161532C	6599/2	27/10/2010	230 * V
AMQ9617	55162890C	5045/0	05/11/2010	162 * V
AMQ9617	55162891C	6580/0	05/11/2010	230 * IV
ANT7801	55156747C	5010/0	30/10/2010	162 * I
AOE4205	55161772C	6920/0	03/11/2010	233
APZ8283	55157028C	6637/1	20/11/2010	230 * IX
BVZ3954	55161716C	6599/2	23/11/2010	230 * V
CED9526	55154638C	6599/2	04/11/2010	230 * V
CHM1459	55161580C	6920/0	03/11/2010	233
CPM2677	55161534C	5045/0	28/10/2010	162 * V
CPM2677	55161534C	6599/2	28/10/2010	230 * V
CPU1269	55159259C	6610/2	28/11/2010	230 * VII
CQW3997	55158438C	6920/0	29/01/2010	233
DAN8814	55161771C	6920/0	03/11/2010	233
DFG1737	55161347C	6599/2	31/10/2010	230 * V
DIP8623	55161778C	6920/0	03/11/2010	233
GXM6701	55161549C	6920/0	03/11/2010	233
GYA8549	55161770C	6920/0	03/11/2010	233
HGR8387	55162178C	5010/0	25/11/2010	162 * I
ILY4156	55161915C	6920/0	08/11/2010	233
JWM5864	54570599C	5045/0	31/01/2010	162 * V
JWT0053	55162373C	6920/0	07/12/2010	233
JZB4515	55161717C	6971/0	25/11/2010	238
KUC8813	55162363C	6920/0	07/12/2010	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LNM7102	55162329C	6920/0	07/12/2010	233
LWT5837	55160437C	5010/0	08/12/2010	162 * I
LWT5837	55160438C	6599/2	08/12/2010	230 * V
LWT5837	55160439C	5118/0	08/12/2010	164 c/c 162 * I
LWV2595	55162370C	6920/0	07/12/2010	233
LXA9848	55161936C	5045/0	25/11/2010	162 * V
LXA9848	55161938C	6912/0	25/11/2010	232
LXV6826	55161578C	6920/0	03/11/2010	233
LYC2626	55162149C	6920/0	07/12/2010	233
LYF1278	55161585C	6599/2	04/11/2010	230 * V
LZI2612	55162184C	6556/4	27/11/2010	230 * I
MAB9789	55161783C	6920/0	03/11/2010	233
MAG9768	55161649C	6920/0	04/11/2010	233
MAR0836	55160865C	5274/1	03/10/2010	175
MAR0836	55160866C	5274/2	03/10/2010	175
MAR0836	55160867C	6610/2	03/10/2010	230 * VII
MBA7282	55162342C	6920/0	07/12/2010	233
MBD3626	55161914C	6920/0	08/11/2010	233
MBG6693	55162102C	6920/0	17/11/2010	233
MBZ8525	55162187C	5010/0	27/11/2010	162 * I
MCB3455	55161581C	6920/0	03/11/2010	233
MCT3042	55158104C	6599/2	16/11/2010	230 * V
MCX1762	55162190C	6599/2	29/11/2010	230 * V
MDI6125	55154702C	5010/0	31/01/2010	162 * I
MDJ1486	55156746C	5010/0	30/10/2010	162 * I
MDM6877	55161567C	6920/0	03/11/2010	233
MDO2383	55162311C	6920/0	07/12/2010	233
MDP4831	55162175C	6599/2	25/11/2010	230 * V
MDP4831	55162176C	5053/1	25/11/2010	162 * VI
MDX8822	55161345C	6912/0	29/10/2010	232
MDZ5437	55160924C	6912/0	28/10/2010	232
MDZ5437	55160925C	5169/1	28/10/2010	165
MDZ5573	55161715C	5010/0	23/11/2010	162 * I
MDZ5573	55161715C	6599/2	23/11/2010	230 * V
MEE2747	55161513C	6599/2	26/10/2010	230 * V
MEE2747	55161513C	6912/0	26/10/2010	232
MEM3234	55161651C	6599/2	25/10/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEM3234	55161652C	5010/0	25/10/2010	162 * I
MEW8108	55162173C	5010/0	25/11/2010	162 * I
MEX2338	54568514C	6599/2	01/12/2010	230 * V
MEZ8118	55161583C	6920/0	03/11/2010	233
MFI7918	55162317C	6920/0	07/12/2010	233
MFL7732	54567172C	6599/2	02/12/2010	230 * V
MFL7732	54567173C	5010/0	02/12/2010	162 * I
MFO6501	55162368C	6920/0	07/12/2010	233
MFQ2762	54562575C	6610/2	01/12/2010	230 * VII
MFQ2762	54562576C	6602/0	01/12/2010	230 * VI
MFQ2762	54562577C	5061/0	01/12/2010	163 c/c 162 * I
MFR2885	55161546C	5045/0	29/10/2010	162 * V
MFR2885	55161546C	6599/2	29/10/2010	230 * V
MGQ9535	55161522C	6599/2	26/10/2010	230 * V
MGU9003	55161528C	6599/2	26/10/2010	230 * V
MHG0301	55160756C	6637/1	11/09/2010	230 * IX
MHH8271	55161802C	5010/0	05/11/2010	162 * I
MHJ0030	55161634C	6920/0	03/11/2010	233
MHT0429	55161704C	5010/0	23/11/2010	162 * I
MHT0429	55161705C	5118/0	23/11/2010	164 c/c 162 * I
MHU9197	55161531C	5045/0	27/10/2010	162 * V
MIV0430	55162372C	6920/0	07/12/2010	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Editais de Notificação - 2010

1012, 1016, 1017, 1020, 1022, 1024, 1027, 1031, 1034, 1038, 1042, 1046, 1048, 1052, 1056, 1063, 1067, 1070, 1075, 1079, 1083, 1094, 1099, 1102, 1106, 1112, 1118, 1121, 1125, 1129, 1133.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1012/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYZ1815	55163684C	5010/0	03/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYZ1815	55163684C	6599/2	03/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBJ1594	55163402C	6599/2	21/09/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1016/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFT0721	55158283C	6610/2	19/10/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LWW5819	54566058C	5274/1	18/09/2009	R\$ 191,53	175
LWW5819	54566059C	6599/2	18/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYC0800	55163382C	6599/2	19/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYC0800	55163383C	6556/1	19/09/2009	R\$ 191,53	230 * I
MEF2641	54563410C	5010/0	21/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEF2641	54563410C	6912/0	21/10/2009	R\$ 53,20	232
MEN0076	55163352C	6912/0	26/08/2009	R\$ 53,20	232
MFF4889	55158280C	6599/2	15/10/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1017/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CIA2210	CV00092158	6238/0	05/12/2005	R\$ 127,69	218 * II * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1020/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEY5028	55163088C	6920/0	06/10/2009	R\$ 127,69	233
AKC1473	54566640C	6920/0	05/01/2009	R\$ 127,69	233
CXX8787	54566643C	6920/0	05/01/2009	R\$ 127,69	233
GYP0446	54566644C	6920/0	05/01/2009	R\$ 127,69	233
LCA4168	54566647C	6920/0	05/01/2009	R\$ 127,69	233
LXC1990	54566049C	6599/2	08/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXC1990	54566049C	6610/2	08/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LXC1990	54566049C	6637/1	08/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LXU7256	54567939C	5010/0	08/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYT8130	55153976C	5010/0	13/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYW9699	54566516C	6599/2	04/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZE7821	54566705C	6599/2	10/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
LZV3781	54567912C	6920/0	05/01/2009	R\$ 127,69	233
MAC9759	54563646C	6599/2	11/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAD9597	54568667C	6920/0	21/01/2009	R\$ 127,69	233
MAQ0918	54562837C	6556/1	09/12/2008	R\$ 191,53	230 * I
MAQ0918	54562837C	6599/2	09/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MAS7573	54567154C	6599/2	07/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBA4477	54567357C	6912/0	18/12/2008	R\$ 53,20	232
MBH7366	54565912C	6599/2	22/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBK3457	54566081C	6599/2	12/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCA3241	54569580C	6963/1	03/03/2009	R\$ 127,69	237
MCE0527	54565223C	5010/0	14/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCL2268	55132426A	6599/0	16/06/2007	R\$ 191,54	230 * V
MCM5208	55163081C	6920/0	28/09/2009	R\$ 127,69	233
MCZ0265	55158354C	5010/0	08/10/2009	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCZ0265	55158354C	6912/0	08/10/2009	R\$ 53,20	232
MCZ0265	55158355C	6653/1	08/10/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MDP3767	54563894C	6599/2	31/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MDP3767	54563896C	6556/1	31/12/2008	R\$ 191,53	230 * I
MDP3767	54563897C	5010/0	31/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MDR4997	54563193C	6610/2	11/12/2008	R\$ 127,69	230 * VII
MEF7781	55163911C	6599/2	07/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEI1645	54569110C	6912/0	27/02/2009	R\$ 53,20	232
MEI1645	54569112C	6653/2	27/02/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MEI1645	54569113C	6602/0	27/02/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MEO6026	54567906C	6920/0	05/01/2009	R\$ 127,69	233
MEO9380	54569800C	5010/0	15/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHA8491	54564016C	5061/0	20/12/2008	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHA8491	54564017C	5010/0	20/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MHA8491	54564017C	6912/0	20/12/2008	R\$ 53,20	232
MIO2820	54562962C	7340/0	26/02/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MMM0264	54567895C	5010/0	14/01/2009	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1022/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBL7147	55153975C	6599/2	13/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCV2816	55132229A	5010/0	09/10/2006	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1024/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CFC8524	55155201C	6599/2	10/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBA2514	55162866C	6599/2	13/11/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1027/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GRO9140	54570575C	6599/2	22/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
HFG9317	54570582C	6599/2	22/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
HFG9317	54570583C	6912/0	22/10/2009	R\$ 53,20	232
IDY8325	55162962C	6912/0	19/11/2009	R\$ 53,20	232
IDY8325	55162963C	6637/2	19/11/2009	R\$ 127,69	230 * IX
IFI6895	55164218C	6637/1	14/10/2009	R\$ 127,69	230 * IX
IGU8115	54570579C	6599/2	22/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
IMQ4654	54562998C	6610/2	23/10/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LWR9127	54571797C	6599/2	27/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXJ3421	55162938C	6599/2	07/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXJ3421	55162939C	5010/0	07/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYN6741	55163156C	5010/0	06/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCO4105	55162925C	6599/2	26/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEG4624	54571768C	6599/2	21/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHL7362	54567215C	5169/1	08/08/2009	R\$ 957,69	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1031/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBN1616	55164001C	5010/0	11/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBQ1875	54567160C	6599/2	07/10/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1034/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFV9887	55158252C	6599/2	09/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
DET7898	55163087C	6920/0	06/10/2009	R\$ 127,69	233
DZO8538	55163951C	5010/0	22/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
HEA3287	55163096C	6920/0	08/10/2009	R\$ 127,69	233
JGB3495	54571323C	6920/0	26/10/2009	R\$ 127,69	233
LYB2784	54562999C	6599/2	23/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZZ3307	54569396C	6599/2	30/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAT8404	55155056C	6637/1	09/12/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBU9442	55158291C	6599/2	21/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBW0231	54571306C	6556/5	06/10/2009	R\$ 191,53	230 * I
MDA1147	55154352C	5010/0	21/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDA1147	55154353C	5274/2	21/10/2009	R\$ 191,53	175
MDA1147	55154354C	5118/0	21/10/2009	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDA1147	55154355C	6637/1	21/10/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MDA1147	55154356C	5169/1	21/10/2009	R\$ 957,69	165
MDI2882	55163699C	6599/2	07/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEE9217	55162904C	6637/2	13/09/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MES4549	54564550C	5010/0	11/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MES4549	54571919C	6912/0	11/11/2009	R\$ 53,20	232
MES4549	54571920C	6637/1	11/11/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFF7248	54566932C	6599/2	08/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGE2450	54571800C	6912/0	27/10/2009	R\$ 53,20	232
MGF5656	54565983C	5010/0	23/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGF5656	54565984C	6580/0	23/11/2009	R\$ 191,53	230 * IV
MGO4371	55158271C	6912/0	15/10/2009	R\$ 53,20	232
MGT9151	55158253C	5045/0	09/10/2009	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMM1976	54565690C	6599/2	08/10/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1038/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMB1189	55158333C	6912/0	23/10/2009	R\$ 53,20	232
AMS3294	55164144C	6610/2	14/11/2009	R\$ 127,69	230 * VII
CZH7793	55163938C	6920/0	16/10/2009	R\$ 127,69	233
DGC8010	55155116C	6920/0	11/12/2009	R\$ 127,69	233
ICE6508	55154905C	6610/2	21/11/2009	R\$ 127,69	230 * VII
ICE6508	55154906C	6726/1	21/11/2009	R\$ 127,69	230 * XVIII
LNG6880	55154320C	6920/0	09/11/2009	R\$ 127,69	233
LWR7012	54564448C	5010/0	23/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAT8404	55155055C	5010/0	09/12/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBC5063	55226646B	5010/0	06/01/2008	R\$ 574,61	162 * I
MBC5063	55226647B	6599/0	06/01/2008	R\$ 191,54	230 * V
MBC5063	55226647B	6912/0	06/01/2008	R\$ 53,20	232
MBY3622	54571784C	5045/0	23/10/2009	R\$ 191,53	162 * V
MCI5337	55153973C	6599/2	13/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCI5337	55153974C	6912/0	13/10/2009	R\$ 53,20	232
MCQ3864	55162941C	6599/2	24/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCQ3864	55162946C	6637/2	24/11/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MDI3293	55162931C	6610/2	26/10/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MDY6958	55163729C	6599/2	04/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MER7141	54569260C	5010/0	04/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFS2596	55164114C	6653/2	27/10/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MFZ7493	55163108C	5010/0	11/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFZ7493	55163109C	6556/1	11/09/2009	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1042/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IBM5885	55154360C	5169/1	21/11/2009	R\$ 957,69	165
MHG3420	55164127C	5045/0	10/11/2009	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1046/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFO3221	55154861C	6599/2	24/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEP8637	55164205C	6599/2	07/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFG5860	55154681C	6920/0	23/11/2009	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1048/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZH5115	55163953C	5010/0	29/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZH5115	55163954C	6556/1	29/09/2009	R\$ 191,53	230 * I
LZH5115	55163954C	6599/2	29/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBJ1594	55163402C	5010/0	21/09/2009	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1052/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CMN1903	55155124C	6920/0	11/12/2009	R\$ 127,69	233
HEW6530	55154801C	5045/0	14/11/2009	R\$ 191,53	162 * V
LXD0016	55154338C	6920/0	19/11/2009	R\$ 127,69	233
MBK5429	55154678C	6920/0	23/11/2009	R\$ 127,69	233
MFI5184	54567239C	6599/2	13/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFS7039	54563528C	6556/1	12/11/2009	R\$ 191,53	230 * I
MFS7039	54563528C	6599/2	12/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFS7039	54563529C	6912/0	12/11/2009	R\$ 53,20	232
MJC0878	55155148C	6920/0	21/12/2009	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1056/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DNS5392	55155277C	6920/0	04/01/2010	R\$ 127,69	233
DZK9759	55155142C	6920/0	21/12/2009	R\$ 127,69	233
LXB6661	55163871C	7340/0	30/01/2010	R\$ 85,12	252 * IV
LXB6661	55163872C	6912/0	30/01/2010	R\$ 53,20	232
LYC0800	55163384C	5010/0	19/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAC8558	54567169C	6599/2	28/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBN3852	55154895C	6912/0	17/12/2009	R\$ 53,20	232
MCL0353	55165547C	5010/0	23/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCL0353	55165547C	6912/0	23/01/2010	R\$ 53,20	232
MCO3628	55153983C	6599/2	10/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCO3628	55153983C	6920/0	10/11/2009	R\$ 127,69	233
MCO3628	55153985C	5274/1	10/11/2009	R\$ 191,53	175
MCR9429	54565638C	5010/0	29/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDR6189	55154892C	6599/2	17/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEF2692	54568265C	5010/0	08/12/2009	R\$ 574,61	162 * I
MET6149	55162867C	5045/0	13/11/2009	R\$ 191,53	162 * V
MFH5594	54564609C	7340/0	20/01/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MGC3572	55155686C	5010/0	02/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGU7714	55155668C	5010/0	29/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
MJR6969	54565033C	6610/2	29/01/2010	R\$ 127,69	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1063/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFT0053	54567246C	6610/2	20/01/2010	R\$ 127,69	230 * VII
AQB5031	55155917C	6920/0	24/02/2010	R\$ 127,69	233
BKD4744	55163966C	6599/2	14/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
DCO3818	55155786C	6920/0	04/02/2010	R\$ 127,69	233
DMX2558	55155651C	6556/1	27/01/2010	R\$ 191,53	230 * I
LWR0061	54566579C	6920/0	01/02/2010	R\$ 127,69	233
LYU6512	54563138C	6610/2	07/10/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MAH4219	54562731C	5010/0	17/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBR1953	55165528C	6912/0	19/01/2010	R\$ 53,20	232
MDD1246	54565926C	6599/2	10/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDD1246	54565927C	5045/0	10/02/2010	R\$ 191,53	162 * V
MED9097	54562720C	6912/0	11/01/2010	R\$ 53,20	232
MED9097	54562721C	6637/2	11/01/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MF7103	55155503C	6912/0	19/01/2010	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1067/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZW9044	54569730C	6602/0	02/02/2010	R\$ 191,53	230 * VI
LZW9044	54569730C	6637/1	02/02/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MAT1333	54562722C	5010/0	04/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MAT1333	54562723C	6599/2	04/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAT1333	54562724C	6556/1	04/02/2010	R\$ 191,53	230 * I
MAT1333	54562725C	6912/0	04/02/2010	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1070/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BQM7464	55155401C	5010/0	15/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
BQM7464	55155402C	5061/0	15/01/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
BQM7464	55155403C	6599/2	15/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
CXS2151	55155937C	5037/1	25/02/2010	R\$ 574,61	162 * III
CXS2151	55155938C	6599/2	25/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXC5875	54562984C	5010/0	08/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXC5875	54562986C	6700/2	08/04/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
LXL5620	54570219C	6599/2	07/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXL5620	54570219C	6963/1	07/04/2009	R\$ 127,69	237
LXQ3502	54569966C	6912/0	13/03/2009	R\$ 53,20	232
LXQ3502	54569967C	6963/1	13/03/2009	R\$ 127,69	237
LYJ2613	54570078C	5010/0	21/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZZ3008	54570229C	6599/2	08/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZZ3008	54570229C	6726/1	08/04/2009	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAU9796	54569899C	6637/1	01/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBZ6557	54569702C	6599/2	29/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBZ6557	54569702C	6769/1	29/03/2009	R\$ 85,12	230 * XXII
MBZ6557	54569702C	6912/0	29/03/2009	R\$ 53,20	232
MCC1318	55155003C	6599/2	12/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCS4263	55160667C	6599/2	06/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDZ5573	54570223C	5045/0	07/04/2009	R\$ 191,53	162 * V
MEG8896	54570960C	6637/1	13/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MEG8896	54570960C	7340/0	13/04/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MEV0494	54569756C	6653/2	03/03/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MEY7123	54562648C	6637/1	12/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MEY7123	54566347C	5010/0	21/04/2009	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEY7123	54566347C	6637/1	21/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFH9040	54569766C	6599/2	15/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFW8028	54571216C	5010/0	07/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFW8028	54571217C	6556/1	07/04/2009	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1075/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALQ9352	55156245C	6920/0	04/03/2010	R\$ 127,69	233
AMM7474	54565735C	6610/2	31/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
AXZ1110	55158434C	6920/0	29/01/2010	R\$ 127,69	233
CSO5472	54572018C	7340/0	17/03/2010	R\$ 85,12	252 * IV
DEQ9577	54569514C	6599/2	05/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
HQF3647	54571170C	6610/2	03/04/2009	R\$ 127,69	230 * VII
IFJ4009	54571219C	5010/0	07/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
IHQ6101	55156410C	6912/0	12/03/2010	R\$ 53,20	232
IHQ6101	55156411C	6599/2	12/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
IKO2500	54570953C	6610/2	01/04/2009	R\$ 127,69	230 * VII
JOW8017	54570777C	6610/2	02/04/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LWR0238	54571121C	6637/2	09/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LWX9559	54567315C	5010/0	17/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXB5570	55156321C	6599/2	05/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXB5570	55156322C	6912/0	05/03/2010	R\$ 53,20	232
LXC5815	54569353C	6599/2	27/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXC5875	54562985C	6610/2	08/04/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LXE7541	54570796C	6599/2	06/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXF5630	54571168C	6599/2	03/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXF5630	54571169C	6912/0	03/04/2009	R\$ 53,20	232
LXO9838	54568472C	6556/1	20/04/2009	R\$ 191,53	230 * I
LYJ2613	54570078C	6912/0	21/03/2009	R\$ 53,20	232
LYO7406	54570105C	5010/0	19/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYO7406	54570105C	6912/0	19/03/2009	R\$ 53,20	232
LYO7406	54570106C	6637/1	19/03/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LYR3121	54570787C	5010/0	02/04/2009	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYR3121	54570788C	6599/2	02/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYX2209	54569598C	5010/0	09/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZJ6932	54571239C	5010/0	14/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZL2801	54570094C	5010/0	31/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZO6959	54569596C	6599/2	09/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZU4249	54571934C	6599/2	27/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZU7389	54570221C	6769/1	07/04/2009	R\$ 85,12	230 * XXII
LZV0481	55158444C	6920/0	29/01/2010	R\$ 127,69	233
MAM9913	54571171C	5010/0	03/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAS1711	54571206C	6556/1	06/04/2009	R\$ 191,53	230 * I
MAS1711	54571206C	6599/2	06/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAU9796	54569899C	6599/2	01/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAU9796	54569900C	6556/5	01/04/2009	R\$ 191,53	230 * I
MAW9748	54571103C	5010/0	02/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBE6486	55154256C	6599/2	19/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBI4248	54571240C	6599/2	14/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBJ2232	55165548C	6599/2	23/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBU1709	55160673C	5045/0	08/02/2010	R\$ 191,53	162 * V
MBW3906	55155694C	6599/2	02/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBY9518	54568252C	6637/1	21/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MCA0758	54567167C	6599/2	28/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCF7639	54565035C	6599/2	03/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCG3696	54570405C	6599/2	17/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCL5833	54570782C	5010/0	02/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCM5233	55155926C	6920/0	24/02/2010	R\$ 127,69	233
MCS2769	54571160C	5010/0	02/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCV1302	55155427C	5045/0	23/01/2010	R\$ 191,53	162 * V
MCV1302	55155427C	6912/0	23/01/2010	R\$ 53,20	232
MCZ0381	54562920C	6637/1	24/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MCZ0381	54562921C	5010/0	24/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDA3758	54565940C	5045/0	16/02/2010	R\$ 191,53	162 * V
MDE9139	54565410C	5010/0	26/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDE9139	54565411C	6599/2	26/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDN8490	55155281C	6920/0	04/01/2010	R\$ 127,69	233
MDP0313	55155681C	5045/0	02/02/2010	R\$ 191,53	162 * V
MDX0358	55155945C	5010/0	01/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDX0358	55155946C	6637/2	01/03/2010	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDX0416	55158435C	6920/0	29/01/2010	R\$ 127,69	233
MDY1495	54564133C	6599/2	02/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDZ5573	54570222C	6599/2	07/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDZ7458	54569978C	5010/0	13/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEB5376	54571246C	6599/2	14/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEC5939	55155589C	6599/2	23/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEG3544	54571202C	5010/0	06/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEH7838	54569852C	6599/2	09/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEM7600	54570095C	6599/2	02/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEN7010	55155667C	6912/0	29/01/2010	R\$ 53,20	232
MEP8402	54570239C	6912/0	08/04/2009	R\$ 53,20	232
MER6535	54571211C	6912/0	06/04/2009	R\$ 53,20	232
MEV4881	55155864C	6599/2	16/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEV8775	54571111C	6653/1	03/04/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MFA7121	54570081C	6912/0	23/03/2009	R\$ 53,20	232
MFD5133	54564090C	6637/2	07/03/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFD5133	54564091C	5010/0	07/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFE2396	55156241C	5010/0	02/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFE2396	55156241C	6912/0	02/03/2010	R\$ 53,20	232
MFG3600	54565868C	7340/0	03/03/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MFJ7352	54570363C	5010/0	17/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFT3960	55163121C	6637/1	29/03/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MFT3960	55163122C	5010/0	29/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFT3960	55163124C	5061/0	29/03/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFT6549	54570361C	6912/0	16/04/2009	R\$ 53,20	232
MFY3888	55156313C	6912/0	05/03/2010	R\$ 53,20	232
MGD4368	54571250C	6599/2	14/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGD4368	54571250C	6653/1	14/04/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MGV4485	55156701C	5274/1	22/03/2010	R\$ 191,53	175
MGX9550	55155422C	6653/1	23/01/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MGY2962	54568711C	5010/0	21/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHB2049	55160664C	5010/0	06/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHP2081	55156343C	5010/0	10/03/2010	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1079/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACQ5592	55155625C	6599/2	12/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
ACQ5592	55155626C	5045/0	12/04/2010	R\$ 191,53	162 * V
DKX0118	55156687C	6920/0	30/03/2010	R\$ 127,69	233
LBK6587	54570069C	6599/2	21/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXM0443	54569633C	6599/2	07/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXM0443	54569634C	6912/0	07/04/2010	R\$ 53,20	232
LZA1556	54562912C	5010/0	07/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZF1681	55154018C	6920/0	08/04/2010	R\$ 127,69	233
LZJ5763	54563704C	5010/0	17/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
LZJ5763	54563705C	6599/2	17/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZU7389	54570221C	6556/1	07/04/2009	R\$ 191,53	230 * I
MAC7293	55155930C	6920/0	24/02/2010	R\$ 127,69	233
MAZ1280	55164229C	6610/2	17/03/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MBD3257	55156354C	6912/0	26/03/2010	R\$ 53,20	232
MBL2554	54570798C	5045/0	06/04/2009	R\$ 191,53	162 * V
MDO7504	55156405C	6653/1	12/03/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MDO7504	55156406C	5010/0	12/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDR7064	54564100C	5010/0	26/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDU0586	55155087C	5010/0	16/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDX2049	54571175C	6599/2	03/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDX2049	54571177C	6912/0	03/04/2009	R\$ 53,20	232
MDX6543	54569886C	6653/1	26/03/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MEA2654	54571201C	5010/0	06/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEZ0822	55156338C	5010/0	08/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFC5069	54569154C	6599/2	06/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFE0383	54567990C	6920/0	16/03/2009	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFI7654	55156240C	6912/0	02/03/2010	R\$ 53,20	232
MFJ9561	54564899C	5010/0	15/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFJ9561	54564900C	6556/3	15/03/2010	R\$ 191,53	230 * I
MFN1026	54570088C	5010/0	23/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHD5103	55156421C	5010/0	12/03/2010	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1083/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
APR1692	55156602C	6920/0	22/03/2010	R\$ 127,69	233
BGC5583	55156652C	6920/0	22/03/2010	R\$ 127,69	233
HRF4980	54569463C	6920/0	20/04/2010	R\$ 127,69	233
IKR6969	55155799C	6920/0	22/03/2010	R\$ 127,69	233
LBK0903	55157128C	6920/0	15/04/2010	R\$ 127,69	233
LYK8551	55156627C	6920/0	22/03/2010	R\$ 127,69	233
MAW4067	55157121C	6920/0	15/04/2010	R\$ 127,69	233
MBA5054	55156651C	6920/0	22/03/2010	R\$ 127,69	233
MGD5608	55153659C	6912/0	16/04/2010	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1094/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGZ6259	55157539C	6920/0	17/05/2010	R\$ 127,69	233
AKP2503	55158004C	6912/0	02/06/2010	R\$ 53,20	232
AQK0657	55157919C	6920/0	31/05/2010	R\$ 127,69	233
AVS1931	55157882C	6599/2	26/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
AVS1931	55157883C	5045/0	26/05/2010	R\$ 191,53	162 * V
DCV5526	55158515C	6920/0	31/05/2010	R\$ 127,69	233
DRY1720	55157367C	6912/0	13/05/2010	R\$ 53,20	232
FPG2804	55157433C	6920/0	31/05/2010	R\$ 127,69	233
JXO5468	55157452C	6920/0	03/05/2010	R\$ 127,69	233
KLM4401	55157932C	6920/0	31/05/2010	R\$ 127,69	233
LOT2049	55155252C	6920/0	22/12/2009	R\$ 127,69	233
LWX1640	55162784C	6599/2	10/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXZ5256	55158680C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
LYP2273	55158681C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
LYX2080	55164249C	6610/2	23/04/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MAG4497	54568560C	6912/0	10/04/2010	R\$ 53,20	232
MAR4381	55156718C	5045/0	30/05/2010	R\$ 191,53	162 * V
MAW4084	55157559C	6610/2	25/05/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MAW5166	55157881C	6599/2	26/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBL5575	55158641C	6599/2	14/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBS9068	55158582C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
MBY4332	55158958C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
MCG6283	55158638C	5045/0	14/06/2010	R\$ 191,53	162 * V
MCW5258	55154677C	6912/0	20/11/2009	R\$ 53,20	232
MDK3708	55156720C	6912/0	30/05/2010	R\$ 53,20	232
MEK0259	55157292C	5010/0	29/04/2010	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFH5738	55164130C	6599/2	12/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFV6032	55155031C	6599/2	27/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGC5616	54563424C	5010/0	04/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGF8591	55163627C	6599/2	02/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGI3592	55157885C	5010/0	26/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGI3592	55157885C	6912/0	26/05/2010	R\$ 53,20	232
MGX2240	55155033C	6637/1	05/06/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MHR2483	55158517C	6920/0	31/05/2010	R\$ 127,69	233
MIB8445	55157285C	5045/0	29/04/2010	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1099/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JMU3170	54563143C	6599/2	25/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
JMU3170	54563143C	6610/2	25/05/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MET8183	55158756C	6599/2	16/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MET8183	55158757C	5045/0	16/06/2010	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1102/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADF1340	55158966C	6920/0	06/07/2010	R\$ 127,69	233
AOB9951	54567122C	6599/2	01/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
AXE0051	55158212C	5169/1	09/06/2010	R\$ 957,69	165
DKG1109	54569465C	6920/0	20/04/2010	R\$ 127,69	233
DKQ5467	55158707C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
ICH0702	55158856C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
LYF7678	55158720C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
LYM8559	55158703C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
MAZ9404	55159242C	6599/2	30/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEG8874	54568239C	6556/1	08/06/2009	R\$ 191,53	230 * I
MEK0259	55157292C	6912/0	29/04/2010	R\$ 53,20	232
MFP1838	55156909C	6920/0	06/07/2010	R\$ 127,69	233
MFV0642	55158755C	6912/0	16/06/2010	R\$ 53,20	232
MFV3122	55158539C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
MGG9792	55157876C	6599/2	26/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGM3090	55158721C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
MGS1742	55158777C	5045/0	18/06/2010	R\$ 191,53	162 * V
MHJ0715	55158853C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1106/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFN1953	55158621C	6599/2	08/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
AZX0033	55155711C	6599/2	01/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
CHY6823	55158780C	6599/2	18/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
COY3466	55158896C	6920/0	06/07/2010	R\$ 127,69	233
CQY3210	55157394C	6920/0	31/05/2010	R\$ 127,69	233
DRV6753	55158899C	6920/0	06/07/2010	R\$ 127,69	233
ELD8665	55159406C	6920/0	16/07/2010	R\$ 127,69	233
IFR2193	55158449C	6920/0	29/01/2010	R\$ 127,69	233
JNR3949	55156388C	6920/0	15/04/2010	R\$ 127,69	233
JOZ7514	55162878C	5010/0	30/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXQ2339	55153697C	6920/0	03/05/2010	R\$ 127,69	233
LXU8650	55159573C	6920/0	03/08/2010	R\$ 127,69	233
LYI5560	55156781C	6610/2	07/07/2010	R\$ 127,69	230 * VII
LYQ2238	55157492C	5045/0	07/05/2010	R\$ 191,53	162 * V
LYQ2238	55157493C	6599/2	07/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYQ9593	55156483C	6599/2	11/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZH5471	55158445C	6920/0	29/01/2010	R\$ 127,69	233
LZV3702	55158624C	6599/2	08/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAE8995	55159445C	5010/0	28/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MAP0955	55158675C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
MBF4430	54565199C	6599/2	27/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBI3931	55156372C	6599/2	07/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBL1738	55166002C	6599/2	02/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCN9538	55162788C	6610/2	03/06/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MCS4263	55160667C	6556/1	06/02/2010	R\$ 191,53	230 * I
MCV0204	55156116C	6599/2	19/07/2010	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCV8007	54572061C	6912/0	16/07/2010	R\$ 53,20	232
MDA3728	55157122C	6920/0	15/04/2010	R\$ 127,69	233
MDI6681	54568925C	6599/2	22/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDI6681	54571844C	5010/0	08/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDK3782	55156431C	6912/0	19/04/2010	R\$ 53,20	232
MDL7692	55159715C	6920/0	03/08/2010	R\$ 127,69	233
MEO4127	55157343C	6599/2	26/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEQ5550	55157312C	6912/0	03/05/2010	R\$ 53,20	232
MEQ5550	55157313C	6610/2	03/05/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MEQ5550	55162880C	5274/1	02/05/2010	R\$ 191,53	175
MFC5528	55154811C	6599/2	16/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFD3878	54564942C	6599/2	02/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFL0553	55158618C	6912/0	08/06/2010	R\$ 53,20	232
MGR4992	55155765C	6920/0	01/02/2010	R\$ 127,69	233
MGT1184	55156642C	6599/2	06/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGY3899	55162977C	5169/1	03/06/2010	R\$ 957,69	165
MHL2172	55157570C	5010/0	07/07/2010	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1112/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKD0460	55157332C	6920/0	17/05/2010	R\$ 127,69	233
AKD8203	55159407C	6920/0	16/07/2010	R\$ 127,69	233
AMP9517	55159408C	6920/0	16/07/2010	R\$ 127,69	233
BFD7434	55157769C	6599/2	17/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
BGS0640	55159842C	6920/0	17/08/2010	R\$ 127,69	233
DEN2304	55157376C	6920/0	17/05/2010	R\$ 127,69	233
DER5515	55164050C	6920/0	16/07/2010	R\$ 127,69	233
EES4393	55157540C	6920/0	17/05/2010	R\$ 127,69	233
FAF9972	55159969C	6920/0	18/08/2010	R\$ 127,69	233
IEL2073	55157486C	6912/0	07/05/2010	R\$ 53,20	232
IIZ4112	55157509C	6912/0	13/05/2010	R\$ 53,20	232
KWF0911	55158928C	6912/0	30/06/2010	R\$ 53,20	232
LCI9635	55155043C	6599/2	11/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYP5672	55159661C	6920/0	03/08/2010	R\$ 127,69	233
LZB8294	55159209C	6920/0	16/07/2010	R\$ 127,69	233
MAT7289	55159862C	5010/0	10/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MAT7289	55159863C	6700/1	10/08/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
MAT7289	55159864C	6610/2	10/08/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MBK9324	55164031C	6912/0	14/07/2010	R\$ 53,20	232
MCA6874	55159857C	6599/2	10/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCD4531	55159580C	6920/0	03/08/2010	R\$ 127,69	233
MCF2193	55159482C	6920/0	20/07/2010	R\$ 127,69	233
MCM3904	55159832C	6920/0	17/08/2010	R\$ 127,69	233
MCO8551	54566949C	5010/0	11/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCO8551	54566950C	6599/2	11/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCS1072	55156251C	6653/2	07/07/2010	R\$ 127,69	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDE0002	54564244C	5169/1	05/06/2010	R\$ 957,69	165
MDG2607	55159356C	6920/0	16/07/2010	R\$ 127,69	233
MDL0034	55159584C	6920/0	17/08/2010	R\$ 127,69	233
MEF1387	55157411C	6920/0	17/05/2010	R\$ 127,69	233
MEN3808	55157419C	6920/0	17/05/2010	R\$ 127,69	233
MES4320	55159836C	6920/0	17/08/2010	R\$ 127,69	233
MFR8432	55159230C	6920/0	20/07/2010	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1118/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAU1757	55163961C	5169/1	23/12/2009	R\$ 957,69	165
MBE1906	55155435C	6599/2	25/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBE1906	55155436C	6637/2	25/01/2010	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1121/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALM7783	55158547C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
AMC2795	55160058C	5010/0	19/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
AMC2795	55160059C	6599/2	19/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
APK3575	55159747C	6912/0	10/08/2010	R\$ 53,20	232
IJF6143	55158704C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
LYH0803	55159570C	6920/0	03/08/2010	R\$ 127,69	233
LZG8958	55157777C	6599/2	05/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZW1084	55159824C	6599/2	16/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBG0586	55159853C	6610/2	06/08/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MBH8231	55159247C	6920/0	30/07/2010	R\$ 127,69	233
MBS9675	55156989C	5010/0	16/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBV4928	55159576C	6920/0	03/08/2010	R\$ 127,69	233
MDE7512	54562561C	5010/0	11/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDG6173	55160017C	6920/0	30/08/2010	R\$ 127,69	233
MDK4452	55159727C	6920/0	03/08/2010	R\$ 127,69	233
MEL2473	55159873C	6599/2	11/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEP7660	55159446C	5010/0	28/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGK0153	55155384C	6637/1	07/07/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MGU9343	55159693C	6599/2	11/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGX6447	54564245C	5045/0	03/08/2010	R\$ 191,53	162 * V
MHC1902	55157726C	6920/0	30/07/2010	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1125/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANR5591	55160489C	6920/0	08/09/2010	R\$ 127,69	233
BMF1153	55158864C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
GDE1000	55160783C	6610/2	18/09/2010	R\$ 127,69	230 * VII
HPP3692	55158545C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
LUV1557	55165959C	6912/0	20/08/2010	R\$ 53,20	232
LXJ1126	55155627C	6920/0	14/04/2010	R\$ 127,69	233
LZI2216	55160105C	6912/0	20/08/2010	R\$ 53,20	232
MBE4814	55160027C	6599/2	15/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBE4814	55160028C	6912/0	15/09/2010	R\$ 53,20	232
MBE9566	55160727C	6920/0	22/09/2010	R\$ 127,69	233
MBL9323	55161054C	6920/0	23/09/2010	R\$ 127,69	233
MCX7743	55162993C	6599/2	14/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCZ5613	54572079C	6599/2	27/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDF2655	54569237C	6920/0	23/08/2010	R\$ 127,69	233
MDJ2451	55160782C	6912/0	18/09/2010	R\$ 53,20	232
MEJ8536	54570660C	6920/0	27/09/2010	R\$ 127,69	233
MEN0835	55160750C	6920/0	27/09/2010	R\$ 127,69	233
MFK3551	55160115C	5045/0	24/08/2010	R\$ 191,53	162 * V
MFL6831	54562777C	5010/0	04/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFL6831	54562778C	6599/2	04/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFL6831	54562779C	6637/1	04/08/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MFQ6638	54563738C	6599/2	13/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFQ6638	54563739C	5045/0	13/09/2010	R\$ 191,53	162 * V
MFQ6638	54563739C	6912/0	13/09/2010	R\$ 53,20	232
MFW7871	55160901C	5010/0	19/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHW3464	54567094C	6912/0	10/09/2010	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKI0830	54572075C	6912/0	27/08/2010	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1129/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEX2825	55155389C	5010/0	03/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
AHR8087	55160451C	6912/0	27/08/2010	R\$ 53,20	232
AJV3063	55154969C	6920/0	04/10/2010	R\$ 127,69	233
AMB6758	54572083C	6920/0	08/09/2010	R\$ 127,69	233
APD6566	55156128C	6556/5	31/07/2010	R\$ 191,53	230 * I
BJA2012	55158584C	6920/0	22/06/2010	R\$ 127,69	233
CGO7857	55159711C	6920/0	03/08/2010	R\$ 127,69	233
CMP0443	55159723C	6920/0	03/08/2010	R\$ 127,69	233
CSA0513	55156153C	6700/1	25/02/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
CVC6335	55155388C	6610/2	22/07/2010	R\$ 127,69	230 * VII
IHL8001	54572070C	6920/0	23/08/2010	R\$ 127,69	233
JLB5962	54569249C	6599/2	23/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
JLB5962	54569250C	5010/0	23/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
LZI2216	55160105C	5010/0	20/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MAL2582	55163975C	6599/2	28/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAN7668	55155391C	5274/3	09/08/2010	R\$ 191,53	175
MAS0712	55159833C	6920/0	17/08/2010	R\$ 127,69	233
MBB4340	55157417C	6920/0	17/05/2010	R\$ 127,69	233
MCH7215	55156436C	6599/2	20/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDI6681	54568925C	6637/2	22/05/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MDI6681	54568926C	6653/1	22/05/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MDI6681	54571845C	6637/2	08/06/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MDK9792	55154624C	6599/2	19/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDS2239	55160394C	6920/0	08/09/2010	R\$ 127,69	233
MDY5632	55160060C	6599/2	19/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDZ1151	55156560C	6912/0	06/07/2010	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEJ5981	55160180C	6920/0	08/09/2010	R\$ 127,69	233
MET6291	54563734C	6408/0	12/09/2010	R\$ 85,12	221
MEZ9451	55159973C	6920/0	18/08/2010	R\$ 127,69	233
MFF1189	55156999C	5010/0	18/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFG6104	55160098C	6599/2	25/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFK3551	55160116C	6599/2	24/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGD9148	55160062C	6912/0	19/08/2010	R\$ 53,20	232
MGG8532	55158881C	6920/0	06/07/2010	R\$ 127,69	233
MGV3540	55159447C	6912/0	28/07/2010	R\$ 53,20	232
MHN9356	55160461C	5010/0	27/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHN9356	55160461C	6912/0	27/08/2010	R\$ 53,20	232
MHP7952	55160389C	6920/0	08/09/2010	R\$ 127,69	233
MJD6620	55160111C	6599/2	24/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MJD6620	55160112C	5045/0	24/08/2010	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1133/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DDQ6336	55160735C	6920/0	23/09/2010	R\$ 127,69	233
LXI6999	55157534C	6920/0	17/05/2010	R\$ 127,69	233
LZB0816	54572097C	6599/2	10/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZB0816	54572098C	5045/0	10/09/2010	R\$ 191,53	162 * V
LZR3315	55161075C	6920/0	27/09/2010	R\$ 127,69	233
MAS7264	55160407C	5010/0	07/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBB4932	55156005C	5045/0	16/09/2010	R\$ 191,53	162 * V
MBL7322	54571938C	6556/4	09/02/2010	R\$ 191,53	230 * I
MBL7322	55163132C	5010/0	04/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCH0666	55160745C	6610/1	25/09/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MCM3904	55160525C	5010/0	09/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCP3793	55160513C	5010/0	03/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCP3793	55160514C	6599/2	03/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDF5046	55156007C	6599/2	16/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDK4451	55161298C	5010/0	19/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDK4451	55161298C	6912/0	19/10/2010	R\$ 53,20	232
MDK4451	55161299C	6599/2	19/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDR4097	55160119C	5010/0	24/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDZ8121	55161061C	6920/0	23/09/2010	R\$ 127,69	233
MFQ1841	55160781C	5010/0	18/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHA0424	55155575C	6556/1	23/01/2010	R\$ 191,53	230 * I
MHJ9235	55160773C	6599/2	16/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MHK3127	55162987C	5010/0	14/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHM9575	55156229C	5010/0	26/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHT5960	55155884C	6920/0	24/02/2010	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Editais de Notificação - 2010

573, 576, 579, 583, 586, 589, 593, 597, 601, 604, 610, 614, 622, 626, 630, 634, 638, 642, 644, 649, 653, 657, 659, 665, 669, 673, 677, 681, 684, 688, 692, 696.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 573/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IKT4917	55125787C	6599/2	10/11/2009	230 * V
JLO2822	55128838C	6912/0	07/12/2009	232
LYU5969	55128825C	6408/0	03/12/2009	221
MEJ2822	55125732C	6637/2	25/10/2009	230 * IX
MGP4083	55128439C	5010/0	01/12/2009	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 576/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DCC1803	55131260C	6599/2	15/12/2009	230 * V
MEQ0530	55130913C	6599/2	08/12/2009	230 * V
MES5771	55129337C	6653/1	08/11/2009	230 * XI
MES5771	55129338C	6637/1	08/11/2009	230 * IX
MHB3881	55128430C	6637/1	18/11/2009	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 579/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DGO1993	55631047B	6599/2	13/11/2009	230 * V
LXF5987	55123446C	5045/0	22/11/2009	162 * V
LXF5987	55123447C	6599/2	22/11/2009	230 * V
LXP2012	55128539C	5010/0	07/12/2009	162 * I
LXU7098	55128847C	5045/0	08/12/2009	162 * V
LYD0839	55128077C	6912/0	08/12/2009	232
LYU5201	55131052C	5010/0	15/12/2009	162 * I
MDH7085	55121577C	6599/2	24/11/2009	230 * V
MDR7303	55130917C	6599/2	09/12/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 583/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBY7678	55133827C	6912/0	25/01/2010	232
MFB6523	55131438C	6696/2	22/01/2010	230 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 586/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IHE6163	55131002C	6637/2	15/12/2009	230 * IX
IHE6163	55131003C	6637/2	15/12/2009	230 * IX
IHE6163	55131004C	6653/1	15/12/2009	230 * XI
IMQ4654	55131290C	6610/2	17/12/2009	230 * VII
IMQ4654	55131291C	6700/2	17/12/2009	230 * XVI
LYD8868	55129803C	6599/2	26/11/2009	230 * V
LYL8534	55129745C	6599/2	07/12/2009	230 * V
LZW8341	55128279C	6637/2	08/12/2009	230 * IX
MAC6723	55121586C	6599/2	17/12/2009	230 * V
MAR0478	55130356C	6599/2	20/11/2009	230 * V
MBI5388	55131682C	7340/0	29/12/2009	252 * IV
MBW6363	55132104C	7340/0	29/12/2009	252 * IV
MBX6268	55128845C	7340/0	08/12/2009	252 * IV
MCB9670	55128291C	6599/2	29/12/2009	230 * V
MCB9670	55128292C	5045/0	29/12/2009	162 * V
MCI2862	55128449C	6599/2	08/12/2009	230 * V
MCI6616	55132255C	6637/1	05/01/2010	230 * IX
MDC0167	55128445C	6599/2	07/12/2009	230 * V
MDC0167	55128446C	5010/0	07/12/2009	162 * I
MDD1038	55125790C	6599/2	12/11/2009	230 * V
MDE7522	55131523C	6912/0	21/12/2009	232
MDH4689	55132025C	7340/0	29/12/2009	252 * IV
MDP3126	55132296C	7340/0	06/01/2010	252 * IV
MDQ2621	55131524C	5045/0	21/12/2009	162 * V
MEH3400	55131214C	6700/2	17/12/2009	230 * XVI
MEH3400	55131215C	6769/3	17/12/2009	230 * XXII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEM7630	55635393B	5045/0	17/12/2009	162 * V
MEP4577	55132029C	7340/0	29/12/2009	252 * IV
MEP4577	55132384C	7340/0	06/01/2010	252 * IV
MES7344	55132053C	5010/0	29/12/2009	162 * I
MEU1900	55130690C	5045/0	04/12/2009	162 * V
MEW5332	55132171C	7340/0	05/01/2010	252 * IV
MFJ6526	55125891C	6637/1	26/11/2009	230 * IX
MFJ6526	55125892C	7340/0	26/11/2009	252 * IV
MFY1481	55131913C	7340/0	28/12/2009	252 * IV
MFZ1339	55131227C	6599/2	22/12/2009	230 * V
MGD4151	55131928C	6599/2	29/12/2009	230 * V
MGE1570	55132156C	7340/0	05/01/2010	252 * IV
MGH7530	55131529C	6912/0	22/12/2009	232
MGI2242	55130530C	7331/0	21/12/2009	252 * III
MGS5234	55129747C	5045/0	07/12/2009	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 589/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEG3264	55131972C	6637/2	29/12/2009	230 * IX
MEI3035	55132523C	6637/1	08/01/2010	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 593/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYD7128	55132080C	7340/0	05/01/2010	252 * IV
LZN4942	55133598C	6610/2	19/01/2010	230 * VII
MAF3402	55131060C	6599/2	19/01/2010	230 * V
MAW6255	55132874C	5010/0	14/01/2010	162 * I
MAW6255	55132875C	6599/2	14/01/2010	230 * V
MBO6942	55133051C	5010/0	11/01/2010	162 * I
MCS7355	55133271C	7340/0	13/01/2010	252 * IV
MDC4781	55131057C	6912/0	11/01/2010	232
MEA4107	55133473C	6599/2	15/01/2010	230 * V
MEE9418	55132325C	7340/0	06/01/2010	252 * IV
MEN2128	55133553C	6637/1	14/01/2010	230 * IX
MEO0657	55130931C	6769/3	11/12/2009	230 * XXII
MEY8181	55131462C	5045/0	21/12/2009	162 * V
MFS4541	55131784C	7340/0	28/12/2009	252 * IV
MFY4218	55128846C	6599/2	08/12/2009	230 * V
MGA9229	55133001C	7340/0	11/01/2010	252 * IV
MGC3412	55132032C	7340/0	29/12/2009	252 * IV
MGU5912	55133405C	7340/0	14/01/2010	252 * IV
MHD0445	55132886C	6653/1	16/01/2010	230 * XI
MHJ5160	55132614C	6599/2	15/01/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 597/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APO9060	55130432C	6599/2	19/01/2010	230 * V
BYA8384	55131054C	5010/0	15/12/2009	162 * I
CBT5986	55133474C	6599/2	15/01/2010	230 * V
CBV8040	55130437C	6700/2	19/01/2010	230 * XVI
CGM9509	55128249C	6599/2	18/01/2010	230 * V
CGM9509	55132672C	6912/0	18/01/2010	232
HZR0671	55131280C	6769/3	17/12/2009	230 * XXII
IGZ0377	55131557C	6912/0	21/12/2009	232
IGZ0377	55131558C	6599/2	21/12/2009	230 * V
KST3848	55129599C	6599/2	04/02/2010	230 * V
LHJ4795	55132965C	6599/2	27/01/2010	230 * V
LHJ4795	55132966C	5010/0	27/01/2010	162 * I
LWS0659	55134021C	5045/0	25/01/2010	162 * V
LWV5932	55132427C	6700/2	15/01/2010	230 * XVI
LWV5932	55132428C	6610/2	15/01/2010	230 * VII
LXC3709	55129157C	5274/1	09/12/2009	175
LYS8610	55133302C	7340/0	13/01/2010	252 * IV
LZQ4683	55132959C	6599/2	19/01/2010	230 * V
MBJ4908	55130612C	6602/0	12/01/2010	230 * VI
MBT1719	55132746C	6599/2	11/01/2010	230 * V
MBY3937	55133683C	5010/0	19/01/2010	162 * I
MBY3937	55133684C	6408/0	19/01/2010	221
MCJ4871	55133203C	6602/0	14/01/2010	230 * VI
MCZ7595	55130447C	6599/2	25/01/2010	230 * V
MDN4767	55134019C	6700/2	25/01/2010	230 * XVI
MDO3086	55132608C	6653/1	11/01/2010	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDO5900	55133451C	6700/2	14/01/2010	230 * XVI
MDT1321	55132134C	7340/0	05/01/2010	252 * IV
MDY4869	55133372C	7340/0	13/01/2010	252 * IV
MEJ6166	55133676C	7340/0	18/01/2010	252 * IV
MEN2020	55131206C	6599/2	05/12/2009	230 * V
MEZ0021	55130522C	5010/0	17/12/2009	162 * I
MFB3290	55133201C	6637/2	14/01/2010	230 * IX
MFD1435	55132609C	6602/0	11/01/2010	230 * VI
MFF7713	55132292C	7340/0	06/01/2010	252 * IV
MFI7654	55121588C	6912/0	17/12/2009	232
MFO9794	55133668C	7340/0	18/01/2010	252 * IV
MGB0836	55134456C	6637/1	30/01/2010	230 * IX
MGB0836	55134457C	6610/2	30/01/2010	230 * VII
MGK3042	55133597C	6602/0	19/01/2010	230 * VI
MJP4840	55134018C	6599/2	25/01/2010	230 * V
MPL6174	55130003C	6599/2	11/01/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 601/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DVC0791	55133754C	6602/0	26/01/2010	230 * VI
LXH4148	55132638C	7340/0	27/01/2010	252 * IV
LZC5017	55133829C	6637/1	26/01/2010	230 * IX
MAI4484	55133752C	6602/0	24/01/2010	230 * VI
MCP0699	55622080C	7340/0	19/02/2010	252 * IV
MCV6467	55131986C	6599/2	03/02/2010	230 * V
MCV6467	55131987C	5045/0	03/02/2010	162 * V
MDD2534	55132621C	5045/0	19/01/2010	162 * V
MDD2534	55132622C	6599/2	19/01/2010	230 * V
MEC0942	55623027C	6637/2	02/03/2010	230 * IX
MEI2075	55129017C	6599/2	25/01/2010	230 * V
MEL7562	55134995C	6602/0	12/02/2010	230 * VI
MEL7562	55134996C	6700/2	12/02/2010	230 * XVI
MEL7562	55134997C	6912/0	12/02/2010	232
MEM7630	55134763C	6912/0	08/02/2010	232
MEM7630	55134764C	5045/0	08/02/2010	162 * V
MER3174	55622077C	6637/2	19/02/2010	230 * IX
MER3174	55622078C	6637/2	19/02/2010	230 * IX
MFK5850	55134231C	5010/0	19/02/2010	162 * I
MFK5850	55134232C	6599/2	19/02/2010	230 * V
MFN1904	55131444C	5045/0	28/01/2010	162 * V
MFN1904	55131445C	6599/2	28/01/2010	230 * V
MFY5089	55128798C	5045/0	27/01/2010	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 604/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXQ5282	55135004C	6599/2	08/02/2010	230 * V
MBA8326	55622057C	6602/0	18/02/2010	230 * VI
MBP1391	55132916C	5045/0	29/01/2010	162 * V
MED2911	55123380C	7340/0	03/02/2010	252 * IV
MEF3492	55134229C	7340/0	19/02/2010	252 * IV
MET1202	55133512C	7340/0	03/02/2010	252 * IV
MET1202	55133513C	5010/0	03/02/2010	162 * I
MGE1632	55134183C	7340/0	02/02/2010	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 610/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGE5184	55135001C	5010/0	08/02/2010	162 * I
AGE5184	55135002C	5118/0	08/02/2010	164 c/c 162 * I
LXE7735	55621977C	5045/0	11/02/2010	162 * V
LXE7735	55621978C	6599/2	11/02/2010	230 * V
LYS3266	55134856C	6599/2	08/02/2010	230 * V
LYS3266	55134857C	5045/0	08/02/2010	162 * V
LYY9821	55134530C	6637/1	02/02/2010	230 * IX
LZD7436	55130448C	6599/2	27/01/2010	230 * V
LZI6009	55636774B	6599/2	08/02/2010	230 * V
LZQ2070	55622266C	6599/2	18/02/2010	230 * V
MAK9180	55131447C	6599/2	29/01/2010	230 * V
MAV4745	55135010C	6599/2	11/02/2010	230 * V
MBC5860	55622573C	7340/0	24/02/2010	252 * IV
MBF5486	55621706C	6602/0	08/02/2010	230 * VI
MBK5429	55133364C	7340/0	13/01/2010	252 * IV
MBN6816	55134989C	6637/2	11/02/2010	230 * IX
MCB2251	55134962C	6599/2	08/02/2010	230 * V
MCC2937	55134993C	5010/0	12/02/2010	162 * I
MCN8083	55134669C	6599/2	10/02/2010	230 * V
MCQ6184	55134674C	7340/0	11/02/2010	252 * IV
MDM7606	55622580C	7340/0	25/02/2010	252 * IV
MDQ2146	55622067C	6637/2	18/02/2010	230 * IX
MED1300	55133940C	6599/2	22/01/2010	230 * V
MEG8874	55134028C	6610/2	25/01/2010	230 * VII
MEJ4526	55622094C	7340/0	22/02/2010	252 * IV
MEO8851	55622570C	7340/0	24/02/2010	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEU3470	55131443C	6599/2	27/01/2010	230 * V
MEW2317	55130449C	6599/2	27/01/2010	230 * V
MEW9581	55132986C	7340/0	09/02/2010	252 * IV
MFF7632	55621723C	6610/2	09/02/2010	230 * VII
MFF7713	55133669C	7340/0	18/01/2010	252 * IV
MGC7358	55132902C	6599/2	12/01/2010	230 * V
MGG7463	55622110C	6610/2	18/02/2010	230 * VII
MGJ2839	55622571C	7340/0	24/02/2010	252 * IV
MGX5852	55134657C	5010/0	09/02/2010	162 * I
MGY7862	55132792C	7340/0	08/01/2010	252 * IV
MHI0142	55134160C	7340/0	28/01/2010	252 * IV
MHN2920	55621702C	6599/2	08/02/2010	230 * V
MHP1912	55129527C	6602/0	19/02/2010	230 * VI
MHP1912	55129528C	7340/0	19/02/2010	252 * IV
MJZ8960	55134899C	6599/2	12/02/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 614/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAE8648	55623659C	6599/2	09/03/2010	230 * V
AAE8648	55623660C	6912/0	09/03/2010	232
AIK7302	55621846C	6653/1	22/03/2010	230 * XI
AIK7302	55625315C	6637/2	07/04/2010	230 * IX
AIK7302	55625416C	6637/1	09/04/2010	230 * IX
AKF2629	55125571C	6599/2	13/03/2010	230 * V
AYU9009	55624917C	6599/2	25/03/2010	230 * V
IBP8407	55133838C	6912/0	27/01/2010	232
IBY3797	55133521C	6610/2	11/02/2010	230 * VII
IHH5727	55621744C	6700/2	10/02/2010	230 * XVI
LOM2023	55134617C	6408/0	03/02/2010	221
LRX1602	55623527C	5045/0	05/03/2010	162 * V
LWX2803	55624683C	6637/1	29/03/2010	230 * IX
LXC2578	55623470C	6599/2	05/03/2010	230 * V
LXC2578	55623471C	5045/0	05/03/2010	162 * V
LXO9838	55624653C	5010/0	23/03/2010	162 * I
LXO9838	55624654C	6637/1	23/03/2010	230 * IX
LXO9838	55624655C	6610/2	23/03/2010	230 * VII
LXR9252	55621845C	5274/2	21/03/2010	175
LZU6965	55622813C	5010/0	25/02/2010	162 * I
MAA7365	55624893C	7340/0	30/03/2010	252 * IV
MAA8562	55624915C	5010/0	25/03/2010	162 * I
MAA8562	55624916C	5118/0	25/03/2010	164 c/c 162 * I
MAL7963	55624431C	5010/0	27/03/2010	162 * I
MAL7963	55624432C	6637/1	27/03/2010	230 * IX
MAL7963	55624433C	6653/1	27/03/2010	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAP5207	55134762C	6599/2	08/02/2010	230 * V
MBD2567	55621835C	6700/2	16/03/2010	230 * XVI
MBD4165	55134880C	6408/0	10/02/2010	221
MBR7738	55624368C	6599/2	22/03/2010	230 * V
MBX9608	55624883C	6769/3	30/03/2010	230 * XXII
MCB4407	55622064C	6637/2	18/02/2010	230 * IX
MCE1488	55624786C	7340/0	23/03/2010	252 * IV
MCI0259	55623674C	6599/2	12/03/2010	230 * V
MCI2327	55624126C	6700/2	16/03/2010	230 * XVI
MCJ5426	55623024C	6599/2	02/03/2010	230 * V
MCJ7675	55133131C	7340/0	13/01/2010	252 * IV
MCL5320	55623472C	5010/0	05/03/2010	162 * I
MCS1463	55622565C	7340/0	23/02/2010	252 * IV
MCT6233	55622598C	7340/0	25/02/2010	252 * IV
MCY0879	55624114C	6599/2	14/03/2010	230 * V
MDL5264	55135003C	6599/2	08/02/2010	230 * V
MDN2235	55622575C	7340/0	24/02/2010	252 * IV
MDP9418	55132918C	6599/2	05/03/2010	230 * V
MDS8002	55623026C	5045/0	02/03/2010	162 * V
MDT4744	55636769B	6610/2	05/02/2010	230 * VII
MDU2208	55622086C	7340/0	19/02/2010	252 * IV
MDV1971	55623042C	6599/2	04/03/2010	230 * V
MDV4669	55624764C	6637/1	22/03/2010	230 * IX
MDW0227	55130015C	5045/0	25/01/2010	162 * V
MDW7610	55129590C	6599/2	27/01/2010	230 * V
MDW7610	55129591C	6912/0	27/01/2010	232
MDZ0427	55624355C	6700/2	16/03/2010	230 * XVI
MED5273	55623041C	6637/2	04/03/2010	230 * IX
MEE3222	55621848C	6653/1	22/03/2010	230 * XI
MEE4479	55134875C	6599/2	10/02/2010	230 * V
MEE4479	55134876C	6912/0	10/02/2010	232
MEE4479	55134877C	6637/2	10/02/2010	230 * IX
MEF2116	55625078C	6602/0	05/04/2010	230 * VI
MEG7971	55624675C	5045/0	30/03/2010	162 * V
MEG7971	55624676C	6637/1	30/03/2010	230 * IX
MEI3156	55134602C	6602/0	02/02/2010	230 * VI
MEJ3728	55621729C	6599/2	09/02/2010	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEK9668	55134965C	7340/0	09/02/2010	252 * IV
MEM2509	55622893C	6599/2	04/03/2010	230 * V
MEO5605	55624787C	7340/0	23/03/2010	252 * IV
MER7141	55622572C	7340/0	24/02/2010	252 * IV
MET6305	55624710C	6637/1	23/03/2010	230 * IX
MEU4846	55134863C	6556/1	09/02/2010	230 * I
MEU5835	55625457C	7340/0	31/03/2010	252 * IV
MEU5905	55625405C	6653/2	05/04/2010	230 * XI
MEW0741	55132989C	7340/0	11/02/2010	252 * IV
MEW5891	55624205C	7340/0	13/03/2010	252 * IV
MEY9600	55623305C	7340/0	03/03/2010	252 * IV
MFD1435	55128097C	6602/0	13/03/2010	230 * VI
MFD3752	55624416C	5045/0	20/03/2010	162 * V
MFG1876	55625014C	6637/2	04/04/2010	230 * IX
MFG1876	55625015C	6653/1	04/04/2010	230 * XI
MFH8010	55625028C	6599/2	08/04/2010	230 * V
MFH8152	55622508C	7340/0	23/02/2010	252 * IV
MFJ5395	55621737C	6700/2	10/02/2010	230 * XVI
MFM7624	55122836C	6637/1	28/02/2010	230 * IX
MFM7624	55122837C	6599/2	28/02/2010	230 * V
MFN6065	55134984C	6599/2	10/02/2010	230 * V
MFP4813	55622583C	7340/0	25/02/2010	252 * IV
MFR4332	55636770B	6599/2	05/02/2010	230 * V
MFR4332	55636771B	6408/0	05/02/2010	221
MFT2254	55622093C	7340/0	22/02/2010	252 * IV
MFY3858	55133636C	5010/0	19/03/2010	162 * I
MGA1908	55621840C	6599/2	18/03/2010	230 * V
MGB2996	55625323C	6653/2	08/04/2010	230 * XI
MGF2464	55621833C	6653/1	15/03/2010	230 * XI
MGF2464	55621834C	6602/0	15/03/2010	230 * VI
MGH2182	55621747C	6599/2	10/02/2010	230 * V
MGI3370	55134884C	6700/1	11/02/2010	230 * XVI
MGI5579	55624685C	5010/0	30/03/2010	162 * I
MGJ3379	55625417C	6653/2	08/04/2010	230 * XI
MGM6630	55624242C	6599/2	15/03/2010	230 * V
MGP0270	55624765C	6700/2	22/03/2010	230 * XVI
MGQ8962	55624265C	6637/2	17/03/2010	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHB4002	55624193C	6912/0	17/03/2010	232
MHH0279	55621716C	5045/0	09/02/2010	162 * V
MHI2503	55622279C	7340/0	19/02/2010	252 * IV
MHI4742	55636768B	7340/0	03/02/2010	252 * IV
MHO1815	55622111C	5010/0	18/02/2010	162 * I
MLX9900	55134998C	6700/2	12/02/2010	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 622/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMU0600	55625346C	6637/1	16/04/2010	230 * IX
BJF5582	55625101C	5045/0	25/03/2010	162 * V
BJF5582	55625102C	6912/0	25/03/2010	232
DVD7760	55625098C	5045/0	13/04/2010	162 * V
DVD7760	55625099C	6599/2	13/04/2010	230 * V
INY1658	55621825C	6653/1	10/03/2010	230 * XI
LYO7406	55626064C	6637/1	17/04/2010	230 * IX
LYO7406	55626065C	6610/2	17/04/2010	230 * VII
LZN5333	55623808C	6599/2	09/03/2010	230 * V
LZN5333	55623809C	5010/0	09/03/2010	162 * I
MAS2265	55625953C	7340/0	09/04/2010	252 * IV
MBB0176	55624868C	6599/2	25/03/2010	230 * V
MBE5829	55624837C	5010/0	25/03/2010	162 * I
MBM4399	55626312C	6769/3	22/04/2010	230 * XXII
MBM4399	55626358C	6637/1	22/04/2010	230 * IX
MBM4399	55626359C	6653/2	22/04/2010	230 * XI
MBR4911	55624657C	6610/2	23/03/2010	230 * VII
MBV6692	55623297C	6599/2	19/04/2010	230 * V
MCC9953	55131047C	6637/2	25/03/2010	230 * IX
MCE7194	55128096C	6602/0	13/03/2010	230 * VI
MCM0093	55623678C	6971/0	17/03/2010	238
MCS2318	55134053C	5045/0	16/04/2010	162 * V
MDF1483	55625439C	6637/1	14/04/2010	230 * IX
MDF1483	55625440C	5010/0	14/04/2010	162 * I
MDL3124	55626382C	6653/2	27/04/2010	230 * XI
MDN2089	55625072C	6602/0	31/03/2010	230 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDP4718	55626348C	6912/0	28/04/2010	232
MDS3284	55625326C	6602/0	12/04/2010	230 * VI
MDS3284	55625434C	6599/2	12/04/2010	230 * V
MDS3284	55625435C	5045/0	12/04/2010	162 * V
MDT6831	55624797C	7340/0	23/03/2010	252 * IV
MDY9600	55131086C	6599/2	12/04/2010	230 * V
MEK4985	55626062C	6637/1	17/04/2010	230 * IX
MEK4985	55626063C	6610/2	17/04/2010	230 * VII
MEM7373	55625961C	7340/0	09/04/2010	252 * IV
MEM7373	55625962C	5010/0	09/04/2010	162 * I
MEO7231	55624478C	7340/0	18/03/2010	252 * IV
MEQ0237	55626624C	6637/2	27/04/2010	230 * IX
MEX1128	55625659C	6653/1	12/04/2010	230 * XI
MFD5012	55134120C	6602/0	13/03/2010	230 * VI
MFE4290	55133791C	6599/2	16/03/2010	230 * V
MFL1617	55626306C	6653/2	20/04/2010	230 * XI
MFY2469	55626127C	6602/0	16/04/2010	230 * VI
MGS3171	55625821C	6599/2	16/04/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 626/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DCN2473	55625341C	5045/0	14/04/2010	162 * V
DCN2473	55625447C	6637/1	14/04/2010	230 * IX
DCN2473	55625448C	6637/2	14/04/2010	230 * IX
LYY8848	55125735C	6599/2	13/03/2010	230 * V
MHR8144	55625403C	6637/1	05/04/2010	230 * IX
MIH8600	55625061C	6610/2	25/03/2010	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 630/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEI1374	55625340C	6556/5	14/04/2010	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 634/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DDL6451	55626861C	6599/2	26/04/2010	230 * V
HDJ9989	55628218C	6610/2	19/05/2010	230 * VII
HDJ9989	55628219C	6700/2	19/05/2010	230 * XVI
LXU5999	55626671C	6599/2	28/04/2010	230 * V
LZD8241	55626406C	6599/2	27/04/2010	230 * V
MBH6528	55624656C	6610/2	23/03/2010	230 * VII
MDP4718	55626347C	5045/0	28/04/2010	162 * V
MDU3238	55627247C	5010/0	14/05/2010	162 * I
MDU3238	55627248C	6599/2	14/05/2010	230 * V
MEC0132	55626355C	6408/0	19/04/2010	221
MEC0132	55626356C	6912/0	19/04/2010	232
MEI1374	55625339C	6637/1	14/04/2010	230 * IX
MEI1374	55625442C	5010/0	14/04/2010	162 * I
MEL0875	55625507C	6556/1	06/04/2010	230 * I
MEM1384	55625402C	6637/1	05/04/2010	230 * IX
MEN6504	55628223C	6599/2	20/05/2010	230 * V
MEV7646	55623222C	6637/1	08/04/2010	230 * IX
MEX1901	55625316C	6599/2	07/04/2010	230 * V
MFA4703	55625625C	6610/2	05/05/2010	230 * VII
MFB7778	55625636C	6637/1	22/05/2010	230 * IX
MFI5381	55625985C	6912/0	13/05/2010	232
MFI5381	55625986C	6599/2	13/05/2010	230 * V
MFJ4018	55625327C	6653/2	09/04/2010	230 * XI
MGD4478	55628853C	6653/1	24/05/2010	230 * XI
MGO4279	55626316C	6769/3	22/04/2010	230 * XXII
MHA3044	55127386C	5045/0	31/08/2009	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHF4281	55626742C	5010/0	13/05/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 638/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGD6566	55126627C	6599/2	19/05/2010	230 * V
BGU2386	55627917C	6610/2	26/05/2010	230 * VII
GOL9452	55627881C	6580/0	21/05/2010	230 * IV
IJE0752	55628579C	6637/1	31/05/2010	230 * IX
IJE0752	55628580C	6637/2	31/05/2010	230 * IX
LCC1232	55623169C	6637/1	05/05/2010	230 * IX
LCC1232	55623170C	6610/2	05/05/2010	230 * VII
LXK6008	55626349C	6769/3	28/04/2010	230 * XXII
MAT9479	55628003C	6599/2	14/05/2010	230 * V
MBI4561	55628709C	6599/2	23/05/2010	230 * V
MCF4095	55626335C	6637/1	26/04/2010	230 * IX
MCZ9541	55625618C	6599/2	27/04/2010	230 * V
MDT6831	55628875C	6599/2	01/06/2010	230 * V
MDT6831	55628876C	6556/1	01/06/2010	230 * I
MEL1504	55626080C	5045/0	08/05/2010	162 * V
MEP8442	55135039C	6637/1	18/04/2010	230 * IX
MER8160	55627455C	7323/3	05/05/2010	252 * II
MER8160	55627456C	7358/0	05/05/2010	252 * V
MET2767	55625750C	7340/0	13/04/2010	252 * IV
MEU4846	55627382C	6637/2	04/05/2010	230 * IX
MFF0321	55627862C	6637/2	14/05/2010	230 * IX
MFF0321	55628111C	6653/2	14/05/2010	230 * XI
MFF0321	55628112C	6599/2	14/05/2010	230 * V
MFF0321	55628113C	5010/0	14/05/2010	162 * I
MFF3310	55627177C	6602/0	04/05/2010	230 * VI
MF9911	55628860C	6653/1	25/05/2010	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGN5629	55627360C	6637/2	30/04/2010	230 * IX
MHY2153	55623238C	6637/1	04/05/2010	230 * IX
MIF9685	55627886C	7340/0	25/05/2010	252 * IV
MIF9685	55627887C	6602/0	25/05/2010	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 642/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDS1424	55621838C	6653/1	18/03/2010	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 644/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DJF2293	55131059C	6599/2	19/01/2010	230 * V
LWU7396	55629900C	6602/0	17/06/2010	230 * VI
LZT6625	55627802C	6653/1	15/05/2010	230 * XI
MAR8228	55628005C	6599/2	14/05/2010	230 * V
MAX5586	55625987C	6610/2	13/05/2010	230 * VII
MBK3713	55629336C	6599/2	11/06/2010	230 * V
MCH1593	55628783C	6602/0	15/06/2010	230 * VI
MCZ1904	55628712C	6599/2	24/05/2010	230 * V
MDQ4149	55627952C	6637/2	13/05/2010	230 * IX
MDQ4243	55628131C	6602/0	06/06/2010	230 * VI
MDQ4243	55628132C	6637/2	06/06/2010	230 * IX
MEN5891	55134779C	6602/0	19/02/2010	230 * VI
MET6305	55628769C	6637/1	10/06/2010	230 * IX
MFP8278	55133680C	7340/0	18/01/2010	252 * IV
MGX3835	55627957C	5045/0	14/05/2010	162 * V
MHS9023	55630031C	6637/2	27/06/2010	230 * IX
MIG3785	55629625C	6637/1	21/06/2010	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 649/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DMM1839	55629104C	6599/2	31/05/2010	230 * V
INY1658	55627870C	6653/2	20/05/2010	230 * XI
INY1658	55627871C	6637/1	20/05/2010	230 * IX
JPG0096	55622337C	6599/2	25/05/2010	230 * V
LAY4575	55124450C	6599/2	07/07/2010	230 * V
LXY3370	55630022C	6700/1	23/06/2010	230 * XVI
LZK1503	55630032C	6653/1	27/06/2010	230 * XI
MAH1011	55130836C	6599/2	28/05/2010	230 * V
MDY1494	55627913C	6653/1	24/05/2010	230 * XI
MDY1865	55629936C	6599/2	30/06/2010	230 * V
MEA9465	55627807C	6653/1	20/05/2010	230 * XI
MEP4625	55627882C	6556/1	21/05/2010	230 * I
MEP9877	55630030C	6602/0	27/06/2010	230 * VI
MFA0355	55623246C	6602/0	20/05/2010	230 * VI
MFA0355	55623247C	6653/2	20/05/2010	230 * XI
MFA0355	55623248C	6912/0	20/05/2010	232
MFA0355	55627866C	6912/0	20/05/2010	232
MFD1745	55626380C	6653/2	27/04/2010	230 * XI
MFR3458	55131700C	5045/0	19/05/2010	162 * V
MHG6175	55629660C	6912/0	15/06/2010	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 653/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJZ3076	55628779C	6637/2	15/06/2010	230 * IX
MAT9479	55629739C	6599/2	07/07/2010	230 * V
MBK2048	55629129C	6971/0	14/06/2010	238
MED3152	55629930C	6599/2	30/06/2010	230 * V
MEQ0992	55631102C	6599/2	16/07/2010	230 * V
MIZ0600	55628508C	6637/1	09/06/2010	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 657/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCY9645	55625884C	5010/0	12/05/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 659/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKT1971	55630229C	5010/0	26/07/2010	162 * I
CDC4804	55628147C	5045/0	06/07/2010	162 * V
DXE8972	55630134C	5045/0	28/07/2010	162 * V
IDT0553	55134647C	6599/2	07/02/2010	230 * V
IDT0553	55134648C	5010/0	07/02/2010	162 * I
KQJ1842	55631228C	6599/2	26/07/2010	230 * V
LXN5056	55630602C	5010/0	06/07/2010	162 * I
LXU9034	55630754C	5010/0	10/07/2010	162 * I
LXU9034	55630755C	6599/2	10/07/2010	230 * V
MCJ3984	55134433C	6653/1	05/02/2010	230 * XI
MCJ3984	55134435C	6599/2	05/02/2010	230 * V
MCZ0569	55629722C	6599/2	29/06/2010	230 * V
MDI3293	55630805C	7218/0	09/07/2010	248
MDI3293	55630806C	6599/2	09/07/2010	230 * V
MDS0133	55631244C	6599/2	30/07/2010	230 * V
MDT0601	55628536C	6637/1	09/07/2010	230 * IX
MEN5754	55133551C	6602/0	15/01/2010	230 * VI
MFA0676	55630812C	6602/0	09/07/2010	230 * VI
MFA4703	55134866C	6912/0	09/02/2010	232
MFL3792	55623181C	6637/1	21/06/2010	230 * IX
MFM4559	55134626C	6599/2	04/02/2010	230 * V
MFQ5728	55134751C	7340/0	03/02/2010	252 * IV
MFQ5728	55134752C	6637/1	03/02/2010	230 * IX
MFQ5728	55134753C	6602/0	03/02/2010	230 * VI
MGX7350	55630138C	5010/0	30/07/2010	162 * I
MGZ5601	55630697C	6602/0	03/08/2010	230 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHY2153	55630350C	6637/1	20/07/2010	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 665/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CEN8468	55628737C	6599/2	01/06/2010	230 * V
LXK4551	55626681C	7323/2	30/04/2010	252 * II
MAA6000	55626457C	5274/2	29/04/2010	175
MBK3576	55629755C	6637/1	30/06/2010	230 * IX
MDK4288	55627211C	6653/2	30/04/2010	230 * XI
MEI8443	55132939C	6599/2	12/06/2010	230 * V
MEY8920	55630323C	6653/1	06/07/2010	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 669/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ICE6508	55130843C	6610/2	12/08/2010	230 * VII
MFD0554	55631276C	6653/1	12/08/2010	230 * XI
MPQ8442	55631688C	6599/2	16/08/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 673/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DSO5955	55131083C	6599/2	05/04/2010	230 * V
JFI8096	55629773C	6912/0	28/07/2010	232
LAX9774	55630811C	6599/2	09/07/2010	230 * V
MAZ0606	55623702C	5045/0	08/04/2010	162 * V
MBI4561	55630305C	6599/2	01/07/2010	230 * V
MCN9432	55630385C	6912/0	21/07/2010	232
MDC6178	55628188C	6599/2	21/06/2010	230 * V
MDJ4688	55630816C	6599/2	12/07/2010	230 * V
MDR9296	55630310C	6602/0	01/07/2010	230 * VI
MED4833	55625730C	5010/0	12/04/2010	162 * I
MEI8374	55629442C	6653/1	23/06/2010	230 * XI
MEJ6576	55630819C	6599/2	12/07/2010	230 * V
MEL1706	55628759C	6599/2	03/06/2010	230 * V
MFI1141	55630803C	6602/0	09/07/2010	230 * VI
MFI1141	55630804C	6599/2	09/07/2010	230 * V
MFW0514	55630826C	6599/2	13/07/2010	230 * V
MFW9317	55630352C	6602/0	01/07/2010	230 * VI
MGH1302	55631681C	6599/2	12/08/2010	230 * V
MGS7931	55621786C	6602/0	06/06/2010	230 * VI
MGS7931	55621787C	6637/1	06/06/2010	230 * IX
MHY2963	55630120C	6637/2	12/07/2010	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 677/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCD8469	55630145C	6653/1	13/08/2010	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 681/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KBN4788	55630905C	6912/0	01/10/2010	232
MDH9301	55630494C	6912/0	05/10/2010	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 684/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIK7302	55632572C	5010/0	09/10/2010	162 * I
AIK7302	55632573C	6599/1	09/10/2010	230 * V
AIK7302	55632574C	6653/1	09/10/2010	230 * XI
IBB4749	55126638C	6599/2	08/10/2010	230 * V
IBB4749	55126639C	5045/0	08/10/2010	162 * V
KBN1986	55632330C	6599/2	06/10/2010	230 * V
KBN4788	55630904C	6637/2	01/10/2010	230 * IX
MBD0395	55632150C	6610/2	22/09/2010	230 * VII
MCC9009	55635154B	6599/2	11/01/2009	230 * V
MCH9046	55630663C	6602/0	12/07/2010	230 * VI
MDV3346	55631821C	6599/2	05/10/2010	230 * V
MDV3346	55631822C	5010/0	05/10/2010	162 * I
MEF6443	55632581C	5010/0	09/10/2010	162 * I
MEF6443	55632584C	6653/1	09/10/2010	230 * XI
MEF6443	55632666C	6599/2	09/10/2010	230 * V
MEL5173	55630491C	5010/0	01/10/2010	162 * I
MEL5173	55630492C	6653/1	01/10/2010	230 * XI
MFY5304	55630395C	6653/1	05/10/2010	230 * XI
MFY5304	55630396C	6556/1	05/10/2010	230 * I
MFY6289	55631820C	5045/0	05/10/2010	162 * V
MGP2022	55632902C	6653/1	17/10/2010	230 * XI
MGP6668	55631818C	7340/0	01/10/2010	252 * IV
MHU0503	55631049C	6653/1	09/10/2010	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 688/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AES2715	55632663C	6599/2	09/10/2010	230 * V
AES2715	55632664C	6610/2	09/10/2010	230 * VII
DDP9594	55629961C	5274/2	30/09/2010	175
LWX0419	55632856C	6637/1	17/10/2010	230 * IX
MBI2985	55631165C	6599/2	26/10/2010	230 * V
MBQ7616	55631271C	6653/1	28/07/2010	230 * XI
MDI5286	55632693C	6637/1	21/10/2010	230 * IX
MDV8411	55632350C	6599/2	25/10/2010	230 * V
MDZ0334	55131988C	7340/0	03/02/2010	252 * IV
MEN5564	55133832C	6637/1	26/01/2010	230 * IX
MEO5605	55631545C	5010/0	02/11/2010	162 * I
MER3174	55128333C	6637/1	29/01/2010	230 * IX
MFP5624	55631078C	6602/0	11/10/2010	230 * VI
MFP5624	55632860C	6599/2	21/10/2010	230 * V
MFP5624	55632861C	6912/0	21/10/2010	232
MGP1755	55632708C	6653/1	20/10/2010	230 * XI
MHC3530	55633033C	6653/1	06/11/2010	230 * XI
MHN0279	55134798C	5010/0	05/10/2010	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 692/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
API8429	55628861C	5010/0	26/05/2010	162 * I
API8429	55628862C	6653/1	26/05/2010	230 * XI
LXP5381	55633002C	5010/0	17/10/2010	162 * I
LXP5381	55633003C	6637/1	17/10/2010	230 * IX
LXP5381	55633004C	6599/2	17/10/2010	230 * V
MAW4255	55631042C	6602/0	09/10/2010	230 * VI
MCC2274	55630909C	6653/1	28/10/2010	230 * XI
MDO0563	55632138C	6637/1	20/09/2010	230 * IX
MDR2805	55632858C	6599/2	21/10/2010	230 * V
MDR2805	55632859C	5010/0	21/10/2010	162 * I
MEL2382	55632932C	6637/1	06/11/2010	230 * IX
MEL2382	55632933C	5010/0	06/11/2010	162 * I
MEL5044	55632322C	6602/0	06/10/2010	230 * VI
MEN5325	55631319C	5274/2	10/09/2010	175
MEO2710	55128349C	5274/1	01/10/2010	175
MEZ3035	55629699C	6599/2	20/07/2010	230 * V
MGI0458	55632941C	6653/1	06/11/2010	230 * XI
MGP6668	55631816C	5045/0	01/10/2010	162 * V
MGP6668	55631817C	6700/1	01/10/2010	230 * XVI
MGP6668	55631819C	6912/0	01/10/2010	232
MGT3832	55632215C	6599/2	24/09/2010	230 * V
MIF2475	55629268C	6602/0	20/08/2010	230 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 696/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKP3856	55631939C	6912/0	27/11/2010	232
DVR4536	55633422C	6599/2	10/11/2010	230 * V
IHM1266	55633818C	6599/2	22/11/2010	230 * V
IKO1791	55633057C	6610/2	13/11/2010	230 * VII
LZG3812	55631089C	6599/2	13/11/2010	230 * V
LZH2308	55633710C	6599/2	22/11/2010	230 * V
MAX4145	55631082C	5010/0	13/11/2010	162 * I
MBQ3295	55633037C	6599/2	10/11/2010	230 * V
MCY8609	55633028C	6653/1	06/11/2010	230 * XI
MFM7955	55632907C	6653/1	21/10/2010	230 * XI
MGK4598	55632964C	6653/1	29/10/2010	230 * XI
MHD0445	55632715C	6653/2	24/11/2010	230 * XI
MHD0445	55633907C	6610/1	26/11/2010	230 * VII
MHD0445	55633908C	6653/1	26/11/2010	230 * XI
MHR1485	55631087C	6610/2	13/11/2010	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Editais de Notificação - 2010

581, 591, 595, 599, 606, 612, 616, 620, 624, 628, 632, 636, 640, 646, 651, 655, 661, 667, 671, 675, 679, 686, 690, 694, 698.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 581/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYR9542	55128017C	6637/2	04/10/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBY0339	55126999C	5274/2	19/10/2009	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 591/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZF3266	55629733B	5169/1	23/11/2008	R\$ 957,69	165
MFK2681	55128763C	5010/0	19/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFK2681	55128764C	6599/2	19/10/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 595/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CSW8387	55120250C	6700/1	28/05/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
LXX5088	55129942C	6599/2	07/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAV0236	55128830C	6599/2	04/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBN9363	55128839C	5010/0	07/12/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEE2205	55128836C	6599/2	07/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFD5955	55125888C	6602/0	10/11/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MHP1012	55127796C	6599/2	06/11/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1ª DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 599/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CKD7135	55624329B	5274/1	29/11/2008	R\$ 191,53	175
CKD7135	55624330B	5274/2	29/11/2008	R\$ 191,53	175
LYV9537	55128834C	5037/1	07/12/2009	R\$ 574,61	162 * III
MFQ6633	55130408C	6637/1	24/11/2009	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 606/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CJH3467	55130912C	7340/0	09/12/2009	R\$ 85,12	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 612/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAK4872	55129943C	6599/2	07/12/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 616/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JEL4856	55133144C	6610/2	15/01/2010	R\$ 127,69	230 * VII
JEL4856	55133145C	6700/2	15/01/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
JFH4438	55131205C	6610/2	15/12/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LYR6655	55130852C	6912/0	08/12/2009	R\$ 53,20	232
MBY8268	55133717C	7340/0	18/01/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MCP1897	55635351B	6599/2	08/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCR3845	55132486C	7340/0	08/01/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MDM0932	55131738C	6637/1	23/12/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MDO5900	55133452C	6599/2	14/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDW3076	55637824B	6971/0	29/12/2009	R\$ 191,53	238
MEG3264	55131972C	6637/2	29/12/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFE5844	55132147C	7340/0	05/01/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MFP3759	55133370C	7340/0	13/01/2010	R\$ 85,12	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1ª DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 620/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBA4739	55128024C	6599/2	15/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEJ6142	55131146C	6556/1	17/12/2009	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 624/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAS8074	55135015C	6700/2	18/02/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
MBA8326	55622057C	6602/0	18/02/2010	R\$ 191,53	230 * VI
MDQ2146	55622066C	6637/2	18/02/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MEI7016	55132816C	6599/2	11/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEJ2576	55622002C	5010/0	11/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEY3647	55134671C	6599/2	10/02/2010	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 628/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HDK6601	55134771C	6700/2	11/02/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
MAS9327	55127491C	6637/1	14/12/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBR4172	55132635C	5045/0	25/01/2010	R\$ 191,53	162 * V
MDD2508	55134980C	6637/2	10/02/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MEY3647	55134672C	5010/0	10/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEY3647	55134673C	5118/0	10/02/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 632/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGP4794	55130433C	6700/2	19/01/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
MGT5594	55133769C	6769/2	19/02/2010	R\$ 85,12	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 636/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DFZ6215	55127704C	5045/0	19/01/2010	R\$ 191,53	162 * V
JPO0425	55133527C	6599/2	04/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
JPO0425	55133528C	5045/0	04/03/2010	R\$ 191,53	162 * V
LXD4857	55133661C	5274/2	15/01/2010	R\$ 191,53	175
LXO9061	55134026C	6700/2	25/01/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
LXS4313	55133911C	7340/0	20/01/2010	R\$ 85,12	252 * IV
LYJ4581	55132970C	6610/2	29/01/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MAC0468	55134034C	6599/2	27/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAE4684	55132633C	6599/2	25/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAE4684	55132634C	5010/0	25/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBH6528	55624712C	7340/0	23/03/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MBS8993	55122477C	6599/2	03/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBW2564	55622166C	5010/0	22/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCW0756	55123142C	5045/0	24/05/2009	R\$ 191,53	162 * V
MDU9933	55133955C	7340/0	22/01/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MDY3523	55134128C	6637/1	20/03/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MEF0125	55120123C	5274/2	07/06/2009	R\$ 191,53	175
MEZ6316	55622083C	6637/2	19/02/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MFM0831	55622507C	7340/0	23/02/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MGI4570	55134363C	6700/2	29/01/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
MGU7136	55622056C	5045/0	18/02/2010	R\$ 191,53	162 * V
MGW3291	55623653C	6580/0	04/03/2010	R\$ 191,53	230 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 640/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGP0771	55134297C	5274/2	10/03/2010	R\$ 191,53	175
AKQ2162	55124158C	6599/2	30/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
CJU0448	55624884C	6599/2	30/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
COC9560	55122597C	6599/2	25/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
GTV7273	55126546C	6700/2	09/07/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
LNT6990	55133625C	5045/0	13/03/2010	R\$ 191,53	162 * V
LYF2302	55124241C	6637/1	04/06/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LZC2040	55123925C	5010/0	17/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZC2040	55123926C	6599/2	17/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZC2040	55123927C	6637/2	17/06/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBL6226	55124451C	6599/2	01/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCB9670	55621757C	5045/0	30/03/2010	R\$ 191,53	162 * V
MDC3185	55121119C	6610/2	01/06/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MDQ0369	55621824C	6653/1	10/03/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MDZ4661	55124521C	6653/1	14/06/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MEJ0607	55134022C	6599/2	25/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFC5384	55623479C	7340/0	05/03/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MFI2311	55124503C	6700/1	01/06/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
MFR4822	55125176C	5045/0	17/06/2009	R\$ 191,53	162 * V
MFR7309	55621820C	5010/0	04/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGF4401	55124454C	6599/2	01/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGT6462	55122564C	6599/2	03/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MJG1500	55126036C	5274/2	22/07/2009	R\$ 191,53	175
MVK2530	55121499C	5274/2	30/05/2009	R\$ 191,53	175
MVK2530	55121500C	5010/0	30/05/2009	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 646/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IGZ2490	55127303C	6700/2	11/07/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
LXD8132	55624459C	6637/1	17/03/2010	R\$ 127,69	230 * IX
LZY1174	55624460C	6599/2	17/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBF4733	55625816C	6599/2	15/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBH6528	55624711C	6637/1	23/03/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MBH6528	55624713C	6602/0	23/03/2010	R\$ 191,53	230 * VI
MCO1787	55129897C	6700/2	05/03/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
MCY1359	55127765C	5010/0	19/07/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFK8720	55626061C	6637/1	17/04/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MIG2810	55122828C	6653/1	14/07/2009	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 651/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IGQ8040	55124395C	6637/1	15/07/2009	R\$ 127,69	230 * IX
IIQ5332	55121121C	6599/2	02/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXP8012	55121222C	6599/2	02/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBM7923	55126703C	6599/2	01/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBR8951	55121476C	6599/2	22/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBS9194	55123087C	6599/2	15/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCG8479	55123855C	6556/1	31/05/2009	R\$ 191,53	230 * I
MFF2759	55627071C	6637/1	02/05/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MFF2759	55627072C	6653/1	02/05/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MHI4053	55132932C	5010/0	19/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHI4053	55623161C	6610/2	19/04/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MHL5342	55621832C	6599/2	15/03/2010	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 655/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXP6198	55123861C	6599/2	08/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBW3189	55625927C	6912/0	12/04/2010	R\$ 53,20	232
MBX0428	55626068C	6602/0	18/04/2010	R\$ 191,53	230 * VI
MFP3649	55122579C	5010/0	15/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFZ7384	55124109C	5045/0	29/05/2009	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 661/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBN7533	55629330C	6599/2	09/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCY9942	55626898C	6599/2	14/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDO6123	55625818C	6599/2	16/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEF9330	55629306C	6599/2	07/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFY0172	55626295C	6912/0	30/04/2010	R\$ 53,20	232
MGP0270	55624765C	6700/2	22/03/2010	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 667/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MG10458	55623227C	6637/1	20/04/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MGX9550	55629416C	6653/1	11/06/2010	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 671/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJZ3076	55628780C	6653/1	15/06/2010	R\$ 127,69	230 * XI
APZ8947	55628133C	6602/0	09/06/2010	R\$ 191,53	230 * VI
LXG7246	55121159C	6637/1	28/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LXG7246	55121160C	6653/1	28/04/2009	R\$ 127,69	230 * XI
LYN8183	55127815C	6599/2	24/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYN8183	55127816C	5010/0	24/07/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYS0949	55623885B	6599/2	29/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEE3405	55627889C	6637/1	02/06/2010	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 675/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DUC3173	55628520C	6599/2	11/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
HFR3563	55629122C	6599/2	11/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
IIC8837	55131441C	6599/2	25/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYU1253	55627384C	6599/2	06/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCH9965	55134162C	5045/0	29/01/2010	R\$ 191,53	162 * V
MCH9965	55134163C	6599/2	29/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDJ3780	55123904C	6653/1	01/06/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MDK2012	55628743C	6599/2	02/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDN4961	55631220C	6599/2	26/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDS1424	55621838C	6653/1	18/03/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MEK3404	55626572C	6599/2	28/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFY5321	55627868C	6653/2	20/05/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MFY4121	55124986C	6637/1	16/06/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MLX9900	55134998C	6700/2	12/02/2010	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 679/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEN3592	55630835C	6599/2	14/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFH0128	55623002C	7340/0	25/02/2010	R\$ 85,12	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 686/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCY9645	55625884C	5010/0	12/05/2010	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 690/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEI3035	55132523C	6637/1	08/01/2010	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 694/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWZ4670	55631411C	6599/2	30/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCF6388	55133146C	6599/2	15/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFA0676	55121271C	6602/0	26/04/2009	R\$ 191,53	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 698/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEM4906	55627859C	6602/0	13/05/2010	R\$ 191,53	230 * VI
LXL0353	55627855C	6610/2	13/05/2010	R\$ 127,69	230 * VII
LXL0353	55627856C	6653/2	13/05/2010	R\$ 127,69	230 * XI
LXL0353	55627861C	6602/0	13/05/2010	R\$ 191,53	230 * VI
MFZ9621	55632651C	7340/0	05/10/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MIO5270	55628102C	5010/0	14/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
MIO5270	55628103C	6599/2	14/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MIO5270	55628105C	6637/1	14/05/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MIO5270	55628106C	6769/3	14/05/2010	R\$ 85,12	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Edital de Notificação - 2008

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 869/2008



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 869/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AES8190	54566872C	6920/0	25/11/2008	233
IHO7151	54565838C	5010/0	18/11/2008	162 * I
IHO7151	54565839C	6599/2	18/11/2008	230 * V
LXZ1202	54565506C	5010/0	27/11/2008	162 * I
MAB5771	54564965C	6912/0	29/10/2008	232
MAN6400	54566370C	6920/0	25/11/2008	233
MAO2905	54566375C	6599/2	26/11/2008	230 * V
MBF8817	54562615C	5010/0	25/11/2008	162 * I
MBH5383	54565507C	6599/2	27/11/2008	230 * V
MDI8532	54564114C	5045/0	28/11/2008	162 * V
MEF1785	54565842C	5010/0	26/11/2008	162 * I
MEN1815	54565837C	5010/0	14/11/2008	162 * I
MEQ0545	54565503C	5037/1	27/11/2008	162 * III
MEW3256	54562422C	5169/1	25/11/2008	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto N° 4.695, de 23 de Julho de 2013.

DECRETO N° 4.695, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.098, de 18 de julho de 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

10.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01.20.606.4508.2.038.4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 113
Aplicação Direta R\$ 62.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece no inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

10.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01.20.602.4507.2.023 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 102
Aplicação Direta R\$ 62.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de julho de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Decreto N° 4.696, de 23 de Julho de 2013.

DECRETO N° 4.696, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.099, de 18 de julho de 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01.04.122.4503.2.006 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000
14 Aplicação Direta R\$ 200.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece no inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

01.00 CÂMARA DE VEREADORES
01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.01.01.031.4501.2.001 3.3.5.0.00.00.00.00.0.1.0000 02
Aplicação Direta R\$ 15.000,00
01.01.01.031.4501.2.001 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 03
Aplicação Direta R\$ 135.000,00

01.01.01.031.4501.2.041 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 05
Aplicação Direta R\$ 10.000,00
01.01.01.031.4501.2.042 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 06
Aplicação Direta R\$ 10.000,00

01.01.01.031.4501.2.043 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 07
Aplicação Direta R\$ 15.000,00
01.01.01.031.4501.2.0434.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 08 Apli-
cação Direta R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de julho de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Decreto N° 4.697, de 23 de Julho de 2013.

DECRETO N° 4.697, DE 23 DE JULHO DE 2013.

Altera o Decreto nº 4.596, de 25 de março de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo que lhe confere o inciso VII, do art. 55, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 2.010, de 23 de maio de 2012,

DECRETA:

Art. 1º A alínea "d", do inciso I, do art. 1º, do Decreto nº 4.596, de 25 de março de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º
I

d) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano - Gerência de Habitação:

1. Iracema Stangherlin, titular;
 2. Joel Begnini, suplente.
- " (NR)

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 4.680, de 02 de julho de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de julho de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Extrato do Contrato N°. 148/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato n°. 148/2013 - PMS

Processo Licitatório n°. 132/2013-PMS

Dispensa de Licitação n°. 55/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: LUIZ CARLOS PRATES DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o no 008.873.070-00, residente e domiciliado na Rua João Vieira n° 41, Bairro Arreias Campeche, no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.063-074.

Objeto: Constitui o objeto do contrato a Contratação de Profissional Especializado na área motivacional, para palestra como suporte de profissionais da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC. Valor do contrato: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 23/07/2013 - Vigência: 31/12/2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço N°. 53/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. 53/2013-PMS

PROCESSO N°. 128/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos cinco pontos de vídeo-monitoramento instalados no Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de agosto de 2013 às 14h.

Abertura do Processo: 07 de agosto de 2013 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 24 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço N°. 54/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. 54/2013-PMS

PROCESSO N°. 129/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material elétrico para o Parque de Eventos Alfredo Pasold da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de agosto de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 09 de agosto de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 24 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço N°. 55/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. 55/2013-PMS

PROCESSO N°. 130/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a locação com montagem e desmontagem de Tendões, Pavilhão, Palco, Bares e Tablado para o Evento Schroederfest 2013 pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 08 de agosto de 2013 às 14h.

Abertura do Processo: 08 de agosto de 2013 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 24 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Dispensa N° 55/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 55/2013 - DL
	Processo Nr.: 132/2013 Data: 23/07/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: LUIZ CARLOS PRATES DOS SANTOS Endereço: RUA JOÃO VIEIRA, 41 Cidade: Florianópolis - SC CPF: 008.873.070-00	Código: 12641 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Contratação de Profissional Especializado na área motivacional, para palestra como suporte de profissionais da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de Profissional Especializado na área motivacional, para palestra como suporte de profissionais da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.	UN	7.500,00	7.500,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

JUSTIFICAMOS A OPÇÃO DE CONTRATAÇÃO DO PROFISSIONAL POIS O MESMO EM SEU CURRÍCULO, POSSUI CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NOS SEGMENTOS QUE ABRANGEM AS NECESSIDADES DE APERFEIÇOAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 23 de Julho de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 55/2013 - DL**

Processo Nr.: 132/2013
Data: 23/07/2013

Folha: 2/2

22/07/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 22 de Julho de 2013

Valor da Despesa: 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Etapas de Lances Pregão Presencial Registro de Preço N° 14/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

89275-000 - SCHROEDER/SC

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

ETAPA DE LANCES**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 14/2013-FMS****PROCESSO N° 49/2013-FMS****TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

Para conhecimento dos interessados a ETAPA DE LANCES, marcada para dia 05 de agosto de 2013 às 10h, referente à licitação Pregão Presencial Registro de Preço n° 14/2013-FMS, Processo n° 49/2013-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos para atender à Farmácia Básica e Especial da Unidade de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforma deliberação 164/CIB/10 de 23 de abril de 2010 e Processos Judiciais, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referência, do instrumento convocatório.

Schroeder, 22 de julho de 2013.

IVANDRA DE SOUZA

Pregoeira

Extrato de Contrato Registro de Preço N° 82/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço n° 82/2013-FMS

Processo de licitação n° 52/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n° 15/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n° 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RSUL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o no 14.066.477/0001-84, estabelecida na Rua Hermann Spornau, nº 29, sala 301, Água Verde, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89037-506.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO a aquisição de literatura técnica para auxílio da assistência farmacêutica da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Guia de bolso para Fármacos Injetáveis -14ª Ed. Autor: Trissel, Lawrence A. Editora: Artmed	7	Unidade	115,15	806,05
02	Psicotrópicos – Consulta Rápida Autor: Bisson, Marcelo Polacow Editora: Manole	1	Unidade	63,85	63,85
03	Cálculos Farmacêuticos -12ª ed. Autor: Ansel, Howard C.; Stoklosa, Mitchell J. Editora: Artmed	7	Unidade	112,45	787,15
04	Guia de remédios 2012 Autor: Diversos Editora: Escala	7	Unidade	95,84	670,88
05	Interações Medicamentosas de Stockley Autor: Williamson, Elizabeth; Baxter, Karen; Driver, Samuel Editora: Artmed -12ª edição /2012.	1	Unidade	80,07	80,07
07	Blackbook – Clínica Médica Autor: Pedrosa, Enio Roberto Pietra; Oliveira, Reynaldo Gomes Editora: Blackbook	1	Unidade	224,95	224,95
09	Reações adversas a medicamentos – Artmed Anne Lee Editora: ARTMED EDITORA Edição: 2 Ano: 2009	1	Unidade	89,08	89,08
10	Blackbook Pediatria Autor: Oliveira, Reynaldo Gomes de Editora: Blackbook	1	Unidade	224,96	224,96
VALOR R\$ TOTAL					2.946,99

Valor do contrato: R\$ 2.946,99 (dois mil, novecentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos).

Data da Assinatura: 23/07/2013 – Vigência: 23/07/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço N°. 82/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço n°. 82/2013-FMS

Processo de licitação n°. 52/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 15/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RSUL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n° 14.066.477/0001-84, estabelecida na Rua Hermann Spornau, n° 29, sala 301, Água Verde, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89037-506.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO a aquisição de literatura técnica para auxílio da assistência farmacêutica da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Guia de bolso para Fármacos injetáveis -14ª Ed. Autor: Trissel, Lawrence A. Editora: Artmed	7	Unidade	115,15	806,05
02	Psicotrópicos – Consulta Rápida Autor: Bisson, Marcelo Polacow Editora: Manole	1	Unidade	63,85	63,85
03	Cálculos Farmacêuticos -12ª ed. Autor: Ansel, Howard C.; Stoklosa, Mitchell J. Editora: Artmed	7	Unidade	112,45	787,15
04	Guia de remédios 2012 Autor: Diversos Editora: Escala	7	Unidade	95,84	670,88
05	Interações Medicamentosas de Stockley Autor: Williamson, Elizabeth; Baxter, Karen; Driver, Samuel Editora: Artmed -12ª edição /2012.	1	Unidade	80,07	80,07
07	Blackbook – Clínica Médica Autor: Pedroso, Enio Roberto Pietra; Oliveira, Reynaldo Gomes Editora: Blackbook	1	Unidade	224,95	224,95

09	Reações adversas a medicamentos – Art-med Anne Lee Editora: ARTMED EDITORA Edição: 2 Ano: 2009	1	Unidade	89,08	89,08
10	Blackbook Pediatria Autor: Oliveira, Reynaldo Gomes de Editora: Blackbook	1	Unidade	224,96	224,96
VALOR R\$ TOTAL					2.946,99

Valor do contrato: R\$ 2.946,99 (dois mil, novecentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos).

Data da Assinatura: 23/07/2013 – Vigência: 23/07/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Credenciamento N°. 147/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Termo de Credenciamento n°. 147/2013-PMS
Chamada Publica n°. 01/2013 - PMS - Processo n°. 12/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: RÁDIO AMIZADE FM LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 18.065.335/0001-53, estabelecida na Avenida Getulio Vargas, n° 510, 1° andar, Centro, na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.278-000.

Objeto: Consiste em o credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias AM e FM, empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guarany, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento e Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito.

Valor: R\$ 23,00 (Vinte e três reais), por inserção de 30 segundos.

Data da Assinatura: 23/07/2013
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N°. 145/2013 - PMS
MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
 CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
 e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato n°. 145/2013 - PMS
 Processo Licitatório n°. 131/2013-PMS
 Inexigibilidade de Licitação n°. 10/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE, inscrita no CNPJ n°. 07.453.253/0001-60, na Rua XV de Novembro, n°. 2.219, Sala B, Centro, na cidade de Pomerode, no Estado de Santa Catarina, CEP: 89.107-000.

Objeto: Constitui o objeto do contrato a Contratação da Associação de Músicos Profissionais de Pomerode - AMUSPE, representantes de diversos Grupos Artísticos que se apresentarão nos seguintes dias 10/08/13 na Sociedade Esportiva e Recreativa Vitória, e 05, 06, 07 e 08 de setembro no Parque de Eventos Alfredo Pasold. Eventos de aniversário de emancipação político-administrativa de Schroeder 49 anos - Schroederfest 2013.

Valor do contrato: R\$ 34.100,00 (trinta e quatro mil e cem reais),

Data da Assinatura: 23/07/2013 - Vigência: 31/12/2013.

OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço N°. 146/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
 Rua Marechal Castelo Branco, 3201
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
 CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
 e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preço n°. 146/2013 - PMS
 Processo Licitatório n°. 114/2013-PMS - Pregão Presencial Registro de Preço n°. 43/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 03.734.219/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 5.588, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Secretaria de Saúde e Assistência Social e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO IX – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se

transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Abraçadeira rosca sem fim 10x 13.	100	Unidade	0,75	75,00
06	Acabamento para registro A1 metal cromado. Para registros de pressão nas bitolas 1/2", 3/4" e 1". Para registros de gaveta nas bitolas 1/2" e 3/4".	20	Unidade	20,80	416,00
08	Adesivo plástico para PVC (cola para cano) promove a união entre tubos e conexões de PVC por meio de soldagem a frio. Bisnaga 75g. Incolor.	7	Unidade	3,27	22,89
09	Alicate universal 8" isolado.	1	Unidade	11,96	11,96
11	Aparelho telefônico sem fio, voltagem 220v. Frequência de 2.4GHz. Posição de mesa, cor preta. Altura: 195mm, Largura 90mm, profundidade 90mm.	30	Unidade	79,00	2.370,00
12	Assento sanitário cor branca, material: polipropileno.	25	Unidade	13,90	347,50
13	Banco Praça Concreto com Madeira. Comprimento: 1,70 mt. Altura: 0,40 mt. Pés em concreto. Assento e encosto em madeira envernizado.	28	Unidade	470,00	13.160,00
14	Barbante cru número 10. Rolo com 300m.	21	Unidade	16,80	352,80
15	Bateria recarregável para telefone sem fio 300 mAh 3,6 V.	13	Unidade	16,90	219,70
16	Bóia para Caixa de Descarga - 1/2" .Dimensões: Bitola: 3/4" polegadas. Peso: 860 gramas. Cor: Branca.	20	Unidade	4,50	90,00
17	Broca para concreto 05,00mm.	6	Unidade	3,50	21,00
18	Broca para concreto 06,00mm.	5	Unidade	3,90	19,50
19	Broca para concreto 08,00mm.	7	Unidade	4,90	34,30
20	Broca para concreto 10,00mm.	2	Unidade	7,90	15,80
24	Bucha plástica 5mm.	100	Unidade	0,04	4,00
25	Bucha plástica 6mm.	130	Unidade	0,04	5,20
26	Bucha plástica 8mm.	120	Unidade	0,05	6,00
27	Bucha plástica 10mm.	100	Unidade	0,08	8,00
28	Cadeado E-20mm, latão.	10	Unidade	7,00	70,00
29	Cadeado E-30mm, latão.	17	Unidade	10,00	170,00
31	Cadeado E-35mm, latão.	15	Unidade	11,00	165,00

33	Caixa Acoplada para vaso sanitário; Cor: Branca; Informações Técnicas: Medidas: 48,9cm x 21,5cm x 33,8cm. Peso: 13,56 Kg.	3	Unidade	115,25	345,75
34	Caixa de Descarga sem engate: Descarga controlada e volume regulável de 6,8 a 9 Litros.Com régua suporte e parafuso para fixação. Altura:64,5cm / Largura:38cm / Comprimento:63,5cm. Cor: Branca.	5	Unidade	14,50	72,50
35	Caixa organizadora com tampa multiuso possui travas coloridas, confeccionada em plástico super resistente transparente. Medidas: 56,4 x 38,5 x 20,1 cm. Capacidade: 28,2 litros. Peso(g): 1,200.	50	Unidade	53,00	2.650,00
37	Chuveiro Elétrico tensão nominal 220 V, potência máxima 3.000 W. Seção Mínima do condutor (mm²): 2,5. Disjuntor ou Fusível (Ampères): 15A. Distância máxima do quadro de medição (m): 36.Com 3 regulação de temperatura.	10	Unidade	22,00	220,00
40	Cone em PVC (para sinalização) com altura de 50 cm. Possui fendas para inserção de fita zebrada.	5	Unidade	8,60	43,00
43	Conjunto de registro para máquina de lavar com torneira para tanque 10cm com bico 1/2".	10	Unidade	13,90	139,00
45	Dobradiça em ferro zincado pino simples. Medida: 3. 1/2". Parafuso indicado: 3,8 x 22mm.	6	Unidade	1,60	9,60
46	Engate de Metal Flexível 0,50cm.	5	Unidade	4,58	22,90
49	Engate rápido 1/2".	15	Unidade	2,90	43,50
51	Enxada larga leve com olho de 38mm, pintura em verniz transparente e cabo de madeira de 150 cm. Peso: 2kg.	4	Unidade	14,00	56,00

52	Escada multi-uso: Fabricada em madeira de primeira qualidade, esta escada é muito versátil pois pode ser usada como uma escada tipo pintor em "A" como também se transforma numa escada extensível, indicada para qualquer tipo de manutenção. Todos as escadas multi-uso são fornecidas com ferragens apropriadas e sapatas de borracha. Capacidade de Carga: 100kg. Degraus:02 x 10. Altura fechada 3m. Altura estendida 5,10m. Peso: 18kg.	9	Unidade	135,00	1.215,00
53	Escapula com bucha 10mm.	20	Unidade	0,30	6,00
55	Esguicho de água para mangueira: Descrição:Corpo em Alumínio. Jato Regulável. Gatilho Plástico com Trava. Regulador de Vazão. Rosca 3/4" Interna(Fêmea). Acompanha Conector macho para engate rápido 1/2".	16	Unidade	8,70	139,20
56	Fechadura 1801/11 inox.	28	Unidade	24,00	675,00
59	Fita veda rosca 18mm x 10m.	19	Unidade	1,30	24,70
60	Gancho para bucha 06 mm.	25	Unidade	0,15	3,75
62	Joelho bucha/latão 90° 25 X 1/2".	8	Unidade	1,90	15,20
68	Mangueira de Jardim produzida em PVC extra-flexível com anti-UV; Reforçada com fio de poliéster trançado e fios paralelos para possibilitar maior resistência; Leve e de agradável manuseio, produzida em três camadas: camada interna em PVC, camada intermediária com fio de poliéster trançado e camada externa em PVC; Cor: Verde.	830	Metro	1,35	1.120,50
69	Mangueira para gás 1,20m. GLP NBR 8613.	23	Unidade	5,50	126,50
70	Miolo Para Fechadura modelo1801/11 mais 2 chaves.	29	Unidade	12,00	348,00
71	Pá ajuntadeira quadrada com cabo de madeira.	3	Unidade	16,00	48,00
72	Pá cortadeira com bico, com cabo reto de madeira.	3	Unidade	14,90	44,70

73	Papeleira PVC branca, acompanha 2 parafusos e duas buchas para fixação.	25	Unidade	5,00	125,00
74	Paquímetro confeccionado em Alumínio com gravações. Faixa de Leitura: 0 - 15cm. Resolução de leitura: 1mm.	2	Unidade	47,90	95,80
75	Parafuso AA cabeça chata bico 5,0 x 50.	225	Unidade	0,15	33,75
76	Parafuso AA cabeça chata philips micro 3,5 x 35.	200	Unidade	0,03	6,00
77	Parafuso AA cabeça chata philips micro 4,0 x 25.	200	Unidade	0,04	8,00
78	Parafuso AA cabeça chata philips micro 4,0 x 35.	200	Unidade	0,05	10,00
79	Parafuso AA cabeça chata philips micro 4,5 x 40.	200	Unidade	0,07	14,00
80	Parafuso AA cabeça chata philips micro 4,5 x 60.	200	Unidade	0,11	22,00
81	Parafuso AA cabeça chata philips micro 5,0 x 50.	200	Unidade	0,11	22,00
82	Parafuso AA cabeça chata philips micro 6,0 x 60.	200	Unidade	0,18	36,00
83	Parafuso bucha 8, com cabeça roscável sextavada, para fixação de lavatórios e vasos sanitários.	150	Unidade	1,50	225,00
84	Parafuso frances com porca 5/16 x 5.	50	Unidade	0,72	36,00
86	Placa adesiva sinalizadora FEMININO, medidas: 15 x 20 cm, espessura: 0,8 mm, fundo: Branco, material: Poliestireno, produzido de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).	23	Unidade	5,10	117,30
87	Placa adesiva sinalizadora MASCULINO, medidas: 15 x 20 cm, espessura: 0,8 mm, fundo: Branco, material: Poliestireno, produzido de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).	23	Unidade	5,10	117,30
88	Porta Sanfonada 0,80 x 2,10m na cor branca.	4	Unidade	73,50	294,00
89	Prego de Aço com Cabeça 16 x 24 com 100 Peças.	7	Pacote	8,22	57,54
90	Prumo de parede corpo em aço carbono, calço guia em madeira, cordão nylon de 2 metros, blister Peso: 400g.	2	Unidade	11,00	22,00
91	Rebite alumínio 2,3 x 5mm. Pacotes com 20 unidades.	2	Pacote	1,00	2,00

92	Rebite alumínio 3 x 9mm. Pacotes com 20 unidades.	2	Pacote	1,00	2,00
93	Rebite alumínio 3,2 x 12mm. Pacotes com 20 unidades.	2	Pacote	1,00	2,00
94	Rebite alumínio 6 x 12mm. Pacotes com 20 unidades.	2	Pacote	1,50	3,00
97	Registro esfera em PVC 25mm.	12	Unidade	4,90	58,80
98	Regulador/ Registro de Gás com saída para mangueira e pino de instalação.	17	Unidade	11,00	187,00
99	Reservatório/refil para sabonete líquido. Capacidade: 800 ml.	41	Unidade	13,60	557,60
100	Resistência para chuveiro 220V, 3.000 W.	12	Unidade	8,40	100,80
102	Sifão sanfonado universal 1,5m.	22	Unidade	4,08	89,76
103	Silicone incolor uso geral. Peso líquido 280g.	12	Unidade	8,45	101,40
105	Suporte/porta copos para copos descartáveis (180ml).Tubo único em Acrílico.	16	Unidade	31,00	496,00
106	Tábua de passar roupas dobrável.CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Tampo em MDF, revestimento com tecido térmico acolchoado, estrutura em duro alumínio polido e ponteiros em P.V.C. Possui 3 níveis de regulagem de alturas. Medidas da tábua fechada: 30,5 x 121,5 x 38,5 cm; Medidas da tábua aberta: 85,0 x 107,0 x 30,0 cm; Peso: 5 Kg.	8	Unidade	66,00	528,00
108	Torneira de bóia 3/4" x 1/2" universal vareta alumínio com bóia tipo cantil.	6	Unidade	4,90	29,40
110	Torneira Multiuso para Jardim, cor preta. Bitola 1/2".	17	Unidade	1,89	32,13
111	Torneira Multiuso para Jardim, cor preta. Bitola 3/4".	17	Unidade	1,89	32,13
112	Torneira para cozinha parede bica móvel 3/4. Inox.	16	Unidade	29,90	478,40
114	Torneira para tanque com bico para mangueira 15cm 1/2" (1124).	15	Unidade	9,90	148,50
116	Trena de aço medidas: 25mm x 7,5m.	6	Unidade	9,90	59,40
117	Trena de fibra medidas: 9,5mm x 30 m.	5	Unidade	14,50	72,50
118	Válvula de escoamento para tanque sem ladrão 1 1/4".	22	Unidade	1,90	41,80

120	Válvula para Pia de Cozinha, Características do material: Metal cromado. Cesta em plástico ABS, borracha para vedação. Bitola: 1.1/2. Cor: Cromado.	10	Unidade	9,00	90,00
123	Vaso Sanitário Tipo: com Caixa Acoplada. Dimensões: Tamanho aproximado (AxLxP): 33 x 39 x 50 cm. Cor branca.	6	Unidade	199,00	1.194,00
124	Assento sanitário cor cinza claro, material: polipropileno.	4	Unidade	13,90	55,60
125	Caixa organizadora com tampa multiuso possui travas coloridas, confeccionada em plástico super resistente transparente. Medidas: 57,5 x 40,4 x 32,5 cm. Capacidade: 50 litros.	8	Unidade	91,00	728,00
TOTAL R\$					31.282,36

Valor do contrato: R\$ 31.282,36 (Trinta e um mil, duzentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos).

Data da Assinatura: 23/07/2013 – Vigência: 23/07/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial N° 43/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 1/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 36/2013

<p>Número do Registro de Preços: 36/2013 Data do Registro: 23/07/2013 Válido até: 23/07/2014</p> <p>Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abraçadeira rosca sem fim 10x 13.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	INCA	0	0,7500	1
6	Acabamento para registro A1 metal cromado. Para registros de pressão nas bitolas 1/2", 3/4" e 1". Para registros de gaveta nas bitolas 1/2" e 3/4".	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ÁGUIA	0	20,8000	1
8	Adesivo plástico para PVC (cola para cano) promove a união entre tubos e conexões de PVC por meio de soldagem a frio. Bisnaga 75g. Incolor.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	KRONA	0	3,2700	1
9	Alicate universal 8" isolado.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	DISMA	0	11,9600	1
11	Aparelho telefônico sem fio, voltagem 220v. Frequência de 2.4GHz. Posição de mesa, cor preta. Altura: 195mm, Largura 90mm, profundidade 90mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	INTELBRÁS	0	79,0000	1
12	Assento sanitário cor branca, material: polipropileno.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	VÍQUA	0	13,9000	1
13	Banco Praça Concreto com Madeira. Comprimento: 1,70 mt. Altura: 0,40 mt. Pés em concreto. Assento e encosto em madeira envernizado.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ARTEFATOS (0	470,0000	1
14	Barbante cru número 10. Rolo com 300m.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ITACORDA	0	16,8000	1
15	Bateria recarregável para telefone sem fio 300 mAh 3,6 V.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	INTELBRÁS	0	16,9000	1
16	Bóia para Caixa de Descarga - 1/2" .Dimensões: Bitola: 3/4" polegadas. Peso: 860 gramas. Cor: Branca.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	VÍQUA	0	4,5000	1
17	Broca para concreto 05,00mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	BOSCH	0	3,5000	1
18	Broca para concreto 06,00mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	BOSCH	0	3,9000	1
19	Broca para concreto 08,00mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	BOSCH	0	4,9000	1
20	Broca para concreto 10,00mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	BOSCH	0	7,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2013**Número do Registro de Preços: 36/2013****Data do Registro: 23/07/2013****Válido até: 23/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Bucha plástica 5mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	BR	0	0,0400	1
25	Bucha plástica 6mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	BR	0	0,0400	1
26	Bucha plástica 8mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	BR	0	0,0500	1
27	Bucha plástica 10mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	BR	0	0,0800	1
28	Cadeado E-20mm, latão.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	STAM	0	7,0000	1
29	Cadeado E-30mm ,latão.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	STAM	0	10,0000	1
31	Cadeado E-35mm, latão.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	STAM	0	11,0000	1
33	Caixa Acoplada para vaso sanitário; Cor: Branca; Informações Técnicas: Medidas: 48,9cm x 21,5cm x 33,8cm. Peso: 13,56 Kg.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	DECA	0	115,2500	1
34	Caixa de Descarga sem engate: Descarga controlada e volume regulável de 6,8 a 9 Litros.Com régua suporte e parafuso para fixação. Altura:64,5cm / Largura:38cm / Comprimento:63,5cm. Cor: Branca.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ASTRA	0	14,5000	1
35	Caixa organizadora com tampa multiuso possui travas coloridas, confeccionada em plástico super resistente transparente. Medidas: 56,4 x 38,5 x 20,1 cm. Capacidade: 28,2 litros. Peso(g): 1,200.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PLASNEW	0	53,0000	1
37	Chuveiro Elétrico tensão nominal 220 V, potência máxima 3.000 W. Seção Mínima do condutor (mm²): 2,5. Disjuntor ou Fusível (Ampères): 15A. Distância máxima do quadro de medição (m): 36.Com 3 regulagem de temperatura.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	SINTEX	0	22,0000	1
40	Cone em PVC (para sinalização) com altura de 50 cm. Possui fendas para inserção de fita zebra.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	LEDAN	0	8,6000	1
43	Conjunto de registro para máquina de lavar com torneira para tanque 10cm com bico 1/2".	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	DURIN	0	13,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2013**Número do Registro de Preços: 36/2013****Data do Registro: 23/07/2013****Válido até: 23/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	Dobradiça em ferro zincado pino simples. Medida: 3. 1/2". Parafuso indicado: 3,8 x 22mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	FERCA	0	1,6000	1
46	Engate de Metal Flexível 0,50cm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	CENSI	0	4,5800	1
49	Engate rápido 1/2".	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	BIEHL	0	2,9000	1
51	Enxada larga leve com olho de 38mm, pintura em verniz transparente e cabo de madeira de 150 cm. Peso: 2kg	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	METISA	0	14,0000	1
52	Escada multi-uso: Fabricada em madeira de primeira qualidade, esta escada é muito versátil pois pode ser usada como uma escada tipo pintor em "A" como também se transforma numa escada extensível, indicada para qualquer tipo de manutenção. Todos as escadas multi-uso são fornecidas com ferragens apropriadas e sapatas de borracha. Capacidade de Carga: 100kg. Degraus:02 x 10. Altura fechada 3m. Altura estendida 5,10m. Peso: 18kg.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ROGUTI	0	135,0000	1
53	Escapula com bucha 10mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	JOMARCA	0	0,3000	1
55	Esguicho de água para mangueira: Descrição:Corpo em Alumínio. Jato Regulável. Gatilho Plástico com Trava. Regulador de Vazão. Rosca 3/4" Interna(Fêmea). Acompanha Conector macho para engate rápido 1/2".	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	FAMASTIL	0	8,7000	1
56	Fechadura 1801/11 inox.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	STAM	0	24,0000	1
59	Fita veda rosca 18mm x 10m.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	CENSI	0	1,3000	1
60	Gancho para bucha 06 mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	JOMARCA	0	0,1500	1
62	Joelho bucha/latão 90º 25 X 1/2".	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	DURIN	0	1,9000	1
68	Mangueira de Jardim produzida em PVC extra-flexível com anti-UV; Reforçada com fio de poliéster trançado e fios paralelos para possibilitar maior resistência; Leve e de agradável manuseio, produzida em três camadas: camada interna em PVC, camada intermediária com fio de poliéster trançado e camada externa em PVC; Cor: Verde.	M	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PLASFAN	0	1,3500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 4/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2013**Número do Registro de Preços: 36/2013****Data do Registro: 23/07/2013****Válido até: 23/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	Mangueira para gás 1,20m. GLP NBR 8613.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	MANTAC	0	5,5000	1
70	Miolo Para Fechadura modelo1801/11 mais 2 chaves.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	STAM	0	12,0000	1
71	Pá ajuntadeira quadrada com cabo de madeira.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	METISA	0	16,0000	1
72	Pá cortadeira com bico, com cabo reto de madeira.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	METISA	0	14,9000	1
73	Papeleira PVC branca, acompanha 2 parafusos e duas buchas para fixação.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PLASPÉROLA	0	5,0000	1
74	Paquímetro confeccionado em Alumínio com gravações. Faixa de Leitura: 0 - 15cm.Resolução de leitura: 1mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	LOTUS	0	47,9000	1
75	Parafuso AA cabeça chata bicro 5,0 x 50.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	JOMARCA	0	0,1500	1
76	Parafuso AA cabeça chata philips micro 3,5 x 35.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	JOMARCA	0	0,0300	1
77	Parafuso AA cabeça chata philips micro 4,0 x 25.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	JOMARCA	0	0,0400	1
78	Parafuso AA cabeça chata philips micro 4,0 x 35.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	JOMARCA	0	0,0500	1
79	Parafuso AA cabeça chata philips micro 4,5 x 40.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	JOMARCA	0	0,0700	1
80	Parafuso AA cabeça chata philips micro 4,5 x 60.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	JOMARCA	0	0,1100	1
81	Parafuso AA cabeça chata philips micro 5,0 x 50.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	JOMARCA	0	0,1100	1
82	Parafuso AA cabeça chata philips micro 6,0 x 60.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	JOMARCA	0	0,1800	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 5/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2013**Número do Registro de Preços: 36/2013****Data do Registro: 23/07/2013****Válido até: 23/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
83	Parafuso bucha 8, com cabeça roscável sextavada, para fixação de lavatórios e vasos sanitários.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	JOMARCA	0	1,5000	1
84	Parafuso frances com porca 5/16 x 5.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	JOMARCA	0	0,7200	1
86	Placa adesiva sinalizadora FEMININO, medidas: 15 x 20 cm, espessura: 0,8 mm, fundo: Branco, material: Poliestireno, produzido de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TRAD	0	5,1000	1
87	Placa adesiva sinalizadora MASCULINO, medidas: 15 x 20 cm, espessura: 0,8 mm, fundo: Branco, material: Poliestireno, produzido de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TRAD	0	5,1000	1
88	Porta Sanfonada 0,80 x 2,10m na cor branca.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ISDRALIT	0	73,5000	1
89	Prego de Aço com Cabeça 16 x 24 com 100 Peças.	PCT	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	GERDAU	0	8,2200	1
90	Prumo de parede corpo em aço carbono, calço guia em madeira, cordão nylon de 2 metros, blister Peso: 400g.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	MONFORT	0	11,0000	1
91	Rebite alumínio 2,3 x 5mm. Pacotes com 20 unidades.	PCT	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	REBITOP	0	1,0000	1
92	Rebite alumínio 3 x 9mm. Pacotes com 20 unidades.	PCT	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	REBITOP	0	1,0000	1
93	Rebite alumínio 3,2 x 12mm. Pacotes com 20 unidades.	PCT	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	REBITOP	0	1,0000	1
94	Rebite alumínio 6 x 12mm. Pacotes com 20 unidades.	PCT	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	REBITOP	0	1,5000	1
97	Registro esfera em PVC 25mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	DURIN	0	4,9000	1
98	Regulador/ Registro de Gás com saída para mangueira e pino de instalação.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ALIANÇA	0	11,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 6/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2013**Número do Registro de Preços: 36/2013****Data do Registro: 23/07/2013****Válido até: 23/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	Reservatório/refil para sabonete líquido. Capacidade: 800 ml.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PREMISSE	0	13,6000	1
100	Resistência para chuveiro 220V, 3.000 W.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	FAME	0	8,4000	1
102	Sifão sanfonado universal 1,5m.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	BLUKIT	0	4,0800	1
103	Silicone incolor uso geral. Peso líquido 280g.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	UNIFIX	0	8,4500	1
105	Suporte/porta copos para copos descartáveis (180ml).Tubo único em Acrílico.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PREMISSE	0	31,0000	1
106	Tábua de passar roupas dobrável.CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Tampo em MDF, revestimento com tecido térmico acolchoado, estrutura em duro alumínio polido e ponteiros em P.V.C. Possui 3 níveis de regulagem de alturas. Medidas da tábua fechada: 30,5 x 121,5 x 38,5 cm; Medidas da tábua aberta: 85,0 x 107,0 x 30,0 cm; Peso: 5 Kg.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	MOR	0	66,0000	1
108	Torneira de bôia 3/4" x 1/2" universal vareta alumínio com bôia tipo cantil.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	DURIN	0	4,9000	1
110	Torneira Multiuso para Jardim, cor preta. Bitola 1/2".	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	DURIN	0	1,8900	1
111	Torneira Multiuso para Jardim, cor preta. Bitola 3/4".	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	DURIN	0	1,8900	1
112	Torneira para cozinha parede bica móvel 3/4. Inox.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ÁGUA METAIS	0	29,9000	1
114	Torneira para tanque com bico para mangueira 15cm 1/2? (1124).	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ÁGUA METAL	0	9,9000	1
116	Trena de aço medidas: 25mm x 7,5m.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	DISMA	0	9,9000	1
117	Trena de fibra medidas: 9,5mm x 30 m.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	FORT	0	14,5000	1
118	Válvula de escoamento para tanque sem ladrão 1 1/4".	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	DURIN	0	1,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 7/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2013**Número do Registro de Preços: 36/2013****Data do Registro: 23/07/2013****Válido até: 23/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
120	Válvula para Pia de Cozinha, Características do material: Metal cromado. Cesta em plástico ABS, borracha para vedação.Bitola: 1.1/2. Cor: Cromado.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PIANOX	0	9,0000	1
123	Vaso SanitárioTipo: com Caixa Acoplada. Dimensões: Tamanho aproximado (AxLxP): 33 x 39 x 50 cm. Cor branca	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	DECA	0	199,0000	1
124	Assento sanitário cor cinza claro, material: polipropileno	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	DURIN	0	13,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 8/9

MUNICIPIO DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2013****Número do Registro de Preços: 36/2013****Data do Registro: 23/07/2013****Válido até: 23/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
125	Caixa organizadora com tampa multiuso possui travas coloridas, confeccionada em plástico super resistente transparente. Medidas: 57,5 x 40,4 x 32,5 cm. Capacidade: 50 litros.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PLASNEW	0	91,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 9/9

MUNICIPIO DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2013****Número do Registro de Preços: 36/2013****Data do Registro: 23/07/2013****Válido até: 23/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2013****PROCESSO Nº 114/2013**

(9073) - COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA

Schroeder, 23 de Julho de 2013.

Ata de Registro de Preços Pregão Presencial N° 15/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013**Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 23/07/2013****Válido até: 23/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO a aquisição de literatura técnica para auxílio da assistência farmacêutica da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Guia de bolso para Fármacos injetáveis -14ª Ed. Autor: Trissel, Lawrence A. Editora: Artmed	UN	RSUL LTDA ME (12564)		0	115,1500	1
2	Psicotrópicos - Consulta Rápida Autor: Bisson, Marcelo Polacow Editora: Manole	UN	RSUL LTDA ME (12564)		0	63,8500	1
3	Cálculos Farmacêuticos -12ª ed. Autor: Ansel, Howard C.; Stoklosa, Mitchell J. Editora: Artmed	UN	RSUL LTDA ME (12564)		0	112,4500	1
4	Guia de remédios 2012 Autor: Diversos Editora: Escala	UN	RSUL LTDA ME (12564)		0	95,8400	1
5	Interações Medicamentosas de Stockley Autor: Williamson, Elizabeth; Baxter, Karen; Driver, Samuel Editora: Artmed -12ª edição /2012.	UN	RSUL LTDA ME (12564)		0	80,0700	1
7	Blackbook - Clínica Médica Autor: Pedroso, Enio Roberto Pietra; Oliveira, Reynaldo Gomes Editora: Blackbook	UN	RSUL LTDA ME (12564)		0	224,9500	1
9	Reações adversas a medicamentos - Artmed Anne Lee Editora: ARTMED EDITORA Edição: 2 Ano: 2009	UN	RSUL LTDA ME (12564)		0	89,0800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 13/2013 **Data do Registro: 23/07/2013** **Válido até: 23/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO a aquisição de literatura técnica para auxílio da assistência farmacêutica da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Blackbook Pediatria Autor: Oliveira, Reynaldo Gomes de Editora: Blackbook	UN	RSUL LTDA ME (12564)		0	224,9600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013**Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 23/07/2013****Válido até: 23/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO a aquisição de literatura técnica para auxílio da assistência farmacêutica da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2013****PROCESSO Nº 52/2013**

(12564) - RSUL LTDA ME

Schroeder, 23 de Julho de 2013.

Ata do Pregão Presencial Registro de Preço N° 14/2013-FMS Sequencia 03

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2013 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 49/2013 Data do Processo: 12/06/2013
	Folha: 1/3

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 26/2013 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos para atender à Farmácia Básica e Especial da Unidade de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme deliberação 164/CIB/10 de 23 de abril de 2010 e Processos Judiciais, ao longo de 12 (doze) meses

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se após recebimento do parecer técnico da senhorita Deisy Alini Ruthes, farmacêutica da Secretaria de Saúde e Assistência Social. De acordo com Parecer técnico foi constatado que a empresa GESSER MEDICAL LTDA, apresentou a documentação exigida na proposta comercial de acordo com o exigido no edital para todos os itens ofertados pela mesma. A empresa PRODIET FARMACÊUTICA S/A, apresentou para o item 61 registro vencido documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo desclassificada no item acima mencionado. A empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, apresentou para o item 84 registro vencido documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo desclassificada no item acima mencionado. A empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, apresentou para os itens 62 e 63 registro vencido, documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo desclassificada nos itens acima mencionados. A empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA apresentou para os itens 01 e 78 certificado de boas praticas vencido, documento exigido no item 6.1.9.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere." e para os itens 61 e 78 apresentou registro vencido documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo desclassificada nos itens acima mencionados. A empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA apresentou para o item 78 certificado de boas praticas vencido, documento exigido no item 6.1.9.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere." e para os itens 54, 60, 61, 70 e 78 apresentou registro vencido e para o item 46 apresentou registro que não corresponde ao item, documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo desclassificada nos itens acima mencionados. A empresa DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, apresentou para os itens 10, 39, 61, 62 e 63 registro vencido documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo desclassificada nos itens acima mencionados. A empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, apresentou para os itens 7, 10, 32, 39, 59 e 61 registro vencido documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo desclassificada nos itens acima mencionado. A empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, apresentou para os itens 01, 26 e 79 certificado de boas praticas vencido, documento exigido no item 6.1.9.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 14/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 49/2013
 Data do Processo: 12/06/2013

Folha: 2/3

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 26/2013 (Sequência: 3)

(quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere." e para os itens 10, 32, 39, 61 e 62 apresentou registro vencido documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo desclassificada nos itens acima mencionados. A empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, apresentou para os itens 01 e 78 certificado de boas praticas vencido, documento exigido no item 6.1.9.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere." e para os itens 03, 10, 32, 62, 78 e 84 apresentou registro vencido documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo desclassificada nos itens acima mencionados. A empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, apresentou para os itens 12, 13, 26, 28, 59, 72 certificado de boas praticas vencido, documento exigido no item 6.1.9.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere." e para os itens 25, 59, 61, 63 e 72 apresentou registro vencido, para os itens 03 e 64 apresentou registro não correspondente com o item, e para o item 79 não apresentou registro do medicamento, documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo desclassificada nos itens acima mencionados. A empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, apresentou para os itens 07, 61 e 62 registro vencido documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", apresentou autorização especial de funcionamento vencida em abril de 2013, para os itens 19, 37, 62 e 84, não atendendo as exigências do edital no item 6.1.9.4 "Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em nome da licitante, juntamente com sua publicação no Diário Oficial da União, não superior a 12 meses", sendo desclassificada nos itens acima mencionado. Diante do exposto fica marcada a data de 05 de agosto de 2013, às 10h para continuação do processo na etapa de lances, caso contrário será enviada nova ata determinando a nova data da etapa de lances. Encerra-se a sessão e pede-se para serem enviadas as empresas participantes a cópia da ata, bem como quadro comparativo de preços com a classificação das empresas.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 14/2013 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 49/2013
Data do Processo: 12/06/2013

Folha: 3/3

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 26/2013 (Sequência: 3)**

Schroeder, 22 de Julho de 2013

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Pregoeiro(a)
Daniela Samulescki	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Valério de Oliveira Onofre	- - Equipe de Apoio

Serra Alta

PREFEITURA

Extrato Carta Convite 040-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2013

CARTA CONVITE Nº 40/2013

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada na Prestação de Serviços de Limpeza, Higienização e Conservação das dependências dos Prédios Públicos desta Municipalidade.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 31 de julho de 2013.

Abertura dos Envelopes : 08:45 horas do dia 31 de julho de 2013.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15horas.

SERRA ALTA, 24 de julho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Extrato Concorrência Pública Nº 038/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2013

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 38/2013

Tipo: Maior oferta.

OBJETO: Concessão de espaço físico edificado do Terminal Rodoviário de Passageiros (Rodoviária) localizado em Serra Alta SC. para exploração de venda de passagens e serviços de lanchonete em geral.

Entrega dos Envelopes : 08:45 horas do dia 27 de Agosto de 2013.
Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 27 de Agosto de 2013.

O Edital se encontra disponível no site www.serraalta.sc.gov.br ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas/13:15 às 17:15horas.

SERRA ALTA, 24 de julho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Extrato Pregão Presencial 039/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2013

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de produtos alimentícios para o Programa Merenda Escolar para o período de 6 meses (agosto a dezembro de 2013). Os produtos serão adquiridos mensalmente de acordo com a necessidade das Escolas.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 08 de agosto de 2013.
Abertura dos Envelopes : 08:45 horas do dia 08 de agosto de 2013.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15horas.

SERRA ALTA, 24 de julho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Siderópolis

PREFEITURA

Lei Nº 2.055/2013

LEI Nº 2.055, DE 16 DE JULHO DE 2013

DENOMINA RUA DO MUNICÍPIO OLIVIA RONCHI SALVARO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua OLIVIA RONCHI SALVARO a Rua projetada, localizada na Comunidade da Vila São Jorge.

Art. 2º - A Rua agora denominada OLIVIA RONCHI SALVARO tem seu inicio na Estrada Geral que Liga a Vila São Jorge ao Bairro São Marcos - Criciúma, e seu término nas TERRAS DO SENHOR ARMELINDO SALVARO.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 16 de Julho de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 16 de Julho de 2013.

Decreto Nº 124/2013

DECRETO N.º 124, DE 16 DE JULHO DE 2013.

CONVOCA A VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA

Art. 1º - Fica convocada a VII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 26 de julho de 2013, tendo

como tema central: "Gestão e Financiamento para a efetivação do SUAS".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 16 de Julho de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

PATRICIA MARIA SIQUEIRA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Julho de 2013.

Decreto N° 125/2013

DECRETO N.º 125, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade 2.050 Manut. Do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade 3.1.71.00.00 Transf. a Consórcios Públicos

Código Reduzido 10

Valor R\$11.000,00 (onze mil reais)

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade 2.050 Manut. Do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade 3.3.71.00.00 Transf. a Consórcios Públicos

Código Reduzido 13

Valor R\$11.000,00 (onze mil reais)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 16 de Julho de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Julho de 2013

Decreto N° 126/2013

DECRETO N.º 126, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:

Órgão 05 Secretaria de Educação

Unidade 03 Departamento de Esporte

Projeto Atividade 2.015 Manutenção Dep. De Esporte

Modalidade 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Código Reduzido 65

Valor R\$500,00 (quinhentos reais)

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

Órgão 05 Secretaria de Educação

Unidade 03 Departamento de Esporte

Projeto Atividade 2.015 Manut. Dep. De Esporte

Modalidade 3.3.50.00.00 Transf. a Instituições Priv. Sem fins

Código Reduzido 64

Valor R\$500,00 (quinhentos reais)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 16 de Julho de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Julho de 2013.

Portaria N° 300/2013

PORTARIA N° 300, DE 1º DE JULHO DE 2013

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA N°206/2009

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições, de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº206/2009 considerando o retorno ao trabalho da servidora MARIA DAS GRAÇAS VENHOLD LOSSO, CPF/MF nº. 645.810.809-59, Assistente Social, do Quadro Permanente do Município, que encontrava-se em licença sem

vencimento, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 1º de Julho de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 1º de Julho de 2013.

Portaria N° 303/2013

PORTARIA N° 303, DE 10 DE JULHO DE 2013

CONTRATA CASSIANA CRISTINA RUFINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal N°1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente CASSIANA CRISTINA RUFINO, brasileiro(a), CPF/MF sob n° 769.252.242-72, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Saúde, a contar de 10/07/2013 até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 10 de Julho de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de julho 2013.

Portaria N° 304/2013

PORTARIA N° 304, DE 10 DE JULHO DE 2013

CONTRATA JOÃO SALÉSIO BETTIOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal N°1. 983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente JOÃO SALÉSIO BETTIOL, brasileiro(a), CPF/MF sob n° 579.825.389-91, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras, a partir de 15/07/2013 até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 10 de Julho de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de julho 2013.

Portaria N° 305/2013

PORTARIA N° 305, DE 11 DE JULHO DE 2013

EXONERA VALMIR GARLINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal N°1.801/2009.

Considerando a adesão do servidor ao PDI - Programa de Demissão Incentivada, através de requerimento formal protocolado.

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria n°66/2013 e exonera, a pedido, VALMIR GARLINI, CPF/MF n° 494.926.599-72, Motorista, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 11 de Julho de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Julho de 2013.

Portaria N° 306/2013

PORTARIA N° 306, DE 11 DE JULHO DE 2013

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA SANTELMA DE QUADRA DE SOUZA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal n°1.809/2009, RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora SANTELMA DE QUADRA DE SOUZA, CPF/MF n°769.249.049-04, Assistente Administrativo, do Quadro Permanente do Município, a partir de 26/07/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 11 de Julho de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Julho de 2013.

Portaria N° 311/2013

PORTARIA N° 311, DE 18 DE JULHO DE 2013

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO ÀO SERVIDOR VANIO LUIZ GEREMIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal n°1.809/2009, RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS,

ao servidor VANIO LUIZ GEREMIAS CPF/MF nº 375.617.079-91, motorista, do Quadro Permanente do Município, a partir de 30/07/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 18 de Julho de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Julho de 2013.

Portaria N° 313/2013

PORTARIA N° 313, DE 18 DE JULHO DE 2013

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA N° 307/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº307/2013, considerando o retorno ao trabalho da funcionária ROZA MARIA BONASSA, CPF/MF 937.282.949-49, Auxiliar de Serviços Gerais, que se encontrava em auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a partir de 01/09/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 18 de Julho de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Julho de 2013.

Portaria N° 315/2013

PORTARIA N° 315, DE 22 DE JULHO DE 2013

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA N° 60/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº60/2013, considerando o retorno ao trabalho da funcionária LÚCIA MARIA FRANCISCO VICENTE DE MELLO, CPF/MF 838.068.229-72, Auxiliar de Educação Infantil e Creche, que se encontrava de licença sem vencimento para tratar de assuntos particulares, a partir de 01/08/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Julho de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Julho de 2013.

Timbé do Sul

PREFEITURA

Aviso da Licitação 15/2013 _Pp FMS

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 15/2013 - Pregão Presencial - menor preço por item.

Objeto: Aquisição de uma cadeira odontológica para o ESF Cohab do município de Timbé do Sul.

Data da entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 05 de agosto de 2013.

Abertura da Sessão: a partir das 09:00 horas do dia 05 de agosto de 2013.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133.

RINALDO GHELERE

Gestor do FMS

Timbó

PREFEITURA

Decreto N° 3163, de 07 de Junho de 2013

DECRETO N° 3163, DE 07 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 84.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.607, de 10 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2013:

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	80.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	TRANSFERENCIA A CONSORCIOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.500,00
	TOTAL	84.500,00



Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 84.500,00 (oitenta e quatro mil e quinhentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	84.500,00
	TOTAL	84.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3165, de 07 de Junho de 2013

DECRETO N° 3165, DE 07 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 59.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2607, de 10 de dezembro de 2012 e Lei nº 2645, de 06 de junho de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2013:

20.01.008.243.0062.2212.	FUNDO DE ATEND. A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - FIA	
20.01.008.243.0062.2212.	SERVIÇO DE ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E ADOLESCENTE	
20.01.008.243.0062.2212.	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	59.000,00
	TOTAL	59.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	59.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013-vínculo 0.1000, no valor de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, autorizado pela Lei nº 2645, de 06 de junho de 2013, conforme segue:

07.01.015.121.0040.1049.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.1049.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.1049.	IMOVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TIMBÓ	

400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	59.000,00
	TOTAL	59.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	59.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3166, de 07 de Junho de 2013

DECRETO N° 3166, DE 07 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 16.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2607, de 10 de dezembro de 2012 e Lei nº 2645, de 06 de junho de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2013:

21.01.023.695.0036.2200.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR	
21.01.023.695.0036.2200.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURISTICAS	
21.01.023.695.0036.2200.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	6.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSFERENCIAS A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	16.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	16.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013-vínculo 0.1000, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, autorizado pela Lei nº 2645, de 06 de junho de 2013, conforme segue:

07.01.015.121.0040.1049.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.1049.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.1049.	IMOVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TIMBÓ	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	16.000,00

	TOTAL	16.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	16.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3167, de 07 de Junho de 2013

DECRETO N° 3167, DE 07 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.607, de 10 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2013:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
	SERVIÇOS EM SAUDE NA	
15.01.010.301.0070.2150.	ATENÇÃO BÁSICA	
	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA	
15.01.010.301.0070.2150.	FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	PESSOAL E ENCARGOS SO-	
310000.00	CIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
	SERVIÇOS EM SAUDE NA ATEN-	
15.01.010.301.0070.2150.	ÇÃO BÁSICA	
	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA	
15.01.010.301.0070.2150.	FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	DESPESAS CORRENTES	
339000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3168, de 07 de Junho de 2013

DECRETO N° 3168, DE 07 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 7.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2607, de 10/12/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

16.12.008.244.0088.2292.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS- TENCIA SOCIAL – FMAS	
	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SO- CIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.12.008.244.0088.2292.	COMPLEXIDADE	
	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS	
16.12.008.244.0088.2292.	DE ALTA COMPLEXIDADE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	TRANSFERENCIAS A INST. PRIV.	
335000.00	S/ FINS LUCRATIVOS	
0.30000	REC. ORDINARIOS – SUP.	1.000,00
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	REC. ORDINARIOS – SUP.	
0.30000	FINANCEIRO	6.000,00
	TOTAL	7.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3171, de 20 de Junho de 2013

DECRETO N° 3171, DE 20 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 43.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2607, de 10/12/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

23.02.006.181.0048.2206.	FUNREBOMPOM	
23.02.006.181.0048.2206.	POLICIA MILITAR	
	MANUTENÇÃO DA POLICIA	
23.02.006.181.0048.2206.	MILITAR	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	REC. ORDINARIOS – SUP. FINANCEIRO	25.000,00
	TOTAL	25.000,00
23.02.006.181.0048.2208.	FUNREBOMPOM	
23.02.006.181.0048.2208.	POLICIA MILITAR	
23.02.006.181.0048.2208.	MANUTENÇÃO DE VIGILANCIA ELETRONICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	REC. ORDINARIOS – SUP. FINANCEIRO	18.000,00
	TOTAL	18.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	43.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3175, de 20 de Junho de 2013

DECRETO N° 3175, DE 20 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 50.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.607, de 10 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2013:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃODAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP.SAUDE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3176, de 20 de Junho de 2013

DECRETO N° 3176, DE 20 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 57.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2607, de 10/12/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

16.12.008.244.0088.2292.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS	
16.12.008.244.0088.2292.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
16.12.008.244.0088.2292.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.34800	PROGRAMA ATENCAO A CRIACA PAC – SUP. FINANCEIRO	57.000,00
	TOTAL	57.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3177, de 20 de Junho de 2013

DECRETO N° 3177, DE 20 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 320.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.607, de 10 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do

Orçamento-Programa 2013:

25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	VÍNCULO LIVRE	320.000,00
	TOTAL	320.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO	320.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	320.000,00
	total	320.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	320.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3182, de 28 de Junho de 2013

DECRETO N° 3182, DE 28 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Especial por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 1.114.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2607, de 10/12/2012 e Lei 2648, de 28/06/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 1.114.000,00 (um milhão e cento e quatorze mil reais), autorizado pela Lei nº 2648, de 28/06/2013, mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.05.017.512.0106.1324	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.05.017.512.0106.1324	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	

25.05.017.512.0106.1324	OBRAS E INSTALAÇÕES - DRENAGENS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superávit Financeiro Ano anterior	1.114.000,00
	total	1.114.000,00

Art. 2º O Crédito Especial de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3172, de 20 de Junho de 2013

DECRETO N° 3172, DE 20 DE JUNHO DE 2013

Autoriza realização de despesas com evento comemorativo ao "Dia do Colono", no valor de até R\$ 20.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXII, c/c art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e de conformidade com a Lei nº 2644, de 05 de junho de 2013, DECRETA:

Art.1º Fica autorizado a realizar despesas com o evento comemorativo ao "Dia do Colono" - 2013, a realizar-se no próximo dia 21 de julho de 2013, sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, devendo apresentar prestação de contas até 30 dias após sua realização, junto à Contabilidade deste Município.

Art.2º As despesas decorrentes deste decreto, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correrão à conta do Orçamento-Programa 2013, com a seguinte dotação:

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

003- DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MUNICIPAL

2072- MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA

33000000- OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000- APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3173, de 20 de Junho de 2013

DECRETO N° 3173, DE 20 DE JUNHO DE 2013

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel situado à Rua Tiroleses, de propriedade de Arani Lauro Mazzi, destinado ao prolongamento da Rua Lorena. LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XIII, c/c art. 70 inciso I, alíneas "d" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto-Lei n° 3.365, de 21/06/41, e suas alterações posteriores; e

Considerando-se a necessidade de melhoramento do sistema viário municipal, para melhoria, fluidez e segurança do trânsito no Bairro das Capitais;

Considerando-se o desenvolvimento acentuado do Bairro das Capitais, com a necessidade da implantação da Rua Lorena;

Considerando-se como único acesso ao Ancionato Elze Benz, pela Rua Lorena;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei n° 3.365, de 21/06/41, e alterações posteriores, uma área de terras com 700,00m², destinada ao prolongamento da Rua Lorena, assim descrita: Terreno urbano, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 100,30 metros da esquina formada com o lado par da Rua Capanema, com as seguintes confrontações: frente em 14,00 metros com Rua Lorena; fundos em 14,00 metros com a Rua Lorena; lado direito em 50,00 metros com terras da Prefeitura Municipal de Timbó, matrícula 6.814, livro 2; e, lado esquerdo em 50,00 metros com terras de Arani Lauro Mazzi, matrícula 21.632, livro 2. O referido imóvel encontra-se matriculado junto ao 1º. Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob no. 21.632, livro 2.

Art. 2º A desapropriação do imóvel declarado de utilidade pública por este decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no art. 10 c/c art. 15 do Decreto-Lei n° 3.365/41, e Lei Federal n° 2.786, de 21/05/56.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, correrão à conta de dotação orçamentária própria do Orçamento-Programa 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 399, de 03 de Junho de 2013

PORTARIA No 399, DE 03 DE JUNHO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional

interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei n° 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei n° 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto n° 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Professor A10

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Lindalva Menestrina Dalpiaz (Atendimento a criança portadora de deficiência)	25/08/72	702.618.579.91	20h	03/06/2013 a 01/07/2013

Cargo: Professor C10

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Tatiana Witthoft (Subst.Egino Valcanaia que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde	05/04/87	054.664.929.73	15h	03/06/2013 a 04/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 396, de 03 de Junho de 2013

PORTARIA No 396, DE 03 DE JUNHO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Lucas Schlue-ter, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei n° 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal LUCAS SCHLUETER, contratado temporariamente para o cargo de Professor A, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria n° 120, de 1º de fevereiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 397, de 03 de Junho de 2013

PORTARIA No 397, DE 03 DE JUNHO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Janaina Crispim da Veiga, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Trânsito e Transporte, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal JANAINA CRISPIM DA VEIGA, do cargo de provimento efetivo de Agente de Trânsito e Transporte, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 079, de 30 de janeiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 398, de 03 de Junho de 2013

PORTARIA No 398, DE 03 DE JUNHO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Darlene Aparecida Vaz, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal DARLENE APARECIDA VAZ, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 060, de 21 de janeiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 400, de 03 de Junho de 2013

PORTARIA No 400, DE 03 DE JUNHO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Dayana Priscilla Dorigatti Maukiewicz (vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc.Público e Aumento do número de alunos)	26/04/86	052.849.659.06	40h	03/06/2013 a 01/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Aviso de Pregão Presencial 78-2013 Aquisição de Pneus Novos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000078/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS E AFINS DESTINADOS A AD MINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14:15 horas do dia 05 de agosto de 2013. ABERTURA: dia 05/08/2013 às 14:20 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbo (SC), 22/07/2013.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Edital Para a 9ª Eleição dos Membros Não Governamentais do Conselho Municipal de Assistência Social de Timbó.

EDITAL PARA A 9ª ELEIÇÃO DOS MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÓ.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 1.713/94 (art. 14) e Decreto n.º. 229/02 (art. 33), com fundamento nestes dispositivos, Resolução n.º. 237/06 do CNAS e demais aplicáveis à espécie, no intuito de possibilitar um amplo e democrático processo eleitoral, torna público o processo de eleição para composição dos membros não governamentais do Conselho Municipal de Assistência Social de Timbó (mandato 2013/2015), nos seguintes termos e condições:

DA COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

Art. 1º. Em cumprimento ao que determina o art. 11 da Resolução n.º. 237/06, a coordenação da eleição será promovida através da sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público.

§1º. A sociedade civil será representada pela Comissão Organizadora, desde já composta pelos seguintes membros da sociedade civil: Jaira Packer Lenzi, Shana Mara Kreusch e Nilton Stein.

§2º. A Comissão Organizadora terá, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I. Coordenar a eleição para escolha dos membros não governamentais do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para o mandato de 2013/2015;
- II. Avaliar e julgar os credenciamentos, impugnações, recursos e demais pedidos e documentos relacionados à eleição;
- III. Encaminhar ordens, orientações e dar cumprimento ao presente Edital e as normas aplicáveis a espécie.

§3º. A Secretaria Municipal de Assistência Social acompanhará e oportunizará o suporte de pessoal e material necessário ao regular andamento da eleição.

DO CREDENCIAMENTO E REGISTRO

Art. 2º. Os representantes dos usuários ou de organização de usuários da assistência social (inciso I do art. 11 da Resolução n.º. 237/06), as entidades e organizações de assistência social (inciso II do art. 11 da Resolução n.º. 237/06) e as entidades de trabalhadores do setor (inciso III do art. 11 da Resolução n.º. 237/06), no âmbito do Município de Timbó, que pretendam participar da eleição para composição dos membros não governamentais titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social de Timbó, deverão se apresentar junto a Secretaria de Assistência Social (antigo Posto de Saúde Hans Muller ao lado da Prefeitura - Rua Sete de Setembro, n.º. 595, Centro, Timbó/SC), cumprindo o seguinte cronograma:

- Credenciamento: 02/08/2013 a 08/08/2013 (das 08:00hs às 12:00hs e das 14:00hs às 17:00hs);
- Análises dos credenciamentos: 09/08/2013;
- Divulgação dos resultados: 13/08/2013;
- Prazo para recurso sobre o indeferimento dos credenciamentos: até às 17:00hs do dia 15/08/2013;
- Resultado final dos credenciamentos: 16/08/2013;
- Eleição: 19/08/2013 (08:00hs às 17:00hs);
- Divulgação do resultado da eleição: 23/08/2013;
- Prazo para recurso sobre a divulgação do resultado: até às 17:00hs do dia 26/08/2013;
- Publicação do resultado da eleição: 29/08/2013;
- Posse do novo Conselho: 02/09/2013.

§1º. Para o credenciamento os interessados deverão apresentar:

- a) nome, qualificação, endereço e cópia da cédula de identidade e CPF;
- b) cópia do estatuto e da ata da assembléia que elegeu a atual diretoria, no caso de entidade;
- c) credenciamento assinado pelo cidadão ou pelo Presidente (no caso da entidade).

§2º. A entidade jurídica/legalmente constituída deverá estar em funcionamento e possuir em seu Estatuto os objetivos assistenciais exigidos.

§3º. Excepcionalmente e de conformidade com o que estabelece o art. 11 da Resolução n.º. 237/06 e principalmente o §2º do art. 14 da Lei n.º 1.713/94, as entidades, embora constituídas apenas de fato, mas que pública e notoriamente tem prestado serviços comunitários de Assistência Social relevantes, a critério da Comissão Organizadora, poderão se credenciar.

§4º. As entidades deverão indicar 2 (dois) dos seus representantes com direito de votar e ser votado, sob pena de exclusão (§3º do art. 14 da Lei n.º 1.713/94).

§5. Ao indicar os candidatos/eleitores a entidade deverá fazê-lo através do representante legal.

§6º. Os candidatos/eleitores deverão ter idade mínima de 21 anos (§4º do art. 14 da Lei n.º 1.713/94).

DA ELEIÇÃO E POSSE

Art. 3º. Esta eleição visa escolher os membros titulares e respectivos suplentes não governamentais para composição do Conselho Municipal de Assistência Social de Timbó.

§1º. As vagas para compor a representação não governamental serão em número de 06 (seis) titulares e 06 (seis) suplentes, escolhidos e votados entre representantes dos usuários ou de organizações de usuários da Assistência Social, entidades e organizações de Assistência Social e dos trabalhadores do Setor, conforme estabelece o art. 11 da Resolução n.º. 237/06.

§2º. Os candidatos/eleitores serão incluídos na cédula de votação.

§3º. Apenas os devidamente credenciados são votantes e elegíveis.

§4º. Terão direito de voto apenas candidato e o eleitor (parte final do art. 11 da Resolução n.º. 237/06).

§5º. Cada candidato/eleitor terá direito a um voto.

§6º. Cada candidato/eleitor, para fins de votação, receberá cédula expedida pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Timbó, momento em que deverá escolher 6 (seis) dos candidatos ali incluídos.

§7º. Para a votação os interessados e as entidades deverão estar munidos da credencial fornecida pela Comissão.

§8º. Terminada a votação será realizada a imediata apuração dos votos pela Comissão, que lavrará Ata comunicando o resultado aos presentes e encaminhando a relação dos eleitos para publicação.

§9º. Consideram-se eleitos os 12 (doze) nomes mais votados, sendo os 06 (seis) primeiros tidos como titulares e os outros 06 (seis) como suplentes (inciso IV do art. 14 da Lei n.º 1.713/94), que serão regularmente nomeados através de ato exarado pelo chefe

do Poder Executivo, juntamente com os membros governamentais indicados.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 4º. Todo e qualquer recurso, pedido e demais solicitações relacionadas a eleição, deverão ser efetuadas por escrito junto a Secretaria de Assistência Social, cumpridos os cronogramas, prazos e demais condições estabelecida neste Edital (em especial os definidos no art. 2º), sob pena de não conhecimento e/ou indeferimento.

Art. 5º. Poderão ser lavradas Atas relativas aos procedimentos desta eleição.

Art. 6º. Os casos omissos serão decididos pela Comissão Organizadora.

Art. 7º. No caso de empate será utilizado, por analogia, o critério definido no parágrafo único do art. 27 da Lei nº. 10.741/10 (Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências).

Art. 8º. Os interessados desde já declararam ter total ciência e aceitam/concordam plenamente com todos os termos e condições estabelecidos neste Edital, inclusive no que tange a legislação que lhe regulamentam.

Art. 9º. As publicações serão efetivadas junto ao DOM - Diário Oficial dos Municípios e/ou no site oficial do Município de Timbó (www.timbo.sc.gov.br) e/ou em jornal de circulação local.

Art. 10. Demais informações poderão ser obtidas junto a Assistência Social através dos telefones: 3382-1953 ou 3382-3752, com Luciane G. Gutz.

Timbó/SC, 19 de julho de 2013.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

COMISSÃO ORGANIZADORA

JAIRA PACKER LENZI

SHANA MARA KREUSCH

NILTON STEIN

Três Barras

PREFEITURA

Portaria N° 411 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA Nº 411 DE 11 DE JULHO DE 2013

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC., usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando os dispositivos da Lei Complementar nº 138 de 08 de outubro de 2009 que DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

Considerando os dispositivos da Lei Complementar nº 139 de 08 de outubro de 2009 que dispõe: REESTRUTURA CARGOS, VENCIMENTOS E INSTITUI O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Considerando a alteração do regime jurídico de trabalho dos servidores com repercussão direta na conta vinculada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

Considerando os servidores que se encontravam em licença de seus cargos ao tempo do processo que reenquadrou os servidores do Município;

Considerando os servidores que não optaram em realizar o enquadramento dos cargos criados através da Lei Complementar nº 139/2009 e o efeito imediato da Lei no que tange a alteração do regime de trabalho para o estatutário;

Considerando o disposto no art. 179 da Lei Complementar nº 138/2009 in verbis "Os valores percebidos pelos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho a título de FGTS ficam incorporados ao vencimento";

Considerando o equívoco em relação a continuidade de depósito na conta vinculada do FGTS dos servidores efetivos;

RESOLVE:

Art. 1º. Ratificar o regime de trabalho estatutário dos servidores abaixo relacionados, conforme Lei Complementar nº139 de 08 de outubro de 2009 que DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS.

Servidor	Cargo	Matrícula
Paulo Roberto Scherer	Motorista	8682.7
Sandro José Borges	Servente	148.1
Soeli Correa	Auxiliar de Enfermagem	522.3
Eloi José Quege	Médico	529.0

Art. 2º. Determinar a suspensão do depósito mensal na conta vinculada do FGTS dos servidores efetivos.

Art. 3º. Fica autorizado o Setor Pessoal a proceder as anotações necessárias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras - SC., 11 de julho de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Vargeão

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial N° 26/2013

Extrato de EDITAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 06 de agosto de 2013 às 11 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário e tem por objeto a Contratação de Empresa para prestação de serviços mensais de assessoria ambiental ao município de Vargeão, SC, conforme especificações constantes do respectivo Edital, através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial n° 26/2013. A empresa deverá considerar, para fins de proposta, a realização de uma carga horária semanal de 10 (dez) horas, totalizando 40 (quarenta) horas mensais, desenvolvidas para o Município de Vargeão - SC. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 22 de julho de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Anexos Ref. ao 1º Semestre 2013 - Relatório de Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.407.853,66	0,00
Pessoal Ativo	8.224.145,60	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	183.708,06	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.407.853,66	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	8.407.853,66	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	16.304.296,01	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	51,57	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	9.782.577,61	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	9.293.448,73	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	8.804.319,85	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICIOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 1º Semestre 2013 - Relatório de Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	100.481,47	74.283,93	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	100.481,47	74.283,93	0,00
Interna	100.481,47	74.283,93	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	24.221,03	1.662.597,95	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	163.209,40	1.893.734,15	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	138.988,37	231.136,20	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	76.260,44	-1.588.314,02	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.607.905,10	16.304.296,01	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,64%	0,46%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,49%	-9,74%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	18.729.486,12	19.565.155,21	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	16.856.537,51	17.608.639,69	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	100.481,47	74.283,93	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	100.481,47	74.283,93	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	99.896,72	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.084.855,05	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

FONTE:

Anexos Ref. ao 1º Semestre 2013 - Relatório de Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2013

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	15.607.905,10	16.304.296,01	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.433.739,12	3.586.945,12	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.090.365,21	3.228.250,61	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 1º Semestre 2013 - Relatório de Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.304.296,01	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.608.687,36	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.347.818,63	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.141.300,72	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 1º Semestre 2013 - Relatório de Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Assistência Farmacêutica Básica	7.999,34	0,00	7.999,34
Atenção Básica	84.996,54	25.881,97	59.114,57
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.290,19	3.832,80	(2.542,61)
Bolsa Família	4.791,31	740,00	4.051,31
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública	248,07	0,00	248,07
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico -	656,54	0,00	656,54
Convênio Trânsito - Civil	84,47	0,00	84,47
Convênio Trânsito - Militar	84,48	0,00	84,48
Outros Recursos do FNS	0,00	12.137,75	(12.137,75)
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	660,00	396,21	263,79
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	11.913,63	3.413,66	8.499,97
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	1.395,22	0,00	1.395,22
Salário Educação	14.143,58	0,00	14.143,58
Transferências de Convênios - Educação	14.352,56	0,00	14.352,56
Transferências de Convênios - Outros	139.529,81	0,00	139.529,81
Transferências de Convênios - Saúde	4.314,14	2.371,00	1.943,14
Transferências do Fundef - 40%	88.868,11	6.050,00	82.818,11
Transferências do Fundef - 60%	0,00	28.217,59	(28.217,59)
Vigilância em Saúde	1.649,54	0,00	1.649,54
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	376.977,53	83.040,98	293.936,55
Fundo Especial do Petróleo	16.987,89	1.825,00	15.162,89
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	0,00	22.971,70	(22.971,70)
Recursos de Impostos - 15% Saúde	66.800,29	75.905,48	(9.105,19)
Recursos Ordinários	1.432.968,44	147.289,76	1.285.678,68
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.516.756,62	247.991,94	1.268.764,68
TOTAL (III) = (I + II)	1.893.734,15	331.032,92	1.562.701,23
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 1º Semestre 2013 - Relatório de Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	2.044,32	7.999,34	0,00
Atenção Básica	0,00	25.881,97	0,00	4.331,27	59.114,57	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatório	0,00	3.832,80	0,00	1.086,67	(2.542,61)	0,00
Bolsa Família	0,00	740,00	0,00	0,00	4.051,31	0,00
Outros Recursos do FNS	0,00	5.175,04	0,00	0,00	(12.137,75)	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	396,21	0,00	0,00	263,79	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - P	0,00	3.413,66	0,00	0,00	8.499,97	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	294.950,00	139.529,81	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	2.371,00	0,00	1.934,80	1.943,14	0,00
Transferências do Fundef - 40%	0,00	6.050,00	0,00	0,00	82.818,11	0,00
Transferências do Fundef - 60%	0,00	14.007,40	0,00	0,00	(28.217,59)	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	162,71	1.649,54	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	61.868,08	0,00	304.509,77	262.971,63	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	1.825,00	0,00	0,00	15.162,89	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Edu	0,00	22.971,70	0,00	16.472,61	(22.971,70)	0,00
Recursos de Impostos - 15% Saude	0,00	51.980,92	0,00	124.507,88	(9.105,19)	0,00
Recursos Ordinários	0,00	92.490,50	0,00	305.210,11	1.285.678,68	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	169.268,12	0,00	446.190,60	1.268.764,68	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	231.136,20	0,00	750.700,37	1.531.736,31	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 1º Semestre 2013 - Relatório de Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.407.853,66	51,57
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.782.577,61	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.293.448,73	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.588.314,02	-9,74
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.565.155,21	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.586.945,12	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.608.687,36	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.141.300,72	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	750.700,37	1.531.736,31

FONTE:

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 3º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.240.000,00	16.240.000,00	2.901.842,59	17,87	8.536.229,75	52,56	7.703.770,25
RECEITAS CORRENTES	16.240.000,00	16.240.000,00	2.901.842,59	17,87	8.352.705,53	51,43	7.887.294,47
RECEITA TRIBUTARIA	971.200,00	971.200,00	146.274,85	15,06	424.641,44	43,72	546.558,56
IMPOSTOS	928.800,00	928.800,00	144.288,74	15,53	389.709,24	41,96	539.090,76
TAXAS	42.400,00	42.400,00	1.986,11	4,68	34.932,20	82,39	7.467,80
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	110.000,00	110.000,00	18.245,39	16,59	56.701,74	51,55	53.298,26
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	110.000,00	110.000,00	18.245,39	16,59	56.701,74	51,55	53.298,26
RECEITA PATRIMONIAL	87.320,00	87.320,00	10.159,16	11,63	66.541,85	76,20	20.778,15
RECEITAS IMOBILIARIAS	60.000,00	60.000,00	7.186,80	11,98	57.841,40	96,40	2.158,60
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	27.320,00	27.320,00	2.972,36	10,88	8.700,45	31,85	18.619,55
RECEITA DE SERVIÇOS	60.360,00	60.360,00	1.926,57	3,19	13.921,66	23,06	46.438,34
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.962.270,00	14.962.270,00	2.721.432,45	18,19	7.781.631,14	52,01	7.180.638,86
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.816.270,00	14.816.270,00	2.692.727,33	18,17	7.724.220,90	52,13	7.092.049,10
Transf. de Pessoas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Transf. de Conv.	144.000,00	144.000,00	28.705,12	19,93	57.410,24	39,87	86.589,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	48.850,00	48.850,00	3.804,17	7,79	9.267,70	18,97	39.582,30
Multas e Juros de Mora	21.000,00	21.000,00	1.389,11	6,61	2.531,00	12,05	18.469,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.000,00	9.000,00	70,07	0,78	586,48	6,52	8.413,52
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	12.000,00	12.000,00	2.344,99	19,54	6.150,22	51,25	5.849,78
RECEITAS DIVERSAS	6.850,00	6.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.850,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	183.524,22	0,00	-183.524,22
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	183.524,22	0,00	-183.524,22
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	183.524,22	0,00	-183.524,22
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.240.000,00	16.240.000,00	2.901.842,59	17,87	8.536.229,75	52,56	7.703.770,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.240.000,00	16.240.000,00	2.901.842,59	17,87	8.536.229,75	52,56	7.703.770,25
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.240.000,00	16.240.000,00	2.901.842,59	17,87	8.536.229,75	52,56	7.703.770,25
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	15.304,00	—	—	15.304,00	—	—
Superávit Financeiro	—	15.304,00	—	—	15.304,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.240.000,00	379.354,00	16.619.354,00	2.352.955,82	8.085.604,60	2.621.645,10	7.000.749,55	42,12	9.618.604,45
DESPESAS CORRENTES	15.435.240,00	15.304,00	15.450.544,00	2.340.383,31	7.652.348,88	2.533.131,81	6.876.251,23	44,50	8.574.292,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.905.199,00	-53.600,00	8.851.599,00	1.338.800,03	3.973.514,89	1.338.800,03	3.973.514,89	44,89	4.878.084,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.000,00	0,00	4.000,00	88,45	306,44	88,45	306,44	7,66	3.693,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.526.041,00	68.904,00	6.594.945,00	1.001.494,83	3.678.527,55	1.194.243,33	2.902.429,90	44,01	3.692.515,10
DESPESAS DE CAPITAL	789.760,00	364.050,00	1.153.810,00	12.572,51	433.255,72	88.513,29	124.498,32	10,79	1.029.311,68
INVESTIMENTOS	697.260,00	364.050,00	1.061.310,00	3.840,00	407.058,18	79.780,78	98.300,78	9,26	963.009,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	92.500,00	0,00	92.500,00	8.732,51	26.197,54	8.732,51	26.197,54	28,32	66.302,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.240.000,00	379.354,00	16.619.354,00	2.352.955,82	8.085.604,60	2.621.645,10	7.000.749,55	42,12	9.618.604,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.240.000,00	379.354,00	16.619.354,00	2.352.955,82	8.085.604,60	2.621.645,10	7.000.749,55	42,12	9.618.604,45
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.535.480,20	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.240.000,00	379.354,00	16.619.354,00	2.352.955,82	8.085.604,60	2.621.645,10	8.536.229,75	42,12	9.618.604,45

FONTE:

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 3º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.240.000,00	16.619.354,00	2.352.955,82	8.085.604,60	2.621.645,10	7.000.749,55	100,00	42,12	9.618.604,45
Legislativa	720.000,00	720.000,00	114.350,95	293.475,65	114.350,95	293.475,65	4,19	40,76	426.524,35
Ação Legislativa	720.000,00	720.000,00	114.350,95	293.475,65	114.350,95	293.475,65	4,19	40,76	426.524,35
Administração	2.206.211,00	2.206.211,00	271.392,00	1.129.977,93	340.318,26	944.612,84	13,49	42,82	1.261.598,16
Administração Geral	2.156.211,00	2.156.211,00	260.336,16	1.097.334,97	329.262,42	911.969,88	13,03	42,30	1.244.241,12
Controle Interno	50.000,00	50.000,00	11.055,84	32.642,96	11.055,84	32.642,96	0,47	65,29	17.357,04
Segurança Pública	42.600,00	42.600,00	3.633,50	29.090,58	6.633,50	18.590,58	0,27	43,64	24.009,42
Policimento	42.600,00	42.600,00	3.633,50	29.090,58	6.633,50	18.590,58	0,27	43,64	24.009,42
Assistência Social	520.870,00	520.870,00	81.992,23	204.928,97	67.015,19	169.618,30	2,42	32,56	351.251,70
Assistência ao Idoso	35.000,00	35.000,00	4.607,75	12.969,85	4.607,75	12.969,85	0,19	37,06	22.030,15
Assistência ao Portador de Deficiência	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	38.370,00	38.370,00	740,00	2.781,80	740,00	2.781,80	0,04	7,25	35.588,20
Assistência Comunitária	447.000,00	447.000,00	76.644,48	189.177,32	61.667,44	153.866,65	2,20	34,42	293.133,35
Saúde	3.752.839,00	3.783.480,77	775.365,41	2.089.421,43	740.768,50	1.933.108,63	27,61	51,09	1.850.372,14
Atenção Básica	3.617.199,00	3.647.840,77	753.809,15	2.033.224,30	719.374,95	1.877.074,21	26,81	51,46	1.770.766,56
Vigilância Sanitária	8.520,00	8.520,00	2.162,71	4.064,71	2.000,00	3.902,00	0,06	45,80	4.618,00
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	1.599,01	6.068,31	1.599,01	6.068,31	0,09	50,57	5.931,69
Alimentação e Nutrição	115.120,00	115.120,00	17.794,54	46.064,11	17.794,54	46.064,11	0,66	40,01	69.055,89
Educação	3.916.560,00	3.921.222,23	555.137,48	1.737.140,07	628.502,11	1.635.736,98	23,37	41,71	2.285.485,25
Ensino Fundamental	2.718.560,00	2.723.222,23	377.595,85	1.246.063,26	449.967,25	1.157.917,19	16,54	42,52	1.565.305,04
Ensino Médio	160.000,00	160.000,00	23.486,26	40.848,71	23.486,26	40.848,71	0,58	25,53	119.151,29
Ensino Superior	145.000,00	145.000,00	31.376,80	48.638,50	31.376,80	48.638,50	0,69	33,54	96.361,50
Educação Infantil	850.000,00	850.000,00	114.128,57	375.939,60	115.121,80	362.682,58	5,18	42,67	487.317,42
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Educação Especial	40.000,00	40.000,00	8.550,00	25.650,00	8.550,00	25.650,00	0,37	64,13	14.350,00
Cultura	202.000,00	202.000,00	7.161,02	137.602,58	9.761,02	129.152,58	1,84	63,94	72.847,42
Difusão Cultural	202.000,00	202.000,00	7.161,02	137.602,58	9.761,02	129.152,58	1,84	63,94	72.847,42
Urbanismo	665.800,00	1.009.850,00	22.698,58	838.954,15	165.044,20	303.419,16	4,33	30,05	706.430,84
Infra-Estrutura Urbana	114.000,00	458.050,00	0,00	384.698,18	75.940,78	75.940,78	1,08	16,58	382.109,22
Serviços Urbanos	551.800,00	551.800,00	22.698,58	454.255,97	89.103,42	227.478,38	3,25	41,22	324.321,62

Continua 1/3

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.240.000,00	16.619.354,00	2.352.955,82	8.085.604,60	2.621.645,10	7.000.749,55	100,00	42,12	9.618.604,45
Habitação	49.000,00	49.000,00	0,00	3.965,74	168,54	3.275,16	0,05	6,68	45.724,84
Habitação Rural	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Habitação Urbana	37.000,00	37.000,00	0,00	3.965,74	168,54	3.275,16	0,05	8,85	33.724,84
Saneamento	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
Saneamento Básico Rural	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Saneamento Básico Urbano	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Agricultura	1.084.000,00	1.084.000,00	144.369,72	496.063,15	156.397,30	479.190,65	6,84	44,21	604.809,35
Extensão Rural	1.084.000,00	1.084.000,00	144.369,72	496.063,15	156.397,30	479.190,65	6,84	44,21	604.809,35
Indústria	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Promoção Industrial	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Comércio e Serviços	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
Promoção Comercial	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Turismo	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Comunicações	23.000,00	23.000,00	1.353,90	9.983,90	2.753,90	5.083,90	0,07	22,10	17.916,10
Telecomunicações	23.000,00	23.000,00	1.353,90	9.983,90	2.753,90	5.083,90	0,07	22,10	17.916,10
Energia	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Energia Elétrica	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Transporte	2.173.120,00	2.173.120,00	267.384,35	778.355,25	275.641,08	759.088,46	10,84	34,93	1.414.031,54
Transporte Rodoviário	2.173.120,00	2.173.120,00	267.384,35	778.355,25	275.641,08	759.088,46	10,84	34,93	1.414.031,54
Desporto e Lazer	373.000,00	373.000,00	35.949,61	135.154,16	42.123,48	124.905,62	1,78	33,49	248.094,38
Desporto Comunitário	373.000,00	373.000,00	35.949,61	135.154,16	42.123,48	124.905,62	1,78	33,49	248.094,38
Encargos Especiais	466.500,00	466.500,00	72.167,07	201.491,04	72.167,07	201.491,04	2,88	43,19	265.008,96
Serviço da Dívida Interna	96.500,00	96.500,00	8.820,96	26.503,98	8.820,96	26.503,98	0,38	27,47	69.996,02
Outros Encargos Especiais	370.000,00	370.000,00	63.346,11	174.987,06	63.346,11	174.987,06	2,50	47,29	195.012,94

Continua 2/3

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.240.000,00	16.619.354,00	2.352.955,82	8.085.604,60	2.621.645,10	7.000.749,55	100,00	42,12	9.618.604,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.240.000,00	16.619.354,00	2.352.955,82	8.085.604,60	2.621.645,10	7.000.749,55	100,00	42,12	9.618.604,45

FONTE:

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEGHIN	SUÉLEN FAVRETTO	DORNELES ANTONIO PELICOLI
Prefeita Municipal	Sec. de Administração e Finanças	CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Anexos Ref. ao 3º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.404.954,58	1.375.987,68	1.503.854,96	1.469.773,78	1.709.680,78	1.929.049,34	1.637.438,28	1.731.857,40	1.441.793,04	1.694.523,67	1.816.496,26	1.652.815,50	19.368.225,27	19.349.600,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	72.250,29	60.870,64	56.749,27	78.366,30	80.250,69	102.766,24	57.880,26	69.280,31	75.169,89	76.036,13	85.426,67	60.848,18	875.894,87	971.200,00
I.P.T.U.	2.800,97	170,91	323,32	552,05	646,69	1.298,87	0,00	0,00	322,97	16.362,96	14.677,96	4.208,21	41.364,91	32.400,00
I.R.R.F	18.137,04	19.360,87	18.859,02	20.125,15	22.342,29	40.854,59	23.656,89	20.006,50	19.694,45	18.912,18	23.761,57	21.819,30	267.529,85	272.400,00
I.S.S.	48.650,60	37.990,60	36.550,83	52.994,83	56.339,07	58.042,29	32.079,87	31.499,37	42.703,87	37.601,44	43.627,54	32.900,82	510.981,13	600.000,00
I.T.B.I.	2.249,20	2.185,88	640,00	2.941,72	241,20	1.681,74	300,00	120,00	0,00	2.160,00	2.493,34	800,00	15.813,08	24.000,00
Outras Receitas Tributárias	412,48	1.162,38	376,10	1.752,55	681,44	888,75	1.843,50	17.654,44	12.448,60	999,55	866,26	1.119,85	40.205,90	42.400,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.363,20	9.187,14	9.420,09	0,00	18.699,62	9.559,27	9.837,23	9.598,25	9.220,33	9.800,54	10.259,25	7.986,14	112.931,06	110.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	49.646,93	5.309,37	51.702,58	3.916,60	3.932,59	11.383,11	4.178,41	15.936,76	4.796,41	31.471,11	5.561,14	4.598,02	192.433,03	87.320,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.826,29	1.631,88	825,89	4.797,52	3.669,15	2.543,88	3.862,70	1.118,68	1.093,79	5.919,92	929,57	997,00	31.216,27	60.360,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.268.503,00	1.298.390,98	1.383.503,13	1.382.214,44	1.601.997,50	1.800.759,49	1.560.569,83	1.635.179,27	1.350.685,57	1.568.597,66	1.711.420,24	1.577.506,47	18.139.327,58	18.071.870,00
Cota-Parte do F.P.M.	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	440.626,86	716.290,29	459.205,74	617.812,22	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	5.279.854,62	5.600.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	710.273,11	710.972,15	825.115,06	777.375,83	836.614,89	845.706,56	874.853,83	786.500,75	742.514,55	895.308,17	889.736,93	833.401,99	9.728.373,82	9.400.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	27.290,44	34.481,56	29.366,91	34.377,22	20.701,44	11.302,67	12.269,92	29.251,44	29.640,91	30.799,14	39.171,00	34.075,36	332.728,01	320.000,00
Cota-Parte do ITR.	35,08	40,37	401,94	10.543,47	6.862,66	263,45	32,20	21,75	342,82	43,10	202,29	79,86	18.868,99	30.000,00
Outras Transferências Correntes	112.897,01	97.614,73	110.114,63	121.518,08	182.205,42	116.540,77	87.269,41	81.306,20	116.069,20	123.009,84	98.948,48	128.299,54	1.375.793,31	1.263.870,00
Transferências da LC 61/1989	11.170,58	12.347,01	12.486,60	12.068,44	12.217,87	14.029,13	14.870,14	11.417,74	10.499,39	9.627,34	12.945,82	13.483,43	147.163,49	150.000,00
Transferências da LC 87/1996	3.916,90	3.916,90	0,00	7.833,80	3.916,90	3.916,90	0,00	0,00	0,00	16.290,60	4.072,65	4.072,65	47.937,30	48.000,00
Transferências do FUNDEB	84.867,36	88.053,97	98.929,40	92.509,21	98.851,46	92.709,72	112.068,59	108.869,17	95.804,74	111.739,12	117.776,60	106.428,70	1.208.608,04	1.260.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.364,87	597,67	1.654,00	478,92	1.131,23	2.037,35	1.109,85	744,13	827,05	2.698,31	2.899,39	879,69	16.422,46	48.850,00
DEDUÇÕES (II)	213.775,22	222.132,69	234.493,23	233.234,94	263.780,69	274.184,59	271.750,50	288.619,99	227.693,60	266.769,55	298.938,82	268.555,44	3.063.929,26	3.109.600,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	213.775,22	222.132,69	234.493,23	233.234,94	263.780,69	274.184,59	271.750,50	288.619,99	227.693,60	266.769,55	298.938,82	268.555,44	3.063.929,26	3.109.600,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.191.179,36	1.153.854,99	1.269.361,73	1.236.538,84	1.445.900,09	1.654.864,75	1.365.687,78	1.443.237,41	1.214.099,44	1.427.754,12	1.517.557,44	1.384.260,06	16.304.296,01	16.240.000,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 3º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-

Continua 2/3

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

FONTE:

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 3º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	100.481,47	83.016,44	74.283,93
DEDUÇÕES (II)	24.221,03	1.373.288,68	1.662.597,95
Disponibilidade de Caixa Bruta	163.209,40	1.705.335,04	1.893.734,15
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	138.988,37	332.046,36	231.136,20
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	76.260,44	-1.290.272,24	-1.588.314,02
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	76.260,44	-1.290.272,24	-1.588.314,02

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2013 (C - A)
VALOR	-298.041,78	-1.664.574,46

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	60.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
 Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICIOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 3º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	16.212.680,00	2.898.870,23	8.344.005,08	7.646.918,78
Receita Tributária	971.200,00	146.274,85	424.641,44	467.117,62
I.P.T.U.	32.400,00	18.886,17	35.572,10	29.672,30
I.S.S.	600.000,00	76.528,36	220.412,91	264.306,34
I.T.B.I.	24.000,00	3.293,34	5.873,34	12.587,03
I.R.R.F.	272.400,00	45.580,87	127.850,89	121.730,11
Outras Receitas Tributárias	42.400,00	1.986,11	34.932,20	38.821,84
Receita de Contribuição	110.000,00	18.245,39	56.701,74	53.851,94
Outras Contribuições	110.000,00	18.245,39	56.701,74	53.851,94
Receita Patrimonial Líquida	60.000,00	7.186,80	57.841,40	30.051,80
Receita Patrimonial	87.320,00	10.159,16	66.541,85	39.338,36
(-) Aplicações Financeiras	27.320,00	2.972,36	8.700,45	9.286,56
Transferências Correntes	14.962.270,00	2.721.432,45	7.781.631,14	7.052.114,85
F.P.M.	4.480.000,00	804.985,19	2.256.675,11	2.142.128,19
I.C.M.S.	7.520.000,00	1.378.511,33	4.017.853,50	3.562.838,51
Convênios	144.000,00	28.705,12	57.410,24	131.420,90
Outras Transferências Correntes	2.818.270,00	509.230,81	1.449.692,29	1.215.727,25
Demais Receitas Correntes	109.210,00	5.730,74	23.189,36	43.782,57
Dívida Ativa	12.000,00	2.344,99	6.150,22	7.570,14
Diversas Receitas Correntes	97.210,00	3.385,75	17.039,14	36.212,43
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	183.524,22	934.342,30
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	183.524,22	934.342,30
Convênios	0,00	0,00	183.524,22	934.342,30
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	183.524,22	934.342,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	16.212.680,00	2.898.870,23	8.527.529,30	8.581.261,08
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.450.544,00	2.533.131,81	6.876.251,23	7.187.175,63
Pessoal e Encargos Sociais	8.851.599,00	1.338.800,03	3.973.514,89	4.001.718,17
Juros e Encargos da Dívida (IX)	4.000,00	88,45	306,44	1.055,15
Outras Despesas Correntes	6.594.945,00	1.194.243,33	2.902.429,90	3.184.402,31
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.446.544,00	2.533.043,36	6.875.944,79	7.186.120,48
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.153.810,00	88.513,29	124.498,32	1.088.290,80
Investimentos	1.061.310,00	79.780,78	98.300,78	1.063.624,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	92.500,00	8.732,51	26.197,54	24.666,11
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.061.310,00	79.780,78	98.300,78	1.063.624,69



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	16.522.854,00	2.612.824,14	6.974.245,57	8.249.745,17
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-310.174,00	286.046,09	1.553.283,73	331.515,91
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	15.304,00	15.304,00
Superávit Financeiro	-	-	15.304,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	15.304,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	596.177,93

FONTE:

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 3º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	4.271,87	134.716,50	138.988,37	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.271,87	134.716,50	138.988,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	4.271,87	93.704,38	97.976,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL	0,00	41.012,12	41.012,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	4.271,87	134.716,50	138.988,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 3º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	936.660,00	936.660,00	146.296,12	394.474,54	42,12
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	38.040,00	38.040,00	20.816,31	40.112,50	105,45
1.1.1- IPTU	32.400,00	32.400,00	18.886,17	35.572,10	109,79
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	240,00	240,00	100,08	100,08	41,70
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.600,00	3.600,00	1.284,17	3.198,80	88,86
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.800,00	1.800,00	545,89	1.241,52	68,97
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	24.000,00	24.000,00	3.293,34	5.873,34	24,47
1.2.1- ITBI	24.000,00	24.000,00	3.293,34	5.873,34	24,47
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	602.220,00	602.220,00	76.605,60	220.637,81	36,64
1.3.1- ISS	600.000,00	600.000,00	76.528,36	220.412,91	36,74
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	120,00	120,00	77,24	149,95	124,96
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	900,00	900,00	0,00	65,60	7,29
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	0,00	9,35	0,78
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	272.400,00	272.400,00	45.580,87	127.850,89	46,93
1.4.1- IRRF	272.400,00	272.400,00	45.580,87	127.850,89	46,93
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.548.000,00	15.548.000,00	2.837.473,39	8.116.369,45	52,20
2.1- Cota-Parte FPM	5.600.000,00	5.600.000,00	1.006.231,41	2.820.843,68	50,37
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.600.000,00	5.600.000,00	1.006.231,41	2.820.843,68	50,37
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.400.000,00	9.400.000,00	1.723.138,92	5.022.316,22	53,43
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	48.000,00	48.000,00	8.145,30	24.435,90	50,91
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	150.000,00	150.000,00	26.429,25	72.843,86	48,56
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	282,15	722,02	2,41
2.6- Cota-Parte IPVA	320.000,00	320.000,00	73.246,36	175.207,77	54,75
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.484.660,00	16.484.660,00	2.983.769,51	8.510.843,99	51,63
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	231.560,00	231.560,00	46.015,74	116.232,87	50,20
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	231.320,00	231.320,00	46.015,74	116.232,87	50,25
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	240,00	240,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	144.000,00	144.000,00	28.705,12	57.410,24	39,87
6.1- Transferências de Convênios	144.000,00	144.000,00	28.705,12	57.410,24	39,87
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	375.560,00	375.560,00	74.720,86	173.643,11	46,24

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.109.600,00	3.109.600,00	567.494,26	1.622.327,90	52,17
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.120.000,00	1.120.000,00	201.246,22	564.168,57	50,37
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.880.000,00	1.880.000,00	344.627,59	1.004.462,72	53,43
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	9.600,00	9.600,00	1.629,06	4.887,18	50,91
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	30.000,00	30.000,00	5.285,83	13.692,47	45,64
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	56,42	75,82	1,26
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	64.000,00	64.000,00	14.649,14	35.041,14	54,75
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.260.000,00	1.260.000,00	224.205,30	652.686,92	51,80
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.260.000,00	1.260.000,00	224.205,30	652.686,92	51,80
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.849.600,00	-1.849.600,00	-343.288,96	-969.640,98	52,42
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	757.200,00	860.200,00	148.339,58	445.105,53	51,74
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	757.200,00	860.200,00	148.339,58	445.105,53	51,74
14- OUTRAS DESPESAS	504.800,00	406.462,23	80.790,09	157.643,10	38,78
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	504.800,00	406.462,23	80.790,09	157.643,10	38,78
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.262.000,00	1.266.662,23	229.129,67	602.748,63	47,59
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					68,20
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	4.121.165,00	4.121.165,00	745.942,38	2.127.711,00	51,63
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	720.000,00	845.000,00	115.121,80	362.682,58	42,92
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	720.000,00	845.000,00	115.121,80	362.682,58	42,92
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.553.565,00	2.281.662,23	389.037,18	1.036.085,23	45,41
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.262.000,00	1.266.662,23	229.129,67	602.748,63	47,59
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	291.565,00	1.015.000,00	159.907,51	433.336,60	42,69
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.273.565,00	3.126.662,23	504.158,98	1.398.767,81	44,74
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-969.640,98
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					4.662,23
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-964.978,75
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.363.746,56
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					27,77

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	120.120,00	120.120,00	22.032,54	64.390,93	53,61
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.174.875,00	326.440,00	38.897,53	57.441,03	17,60
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.294.995,00	446.560,00	60.930,07	121.831,96	27,28
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.568.560,00	3.573.222,23	565.089,05	1.520.599,77	42,56
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	652.686,92	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	652.686,92	0,00

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 4.662,23, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Anexos Ref. ao 3º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.153.810,00	124.498,32	0,00	1.029.311,68
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.153.810,00	124.498,32	0,00	1.029.311,68
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.153.810,00	-124.498,32		-1.029.311,68

FONTE:

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O



Anexos Ref. ao 3º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2012 a 2086

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2012 a 2086

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/12/2012 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 3º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 23/07/2013

 MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
 Prefeita Municipal

 SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

 DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 3º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		120,00	120,00	66,39	55,33
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		120,00	120,00	66,39	55,33
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		120,00	120,00	66,39	55,33

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		3.088.719,00	3.088.719,00	1.657.472,95	53,66
Provenientes da União		616.020,00	616.020,00	380.846,31	61,82
Provenientes de Outros Municípios		2.472.699,00	2.472.699,00	1.276.626,64	51,63
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		13.400,00	13.400,00	14.188,53	105,88
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		3.102.119,00	3.102.119,00	1.671.661,48	53,89

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.572.459,00	3.608.100,77	2.044.796,60	56,67	1.888.483,80	52,34
Pessoal e Encargos Sociais	2.554.999,00	2.551.399,00	1.280.362,01	50,18	1.280.362,01	50,18
Outras Despesas Correntes	1.017.460,00	1.056.701,77	764.434,59	72,34	608.121,79	57,55
DESPESAS DE CAPITAL	70.260,00	65.260,00	3.090,00	4,73	3.090,00	4,73
Investimentos	70.260,00	65.260,00	3.090,00	4,73	3.090,00	4,73

Continua 1/4

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	70.260,00	65.260,00	3.090,00	4,73	3.090,00	4,73
Investimentos	70.260,00	65.260,00	3.090,00	4,73	3.090,00	4,73
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.642.719,00	3.673.360,77	2.047.886,60	55,75	1.891.573,80	51,49
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	665.500,00	696.141,77	366.277,32	17,89	356.880,26	18,87
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	629.380,00	649.380,00	355.635,55	17,37	346.238,49	18,30
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	36.120,00	46.761,77	10.641,77	0,52	10.641,77	0,56
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	665.500,00	696.141,77	366.277,32	17,89	356.880,26	18,87
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.977.219,00	2.977.219,00	1.681.609,28	37,86	1.534.693,54	32,63
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						5.346,06
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						1.676.890,79

Continua 2/4

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.617.199,00	3.647.840,77	2.033.224,30	99,28	1.877.074,21	99,23
Vigilância Sanitária	8.520,00	8.520,00	4.064,71	0,20	3.902,00	0,21
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	6.068,31	0,30	6.068,31	0,32
Alimentação e Nutrição	5.000,00	5.000,00	4.529,28	0,22	4.529,28	0,24
TOTAL	3.642.719,00	3.673.360,77	2.047.886,60	100,00	1.891.573,80	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 3º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

VARGEM BONITA, 23/07/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos Ref. ao 3º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	16.240.000,00	
Previsão Atualizada		—	16.240.000,00	
Receitas Realizadas		2.901.842,59	8.536.229,75	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	15.304,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	16.240.000,00	
Créditos Adicionais		—	379.354,00	
Dotação Atualizada		—	16.619.354,00	
Despesas Empenhadas		2.352.955,82	8.085.604,60	
Despesas Liquidadas		2.621.645,10	7.000.749,55	
Superavit Orçamentário		—	1.535.480,20	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.352.955,82	8.085.604,60	
Despesas Liquidadas		2.621.645,10	7.000.749,55	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			16.304.296,01	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		60.000,00	-1.664.574,46	-2.774,29
Resultado Primário		596.177,93	1.553.283,73	260,54
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	138.988,37	0,00	138.988,37	0,00
EXECUTIVO	138.988,37	0,00	138.988,37	0,00
TOTAL:	138.988,37	0,00	138.988,37	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.363.746,56	25%	27,77
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		445.105,53	60%	68,20
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		124.498,32	1.029.311,68	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de VARGEM BONITA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.681.609,28	15,00	5.346,06
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

VARGEM BONITA, 23/07/2013

 MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
 Prefeita Municipal

 SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

 DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Videira

PREFEITURA

Decreto N° 10.506/13

DECRETO N° 10.506/13, DE 22 DE JULHO DE 2013.

Exonera, a pedido, Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal n° 2.100/09 e suas alterações e, à vista do que consta do Processo Administrativo n° 11.370/2013,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 22 de julho de 2013, JULIANA APARECIDA MUNARETTO CANTÚ, do cargo comissionado de Assessor Executivo, símbolo DAS-5, com exercício no Gabinete do Prefeito, admitida pela Portaria n° 221/09.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09.

Videira, 22 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria N° 0441/13

PORTARIA n° 0441/13

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar n° 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Ação Social,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de julho até 07 de julho e de 25 de julho até 30 de julho de 2013, o gozo de férias da servidora LUCIANA OLIVEIRA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2012 até 16 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2013.

Videira, 19 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria N° 0442/13

PORTARIA n° 0442/13

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar n° 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Ação Social,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 25 de julho até 30 de julho de 2013, o gozo de férias da servidora REGIANE LOUISE BEHER, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, referente ao período aquisitivo de 08 de setembro de 2011 até 07 de setembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 25 de julho de 2013.

Videira, 19 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Anexo IV Gastos com Saúde

ANEXO IV GASTOS COM SAÚDE JUNHO DE 2013

DECRETO 8.766/07**ANEXO IV****CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE JUNHO DE 2013**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO	
1.1 - IPTU	3.286.918,69
1.2 - ITBI	1.212.579,24
1.3 - ISS	3.518.960,19
1.4 - IRRF	823.880,23
1.5 - FPM	9.403.062,41
1.6 - ITR	30.146,91
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO	83.324,98
1.8 - ICMS	16.913.090,81
1.9 - IPVA	2.801.860,05
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO	222.601,86
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	198.868,64
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS	172.840,07
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS	38.668.134,08

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	ACUMULADO ATÉ O MÊS
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)	5.800.220,11
2.2 - RECURSOS PAB	678.869,98
2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - PAB	6.556,17
2.4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PAB	214.290,63
2.5 - CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	1.408.703,98
2.6 SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	2.966.372,24
TOTAL	11.075.013,11

3. APLICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	LIQUIDADA	DIFERENÇA
3.1 - Ações básicas de Saúde - Próprios	5.800.220,11	5.732.393,58	-67.826,53
3.2 - Ações básicas de Saúde - PAB/Convênios (2.2+2.5)	5.274.793,00	2.046.959,64	-3.227.833,36
TOTAL	11.075.013,11	7.779.353,22	-3.295.659,89

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 18 de Julho de 2.013.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Caetano Raphael Cardoso
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Lourenço Becker
Prefeito Municipal Interino

Xavantina

PREFEITURA

Comunicado Concurso Público N° 001/2013 - Xavantina - SC
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2013
XAVANTINA - SC.

Considerando a presença de desajustes estruturais, exclusivamente, na numeração das questões n° 37 e 38, da PROVA OBJETIVA aplicada aos concorrentes à vaga do cargo de PROFESSOR DE ARTES do Concurso Público n° 001/2013, promovido pela Administração Municipal de Xavantina - SC;

Considerando as disposições do item "2" e seus subitens do Edital n° 001, disciplinador do Concurso Público n° 001/2013;

Comunicamos aos interessados e, especificamente, aos candidatos que prestaram prova para a vaga do cargo de Professor de Artes, que as questões n° 37 e 38 são anuladas. Na correção eletrônica das provas objetivas serão consideradas como se corretas estivessem para os referidos concorrentes

Xavantina - SC, 22 de julho de 2013.

S & B Auditoria e Consultoria Pública Ltda.
Fernando da Silva

Consórcios

CIGA

Anulação do Extrato de Contrato N° 180/2013

Anulação do Extrato de Contrato n° 180/2013
Contrato de Rateio - Programa de Gestão de Obras - São Miguel do Oeste

Conforme informado no Ofício Secplan n° 0079/2013 do município de São Miguel do Oeste, o Contrato Municipal n° 136/2013 foi anulado por haver divergências com as despesas decorrentes do orçamento municipal e por necessidade de formalizar uma Dispensa de Licitação referente ao respectivo objeto. Desta forma, consequentemente, fica anulado o contrato n° 180/2013 do CIGA, cujo extrato foi publicado na edição do DOM/SC de n° 1276, de 09 de julho de 2013.

Florianópolis, 12 de julho de 2013.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 186 - PGT - Criciúma

Extrato de Contrato n° 186/2013
Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Criciúma
CONTRATANTE: Município de Criciúma
CNPJ: 82.916.818/0001-13
CONTRATO MUNICIPAL N°: 122/PMC/2013
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n° 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal n° 8.666/93.
VALOR: R\$ 1.565,00 (um mil e quinhentos e sessenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 08 de julho de 2013.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 187 - PGC - Governador Celso Ramos

Extrato de Contrato n° 187/2013
Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Governador Celso Ramos
CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos
CNPJ: 82.703.018/0001-14
CONTRATO N°: Termo Aditivo n° 01 ao Contrato Administrativo n° 03/2012
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n° 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal n° 8.666/93.
VALOR: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2013.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Termo Aditivo N° 01 ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira N° 03/2012 - CIGA e Amurel

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA N° 03/2012
TERMO ADITIVO N° 01, DE 01 DE JULHO DE 2013

Termo aditivo celebrado ao Convênio de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA e a Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL.

Pelo presente instrumento, o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Santos Saraiva, n° 1546, bairro Estreito, Florianópolis/SC, CNPJ n. 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, doravante denominado CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL, associação civil sem

fins econômicos, CNPJ nº 82.998.170/0001-71, Rua Rio Branco, nº 67, Tubarão - SC, CEP 88705-160, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Everaldo dos Santos, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 03/2012, mediante sujeição às seguintes cláusulas contratuais:

Considerando as atividades exercidas pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e a disponibilização dos programas do Diário Oficial, Gestão de Câmaras de Vereadores, Gestão Tributária, Gestão da Assistência Social e Gestão de Obras, todos voltados aos interesses dos municípios associados à Associação de Municípios da Região de Laguna (AMUREL),

Considerando a existência de objetivos comuns entre a AMUREL e o CIGA, em especial a prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação aos municípios catarinenses,

Considerando que a AMUREL possui departamento de projetos de engenharia e arquitetura para os Municípios, e o CIGA possui o Programa de Gestão de Obras, o qual permite agilidade na elaboração de projetos e eficiência na gestão das obras,

Considerando que o CIGA dispõe de sistemas integrados à Rede Catarinense de Informações - Rede-CIM e demais serviços oferecidos pela Federação Catarinense de Informações - FECAM,

Considerando que a AMUREL possui interesse em obter junto ao CIGA a prestação de serviços de consultoria técnica, implantação, treinamento, suporte e manutenção corretiva e evolutiva do ambiente de software de trabalho em grupo pela internet denominado GroupOffice,

Considerando que na AMUREL já são consorciados ao CIGA os municípios de Grão Pará, Gravatal, Imbituba, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, São Ludgero e Tubarão,

Considerando que a AMUREL e o CIGA buscam soluções mútuas voltadas aos interesses dos Municípios para a melhoria da gestão e economicidade de recursos públicos,

Cláusula Primeira - Do Objeto

O objeto do presente convênio é a prestação de apoio técnico, logístico e financeiro entre a AMUREL e o CIGA para o aprimoramento técnico da AMUREL na prestação de serviços e elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, contratação de serviços de consultoria técnica, implantação, treinamento, suporte e manutenção corretiva e evolutiva do ambiente de software de trabalho em grupo pela internet denominado GroupOffice e para o apoio na contratação dos Programas do CIGA junto aos municípios da microrregião da Associação de Municípios da Região de Laguna.

Cláusula Segunda - Do Apoio Logístico

O CIGA disponibilizará à AMUREL o acesso ao Programa de Gestão de Obras e proverá treinamento e suporte às atividades da própria associação na elaboração dos Projetos de Engenharia;

O CIGA manterá para a AMUREL as atualizações do Programa de Gestão de Obras, incluindo tabelas básicas de referências de obras, que proporcionam maior agilidade na elaboração e atualização de orçamentos de projetos;

O CIGA prestará suporte técnico e operacional à AMUREL, em especial o atendimento às dúvidas sobre as características e a utilização da ferramenta Group Office com a disponibilização de estrutura de hospedagem na internet, disponibilização dos serviços de entrega e recebimento de mensagens eletrônicas (e-mail), incluindo filtragem e redirecionamento, integrado a ferramenta Group Office, configuração do ambiente Group Office no DataCenter, com serviços de emails, tarefas, agendas compartilhadas, catálogos de endereços individuais e compartilhados, incluindo ambiente para arquivos remotos, notas, listas de endereços, newsletters, sendo

todas as funcionalidades passíveis de personalização a nível de acesso por usuário ou por grupos de usuários;

O CIGA possibilitará à AMUREL a contratação dos módulos licenciados para disponibilização do módulo de gerenciamento de projetos, personalização de campos, sincronização com celulares e tablets, agente de transferência para edição direta de arquivos e planilhas no Group Office, Tickets, Helpdesk e registro do tempo de atividades.

Cláusula Terceira - Da Contrapartida

A título de contrapartida financeira, a AMUREL repassará mensalmente ao CIGA a importância de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) referente ao acesso ao Programa de Gestão de Obras e R\$ 185,00 ao mês relativo à 37 contas de e-mail no Group Office, sendo que caso haja interesse de uso da licença profissional do Group Office haverá o pagamento em parcela única do valor de R\$ 1.600,00.

Parágrafo primeiro. O primeiro repasse referente ao Programa de Gestão de Obras ocorrerá em janeiro de 2013.

Parágrafo segundo. A AMUREL poderá solicitar alteração na quantidade de contas de usuários no Group Office, sendo que neste caso a alteração no valor do contrato dar-se-á na mensalidade seguinte.

Parágrafo terceiro. Quando solicitado pela AMUREL, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte do AMUREL, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,60/Km) e diárias (R\$ 120,00/diária) do(s) técnico(s).

Parágrafo quarto. A personalização dos sistemas disponibilizados no presente convênio, desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica no valor de R\$ 60,00 por hora.

Cláusula Quarta - Disposição Final

Aplicam-se ao presente termo aditivo as demais cláusulas previstas no Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 03/2012.

Florianópolis, 01 de julho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EVERALDO DOS SANTOS
Presidente da AMUREL

CIM-AMAVI

Resolução Nº 07, de 17/07/2013

RESOLUÇÃO nº 07, de 17/07/2013.

Autoriza abertura de conta corrente bancária como adiantamento para fins de pagamento de eventuais despesas de custeio de interesse do Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock.

HUGO LEMBECK, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1º Autorizar a abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil/SC - Agência de Rio do Sul - SC com a seguinte denominação: CIM-AMAVI/ADIANTAMENTO/ACOLHIMENTOINSTITUCIONALALBERTINABERKENBROCK.

2º A referida conta será movimentada pela coordenadora do Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock em Vidal Ramos, Maria de Lurdes Junglos Back.

3º Os recursos depositados servirão para pagamento de eventuais despesas de custeio (de material de consumo e serviço de terceiros) do referido acolhimento institucional.

Rio do Sul, 17 de julho de 2013.
HUGO LEMBECK
Presidente do CIM-AMAVI

Convite N° 003/2013 - Convocação dos Licitantes
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍ-
PIOS DA AMAVI
CIM-AMAVI

CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES PARA ABERTURA DOS ENVELO-
PES DE PROPOSTAS DE PREÇOS

CONVITE N° 003/2013

Considerando a não interposição de recurso em relação a decisão de habilitação dos licitantes, o Presidente da Comissão de Licitação comunica que a sessão de abertura dos envelopes de propostas de preços será realizada às 9 horas do dia 26 de julho de 2013, na sede do CIM-AMAVI, junto a AMAVI, na Rua XV de Novembro, 737, na cidade de Rio do Sul/SC.

Rio do Sul, 23 de julho de 2013.
VALMIR BATISTA
Presidente da Comissão de Licitação

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

CISAM**Balancete Financeiro - por Categoria Econômica - Junho/2013****Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	2.093,67	Despesa Orçamentária	196,22
RECEITA PATRIMONIAL	2.093,67	Despesas exceto Intra-orçamentárias	196,22
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	196,22
Receita Extra - Orçamentária	196,22	Despesa Extra - Orçamentária	196,22
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	196,22	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	196,22
OBRIGAÇÕES A PAGAR	196,22	OBRIGAÇÕES A PAGAR	196,22
FORNECEDORES	196,22	FORNECEDORES	196,22
Saldos anteriores	472.589,72	Saldos atuais	474.487,17
BANCO C/ MOVIMENTO	472.589,72	BANCO C/ MOVIMENTO	474.487,17
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	474.879,61	Total	474.879,61

Capinzal, 12/07/2013

MARIZA BRESSAN DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC 017818-O-1

ANDEVIR ISGANZELLA
PRESIDENTE

Balancete Financeiro - por Categoria Econômica - Maio/2013**Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	2.007,85	Despesa Orçamentária	754,59
RECEITA PATRIMONIAL	2.007,85	Despesas exceto Intra-orçamentárias	754,59
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	754,59
Receita Extra - Orçamentária	754,59	Despesa Extra - Orçamentária	754,59
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	754,59	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	754,59
OBRIGAÇÕES A PAGAR	754,59	OBRIGAÇÕES A PAGAR	754,59
FORNECEDORES	754,59	FORNECEDORES	754,59
Saldos anteriores	471.336,46	Saldos atuais	472.589,72
BANCO C/ MOVIMENTO	471.336,46	BANCO C/ MOVIMENTO	472.589,72
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	474.098,90	Total	474.098,90

Capinzal, 10/06/2013

MARIZA BRESSAN DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC 017818-O-1

ANDEVIR ISGANZELLA
PRESIDENTE

CITMAR**Resolução Nº 03 de 15 de Julho de 2013**
RESOLUÇÃO Nº 03 DE 15 DE JULHO DE 2013.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, Leonel Jose Martins, Prefeito de Balneário Piçarras, em conformidade com Estatuto Social, define a forma de publicação dos atos administrativos do respectivo consórcio,

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e ao que dispõe a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011,

RESOLVE:
CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução regulamenta, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, os procedimentos para a garantia do acesso à informação conforme o disposto na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º O Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR assegurará, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei no 12.527/2011.

Art. 3º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

Parágrafo Único - Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

CAPÍTULO II**DA APLICABILIDADE**

Art. 4º O acesso à informação disciplinado nesta Resolução não se aplica aos casos de documentos sigilosos, como:

- I - a ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público;
- II - os dados cadastrais dos fornecedores;
- III - o conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados;
- IV - o prontuário médico de pacientes e as notificações compulsórias contendo a identificação de pacientes com doenças infecto-contagiosas; e
- V - demais documentos definidos assim por lei.

Parágrafo Único - Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas nos incisos, o acesso será permitido após a concordância do titular do órgão.

CAPÍTULO III**DA TRANSPARÊNCIA ATIVA**

Art. 5º É dever do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observadas as normas de publicações e as exceções previstos nesta Resolução e na Lei 12.571/2011.

Parágrafo Único - As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

CAPÍTULO IV**DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA****Seção I****Do Serviço de Informação ao Cidadão**

Art. 6º O serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR será coordenado pela Diretoria Executiva a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos setores competentes, devendo:

- I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II - receber e registrar pedidos de acesso à informação;
- III - encaminhar o pedido recebido ao órgão ou unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber; e
- IV - informar sobre a tramitação de documentos.

Seção II**Do Pedido de Acesso à Informação**

Art. 7º. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado no setor Administrativo ou no sítio na Internet Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR.

§ 2º É facultado a apresentação de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 8 desta Resolução.

§ 3º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido conforme art. 10 desta Resolução;

Art. 8. O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I - nome do requerente;
- II - número de documento de identificação válido;
- III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Parágrafo Único - A falta de um dos requisitos previstos no caput deste artigo exime o fornecimento da informação e implica na devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dado faltoso ou incompleto.

Art. 9. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I - genéricos;
- II - desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou

consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR.

Parágrafo Único - São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Seção III

Do Procedimento de Acesso à Informação

Art. 10. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou unidade deverá, no prazo de até vinte dias:

- I - enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;
- II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV - indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou quem a detenha; ou
- V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 11. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou unidade deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo Único - Na hipótese do caput o Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 12. Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, observado o prazo de resposta ao pedido, será disponibilizado ao requerente Guia de Recolhimento - GR ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

Parágrafo Único - A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente ou da entrega de declaração de pobreza por ele firmada, nos termos da Lei no 7.115, de 1983, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

Art. 13. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

- I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
- II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará.

Seção IV

Dos Recursos

Art. 14. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado

da sua apresentação.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 15. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

- I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Resolução, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
- II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
- III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;
- IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido às informações previstas no art. 4º desta Resolução.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 16. O Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR adequará suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 17. Fica o Setor Administrativo responsável pela disponibilização da informação do local e horário de funcionamento do protocolo para recebimento dos pedidos feitos por meio físico e da divulgação do endereço eletrônico para os pedidos feitos através da internet, bem como a disponibilização do modelo de requerimento.

Art.18. Aplicam-se subsidiariamente as demais normas estabelecidas pela Lei 12.527/2012, aos procedimentos previstos nesta Resolução.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itajaí (SC), 15 de Julho de 2013.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Presidente CITMAR

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Diretor Executivo CITMAR